

(Re)Construir a identidade através do conflito. Uma abordagem às Literaturas Africanas em Língua Portuguesa (1961 – 74)

Noemi Brunilde Angela Alfieri

**Tese de Doutoramento em Estudos Portugueses
Especialidade em História do Livro e Crítica Textual**

Novembro, 2020

**Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Doutor em Estudos Portugueses, especialidade em
História do Livro e Crítica Textual, realizada sob a orientação científica
de João Luís da Costa Campos Vieira Lisboa e a coorientação de Ana
Maria Mão de Ferro Martinho Carver Gale**

(versão corrigida)

Apoio financeiro do POCTI no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

Lisboa

Novembro, 2020

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente.
O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O(A) candidato(a),



Lisboa, 30 de Novembro de 2020

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O orientador,



Lisboa, 30 de Novembro de 2020

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A coorientadora,



Lisboa, 30 de Novembro de 2020

AGRADECIMENTOS

A realização desta tese não teria sido possível sem vários apoios institucionais, entre os quais destaco o da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que financiou a minha pesquisa em Portugal e a minha missão em Angola através da Bolsa de Doutoramento SFHR/BD/2016/ 114981. Foi igualmente fundamental o apoio do CHAM – Centro de Humanidades, pelas reflexões, o suporte nas atividades realizadas e as preciosas trocas com os colegas do grupo Leitura e Formas d’ Escrita e das linhas de investigação em Estudos Africanos e História das Mulheres e do Género. Na última fase, foram igualmente importantes as reflexões e as conversas (presenciais e virtuais) com os colegas do Observatório para a Descolonização da Academia, organizado pelos colegas do CLEPUL – UL.

Muito agradeço o apoio da Fundação Dr. António Agostinho Neto, em particular das Doutoras Irene Neto e Cherone Simão; do Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (ISCED) na figura do Professor Fernando Mbiavanga; da Associação Tchiweka de Documentação, nomeadamente Paulo Lara; e, enfim, do Movimento Lev’ Arte pelo apoio prestado antes e durante a minha viagem a Angola de Novembro de 2019.

Os meus agradecimentos também aos funcionários e funcionárias do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, pela ajuda e pelo apoio prestados, com destaque para Paulo Tremoceiro, tal como à Fundação Engenheiro António de Almeida pela disponibilização de obras preciosas para a realização desta tese.

Chegando aos agradecimentos pessoais, que em vários casos não se desvinculam dos institucionais, várias são as pessoas que não posso deixar de mencionar. O meu orientador, Professor João Luís Lisboa, pela paciência em ouvir as minhas dúvidas repetitivas, pela capacidade de orientar a minha pesquisa vencendo múltiplas resistências, sem imposições, mas sempre com ensinamentos, instigando perguntas e reflexões. A minha coorientadora, Professora Ana Maria Martinho, pelo seu exemplo ativo, por ter contribuído com várias reflexões à volta do género, das literaturas e das formas em que estas variantes se relacionam com o cânone e os mecanismos de poder, pelo apoio. A professora Ana Paula Tavares, pela amizade, as reflexões e a ajuda. O Professor Pires Laranjeira, pela forma com que me acolheu em Coimbra e por ter aberto caminhos importantes para a minha pesquisa. Leonel Cosme por ter aceitado o convite à entrevista

e por ter estado sempre disponível para esclarecer dúvidas, com cordialidade. Os colegas e as colegas do grupo Leitura e Formas d' Escrita e das linhas de investigação em História das Mulheres e do Género e Estudos Africanos.

Amigos de (e em) Angola: Esperança Ferraz com a Hilma, a Luieca e a Dama, que me acolheram na sua casa de braços abertos. O Raúl Rosário e a Susana Mendes, pela amizade e por me terem dado o privilégio de passar por lugares outrora pisados por quem combateu pela liberdade entre Luanda, Kifangondo e o Caxito, mas também por ter passado comigo horas quentes de verão entre a Biblioteca do Governo Provincial e o Arquivo Histórico Nacional. A Eunice Fonseca (Zillah) e a Cláudia Ramos, pela hospitalidade, a amizade, o apoio e as conversas entre Luanda e a Kissama; o Trindade, por ter-me acompanhado nas minhas pesquisas na Biblioteca Nacional de Angola, pelos conselhos, pela sua humanidade e limpidez; o Cabwenha Janguinda Moniz, pela amizade que surgiu em Luanda e continuou em Lisboa. O meu colega Hilarino da Luz, pela parceria, os interesses comuns e as esperanças conjuntas.

Ainda: Cláudio Fortuna e Adolfo Maria, pelas trocas preciosas. Em outras geografias: Federica Lupati, Gustavo Pereira, Helena Wakim Moreno, Noemi Bossa, Rui Gomes Coelho: amigos de toda a hora, sem distinção de fuso horário, de discussões e risadas sobre problemas e inquietações comuns. Outros amigos velhos e novos, entre Itália e Portugal: Luana Doni, Francesca Biletta, Dalila Racanicchi, Beniamino Garrone, Gisela Casimiro, Maria D'Ávila, Rebeca Bonjour, Pedro Osório, Sonia Miceli, Maria Viana, Elizabeth Olegário, Liz Almeida e Juliana Menezes.

O Bruno e a Íris: as pessoas que mais intensamente viveram este percurso comigo, que o apoiaram, que sempre que possível o compreenderam e que viram o meu tempo a ser investido quase totalmente neste projeto. A Maria do Céu e o Eduardo, a Teresa e a Catarina, por me terem sempre feito sentir parte da sua família, por me terem tanto falado do lugar em que os primeiros dois, mais o Bruno, nasceram e viveram.

O meu pai, por tudo. A minha mãe, a Carmen, as minhas irmãs Costanza e Alice, os meus irmãos Sasha e Simone. A Alivia, a Carlotta Mahira, a Chloe Minara, a Sandhya e o Jacopo, que tanto impulsionaram as reflexões que aqui estão contidas e, ainda assim, tão pouco o sabem. Todos os que aqui não estão, por razões de espaço ou por falha minha, mas que não foram esquecidos.

**(RE) CONSTRUIR A IDENTIDADE ATRAVÉS DO CONFLITO. UMA
ABORDAGEM ÀS LITERATURAS AFRICANAS EM LÍNGUA PORTUGUESA
(1961 – 74)**

NOEMI ALFIERI

RESUMO

Esta tese discute a construção identitária em contexto de conflito e as suas manifestações nas literaturas escritas em África ou por africanos, em língua portuguesa, entre 1961 e 1974. A tensão contínua entre propaganda colonial, sistema censório, perseguição política a intelectuais e escritores, assim como a entre as reivindicações autonomistas e independentistas manifestou-se, nesse período, em publicações a título individual e em projetos editoriais coletivos. Nas produções literárias impressas da época notam-se a influência do luso-tropicalismo e da ideia de missão civilizadora por ele veiculada, do pan-africanismo e das correntes negritudinistas, tal como o papel das circulações internacionais de ideias e de textos, onde se discutem as ideias de Angola, de Moçambique, mas também de Portugal.

Discutem-se casos de censura e de condicionamento da atividade literária, dos temas, das ideias e da língua que exprime essas ideias. Discutem-se os projetos de escrita e de edição, nalguns casos alternativos e de alcance considerável. Discutem-se as vozes de alguns autores marcantes nesse processo, nomeadamente de Luandino Vieira, José Ramalho e José Craveirinha, Alda Espírito Santo, Manuela Margarido, Noémia de Sousa, Deolinda Rodrigues e Alda Lara, que tiveram um papel fundamental na formação e consolidação de imaginários africanos da época: analisar-se-ão essas produções como agentes ativos nas lutas anticoloniais e feministas, mas também em qualidade de textos em que confluem múltiplas opressões e subalternidades: questões de género, raça e classe.

ABSTRACT

This thesis discusses the elaboration of identity in the context of conflict, as well as its manifestations in the literature that was written in Portuguese, in Africa or by Africans, between 1961 and 1974. The continuous tension between colonial propaganda, the censorship system, political persecution of intellectuals and writers, as well as between the autonomist and independentist claims was manifested, in that period, in individual publications and in collective editorial projects. One can notice in the printed literary productions of that period the theories of Luso-tropicalism and of the idea of civilizing mission it conveyed, Pan-africanism and negritudinists ideas, as well as the role of international circulation of ideas and texts where the ideas of Angola, of Mozambique, but also of Portugal were often discussed.

This thesis discusses the practice of censorship and the conditioning of literary activity, subjects, ideas and the language that expressed those ideas. Writing and editing projects are discussed, in some alternative cases of considerable scope. The voices of some outstanding authors in this process are discussed, namely the cases of Luandino Vieira, José Ramalho and José Craveirinha, Alda Espírito Santo, Manuela Margarido, Noémia de Sousa, Deolinda Rodrigues and Alda Lara, with a fundamental role in the formation and consolidation of African imaginary of the time: these productions will be analyzed as active agents in the anti-colonial and feminist struggle, but also as texts in which multiple oppressions and subalternities converge: issues of gender, race and class.

PALAVRAS-CHAVE: identidade, conflito, literaturas africanas, descolonização, CEI, Imbondeiro, Angola, Moçambique.

KEYWORDS: identity, conflict, African literature, decolonization, CEI, Imbondeiro, Angola, Mozambique.

LISTA DE ABREVIATURAS

AHD – Arquivo Histórico-Diplomático

ANC – African National Congress

ANHA – Arquivo Nacional Histórico de Angola

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

AOF – Afrique Occidentale Française

BNA – Biblioteca Nacional de Angola

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

CC – Casa Comum, Arquivo da Fundação Mário Soares

CD25A – Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra

CEI – Casa dos Estudantes do Império

D.L. – Decreto-Lei

DGS – Direcção-Geral de Segurança

GNP – Gabinete de Negócios Políticos

FLN – Front de Libération Nationale

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FUA – Frente Unitária Angolana

MAC – Movimento Anti-colonial

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

MUD – Movimento de União Democrática

OMA – Organização da Mulher Angolana

ONU - Organização das Nações Unidas

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PCP – Partido Comunista Português

PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado

SCCM – Serviços de Coordenação e Centralização de Moçambique

SNI – Secretariado Nacional de Informação

SPE – Sociedade Portuguesa de Escritores

SWAPO – South West Africa People's Organization

UPA – União das Populações de Angola

ÍNDICE

Introdução	XVI
 1 - Conflito, identidade, descolonização: mobilizações contemporâneas de conceitos	 XVI
2 – Libertação e cultura: abordagens conflituais por Frantz Fanon e Amílcar Cabral	XXIV
3 – Fontes, estrutura e outras considerações metodológicas	XXXV
 Capítulo 1 - Literaturas Africanas e controlo da opinião publica: resistência, censura e luso-tropicalismo. Os tempos da Guerra (1961-74)	 1
 1.1 – Anos 50: a Reforma Constitucional, a alteração do <i>Estatuto dos Indígenas</i> e a instituição do Gabinete de Negócios Políticos	 1
1.2 – O luso-tropicalismo, a missão civilizadora e a normalização da colonização.....	4
1.2.1 – Antes de '61. A reação de Buanga Fele (ou Mário Pinto de Andrade) à teoria luso-tropical e a “mistificação colonial moderna”	8
1.3 – A justificação sociocultural da colonização e a permanência do mito da miscigenação. Dois sistemas em confronto	11
1.4 – Caminhando para 1961: pressão internacional, a ONU e as missões de representação	17
1.5 – Mecanismos censórios no Estado Novo e o seu funcionamento entre 1961 e 1974	25
1.5.1. - Censura e enquadramento legal em Portugal	27

1.5.2 – A censura no Marcelismo	32
1.5.2.1 – O exemplo das Caixas do Secretariado Nacional da Informação (SNI) do Arquivo PIDE/ DGS	37
 Capítulo 2 – A máquina censória e o condicionamento da atividade literária: os casos de José Craveirinha, Luandino Vieira e José Ramalho.....	51
2.1 – Receio de repercussões internacionais e redes internas. O caso de José Craveirinha e dos 70 estudantes	53
2.2. As cartas da Amnistia Internacional e a libertação de Craveirinha (1969)	57
2.3 – A máquina censória e o condicionamento da atividade literária: dois exemplos	61
2.3.1 – O caso de Luandino Vieira	62
2.3.2 – <i>Caminheiros resolutos insubmissos</i> : o caso dos poemas inéditos de José Ramalho nos arquivos do Centro de Documentação 25 de Abril	77
2.3.2.1 – O intimismo como resistência: entre lirismo e acontecimentos históricos	82
2.3.2.2 “Verdes e vazios os machimbombos passavam”: o Alexandra bus boycott (1957)	86
2.3.2.3 - Sublevação da Old Location de Windhoek: o 10 de dezembro de 1959	88
2.3.2.4- 16 de julho de 1960: o massacre de Mueda	91
2.4- Uma comparação possível	93

Capítulo 3 - Concepções identitárias, debate sobre literaturas nacionais e conceitos de nação na imprensa periódica angolana e moçambicana: quatro jornais (1961 – 64) 96

3.1 – Identidade e descolonização 96

3.2 - O «Artes e Letras» do *ABC*, *Diário de Angola*, entre 1961 e 1963103

3.2.1 - Mário António, um "observador interessado do fenómeno literário angolano" 120

3.2.2- O “caso Falcato” e *As raízes de Angola* contestadas por Bobela-Motta e na *Seara Nova* 126

3.2.3 - As literaturas nacionais e o “destino atlântico da raça”: Orlando de Albuquerque e os conceitos de angolanidade e moçambicanidade131

3.3 – O *Jornal de Benguela*, *O Intransigente* e *A Voz de Moçambique*: celebração da pátria, do “Mundo Português” e da nação pluricontinental?135

3.3.1- O *Jornal de Benguela*: a imagem de uma Angola euro-africana e as reivindicações sobre a Universidade137

3.3.2 –O *Intransigente*, a sua «Página literária»: a contribuição de Vítor Silva Tavares144

3.4 - Literatura ultramarina ou literatura moçambicana? Os debates no «Arte e Letras» d’ *A Voz de Moçambique*157

Capítulo 4 – A produção literária da Casa dos Estudantes do Império e a tradição Pan-Africanista: *Mensagem* e a Colecção de Autores Ultramarinos170

4.1 - Pan-Africanismo, New Negro, Négritude: teorias e luta pela emancipação dos negros na primeira metade do Século XX 170

4.2 – Depois da Segunda Guerra Mundial: da <i>Présence Africaine</i> à <i>Mensagem</i>	182
4.2.1 – A Casa dos Estudantes do Império (CEI), de associação da Mocidade Portuguesa ao encerramento pela PIDE (1944 – 65)	187
4.2.2 – <i>Mensagem</i> – <i>Boletim da Casa dos Estudantes do Império</i> : ensaios, influências internacionais e lutas anticoloniais	191
4.2.3 – A Coleção de Autores Ultramarinos: o povo, a terra, a liberdade. Que representações?	202
Capítulo 5 – Percurso, fortuna editorial e contradições internas da Imbondeiro	219
5.1 - A Coleção Imbondeiro	220
5.2 - «Notícias de Imbondeiro», folheto publicitário e boletim	237
5.3 – Assinantes da <i>Coleção</i> Imbondeiro: alguns dados	239
5.4 – “Aspectos da Huíla”: folhetos turísticos e dualidades do espaço colonial	241
5.5 – Poemas e contos soltos nas «Notícias de Imbondeiro»	243
5.6 - As imprecisas fronteiras da literatura ou a polémica entre a CEI e a Imbondeiro	246
5.7- Imbondeiro, o <i>ABC</i> , <i>Diário de Angola</i> e a organização do I Encontro de escritores de Angola	252
5.8 - <i>Mákua</i> : o projeto que levou ao encerramento da Imbondeiro pela PIDE	258

Capítulo 6 - Múltiplas subalternidades, múltiplas resistências: mulheres africanas, escrita, colonialismo	266
6.1 - Papel e representação da mulher na propaganda colonial: disparidades raciais e de género	269
6.2 – Escritoras africanas: uma história de invisibilidade.....	273
6.3. - Alda Espírito Santo e Manuela Margarido: o trabalho nas roças, a raiva e o amor	276
6.3.1: Negra, escritora, feminista, ativista: Alda Espírito Santo como intelectual completa	280
6.4 - Noémia de Sousa, ou ser “África da cabeça aos pés” em tempos de colonização	296
6.5 - Deolinda Rodrigues: entre escrita da história e escrita biográfica	310
6.5.1- O percurso ideológico de Deolinda	313
6.5.2 - Atualidade e receção de uma heroína angolana	317
6.6 – Os <i>Poemas</i> de Alda Lara: escrita feminina entre intimismo e consciencialização social	320
6.7: As escritoras africanas como “precursoras”: velhos e novos mitos	327
Conclusão	329
Referências bibliográficas	336
1- Fontes	336
1.1- Fontes: Arquivos	336
1.2 - Fontes: Jornais e revistas	338
1.3 – Fontes: Outros arquivos, artigos e recursos textuais online	342
1.4 – Fontes: Material Audiovisual	344

1.5 – Fontes: Obras e publicações literárias	347
2 – Estudos	353
Índice dos anexos	378
Anexos	379

Introdução

1 - Conflito, identidade, descolonização: mobilizações contemporâneas de conceitos

Il reste qu'ici une question fondamentale se pose.

Quels sont les rapports qui existent entre la lutte, le conflit - politique ou armé - et la culture?

Durant le conflit, y a-t-il suspension de la culture ?

La lutte nationale est-elle une manifestation culturelle ?

Faut-il enfin dire que le combat libérateur, quoique fécond a posteriori pour la culture, est en lui-même une négation de la culture ?

La lutte de libération est-elle, oui ou non, un phénomène culturel ?¹

(Frantz Fanon)

Quais são as dinâmicas socioculturais que se instauram em zona de conflito social, político, militar e ideológico? Quais os argumentos utilizados para defender distintas posições? À volta de que elementos culturais os indivíduos encontram a sua coesão na luta contra o jogo colonial? Não será a própria luta uma manifestação cultural? Essas são só algumas das questões levantadas em *Les damnés de la terre*. As reedições e traduções da obra de Fanon, desde os clássicos até aos escritos psiquiátricos que estão a aparecer em várias partes do mundo² demonstram como estes temas são atuais, decorridos quase sessenta anos da morte do autor. Tais edições chamam igualmente a atenção para as consequências e permanências de estruturas sociais, culturais, políticas e económicas herdadas do colonialismo no mundo em que vivemos, que continua sendo caracterizado por iniquidades e desequilíbrios entre regiões do globo. Para além do questionamento do colonialismo como sistema de dominação, a difusão da pandemia e as crescentes reivindicações de movimentos como *Ni una menos* ou *Black Lives Matter* têm igualmente

¹ Frantz Fanon, *Les damnés de la terre*, La découverte, Paris, 2002, p. 233. Edição original de 1961, Éditions François Maspero.

² Só para citar dois entre os mais recentes: Frantz Fanon, *Alienação e Liberdade - Escritos Psiquiátricos*, Ubu Editora, São Paulo, 2020 e Frantz Fanon, *Decolonizzare la follia, Scritti sulla psichiatria coloniale* (Saggio introduttivo e cura di Roberto Beneduce), Verona, Ombre Corte, 2020.

acelerado discussões sobre a colonialidade, as suas consequências e as possíveis estratégias de superação dos mecanismos de poder que estiveram, ao longo dos séculos, na sua base.

O termo colonialidade, originariamente cunhado por Aníbal Quijano³, tem sido utilizado, desde Mignolo até Boaventura Sousa Santos⁴, para evidenciar o modo como as estruturas de poder estabelecidas através dos processos de colonização atuavam, e continuam a atuar, através da remoção de imaginários, na centralização de conhecimentos e de formas de interpretar e conceber o mundo. Em *Afrotopia* (2015), Felwine Sarr denuncia, em relação ao continente africano, como a “délocalisation de sa présence dans le futur perpétue, en réalité, le jugement handicapant dont il fait l'objet”⁵, invocando a Afrotopia como “une utopie active qui se donne pour tâche de débusquer dans le réel africain les vastes espaces du possible et les féconder”⁶. Achille Mbembe aprofundou o conceito de necropolítica em *Politique de l' inimitié* (2016), evidenciando como essa assente, nas sociedades modernas, em critérios de hostilidade racial. Em contextos póscoloniais, argumenta o intelectual camaronês, é “ce lien qui permet d'instituer et de normaliser l'idée selon laquelle le pouvoir ne peut s'acquérir et s'exercer qu'au prix de la vie d'autrui.”⁷

É neste contexto que podemos interpretar também os debates sobre o espaço público, sobre remoção e vandalização de estátuas que, a partir do movimento *Rhodes Must Fall* (na Cidade do Cabo, também em 2015) se difundiram não só em África, mas também na

³ Ver por exemplo Aníbal Quijano “Colonialidad y Modernidad/Racionalidad”, in H. Bonilla (Org.) *Los Conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas*, FLACSO / Ediciones Libri Mundi, Quito, 191, págs. 437- 449.

⁴ Ambos os autores têm uma vasta obra de referência publicada sobre o assunto. Para citarmos algumas entre as suas obras fundamentais: Walter Mignolo, *Local Histories/ Global Designs. Coloniality. Subaltern Knowledges and Border Thinking*, Princeton, Princeton University Press, 2000; Boaventura Sousa Santos e Maria Paula Meneses (org), *Epistemologias do Sul*, Coimbra, Almedina, 2009; Walter Mignolo e Catherine Walsh, *On Decoloniality. Concepts, Analytics, Praxis*, Durham and London, Duke University Press, 2018; Boaventura Sousa Santos, *The end of the cognitive empire. The coming of the age of the epistemologies of the South*, Duke University Press, Durham and London, 2018. Sousa Santos tem recorrido à ideia de epistemicídio, para traduzir a supressão, negação e tentativa de destruição do conhecimento não ocidental.

⁵ Felwine Sarr, *Afrotopia*, Paris, Philippe Rey, 2015, pág. 11. Ao longo da obra, Sarr recusa igualmente a ideia de que coexistam, no presente, várias modernidades, já que a ideia implica uma divisão e hierarquização de distintas formas de modernidade que assenta em bases eurocêntricas.

⁶ Felwine Sarr, *Ivi*, pág. 15.

⁷ Achille Mbembe, *Politique de l' inimitié*, Paris, La Découverte, 2016, pág. 88.

Europa, na América Latina e na América do Norte. Em Portugal, essas questões tiveram eco, ao longo dos últimos anos, em várias iniciativas e debates. Basta pensar na promoção, através do Orçamento Participativo, do Memorial de Homenagem às Pessoas Escravizadas, promovido pela Djass – Associação de Afrodescendentes a partir de 2017 e cuja realização efetiva está prevista para 2021⁸. Tiveram igualmente destaque os debates sobre a estátua do Padre António Vieira no Largo Trindade Coelho em Lisboa (2017) e sobre a sua vandalização em 2020 e, mais recentemente, nas manifestações que tiveram lugar em várias partes do país em suporte do movimento *Black Lives Matter* e como consequência da morte de George Floyd pela polícia estado-unidense, ou na manifestação pela morte do ator Bruno Candé⁹.

Sempre nesta ótica, poderíamos mencionar os debates sobre restituição do património africano em museus ocidentais e as mais recentes reivindicações do feminismo negro e do feminismo decolonial¹⁰ que, desde Djamila Ribeiro¹¹ até Françoise Vergés¹² convergem em denunciar a perpetuação de sistemas de poder que resultam na invisibilização da mulher não ocidental, não europeia ou racializada, em cujos corpos e vivências se continuam inscrevendo as violências do colonialismo. Várias reflexões têm igualmente questionado a própria conceção de património no Ocidente: a apropriação

⁸ Os debates do projecto, do seu percurso e o relato sobre as votações está presente no site www.memorialescravatura.com/sobre-o-memorial; a imprensa nacional tem-se ocupado largamente do assunto. Para citarmos só alguns entre os mais recentes: «Lisboa finalmente terá um “Memorial da Escravatura”», in *DW - Die Welle*, de 9 de Julho de 2019 disponível em www.dw.com/pt-002/lisboa-finalmente-terá-um-memorial-da-escravatura/a-49502853 ou, ainda, «Kiluanji Kia Henda vence projecto para memorial às vítimas da escravatura», in *Público*, 2 de Março de 2020. Disponível em www.publico.pt/2020/03/02/culturaipsilon/noticia/kiluanji-kia-henda-vence-projecto-memorial-vitimas-escravatura-1906199

⁹ Todas essas questões foram recentemente resumidas em Miguel Cardina, «The living ashes of Portuguese colonialism», in *Transform! Europe*, 20 de Outubro de 2020. Disponível www.transform-network.net/blog/article/the-living-ashes-of-portuguese-colonialism/

¹⁰ Pelo que respeita à utilização do termo “decolonial” em detrimento de “descolonial”, ele insere-se num mais amplo discurso teórico, terminológico e epistemológico sobre colonialidade e colonialismo. Desta forma, a eliminação do “s” representaria por um lado a ideia de que a colonialidade é um sistema que permeia as organizações sociais e os equilíbrios de poder entre várias zonas do mundo para além da colonização política dos territórios e invocaria, por outro, práticas que excedem a reflexão puramente académica, procedendo à sua integração com os movimentos sociais. O tema foi amplamente tratado in Walter Dignolo e Catherine Walsh, *On Decoloniality. Concepts, Analytics, Praxis*, Durham and London, Duke University Press, 2018 e, anteriormente, in Santiago Castro-Gómez, Ramón Grosfoguel (org), *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

¹¹ Djamila Ribeiro, *Quem tem medo do feminismo negro?*, São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

¹² Françoise Vergés, *Un féminisme décolonial*, La Fabrique éditions, Paris, 2019.

colonial do objeto é relegada a uma a-temporalidade que oculta a violência do próprio processo. Aos objetos musealizados é atribuído o privilégio de ocupar o espaço ocidental que ao mesmo tempo é, de forma paradoxal, negado aos humanos através das políticas migratórias e de fronteira¹³. Essa mudança de paradigma transfere a dominação e o imperialismo da ocupação física do espaço (africano, palestino, etc.) para a negação das consequências das ocupações, violências e apropriações no passado através da instituição da fronteira, que retém objetos, e expulsa, ou recusa a entrada de humanos.

A questão da restituição, com contornos distintos e entendida como devolução do espaço colonial ocupado pelos colonizadores a nível geográfico, político, económico e cultural, era já presente no questionamento dos processos de dominação e de interação violenta entre povos levado a cabo por Frantz Fanon. Num artigo originariamente publicado no jornal *El Mudjahid* nº 22, de 16 de abril de 1958, e incluído onze anos mais tarde na coletânea *Pour la révolution africaine*, Fanon realçava:

“O colonialismo francês não será legitimado pelo povo argelino. Nenhum empreendimento espectacular nos fará esquecer o racismo legal, o analfabetismo, o servilismo suscitado e alimentado no mais profundo da consciência do nosso povo. É por isso que nas nossas declarações não se fala nunca de adaptação ou abrandamento, mas de restituição.”¹⁴

Todas essas questões, que têm assumido contornos muitos mais definidos desde que a elaboração desta tese começou em 2015, estão intimamente relacionadas com o conteúdo das páginas que seguem e, apesar de essas reflexões não estarem sempre presentes de forma explícita no texto, foram inquietações que se intensificaram à medida que chegava ao fim toda a escrita e a pesquisa dirigida à redação deste texto. Partimos da convicção de que todas as reflexões sobre o passado são, necessária e inevitavelmente, reflexões sobre o presente, e que a sua forma reflete tanto os modos de se conceberem as comunidades como os meios de reprodução de lógicas, de maneiras de pensar. As interrogações teóricas sobre a função e os objetivos do presente trabalho têm sido, neste sentido, inúmeras. Em que medida o trabalho académico, intimamente ligado – assim

¹³ Penso nas reflexões de Ariella Aïsha Azoulay no documentário *Un-Documented, Unlearning Imperial Plunder*, 2019 e na obra *Potential History. Unlearning imperialism*, Verso, London-New York, 2019.

¹⁴ Frantz Fanon, «Descolonização e Independência», in *Em defesa da Revolução Africana*, Luanda, INALD (Instituto Nacional do Livro e do Disco), 1980. Primeira edição em francês em Paris, Maspero, 1969.

como é estruturado na Europa - tanto à herança colonial da cultura ocidental como à perpetuação de mecanismos de poder, tem condições para trabalhar concretamente no sentido de uma descolonização que não seja meramente teórica, que não se reduza à reprodução inconsciente de padrões interiorizados? Até que ponto a utilização de arquivos coloniais e de literatura produzida nas décadas diretamente posteriores às independências políticas, como forma de legitimação de novas identidades, não arrisca perpetuar contraposições do passado, desviando a atenção das questões que interessam para o presente? Recentemente, Ariella Aïsha Azoulay tem refletido sobre as formas como os arquivos são o resultado e, ao mesmo tempo, a testemunha das violências coloniais. A forma como eles foram – e continuam sendo – organizados, as mentalidades que eles refletem, dizem-nos tanto sobre o passado como sobre o presente. Esse é um dos pontos de partida para uma análise crítica sobre ambos:

“Potential history questions the inherent universal value of archival records that supersedes local litigation about the mode of their acquisition and rejects endorsing the archive’s mission of sanctioning people’s actions as now records of past achievements that cannot be rewound. It is out of this conflict between people’s worldly active life and the imperially conditioned record of operative actions pursued in the service of progress that potential history unfolds. Potential history is not the account of radical thinking, of explicit ideological struggles against imperialism, but a rejection of imperialism’s conceptual apparatus altogether. The imperial apparatus presumes that such struggles exist only in the past, only as dusty records in the archive.¹⁵”

Se a ideia de que a História como disciplina pode ser o resultado de uma ou mais versões de histórias possíveis já tem uma tradição consolidada a partir de, pelo menos, Hayden White¹⁶, o que está aqui especificamente em causa é a recusa do aparato conceptual

¹⁵ Ariella Aïsha Azoulay, *Ivi*, págs. 123 – 124.

¹⁶ Hayden White, a partir de *Metahistory, The historical imagination in Nineteenth - Century Europe*, Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press, 1973, sublinhou o carácter intrinsecamente ficcional da disciplina, assim como a sua rede de significações e alusões ao imaginário. Relativamente à ficcionalidade da história e à complexidade dessa questão dentro do discurso histórico, são frequentemente invocadas as posições de Paul Ricoeur e a ideia de que, diferentemente da narrativa ficcional, a narrativa histórica tenha como referente o facto acontecido. A questão é tratada in João Luís

imperialista. A utilização de fontes provenientes de vários arquivos da época colonial, tanto europeus como angolanos, não é isenta de inquietações, pela consciência de que inúmeras manifestações culturais da época, nomeadamente as manifestações da literatura oral e, frequentemente, da literatura feminina, ficam excluídas de tais arquivos, perpetuando, potencialmente, ausências e iniquidades de representação. Tais arquivos continuam, ainda, inacessíveis à maioria dos membros das comunidades que poderiam fornecer interpretações, questionamentos e visões diferenciadas sobre os seus conteúdos¹⁷. O seu carácter fragmentário e o acesso “mediado” e parcial que caracteriza os próprios arquivos é ainda problemático, sendo a resultante de deslocamentos espaciais, expurgos, destruições, esquecimentos e pela parcialidade e subjetividade que os textos encerram em si mesmos.

Tratar uma época em que as ideias de autenticidade histórica e o campo político entraram em contacto levanta, ainda, a questão da problemática da *promise of teleology* tal como entendida por Trüper, Chakrabarty e Subrahmanyam. Tanto as narrações coloniais como as anticoloniais têm sido, de facto, permeadas pela interligação dos dois conceitos: é, em virtude disso, ainda mais necessária uma reflexão sobre as inclusões e as exclusões que têm sido (e continuam a ser) feitas neste âmbito. Como observado pelos autores de *Historical Teleology in the Modern World*:

“Historicization – the assignment, to some carrier, of a specific meaning within the framework of history as established through historical writing, practical commemoration and other media of representation – was and remains one of the most important resources for deciding whether something was, or was not, political. The historicization of the present developed into an ongoing and ubiquitous practice. This practice involved an ever-expanding application of inclusion and exclusion, of historicity granted and

Lisboa, “Hayden White, Ricoeur e os desafios morais da História.” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 6 (2018): 97-104.

¹⁷ Lembremos como, neste sentido, estão a ser elaboradas “histórias alternativas” (por académicos, apesar de as publicações em causa não serem de cariz estreitamente académico), entre as quais cito Saidiya Hartman, *Wayward lives, beautiful experiments. Intimate histories of social upheaval*, W.W. Norton and company, New York, London, 2019. Nele, Hartman combina o trabalho arquivístico com uma técnica narrativa focada na intimidade de mulheres negras a partir da ideia de “intimate history”. Em Portugal pensemos, entre outras, nas experiências literárias de Yara Monteiro, que combinam a narração a arquivos familiares, como por exemplo: *História velhas, como roupas enxovalhada ao contá-las tornam-se novas*, (2020), publicado no site Buala, em www.buala.org/pt/a-ler/papeis-velhos

historicity denied. Yet, if historicity was plural, it was also capable of informing the political in multiple ways.”¹⁸

É neste sentido, e a partir dessas reflexões, que se poderia, talvez, responder em parte às interrogações que animaram esta pesquisa: os arquivos foram mobilizados para propor uma interpretação do que o regime salazarista considerava político na segunda metade do Século XX, das bases em que a propaganda colonial do regime assentou depois da Segunda Guerra Mundial, do tipo de manifestações culturais e das redes intelectuais que tentou reprimir e, ou, englobar no seu aparelho e, enfim, das diversas formas como tal repressão se concretizou. Não podemos deixar de considerar, para além disso, a violência que está inscrita na apreensão, apropriação e sucessiva catalogação que o regime fez de fotografias pessoais, cartas, apontamentos e escritos apreendidos a escritores, intelectuais, aos seus familiares e, conseqüentemente, às comunidades que essas pessoas integravam ou continuam a integrar.

O recurso aos textos literários, jornais, manuscritos inéditos, tenta, por outro lado, constituir-se como um suporte para abordar as ideias de nação (e de nações) que os escritores e as escritoras veicularam nos seus textos, de forma mais ou menos explícita e dependendo de vários níveis de pressão à qual estiveram sujeitos e sujeitas: entre outras condicionantes, mencionamos os silenciamentos relacionados com a censura, a prisão, o exílio, a perseguição política. Os próprios projetos editoriais no seu conjunto, mais do que propriamente as obras singularmente, serão mobilizados com o intuito de abordar essa tensão entre identidade e conflito. Concebidos como projetos coletivos (e, portanto, representativos de uma das possíveis ideias de comunidade, de grupo), as suas estruturas, dinâmicas de funcionamento, limitações e contradições refletem formas de se entender a identidade, tal como distintas formas de gerir a situação originada pelo conflito em curso. Há casos em que, como acontece para a editora Imbondeiro, para além de várias condicionantes relacionadas com questões políticas, repressão, censura, entram em jogo variantes relacionadas com circuitos comerciais, com as finalidades do projeto editorial e, por conseguinte, também a conceção e existência de públicos que potencialmente se reveem no que é publicado.

Estando as categorias de inclusão e exclusão relacionadas com múltiplas formas de se conceber a identidade (e, por reflexo, a nação) baseadas em critérios de inclusão e

¹⁸ Henning Trüper, Dipesh Chakrabarty and Sanjay Subrahmanyam (org), *Historical Teleology in the Modern World*, London, New Dehli, New York, Sidney, Bloomsbury, 2015.

exclusão complexos e determinados por fatores literários, linguísticos, raciais, de género e de classe, elas próprias acabaram por ser, entre grupos distintos, fonte ora de conflito, ora de coesão, na ótica da luta para causas comuns. Paul Gilroy refletiu longamente sobre a problemática implícita no continuar-se a mobilizar ideias de homogeneidade para as construções e reconstruções “nacionais”, com o risco de perpetuarmos um mecanismo que definiu de *cultural insiderism*. Em *The Black Atlantic*¹⁹ sublinhou a predominância de construções culturais para as quais a nação (e, portanto, dizemos nós, a própria identidade nacional) se basearia na ideia de homogeneidade étnica, replicando, por sua vez, o conceito de unidade étnica nas suas construções culturais. Para além do facto de estas construções serem parciais - pois não deixam de representar as crenças, as esperanças e os valores de uma parte da população excluindo, inevitavelmente, outras – eles contribuem, afirma Gilroy, para a racialização dos sujeitos negros que é frequentemente feita na Europa, reproduzindo, mais uma vez, o conceito de raça e negando a função dos negros como agentes da história e da cultura.

Reflexões como a de Gilroy inserem-se, apesar de estarem focadas no presente, no mais amplo contexto das práticas teóricas, factuais e discursivas de problematização da colonização, do colonialismo e da colonialidade levadas a cabo ao longo dos séculos. Entre o que foi produzido, por estarem intimamente ligadas ao contexto que nos cingimos a abordar e pela relevância unívoca que tiveram sobre gerações de pensadores, políticos e revolucionário, vale a pena citar as obras de Frantz Fanon e Amílcar Cabral que, antes das independências políticas dos territórios sobre os quais refletiram, se ocuparam das consequências culturais, políticas e sociológicas do colonialismo.

Não obstante o facto de a oposição entre colonizador e colonizado, tal como concebida na época, ter sido largamente ultrapassada, as reflexões desses intelectuais, políticos e revolucionários africanos não deixam de ser premissas relevantes para abordarmos os debates e as inquietações que caracterizaram a época, para pensarmos as formas como a cultura, a literatura e a nação foram mobilizadas para justificar ou negar a validade de projetos políticos e regimes.

¹⁹ Paul Gilroy, *The Black Atlantic*, London – New York, Verso, 1993.

2 – Libertação e cultura: abordagens conflituais por Frantz Fanon e Amílcar Cabral

Em *Les damnés de la terre*, Frantz Fanon definia a descolonização como um ato necessariamente violento, durante o desenvolvimento do qual haveria uma substituição total e absoluta de um tipo de homem por outro. Influenciado pelo clima da Guerra da Argélia, o intelectual escreveu esse texto em 1959 e só o conseguiu publicar, em semiclandestinidade, dois anos mais tarde, dada a sua proibição por ser o livro considerado lesivo da integridade interna do Estado Francês²⁰. A ideia de substituição total, sem nenhum tipo de transição, refletia a posição utópica do intelectual e psiquiatra argelino originário da Martinica, que acreditava numa mudança radical da sociedade, na libertação total do jugo colonial, sem que isso pudesse contemplar negociações nem fases intermédias. Libertação nacional, restituição, substituição absoluta eram as condições postas pela teorização fanoniana:

“Libération nationale, renaissance nationale, restitution de la nation au peuple, Commonwealth, quelles que soient les rubriques utilisées ou les formules nouvelles introduites, la décolonisation est toujours un phénomène violent. À quelque niveau qu'on l'a étudié: rencontres inter-individuelles, appellations nouvelles des clubs sportifs, composition humaine des cocktails-parties, de la police, de conseils d'administration des banques nationales ou privées, la décolonisation est très simplement le remplacement d'une « espèce » d'hommes par une autre « espèce » d'hommes. Sans transition, il y a substitution totale, complète, absolue.”²¹

A dominação colonial era concebida como um ato violento manifestado na interrupção do regular decurso da vida e das sociedades nativas. Por essa razão, na altura das lutas pela independência, a resposta seria necessariamente violenta, na mesma medida em que o foram a ocupação e a dominação. A “zona colonial”, com a subversão das relações de poder e dominação seria, simplesmente, abolida, sem apelo a valores racionais, pois a

²⁰ Alice Cherk, Préface à l'édition de 2002, in Frantz Fanon, *ivi*, Paris, 2002, p. 39.

²¹ Frantz Fanon, *Les damnés de la terre*, La découverte, Paris, 2002, p. 39. Edição original de 1961, Éditions François Maspero.

racionalidade tinha sido negada aos colonizados na narração do colonizador. Subvertida esta relação, o espaço deixaria, na ótica de Fanon, de existir, inclusivamente pela falta de interesse que o colonizador demonstraria na manutenção em vida desse mesmo espaço após o derrube do poder. A visão fanoniana inscrevia-se, assim, na tradição da crítica marxista tanto do colonialismo como dos valores fundadores da sociedade burguesa. Apesar de oriundo da classe médio-alta da Martinica, foi profundamente marcado pelo trabalho que desenvolveu em vários hospitais franceses e argelinos, com destaque para o de Blida-Joinville, onde foi chefe de serviço. Fanon resolveu abandonar a sua última função para se juntar ao *Front de Libération Nationale* (FLN) em 1956, após ter elaborado as suas conclusões sobre as origens sociais, políticas e culturais das doenças mentais de muitos dos combatentes dos movimentos de libertação na Guerra da Argélia²². Isto considerado também o facto de que, anos antes da eclosão da guerra, houve vários acontecimentos particularmente violentos por parte da administração colonial francesa, que culminaram em massacres da população civil e manifestaram o domínio do regime colonial em toda a sua brutalidade²³.

Os traumas e as suas várias manifestações psiquiátricas (transtornos de estresse pós-traumático, modificações afetivo-intelectuais, problemas psicossomáticos), afirmava Fanon, podiam ser reconduzidos à brutalidade e ao carácter desumanizante da colonização e das práticas a ela associadas, como a tortura. Em alguns casos, seria a própria brutalidade da guerra a desencadear formas de “psychose réactionnelle”. O facto de que estes problemas tivessem tendência para persistir no tempo, com graves implicações quanto à percepção que os sujeitos tinham de si próprios, levou-o a evidenciar quão marcado pela incerteza era o futuro desses doentes²⁴. Analisando as consequências do colonialismo, no capítulo dedicado à reflexão sobre a formação de uma cultura

²² Reiland Rabaka, «Frantz Fanon: Revolutionizing the Wretched of the Earth, Radicalizing the Discourse on Decolonization», in *Africana Critical Theory. Reconstructing the Black Radical Tradition, from W. E. B. Du Bois and C. L. R. James to Frantz Fanon and Amílcar Cabral*, Lanham, Lexington Books, 2009.

²³ Ver a este propósito Mohamed Harbi, «La guerre coloniale a commencé à Sétif», in *Le Monde Diplomatique*, Paris, maio 2005, pág. 21.

²⁴ A posição do intelectual, que chegou a naturalizar-se argelino enquadra-se no mais amplo âmbito dos movimentos pan-africanistas que iam ganhando cada vez mais força no continente, tendo um dos seus momentos mais altos e simbólico no VII Congresso Pan-Africano, que teve lugar em Acra, no Gana, entre 8 e 12 de dezembro de 1958. Participaram do encontro, para além de Fanon, personalidades como Patrice Lumumba, Holden Roberto e Kwame Nkrumah.

propriamente nacional («Sur la culture nationale»), Fanon observou que, para além da pretensão de querer mudar o presente, através da construção de narrativas culturais e históricas que reproduziam a ideia de superioridade do colonizador (como a de subdesenvolvimento económico do colonizado, falta de meios e conhecimentos necessários a uma autonomia, etc.), o colonialismo tinha a pretensão de distorcer, desfigurar e destruir o passado do povo colonizado.

Os movimentos de renovação e cultural levados a cabo pelos intelectuais que tinham como objetivo a independência dos seus países constituiriam, a partir desses pressupostos, um ato legítimo de reescrita e reapropriação da história, inserindo esses esforços num *continuum* com as reivindicações de unidade nacional que os antecederam, na luta contra a distorção generalizada que foi feita do homem negro. Afirmava, assim, Fanon:

“L’ intellectuel colonisé qui décide de livrer combat aux mensonges colonialistes, le livrera à l’ échelle du continent. Le passé est valorisé. La culture, qui est arrachée du passé pour être déployée dans toute sa splendeur, n’ est pas celle de son pays. Le colonialisme, qui n’as pas nuancés ses efforts, n’ a cessé d’affirmer que le nègre est un sauvage et le nègre pour lui n’ était ni l’ Angolais, ni le Nigérien. Il parlait du nègre. Pour le colonialisme, ce vaste continent était un repaire de sauvages, un pays infesté de superstitions et de fanatisme, voué au mépris, lourd de la malediction de Dieu, pays d’anthropophages, pays de nègres.”²⁵

A redução dos povos à categoria de “selvagem” estava acompanhada pela outra face da moeda: a propaganda colonial caracterizada pela ideia de missão civilizadora, que caracterizou, de formas variáveis, todos os impérios, assentando nos pressupostos de hegemonia e superioridade cultural, mas também de organização social e reduzindo o outro (Edward Said diria, vinte anos mais tarde, o “Oriental”) à categoria de objeto observado, descrito, catalogado. Os povos são condenados à não ação, ao não lugar, à não cultura, à exterioridade permanente. A sua história, as suas culturas e as suas tradições são objeto de construções e reconstruções, sem que as suas vozes e as suas comunidades sejam ouvidas, valorizadas, dignificadas, apesar das transformações da conceção de

²⁵ Frantz Fanon, *Jvi*, p. 202.

missão civilizadora, frequentemente implícita e que visa uma sua infinita perpetuação²⁶. Essas reflexões de Said tiveram, como estamos a ver, antecedentes – ainda durante os conflitos, nas teses de Fanon, para o qual a própria reação dos homens e dos intelectuais africanos à deformação do mundo africano reproduzida no imaginário colonial era constantemente travada pela ação do colonialista o qual, com o pretexto de contribuir para o desenvolvimento económico e a criação de infraestruturas, tomava medidas determinantes para “cristalizar” a consciência nacional²⁷.

O Pan-Africanismo configurava-se, nesta ótica, como uma alternativa urgente e necessária à uniformização e distorção que era feita do continente africano, dos seus povos e tradições, pelas potências europeias através dos seus mecanismos de propaganda colonial. Já em 1946, com vinte e um anos de idade, o jovem Fanon apoiava a eleição de Aimé Césaire, na altura em que este participava nas eleições da Quarta República da Martinica como candidato do Partido Comunista. Longe de ser um promotor da Negritude e da renovação da consciência negra num plano meramente teórico, Césaire preocupava-se, como observado por Reiland Rabaka, com o primado da *praxis* sobre a reflexão, sem fazer distinções entre africanos e afrodescendentes, independentemente do facto de que eles se encontravam em contexto colonial, neocolonial ou, até, pós-colonial²⁸. Neste sentido, as elaborações de Fanon não podem ser reconduzidas unicamente a uma conceção marxista: o intelectual não se limitou a propor uma libertação pelo proletariado, mas também pelo lumpemproletariado (ou subproletariado), considerado pela tradição marxista como desprovido de consciência de classe e, portanto, como inativo na subversão da ordem capitalista²⁹. A adesão às teorias negritudinistas e a fé convicta na urgência da passagem à ação são manifestas na mudança profunda que, a partir dos anos 50, teve lugar na vida e no universo ideológico-intelectual do autor. Como foi sublinhado por Michael Azar: «Fanon locates his own “I”: it is no longer “we Frenchmen,” or “we Martinicans,” but rather “we Algerians.”³⁰». Longe de ser secundária, a deslocação física e cultural do eixo França-Martinica para a Argélia representou não só uma escolha ética

²⁶ Edward Said, *Orientalism*, New York, Vintage Books, 1978.

²⁷ Frantz Fanon, *Ivi*, p. 198.

²⁸ Reiland Rabaka, *Ivi*, págs. 160 – 171.

²⁹ Ver por exemplo, as críticas levadas a cabo por Jairus Banaji, Rakesh Bhandari e sintetizadas, sucessivamente, por Marcel Van der Linden no artigo «O conceito marxiano de proletariado: uma crítica», in *Sociologia e Antropologia*, vol. 6, nº.1, Rio de Janeiro, jan./abr. 2016. Disponível www.scielo.br/pdf/sant/v6n1/2236-7527-sant-06-01-0087.pdf. Consultado em 25/03/2019.

³⁰ Michel Azar, «In the name of Algeria, Frantz Fanon and the Algerian Revolution», in Anthony C. Alessandrini (org), *Frantz Fanon, Critical perspectives*, London, Routledge, 1999, pág.77.

que se concretizou no abandono da sua posição no hospital, mas também numa evidente tomada de consciência, como afirma Azar, da impossibilidade de realização de uma assimilação e integração efetivas. A liberdade e a igualdade não tinham, para Fanon, espaço no sistema colonial, quaisquer que fossem a sua composição e as suas características. Fanon repensou e recolocou a sua posição no mundo, o seu pessoal eixo identitário e cultural, deslocando-o do Caribe para África, do assimilado inserido na máquina colonial para o africano que lutava pela libertação. Deslocação espacial, essa, que com moldes diferentes foi vivida, naqueles anos, pelos intelectuais anticoloniais africanos que se encontravam em territórios sob dominação portuguesa: Agostinho Neto, Adolfo Maria, Amílcar Cabral, Alda Espírito Santo, Henrique Abranches, Luandino Vieira, Mário Pinto de Andrade, Marcelino dos Santos, Noémia de Sousa, entre outros.

Essa visão, pertinente e certamente necessária no período histórico em que se inseriu, evoca questões e interrogações sobre a possibilidade de realização, para além de espaços utópicos, de uma mudança total e abrupta da sociedade, pondo um ponto final numa fase histórico-cultural ou política. Não obstante a convicção, como vimos, na “libertação total” sem mediações, na altura em que se referia às elaborações nacionalistas Fanon sublinhava como elas não pretendessem inventar a cultura, mas antes constituir-se como ato de afirmação da cultura nacional. Mesmo no caso em que tal afirmação se manifestasse de forma violenta, ela não seria mais do que a consequência de um paradoxo que permitia o acesso a novos valores e modelos alternativos, resultantes de tensões internas e externas à sociedade a que se referiam: “If colonialism is fundamentally paradoxical, a contradiction in its very nature, then its elimination depends upon an engagement with paradox³¹”. Esse mesmo paradoxo faria com que, por outro lado, até segmentos do proletariado nos países dominantes fossem levados a achar que os seus interesses estavam exclusivamente ligados à sua identidade nacional ou ao seu “destino imperial”. Interpretada nesta perspetiva, entende-se a força disruptiva que as lutas de libertação tiveram não só para os seus povos, mas também na internacionalização das lutas, na criação da ideia de que outro mundo fosse possível:

“The most significant instances of revolt and revolution against these modern power structures therefore were those that posed the struggle against exploitation together with

³¹ Kadiatu Kanneh, *African identities. Race, nation and culture in ethnography, pan-africanism and black literatures*, Routledge, London and New York, 2002, pág. 85.

the struggle against nationalism, colonialism, and imperialism. In these events humanity appeared for a magical moment to be united by a common desire for liberation, and we seemed to catch a glimpse of a future when the modern mechanisms of domination would once and for all be destroyed. The revolting masses, their desire for liberation, their experiments to construct alternatives, and their instances of constituent power have all at their best moments pointed toward the internationalization and globalization of relationships, beyond the divisions of national, colonial, and imperialist rule³²”.

Para além do paradoxo, cultura e libertação nacional complementar-se-iam, através de uma relação de alimentação mútua que levaria a cultura a fomentar a libertação nacional, e a ideia de futura nação a fomentar a cultura. São dinâmicas que reconhecemos terem estado presentes também na elaboração literária anticolonial produzida em língua portuguesa durante a guerra, e que já foram amplamente evidenciadas, na área dos estudos literários sucessivos às independências, por Alfredo Margarido, Carlos Ervedosa, José Carlos Venâncio, Manuel Ferreira e Pires Laranjeira antes, e também por Ana Mafalda Leite, Ana Maria Martinho, Elena Brugioni, Inocência Mata, Laura Cavalcante Padilha, Luís Kandjimbo, Rita Chaves, Tânia Macedo, entre outros.

No campo da análise da cultura nacional o intelectual naturalizado argelino oferecia, ainda, pistas de reflexão sobre os mecanismos de emancipação e os processos de gradual descolonização mental dos que definia de “*intellectuel(s) colonisé(s)*”. Tendo interiorizado e feito suas as estruturas mentais, as formas e moldes de pensamento ocidentais, os processos pelos quais intelectual colonizado passaria concretizavam-se no reconhecimento de que a matriz cultural de que o próprio intelectual se tinha apropriado era totalmente inadequada à representação do imaginário africano, identificando disparidades no seu estatuto. Se Said abordou a questão falando da ideia de autoridade lembremos também, a esse propósito, as reflexões que em meados dos anos ‘80 levou a cabo, em *Decolonising the mind*, Ngũgĩ wa Thiong’o. Ao afirmar “Our whole conception of ourselves as a people, individual and collectively, is based on those pictures and images which may or may not correctly correspond to the actual reality of the struggles with

³² Michael Hardt, Antonio Negri, *Empire*. Cambridge, London: Harvard University Press, 2000, págs. 43-44.

nature and nurture which produced them in the first place³³”, o intelectual queniano identificava na colonização britânica a origem da destruição da tradição, de conceitos como o de “empty space” tentando instituir o seu controlo sobre as comunidades através do confinamento em espaço fechados (escolas, teatros, igrejas) levado a cabo pelos missionários e pela administração colonial. Para sair deste imaginário cultural branco, Fanon considerava a valorização imprescindível de um “aliment culturel à la mesure du panorama glorieux étalé par le dominateur”³⁴.

Também Amílcar Cabral destacou, em *Unidade e Luta*, que os contactos com outras realidades, com formas de pensamento e de atuação políticas vindas de outros lugares do mundo ou do continente, poderiam ser percebidos como estranhos à causa da Guiné e Cabo Verde. Identificavam-se, portanto, como sendo imprescindíveis a concretização de uma ação político-social a partir da realidade local e a adaptação das práticas e ações ao contexto cotidiano e real do povo, com base nas suas condições materiais e históricas que condicionavam a sua interpretação da realidade:

“Há gente no mundo que pensa que a realidade depende da maneira como o homem a interpreta. A realidade, coisas que se vêem, que se tocam, que se sentem, o mundo que está á volta de cada ser humano, para essa gente é o resultado daquilo que o homem tem na cabeça. Há outras pessoas que pensam que a realidade existe e o homem faz parte da realidade. Não é o que ele tem na cabeça que vai determinar a realidade, mas é a própria realidade que determina o homem. O homem é parte da realidade, o homem está dentro da realidade e não é aquilo que se tem na cabeça que determina a realidade. Pelo contrário, a própria realidade em que o homem vive é que determina as coisas que o homem tem na sua cabeça.”³⁵

A aniquilação da cultura de um povo, ainda mais evidente em situações de conflito, era para Cabral uma das formas mais eficazes de o dominar, e a resistência cultural representava a melhor forma de luta contra esse domínio:

³³ Ngũgĩ wa Thiong’o, *Decolonising the mind: the Politics of Language in African Literature*, Oxford, Nairobi, Portsmouth, James Currey, EAEP, Heinemann Educational, 1986, pág. 15.

³⁴ Frantz Fanon, *Ivi*, p. 209.

³⁵ Amílcar Cabral, «Alguns princípios do partido» in *Unidade e Luta*, Lisboa, Seara Nova, 1974. Texto manuscrito disponível in <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07197.166.042>

“Com efeito, pegar em armas para dominar um povo é, acima de tudo, pegar em armas para destruir ou, pelo menos, para neutralizar e paralisar a sua vida cultural. É que, enquanto existir uma parte desse povo que possa ter uma vida cultural, o domínio estrangeiro não poderá estar seguro da sua perpetuação. Num determinado momento, que depende dos factores internos e externos que determinam a evolução da sociedade em questão, a resistência cultural (indestrutível) poderá assumir formas novas (políticas, económicas, armadas) para contestar com vigor o domínio estrangeiro.”³⁶

Noutro contexto, este intelectual e revolucionário afirmou que a cultura era um “elemento essencial da história de um povo”, “talvez a resultante dessa história como a flor é a resultante de uma planta”³⁷. Na sua reflexão elaborada a partir de uma interpretação da realidade de inspiração marxista, o foco desta interpretação do papel da cultura assentava nas forças e nos modos de produção de que determinada sociedade dispunha para o seu desenvolvimento. As consequências da evolução e do contexto específico de determinado território seriam, assim, sintomáticas do meio em que a cultura se modifica e altera. História e cultura permitiriam, na teorização de Cabral, uma interpretação cabal da realidade, num binómio que tem no seu centro a sociedade e a consciência social:

“Se a história permite conhecer a natureza e a extensão dos desequilíbrios e dos conflitos (económicos, políticos e sociais) que caracterizam a evolução de uma sociedade, a cultura permite saber quais foram as sínteses dinâmicas, elaboradas e fixadas pela consciência social para a solução desses conflitos, em cada etapa da evolução dessa mesma sociedade, em busca de sobrevivência e progresso.”³⁸

³⁶ Amílcar Cabral, in *Ivi*.

³⁷ Já depois da morte de Eduardo Mondlane, em 1969, pelas mãos da P.I.D.E., Cabral proferia uma celeberrima conferência nos Estados Unidos, em Nova Iorque. O programa em Eastern African Studies da Syracuse University tinha instituído a *Eduardo Mondlane Memorial Lecture Series*, envolvendo a participação do líder do P.A.I.G.C. em 20 de Fevereiro de 1970, com uma conferência proferida em francês, chamada «Libération Nationale et Culture». O texto integral de «National Liberation and Culture», traduzido para Inglês por Maureen Webster, está disponível na obra *Return to the Source, Selected Speeches by Amílcar Cabral*, editado pela Africa Information Service, Monthly Review Press, New York and London, 1973 e na Casa Comum: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04309.007.010>. As questões que Cabral levanta neste e noutros textos relativos à elaboração cultural, aos processos de colonização e descolonização e ao papel desempenhado pela cultura nos processos mencionados, não só tinham relevância na altura em que foram apresentados e publicados, como nos oferecem pistas de reflexão sobre o estado atual do debate sobre a colonização portuguesa em África e as suas consequências. A versão em Português é consultável online no site da Buala: www.buala.org/pt/mukanda/libertacao-nacional-e-cultura

³⁸ Amílcar Cabral, *Ivi*.

Analisando diversos aspetos do mesmo fenómeno, respetivamente “natureza e extensão” e “dinâmica”, história e cultura revelar-se-iam um binómio imprescindível e intrinsecamente ligado às lutas de libertação. Cabral sublinhava que, antes das lutas de libertação nacional, e na qualidade de manifestações unívocas da necessidade e urgência de afirmação externa da própria “personalidade cultural”, as manifestações culturais se focavam, frequentemente, na intensificação da negação das condições de domínio, na recusa da sujeição e na contemporânea e firme apropriação do lugar cultural. A libertação nacional devolveria, para Cabral, a reconquista do direito a ter a própria história, ou como sublinhado por Julião Soares Sousa:

“implicava, necessariamente, libertação das “forças produtivas” e a eleição de um “modo de produção” conveniente e adequado à evolução dos povos dominados, quando, sem complexos ou subestimação dos aspectos culturais do opressor, este fosse capaz de retomar o seu próprio caminho. Cabral definia, desta maneira, o fenómeno de libertação nacional como sendo um acto de cultura e o movimento de libertação como “a expressão política do povo em luta”, que devia ser conhecida pela direcção desse movimento.³⁹”

Esse é inegavelmente um dos pontos em que as teorias fanoniana e cabralista confluíam: Fanon reconheceu no aparecimento de novos estilos e novas técnicas comunicativas uma forma de luta cultural, na medida em que eles se esforçavam por dar visibilidade e voz, ao mundo, às comunidades, às realidades que os escritores tinham urgência de representar, realidades essas que eram ocultadas e negadas pela cultura dominante. O próprio estilo literário é interpretado por Fanon como sendo o resultado de tensões experienciadas pelo autor e pela sociedade no seu complexo. Recursos estilísticos que fugiam ao cânone colonial teriam o mérito de dar visibilidade à urgência de materializar, mais do que propriamente o aspeto racial, o sofrimento do colonizado, assim como a necessidade de libertação e expiação de uma parte do seu ser já sentida como estranha. Como se o organismo hospedeiro tivesse de se livrar dela:

“Style heurté, fortement imagé car l'image est le pont-levis qui permet aux énergies inconscientes de s'éparpiller dans les prairies environnantes. Style nerveux, animé de rythmes, de part en part habité par une vie éruptive. Coloré aussi, bronzé, ensoleillé et violent. Ce style, qui a en son temps étonné les occidentaux, n'est point comme on a bien voulu le dire un caractère racial mais traduit avant tout un corps à corps, révèle la nécessité

³⁹ Julião Soares Sousa, *Amílcar Cabral. Vida e morte de um revolucionário africano (1924 – 1973)*, Lisboa, Vega Editora, IIª edição, 2012, p. 296.

dans laquelle s'est trouvé cet homme de se faire mal, de saigner réellement de sang rouge, de se libérer d'une partie de son être qui déjà renfermait des germes de pourriture. Combat douloureux, rapide, où immanquablement le muscle devait de substituer au concept.”⁴⁰

Tal evocação, contudo, não constituía ainda, na ótica de Fanon, uma real superação da lógica colonial e da sua *forma mentis*: manifestava-se toda a problemática da valorização do nativo e o facto de o intelectual assimilado ter saído do eixo da cultura dominante, subvertendo valores interiorizados. Assim, uma vez que os colonialistas, “qui avaient savouré leur victoire sur ces assimilés, se rendent compte que ces hommes que l'on croyait sauvés” (...) “commencent à se dissoudre dans la négraille, tout le système vacille⁴¹”. À fase de *pré-combat*, suceder-se-ia, assim, a terceira e última fase de desenvolvimento da literatura nacional identificada por Fanon: a de *combat*, em que os colonizados deixam de ser personagens para se tornarem agentes ativos da sua própria história. Indivíduos que nunca teriam imaginado de se dedicarem à escrita dariam, assim, vida a uma nova literatura: “Littérature de combat, littérature révolutionnaire, littérature nationale”. Nesta fase de consciencialização, em que se indivíduos das mais díspares origens socioculturais se uniam, acabariam por ser produtoras de cultura escrita mesmo aquelas pessoas que nunca teriam imaginado vir a dedicar-se a tal atividade. Colaborariam na construção da cultura nacional e do seu imaginário pessoas provenientes de várias classes sociais e com orientações divergentes. É aqui que a utopia do pensamento fanoniano se manifesta em toda a sua força: o sonho da participação de todos na literatura, na cultura e no projeto nacional entrava em conflito com todo nacionalismo burguês, movido não pelo desejo de pôr fim à exploração capitalista, mas com o propósito de uma simples substituição da classe dominante. Como observado por Neil Lazarus:

“Readers familiar with Fanon’s work will recall that in his essay on “The Pitfalls of National Consciousness” in *The Wretched of the Earth* he produced an excoriating critique of bourgeois anticolonial nationalism, an ideology aimed at the (re)attainment of nationhood through means of the capture and subsequent “occupation” of the colonial state, and which on his reading represented only the interests of the elite indigenous classes. Fanon characterized bourgeois anticolonial nationalism as “literally...good for nothing” (1968:176). Its specific project, he wrote, was “quite simply...[to] transfer into

⁴⁰ Frantz Fanon, *Ivi*, págs. 209-210.

⁴¹ Frantz Fanon, *Ivi*, p. 210.

native hands”— the hands of bourgeois nationalists — “those unfair advantages which are a legacy of the colonial period” (152). The social aspirations of the bourgeois nationalists were geared toward neocolonial class consolidation: this meant that their “historic mission” was to constitute themselves as functionaries, straddling the international division of labor between metropolitan capitalism and the subaltern classes in the peripheries.⁴²

Não obstante as reiteradas referências à situação argelina e à luta da FLN contra a dominação francesa, o universalismo da luta, tal como a vocação internacionalista, emergiam no apelo aos jovens africanos, em linha com as tendências da época. A luta, seria, dessa forma, não só a de um povo, mas antes a luta internacional de todos os que se insurgiam contra as injustiças e a negação sistemática do seu povo e, consequentemente, da sua própria existência. Da mesma forma, e sem esquecer as lutas concretas do povo guineense e cabo-verdiano, os apelos culturais e políticos de Amílcar Cabral refletiam uma visão universalista e internacionalista, definindo, a partir do caso concreto dos seus países, a relação entre libertação e cultura, a necessidade de instrução do povo, a iminência da luta de que o próprio povo se fazia porta-voz ativo. O universalismo de Cabral consistia, antes de mais, na capacidade de abstração do seu contexto concreto e, ao mesmo tempo, no reconhecimento da necessidade de a luta ser local e de ela estar radicada na vida do povo, na habilidade em identificar aspetos comuns a todas as culturas e que se propõem como modelo para outras lutas e outras reivindicações.

Sortir de la grande nuit de Achille Mbembe testemunha toda uma tradição de estudos pós-coloniais, estudos subalternos, que remetem, de forma mais ou menos explícita, para as teorias fanonianas: desde Edward Said até Gayatri Spivak, desde Homi Bhabha até Paul Gilroy, passando pela influência de Gramsci⁴³. No que respeita a problematização das consequências da colonização e as suas permanências, essa tradição partilha preocupações com os estudos decoloniais, assim como há concordância em definir o colonialismo e, ou, a colonialidade como fenómenos violentos que, a partir da sua afirmação e com mecanismos ativos até hoje, têm fomentado a violência sob pretextos

⁴² Neil Lazarus, «Disavowing Decolonization. Fanon, nationalism, and question of representation in postcolonial theory», in Alessandrini, *Ivi*, págs. 385- 386.

⁴³ Achille Mbembe, *Sortir de la grande nuit. Essai sur l'Afrique décolonisée*, Paris, La Découverte, 2013, págs. 110 – 128.

raciais e atuado a partir das sociedades ocidentais e da imposição do eurocentrismo em outros espaços, no esforço de manutenção de equilíbrios de poder globais⁴⁴.

3 – Fontes, estrutura e outras considerações metodológicas

Consideradas estas premissas metodológicas e teóricas, foram consultados fundos arquivísticos em Portugal e Angola. Os principais arquivos consultados foram o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Fundos PIDE, SNI, Arquivo Oliveira Salazar, Tito de Morais), o Arquivo Histórico-Diplomático (AHD), o Casa Comum - Arquivo da Fundação Mário Soares (CC), o Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A) e o Arquivo Histórico Nacional de Angola (AHNA). Essa pesquisa foi paralela ao estudo de textos, jornais, panfletos, entrevistas com escritores (com recurso especial à série de entrevistas realizadas por Michel Laban e publicadas entre 1988 e 1991⁴⁵), jornalistas e intelectuais da época, a partir de material publicado, disperso ou incluído nos acervos da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), da Biblioteca Nacional de Angola (BNA) e da Biblioteca do Governo Provincial de Luanda (BGPL). Foram recolhidos, sempre que possível, depoimentos através de entrevistas. É oportuno lembrar como o acesso a entrevistas e às fontes acima mencionadas, bem como a sua disponibilidade em detrimento de outro tipo de fontes ou material arquivístico, marcou decisivamente o rumo que esta pesquisa seguiu. Foi assim, e por causa de sucessivas limitações também associadas ao período excecional vivido em 2020 e que impossibilitaram deslocações previstas a outros países, como Moçambique, que a pesquisa acabou por debruçar-se

⁴⁴ Essas relações foram abordadas, há uns anos, por Sabelo J. Ndlovu-Gatsheni, *Coloniality of Power in Postcolonial Africa. Myths of Decolonization*, Dakar, Codesiria, 2013. Ndlovu-Gatshen retoma as categorias fanonianas de colonizador e colonizado para explorar a ideia de violência da colonialidade com base na dominação: “The concept of coloniality of being locates the roots of violence against Africans and other colonized people within the expansion of Western modernity. It qualifies Casparus Barleus’ colonial dictum of ‘beyond the equator there are no sins’ by making the lives of colonized hellish. Coloniality of being captures the central question of the effects of coloniality on lived experiences of the colonized people that were mediated by the master-slave and colonizer- colonized dialectic where violence was naturalized and routinized as a key feature of colonial government. The anarchic and traumatic moment of the constitution of the colonizer and the colonized subjectivities within the colonial encounters symbolized by the meeting of Europeans and Africans led to the birth of what Fanon termed ‘existentialia’ of the ‘subject’ of the coloniality of being. Fanon in his critique of Hegel’s ideas on ontology, Frantz Fanon did not only contribute towards an alternative depiction of the master-slave dialectic but, as Maldonado-Torres (2007: 242) argues, he also advanced a rethinking of ontology in the light of coloniality and the search for decolonization in his acclaimed book *Black Skins, White Masks* (1968)” (págs. 132 -133).

⁴⁵ Michel Laban, *Encontro com escritores*, Fundação Engenheiro António de Almeida, Porto, vários volumes 1988 -1991.

principalmente sobre, e a partir do contexto de Angola. Não podemos deixar de assinalar como, contudo, nas épocas de que nos ocupamos a ideia de nação era principalmente instrumental para a afirmação de outras ideias não necessariamente ligadas a questões territoriais. Simplificando, mencionamos as de opressão, libertação, cultura, pan-africanismo, negritude, irmandade, conflito, povo. Os seis capítulos que compõem esta tese tentaram abordar contextos legais e políticos, lógicas de propaganda, mentalidades, condicionamentos e dinâmicas de resistência que caracterizaram o tempo da Guerra Colonial (também chamada de Guerra de Libertação ou Guerra do Ultramar, não deixando de ser as distintas definições significativas das tensões que animaram a época). Nos últimos anos, tais questões têm sido analisadas, se bem que com propósitos e finalidades distintas, sobretudo em obras coletivas, entre as quais destacamos as que foram organizadas por Dalila Cabrita Mateus, Álvaro Mateus, Cláudia Castelo, Thomaz, Nascimento, Cruz e Silva, Miguel Cardina e Bruno Sena Martins⁴⁶.

Neste sentido, recorreu-se necessariamente a ficções narrativas que reenviam para épocas, contextos geográficos, imaginários culturais distintos daquele que, na altura, era o espaço colonial do império português, elementos bem presentes nos debates literários e intelectuais da época, nas publicações literárias e nos questionamentos teóricos.

O primeiro capítulo, «Literaturas Africanas e controlo da opinião pública: resistência, censura e luso-tropicalismo. Os tempos da Guerra (1961-74)» ocupar-se-á do contexto legal e social instituído nas colónias africanas nos anos 50, após a Reforma Constitucional e a seguir à alteração do *Estatuto dos Indígenas* e a instituição, pelo governo salazarista, do Gabinete de Negócios Políticos. Sendo o capítulo que, como unidade, mais extensão tem na estrutura da tese, nele abordam-se várias questões relacionadas com a mentalidade e as lógicas repressivas do regime, com a propaganda feita junto da opinião pública e com as formas em que isso se traduziu no âmbito literário e com as políticas censórias ao longo do conflito armado.

Partindo da ideia de que o *Estatuto*, longe de representar mudanças reais na vida das populações autóctones africanas, foi antes de mais uma estratégia do regime na perpetuação da sua presença em África, em resposta à mudança das dinâmicas políticas a

⁴⁶ Estou a pensar nas obras Dalila Cabrita Mateus e Álvaro Mateus, *Angola 61. Guerra Colonial: causas e consequências. O 4 de Fevereiro e o 15 de Março*, Texto, Alfragide, 2011; Castelo, Thomaz, Nascimento, Cruz e Silva, (org), *Os Outros da Colonização, Ensaio sobre o colonialismo tardio em Moçambique*, Lisboa, ICS, 2012; Miguel Cardina, Bruno Sena Martins (org) *As voltas do passado. A guerra colonial e as lutas de libertação*, Lisboa, Tinta da China, 2018.

seguir à Segunda Guerra Mundial e às pressões da ONU, analisar-se-á a forma como o paradigma luso-tropical, antes rejeitado pelo Estado Novo, foi reinventado e mobilizado com o intuito de travar as reivindicações de autonomia derivadas do contexto africano e das reivindicações independentistas, desde o movimento pan-africanista até às pressões exercidas pelo bloco socialista. Inspirada nas teorias de Gilberto Freire, a ideia de missão civilizadora do povo português, associada à ideia da bondade e da capacidade de miscigenação, pode ser comparada a outras ideologias coloniais do Sul de Europa, tais como a propaganda colonial italiana. As missões de representação do governo salazarista na ONU, cujos relatos são transcritos em documentos do AOS, confirmam como essas preocupações eram centrais na lógica de gestão do poder, tal como o esforço na elaboração de uma contrapropaganda baseada na ideia de nação única e pluricontinental assentasse, de facto, em divisões raciais. Os acontecimentos de 5 de fevereiro de 1961 e, antes disso, a repressão de protestos populares em Angola com recurso à utilização de napalm comprometeram, de forma substancial, a já frágil imagem de harmonia racial do regime. A imprensa internacional, com destaque para a de propaganda anticolonial, denunciou as violências e, nesse contexto, foram realizadas ações de censura, de contrapropaganda (como a instituição da Acção Psicológica em Moçambique ou as ligações com a atividade da Aginter Press em Portugal).

A partir de 1926, em Portugal introduziu-se a censura prévia de textos cujos assuntos estivessem relacionados com questões militares (Decreto 12.008, de 29 de julho de 1926), posteriormente legitimada, e privada do seu carácter de excecionalidade, durante o Estado Novo, através do Decreto-Lei 22/469, de 11 de Abril de 1933. Os episódios de 1961 puseram definitivamente em questão as justificações em que a colonização portuguesa dos territórios africanos assentava, assim como as visões edulcoradas e positivas da política portuguesa em África, que ainda resistiam em alguns sectores da opinião pública. A censura atuou, neste sentido, a partir de uma ideia de contenção dos danos e de limitação de circulação material das obras privilegiando, pelo menos durante os primeiros anos do conflito, a escolha de limitação sobre a da proibição. Nessa altura, quadros do aparelho censório, muitos dos quais militares, foram formados em Portugal e enviados para as colónias. As mudanças estruturais que se realizaram entre o segundo semestre de 1964 e 1965, com a elevação de vários postos da PIDE a Subdelegações, e a criação de novos Postos de Vigilância, teve reflexo em vários casos relevantes a nível censório e repressivo que serão analisados ao longo da tese. Ver-se-á, enfim, como durante o

Marcelismo, e apesar da eliminação do termo censura da legislação em 1972, a sua prática teve continuidade graças à instituição do Exame Prévio para situações de ameaça à integridade nacional, tal como a situação de conflito. Os ficheiros relativos à censura de livros que constam da Correspondência Recebida e Expedida do Gabinete do Diretor do SNI entre 1971 e 1974 será utilizada para traçar algumas tendências gerais, relativas às proibições e aos assuntos mais censurados, da mesma forma em que os pareceres darão pistas sobre o tipo de lógica censória em vigor naqueles anos.

No segundo capítulo, «A máquina censória e o condicionamento da atividade literária: os casos de José Craveirinha, Luandino Vieira e José Ramalho» serão utilizados três exemplos distintos e específicos para refletir sobre as formas de censura, repressão e condicionamento literário que foram levados a cabo pelo regime. Esses casos são considerados paradigmáticos das distintas formas de gestão, por parte do regime, dos intelectuais pertencentes à oposição anticolonial e das suas produções ou da sua imagem pública. A Aginter Press, sediada em Lisboa, para além de ocupar-se da difusão de folhetos e fascículos de propaganda, produziu um boletim focado em denunciar os riscos derivados da arte subversiva e de como a ideia de desordem estava a ela intimamente ligada. Sendo o receio de repercussões internacionais uma das principais preocupações, foi na tentativa de limitar a imagem negativa do regime junto da comunidade internacional que se tentou forçar, através da ação conjunta da PIDE, do aparelho ministerial e de intelectuais e jornalistas afetos ao regime, a inserção de José Craveirinha no panorama intelectual. Tentou-se, assim, forçar a sua participação em programas televisivos como “Presença do Ultramar”, e foram exercidas pressões pela Agência Geral do Ultramar no sentido de serem proporcionados contactos desportivos da equipa de futebol moçambicana, que o escritor acompanhava. A prisão do escritor também causou, em 1969, uma mobilização internacional realizada por iniciativa de Amnesty International, igualmente gerida a nível político.

No que respeita a relação entre censura e condicionamento da atividade literária, trazem-se, ainda, dois casos muito diferentes entre si: o de Luandino Vieira e o de José Ramalho. Se o primeiro é internacionalmente conhecido, tal como a sua obra *Luuanda* e o escândalo que esteve relacionado com o encerramento da Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE), o mesmo não se pode dizer em relação a José Ramalho e ao seu manuscrito que, para além de ser fragmentário, permanece inédito. Ambos os autores sofreram repressão da PIDE e foram presos políticos durante o conflito, ambos passaram pelo Aljube e por

várias outras prisões coloniais. Ambos nascidos em Portugal, um tinha passado grande parte da sua vida em Angola, o outro em Moçambique. Se a obra de Luandino estava focada na representação dos musseques de Luanda, o livro de poemas inédito *Caminheiros resolutos insubmissos*, da autoria de Ramalho, tem como temas centrais a sublevação e a resistência, com referências explícitas a momentos fundacionais da narrativa nacionalista de alguns movimentos de libertação africanos: ANC, SWAPO e FRELIMO.

No terceiro capítulo, «Conceções identitárias, debate sobre literaturas nacionais e conceitos de nação na imprensa periódica angolana e moçambicana: quatro jornais», abordar-se-ão as formas como as ideias de nação foram veiculadas e debatidas, a partir de artigos, ensaios, poemas e textos literários publicados em jornais periódicos comerciais africanos, sujeitos à censura prévia, no período entre 1961- 1964: *ABC*, *Diário de Angola*, *Jornal de Benguela*, *O Intransigente*, e *A voz de Moçambique*. Nesse tipo de produções é evidente, com exclusão do *Jornal de Benguela* que naquela época traduzia posições afincadamente reacionárias, a tensão entre distintas formas de narrativização da história, da cultura e da linguagem, entre formas de construir e trabalhar o imaginário. Nestas produções conviveram, assim, a reprodução do exotismo colonial, o assimilacionismo, o luso-tropicalismo, a ideia de superioridade da cultura portuguesa, o internacionalismo, o pan-africanismo, a valorização da cultura negra e do imaginário local, as evocações neorrealistas, as referências culturais do bloco soviético⁴⁷, etc. Essa convivência foi, óbvia e marcadamente, conflitual, sendo caracterizada pela produção e reprodução das

⁴⁷ Falando aqui em “bloco soviético”, estamos necessariamente a reduzir ao essencial toda uma rede de relações culturais e políticas complexas entre países, que se inseriam no contexto da Guerra Fria. Em artigo de 2019, Ludovic Njuh evidenciou, porém, a relevância de distinguir entre as orientações de Moscovo e as de Belgrado, pois elas se relacionavam diretamente com questões socioeconómicas: “En plus du transfert des pouvoirs politiques, la décolonisation s’accompagne de l’épanouissement socio-économique. Bien que négligé chez les puissances coloniales, cela nécessitait d’une coordination d’action entre les colonisés. La décolonisation avait aussi besoin d’être soutenue et défendue. Ce soutien, est octroyé par les pays anticolonialistes. En tant que doctrine de militantisme et de soutien en faveur de la décolonisation, l’anticolonialisme se manifeste dans le cœur des nations qui ont eu une expérience coloniale, ou du moins une situation de domination s’en rapprochant. C’est dans ce cadre que s’insère en partie l’inclinaison anticolonialiste de nombreux pays au début du XXe siècle. Tel a été précisément le cas de la Russie et de la Yougoslavie, comme nous expliquerons ci-après. Les contradictions qui surgissent au sein de l’Union soviétique après 1945 suscitent cependant une métamorphose de cette base idéologique. Mais malgré le schisme, celui de la Yougoslavie en l’occurrence, on remarque une constante durant la Guerre froide, à savoir la convergence des intentions de Moscou et de Belgrade pour ce qui est de l’anticolonialisme. Moscou voit en la colonisation une entreprise capitaliste qu’il faut combattre partout dans le monde. Pour Belgrade, c’est une forme d’occupation et de domination étrangère qu’elle a connue et qu’elle exècre”. Ludovic Boris Pountougnigni Njuh, *Moscou*, «Belgrade et l’anticolonialisme: dynamiques historiques d’une aide extérieure à l’émancipation de l’Afrique (dé)colonisée (1920-1990) in *Diacronie. Studi di Storia Contemporanea*, n° 37, 1/2019, pág. 5.

categorias de colonizador e de colonizado, complementadas por discursos sobre a possibilidade de edificação de sociedades multirraciais.

Os condicionamentos derivados da censura (na forma de censura institucional ou da autocensura) estavam acompanhados pelos condicionamentos resultantes da atividade da PIDE, que exercia pressões junto de jornalistas e redatores, não raramente através da instituição de processos-crime a cargo dos jornais, como no caso do *ABC*, *Diário de Angola*. Neste contexto, assistiu-se à proliferação de debates sobre “literatura angolana”, “literatura moçambicana” e “literatura ultramarina”, em que os termos foram utilizados para demarcar concepções da arte e, ao mesmo tempo, em função de posicionamentos ideológicos e políticos. Assim, nas páginas do *ABC*, Eugénio Ferreira entrará em polémica com Leonel Cosme e Garibaldino de Andrade relativamente à publicação dos *Contos d’África*⁴⁸ pela Imbondeiro e João Alves das Neves (sob o pseudónimo de Mário Fragoso) criticará os *Poetas de Moçambique*⁴⁹ editados pela CEI e prefaciados por Alfredo Margarido. Haverá referência às reflexões e aos posicionamentos de Mário António que, por causa da sua trajetória pessoal e política, se distanciou tanto da literatura colonial, como da literatura anticolonial, e de um grande debate nascido à volta do chamado “caso Falcato”, que envolveu também a *Seara Nova*. As posições de Orlando de Albuquerque, que se referia ao “destino atlântico da raça”, atingem o ideário luso-tropical sublinhando, ao mesmo tempo, a implícita superioridade das culturas e literaturas europeias em relação às africanas. O *ABC* acabou por sofrer, igualmente, infiltrações da PIDE, ficando notório entre a população de Luanda que o suplemento «Tribuna dos Musseques» era o porta-voz da polícia política.

Se o *Jornal de Benguela* celebrava a pátria e o “Mundo Português”, veiculando uma ideia de nação pluricontinental que reproduzia, de forma quase passiva, a propaganda colonial, o periódico não se isentou de, na perspetiva de consolidação de uma Angola euro-africana, reivindicar a instituição da Universidade em Angola (já levada a cabo, por exemplo, nas páginas do *Cultura II*, em finais dos anos ’50). A defesa da integridade da língua portuguesa, livre de estrangeirismos, assim como a luta contra o bloco afro-asiático que atentava à unidade de Portugal, eram contrabalançados só pelo movimento de ascensão da elite colonial, que se sentia ameaçada pela perpetuação da centralização do poder económico e administrativo na província e pelas “complicações” derivadas das

⁴⁸ AAVV, *Contos d’África*, Sá da Bandeira, Publicações Imbondeiro, (Abril – Maio de 1961).

⁴⁹ Alfredo Margarido (org), *Poetas de Moçambique*, *Colectânea da CEI*, CEI, Lisboa, 1960.

reivindicações da população negra. Sempre impresso em Benguela, *O Intransigente* tinha uma orientação bem distinta e representava uma das vozes da oposição. O contexto do Huambo era, contudo, muito diferente do de Luanda: as consequências dessas diferenças são evidentes na produção e nas inquietações de Vítor Silva Tavares, que geriu a página literária estando em contacto com Aníbal Fernandes do *Jornal do Congo*. Tavares deu amplo espaço às publicações dos neorrealistas das mais distintas proveniências, numa perspetiva marcadamente internacionalista, dando algum espaço a publicações de autores africanos (entre os quais José Craveirinha e Agostinho Neto) e mais à crítica literária relativa a obras produzidas em África, mas também defendendo a validade da tese luso-tropicalista.

N' *A voz de Moçambique* criticou-se abertamente a censura e discutiu-se amplamente sobre a ideia de literatura ultramarina *versus* literatura moçambicana, mas também sobre racismo. Depois de Rodrigues Júnior postular a inexistência de uma literatura moçambicana, em virtude da suposta inexistência de manifestações literárias parecidas com as cabo-verdianas, António Cabral recusava, em resposta, a ideia de uma literatura ultramarina. As posições de Júnior foram, em setembro de 1962, contestadas também por Rui Knopfli que dava início, contemporaneamente, a uma longa e conhecida polémica que o viu envolvido, ao lado de Eugénio Lisboa, contra Alfredo Margarido. Foram invocadas, neste sentido, tanto as disputas entre arte pela arte e arte social, como questões de nível de “imersão” no ambiente africano. Outra polémica a que se dará espaço, e que esteve explicitamente relacionada com o racismo, foi a que teve lugar entre José Craveirinha e Sacadura Falcão, republicada a partir d' *A Tribuna*, outro jornal moçambicano.

Depois de produções de autoria individual (abordadas no segundo capítulo) e de produções na imprensa periódica (capítulo três), os dois capítulos sucessivos passarão a analisar dois fenómenos editoriais que, apesar de não excluírem a ideia de autoria, se configuraram como sendo coletivos: a *Mensagem* e a Coleção de Autores Ultramarinos da Casa dos Estudantes do Império (CEI) em Portugal e as *Notícias de Imbondeiro* e a Coleção Imbondeiro pela editora homónima, em Angola.

No capítulo 4, «A produção literária da Casa dos Estudantes do Império e a tradição Pan-Africanista: *Mensagem* e a Coleção de Autores Ultramarinos», revisitamos algumas das evoluções das tradições pan-africanistas e negritudinistas, com o intuito de refletir

sobre a influência que tiveram as movimentações de ideias, de redes de contactos, literárias, intelectuais, políticas e de solidariedade a partir de, pelo menos, as reflexões de W.E.B. Du Bois sobre os mecanismos de exclusão dos negros do corpo da nação estado-unidense. Depois do *Congress on Africa* (Chicago, agosto de 1893) e a partir pelo menos da *First Pan African Conference* (Londres, 1900), vários pensadores promoveram reflexões sobre as consequências sociais da escravidão, o orgulho e o amor negro, a luta ativa contra as injustiças raciais para além do plano teórico. O surgimento de jornais como *The Crisis – A record of the darker races* (1910, fundando por Du Bois), *Negro Word* (por Marcus Garvey, em 1918), *Negro Worker* (por George Padmore, em 1928), ou *The Messenger* (uma das vozes da Harlem Renaissance) contribuiu, a partir de perspetivas distintas, para a criação da ideia de “New Negro”. Sendo acompanhados, no âmbito literário, por publicações como *The Book of American Negro Poetry*, com organização e prefácio de James Weldon, esses movimentos não foram homogêneos: neles eram evidentes os contrastes entre posições mais radicais e mais moderadas, reproduzindo-se, frequentemente, a tensão entre movimentos “burgueses” (frequentemente ligados à academia) e movimentos que privilegiavam a perspetiva dos trabalhadores. Nessa fase, assistiu-se a uma rápida internacionalização do movimento, com o *National Congress of British West Africa* (Acra, 1920), o Segundo e Terceiro congressos pan-africanos (Londres-Paris-Bruxelas em 1921/ Londres - Lisboa em 1923). Difundiram-se revistas como *Les Continents*, *La Dépêche Africaine*, em que Jane Nardal e Paulette Nardal tiveram um papel fundamental, *La voix des nègres*, *La race nègre*.

Em correspondência com a invasão italiana da Etiópia em 1935, houve uma viragem no movimento pan-africanista, confluindo na contestação daquela invasão imperialista tanto as reivindicações *etiopianistas* como, de uma forma mais geral, as lutas contra o colonialismo e a opressão dos povos negros. Em 1935, em Lagos houve protestos da *Nigerian Youth Movement* e da *Prominent Lagos Women Society* e, três anos mais tarde, C.R.L. James escreveu *The Black Jacobins* com o intuito de dar um contributo real na luta para a emancipação dos povos negros.

Se o contexto internacional mudou profundamente depois da Segunda Guerra Mundial, considero que o papel desses antecedentes, o seu eco em outras produções, é inegável. Foi nessa ótica que escolhi quebrar o eixo temporal principal de que esta tese se ocupa, fazendo um esforço para fugir, ao mesmo tempo, do que Ariella Azoulay definiria de “imperial time line”. Consciente das limitações que o meio e as finalidades deste trabalho

impõem, tentou-se evitar tanto a ideia de linearidade positivista do tempo, como a da mera reprodução da temporalidade imperial:

“To engage with the histories and modalities of the archive from outside the position it shapes for us as citizens or as scholars requires unlearning its latent progressive temporality. Time lines consist of milestones in the form of wars, conquests, revolutions, constitutions, laws, establishments, institutions, foundations, and inventions, initiated and imposed by imperial powers. They operate as shutters, slicing the commons into pieces, closing and sealing moments by fixing them in time.”⁵⁰

Querem-se contrariar, aqui, tanto a ideia assumida de que as produções literárias, culturais e teóricas produzidas por jovens africanos nos anos '50 e '60 fossem o simples fruto da opressão colonialista como o pressuposto, frequentemente implícito, de que eles estiveram essencialmente ligados ao contexto “português”, com alguns contactos com a *Présence Africaine*. Eles tiveram obviamente dinâmicas próprias e específicas que os caracterizaram: isto não significa, contudo, que tais dinâmicas fizessem dos intelectuais africanos uma ilha colonial isolada, num mundo em descolonização e nos conflitos que dele derivaram. Se 1961 foi, sem dúvida, um marco e uma ferida na sociedade e no imaginário coletivo, reconhecemos que os acontecimentos daquele ano acabaram por exacerbar e acelerar processos já em curso em outras partes do mundo, com as ideias veiculadas por esses processos. É igualmente nesta perspetiva que, apesar de dispormos de material arquivístico que abrange todo o período da guerra (tanto do arquivo PIDE pelo que respeita a repressão e perseguição, como do SNI pelo que respeita a censura), optou-se principalmente por um foco nos anos entre 1960 e 1964 recuando, contudo, para produções literárias dos anos 50 que, circulando durante o conflito, fizeram parte das disputas, dos debates e das reflexões sobre identidade e conflito entre 1961 e 1974. A literatura é, nesse sentido, utilizada para refletir sobre esses processos paralelamente à política, como manifestação cultural a ela ligada.

Quando falo nas décadas anteriores e na forma como as ideias circulavam, penso no Congresso de Bamako (Sudão Francês, hoje Mali, 1946), que viu a participação de centenas de militantes vindos de toda a África, marcando o nascimento do Rassemblement démocratique africain (RDA), ou o nascimento de revistas como a *Présence*, mas também *La voix du Congolais* (Léopoldeville, 1945 – 1959, com Antoine-

⁵⁰ Ariella Aïsha Azoulay, *Ivi*, págs. 371 – 372.

Roger Bolamba na direcção e Paul Lomami Tshibamba na redacção), o *Bulletin de l'Enseignement en AOF* (1913 – 1959) e o *Black Orpheus* (Nigéria). Publicaram-se, naquela altura, o *Discours sur le colonialisme* de Aimé Césaire (pela Réclame em 1950 e pela Présence em 1955), em que se afirmava que, “«L’ Europe» est moralment, spirituellement indéfendable”, o *Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa*⁵¹ (1953), *Les Damnés de la terre* (1961). Houve iniciativas que ultrapassaram fronteiras imperiais e nacionais, como a instituição da Alliance of Bakongo (ABAKO), a Conferência Afro-Asiática de Bandung (Abril de 1955), o *Premier Congrès des écrivains et artistes noirs* (Paris, 1956, com Roma a seguir em 1959) a *I Afro-Asian Writers’ Conference* (1958), a Conferência Afro-Asiática da Mulher (Cairo, 1961), a *Conference of the Women of Africa and African Descent* (Acra, 1960). Produções como a *Mensagem* ou a *Cultura II* (Angola) a *Mensagem* (editada pela CEI, em Lisboa) tiveram contacto – ideológico, literário, factual - com essas realidades, com as ideias, as formas de imaginar o mundo e com outras formas de ver, conceber, sentir, pensar as relações entre pessoas, comunidades, países, partes do mundo. Assim, se a CEI nasceu por iniciativa do regime e difundiu, durante os primeiros anos da sua existência a partir da sua fundação em 1944, algumas lógicas coloniais, ela acabou por desvincular-se dessas visões, facto que levou ao seu encerramento pela PIDE. As circulações internacionais, a clandestinidade, o exílio e as ligações políticas e anticoloniais de muitos autores cujas obras foram publicadas na *Mensagem – Boletim da Casa dos Estudantes do Império* ou na Colecção de Autores Ultramarinos refletem-se nas suas produções, nas suas referências culturais, na forma como essas obras circulam (ou nas limitações a essas circulações). Todas essas narrativas foram igualmente moldadas pelas representações e pelo imaginário que a narrativa dominante deles produziu: é no contexto dessas contradições e contrastes que abordaremos algumas produções, as suas ligações com o Clube Marítimo Africano (CMA) e com o Centro de Estudos Africanos (CEA), assim como a ideia de literatura que foi veiculada através dessas publicações. Os 22 volumes da Colecção (contos, ensaios e poesia) foram publicados entre 1958 e 1965. Obras como *Godido*, por João Dias, propõem a dissolução da ideia de centro com a autoridade a ele associada, enquanto *Quinaxixe*, de Arnaldo Santos, ou *A cidade e a infância*, de Luandino Vieira, representavam a vida urbana nos musseques e as injustiças a ela associadas, a obra de Agostinho Neto, José

⁵¹ Francisco José Tenreiro e Mário Pinto de Andrade (org), *Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, Lisboa, Editora Gráfica Portuguesa, Abril de 1953.

Craveirinha e António Jacinto referiam-se, mais explicitamente, à opressão e à miséria do povo como sendo geradas pelo colonialismo e pelas assimetrias a ele associada.

Esse panorama repercutiu-se na trajetória da editora Imbondeiro, no seu percurso, fortuna editorial e contradições internas. Como afirmámos, a natureza comercial desse projeto editorial fez com que os seus editores recorressem a técnicas de autocensura ou a estratégias que pudessem tornar as publicações aceitáveis para os censores, a PIDE e o público. Tal foi possível porque os seus editores concebiam uma autonomia de Angola distinta da dos movimentos anticoloniais, tentando legitimar a presença da população colonial na possibilidade de uma Angola independente. Isso não os isentou, porém, de publicarem obras de autores que, na altura da publicação, se encontravam fugitivos ou em situações de prisão política. Permitiu, por outro lado, que as dez coleções (com destaque para os sessenta e oito volumes da Coleção Imbondeiro) tivessem ampla difusão em vários continentes, gozando os livros de uma rede de distribuição legal e estruturada de que, por exemplo, a CEI não pôde beneficiar. O fenómeno da Imbondeiro ainda não foi, contrariamente ao das produções literárias da CEI, estudado de forma aprofundada, estando disponíveis poucas menções e referências ao seu percurso em Pires Laranjeira e José Carlos Venâncio e, mais recentemente, Daniel Melo.

O capítulo seis, «Múltiplas subalternidades, múltiplas resistências: mulheres africanas, escrita, colonialismo», ocupar-se-á, para concluir, da literatura e de questões de género, incluindo os estereótipos que foram produzidos e reproduzidos sobre as mulheres escritoras, mas também sobre as mulheres que aparecem nessas representações. Destacar-se-á, assim, o papel de Alda Espírito Santo, Manuela Margarido, Noémia de Sousa, Deolinda Rodrigues e Alda Lara. Muitas delas estiveram diretamente comprometidas não só com a causa da luta anticolonial, mas também com a feminista. A decisão, desta forma, de dedicar à produção feminina um capítulo à parte, e de forma mais específica o capítulo final, está relacionado com a ideia de que a vivência e a produção das mulheres africanas expressaram e representaram a combinação e confluência de vários tipos de opressão: como já várias vezes se argumentou, género, raça e classe. Nas palavras de Djamilá Ribeiro:

“Pensar como as opressões se combinam e se entrecruzam, gerando outras formas de opressão, é fundamental para se considerar outras possibilidades de existência. Além disso, o arcabouço teórico e crítico trazido pelo feminismo negro serve como instrumento

para se pensar não apenas sobre as próprias mulheres negras, categoria também diversa, mas sobre o modelo de sociedade que queremos.

Mulheres negras vêm historicamente pensando a categoria “mulher” de forma não universal e crítica, apontando sempre para a necessidade de se perceber outras possibilidades de ser mulher”⁵²

Isto não significa, como é óbvio, que essas mulheres não pertencessem, por sua vez, a elites anticoloniais. O que se pretende realçar com a reflexão levada a cabo neste capítulo, em que as mulheres são frequentemente protagonistas da narração na forma de poesia, ensaio ou escrita diarística, é que foi nas mulheres que se concentraram os efeitos de vários tipos de opressão. Por um lado, realçamos a submissão gerada pela propaganda do regime salazarista, que queria as mulheres relegadas ao ambiente doméstico e à reprodução da nação através do seu papel de procriadoras e de manutenção da tradição. A opressão colonial, com as suas consequências e as suas violências e disparidades raciais fazia com que, por outro lado, as mulheres africanas (com destaque para as mulheres negras) experienciassem múltiplas violências, relacionadas com os fatores até aqui enunciados, com a pobreza e, enfim, com a permanência de estereótipos sobre os seus corpos, a sua herança cultural e as suas vivências. Nesse contexto, tanto as escritoras como as personagens presentes nas produções literárias da sua autoria colaboram na tentativa de superação dos estereótipos e das opressões produzidas pelo sistema colonial, fornecendo paradigmas interpretativos, reflexões e formas de conceber o mundo que não se reduzem à visão reproduzida pelos seus contemporâneos com os quais partilharam, ainda assim, perspectivas, orientações e lutas.

⁵² Djamila Ribeiro, *Ivi*, p. 173.

Capítulo 1 - Literaturas Africanas e controlo da opinião pública: resistência, censura e luso-tropicalismo. Os tempos da Guerra (1961-74)

1.1 – Anos 50: a Reforma Constitucional, a alteração do *Estatuto dos Indígenas* e a instituição do Gabinete de Negócios Políticos

Nas vésperas da guerra em Angola, muitas eram as preocupações que ensombravam o regime salazarista, como prova a instituição por Adriano Moreira – à época Subsecretário de Estado para a Administração Ultramarina - do Gabinete de Negócios Políticos, em 23 de Novembro de 1959. Como evidenciado em *Políticas coloniais em tempo de revolta – Angola circa 1961*⁵³, a vaga de descolonização, assim como a nova composição da Assembleia-Geral das ONU e a composição de um alinhamento terceiro-mundista, punham seriamente em causa a perpetuação do colonialismo português em África, tal como tinha sido concebido até àquela altura. O GNP configurava-se, neste sentido, como uma ferramenta para a obtenção de informações tanto sobre os Movimentos de Libertação e sobre a base de apoio popular de que estes gozavam no território, como sobre as redes internacionais que se iam criando, dentro e fora de África⁵⁴. A reação da opinião pública internacional e as redes de solidariedade para com os anticolonialistas também eram fonte de preocupação, sendo mais um potencial elemento de pressão contra a sobrevivência do regime. Funcionando como engrenagem de uma “rede de contrapropaganda baseada na ideologia lusotropical⁵⁵”, o GNP era, de facto, um meio de controlo e contenção não só estritamente político, mas também social.

Para melhor percebermos as razões que levaram o regime salazarista à instituição de tal órgão administrativo – e à consequente decisão de focar o esforço político na repressão e contenção social, mais do que numa real convivência racial, - é preciso, contudo, recuarmos no tempo até 1951. Naquele ano, as Colónias passaram a ser chamadas de Províncias Ultramarinas, definição esta que entrou em vigor após a Revisão Constitucional. Estava-se perante uma tentativa – desesperada - do regime de evitar as

⁵³ Diogo Ramada Curto (dir.), Bernardo Pinto da Cruz, Teresa Furtado, *Políticas coloniais em tempo de revolta – Angola circa 1961*, Porto, Afrontamento, 2016, página 65.

⁵⁴ Na obra citada faz-se referência, a este propósito, à tese de mestrado em Ciências Políticas de Carlos Baptista da Silva, *Administrando o Império: o Ministério das Colónias/ Ultramar (1930-74)*, que teria formulado esta hipótese, FCSH/UNL, 2008.

⁵⁵ Diogo Ramada Curto (dir.), *Ivi*, p.65.

implicações negativas consequentes à aplicação do Artigo nº 73 da Carta das Nações Unidas, relativo aos territórios sem governo próprio. Tem sido observado que esta revisão constitucional, e a contemporânea revogação do *Acto Colonial*, constituiu um momento de viragem profunda, pois “afirmou-se inequivocamente a unidade nacional⁵⁶”, introduzindo de facto o conceito de nação pluricontinental que muito será invocado a partir da eclosão da guerra, em 1961.

O D.L. 39.666 de 20 de Maio de 1954, relativo ao *Estatuto dos Indígenas Portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique*, reiterava a obrigatoriedade de circulação dos nativos com um bilhete de identidade e estabelecia, em termos legais, as iniciativas do estado colonial quanto à gestão da população nativa. Encontramos, neste caso, referências explícitas à missão civilizadora dos portugueses, como indicado no Art. 3º, nº 2:

“Ao aplicarem os usos e costumes indígenas as autoridades procurarão, sempre que possível, harmonizá-los com os princípios fundamentais do direito público e privado português, buscando promover a evolução cautelosa das instituições nativas no sentido indicado por esses princípios.⁵⁷”

A modificação do *Estatuto dos Indígenas* em 1954, longe de representar uma mudança radical na vida das populações autóctones e no tratamento que lhe era destinado (sobretudo em termos laborais), também se inseriu no complexo das medidas políticas que visavam reduzir os impactos negativos da nova configuração de equilíbrios internacionais após a conclusão da Segunda Guerra Mundial. Realçamos, a este propósito, que o coração do eixo nazi-fascista constituído pela Alemanha de Hitler e pela Itália de

⁵⁶ António E. Duarte Silva, «Sarmiento Rodrigues, a Guiné e o luso-tropicalismo» in *Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias*, Vol. 25 | 2008, Varia, Lisboa, pp. 31-55. Disponível em <https://journals.openedition.org/cultura/586>

⁵⁷ D.L. 39.666, Art. 3º, comma 2. Publicado em *Diário do Governo*, nº 110, de 20 de Maio de 1954. Afirmava-se, no DL, que a Lei Orgânica do Ultramar (Lei nº. 2 066, de. 27 de Julho de 1953) exigia que fossem “alterados alguns dos preceitos dos chamados Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas e Diploma Orgânico das Relações de Direito Privado entre Indígenas e não Indígenas (Decretos nos 16 473 e 16 474, de 6 de Fevereiro de 1929)”. Disponível <https://dre.pt/application/conteudo/514819>

Mussolini tinha sido desmembrado, deixando os regimes ibéricos isolados internacionalmente.

Continuava sendo possível a imposição do trabalho pelas autoridades coloniais, nos casos previstos pela lei (Art. 32º), assim como se previa a “Transformação dos seus usos e costumes primitivos”. A política assimilacionista, não sendo exclusiva do colonialismo português difundiu-se, como observa Maria Paula Menezes, por volta de meados do Século XIX⁵⁸, na intensificação do esforço colonial anterior à Conferência de Berlim. Entre os anos ’50 e ’60 do Século XX assistimos, no caso do regime português, a um intenso esforço de inversão de rota, não tanto em relação ao conteúdo da legislação (que previa uma assimilação que era, de facto e em muitos casos, violenta), mas sim na ideia que a opinião pública portuguesa teria quanto aos métodos e aos pressupostos da chamada assimilação.

Abolido em 1961, o *Estatuto dos Indígenas* de 1954 tinha aberto as portas para o trabalho forçado nos campos de algodão da COTONANG, uma das razões na base dos violentos protestos da Baixa-Cassanje e aos acontecimentos de 4 de Fevereiro em Luanda, data em que foram concretizados ataques à cadeia de São Paulo, aos postos de correio e aos comandos da PSP. A abolição do *Estatuto*, em suma, não determinou o fim efetivo de um tipo de trabalho assalariado que ainda se configurava, em 1975, como um serviço prestado por ação coerciva do aparelho colonial. Para percebermos a entidade e a perceção externa do sistema de trabalho em vigor até às independências, bastará lembrar que “pouco antes da revolução de Abril de 1974, os estados do Togo, da República da África Central e da Guiné-Conacri propuseram a expulsão de Portugal da Organização Internacional do Trabalho (OIT).⁵⁹”

1.2 – O luso-tropicalismo, a missão civilizadora e a normalização da colonização

Estas premissas, que poderão parecer simples antecedentes histórico-políticos do período de nosso interesse revelam, na realidade, qual fosse a ideologia subjacente ao

⁵⁸ Maria Paula Menezes, O “indígena” africano e o colono “europeu”: a construção da diferença por processos legais, in E-Cadernos CES nº 07/2010, CES, Coimbra. Disponível www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/693_04%2520%2520Paula%2520Menezes%252023_06.pdf

⁵⁹ Miguel Bandeira Jerónimo, *A civilização pelo trabalho*, in Público de 28 de Agosto de 2013. Disponível www.publico.pt/2013/08/28/jornal/a-civilizacao-pelo-trabalho-27000574. O investigador salienta que o objectivo principal que motivou esta iniciativa foi o de reforçar a oposição política internacional ao colonialismo português.

colonialismo português tardio (na definição de Cláudia Castelo⁶⁰) e quais as lógicas que estiveram na base da sua propaganda social. A teoria elaborada pelo brasileiro Gilberto Freyre, inicialmente recusada por Salazar, acabou por tornar-se num dos pilares da ideologia salazarista nos anos '50 e '60, chegando a influenciar, se bem que de forma e com intensidade distintas, as mais variadas camadas socioculturais, sem exclusão de orientações políticas e de afeição ou não afeição ao regime vigente.

Apesar de, como observa João Alberto da Costa, Freyre ter tido nos anos '40 uma trajetória com “uma forte marca esquerdista”⁶¹, a ideia da peculiar capacidade de miscigenação dos portugueses e das suas consequências a nível de organização cultural foi utilizada em prol da perpetuação do colonialismo português em África continuando a ter, como sublinha (entre outros) Maria da Conceição Neto, ecos na cultura portuguesa e na construção da memória sobre o passado colonial⁶². A ideia de um “Portugal do Minho até Timor”, pluricontinental e multirracial, em que territórios longínquos (e suas populações) não passavam de variações regionais de uma única, grande e antiquíssima nação encontrava, desta forma, fundamento numas supostas características inatas do povo português.

Se a ideia de país pluricontinental foi reforçada, a nível propagandístico, por acontecimentos que assentavam no darwinismo social, como a Exposição Colonial do Porto, em 1934, ou a mais famosa Exposição do Mundo Português que aconteceu em Lisboa em 1940, nas décadas seguintes a ideia da capacidade de miscigenação racial dos portugueses acabou por reforçar-se no imaginário político, social e cultural. Isto não significa, obviamente, que não houvesse recusas deste modelo, que se tornavam mais

⁶⁰ Cfr, por exemplo, «O luso-tropicalismo e o colonialismo português tardio», de 5 de Março de 2013, na revista online *Buala* Disponível www.buala.org/pt/a-ler/o-luso-tropicalismo-e-o-colonialismo-portugues-tardio

⁶¹ João Alberto da Costa Pinto, «Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951 – 1974)», in *HISTÓRIA*, São Paulo, 28 (1): 2009, pp. 445- 482.

⁶² Estou a referir-me, neste caso específico, ao artigo de Maria da Conceição Neto com o título «Ideologia, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX», in *Lusotopie*, 1997, pp. 327-359. Não cabendo uma mais profunda reflexão sobre as influências e a perpetuação do ideal luso-tropicalista na sociedade portuguesa, assim como a sua problematização no funcionamento de algumas organizações supranacionais e de cooperação cujo foco é a língua portuguesa, deixamos indicação de alguns autores que, nas últimas duas décadas têm refletido sobre o assunto. Destacam-se, entre outros, Fernando Rosas, Dalila Cabrita Mateus, a já citada Cláudia Castelo, Cristina Roldão, etc.

claras e convictas à medida que a guerra ia prosseguindo e o apoio e a atenção para com os Movimentos de Libertação se iam reforçando a nível nacional e internacional.

O que queremos realçar, porém, é que a popularidade deste tipo de modelo, de proposta de interpretação da convivência dos portugueses com os povos que se encontravam sob o seu domínio, tinha o objetivo de harmonizar contradições que eram evidentes não só a nível de construção política e ideológica do regime, mas também num plano mais concreto, factual. A aplicação do modelo luso-tropical ao colonialismo português em África visava normalizar tanto o tratamento desigual para com os “indígenas”⁶³, como o tratamento que era reservado às classes mais humildes que povoavam os colonatos, elas próprias subalternas e projetadas, em inúmeros casos, em ambientes hostis, pouco aptos à agricultura com métodos tradicionais portugueses, e sujeitas a uma carga de trabalho difícil de se aguentar. Nos casos de “colonização agrícola dirigida”, como a do vale do Limpopo, em Moçambique, a exclusão social e o elevado nível de pobreza geraram, por exemplo, certo nível de empatia entre os “indígenas” e os colonos indigentes, que reconheciam na respetiva pobreza e precariedade um elemento de união⁶⁴.

Era implícito, neste sentido, o que Dalila Cabrita Mateus menciona como sendo uma das três doutrinas que se constituíram como autojustificações colonialistas: a da “superioridade racial do colonizador”, doutrina esta que, a partir de finais dos anos ’50, se tentou edulcorar com a aplicação de uma visão – como já afirmámos – mais conciliadora, mas que nem por isso deixava de existir ou de estar na base de clara escolhas a nível político-social. Ao lado desta doutrina encontrar-se-iam a já mencionada “doutrina da missão sobrenatural e social da civilização” e a da “necessidade económica”. Lembra por exemplo a historiadora, reportando umas declarações de Franco Nogueira, na altura Ministro dos Negócios Estrangeiros, que: “em Junho de 1965, durante uma visita de

⁶³ Hoje em dia, há consenso generalizado em reconhecer a aceção depreciativa do termo, tal como utilizado pelo Estado Novo, pelo que se optará, sempre que possível e não necessário na reprodução de citações, da legislação ou para a reprodução de mentalidades coloniais, por privilegiar o uso de expressões como população autóctone, população nativa, etc. Reconhece-se, contudo, que nenhum desses termos está isento, na língua portuguesa, de problematizações. Apesar de uma reflexão mais aprofundada não se justificar neste contexto específico, assinala-se que a questão de permanências coloniais na língua tem sido recentemente abordadas in Grada Kilomba *Memórias da Plantação*, Lisboa, Orfeu Negro, 2019.

⁶⁴ Cfr Cláudia Castelo, “«O branco do mato de Lisboa»: a colonização agrícola dirigida e os seus fantasmas», in Castelo, Thomaz, Nascimento, Cruz e Silva, (org), *Os Outros da Colonização, Ensaio sobre o colonialismo tardio em Moçambique*, Lisboa, ICS, 2012.

Moises Tchombé a Lisboa, Oliveira Salazar lhe confidenciara: «Gostei do homem. Olhe, promovi-o a branco.⁶⁵»

A nível social e cultural, encontrava-se uma justificação claramente política para as medidas e a orientação salazarista, isto é, propunham-se as bases para a que as escolhas do regime se tornassem aceitáveis, para a sua normalização. Como demonstrado por alguns processos da PIDE, a permeabilidade da ideologia luso-tropicalista era tal que, nos anos Sessenta, os seus pilares foram reiterados até nas comunicações secretas, quase a reforçar ulteriormente a ideia, mesmo nos funcionários estatais, da união dos territórios portugueses e do natural destino da Nação. A ideia de missão civilizadora, apaziguadora e de destino luso-tropicalista vai a par, frequentemente e nos processos e relatórios da polícia, da consciência da renovada relevância, a nível internacional, do continente Africano no xadrez das potências mundiais.

No Relatório secreto dos Serviços de Coordenação e Centralização de Moçambique (não assinado) sobre *Tendências socialistas em África*, anexo à resenha nº44/1964 destacava-se, assim, o papel desenvolvido pela conferência *O Desenvolvimento Económico Africano e os Caminhos para o Socialismo*, em Dakar, 1962. Os líderes africanos de destaque, entre os quais Léopold Sedar Senghor, Sekou Touré, Gamal Abdel Nasser, Julius Nyerere, Kwame Nkrumah, são descritos com meticulosa atenção.

Ficava evidente, para o regime, a influência que as doutrinas comunistas, nomeadamente as filo-soviéticas, potencialmente tinham na consolidação de movimentos nacionalistas em África:

⁶⁵ Dalila Cabrita Mateus, Álvaro Mateus, *Angola 61. Guerra Colonial: causas e consequências. O 4 de Fevereiro e o 15 de Março*, Texto, Alfragide, 2011, p. 27. Moïses Tshombe foi uma figura política controversa do ex Congo belga, que se considera possa ter presenciado o próprio assassinato de Patrice Lumumba. Afirmam, a este respeito, Jacques Ebenga e Thierry N’Landu in «The Congolese National Army: In search of an identity» in *Evolutions & Revolutions, Democratic Republic of the Congo*, p. 65: “After these secession attempts and after the removal of Lumumba from government and his assassination in Katanga, where he had been taken to his enemy, Moïse Tshombe, a rebellion broke out involving almost half of the country. This civil war lasted from 1963 to 1967. Meanwhile Moïse Tshombe had succeeded to the prime ministership after he had won the legislative elections in the capital, Kinshasa. The conflict between the President and the Prime Minister continued, providing the now Lt Gen Mobutu with the opportunity to overthrow President Kasavubu and to take power on 24 November 1965 “for five years”, which, in fact, became 32 years.”

“Enquanto o comunismo se apresentar como uma frente unida, poderá pretender possuir as chaves para o futuro desenvolvimento da sociedade. As diferenças internas, porém, servem apenas, para demonstrar que não há uma única chave que abra todas as portas. E aqui, mesmo os nervosos esforços dos russos para formular novos conceitos e aceitar diferenças nacionais, podem servir apenas para fortalecer a opinião africana que as suas próprias variedades de socialismo são as mais adequadas às suas necessidades. As ideias socialistas e os esforços para as adaptar às circunstâncias em África, encontram-se portanto naqueles líderes que estão sob a influência do socialismo europeu e que tentam libertar os seus povos da pobreza, por meios socialistas. Alguns destes líderes poderiam ser considerados mais nacional-socialistas, que comunistas.”⁶⁶

O regime e os seus funcionários tinham, para além disso, plena consciência de que o Continente Africano não tinha um papel estratégico, a nível económico-político, só para Portugal, mas que havia, pelo contrário, vários países (o autor do relatório destaca os do bloco comunista) que influenciavam diretamente o desenvolvimento não só do “socialismo africano”, mas também dos movimentos independentistas e anticolonialistas.

Afirma assim o autor do relatório:

“Há dois factos que podem influenciar os futuros acontecimentos políticos em África, as influências externas e as tendências internas entre os povos de África. Os países comunistas e especialmente a Rússia e a China, estão a tentar ganhar cada vez mais influência em África. Eles treinam sabotadores e guerrilheiros de muitos países e esperam que por meio da subversão e da revolução possam ganhar domínio. Aumenta a pressão nos líderes que se opõem ao comunismo e, não cedem fazem-se esforços para os depor e substituir por simpatizantes comunistas. Só o tempo poderá dizer se eles o conseguem. Pode ser que os povos de África, com as suas tradições e normas de vida, acordem a tempo de rejeitar todas estas influências estrangeiras, e cheguem a compreender que o povo só pode engrandecer-se, tirando do passado o que é bom e válido e construindo sobre isso a sua vida nacional.”⁶⁷

Encontramo-nos perante mais uma narrativa edulcorada sobre a situação em que as Províncias Ultramarinas se encontrariam, mas não é esse o único ponto que nos interessa

⁶⁶ ANTT/PT/TT/SCCIM/A/12/44, Serviços de Coordenação e Centralização de Moçambique, *Socialismo Africano*, Anexo à resenha nº 44/196, Folhas 14-27, de 1964.

⁶⁷ ANTT/PT/TT/SCCIM/A/12/44, Serviços de Coordenação e Centralização de Moçambique, *Socialismo Africano*, Anexo à resenha nº 44/196, Folhas 14-27, de 1964. Sublinhado meu.

neste relatório. Nele, aparece mais um tema que foi muito caro ao regime: o da ingerência estrangeira na vida política africana. Para fazer frente a problemas gerados pelo atraso da Metrópole em relação aos outros países europeus, pelas dificuldades objetivas na gestão da terra nas colónias e, de forma mais geral, pela nova configuração dos equilíbrios das potências mundiais e do crescente papel dos movimentos anticolonialistas e também da ONU, a narrativa oficial apostava na versão da ingerência estrangeira na vida nacional ultramarina, tentando, mais uma vez, ocultar as razões político-económicas e socioculturais que estavam na base do surgimento das reivindicações.

Voltando à questão luso-tropical, as afirmações do último trecho do relatório revelam uma atitude paternalista, em que se invocam “as tradições e normas de vida africana”, mas aí se afirma implicitamente, ao mesmo tempo, que os povos africanos ainda não chegaram a uma fase em que compreendam o que “é bom e válido” para a construção da sua vida nacional. Na referência à vida nacional dos países africanos configura-se, realçamos, alguma consciência da futura inevitabilidade das independências.

1.2.1 – Antes de '61. A reação de Buanga Fele (ou Mário Pinto de Andrade) à teoria luso-tropical e a “mistificação colonial moderna”

Não foi preciso esperar pela eclosão da Guerra em Angola, em 1961, para que as primeiras reações à teoria de Gilberto Freyre, ou melhor, à adaptação que o governo português fez dela, se manifestassem.

O número 4 da *Présence Africaine*, de outubro/novembro de 1955, viu a publicação do artigo “Qu'est-ce que le «luso-tropicalismo?»” de Buanga Fele, pseudónimo de Mário Pinto de Andrade.

Recorrendo à teoria freyriana, às declarações de Marcelo Caetano e à *Histoire de l'Afrique* de André Julien, o futuro fundador – e primeiro presidente - do MPLA trazia à luz as contradições que animavam a teoria. Evidenciava, mais uma vez, que a mesma não era sustentada pelos factos, pois o regime de trabalho e assimilação forçada para o acesso à cidadania demonstrava que, longe de basear-se na capacidade de adaptação do português aos trópicos e aos costumes das suas populações, a assimilação assentava no processo inverso, longe de ser pacífico. A atitude específica do português face à

colonização explicava-se, para o autor, de forma bem diferente da difundida pela propaganda oficial:

“L’histoire de la colonisation nous montre, en effet, comment le colon portugais fait son entrée dans la vie tropicale: sans l’armature sociale et idéologique ni la stabilité économique susceptibles de fonder des préjugés raciaux. Bon nombre de sociologues et d’historiens (y compris certains professeurs à La Sorbonne) croient à une sorte de générosité propre à la “race” et au caractère du Portugais.⁶⁸”

Na ótica do jovem intelectual angolano, Freyre atribuíra aos portugueses uma atitude humanitária para com os grupos étnicos com os que tinha entrado em contacto, focando-se mais na influência negra na vida sexual e familiar brasileira, do que nos aspetos políticos e económicos do colonialismo (p.27). Este desfoco, este afastamento da situação concreta da população (preocupação que, no caso de Andrade, era evidentemente de cariz marxista) levaria a uma errada interpretação e representação da vida colonial.

O desalinhamento da teoria freyriana relativamente à situação das colónias portuguesas tornou-se evidente bem depois da publicação da obra fundadora do luso-tropicalismo, *Casa-Grande & Senzala*⁶⁹, em 1933.

A viagem do teórico e sociólogo brasileiro a África, entre 1951 e 1952, acabou por impressionar negativamente tanto Freyre, como muitos intelectuais africanos. Basta pensar na visita a Cabo Verde, o território sob controle português mais rico em miscigenação. João Medina evidencia que o pensador pernambucano não ficou bem impressionado com o território, chegando a fazer comentários depreciativos sobre o crioulo que, nas suas palavras, repugnava-o⁷⁰ (p.55). Não tardaram, como era de se esperar, as respostas de intelectuais cabo-verdianos como Baltasar Lopes, que intervieram em favor da sua terra, da sua língua, e daquilo que não reconheciam como sendo uma espécie de Ceará em terra africana, num estado menos avançado do que o Brasil.

⁶⁸ Buanga Fele, “Qu’est-ce que le «luso-tropicalismo?»” in *Présence Africaine*, nº4, out/nov de 1955, Paris, pp. 25- 26. Disponível <http://casacomum.net/cc/visualizador?pasta=04330.008.006#!1>

⁶⁹ Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regimen de economia patriarchal*, Maia & Schmidt L.tda, Rio de Janeiro, 1933.

⁷⁰ João Medina, «Gilberto Freyre contestado: o luso-tropicalismo criticado nas colónias portuguesas como alibi colonial do salazarismo», in *REVISTA USP*, São Paulo, n.45, p. 48-61, março/maio 2000.

Percebemos, assim, como se pode justificar a ideia de Mário Pinto de Andrade, de que o luso-tropicalismo era uma “mistification coloniale moderne”, ele próprio uma forma mais ou menos oculta de colonialismo.

Este tipo de pensamento, apesar de ter sido adotado pelo regime português, não tinha surgido, de facto, como apologia do método colonial, mas sim como uma teoria sociológica não isenta de contradições. Portugal não era na ótica freyriana dos anos '30 e '40, o exemplo a seguir, tendo-se o autor focado principalmente na ideia de miscigenação nos territórios em que a colonização portuguesa se realizou, com atenção específica às práticas sexuais dos portugueses nos trópicos. Isto não impediu, porém, a condescendência do autor com o regime português. Talvez tentado pelo reconhecimento internacional e intelectual que o regime lhe podia proporcionar, Freyre pareceu aceitar a ideia de que “o mundo que o português criou” não se limitava ao Brasil, sendo possíveis outros Brasis no continente africano e, talvez, na Índia, território ao qual também se deslocou durante a sua viagem no princípio dos anos 50. A distorção freyriana, afirmava Mário Pinto de Andrade, levava o autor brasileiro à cegueira perante a exploração da população são-tomense e a não reconhecer as suas condições de trabalho escravo:

“G. FREYRE a tendance à reléguer dans le passé les réalités présentes. Ses impressions sur l'Île de São Tomé en son le prevue. Que les Noirs africains venant de l'Angola e du Mozambique (presque 50% de la population nègre de São Tomé), subissent un traitement d'esclave dans les plantations agricoles, est un fait indéniable. Il évoque cette situation comme propre au XIX^e siècle. Là où il faut voir tout simplement l'exploitation pratiquée par le colon portugais, FREYRE constate cliniquement... «un laboratoire de sociologie».

Para além do trabalho forçado, o intelectual angolano evidenciava como, mesmo constatando episódios de racismo ou atitudes segregacionistas, Freyre recusava reconhecê-las como endógenas aos portugueses e à sua forma de relacionar-se com a população africana:

“Mais que cette façon d'éluder le problème n'est pas suffisante, FREYRE regrette le comportement de quelques Portugais influencés par des méthodes étrangères. Pour lui, tout est simple, même la discrimination raciale existant à Lourenço Marques (capital du

Mozambique) et naturellement pratiquée par les Portugais serait dûe à l'influence sud-africaine et partant de nature franchement anti-lusitanienne. Ce serait, à l'en croire, un produit d'exportation.⁷¹”

A indignação de alguns intelectuais oriundos de Angola, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de Moçambique e de São Tomé e Príncipe pode, todavia, induzir em erro, subestimando a grande e profunda influência que o luso-tropicalismo teve até nas franjas esquerdistas e progressistas da sociedade portuguesa e, em certa medida, das elites culturais dos países em causa. Como tem sido evidenciado por Margarida Calafate Ribeiro, o “tom providencial em que o discurso é transmitido confere à mensagem nele contida um carácter profético e visionário que seduz mais ou menos todos os quadrantes políticos⁷²”. Numa conceção quase messiânica, o império – ou o que dele restava – era lançado para “uma espécie de mundo global *avant la lettre*”, fundado numa política multirracial, de que Portugal seria o portador e guardião. Este esforço em propor um modelo alternativo ao colonialismo clássico, numa tentativa de tornar a presença portuguesa em África mais aceitável do ponto de vista internacional, acabou de alguma forma por representar uma forma de invocação, se bem que politicamente oportunista, a um novo humanismo, atraindo, conseqüentemente, algumas franjas progressistas das elites coloniais. Podemos afirmar que a conceção luso-tropicalista chegou a influenciar, se bem que de forma indireta e numa vertente distinta daquela resultante da sua apropriação pelo regime do Estado Novo, até a formação de alguns movimentos independentistas.

1.3 – A justificação sociocultural da colonização e a permanência do mito da miscigenação. Dois sistemas em confronto

Quanto à gestão de colonos, territórios e recursos, a aplicação deste tipo de teoria inseria-se perfeitamente, como já referimos, num modelo de narração conciliador que pudesse, não só a nível político, mas também a nível sociocultural, justificar a permanência portuguesa em África e os mecanismos de disparidade económica, social e legal que eram impostos às populações nativas. O estratagema não foi exclusivo do regime do Estado

⁷¹ Buanga Fele, *Ivi*, p. 32.

⁷² Margarida Calafate Ribeiro, «Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo», in *Oficina do CES*, nº108, CES, Coimbra, 2003, P. 21. Disponível in www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/188.pdf

Novo tendo analogias e pontos de contacto com – entre outras propagandas coloniais europeias a apologia colonial do fascismo italiano. Não obstante estejamos, de facto, a falar de dois tipos de regimes, de horizontes temporais e de colonizações diferentes em duração e características, o exemplo parece pertinente por várias razões. Recentemente, a atitude de *mimesis* do discurso colonial português tem sido comparado com o caso italiano. Rui Gomes Coelho evidenciou como na Itália fascista, assim como na contemporânea, se produziram discursos culturais apoloéticos neste sentido:

“The image of Italians as “good people” is also a source of mainstream national pride, even if it does not offer an explanation of Italy’s brief colonialism in regions such as Libya and Eritrea, and its ambiguous decolonization from the Second World War until the 1970s. The “good people” are defined vis-a` - vis other imperial states, deemed uncompassionate by comparison.⁷³”

O que estabelece um elo entre estes discursos é a suposta ausência de violência, assim como o facto de que estas características, para além de terem estado presentes na construção identitária dos dois países em época colonial⁷⁴, penetraram o tecido cultural e

⁷³ Rui Gomes Coelho, «An archaeology of decolonization: Imperial intimacies in contemporary Lisbon» in *Journal of Social Archaeology*, 2019, Vol. 19(2) 181–205, Sage, USA, pp. 181 - 205 (p.187).

⁷⁴ Apesar de nos estarmos a focar nos casos português e italiano, o mito do bom colonizador tem sido perpetuado, como já vimos e como sublinhava Edward Said, por todos os impérios coloniais europeus. Recentemente, por exemplo, têm sido estudadas as especificidades da colonização levada a cabo pelos ibéricos, evidenciando como a retórica colonial espanhola não se afastasse da portuguesa: “For their part, Spanish propaganda promoted the notion that “[i]n Spanish Sahara, natives and *peninsulares* coexist without conflicts. Both of them work side by side in the same companies, in the same institutions, in the same jobs. It is a territory in which differences do not exist, in which human beings live.” The two quotations succinctly summarize the Portuguese and Spanish rhetoric justifying colonial power, namely the much-lauded harmonious and fraternal coexistence of colonizers and their subjects throughout the empire as a defining characteristic of the altruistic Iberian way of colonization.” (Andres Stuki, *Violence and Gender in Africa’s Iberian Colonies. Feminizing the Portuguese and Spanish Empire, 1950s–1970s*, Cambridge, Palgrave Mac Millan, 2019, p. 129). Pelo que respeita, ainda, a propaganda francesa, e a ideia de missão civilizadora tão criticada por Fanon, ver Martin Evans (org), *Empire and Culture The French Experience, 1830–1940*, Basingstoke - New York: Palgrave Macmillan, 2004: “the idea of the civilizing mission had no legitimacy as the gathering colonial crisis sapped the strength of the Fourth Republic, leading to its eventual demise in May 1958. Once in power de Gaulle quickly saw colonialism as a thing of the past which in practice was blocking the creation of a forward- looking political culture. So, once the decolonization process had been pushed through, colonialism became a taboo subject in official circles as de Gaulle busily went around reinventing France as a friend of the Third World and the champion of non-alignment” (p.19). Ou, ainda, citando Achille Mbembe: “Il était possible de constater, vers la fin du XIXe siècle, que l’assimilation avait échoué. Jusqu’au milieu du XXe siècle, l’Empire était davantage un empire de sujets que de citoyens. Les indigènes devaient, par conséquent, être «civilisés» dans le cadre de leur différence propre, celle de sociétés sans histoire ni écriture, figées dans le temps.” (*Sortir de la grande nuit*, pág. 104).

constituíram-se, em ambos os casos, como características de relevo nas quais grande parte das populações nacionais contemporâneas se reconhecem⁷⁵. Os “italians as good people” mencionado no trecho acima não são mais do que os *Italiani, brava gente?* sobre os quais, já em 1995, Angelo Del Boca refletia. Já no prefácio da obra, o historiador italiano evidenciava, de forma provocatória, a funcionalidade deste constructo cultural artificial, que acompanhava – e ainda acompanha – o imaginário italiano:

“Il mito degli «italiani brava gente», che ha coperto tante infamie, e anche per queste che esporremo, appare in realtà, all’ esame dei fatti, un artificio fragile, ipocrita. Non ha alcun diritto di cittadinanza, alcun fondamento storico. Esso è stato arbitrariamente e furbescamente usato per oltre un secolo e ancora oggi ha i suoi cultori, ma la verità è che gli italiani, in alcune circostanze, si sono comportati nella maniera più brutale, esattamente come altri popoli in analoghe situazioni. Perciò non hanno diritto ad alcuna clemenza, tantomeno all’ autoassoluzione.”⁷⁶

Obviamente, não se trata, aqui, de estabelecer a culpabilidade ou inocência de um ou outro povo em termos absolutos, mas de reconhecer que ambos os discursos, tal como outras propagandas coloniais, têm servido de justificação moral e cultural do colonialismo, da violência a ele associada e dos seus efeitos ao longo da colonização e da descolonização política e militar dos territórios africanos. Poderíamos talvez avançar a hipótese de que - em ambos os casos - o permanecer destes constructos culturais, a sua radicação nas sociedades que foram agentes de colonização e ocupação efetiva de territórios alheios mesmo depois da partida destes últimos, tenham sido perpetuados e não desconstruídos para adiar uma mais profunda reflexão sobre as responsabilidades do colonialismo não só em termos políticos, mas também em termos éticos e morais⁷⁷.

⁷⁵ Pelo que respeita as permanências da propaganda colonial no imaginário identitário italiano cito, entre muitas outras que foram publicadas nos últimos anos – e a sua desconstrução, duas publicações recentes: Francesco Filippi, *Ma perché siamo ancora fascisti? Un conto rimasto aperto*, Torino, Bollati Boringhieri, 2020 e Gabriele Proglia, *The Horn of Africa. Diasporas in Italy. An oral history*, London, Palgrave MacMillan, Outubro 2020. Outra recente publicação de referência, pelo que respeita a propaganda colonial é Neelam Srivastava, *Italian Colonialism and Resistances to Empire, 1930–1970*, Cambridge Imperial and Post-Colonial Studies Series, Palgrave Macmillan, New Castle, 2018.

⁷⁶ Angelo del Boca, *Italiani, brava gente*, Neri Pozza, Vicenza, 2005, p. 10.

⁷⁷ É recente a publicação, sobre as relações entre memória hegemónica, racismo cultural, discursos populistas e espaço/ opinião publica na Europa, de Chiara De Cesari, Ayhan Kaya (org), *European memory in populism. Representations of Self and Other*, Routledge, 2019. A questão da gestão do espaço público e

Se as responsabilidades éticas atribuíveis a um ou outro regime político, especialmente aos autoritários, podem levantar questões conflituais no seio de uma comunidade, a questão complica-se quando chegamos ao imaginário e à percepção de si, à identidade elaborada por uma comunidade. Se alguns estados nacionais, como Itália, produziram a sua ideia de identidade nacional – e, portanto, a sua ideia de branquitude – por contraste em relação à negritude dos povos africanos que colonizou a partir de finais do Século XIX (Etiópes, Eritreios, Somali, Líbicos), as dinâmicas que caracterizaram essas identidades conflituais ainda não foram superadas nos imaginários nacionais europeus.

Pelo que respeita a Itália, o movimento colonizador aconteceu cerca de trinta anos após a *Unità* do país (1861). Se, como veremos mais adiante, o movimento colonial foi fundamental para a criação e consolidação de uma consciência e de uma identidade nacional, ele próprio foi, a nível identitário, uma deslocação de questões de “nível de branquitude⁷⁸” resultantes de desequilíbrios entre o norte e o sul do país, zonas que – lembremos – até à unidade de país faziam parte de reinos diferentes e representavam influências e heranças culturais distintas⁷⁹. Longe de serem puras distinções sociais ou simples frutos de distintas heranças e imaginários, as diferenças entre italianos do Norte e italianos do Sul tinham sido afirmadas através do racismo científico, nomeadamente das teorias de Cesare Lombroso. Socialmente, contudo, a percepção de raça, o nível de branquitude e negritude tem sido, portanto, construída por contraste em relação a comunidades “outras”⁸⁰: eu, cidadã(o)/a da Europa do Sul, sou mais ou branco/a do que um árabe, mas menos branco/a que um islandês. A forma com que o nível de branquitude é entendido está profundamente relacionada, ainda, com questões de emigração: tanto no

da memória colonial tem igualmente sido discutida pelo que respeita, por exemplo, a memória nos campos coloniais, por exemplo in Marouf Jr. Hasian, *Restorative Justice, Humanitarian Rhetorics, and Public Memories of Colonial Camp Cultures*, New York, Palgrave Mac Millan, 2014.

⁷⁸ Ver Gaia Giuliani e Cristina Lombardi- Diop, *Bianco e nero. Storia dell'identità razziale degli italiani*. Firenze e Milano: Le Monnier/Mondadori Education, 2013.

⁷⁹ Gaia Giuliani, *Race, Nation and Gender in modern Italy. International representations in visual Culture*, London, Palgrave Mac Millan, 2019.

⁸⁰ Pelo que respeita a construção social da raça e a sua relação com a ideia de branquitude, afirma Achille Mbembe, sempre in *Sortir de la grande nuit*, pág. 104: “La race était à la fois le résultat et la réaffirmation de l’idée générale de l’irréductibilité des différences sociales. Étaient en dehors de la nation tous ceux qui se situaient en dehors de ses caractères racialement, socialement et culturellement définis. Dans les colonies également, l’identité nationale voire la citoyenneté se confondirent étroitement avec l’idée raciale de blancheur”.

caso de Itália, como no de Portugal, a migração para os Estados Unidos, sobretudo Século XX, tem representado uma fase relevante no que respeita a consciência da raça como constructo social e, mesmo no Século XX, a branquitude de populações do sul de Europa é, naqueles contextos, por vezes posta em causa⁸¹. Voltando ao passado, é evidente que Portugal também construiu a sua ideia de branquitude a partir da experiência imperial. O silêncio geral sobre a descolonização e a nostalgia generalizada do Império presentes no país⁸² são, ainda, o resultado da mudança mais geral de paradigma quanto à conceção de raça que, como explicado por Paul Gilroy, teve lugar na Europa depois do segundo conflito mundial⁸³.

Assim sendo, são comuns tanto formas de, nas palavras de Grada Kilomba, “racismo quotidiano” que vão para além da expressão verbal ou teórica do racismo. Estamos a falar em discriminações raciais consolidadas a nível social e institucional, frequentemente interiorizadas tanto por pessoas brancas como por pessoas negras, que resultam na exclusão sistemática ou na perpetuação da violência psicológica sobre pessoas negras. Tal aconteceria frequentemente, para Kilomba, não só através da negação de acesso a espaços (ausência em universidades, lugares de poder *versus* sobrerrepresentação em trabalhos de limpeza e assistência ou ocupação de espaços periféricos) ou através de frases aparentemente inocentes como “tu para mim não és negra”. Concretizar-se-ia, de forma mais geral, nas exclusões que o racismo sistémico e institucional exerce sobre a população não branca. Se a discussão sobre esses assuntos é ativa, a nível de opinião pública, em vários países⁸⁴, as resistências específicas a que assistimos em Portugal sobre

⁸¹ Estou especificamente a pensar no artigo de Denise Lu, Ashwin Seshagiri, Haeyoun Park e Troy Griggs «Faces of Power: 80% Are White, Even as U.S. Becomes More Diverse», publicado no *New York Times* de 9 de Setembro de 2020. No artigo, finalizado a demonstrar a crescente diversidade racial no parlamento estadunidense, incluíam-se os portugueses na categoria de “other than white” (expressão minha), com a seguinte nota explicativa: “Because Congress includes people of Portuguese origin on its official roster of Hispanic lawmakers, the term “Hispanic” throughout this piece refers to people from Spanish or Portuguese culture or origin, regardless of race”.

Disponível <https://www.nytimes.com/interactive/2020/09/09/us/powerful-people-race-us.html>

⁸² Joana Gorjão Henriques, *Racismo no país de brancos costumes*, Lisboa, Tinha da China, 2018, págs. 147 e seguintes.

⁸³ Paul Gilroy, *The Black Atlantic. Modernity and double consciousness*, London – New York, Verso, 1993, págs 43 e seguintes,

⁸⁴ Estou a pensar, para além das publicações acima citadas, nos recentes *best sellers* Reni Eddo-Lodge, *Why I'm no longer talking to white people about race*, London, Oxford, New Delhi, Sydney: Bloomsbury, 2017 e Robin Di Angelo, *White Fragility, Why it's so hard for white people to talk about racism*, Boston: Beacon Press, 2018. Ainda, no Brasil, várias obras sobre feminismo negro e discriminações raciais têm sido publicadas nos últimos anos, com destaque para as obras de Djamila Ribeiro.

o assunto podem relacionar-se não só com a descolonização tardia e o facto de o regime salazarista ter estado em vigor até 1974. Realçamos, também, as feridas causadas pela guerra colonial, pelo trauma do retorno e da inserção social dos retornados⁸⁵ mas, sobretudo, pela natureza da própria propaganda colonial no período diretamente anterior à eclosão da guerra e durante a própria guerra. Como assinalámos, e teremos possibilidade de explorar neste capítulo, o regime português optou por, em detrimento do conflito direto (conflito esse que se realizava, apesar da propaganda em sentido oposto, tanto no plano militar como na imposição do “contrato”) apostar na apologia da nação multirracial. O facto de que, no país, ainda seja complicado falar em questões raciais, tem uma relação profunda com a construção cultural da miscigenação que foi levada a cabo durante o Estado Novo⁸⁶.

Com esta associação, queremos evidenciar a permanência de estruturas coloniais na sociedade contemporânea, com o intuito de compreender quais as origens desse imaginário: como afirmou Gilroy há umas décadas, não só não é possível uma conceção holística da modernidade, mas são urgentes a desconstrução da história cultural única e uma inversão entre o centro e as margens, assim como o reconhecimento, na história cultural moderna da Europa, da contribuição que o pensamento negro trouxe⁸⁷.

⁸⁵ Sobre o assunto: Morgane Delunay, *Le processus d'intégration des retornados au Portugal (1975-2018): analyse comparée avec le cas français des pieds-noirs d'Algérie*, Tese de Doutoramento disponível

<http://hdl.handle.net/10071/19909> e Elsa, Peralta, *O testemunho do “retorno”: deslocamento, história ilegítima, desidentificação*, Lisboa, Húmus, 2017.

⁸⁶ Referimos contudo, neste sentido, as mudanças que se realizaram no país nos últimos anos e as vitórias obtidas graças aos movimentos sociais e antirracistas. Ver, só a título de exemplo: Cristina Roldão, Mamadou Ba e Marta Araújo, «Recolha de dados étnico-raciais nos Censos 2021: um passo à frente no combate ao racismo», in *Público* de 16 de abril de 2019.

Disponível <https://www.publico.pt/2019/04/16/sociedade/opinioao/recolha-dados-etnicoraciais-censos-2021-passo-frente-combate-racismo-1869349>

⁸⁷ Paul Gilroy, *Ivi*, págs 45 e seguintes.

1.4 – Caminhando para 1961: pressão internacional, a ONU e as missões de representação

A influência do contexto internacional, nomeadamente da nova configuração das potências ocidentais nos pós-guerra, na política colonial portuguesa ficou evidente com os acontecimentos de Goa, Damão e Diu que. Sucedendo a um extenso período de isolamento da Índia independente, esses territórios foram a ela anexados em 19 de Dezembro de 1961, após ordem militar do Primeiro Ministro indiano Jawaharlal Nehru. Pamila Gumptha evidenciou, a partir de uma famosa foto de Ricardo Rangel⁸⁸, o facto de que “Goa’s decolonization was the beginning of the end of colonialism for Portuguese Africa”⁸⁹.

A Independência de Goa, concordamos, não se limitou ao plano concreto, representando simbolicamente a primeira vitória dos movimentos independentistas de uma colónia portuguesa. A partir dos anos ’20, e com uma intensificação considerável nos anos ’50 e ’60, muitos goeses procuraram melhores condições de vida em Moçambique, sobretudo em Lourenço Marques, favorecendo assim a circulação de ideias e alterando, mais uma vez, as dinâmicas socioculturais do espaço imperial. Entre eles, muitos ex-colonos contrários à anexação destes territórios à Índia, como testemunha a difusão de panfletos como os do *Movimento Pró Libertação de Goa, Damão e Diu*, impressos em 5000 exemplares na Tipografia Artes de Lourenço Marques, em 1964. Passados três anos dos acontecimentos indianos, havia quem não desistisse da ideia de pertença à nação portuguesa:

⁸⁸ A foto é indicada por Gumptha como: Ricardo Rangel, “Initiation of the Collapse of Portuguese Colonial Empire”, 1961, Catembe series, 1970-73, Centro de Documentação e Formação Fotográfica, Maputo, Moçambique. Ver por exemplo o artigo Pamila Gumptha, «Gandhi and the Goa Question», in *Public Culture*, Duke University Press, volume 23, nº 2, 2011, págs. 321-330. Disp. <https://read.dukeupress.edu/public-culture/article-abstract/23/2/321/98554/Gandhi-and-the-Goa-Question?redirectedFrom=PDF> A foto, de 19 de Dezembro de 1961, retratava alguns homens de Lourenço Marques que se inteiravam, nas ruas da cidade e através de um placar afixado, dos mais recentes acontecimentos indianos.

⁸⁹ Pamila Gumptha, na Introdução do Capítulo 2 do seu livro *Portuguese Decolonization in the Indian Ocean World: History and Ethnography*, Bloomsbury Academic, 2018, págs 69 -73.

“Os Indo-Portugueses radicados em Moçambique apelam para a portuguesíssima população de Lourenço Marques no sentido de imprimir a maior grandiosidade às cerimónias patrióticas que terão lugar amanhã⁹⁰”

Casos como o do nacionalista goês Tristão de Bragança Cunha acabaram, por outro lado, por tornar-se conhecidos antecedentes de anticolonialismo nos territórios africanos sob domínio português.

Bem antes da independência de Goa, Salazar tinha plena consciência das ameaças representadas pela ação da ONU. Como comprovam algumas pastas contidas no Arquivo Oliveira Salazar (AOS), os relatórios que chegaram ao Presidente do Conselho a partir de, pelo menos, finais de 1958 manifestavam profundos receios sobre o futuro português em África. No seu relatório secreto sobre a Primeira Reunião da Comissão Económica O.N.U. para a África, que teve lugar em Adis Abeba entre Dezembro de 1958 e Janeiro de 1959, o Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino não hesitou em definir a situação como perigosa, nem em declarar a iminente derrocada do colonialismo português⁹¹. Após a exaltação da atitude e das capacidades da Delegação Portuguesa na reunião “instituída pelo Conselho Económico e Social da Organização das Nações Unidas em cumprimento de recomendação da respetiva Assembleia Geral”, o Subsecretário de Estado fazia referência explícita ao comportamento exemplar do Delegado substituto Franco Nogueira, que como é notório será, a partir de 1961, Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Constatando a ampla difusão de ideais Pan-Africanistas e o surgimento de novas elites e reivindicações nas colónias, o autor do relatório chegava a proclamar a morte iminente do colonialismo tal como era conhecido:

“Uma imensa e impetuosa revolução abala o Continente Africano, eliminando dele todos os vestígios de dominação política europeia e de colonialismo económico-social. Em cadência acelerada, novos países independentes africanos vão surgindo e reagrupando-se consoante afinidades étnicas, históricas ou económicas, com alteração profunda da rede de fronteiras políticas, ao mesmo que tempo que novas “élites” negras, animadas de

⁹⁰ Capitão Baptista da Silva, “Cerrar Fileiras”, panfleto do *Movimento Pró Libertação de Goa, Damão e Diu*, Lourenço Marques, 1964. Disponível online no arquivo Ephemera: <https://ephemerajpp.com/2017/01/14/movimento-pro-libertacao-de-go-da-damao-e-diu/>

⁹¹ ANTT/PT/AOS/ NE 21/ 18 NT 350 – 484, “Reunião da Comissão económica para a África, Addis - Abeba, 1958 – 1959 (secreto) – Lisboa, Janeiro de 1959”, 430 folhas.

mística anti-colonialista quando não anti-ocidental, irrompem de todos os lados à conquista do poder e ao serviço da revolução pan-africana, formadas pela Organização das Nações Unidas e seus múltiplos organismos ou nas universidades dos países comunistas ou afro-asiáticos. A esta vaga avassaladora, ninguém ousa opor-se nos areópagos internacionais e apenas, na realidade administrativa, a União da África do Sul, as Rodésias e Portugal. No mais, regista-se a retirada geral, e confessada, e apenas nalguns raros casos retardada, do elemento europeu.

Sem contestação possível, ou sequer desejada, o colonialismo, tal como nasceu e cresceu de há dois séculos a esta parte, tem seus dias contados – e poucos mais viverá.”

Não se deixava de reiterar, de qualquer forma, a unidade da “secular pátria portuguesa”. Afirmava, assim, o autor do relatório:

“No que mais directamente nos respeita, a conclusão, de que só duvidará quem ande alheado do mundo em que vivemos, é que o Ultramar Português não poderá subsistir senão na medida em que seja coisa diferente do colonialismo em derrocada – histórica e ideologicamente sem dúvida que o é, mas importa que também, e sobretudo, o seja nas realidades políticas, económicas e sociais da vida quotidiana dos indivíduos e das colectividades que constituem a Pátria una e inteira, segundo a nossa concepção secular.

Esta condição fundamental, profundamente gravada no sentimento e na mente do povo português e que se fez na tradição desde a primeira hora da expansão ultramarina nacional, tem infelizmente sofrido ofensa ocasional, por ofensa das doutrinas, e sobretudo dos métodos, do colonialismo estrangeiro, que surgiu em África séculos depois de nós lá termos estabelecido, mas ao qual nem sempre soubémos, nas actividades privadas a até nos critérios da pública administração, manter-nos imunes.

O primeiro requisito de sobrevivência é o expurgo imediato e decidido de todos os vestígios, reais ou só aparentes, deste mal de importação, quaisquer que sejam os prejuízos materiais que a operação exija, sempre insignificantes em face do que a sua omissão nos importaria irremediavelmente.

Vivemos, com efeito, os anos – e talvez mesmo, os meses – decisivos para a preservação ou perda do Ultramar Português. E as repercussões materiais, e sobretudo morais, do que venha a suceder são de tal transcendência para a sorte do País e de cada um dos portugueses, que não é exagerado dizer estarmos perante uma luta de vida ou de morte, que exige a imediata mobilização de todas as vontades e todos os recursos da Nação.⁹²”

⁹² ANTT/PT/AOS/ NE 21/ 18 NT 350 – 484, fls 426 e seguintes.

Estas considerações são relevantes na medida em que demonstram um elevado nível de consciência da situação africana, assim como – e lembremos a este propósito que se trata de um documento dirigido diretamente a Salazar – da inevitabilidade iminente do fim do colonialismo e do domínio português em África. No que respeita às soluções que são propostas, é também interessante mencionar as distinções que são feitas entre população branca e população negra, brancos de primeira e brancos de segunda.

Sugeria-se, neste sentido, “uma campanha enérgica, persistente e organizada de informação e doutrinação, que inculque nos portugueses” conscientes das ameaças à unidade da pátria portuguesa, “um espírito de total solidariedade nacional perante eles e a certeza de que todos se conjurarão mediante a vontade firme de os vencer e a fidelidade às verdadeiras tradições da acção ultramarina portuguesa”.

Tal seria possível:

“a) pela leal adesão dos portugueses mais evoluídos, e nomeadamente os europeus, aos princípios nacionais de convivência e integração racial no processo de elevação moral e material das populações mais atrasadas;

b) pela criação, em todos os portugueses ultramarinos, da consciência viva de uma Pátria comum, à qual os liguem sentimentos de devoção e afecto em nada diferentes dos que animam os portugueses nados e criados na Metrópole.”

Ficava explícita e patente, desta forma, a ideia de superioridade dos portugueses metropolitanos em comparação com todos os outros portugueses contemplados pela legislação, ao mesmo tempo em que se determinava

“a extirpação pronta e inflexível de quaisquer vestígios de colonialismo e de racismo em toda a actuação ultramarina portuguesa, privada ou pública, particularmente nos sectores sensíveis do trabalho, da educação e do convívio social, sejam quais forem os sacrifícios materiais a impor ou sofrer”.

Esta acção a nível interno precisava de ser acompanhada por iniciativas a nível de política externa, nomeadamente na tentativa de cativar “a simpatia, ou pelo menos e de início, a não-hostilidade à causa da nossa permanência em África, dos países africanos independentes, especialmente dos de raça negra”. Isto seria possível “fazendo-lhes ver que, mais do que a nós, aquela presença, de harmonia e integração inter-raciais, histórica, psicológica e fisicamente possível e que não viola os direitos de ninguém, interessa capitalmente à paz do Continente e à sorte de muitos milhões de negros africanos”. Uma

ação diplomática “intensa e persuasiva, prudente mas pertinaz” deveria ser ainda realizada “junto dos países asiáticos e latino-americanos amigos, bem como exposta à Federação das Rodésias, à Inglaterra e à África do Sul”. Identificava-se, ainda, como necessidade a de aproveitar a boa disposição da Etiópia” e de, “junto dos países árabes norteafricanos”, “actuar, primeiramente no plano de uma intensificação dos laços culturais, propósito que tudo leva a crer seja bem acolhido, em especial por Marrocos, Tunísia e Líbia”, “uma presença diplomática activa no Continente Africano”.

Destacava-se, igualmente, a urgência de “concretizar rapidamente as condições das 12 bolsas de estudo que em nome do País oferecemos para benefício dos Países africanos na reunião de Adis-Abeba (5 de medicina tropical e 7 de engenharia civil., todas para pós-graduados). Elas podem facultar-nos uma excelente oportunidade de ação para a captação da simpatia do escol técnico dos países beneficiários, de grande valor para a luta defensiva que travamos.”

Em 1960, Vasco Lopes Alves enviava, representando o Ministério do Ultramar, Gabinete de Negócios Públicos, uma comunicação a Salazar relativa aos territórios não autónomos e à sua gestão⁹³. O documento das Nações Unidas nº A/4526, de 4 de Outubro de 1960, redigido na décima quinta sessão, aqui reportado com o título em francês *Rapport du Comité Spécial des Six chargé de la question de la communication de reinseignements (territoires non autonomes)*, analisava os princípios que deveriam orientar os Estados Membros. O artigo 73 da Carta das Nações Unidas, referindo-se aos territórios sem governo próprio, e procurando respeitar o princípio do direito à autodeterminação dos povos, tentava assim regular a sua gestão. Tem sido evidenciado, contudo, como o “Article 73 of the Charter appears clearly to contemplate the exercise of a measure of control by the administering states”.

As declarações contidas nestes documentos comprovam como a distinção e catalogação dos cidadãos em vários subtipos de portugueses estivesse assente na própria articulação ideológica do regime. A reiteração, quase obsessiva, da ideia de unidade nacional, parecia constituir, desta forma, uma mera estratégia para adiar o inevitável ocaso do império.

Podemos afirmar, após estas considerações, que os acontecimentos da Baixa-Cassanje não apanharam o governo português desprevenido. O protesto levado a cabo pelos

⁹³ ANTT/ PT/ AOS/CO/NE 21 Pasta 29.

trabalhadores (sob regime forçado) da COTONANG, empresa luso-belga que explorava a extração e o comércio de algodão na zona do Malange, originou uma série de ações intimidatórias pelo exército português que, conforme indicam Wheeler e Pélissier, tiveram lugar em Janeiro de 1961⁹⁴. Determinados a reivindicar um salário anual, por família, mais digno do que os 20-30 dólares que os trabalhadores recebiam em 1959-60, os locais – que gozavam do apoio de alguns elementos da administração portuguesa – pararam de trabalhar, recusaram-se a pagar os impostos e, após as intimidações atacaram, armados de catanas, lojas e postos administrativos. A repressão do governo colonial, que consistiu em execuções sumárias e bombardeamentos com napalm, causou a morte de “entre várias dúzias (fontes portuguesas) e dez mil (fontes nacionalistas)”⁹⁵ pessoas.

Apesar do nível de censura “tão elevado que não se sabe concretamente quando nem onde a revolta começou”, os historiadores concordam em afirmar que:

“Os portugueses não foram apanhados completamente de surpresa pelos acontecimentos, o que os apanhou desprevenidos foi o massacre racial que se seguiu no Norte. Não foi a rebelião, mas a sua intensidade, rapidez e selvajaria, que quase fizeram com que perdessem Angola. Os colonos esperavam problemas, conforme é demonstrado pelo facto de terem adquirido armas: em 1959, Angola importou 156 toneladas de armas e munições; em 1960, 953 toneladas; ao invés, em 1961, os números baixaram para 424 toneladas e, em 1962, para 145 toneladas. Não era certamente para caçar elefantes, mas sim para resistirem aos africanos, caso eles se revoltassem, que os portugueses abasteceram os seus arsenais.”

Os acontecimentos de 1960-61 pareceriam, assim sendo, terem sido um entrave inesperado ao projeto político de harmonização racial sugerido pelo Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino e que, como sabemos, ia ser concretizado através da apropriação da teoria de Gilberto Freyre e da sua aplicação ao caso africano.

O estabelecimento e o fortalecimento de redes internacionais inter e supra-africanas preocupavam particularmente a PIDE, até porque os relatos sobre a situação angolana vinham frequentemente acompanhados por observações e comentários sobre o avançado

⁹⁴ Douglas Wheeler, René Pélissier, *História de Angola*, Tinta da China, Lisboa, 2011, p.251.

⁹⁵ Douglas Wheeler, René Pélissier, *Idem*.

nível de pobreza do território metropolitano, assim como sobre o tratamento reservado aos nativos, mas também aos colonos que em Angola se instalavam. Repensando a ideia de branquitude, vemos a partir dessas passagens como a sua construção por contraste com outras realidades (na ideia provocatória, por mim antes introduzida, de que os portugueses, tal como os italianos, fossem mais brancos do que os africanos, mas menos brancos do que, por exemplo, os ingleses) tivesse sido interiorizada nas lógicas coloniais. Esclarecemos, aqui, a ideia de que a branquitude não se limita só à cor da pele, mas a uma mais geral combinação de privilégios e bem-estar económico social. Essas questões combinavam-se com a eventual visão diminuída, ou até denegatória, do regime que era veiculada fora do espaço colonial.

Comentando a publicação de uma notícia de 5 de fevereiro de 1961, publicada no *Observer* sobre a situação na África Portuguesa, um agente PIDE manifestava, em relatório contido no AOS, os riscos que a difusão das notícias implicava, até por deixar transparecer um clima censório. O artigo, uma carta de João Cabral, que para chegar à redação, nas palavras dos editores, “teve que ser “passada” clandestinamente, pela Nigéria!⁹⁶”. Outro artigo, publicado por aquele jornal no mesmo dia, sob o título de “Portugal’s Colony”, afirmava que a publicação da carta de João Cabral se justificava pelo facto de não ser permitido, em território português, qualquer inquérito independente.

As ações de propaganda levadas a cabo pelo governo português são reduzidas, no artigo, ao aproveitamento da situação de ignorância e carência económica dos colonos, na maioria camponeses:

“Que os emigrantes são na maioria ignorantes e analfabetos, é confirmado não só pelas pessoas que vêm de Angola, mas também pelos correspondentes britânicos que visitam Angola. Um jornalista especial do GUARDIAN, que não é de qualquer modo antipático para com os portugueses, escrevem em 19.8.60: “Uns 55.000 emigrantes vindos de Portugal chegaram nos últimos cinco anos e estão sendo construídos novos navios para transportar mais...”. Infelizmente, são na sua maior parte camponeses, quasi ignorantes, desconhecedores da técnica moderna agrícola e sem preparação para a vida tropical. Há muitos que tem menos competência para se manterem que os africanos...”. (...) “Sobre a propaganda destinada a exaltar os sentimentos nacionais e patrióticos, não tenho

⁹⁶ ANTT/PT/AOS/ CO UL-57 (Arquivo Salazar) 1961, Mar, 23, pasta 2.

exemplares dos filmes que são exibidos no Refeitório da Junqueira, em Lisboa, antes de partirem, nem das canções entoadas até ao bordo. Mas os discursos do Engenheiro Trigo de Moraes, Presidente do Fundo do Fomento Nacional e de algumas das entidades militares oficiais que mostram a “necessidade de preparação” fisiológica para enfrentar a “guerra subversiva” nas colónias, dão uma ideia do género de propaganda a que esta gente é sujeita. Segundo pessoas que vieram de Angola, foram distribuídas armas aos colonos, desde o princípio de 1960.”

E ainda:

“Dizem-lhes que vão para Angola defender o território nacional. À chegada a Luanda, a P.I.D.E. (polícia política portuguesa) distribui armas aos emigrantes. Todos os colonos possuem agora armas que foram distribuídas há cerca de um ano. Indicam-lhes onde podem encontrar mais.”

A imagem veiculada por alguns jornais internacionais que, já o dissemos, era denegatória do regime e tinha evidentes efeitos negativos no seio da opinião pública internacional, representou sem dúvida um pico de crise para o governo português. Relativamente à Inglaterra, contudo, não faltavam jornais mais panfletários que, manifestando-se a favor das reivindicações de Angola, Moçambique e da Guiné, sublinhavam a interferência do Reino Unido na política interna e colonial portuguesa. No panfleto “British financial interests in Angola, Guiné, Moçambique and Portugal”, impresso pela Russell Press Limited, Nottingham e publicado pelo Committee for Freedom in Mozambique, Angola and Guiné, com sede em Londres, destacava-se “How Britain underdeveloped Portugal”, com o objetivo de demonstrar aos cidadãos britânicos, principais leitores do jornal, o papel do seu governo na política colonial portuguesa⁹⁷.

Pouco depois da celeberrima frase de 14 de Abril de 1961 em que, por rádio e televisão, afirmava a necessidade de ir “Para Angola, rapidamente e em força!”, Salazar refletia, em apontamentos escritos a mão em 1961, sobre a possível necessidade de revisão da política portuguesa para com os Estados Unidos, face às observações e conselhos feitos por este país na ONU relativamente ao Ultramar Português⁹⁸. A difusão de informações como a da recolha obrigatória para os africanos às 10h da noite, bem como as notícias do aparecimento, nas paredes de Luanda de slogans, como “Angola livre”, ou da instituição

⁹⁷ Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, arquivo COM/ PANFL. COLÓNIAS – DIVERSOS e (s.d.) – 1961, folhas 35 e seguintes.

⁹⁸ ANTT/PT/AOS/ CO UL-57 (Arquivo Salazar) 1961, Mar, 23, pasta 3.

de um campo de concentração em Dalatando (Vila Salazar) não podiam, de facto, deixar de preocupar um regime que não gozava de uma conjuntura política favorável a nível internacional.

Lembremos que, em Janeiro desse mesmo ano, uma ação de Henrique Galvão, determinado em chamar a atenção da imprensa para a relação entre Portugal e as suas colónias, pôs internacionalmente em causa a política do regime salazarista em África.

As tensões entre Salazar e Kennedy, agravadas após a ingerência dos Estados Unidos no caso do Santa Maria, tinham origem na política anticolonial do Presidente americano. Como observado por Fernando Cerqueira, a política de Kennedy opunha-se ao conservadorismo do seu predecessor Eisenhower: “para os americanos, o que estava em disputa, entre eles e o comunismo, era a causa do nacionalismo africano⁹⁹”. Inserida na lógica da Guerra Fria, a luta independentista das futuras nações africanas convertia-se, assim, em objeto de disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética, cientes da importância estratégica do continente e das mudanças que novos ordenamentos introduziriam na balança da política e da economia mundial.

O receio concreto de repercussões internacionais levou o regime, como teremos oportunidade de explicitar, a trabalhar várias medidas de contrapropaganda, como a instituição da Acção Psicológica em Moçambique, ou a atividade da Aginter Press.

1.5 – Mecanismos censórios no Estado Novo e o seu funcionamento entre 1961 e 1974

Como exemplificado pelos casos específicos que serão analisados no próximo capítulo, a censura durante o Estado Novo inseria-se num mais amplo sistema de contenção e repressão da opinião pública e dos cidadãos dos territórios que se encontravam, na altura, sob domínio português.

Os mecanismos censórios, apesar da sua sistematização peculiar, da sua lógica e métodos de atuação específicos durante os governos de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano, inseriam-se numa antiga tradição de exercício da ordem e do poder.

⁹⁹ Fernando Cerqueira, *Portugal na Guerra Colonial. Treze anos de isolamento?*, Mercado das Letras, Lisboa, 2015, p. 43.

A prática da censura de livros e impressos como ferramenta de gestão do poder não pode ser identificada como atividade exclusiva de um ou outro regime político, já que nunca houve organizações sociais alheias a mecanismos censórios.

Pelo que respeita a censura literária, ela configurava-se, até ao século passado, como uma ferramenta fundamental na gestão da ordem e da opinião pública. Em virtude da autoridade que o texto escrito possuía, autoridade essa bem distinta daquela que caracterizava o texto jornalístico (e, portanto, a imprensa periódica), desenvolveram técnicas censórias distintas. Contribuíram ainda para o desenvolvimento de técnicas peculiares, as características materiais dos documentos impressos (encadernação e organização gráfica da página), os seus propósitos e meios de distribuição.

Na sua *História universal da destruição dos livros* Fernando Báez, assinala, abordando a trajetória dos biblioclastas ao longo das civilizações humanas, os falsos mitos sobre a destruição de livros. Apesar de considerarmos, aqui, o conceito de destruição na sua aceção mais ampla de aniquilação, e não necessariamente material, não podemos deixar de concordar com a ideia de que: “O destruidor de livros é dogmático, porque se aferra a uma concepção do mundo uniforme, irrefutável, um absoluto de natureza autárquica, autocriadora, auto-suficiente, infinita, atemporal, simples e expressa como pura actualidade não corruptível¹⁰⁰”. Retomando os cenários distópicos de George Orwell e Ray Bradbury, mas também de Elias Canetti e Jorge Luís Borges, Báez sublinha que há uma correlação direta entre a destruição de livros (e portanto, diríamos nós, a eliminação ou o silenciamento de ideias, ficções ou narrações) e a pressão que “mitos apocalípticos” exercem nos povos cultos. A associação entre concepções dogmáticas do mundo e inclinação para a eliminação de ideias que delas se afastam, razoável e satisfatória pelo que respeita a destruição de impressos *stricto sensu*, não nos parece, contudo, suficiente para explicar mecanismos censórios complexos.

Pelo que respeita a censura e a sua análise no período de nosso interesse, é relevante retomar, assim, as palavras de João Luís Lisboa. Ao analisar o negacionismo e as defesas do narrativismo e do relativismo histórico em Hayden White e Dominick La Capra, Lisboa destaca o papel da violência e a relevância dos testemunhos na prática de reconstrução histórica:

¹⁰⁰ Fernando Báez, *História universal da destruição dos livros*, Lisboa, Texto Editores, 2009, p. 16.

“Para além do que foi dito sobre factos recorrentes ou prováveis, retroactivos ou imaginados, há a considerar factos traumáticos, factos que condicionam completamente a existência de uma comunidade, interferindo na forma como essa comunidade se vê a si própria e aos outros. Este tipo de factos tem alguns aspectos em comum com os factos retroactivos, pois em muitos casos estão numa zona onde as palavras não parecem conseguir dar conta apropriadamente do acontecido, nomeadamente ao nível do sofrimento ou da violência. Os testemunhos, ainda que existindo, parecem não corresponder ao choque provocado pelos factos. Se a retórica se mostra insuficiente, os testemunhos permanecem, na sua materialidade, corpos que se não pode evitar.”¹⁰¹

É neste sentido que se querem apresentar os dados recolhidos relativamente à censura levada a cabo durante o Estado Novo, pois os documentos, pareceres e dados recolhidos nos arquivos constituem material precioso sobre a mentalidade dominante na época, ao mesmo tempo que revelam não só algum nível de arbitrariedade nas decisões tomadas relativamente aos livros, mas demonstram também alguma margem de interpretação que os censores inevitavelmente tinham.

1.5.1 – Censura e enquadramento legal em Portugal

As técnicas censórias próprias do Estado Novo, consideradas à luz de uma delicada conjuntura político-social a nível mundial, são relevantes não só em virtude da continuidade com determinada tradição administrativa, mas também pelo seu aspeto camaleónico, pela capacidade de legitimar-se através das leis e de constituir-se, ao mesmo tempo, como medida excecional. A unicidade e excecionalidade da situação política em que Portugal se encontrava a partir de 1926 permitiu a introdução da censura prévia de textos cujos assuntos estivessem relacionados com questões militares, graças ao Decreto 12.008, de 29 de julho de 1926. O Decreto-Lei 22/469, de 11 de Abril de 1933¹⁰², legitimou constitucionalmente a censura, retirando-lhe o carácter de excecionalidade com

¹⁰¹ João Luís Lisboa, *Então, o quê? A história que (se) conta é problemática*, Humus, Lisboa, 2018, p.175.

¹⁰² D.L. 22/469, de 11 de Abril de 1933, publicado no Diário do Governo número 83.

que era até àquele momento conotada. Ficando, como afirma Cândido de Azevedo, “institucionalizada”¹⁰³, a censura passava a obedecer a um conjunto de normas que a regulavam.

Publicado no Diário do Governo no mesmo dia em que foi promulgada a Constituição do Estado Novo, o D.L. ampliou e definiu as intervenções estatais de controlo e gestão da opinião pública.

Depois de afirmar-se, no Artigo 1º, que “É garantida a expressão do pensamento por meio de qualquer publicação gráfica” – sem nenhum tipo de referência, realçamos, à liberdade de tal expressão – definiram-se, no Artigo 3º, as bases para a subordinação total da imprensa aos interesses da agenda política do regime salazarista. A censura prévia, sempre prevista para as publicações periódicas e para as não periódicas que cujos assuntos fossem de carácter político e social tinha, na ótica de Salazar, o objetivo de guiar os cidadãos no caminho da moralidade. Assim, o D.L em questão afirmava:

“A censura terá sòmente por fim impedir a perversão da opinião pública na sua função de fôrça social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade.”

De resto, a própria Constituição, depois de referir, no Artigo 4º, que todos os cidadãos portugueses tinham o direito “à liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma” especificava, no Art. 20 nº 2:

“Leis especiais regularão o exercício da liberdade de expressão do pensamento, de ensino, de reunião e associação, devendo, quanto à primeira, impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião públicas na sua função de força social, e salvaguardar a integridade moral dos cidadãos”.

¹⁰³ Cândido de Azevedo, *Mutiladas e proibidas, Para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*, Lisboa, Caminho, 1997, págs. 47-52.

De que forma tal legislação se terá relacionado com a questão colonial? Não podemos esquecer que o grande impulso de colonização efetiva das colónias só se realizou, no caso do império português, em finais do Século XIX, devido às pressões das outras potências coloniais e ao receio de Portugal de perder influência sobre os territórios. Foi a Conferência de Berlim, de 1890, que impulsionou um esforço português de penetração no interior das suas colónias, até àquela altura nunca levado a cabo com sucesso, por causa da resistência dos povos africanos à colonização e de receio de investimento económico. Tornou-se necessário, neste contexto, o reforço da estrutura propagandística, alterada de forma quase camaleónica no esforço de justificar a progressiva intensificação do esforço colonial.

Conjugado com este aspeto, o atraso no desenvolvimento económico e social que Portugal enfrentava estava relacionado, também, com as políticas portuguesas da altura, que visavam a exploração massiva dos recursos económicos e naturais dos países africanos.

Difundiou-se, igualmente, certa aceitação das formas de gestão de colonatos como o de Limpopo, em Moçambique, onde os colonos viviam em condições de pobreza tais que os assimilados e os nativos africanos provavam um sentimento híbrido de repulsa e, ao mesmo tempo, de empatia¹⁰⁴.

Foi em resposta a esse conjunto de dinâmicas socioculturais que se foram moldando, ao longo dos anos, as políticas salazarista e marcelista, com um progressivo enfoque na teoria luso-tropicalista, insistindo na origem híbrida do povo português e na sua vocação à mestiçagem cultural. A centralidade do ano de 1961 não se limita, assim, à eclosão das Guerras de Libertação ou ao facto de que estivessem, desta vez de forma mais violenta, a serem postas em causa as ações coercivas do aparelho colonial quanto ao trabalho assalariado. Isto representou uma viragem também no plano cultural, na medida em que estava a ser posto em causa – desta vez de forma explicitamente mais violenta e conflitual - tanto o próprio sistema colonial, como as justificações em que este assentava, assim como as visões edulcoradas e positivas da política portuguesa em África que ainda resistiam em alguns sectores não obstante a situação dos restantes países europeus. Como

¹⁰⁴ Cláudia Castelo, “«O branco do mato de Lisboa»: a colonização agrícola dirigida e os seus fantasmas, in Cláudia Castelo, Omar Ribeiro Thomaz, Sebastião Nascimento, Teresa Cruz e Silva (org), *Os outros da Colonização. Ensaio sobre o colonialismo tardio em Moçambique*, Lisboa, ICS, 2012, págs 27 – 50.

veremos mais adiante, isto não significa que os temas abordados a nível literário diferissem radicalmente dos da década anterior (estou aqui a pensar sobretudo nas literaturas que se escrevem em língua portuguesa em África a partir de meados dos anos '50). Importa realçar, porém, a forma em que as várias condicionantes do conflito (guerra, luta armada, exílio, fugas, prisões, clandestinidade, violências, fome e, obviamente, censura e ação da polícia política) agiram sobre a circulação de textos, os contextos de publicação, as escolhas de publicação e os próprios debates literários.

A censura tinha, como é óbvio, um funcionamento que não se reduzia ao método da Censura Prévia e à limitação da circulação de notícias e obras literárias concretizando-se, pelo contrário, em um mais generalizado controlo cultural. A intervenção da PIDE, tanto nas ex-colónias como em Portugal, visava assim reduzir - nacional e internacionalmente - o impacto e a atenção dada aos Movimentos de Libertação e a todas as construções literários e intelectuais que pusessem em foco as demandas independentistas e as especificidades de cada um dos territórios africanos sob domínio português. A repercussão de algumas obras e movimentos cujo impacto teremos oportunidade de analisar nos próximos capítulos - tais como *Luuanda*, de Luandino Vieira, o boletim *Mensagem* da Casa dos Estudantes do Império e a Coleção Imbondeiro - foi determinante na formação de uma consciência crítica sobre o estado em que se encontravam os territórios que constituíam o império, tanto em Portugal como nas ex-colónias portuguesas em África. Como veremos, todas estas publicações foram profundamente influenciadas pelas relações entre a censura e a PIDE, da mesma forma que foi para a sua evolução e história determinante o biénio 1964-65. A relação entre os Serviços de Censura e as Forças Armadas, realizadas através do Secretariado-Geral da Defesa foi, como realçado por Cândido de Azevedo, regulada principalmente por duas circulares confidenciais, respetivamente de 14 de Junho de 1961 e de 10 de Julho de 1965¹⁰⁵. O eco do desaparecimento, e do sucessivo achamento do corpo do General Humberto Delgado, em Abril de 1965, impunham maiores cautelas quanto à difusão de informações e notícias sobre a ação da PIDE, os nomes dos seus agentes e quaisquer detalhes sobre os seus colaboradores. Os protestos originados pelo assassinio de Delgado, afirma Azevedo, foram a razão principal pela qual se instituiu uma censura total pelo que respeita a ação e o funcionamento da polícia política ao serviço do regime salazarista. O

¹⁰⁵ Cândido de Azevedo, *Op. cit.*, págs. 44-47.

biénio 1964 – 65 foi, ainda, relevante pelo fortalecimento das redes internacionais dos Movimentos de Libertação no continente africano, assim como pela intensificação das redes de solidariedade com a causa da libertação africana na Europa.

Como testemunham os ficheiros contidos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e relativos à censura à imprensa não periódica, os diplomas previstos foram aplicados pela PIDE com uma relativa liberdade de interpretação e os efeitos de controle e de limitação de circulação de livros impressos verificaram-se, frequentemente, numa ótica de limitação de danos, impedindo a circulação de livros ou ideias considerados perigosos mas, ao mesmo tempo, evitando a apreensão nos casos em que a própria se considerasse contraproducente ou se achasse que a censura podia chamar a atenção sobre o conteúdo do texto e gerar, portanto, escândalos indesejados aos quais a comunidade civil se poderia demonstrar permeável. A censura das colónias obedecia, ainda, a uma lógica e a mecanismos diferentes, sendo dependente, a nível oficial, da Metrópole. A nova legislação introduzida pelo Estado Novo, com a institucionalização da censura que dela derivou, impulsionou, como afirma Daniel Melo, a instalação de comissões de censura, conselhos de leitura e delegações distritais em Angola e Moçambique, gerando uma densa rede de troca de informações e pareceres¹⁰⁶. As delegações

“reportavam ao Governador-Geral de cada colónia, que por sua vez reportava directamente ao Ministério do Interior (MI), que por sua vez reportava ao Ministério do Ultramar, fazendo este uma apreciação da censura (desde 1960 através do seu Gabinete dos Negócios Políticos [GNP]), distribuindo informação (p.e., sobre listas regulares de livros e revistas proibidos) e remetendo novas instruções para todas as colónias.”¹⁰⁷

Esta rede fez com que, ainda durante a Guerra, quadros do aparelho censório, muitos dos quais militares, fossem formados na Metrópole e enviados para as colónias. Pelo que respeita a época de que nos ocupamos, talvez seja interessante observar que o período entre o segundo semestre de 1964 e o ano de 1965, caracterizado por vários casos relevantes a nível censório e repressivo, correspondeu a mudanças no aparelho de

¹⁰⁶ Daniel Melo, «A censura salazarista e as colónias: um exemplo de abrangência», in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 16, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016, págs. 475 - 496.

¹⁰⁷ Daniel Melo, *Ivi*, p. 481.

administração colonial em Angola. Em 1964 houve mudanças estruturais, concretizadas na elevação de vários postos da PIDE a Subdelegações, ao mesmo tempo que eram criados novos Postos de Vigilância. Neste ano, passaram à categoria de Subdelegação os seguintes postos: Sá da Bandeira (Huíla, a funcionar desde 1961¹⁰⁸), Salazar (Cuanza Norte, a funcionar desde 1962), Malange, Benguela e Silva Porto (Bié). No mesmo ano, foram ainda criados novos Postos: o do Catete (em Luanda, que dependia diretamente da Delegação), o de Serpa Pinto (Cuando-Cubango), do Caiundo, de Calai e de Cuíto-Canaval¹⁰⁹.

Longe de constituírem meras iniciativas administrativas, estas mudanças testemunham uma verdadeira fase de viragem na política repressiva em Angola: apesar de estar formalmente dependente da Metrópole, a PIDE começava a funcionar através de uma série de hierarquias internas ao território angolano e a exercer, ao mesmo tempo, uma pressão mais eficaz e imediata junto dos escritores, jornalistas e editores, como demonstram, por exemplo, os casos do *ABC*, *Diário de Angola* (Luanda) e da Imbondeiro (Sá da Bandeira), que serão tratados nos próximos capítulos.

1.5.2 – A censura no Marcelismo

Com a sua tomada de posse na Presidência do Conselho em 27 de Setembro de 1968, Marcello Caetano representou, na opinião de muitos, uma fase de relativa abertura e viragem liberal do regime português. Comumente definido de “primavera marcelista”, o biénio 1968-70 não teve, porém, os efeitos desejados por grande parte dos cidadãos dos territórios sob administração portuguesa. Fernando Rosas tem observado que a definição de liberal aplicada a política de Caetano só se pode aplicar por “facilidade de expressão¹¹⁰”: defensor de um estado forte e de um Estado Federal moderado¹¹¹ que incluísse Portugal e as colónias, as suas ideias eram marcadamente antidemocráticas, como demonstram as suas declarações sobre a censura. Tem sido igualmente observado

¹⁰⁸ A entrada em funcionamento do posto de Sá da Bandeira e de Banza Sosso foi estabelecida pela Ordem de Serviço da PIDE nº 317/61, de 13/11/1961.

¹⁰⁹ Cfr <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4280212>

¹¹⁰ Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926 – 74)*, Vol. 7 in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, p. 506.

¹¹¹ Ver Amélia Neves de Souto, *Caetano e o ocaso do «Império». Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*, Porto, Afrontamento, 2007, p.36.

como, após uma primeira abertura, houve um reforço do autoritarismo, fator esse que também teve um óbvio reflexo nas práticas censórias. A continuação da Guerra nos territórios coloniais parece ter sido, de resto, a única cláusula que foi imposta a Caetano pelo então Presidente da República Américo Thomaz¹¹², facto suficiente para justificar os esforços feitos para demonstrar a continuidade e a filiação à política de Salazar.

As eleições dos deputados à Assembleia Nacional, convocadas para Outubro de 1969, teriam o objetivo de legitimar a sua posição na liderança do país depois do acidente de Salazar, mas tinham à data o intuito de legitimar a perpetuação da política ultramarina do governo português como sendo uma decisão dos eleitores, neutralizando o debate sobre as colónias.

O sucessor de Salazar levou a cabo um discurso que insistia na inevitabilidade da perpetuação de algumas medidas, não obstante o desejo de renovação do panorama português, por causa da delicada conjuntura a nível mundial, e para evitar perigos ligados com a eventual instauração de um estado de caos no país. Na *Conversa em Família*, um programa propagandístico de reflexões políticas que protagonizava e que foi transmitido semanalmente na RTP (1969 – 74), Marcelo Caetano refletiu várias vezes sobre a guerra e a situação ultramarina. Mencionando os “tempos de indisciplina”, a “onda de loucura” que “varre o mundo” (08/04/1970), o perigo do caos anárquico caso fosse concedida demasiada liberdade, Caetano convidava os cidadãos à calma, recorrendo a certo nível de paternalismo quanto às suas capacidades de avaliação do contexto político. É manifesta, por outro lado, a conceção do Presidente do Conselho quanto à participação dos cidadãos na própria vida política:

“Participar não é começarem todos a falar ao mesmo tempo e exigir que seja feito sem demora tudo quanto se possa imaginar. Participar é tomar conhecimento dos problemas e das dificuldades e das possibilidades, das suas soluções, para ajudar conscientemente quem as tenha de resolver.”¹¹³

¹¹² Amélia Neves de Souto cita, a este propósito, José Medeiros Ferreira.

¹¹³ Marcello Caetano, *Conversa em família*, RTP, 25:28 minutos. Disponível <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/conversa-em-familia-9/>

A invocação à ponderação foi, neste caso, acompanhada de uma mais ou menos implícita invocação da autoridade e do poder de que os órgãos políticos gozavam. No mesmo episódio, Caetano afirmava que os que defendiam que os portugueses estavam, com a guerra colonial, a defender os interesses dos portugueses em África estavam a defender uma “infâmia estúpida”. O voto justificaria a defesa dos territórios, em que as empresas capitalistas proliferariam com ou sem a administração portuguesa. A falta de direito ao voto por grande da população nativa no Ultramar Português, afirmava ainda respondendo aos quem evidenciam a falta desde direito, não representaria nada para as populações africanas que ainda não se tinham assimilado aos costumes europeus. A retórica do bom colonizador, da convivência pacífica e do papel civilizacional de Portugal, já patente – como demonstrado – na propaganda do seu antecessor, voltava a ser exposta com uma nova forma, através de um tom talvez menos profético e mais paternalista. Ainda em 1 de Março de 1973, comentando as críticas das Nações Unidas e, de forma mais geral, da opinião pública internacional, à política portuguesa em África, levava-se a cabo uma espécie de apologia do colonialismo, visto como um aspeto inevitável do desenvolvimento da civilização humana. Por que razão os brancos da América Latina ou da Ásia deveriam ser os únicos com o direito a “fixar-se como em terra sua”?

Neste contexto de persuasão social contínua, a imprensa e a produção escrita tornavam-se, para além do meio televisivo, ferramentas políticas fundamentais, a serem utilizadas de forma cautelosa para dar aos cidadãos a impressão de um Estado progressista em relação ao anterior, sendo então o governo Marcelista um inevitável fruto do salazarismo.

Exemplo da orientação do Governo quanto à liberdade de imprensa é, sem dúvida, o Decreto-Lei 150/72, de 5 de Maio, que eliminava a palavra Censura da legislação, introduzindo o conceito de Exame Prévio, a ser realizado nos casos em que fosse ameaçada a segurança nacional. Em virtude da Guerra em África, porém, invocava-se um estado de constante vulnerabilidade do Estado e dos seus territórios, tornando possível a realização constante do dito Exame.

Sobre o assunto, o próprio Marcello Caetano afirmou depois do 25 de Abril de 1974:

“Não era a altura de levianamente levantar todas as restrições à liberdade de imprensa. Pedi, pois, que se estudasse quanto antes uma nova proposta de lei da imprensa a submeter à Assembleia Nacional, que na matéria era o único órgão competente para legislar,

traçando a orientação de se preparar nessa proposta uma transição para a liberdade que se iria processando na medida das possibilidades oferecidas pelas circunstâncias.

Quase meio século de regime de censura desabituara os jornalistas do sentimento das responsabilidades, a começar pelos directores dos jornais que comodamente descarregavam sobre os censores o encargo de dizerem se um texto devia ou podia ser publicado. Desabituara também a Administração Pública das críticas e do esclarecimento oportuno da opinião. Os próprios leitores haviam perdido o critério para apreciar os jornais e a matéria neles inserta.

Era preciso fazer a reeducação progressiva de todos estes elementos. A isto havia quem logo se retorquisse com o argumento clássico de que só na liberdade se aprende a agir em liberdade. Argumento que não aceito nos tempos presentes. Outrora, quando as coisas evoluíam lentamente e se tinha a certeza de que o uso da liberdade conduzia a um regime liberal, poderia ser assim. Hoje não é.¹¹⁴”

A preparação de uma "transição para a liberdade, que se iria processando na medida das possibilidades oferecidas pelas circunstâncias¹¹⁵" converteu-se, para todos os efeitos, numa censura mascarada. No Art. 98.º do capítulo XIV, relativo ao regime do Exame Prévio, estabeleceu-se que:

“1. A publicação de textos ou imagens na imprensa periódica pode ficar dependente de exame prévio, nos casos em que seja decretado estado de sítio ou de emergência.

2. Ocorrendo actos subversivos graves em qualquer parte do território nacional, poderá o Governo, independentemente da declaração do estado de sítio ou de emergência, a fim de reprimir a subversão ou prevenir a sua extensão, tornar dependente de exame prévio a publicação de textos ou imagens na imprensa periódica.”

Também não era permitida, como declarado no Art. 14.º do Capítulo II, a publicação de escritos e imagens que:

“a) Contenham propaganda que favoreça movimentos tendentes a atentar contra a integridade do território nacional ou a praticar acções armadas, bem como de agitação social, embora sem instigação à perturbação imediata da ordem pública;

¹¹⁴ Marcello Caetano, *Depoimento*, Rio de Janeiro, Record, 1974, pág.77.

¹¹⁵ Marcello Caetano, *op.cit.*, pág. 77.

- b) Revelem informações classificadas como confidenciais ou respeitem a matérias que, por poderem prejudicar os interesses do Estado, hajam sido objecto de normas ou recomendações do Governo, determinando reserva;
- c) Respeitem a anúncios convocatórios relativos a reuniões previamente proibidas;
- d) Constituam propostas criminosas ou imorais;
- e) Descrevam em termos pormenorizados e sensacionalistas casos de vadiagem, libertinagem, uso de estupefacientes, suicídio e crimes violentos;
- f) Revelem durante a instrução preparatória de processos de natureza criminal a identidade dos arguidos, salvo quando tenha sido tornada pública pelas circunstâncias que rodearam a prática da infracção;
- g) Identifiquem os ofendidos nos crimes contra a honestidade, salvo se, sendo capazes, manifestarem expressamente o seu consentimento, e as partes nos processos de investigação de paternidade ou impugnação de legitimidade;
- h) Contenham extractos de processos sobre o estado e a capacidade das pessoas ou referentes a crimes contra a honestidade, de ultraje à moral pública, de aborto ou de difamação ou injúria, e bem assim relatos de audiências efectuadas com carácter secreto, nos termos da lei processual.”

Pouco antes da aprovação do Decreto-Lei, em Maio de 1971, Comissão Nacional da Defesa da Liberdade de expressão, de que faziam parte muitos dos nomes de relevo do panorama intelectual português, equiparava o regime do Exame Prévio a uma Censura para todos os efeitos:

“Desta maneira, o essencial da repressão de todas as expressões de pensamento, que vigora há mais de quarenta anos, provocando estragos irreparáveis na vida e no trabalho dos portugueses, poderá permanecer ou agravar-se a partir da proposta de lei apresentada, numa linha de compressão das inteligências que se apresenta no nosso País como a continuação dos períodos reaccionários da nossa história.¹¹⁶”

¹¹⁶ Centro de Documentação 25 de Abril, *Comunicados e panfletos – Censura. Cinema/ Rádio Televisão, Imprensa escrita, Teatro – I/III*. Entre os assinantes, Acácio Barradas, Arnaldo Saraiva, Carlos de Oliveira, Egito Gonçalves, Fernando Namora, Ferreira de Castro, José Augusto França, José Gomes Ferreira, José Saramago, Manuela da Fonseca, Maria Isabel Barreno, Maria Lamas, Maria Teresa Horta,

Evidenciando o papel que os grandes grupos económicos do país tinham no processo, tendo comprado jornais e estações radiofónicas, assinalava-se, ainda, o perigo de uma dupla censura, perpetuada não só pelo Estado, mas também pelos empresários na defesa dos seus interesses económicos.

Se considerarmos a censura praticada entre 1968 e 1974 como forma de repressão e de limitação da circulação dos livros, vários são os fatores a ter em consideração aquando da avaliação da documentação de que dispomos, a partir do panorama fragmentado dos relatórios e processos disponíveis no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Não podemos deixar de observar que, tratando-se de “informação não tratada arquivisticamente”, a catalogação completa das obras analisadas e proibidas pelo Secretariado Nacional da Informação ressentia-se da organização do próprio arquivo.

1.5.2.1 – O exemplo das Caixas do Secretariado Nacional da Informação (SNI) do Arquivo PIDE/ DGS.

A partir de 1944, o S.N.I. passou a assumir tanto as funções da Direção dos Serviços de Censura como as competências do Secretariado de Propaganda Nacional e dos serviços de turismo. Como observou Almeida Rodrigues, nesta ocasião “a censura tornou-se legalmente num órgão de formação e propaganda política” já que o S.N.I. “ficava sob a dependência directa do Presidente do Conselho¹¹⁷”.

Os ficheiros úteis a uma análise relativa à censura dos livros são os que se encontram na Correspondência Recebida e Expedida do Gabinete do Diretor entre 1971 e 1974 e, especificamente, das Caixas número 526, 573, 630, 658, 812 e 853. Tal documentação, que se encontrava junto do Arquivo PIDE/DGS no Reduto Sul do Forte de Caxias à guarda do Serviço de Coordenação da Extinção da ex-PIDE/DGS e LP, foi incorporada no ANTT em 1992. Não é dado saber quais foram as intervenções do referido Serviço nas pastas relativas ao S.N.I, mas parece ser bastante claro que os vários ficheiros não

Natália Correia, Óscar Lopes, Sophia de Mello Breyner, Urbano Tavares Rodrigues, Vergílio Ferreira, Vitorino Magalhães Godinho.

¹¹⁷ Graça Almeida Rodrigues, *op. cit.*, p. 68.

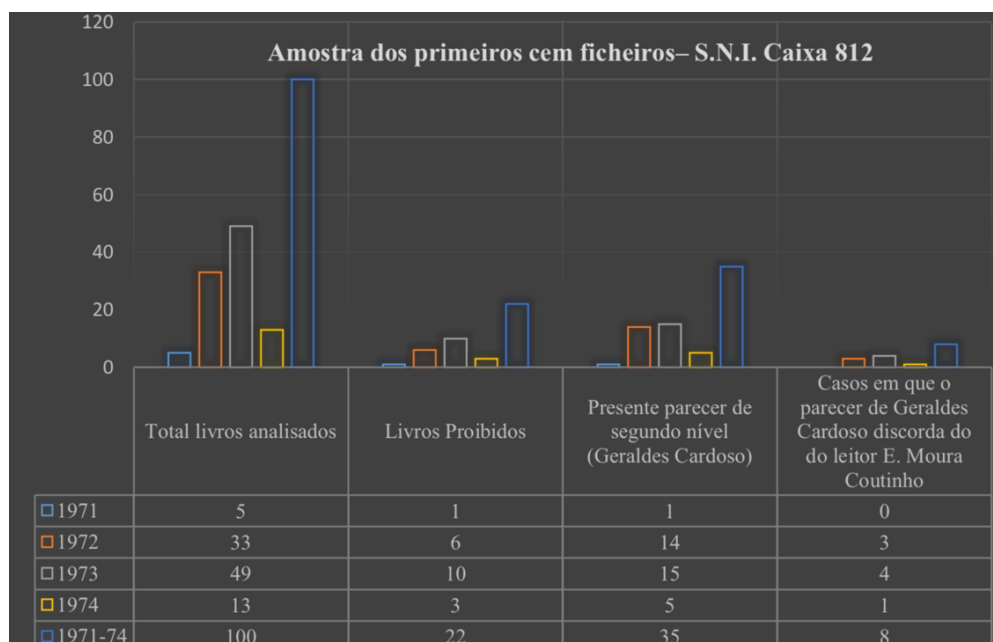
chegaram na íntegra à Torre do Tombo, tenha sido isto devido a intervenções anteriores ou posteriores ao 25 de Abril, a extravios ou à eliminação voluntária de arquivos¹¹⁸.

As comunicações escritas de Geraldês Cardoso (Diretor-geral da Informação), Pedro Feytor Pinto (Subdiretor-geral) e Ernesto Manuel Correia de Moura Coutinho (leitor) fornecem informações preciosas sobre o real funcionamento do que, não obstante as formalidades legais, continuava sendo para todos os efeitos um aparelho censório. Oficialmente, a PIDE/ DGS, a Polícia Judiciária e o Ministério Público deveriam limitar-se a registar as decisões tomadas pelo Palácio Foz. Verificam-se, contudo casos de manifesta interferência da DGS no processo de elaboração dos pareceres, sobre os quais, porém, nem sempre o Diretor-geral da Informação reagiu de forma concordante ou subserviente.

Quanto à proibição de livros, concluiu-se que foram, de forma geral, observadas as diretivas do legalismo formal, concretizando-se exclusivamente a proibição para obras para as quais existissem pressupostos legais para a instauração de um procedimento criminal. Após a eventual constatação de irregularidades no procedimento legal de edição e registo legal das obras, e no caso em que o escritor, o editor ou o tipógrafo fossem condenados pelo tribunal competente, poder-se-ia justificar a proibição do texto.

¹¹⁸ Lembremos, por exemplo, a polémica que teve origem em 1996, pouco depois da abertura dos arquivos da PIDE/DGS, cujas cópias estão conservadas no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra (Cota 930.251 ARQ – Arquivo PIDE/DGS: acesso e integridade: Compilação de artigos de jornal 1996) e que se desenvolveu nas páginas do jornal Público. Originada por um artigo de António Barreto, em que o próprio lamentava que, durante uma visita ao ANTT, encontrara na sua ficha várias cartas pessoais, fotos e documentos interceptados pela PIDE e que nunca chegaram aos seus familiares ou, de qualquer forma, ao destinatário. A polémica envolveu vários historiadores, entre os quais Fernando Rosas (artigo de 2 de Abril) Iva Delgado (3 de Abril), o historiador angolano Carlos Pacheco (Diário de notícias de 05 de Abril) e Jorge Almeida Fernandes (13 de Abril).

O que estava em causa era a possível devolução dos documentos apreendidos pela PIDE aos seus proprietários, assim como o valor histórico, e de interesse público, de tal documentação. José Mattoso, então diretor do ANTT, deixou uma entrevista a Cara Teixeira, em 18 de Abril do mesmo ano, afirmando “Sou Contra” [ndr. à devolução dos documentos, sobre a qual estava a decorrer uma discussão de proposta de Lei no parlamento]. Em 20 de Abril de 1996, na onda da polémica, José Pedro Castanheira publicava, no jornal *Expresso*, o artigo: «Desapareceram os “dossiers” de Spínola e Costa Gomes», constatando a falta de consistência e o expurgo da documentação já naquela altura.



Tendências de censura - Amostra Caixa 812 SNI (Correspondência Recebida e Expedida)

Numa primeira abordagem dos livros analisados pela Comissão de Exame Prévio e contidos na Caixa 812 do ANTT, é possível detetar algumas tendências gerais. Se considerarmos uma amostra de 100 livros sobre os 196 analisados entre dia 1 de Janeiro e 25 de Abril de 1974, encontramos um total de 22 livros proibidos. Nesta percentagem de 22 % também foram incluídos alguns livros para os quais o parecer final indicado no ficheiro é “MANTEM-SE A PROIBIÇÃO” (*Che Guevara* de Martin Ebon¹¹⁹ e *A bastarda*¹²⁰ de Violette Leduc), “PROIBIDO EM 1966” (*Anti-Düring*¹²¹ de Engels), “INFORMADO O EDITOR DA INCONVENIÊNCIA DA PUBLICAÇÃO DA OBRA” (*O capital*¹²² de Karl Marx), “PROCEDIMENTO CRIMINAL” (*Chile, Socialismo Impossível*¹²³ de Fernando Abreu) e “?” (*A catástrofe iminente e os meios de a conjurar*¹²⁴ de Lenin).

¹¹⁹ Nos ficheiros são ausentes informações sobre a edição. Trata-se provavelmente de Martin Ebon, *Che Guevara*, Vila da Maia, Editorial Início, 1969 (1ª edição).

¹²⁰ Violette Leduc, *A bastarda*, Contemporânea/ Portugal, 1964 (1ª edição).

¹²¹ Frederic Engels, *Anti-Düring*, Lisboa, Afrodite, 1971.

¹²² Karl Marx, *O Capital*, Lisboa, Delfos, 1973.

¹²³ Fernando Abreu, *Chile, Socialismo impossível*, Lisboa, Edição do autor, 1973.

¹²⁴ Lenin, *A catástrofe iminente e os meios de a conjurar*, Carlos Guerra, Lisboa, 1972.

O caso de *O capital* da Delfos é particularmente relevante para perceber como as dificuldades das editoras no Marcelismo tinham carácter não só legal, mas também económico, e como o sistema censório originava mecanismos de autocensura não só entre os escritores, mas também entre os editores. De facto, a análise “prévia” – no sentido de anterior à publicação do livro- foi diretamente originada por uma carta do editor, o qual solicitava “informalmente” a Geraldês Cardoso um possível parecer positivo para a publicação, já que a impressão de um livro de tal extensão implicaria ingentes custos para a editora. Contudo, e não obstante o parecer negativo, o livro acabará por ser publicado em 1973. A edição do mesmo livro da editora Centelha¹²⁵, em 1974, tinha sido igualmente objeto de análise, mas neste caso o parecer final foi “AUTORIZADO”.

Os livros, analisados por Moura Coutinho¹²⁶, que elaborou pareceres por vezes contraditórios, parecem ainda ter sido avaliados na base de critérios legais e de utilitarismo político. Na maioria dos casos, Geraldês Cardoso, recebidos os pareceres do leitor, limitava-se à mera aprovação formal e à transmissão literal do parecer definitivo do S.N.I. à DGS, como se houvesse um tácito e implícito acordo sobre o que tinha de ser proibido e o que não tinha. Ao ler os vários pareceres, as obras implicadas, e ao considerar a sua proveniência, ressalta a artificialidade dos procedimentos. Os pareceres do leitor são evidentemente condicionados por fatores externos à leitura e as decisões possivelmente tomadas *a priori*, tanto que algumas das obras autorizadas tinham os pressupostos legais para serem proibidas. Os pareceres, em suma, são na maioria dos casos elaborados a partir de considerações sobre o livro que não têm necessariamente que ver com o D.L. em vigor, mas que avaliavam, para além das consequências marcadamente políticas, as sociais e o possível impacto mediático das obras em questão. Neste sentido, verifica-se que a maioria dos livros proibidos na amostra selecionada eram estrangeiros (19 sobre 22, traduzidos e publicados por editoras portuguesas ou em edição estrangeira). Ainda na base da amostra analisada (100 ficheiros da Caixa nº 812), parece ter sido frequente a autorização de livros portugueses de assunto sociopolítico, quando se considerasse que esses não tinham impacto sobre a situação interna do país. Estes dados,

¹²⁵ Karl Marx, *O capital*, Coimbra, Centelha, 1974.

¹²⁶ Joaquim Gomes Cardoso, no ensaio «Os censores do 25 de Abril: o pessoal político da censura à imprensa», publicado na revista *JJ*, Jan/Jun 2014, afirma: “Ernesto Manuel de Moura Coutinho nasceu em Lisboa em 1946, licenciado em Direito. Fez parte da sociedade Edições Polémica criada para publicar a revista do nacionalismo radical *Política* fundada em Agosto de 1969.” Reenvia, em tal propósito, a Riccardo Marchi, *Império, Nação, Revolução. As direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974)*, Lisboa, Texto Editores, 2009, pp. 295-296.

apesar de não refletirem a totalidade das obras analisadas ao abrigo do Exame Prévio, configuram-se como suporte à análise das tendências censórias no período de interesse.

Os dados e as quantidades de livros cuja circulação foi proibida refletem e exemplificam tanto a técnica persuasiva, como a censória, do regime de Marcello Caetano em relação à gestão do conflito em África, identificado, como já realçámos, desde os primeiros meses de governo como um dos pontos críticos da máquina estatal e sobre o qual se revelou ser necessário, portanto, seguir uma estratégia comunicativa específica e bem determinada. Para melhor enfrentar as pressões da ONU, espelho dos interesses norte-americanos sobre as colónias (em particular sobre Angola e os seus depósitos diamantíferos e petrolíferos, como exemplificado, por exemplo, num telegrama da Exxon Corporation, em que a multinacional explicitava o seu plano petrolífero para Angola até 1978¹²⁷), Caetano resolveu utilizar uma política de não proibição dos textos.

Ao mesmo tempo que se limitaram as proibições de livros explicitamente relacionados com a Guerra, intensificaram-se as de livros relacionados com as doutrinas comunistas ou socialistas, talvez na tentativa de encontrar elementos que pudessem amortecer os efeitos negativos das divergências existentes a nível internacional. O objetivo parece ser, neste caso específico, dúplice, já que se tentavam limitar as pressões dum mundo ocidental mergulhado na Guerra Fria face a um inimigo comum, mas permitindo, ao mesmo tempo, apresentar aos cidadãos portugueses as contestações relacionadas com as colónias como provenientes de ingerências externas ao País. Alguns dos pareceres elaborados por Moura Coutinho evidenciam o esforço do regime em parecer democrático e tolerante face às críticas internas. Em relação a *Cão velho entre flores*¹²⁸ de Baptista Bastos, afirmava-se:

“É um romance em género de livro de recordações, em que se descreve o período final dos anos trinta e princípio dos anos quarenta, vivido por uma família pobre, com ideias políticas democráticas. É um bom romance, apesar de escrito em estilo um pouco

¹²⁷ Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, Arquivo COM/ PANFL. COLÓNIAS – ANGOLA 1974.

¹²⁸ Baptista Bastos, *Cão velho entre flores*, Porto, Futura, 1974.

fantástico, em que há algumas acusações ao fascismo e às injustiças sociais. No entanto, nada de relevante.¹²⁹”

No caso de *Atlas du socialisme*¹³⁰ de Pierre Joxe, em edição francesa, interveio pelo contrário Geraldês Cardoso, comunicando à DGS:

“Verifica-se que é uma obra que pretende dar uma ideia de desenvolvimento do socialismo em todo o mundo, com uma visão triunfalista, e afirmando que a luta pela sua implantação é também a luta pela paz. Refere ainda que os territórios ultramarinos portugueses são qualificados como colónias em que se desenrola uma luta nacionalista; o território europeu é apelidado de subdesenvolvido e regime político de fascista.¹³¹”

Em outros casos, apostou-se no potencial polémico que as obras poderiam ter sobre os grupos políticos adversos ao governo, causando contrastes internos à oposição, como no caso de *Albânia - O país das Águias*¹³², livro autorizado porque “Para além do aspecto ideológico, que não é também muito violento, este livro parece contribuir para ser mais um elemento de discussão entre as diversas facções marxistas nacionais¹³³.”

O número de livros apreendidos por questões de moral ou costumes foi exíguo, não obstante este ser explicitamente previsto por lei. Resultado este que nos parece ser indicador do nível de autocensura e, consequentemente, das limitações do levantamento estatístico para uma compreensão abrangente do mecanismo e da lógica censória no Marcelismo. Os acontecimentos dos dias imediatamente anteriores e posteriores ao 25 de Abril contribuem, como já realçámos anteriormente, para comprometer ulteriormente a fiabilidade do levantamento por ausência de ficheiros: basta pensar que, só na Caixa 812, na qual os livros foram organizados por letras de A à C e divididos em subpastas, as pastas relativas aos livros A-3, B-2 estão presentes, mas vazias.

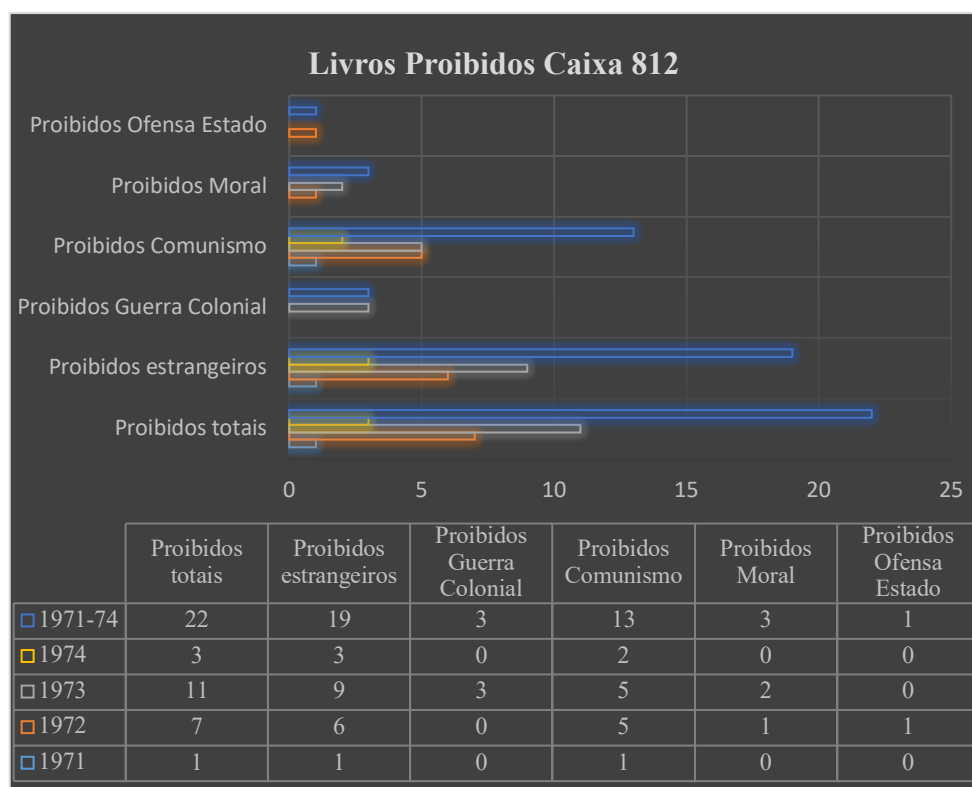
¹²⁹ Parecer de Moura Coutinho, ANTT, SNI CX 812, LIVROS A-2, Folha 14.

¹³⁰ Pierre Joxe, *Atlas du socialisme*, Paris, Tema Éditions, 1973.

¹³¹ Geraldês Cardoso na carta dirigida à DGS de Lisboa, ANTT, SNI CX 812, NT 37.

¹³² Enver Hodja, Maurice Deverger e Maria Adele Teodori, *Albânia - O país das Águias* - Cadernos Dom Quixote nº 50, Lisboa, Dom Quixote, 1972.

¹³³ Parecer de Moura Coutinho, ANTTT, SNI CX 812, LIVROS A-1, Folha 10.



Livros Proibidos por tipologia - Amostra Caixa 812 - SNI

O sistema de funcionamento do S.N.I., longe de ser autónomo, foi complementar ao da DGS, que orientava não só as escolhas dos livros a serem analisados, mas também o êxito das avaliações. Foram escolhidos, para sustentar esta tese, quatro casos considerados significativos: *Chicote no Templo*¹³⁴, *Cela sem número*¹³⁵, *O assalto ao Santa Maria*¹³⁶ e *Angolanos no Tarrafal*¹³⁷.

O primeiro parecer de Moura Coutinho sobre o livro *Cela sem número*, de Arnaldo Pinto, é datado de Maio de 1972. O livro, que nas palavras do leitor é «o "diário" que o autor escreveu durante o período de cerca de mês e meio em que esteve detido pela D.G.S., por haver facilitado emigração clandestina, estando implicado no mesmo caso que motivou a expulsão do Vice-Cônsul no Porto dos E.U.A¹³⁸», foi autorizado. Depois da decisão, foi o próprio Geraldês Cardoso quem enviou duas cartas para o Diretor Geral da DGS (de 26 de Maio e 2 de Junho), comunicando o parecer proferido após a leitura e

¹³⁴ Mário de Oliveira, *Chicote no Templo*, Porto, Afrontamento, 1972.

¹³⁵ Arnaldo Pinto, *Cela sem número*, Porto, Edição do autor, 1973.

¹³⁶ Henrique Galvão, *O assalto ao Santa Maria*, Lisboa, Delfos, 1974.

¹³⁷ AAVV, *Angolanos no Tarrafal - Alguns casos de Habeas Corpus*, Porto, Afrontamento, 1974.

¹³⁸ ANTT, SNI Caixa 812, sem número de folha.

afirmando: “Sobre o assunto procurarei ter ainda com V.Ex^a um contacto directo¹³⁹.”. A tentativa de contacto para além dos canais formais deixa intuir a especificidade do assunto, mas não houve proibição:

“Não há nada de especial a assinalar neste livro em que o autor afirma ter sido tratado sempre com a maior das corecções por parte de todos os funcionários. Apenas as histórias das págs. 99 e seguintes e 259 e seguintes podem ser consideradas um pouco choucantes, mas não para a D.G.S. Em tudo o mais, do livro apenas constam relatos de viagem, reflexões sobre o direito de emigrar e sobre a necessidade de acabar com a prisão preventiva, e uma certa crítica ao apego a problemas burocráticos¹⁴⁰.”

O aspeto que levanta suspeitas quanto à interferência direta da DGS é uma carta de 24 de Agosto, anexada à correspondência de Cardoso, em que Arnaldo Pinto se queixava da falta de autorização efetiva à circulação:

“Acabo de chegar da Direcção Geral de Segurança do Porto, onde apresentei uma fotocópia do Ofício de Vx^a Ex^a nº 342-DGI/S-Ref^a 2102, de 14 do corrente, sobre a autorização de circulação do livro- "CELA SEM NUMERO" - de que sou autor. Aquela DGS, informa não ter conhecimento oficial do despacho em referência, pelo que mantêm, de momento, a apreensão que já acarretou imenso prejuízo moral e material. Por esse facto está aquela Polícia esperando uma comunicação oficial de parte de V-Ex^a para que a apreensão seja definitivamente levantada.¹⁴¹”

Apesar das comunicações oficiais do SNI, a DGS central de Lisboa não comunicou, portanto, o parecer à DGS do Porto (ou dá a sugestão de adiar a circulação do livro). Ainda mais significativo o facto de que a carta de resposta ao autor só tenha saído do Palácio da Foz em 14 de Outubro. Assinada por Pedro Feytor Pinto, que raramente intervinha oficialmente nos assuntos censórios, no texto afirmava-se que «esta Direcção-

¹³⁹ ANTT, SNI Caixa 812, *idem*.

¹⁴⁰ ANTT, SNI Caixa 812, *idem*.

¹⁴¹ ANTT, SNI Caixa 812, *idem*.

Geral não tem conhecimento que tenha sido ordenada a apreensão do livro "CELA SEM NÚMERO"».

A correspondência em torno de *Cela sem número* é talvez um dos melhores testemunhos sobre as intimidações a autores e editores, figuras ambas que confluem neste caso em Arnaldo Pinto, sendo a sua edição de autor. Provam, para além disso, as consideráveis influências da DGS e o concomitante esforço do Diretor-geral do SNI para observar os critérios legais e manter a independência do Gabinete enquanto órgão censório.

Em ocasião da análise de *Chicote no Templo*, Geraldês Cardoso enviou uma das mais acesas e prolixas cartas presentes nas suas caixas de correspondência. Em Abril de 1973, Moura Coutinho quase chegou a manifestar uma simpatia pelas homílias do chamado Padre da Lixa:

“Este livro é uma colectânea de homílias proferidas pelo conhecido Padre Mário ao povo de Macieira de Lixa. Estes textos contêm um apelo violento à mudança para uma sociedade mais conforme aos princípios cristãos, na interpretação do autor. Contudo, há a considerar que muito ou tudo do que aqui está escrito já foi apresentado como prova da prática de um crime, do qual veio a ser absolvido. E, na verdade, parece que representam apenas uma opinião perfeitamente legítima e defensável.”

Numa carta de Junho de 1973, enviada a Cardoso pelo Diretor-geral da DGS, o parecer precedentemente transmitido à DGS voltava para o seu remetente, com a menção de um telefonema entre os dois diretores. Seguiu-se uma comprida carta escrita por Cardoso, "CONFIDENCIAL", "PARTICULAR", dirigida ao "Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado", que reportamos integralmente:

“1 - A paciência de que tem de revestir-se quem exerce funções no sector da informação leva-me a não dar a esta prova de falta de tacto, de desrespeito e de ignorância revelados pelo ofício junto, o tratamento que mereceria. Mas não deixa de magoar o verificar que é possível a um departamento, que deveria ser um dos primeiros colaboradores da Direcção-Geral, dirigir-se ao Senhor Secretário de Estado com comunicações do teor da que comento. 2 - O livro em referência não deve ser apreendido provisoriamente, por via administrativa, pela simples razão de que não poderia ser confirmada judicialmente a

apreensão. Com efeito, segundo as informações constantes do processo, as homilias incluídas na obra não são as que deram origem à recente detenção do Padre da Lixa, mas sim as pronunciadas anteriormente e que foram apreciadas no julgamento de que o réu saiu absolvido. Não pode provocar-se uma segunda apreciação judicial dos mesmos factos, como é evidente e a Direcção-Geral de Segurança não teria, pois, qualquer base para a instauração do procedimento criminal que legalmente teria de seguir-se à proibição de circulação da obra. 3 - Se houvesse qualquer dado inicial menos correcto que viciasse este raciocínio deveria a Direcção-Geral de Segurança comunicá-lo à Direcção-Geral de Informação, para que o modificasse - já que a remessa de ofícios de um para outro departamento é quase diária. Isso consentiria a troca de impressões conveniente (como a que se processa com todos os outros serviços público), dando conta da tiragem e da expansão do livro em causa, das diligências directas feitas junto dos editores, etc. etc, a fim de se tomarem as medidas consideradas mais úteis. 4 - A que propósito se reserva o ofício comentado o direito de proceder de outro modo, pretendendo pôr em causa a actuação de um Director-Geral que, se pode aceitar ensinamentos de direito ou de técnica de informação, não necessita lições de lealdade, de patriotismo e de bom senso? Desde quando se usa a tática de se dirigirem aos Ministros de outro, sem ao menos usarem o telefone para um esclarecimento prévio com o Director-Geral cuja actuação lhes merece qualquer reparo? Solicito de V.Ex.^a o obséquio de ordenar que, como única resposta, se informem os interessados de que entrem em contacto directo - como se impõe - com a Direcção-Geral de Informação.

A BEM DA NAÇÃO

Lisboa, 15 de Junho de 1973.

Em tempo: Para que não fosse acusado de tratar o assunto por uma via paralela à que critico, entrei hoje pessoalmente em contacto com o signatário do ofício da Direcção-Geral de Segurança, a que expus nos mesmos termos a questão e a quem li parte desta nota. A posição pessoal ficou esclarecida suficientemente. Quanto ao livro, foram reconhecidas as razões acima invocadas; e comuniquei que, mantendo, como não podia deixar de ser, a decisão tomada, informaria posteriormente das medidas levadas a cabo para conseguir uma pequena expansão da obra (aliás de tiragem reduzida e já quase inexistente no mercado.)^{142,}

¹⁴²ANTT, SNI, Caixa 812, Livros C-1, sem número de folhas.

Para além do facto, evidente, de que não parece que Moura Coutinho tivesse alguma autonomia de leitura, nem de decisão, ressalta-se a atenção destinada, mais uma vez, aos assuntos de carácter interno, mesmo quando (como no caso citado) silenciar o dissenso implicasse o recurso a meios não previstos pela lei vigente. Há que acrescentar que Mário de Oliveira foi capelão militar no Batalhão 1912 na Guiné e que, depois de ter sido expulso e enviado para Lisboa por causa de homilias que invocavam à fraternidade entre os povos, foi preso duas vezes pela DGS, em 1971 e 1973, e julgado pelo Tribunal Plenário do Porto. Como observado em *Tribunais políticos*¹⁴³, editado sob a coordenação de Fernando Rosas, a transformação da PIDE em DGS em Novembro de 1969 e a sucessiva reorganização com o D.L. Nº 368/72 implicou modificações de natureza meramente semântica¹⁴⁴. A partir de 1970, a situação do Governo complicou-se exponencialmente, com o surgir de concentrações sindicais e a intensificação da oposição católica e esquerdista, através de declarações internacionais e operações de sabotagem que se prolongam até finais de 1972¹⁴⁵. Após a aprovação de uma resolução da ONU de 3 de Novembro de 1972, em que se invocava o auxílio de todos os estados membros aos movimentos de libertação das colónias portuguesas, o regime viu-se seriamente comprometido. Talvez por isso, a censura chegou ao seu ápice percentual de livros proibidos em 1973, ano em que se realizaram 50% das proibições dos livros da amostra.

Em Outubro de 1973, três anos passados da morte do seu autor em São Paulo, *O assalto ao Santa Maria*¹⁴⁶ foi proibido depois do parecer do leitor, que leva por sua vez ao pedido de Procedimento Criminal:

"1) Na primeira parte deste livro faz-se um relato da história política do regime. A segunda parte é o relato da operação. Em ambas se insulta fortemente o governo, as instituições em geral, muitas pessoas, etc. Encontra-se ainda uma parte (págs. 81 a 106)

¹⁴³ Fernando Rosas (coord.), *Tribunais políticos, Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários Durante a ditadura e o Estado Novo*, Rio de Mouro Círculo de Leitores, 2009.

¹⁴⁴ Fernando Rosas (coord.), *ob. cit.*, págs. 154-155.

¹⁴⁵ Entre os acontecimentos mais desestabilizadores para o governo lembramos: a audiência especial de Papa Paulo VI aos dirigentes do MPLA, da Frelimo e do PAIGC; a formação da Intersindical, união de 22 sindicatos; a formação da ARA, ala do PCP, autora de vários ataques bombistas, sabotagens de postos da CTT, danificações e atentados entre Sete Rios; atentados bombistas da BR em Cabo Ruivo, Fonte da Telha (base da NATO) e várias ações demonstrativas.

¹⁴⁶ Henrique Galvão, *O assalto ao Santa Maria*, Lisboa, Delfos, 1974.

em que se faz um triste relato da situação no Ultramar. 2) Entre outros, há aqui ofensas à magistratura, às forças armadas, e à administração em geral que é acusada de corrupção. Além disso, o livro, tal como está escrito, parece constituir um forte incitamento à violência política."

Todos os documentos presentes no ficheiro são datados 2 de Outubro de 1973, com o selo "URGENTE". Parece bastante óbvio que a decisão sobre a interdição de circulação tinha sido tomada anteriormente, provavelmente a pedido da DGS. Acrescenta-se, ainda, a presença de uma carta escrita pelo editor, relativa à aplicação da multa máxima prevista pela lei por não ter cumprido as obrigações relativas ao Depósito Legal. Ao falar da multa, o editor definia-a como uma "violência" e acrescentava:

"A pequena família portuguesa já se encontra, infelizmente, bastante dividida. Não é fácil admitir razões, quaisquer que sejam, para aumentar motivos de cisão e de ressentimento. A Direcção-Geral da Informação é, felizmente, dirigida por um Magistrado. E é principalmente a Informação que escolhe onde esbarram todos os portugueses. Como português, apelo para um sentido de maleabilidade, fixando-se a multa em termos mais benévolos e equitativos, quando se entenda que houve culpa, ou ânimo de culpa, o que o signatário não admite, de maneira nenhuma."

Com base nos dados até agora tomados em consideração, o ano de 1973 aparenta marcar uma mudança no aparelho censório, através da intensificação do número de livros analisados e com o único pico de proibições de livros direta e explicitamente relacionados com os desenvolvimentos da Guerra Colonial ou com as reivindicações de autodeterminação. Singular o caso de *Luuanda*¹⁴⁷, proibido só em 22 de Fevereiro de 1973, na segunda edição e depois da obtenção da Liberdade Condicional do Tarrafal, com obrigação de residência na Metrópole, concedida ao seu autor.

A gestão excepcional dos casos dos autores Luandino Vieira, António Jacinto do Amaral Martins e António Dias Cardoso, evidente a partir dos Processos Secretos da Delegação PIDE de Luanda a cargo dos autores e, com frequência, dos seus familiares, todos arquivados no ANTT, permitem uma abordagem mais ampla ao assunto, na base de

¹⁴⁷ Luandino Vieira, *Luuanda*, Lisboa, Edições 70, 1974.

documentos confidenciais que envolvem o SNI e as delegações PIDE de Lisboa, Luanda, Praia e alguns representantes dos serviços secretos europeus.

O Processo Secreto nº 964/SEC/SR permite, por exemplo, traçar as dinâmicas dos factos que levaram à detenção e condenação de José Mateus da Graça, em arte Luandino Vieira, demonstrando como a sua atividade literária e intelectual sempre foi considerada do maior relevo tanto nas considerações internas da PIDE, como no âmbito das decisões relacionadas com assuntos penais. Já a partir das linhas iniciais da primeira comunicação que temos à disposição, o agente secreto C35 afirmava, falando do autor:

“De ideias manifestamente comunistas, vem agindo cautelosamente para não ser conhecido. Dirige o jornal “A CULTURA”, e publicou já um livro de sonetos que lhe foi apreendido dada as suas ideias tendenciosamente comunistas. Bem relacionado em todos os meios, o Graça domina perfeitamente a língua inglesa e Francesa o que lhe faculta as suas relações com numerosas pessoas estrangeiras.

As suas tendências são para cursar Direito, e pensa deslocar-se a Metrópole para assim poder começar os estudos. Tem desgosto profundo em ser português e ele mesmo pensa em se não se der a tal “libertação” em deslocar-se para o estrangeiro, onde deseja naturalizar-se.¹⁴⁸”

Ao período das proibições de 1973, provavelmente já num clima antecipatório do 25 de Abril, o ano de 1974 é aquele em que se registam menos análises e proibições, chegando Moura Coutinho a considerar que as deposições de *habeas corpus* contidas em *Angolanos no Tarrafal* contêm

“peças processuais que, no entanto, contêm muito de político. Contudo, julga-se que as críticas feitas, além de se manterem dentro de uma certa serenidade, são elementos que podem contribuir para o aperfeiçoamento do sistema jurídico português. Não parece existir fundamento legal para uma intervenção, apesar de ser um livro desagradável.”

¹⁴⁸ ANTT, PIDE/ DGS, Delegação de Angola, Processo 964/SR NT 521.

É imprescindível sublinhar, a título conclusivo desta digressão, que a amostra apresentada identifica tendências que poderiam ser eventualmente desmentidas pela análise do total dos ficheiros presentes nas caixas de interesse, o que não foi possível no âmbito da investigação para a elaboração da presente tese. A integração dos dados com os que já foram objeto, por exemplo, da investigação do historiador Joaquim Gomes Cardoso, resumidos no artigo *Os censores do 25 de Abril: o pessoal político da censura à imprensa*¹⁴⁹, poderiam confirmar estas tendências. As informações até agora relevadas parecem, apesar disto, encontrarem reflexo na evolução do contexto sociopolítico português entre 1971 e 1974, estando em linha com a conceção Marcelista de gestão da opinião pública.

¹⁴⁹ Joaquim Gomes Cardoso, «Os censores do 25 de Abril: o pessoal político da censura à imprensa», in *JJ*, Jan/ Jun 2014, págs. 6 -34.

Capítulo 2 – A máquina censória e o condicionamento da atividade literária: os casos de José Craveirinha, Luandino Vieira e José Ramalho

Para além dos mecanismos de censura institucionalizado, o regime salazarista exercia pressões e intimidações junto de intelectuais e escritores que estivessem diretamente envolvidos em atividades políticas, que não refletissem os valores morais do regime ou que questionassem, como evidenciado no capítulo anterior, a ideia de Portugal como nação única e pluricontinental, rotulando estas produções culturais de “subversivas”.

Tanto as ações de política externa como os pesados mecanismos censórios intensificaram-se após a eclosão da Guerra Colonial. Houve, paralelamente, iniciativas de propaganda e tentativas reiteradas de repressão, mas também de integração, de intelectuais e de opositores que circulavam em meios intelectuais não abertamente em contraste com o regime.

Um dos casos talvez mais conhecidos foi o da agência de contrapropaganda Aginter Press, sediada (até à sua fundação formal como agência publicitária, em 1970) na Rua da Praça nº 13, na Madragoa, em Lisboa¹⁵⁰. Ligada à rede subversiva da operação Gládio, financiada pela CIA, a organização era liderada por Yves Guérin-Sérac, tendo contactos com as extremas-direitas subterrâneas europeias e recebendo o apoio formal da PIDE e de outras polícias políticas. Esta agência ocupava-se, para além da difusão de folhetos e fascículos de propaganda, também da elaboração de um boletim. Vários textos como o com o título *La subversion et l'art* destacavam, assim, os riscos que derivavam das mudanças que atravessavam o mundo artístico, bem como o potencial de desordem que a arte em si carregava:

“La subversion n’a donc pas manqué de considérer l’art et l’artiste comme dos objectifs de choix sur lesquelles peut exercer son action corrosive et par là atteindre non seulement la sensibilité des individus et des peuples, mais aussi leur intelligence et leur jugement. Il est peut-être excessif de dire qu’au départ, la subversion s’est sciemment attaquée à l’art. Il est cependant évident que, depuis cinquante ans, le désordre s’est installé dans l’art, soit par le fait d’une volonté concertée, soit plus vraisemblablement parce que, pris dans

¹⁵⁰ Este é o endereço presente em vários fascículos contidos no AOS e escritos em francês, sobre as atividades subversivas comunistas de vários géneros.

une ambiance de désordre, l'artiste, plus sensible par nature qu'un autre, s'est laissé contaminer par ce désordre¹⁵¹”

Desenvolveu-se, portanto, uma nova prioridade no seio do governo no que respeita a gestão da opinião pública: o plano de ação governativo deixou de se focar principalmente na censura e na limitação da circulação de ideias, para passar a contemplar iniciativas que pudessem veicular uma imagem mais tolerante e inclusiva do regime, dentro dos padrões ideológicos em que assentavam. Este tipo de estratégia visava, consideradas as potencialidades críticas de determinado tipo de produção artística em Portugal ou no estrangeiro, promover uma aproximação de alguns intelectuais etiquetados de oposicionistas.

Em casos de tentativas de silenciamento mal conseguidas (que despertassem atenções internacionais sobre os direitos humanos em Portugal e nos seus territórios, ou ainda sobre o funcionamento do sistema político do país), optou-se, em alguns casos, por efetuar tentativas de aproximação aos escritores ou intelectuais considerados potencialmente perigosos, como parece demonstrar o caso do moçambicano José Craveirinha, Prémio Camões em 2006. Houve também contextos em que as obras literárias foram parcial ou integralmente produzidas na prisão ou em campos como o de Chão Bom (no Tarrafal) ou na cadeia do Aljube, ou em que o estilo e o conteúdo das obras literárias foi instrumentalizado pelo regime para conseguir o silenciamento do seu autor e das reivindicações que ele representava ou, por vezes, com uma política quase inconsequente de limitação de danos. Estes foram os casos de Luandino Vieira e de José Ramalho, que serão tratados no quadro de casos exemplificativos da repressão literária e das suas consequências quanto ao processo editorial e à difusão do texto escrito.

¹⁵¹ ANTT/PT/AOS/ CO UL-57 (Arquivo Salazar) 1961, Mar, 23, folha 306.

2.1 – Receio de repercussões internacionais e redes internas. O caso de José Craveirinha e dos 70 estudantes

O poeta, que na altura ainda não tinha publicado o seu primeiro livro de poemas (*Xigubo*, 1964), colaborava de forma constante com os maiores jornais moçambicanos. Em Setembro de 1961, enquanto nas páginas do suplemento «Artes e Letras» do jornal *A voz de Moçambique*, que tinha então periodicidade mensal, se discutiam a censura, a instituição da Universidade em Moçambique e o Artigo 73 das Nações Unidas, denunciava, na sua “Cantiga do Negro do batelão”:

“Se me visses morrer
Os milhões de vezes que nasci

Se me visses chorar
Os milhões de vezes que te riste...

Se me visses gritar
Os milhões de vezes que me calei....

Se me visses cantar
Os milhões de vezes que morri
E sangrei...

Digo-te, irmão europeu

Havias de nascer
Havias de chorar
Havias de cantar
Havias de gritar
E havias de morrer
A sangrar....
Milhões de vezes como eu!!!”

Tem sido observado, relativamente ao suplemento, que sendo este o órgão da Associação dos Naturais de Moçambique, suscitava, para além dos métodos de repressão à imprensa,

“atitudes de declarada hostilidade, desdém e vingança por nele se tentar o convívio cultural sem discriminação racial¹⁵²”.

A atividade poética de Craveirinha fez com que ele cedo se tornasse uma personalidade conhecida pelas autoridades. Por ocasião da sua estadia em Lisboa em Março de 1963 “na qualidade de dirigente da Associação Africana de Lourenço Marques”, acompanhando os seus ginastas, o Gabinete de Negócios Políticos, foi alertado, através de um telegrama secreto do Governo Geral de Moçambique em 12 de Março daquele ano. O Gabinete ficava encarregado de lhe proporcionar, “contactos com poetas metropolitanos¹⁵³”.

No esforço de conter o que a Aginter Press definia de “poder subversivo da arte”, o regime tentava evitar eventuais repercussões negativas da visita do poeta à Metrópole, assim como o estabelecimento ou fortalecimento de eventuais redes internacionais:

“Como CRAVEIRINHA estivesse referenciado neste Gabinete por actividades que nada tinham de poéticas e em especial de teor racista e de apoio ao chamado “nacionalismo africano” pensou-se que era conveniente que os contactos que lhe fossem proporcionados se revestissem de uma forma hábil e cautelosa.

Pensou-se a princípio que o signatário deveria acompanhar CRAVEIRINHA mas, atendendo a que vários elementos dos mais influentes da colónia moçambicana em Lisboa, amigos daquele poeta, o conhecem bem considerou-se que as suas actividades despertariam suspeitas e que poderia acontecer o mesmo que se dissesse que o CRAVEIRINHA tinha sido estreitamente vigiado, do ponto de vista político, durante a sua estadia em Lisboa.

Pareceu portanto melhor que, por via indirecta, se assegurassem a esse notável poeta moçambicano contactos com os seus colegas metropolitanos e mesmo com o grande público por intermédio da televisão.”

O Gabinete, descartada a ideia de acompanhar Craveirinha dado que as amizades com alguns “dos elementos mais influentes das colónias moçambicanas” poderiam suspeitar

¹⁵² Orlando Mendes citado em Sandra I Sousa, *Ficções do Outro, Império, Raça e Subjectividade no Moçambique Colonial*, Esfera do Caos Editora, Lisboa, 2015, p. 172.

¹⁵³ AHD, RNP/0617/03969 – Informação nº 676-A sobre José Craveirinha – Gabinete dos Negócios Políticos, 6 folhas, 1963.

que ele estivesse a ser “estritamente vigiado, do ponto de vista político, durante a sua estadia em Lisboa, optou pela tentativa de dar visibilidade ao escritor através da televisão.

Retomando Foucault, podemos afirmar que o que se levava a cabo era, nesta específica situação, um esforço de coerção através da observação hierárquica, pois se utilizaram técnicas de vigilâncias sobre o indivíduo com o objetivo de o fazer sentir cercado por um sistema de relações estabelecidas, com objetivo de condicionar os seus comportamentos e forçar a sua inserção no circuito intelectual afeto ao regime¹⁵⁴. Tais reflexões poder-se-iam aplicar, de forma ainda mais específica, aos circuitos desportivos de que Craveirinha também fazia parte, e através dos quais se tentava reforçar e veicular, mais uma vez e através de uma forma de disciplina corpórea, a ideia de país supra continental e multirracial. Como observado por Lawrence Hamilton, o exercício do poder é utilizado por grupos de indivíduos determinados em vencer formas de resistências visíveis ou tangíveis, no intento de concretizar os seus objetivos ou de concretizar as suas inclinações e preferências¹⁵⁵.

Voltando às ações levadas a cabo em Lisboa, Pereira Neto entrava em contacto com Banha da Silva (que ocupava o cargo de Agente Geral do Ultramar), Manuel Osório e Horácio Caio, responsáveis pelo programa “Presença do Ultramar” da RTP, para organizar uma participação do escritor nesse programa. Consta ainda do relatório que, uma vez obtido um pedido oficial do governo, e depois de tentativas falhadas de contactos por telefone, Osório e Caio “tiveram que procurá-lo” (*a Craveirinha, ndr*) “no local onde se alojara juntamente com os ginastas, de manhã, antes que pudesse sair”:

“CRAVEIRINHA recebeu-os, em mangas de camisa, e depois de se esquivar muito, ao que parece em termos pouco correctos, e de dizer “que o poeta CRAVEIRINHA tinha ficado em Moçambique” acabou por aceder em comparecer nos estúdios da Televisão a determinada hora, para que fosse filmado numa entrevista de índole não exclusivamente literária.”

¹⁵⁴ Relativamente ao conceito foucaltiano de observação hierárquica, ver o capítulo “The means of Correct training” de *Discipline and Punish, The birth of the prison*, Vintage Books, New York, 1995, págs 170-194.

¹⁵⁵ Lawrence Hamilton, *Freedom is Power. Liberty Through Political Representation*, Cambridge University Press, 2014, p.67.

A possibilidade de realização desta entrevista gravada, para os responsáveis “se precaverem contra quaisquer afirmações menos convenientes, que seria impossível evitar que chegassem ao conhecimento do público em transmissão directa”, assim como os métodos intimidatórios para a obtenção da mesma, não parecem ter agradado ao poeta moçambicano, que resolveu não se apresentar nos estúdios da RTP no dia seguinte, fugindo ao combinado. O escritor alegou uma viagem da última hora para a Covilhã como justificação por não ter aparecido (sem aviso prévio) na RTP.

Banha da Silva tentou, ainda, reunir o autor para um almoço no Círculo Eça de Queiroz, “com alguns escritores de relevo na vida literária portuguesa e simultaneamente merecedores de confiança política”, Luís Forjaz Trigueiros, Cunha Leão e Monteiro Grilo. Manuel Fradinho, Procurador à Câmara Corporativa e Presidente do Ginásio Clube Português, ficaria responsável pela intermediação, tendo-se já ocupado da deslocação à Metrópole dos ginastas da Associação Africana.

Insistindo nos possíveis contactos com o poeta Luís Forjaz Trigueiros, o relatório realçava, ainda, que este último ficaria responsável por arranjar uma entrevista a Craveirinha, a ser realizada por Natércia Freire para o *Diário de Notícias*. Já no Gabinete do Agente Geral do Ultramar, o poeta teria recusado o convite da escritora para um almoço para a concretização de tal entrevista, apesar de este ter sido feito telefonicamente, por meio dos telefones do próprio Ministério do Ultramar e, consequentemente, na presença do Agente Geral. A resposta de Craveirinha, que convidava a Natércia Freire a enviar as perguntas de que a entrevista constaria por questionário, no local onde ele se encontrava alojado, terá incomodado o Ministério tanto pela recusa em si, como pelo facto de ter acontecido na presença de um alto funcionário do estado.

Na ótica de uma propaganda luso-tropicalista, o Gabinete tentou ainda abordar a questão não só do ponto de vista literário, mas também do ponto de vista desportivo, tomando iniciativas junto de dirigentes do sector e do Presidente da Federação Portuguesa de Atletica e Luta, “no sentido de serem proporcionados aos ginastas moçambicanos algumas visitas. Bom acolhimento e exemplos de contactos multirraciais em competições desportivas”. A “pouca receptividade da comitiva moçambicana” terá, contudo, prejudicado o êxito destas interações.

O que interessa realçar, para além do exercício de práticas repressivas ou de coerção que foram exercidas neste caso específico, são as ligações instituídas com os protestos que tinham lugar em Portugal e com os movimentos anticoloniais nas outras colónias.

Levantando dúvidas e suspeitas sobre a rede de contactos oposicionistas que tinha em Lisboa, o autor do relatório perguntava-se:

“Terá ele vindo de Lourenço Marques com o firme propósito de não se comprometer junto dos “colonialistas metropolitanos”? Terão sido os seus amigos e confrades de pensamento político que cá se encontram que o aconselharam? Não terá sido estranho a essas atitudes o facto de numa exposição levada a efeito por essa altura pela “progressiva” direcção da Associação Académica da Faculdade de Direito ter sido considerado um dos cantores do “quebrar de grilhetes” das massas africanas ao lado de AGOSTINHO NETO, facto este que o jornal “A República” largamente noticiou.”

Estas trocas de informações, que se inseriam no mais amplo contexto da contrapropaganda da Acção Psicológica em Moçambique, complementavam ações de vigilância dos suspeitos, como as definiu Dalila Cabrita Mateus¹⁵⁶. Neste tipo de operações, agentes da PIDE seguiam os suspeitos na sua vida privada, apontando rotinas, contactos e horários de entrada e saída do trabalho, de casa ou de visitas de vários géneros.

2.2. - As cartas da Amnistia Internacional e a libertação de Craveirinha (1969)

Como confirmação de que um dos aspetos mais temidos pelo regime era, ainda mais que um descontentamento difuso a nível interno, a ameaça de repercussões a nível de organizações internacionais, apresentamos o caso das cartas da Amnistia Internacional e os relatórios da PIDE.

Em 10 de Abril de 1969, a PIDE de Lourenço Marques dirigia à PIDE de Lisboa uma comunicação assinada pelo Diretor-geral. Nela se abordavam as inúmeras cartas enviadas

¹⁵⁶ Dalila Cabrita Mateus, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial 1961-74*, Terramar, Lisboa, 2011, 2ª edição, p. 103.

em nome da Amnistia Internacional em que se pedia a libertação dos presos políticos moçambicanos, entre os quais José Craveirinha e Domingos Arouca. Definida como uma organização que se mascarava “com a capa de organismo destinado a, humanitariamente, ajudar os presos políticos”, A AI era definida como sendo, na realidade, “uma das muitas organizações que, sob o Comando do Partido Comunista Internacional, estende a sua acção a todos os países”. A organização teria agido, na altura, “quer em defesa dos militantes vermelhos, quer de outros políticos de inclinações esquerdistas que pretende captar com os mais variados auxílios ou manifestações de simpatia. Estes, às vezes, começam por um simples postal enviado pela quadra do Natal¹⁵⁷”.

Etiquetada de organização perigosa, a ação da Amnistia Internacional precisava de ser combatida de forma enérgica, “pois actua directamente ou a favor de indivíduos detidos e, em consequência, geralmente dispostos a aceitar qualquer apoio”, revelando-se necessário “apreender toda a correspondência que a organização dirija aos presos ou que estes pretendam enviar-lhe.¹⁵⁸”

Já em 1968 a Delegação PIDE de Angola manifestava, de facto, as suas perplexidades e receios em cartas oficiais dirigidas ao Ministério do Ultramar, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e ao Secretariado-Geral da Defesa Nacional:

«SEAN MAC BRIDE, presidente da “AMNESTY INTERNATIONAL” foi um dos peticionários no “comité” especial da ONU sobre o Apartheid, que se reuniu em Londres no mês de Junho último.

SEAN MAC BRIDE recomendou ao “comité” referido a criação pela ONU dum registo oficial dos chamados presos políticos, além do estabelecimento dum tribunal para tratar de casos de “crimes contra a humanidade”.

O “comité” foi informado também de que a “AMNESTY INTERNATIONAL” está a encarar a criação de uma “semana de consciência” de 17 a 23/11/68, período em que será destacado e estado lamentável dos presos políticos da África Austral¹⁵⁹»

¹⁵⁷ ANTT/ AHD, MU/GM/GNP/169.

¹⁵⁸ ANTT/ AHD, MU/GM/GNP/169.

¹⁵⁹ ANTT/AHD, MU/GM/GNP/169, Comunicação da PIDE ANGOLA para: Presidência do Conselho, Ministério da Defesa Nacional, Ministério do Ultramar, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Secretariado-Geral da Defesa Nacional. Assunto: ACTIVIDADE DO “AMNESTY INTERNATIONAL”, de 14/8/68.

A carta, enviada de Estocolmo em 19 de Março de 1969, pedia, para além da libertação imediata de José Craveirinha, a de 150 estudantes que se encontrariam junto de outros “presos políticos” na “prisão de Mabalane depois da proibição para eles saírem do país para estudos no estrangeiro”.

O escritor moçambicano foi libertado em 7 de Fevereiro de 1969 depois de mais de três anos de prisão. Detido no hospital São João de Deus no Influença, a PIDE teria recusado a sua liberdade condicional por não poder diretamente “avaliar e informar sobre o seu comportamento e estado de recuperação, dado o tempo de prisão sofrida não ter sido em Cadeia sob o controlo desta Polícia”. O que parecia levantar mais perplexidades, e causar preocupações era, contudo, o caso dos estudantes afetos à FRELIMO. Lembremos, a este propósito, que já antes de 1974, aos movimentos de libertação já tinha sido concedido um estatuto consultivo nos organismos das Nações Unidas¹⁶⁰: tratava-se do reconhecimento factual do seu papel de precursores legítimos da representação política dos que já se iam configurando como futuros países independentes. Tal decisão implicou uma legitimação em larga escala das reivindicações dos movimentos independentistas, bem como um cada vez mais amplo grau de conhecimento e debate sobre as condições da população das colónias portuguesas.

O respeito pelo legalismo formal próprio do Marcelismo (1968-74), assim como uma renovada atenção às medidas de detenção das categorias mais frágeis – como as mulheres – emerge nas análises do caso:

“Relativamente aos 150 estudantes mencionados na carta da Secção Sueca do “AMNESTY INTERNATIONAL”, de 19 de Março próximo findo, como estando detidos no Campo de Trabalho Prisional de MABALANE, nada de concreto se pode informar, pois o assunto é versado sem pormenores.

Supõe-se no entanto, tratar-se de um grupo de militantes da “FRELIMO” (talvez 70), raptados colectivamente da SUAZILÂNDIA, gente que na maioria frequentava os seus estudos em LOURENÇO MARQUES.

¹⁶⁰ Basil Davidson, «Os valores coloniais portugueses», in Eduardo de Sousa Ferreira, *O fim de uma Era. O Colonialismo Português em África*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1974, págs. 6-25.

Sendo estes, efectivamente estiverem internados em MABALANE, mas porque eram considerados perigosos, encontram-se actualmente na Secção Prisional desta Polícia na Cadeia de Machava, que possui maiores condições de segurança, onde cumprem “Medidas de Segurança Administrativas” que lhes foram aplicadas.

Do grupo em referência, apenas as mulheres em número de 12, que cumpriam pena na Secção Prisional da PIDE na Cadeia Penitenciária, foram soltas com “Medidas de Clemência” em 21 de Dezembro do ano findo.”

A gestão da viagem de Craveirinha a Lisboa em 1963, assim como as renovadas preocupações da PIDE e do Gabinete de Negócios Políticos já no período da “primavera marcelista” inserem-se, como é óbvio, numa mais ampla questão, que tem a sua manifestação mais visível nas lógicas censórias exercidas sobre as publicações impressas periódicas e não periódicas. Iniciativas como o *Concurso de Literatura Colonial* (anos ’40) ou o *Concurso de Literatura Ultramarina* (anos ’60), ambos instituídos por iniciativa governamental, tinham o manifesto propósito de contribuir para o sentimento de unidade nacional. Sandra Sousa evidencia que o Boletim Geral do Ultramar publicava, no número de Janeiro-Fevereiro de 1968, uma “extensa lista de autores e obras considerados ultramarinos¹⁶¹”. Entre eles, pelo que respeita aos moçambicanos, a investigadora menciona Orlando de Albuquerque, José Craveirinha, João Dias, Luís Bernardo Honwana, Rui Knopfli, Orlando Mendes e Rui de Noronha. Apesar da identificação destes escritores como representantes de um movimento literário que se queria pertencente a uma literatura, afirma Sousa, tipicamente moçambicana, o aparelho governativo insistia numa visão unitária dos territórios dependentes de Portugal. Enquanto nos anos ’40 e ’50 a ideia de literatura ultramarina constituía, como afirmado por Inocência Mata, um conceito inovador, não podemos dizer o mesmo quanto à conotação negativa que lhe era atribuída ao longo dos anos ’60 e dos primeiros anos ’70 durante os quais, como tivemos oportunidade de argumentar, as profundas mudanças a nível de política internacional permitiram a introdução de um novo tipo de discurso oficial relativamente às colónias portuguesas em África, à sua gestão e aos frutos da elaboração sociocultural que o próprio colonialismo ia produzindo.

¹⁶¹ Sandra I Sousa, *Ob. Cit.*, Esfera do Caos Editora, Lisboa, 2015, p. 160.

2.3 – A máquina censória e o condicionamento da atividade literária: dois exemplos

Para além dos pareceres da censura e da correspondência expedida e recebida entre os vários órgãos da máquina administrativa do governo salazarista, alguns casos específicos que envolveram escritores são representativos dos condicionamentos da atividade artística e literária nos anos em que a ditadura esteve em vigor, assim como do complexo repressivo em que a própria censura se inseria. Como nos casos dos escritores Luandino Vieira e José Ramalho, o primeiro, um escritor angolano que goza de fama internacional, o segundo um poeta moçambicano cuja obra não chegou a ser publicada. No período que vai de 1961 ao 25 de Abril de 1974, tais condicionamentos combinam-se, de forma quase indissolúvel, com as vicissitudes da guerra. Em ambos os casos, teve lugar a circulação clandestina do impresso, em parte escrita durante a detenção dos seus autores. Os resultados foram, entretanto, diferentes. *Luanda* e o escândalo a que a obra que esteve ligada, levando ao saque, e consequente encerramento da Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE) pelo governo, fizeram com que o seu autor ficasse internacionalmente consagrado como um dos grandes escritores angolanos e de língua portuguesa. Em 2006, Luandino Vieira ganhou o Prémio Camões, recusando-o por alegadas “razões pessoais”¹⁶². O caso de José Ramalho surpreende, pelo que até agora nos foi possível averiguar, no sentido oposto. A edição de autor, cuja cópia manuscrita se encontra atualmente no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, pareceria ter sido parcialmente escrita no estabelecimento prisional do Aljube, em Lisboa e - talvez posteriormente - entregue em mão a terceiros. Contrariamente ao que aconteceu no caso de Luandino Vieira, relativamente ao qual os arquivos da PIDE são ricos em informações administrativas e, mesmo, em correspondência privada que foi interceptada, o histórico biográfico e administrativo de José Ramalho pareceu, ao longo do maior parte da pesquisa, ser quase inexistente, tendo-nos levado a suspeitar, até, que se pudesse tratar de um pseudónimo. Tal aspeto é, mais uma vez, um dos reflexos do carácter fragmentário e desequilibrado dos arquivos PIDE, ricos no que respeita à Delegação de Angola, mas

¹⁶² Para mais informações sobre a recusa do Prémio por parte do escritor, que foi um caso único em 18 anos da instituição do mesmo, ver por exemplo as informações publicadas no artigo “Luandino Vieira recusa o Prémio Camões”, no do *Ípsilon*, Suplemento do *Público*, em 25/05/2006. Disponível ao link www.publico.pt/2006/05/25/jornal/luandino-vieira-recusa-premio-camoes-80586

completamente ausentes (porque destruídos) no que respeita à Delegação de Moçambique.

2.3.1 - O caso de Luandino Vieira

Caso emblemático do clima da época, o de José Luandino Vieira e do prémio atribuído pela Sociedade Portuguesa de Escritores acaba por encerrar muitas das questões até agora abordadas: desde a língua até à propaganda do regime, desde a tentativa de inclusão dos intelectuais num sistema cultural que poderíamos definir de “português padrão” até à aniquilação de projetos alheios a este mesmo padrão cultural e social.

Na abertura dos *Papéis da Prisão*, publicados em 2015, o escritor descreve as circunstâncias nas quais, em 20 de Novembro de 1961, passou da Casa dos Estudantes do Império ao Café Rialva (sempre na Avenida Duque d’Ávila), para depois se dirigir à sede da PIDE da Rua António Maria Cardoso, no Chiado, sendo libertado só em 1972. Poucos dias depois, uma vez chegado preso à Luanda, o autor teria percebido que “tinha a vida hipotecada por vários anos¹⁶³”. Ainda antes da eclosão das lutas de libertação e da guerra a partir de 1961, o escritor angolano tinha sido preso no âmbito do chamado “Processo dos 50¹⁶⁴”, que envolveu – entre outros e para além de Vieira - António Cardoso, Adolfo Maria, António Jacinto, Deolinda Rodrigues, Joaquim Pinto de Andrade, Mário António e Viriato da Cruz.

Estes antecedentes, apesar de extraliterários são imprescindíveis para a compreensão da receção de *Luanda*, publicado em 1963. Constituída por três contos («Vavó Xixi e o seu neto Zeca Santos», «Estória do ladrão e do papagaio», «Estória da galinha e do ovo»), a obra foi publicada em Lisboa pelas Edições 70 ganhando, em 1963, o Prémio Mota Veiga, promovido pelo *ABC, Diário de Angola*. Em 22 de Julho de 1963, era-lhe, para além disso, infligida uma pena pronunciada pelo TTMA¹⁶⁵, “de 14 anos de prisão maior,

¹⁶³ Luandino Vieira, *Papéis da Prisão. Apontamentos, diário, correspondência (1962 – 1971)*, Margarida Calafate Ribeiro, Mónica V.Silva, Roberto Vecchi (org.), Lisboa, Caminho, 2015, p. 9.

¹⁶⁴ ANTT/ PIDE/DGS/Del. A, proc 5859/ NT 459, 133 folhas.

¹⁶⁵ Acrónimo de Tribunal Territorial Militar de Angola.

suspensão de direitos políticos por 8 anos, na medida de segurança de seis meses a três anos¹⁶⁶.

Já a partir das linhas iniciais da primeira comunicação que temos à disposição no Arquivo Pide relativamente ao escritor realçava-se, como já vimos no capítulo anterior, que era comunista, tinha um papel na *Cultura* e dominava tanto inglês como o francês, facto que facilitava as suas relações com estrangeiros¹⁶⁷. O receio desses contactos era uma das preocupações principais presentes no relatório, sendo o projeto do escritor de viver fora do espaço colonial identificado com uma ameaça concreta.

Torna-se obviamente imprescindível considerar o facto de, na obra de Luandino Vieira como em muitas outras produzidas na década de 60, estarem a ser questionadas tanto a sociedade colonial e o aparelho propagandístico, como o que Margarida Calafate Ribeiro tem nomeado de “imagem de centro” que o regime tinha adotado na construção e representação do “outro” colonial. Em *Uma história de regressos. Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, a autora sublinha que, desde os descobrimentos, a construção cultural portuguesa utilizou a Europa como centro de definição da sua própria identidade, implicando isto uma inferiorização do “outro”, patente na cultura e na literatura já a partir da representação que do outro se faz, por exemplo, nos *Lusíadas*. Na obra de Camões contrapor-se-ia, de forma clara, a pequenez territorial de Portugal face à vastidão do mundo e à grandeza da missão civilizadora que, enquanto parte integrante do Ocidente, a nação carregaria perante os outros povos¹⁶⁸. Fugindo da sua representação nacional de “cultura de fronteira” ou de “periferia da Europa”, mencionadas respetivamente por Boaventura Sousa Santos e Eduardo Lourenço, o império permitia ao país de configurar-se, assim, como um novo centro, de alterar o seu equilíbrio de poder ao relacionar-se com realidades sociais, económicas e culturais cujos códigos – estranhos aos de uma Europa em que era inevitavelmente marginal – possibilitando a desconstrução da representação do país aos olhos das outras potências europeias. Esta questão nunca

¹⁶⁶ Ver (ANTT, SC CI (2) 4236 NT7330 178-194). A condenação de José Mateus Vieira da Graça foi fruto de investigações que implicaram a infiltração de agentes secretos da Delegação de Angola da PIDE a partir de, pelo menos, Fevereiro de 1959. Data, esta, que marca o começo das comunicações reservadas à Delegação, assinadas “C 35”, “ZEFERINO”, “ROBERTO”, “BRANDÃO” e “VIRGOLINO”.

¹⁶⁷ ANTT, 964/SR NT 970 451-452, folha 1.

¹⁶⁸ Margarida Calafate Ribeiro, *Uma história de regressos. Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, Porto, Afrontamento, 2004, págs 22 e 23.

deixou, contudo, de ser contraditória, pois apesar de ser reconhecido como o país pioneiro nas rotas transatlânticas, Portugal constituía-se, já nas décadas finais do Século XVIII, como uma potência decadente, cuja situação económica implicava a impossibilidade de um desenvolvimento dos territórios coloniais em contraciclo com o que era levado a cabo pelas outras potências. Numa aparente contradição, a Metrópole acabava sendo, aos olhos dos observadores estrangeiros, a periferia do império português¹⁶⁹: o valor nacional e sua influência mediam-se através dos territórios sob os quais era exercido um controlo e não através do país em si.

Estas considerações poder-se-iam, se bem que em medida distinta, aplicar também à época do Estado Novo: através da “internacionalização das questões africanas”, como Miguel Bandeira Jerónimo definiu o contexto posterior às Conferências de Berlim e de Bruxelas (1885 e 1889)¹⁷⁰, tornou-se urgente reforçar, ao longo da primeira metade do Século XX, a propaganda do regime à volta do papel cultural e civilizacional em África. Juntando estas questões à célebre afirmação de Salazar de que “Politicamente, só existe aquilo que o público sabe que existe”, são facilmente compreensíveis as atitudes do regime perante as manifestações literárias e culturais dos anos ’60 e ’70 do Século XX.

O que estava a ser posto em causa era de facto o silenciamento sistemático, por parte do regime, das reais condições de vida dos territórios ultramarinos. Tanto no caso de obras e nos projetos literários e editoriais mais radicais (ativistas, ou diretamente relacionados com a resistência ao regime, à dominação colonial e às lutas de libertação), como no caso de projetos mais genericamente influenciados pelo realismo social e pela representação do cotidiano colonial, a representação literária dos medos, dos contrastes, das dificuldades das populações coloniais (fossem os seus protagonistas brancos ou negros) representava a objetivação de realidades silenciadas.

Tal política propagandística não foi, contudo, exclusiva do regime salazarista. Se pensarmos no caso do colonialismo italiano, a propaganda fascista contribuiu – a partir de finais da década de ’80 do Século XIX - para a criação da ideia de que o Ultramar pudesse constituir-se como “Un posto al sole”, um território ao que o país tinha direito e em que, através da colaboração dos italianos no esforço colonizador e civilizador, seria

¹⁶⁹ Margarida Calafate Ribeiro, *Ivi*, pág 51.

¹⁷⁰ Miguel Bandeira Jerónimo, *Livros brancos, almas negras. A «missão civilizadora» do colonialismo português, c. 1870-1930*, Lisboa, ICS, 2010, p.51.

possível a concretização de um espaço de realização e prosperidade económica. De realçar que, como Nicola Labanca tem observado, a propaganda colonial levada a cabo pelo fascismo italiano, baseada no já mencionado mito dos “Italiani, brava gente”, contribuiu para a formação duma identidade nacional que, em princípio do Século XX, ainda não satisfazia as expectativas do regime:

“Vista la debolezza generale dell' identità nazionale comune e condivisa, ci si é chiesti in quale misura l' imperialismo abbia contribuito a "fare gli italiani". In effetti sembra che fu proprio attorno ad alcune avventure coloniali che i governi del tempo riscossero consensi in misura non ordinaria: sarebbe capitato a Giolitti nel 1911 e a Mussolini nel 1935-36. Per questa via, anzi, si é teorizzato che le emozioni imperiali fossero servite a successive integrazioni di strati sociali nello Stato e nella politica: una via "emozionale" all' integrazione e alla partecipazione politica, non molto diversa da quel "socialimperialismo" conosciuto dalle grandi potenze coloniali europee ¹⁷¹.

Esta via “emocional” à integração nacional e à participação política é retomada, se bem que de forma renovada, pela propaganda salazarista, que parece herdar ideologicamente do fascismo – se bem que de forma renovada – a ideia de inferioridade racial dos negros, muito frequentemente reproduzida em ideias estereotipadas como a da inaptidão destes últimos para o trabalho, a promiscuidade sexual, os costumes primitivos, a tendência a abusar de álcool, a falta de lealdade, etc:

Il clima culturale del tempo stava cambiando. Scienziati, pubblicisti, semplici mediatori della cultura all' opera nelle tipografie commerciali che stampavano "fogli volanti" furono sempre meno disposti a credere nella perfettibilità degli "indigeni". Le teorie dell' incivilimento coloniale cominciavano ad indebolirsi e sempre di più si diffondeva un' ipostatizzazione razzista dell' inferiorità dei "negri". Erano quelli gli anni in cui anche in Italia si andavano diffondendo teorie che si richiamavano al darwinismo sociale, sfociando in un razzismo di impostazione sempre più angustamente biologica. ¹⁷²

¹⁷¹ Nicola Labanca, *Oltremare. Storia dell' Espansione coloniale italiana*, Bologna, Il Mulino, 2007, págs. 218-219.

¹⁷² Nicola Labanca, *Ivi*, pág. 231.

Quanto à tendência em sublinhar a inferioridade racial dos negros e à missão civilizadora, esta não foi exclusiva dos casos italiano e português (os dois países cuja política colonial de cariz fascista), tendo sido identificada como sendo uma mais geral técnica propagandística dos regimes coloniais europeus:

“European imperialism rested on propaganda both at home and in the African colony. European education emphasized the inferiority of Africans and the superiority of the white race, whose destiny was to rule Africa. In this view Africa became the “Dark Continent” needing white enlightenment. Western tools of communication such as photography, mapmaking and, in due course, cinematography were all used wittingly or unwittingly to elevate the white and denigrate the black.”¹⁷³

Retomando mais uma vez a frase enunciada na inauguração do Secretariado de Propaganda Internacional mais de três décadas antes, em 1933, a experiência cultural dos leitores tornava-se, nestes casos, no que poderíamos definir de experiência política: o facto de os cidadãos com acesso à cultura poderem inteirar-se das reais circunstâncias no Ultramar representava uma ameaça concreta ao próprio sistema propagandístico.

Voltamos, assim, ao caso de Luandino Vieira que, para além de representar um caso relevante pelas considerações que implicava quanto à correta utilização da língua portuguesa, ao conceito de angolanidade (que poderia ter sido o de moçambicanidade ou cabo-verdianidade, relevante por ser testemunha de uma consciência propriamente nacional) e de reação da opinião pública, constitui um caso exemplar por tentar contrariar, num exíguo volume, a grande maioria das questões identitárias, de representação e propagandísticas acima mencionadas, historicamente reproduzidas tanto na literatura, como nos meios de comunicação.

Não sendo o meu objetivo principal o de, nesta análise, oferecer uma panorâmica completa sobre o caso do escândalo ligado a *Luuanda*, sobre o qual já existe uma vasta

¹⁷³ Nicholas J. Cull, David Culbert, David Welch (org), *Propaganda and mass persuasion, a historical encyclopedia, 1500 to present*, ABC Clio, Santa Barbara, 2003, p. 8.

literatura¹⁷⁴, tentarei focar-me no material arquivístico existente relativamente ao caso, na convicção de que ele constitui uma ferramenta necessária para complementar a literatura existente, que foi principalmente desenvolvida à volta do próprio texto literário e dos jornais da época.

Para melhor compreendermos a relevância com que era tratado o assunto da possibilidade de existência de literaturas nacionais que não fosse a portuguesa, pensemos por exemplo que as provas de um artigo proposto pelo jornal *ABC, Diário de Angola* com o título “Poetas Angolanos” (folhas, estas, contidas no processo a cargo de José Mateus Vieira da Graça) levaram a um ofício “confidencial-urgentíssimo”, e à radiografia biopolítica de todos os escritores e poetas mencionados no texto¹⁷⁵. Os nomes de trinta e uma personalidades entre as mais conhecidas do panorama intelectual da época foram assim colocados em quatro páginas de descrições e comentários, que muito se focavam nas repercussões das suas obras sobre a opinião pública. Relativamente à medida em que fosse ou não fosse possível definir, desde o ponto de vista teórico e intelectual, a existência de uma literatura nacional, comentará no seu diário Luandino em 1963 (desde o Pavilhão PIDE de São Paulo, em Luanda), referindo-se a um artigo publicado na *Présence Africaine*, por Costa Andrade:

“Mas era preciso alguém começar a teorizar por outros a lit[eratura] angolana (isto veio a propósito do artigo do Papo na *Présence*, ainda confuso, como confusa é a situação. Creio que só ao desenvolver da acção de libertação de Angola se pode ir, pari e passu, teorizando. Devo estar errado. Vou pensar no assunto. E reler o artigo do Papo.”¹⁷⁶

A reflexão literária levada a cabo por Luandino Vieira refletia claramente as suas preocupações políticas e a sua visão sobre o futuro de Angola e o sistema colonial português.

O processo da PIDE em seu nome, arquivado no ANTT (nº 964/SEC/SR)¹⁷⁷, constitui um caso interessante pelo que respeita a lógica persecutória da polícia política, mas

¹⁷⁴ Lembremos, entre outros, os trabalhos com organização de Francisco Topa (nomeadamente *Luuanda há 50 anos* e *De Luuanda a Luandino: veredas*), os quais contaram com variadas contribuições de académicos da área das literaturas africanas em língua portuguesa.

¹⁷⁵ Em 1965, a partir de Maio, os jornais *ABC* e *O planalto* serão alvo de um processo da PIDE por “difusão de literatura desnacionalizante”, como indicado na folha 273 do Processo 964/SR.

¹⁷⁶ Luandino Vieira, *Ivi*, p. 154. O artigo mencionado é, como explicitado nas notas em rodapé, «Deux expressions de l’ angolaneité», assinado por Costa Andrade publicado no número 42 da *Présence Africaine* (1962).

¹⁷⁷ ANTT, PIDE/ DGS, Delegação de Angola, Processo 964/SR NT 97.

também os mecanismos de censura e autocensura, assim como a instituição de redes informais de circulação clandestina de impressos. Reiterando o que foi afirmado acima, é patente nestas comunicações a preocupação relativa ao potencial de difusão da obra do escritor angolano e às suas possibilidades de movimento. O facto de ter cidadania portuguesa, e de o autor fazer parte da elite branca, também deve ter ampliado as preocupações da PIDE relativamente à circulação do texto.

A quantidade de comunicados entre os vários agentes demonstra que este jovem escritor que, conforme indicado pelos agentes da P.I.D.E infiltrados na Assembleia Geral do Sindicato dos Empregados de Comércio e Indústria de Luanda, tinha “desgosto profundo em ser português”, foi objeto de uma vigilância apertada ainda antes da sua chegada a Lisboa. As comunicações, que se intensificaram a partir do pedido de Passaporte de Luandino e ao seu embarque em 9 de Agosto de 1962 num avião TAP, com destino a Lisboa, denotam uma clara preocupação para com a saída do autor do território português, como testemunham os relatos do Chefe de Brigada:

“Dias antes, havia solicitado na Administração Civil a concessão do passaporte, o qual, segundo consta, lhe foi inferido em face da informação prestada por esta Polícia. Soube-se agora que ele, antes de embarcar, disse a pessoas amigas que ia tentar se deslocar a Inglaterra e depois seguir para Ghana, a fim de se juntar a outros portugueses que ali fazem campanha contra a política portuguesa ultramarina.¹⁷⁸”

Na mesma altura, as caixas postais de amigos, da mulher Ermelinda Graça e da sogra passaram a ser vigiadas, interessando-se também a PIDE pela Colecção de Autores Ultramarinos da C.E.I. Após ordem de detenção enviada pela Interpol de Luanda¹⁷⁹ a Lisboa, o autor foi preso e condenado pelo TTMA em 1963, na base do Artigo 141 do Código Penal, pois foi considerado culpado de

¹⁷⁸ ANTT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 964/SR NT 970, folha 439. Interessante, pelo que respeita o receio a internacionalização da causa da libertação das colónias africanas, também a capa de *The New African, The Radical Review*, Volume 4, nº 9, November 1965, com a referência: «Lusanda – Children of Rape», cuja cópia é contida no mesmo processo PIDE. Ver o Anexo nº 6, Figura 1, pág.

¹⁷⁹ ANTT, PIDE/DGS, PC 901/61 NT 5389, 2º volume, Folha 13.

“intentar por qualquer meio violento ou fraudulento ou com o auxílio do estrangeiro, separar a Mãe-Pátria ou entregar a país estrangeiro todo ou parte do território português, ou por qualquer destes meios ofender ou pôr em perigo a independência do País”¹⁸⁰.

Em Agosto de 1964, depois de um período de vigilância especial à mulher e da suspeita de que a própria coordenasse “reuniões subversivas”, o escritor foi transferido para o Tarrafal, no que oficialmente se chamava de Campo de Trabalho de Chão-Bom, mas que recebeu pelos detidos o nome de Campo de Morte Lenta. Depois da atribuição a *Luuanda*¹⁸¹, em 19 de Maio de 1965, do Prémio novelística pela Sociedade Portuguesa de Escritores, e da extinção da mesma pelo Governo, levou-se a cabo uma intensa ação de contrapropaganda impulsionada pelo governo, através de comunicados de repúdio dirigidos ao autor ou à S.P.E. que chegaram a ser publicados por vários jornais e entidades em Portugal e Angola:

«A maioria de “gentes” de todas as cores, manifestam-se contrários às manifestações de repulsa, que se têm levado a efeito, contra a atribuição de um prémio, pela Sociedade dos Escritores portugueses a “LUANDINO VIEIRA.”»

A partir de 1965 e como consta do processo, os agentes acompanharam a receção crítica de *Luuanda* pelo mundo e intensificaram, nomeadamente a partir de Maio do mesmo ano, a vigilância à mulher do autor, aos seus familiares, amigos e correspondentes.

Na ótica de evitar a criação e o fortalecimento de redes de oposição, e formalmente legitimada formalmente pelo D.L. 26/643 de 28 de Maio de 1936, relativo à reorganização dos estabelecimentos prisionais, o autor encontrou-se numa proibição quase total de receber cartas e telegramas do exterior. A aplicação dos Artt. 323 e 327 do mesmo D-L. (relativos à censura da correspondência) foi diretamente invocada pela PIDE de Luanda em cartas dirigidas ao Diretor do Campo.

Numa das cartas censuradas, dirigida a Linda, mas enviada para a morada de seu irmão na tentativa de evitar a intercetção, desabafava o autor:

“Como bem sabes nenhuma das cartas que escreveste, cá chegou. A foto do Xexe, idem; as encomendas (excepto a que veio em mão, para o Sal) também não. Tudo se perdeu.

¹⁸⁰ ANTT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 964/SR NT 970, folha 423.

¹⁸¹ Luandino Vieira, *Luuanda*, Edições 70, Lisboa, 1965.

Nem a carta que endereçaste ao Sr. Director. Isto te dará a dimensão real do que se passa. Não te zangues, não te irrites; encara isso com serenidade. Preciso, porém, de notícias vossas sobre dois ou três assuntos importantes (quais o não são?) para orientação futura. É assim que me atrevo a sugerir-te uma maneira de me escreveres. Faz uma carta, lentamente, conta-me o que de mais importante se passou este ano em que estive sem notícias. Diz-me o que pensas fazer quanto a) visitas, b) processos, c) educação Xexe, d) mudança de trabalho, e) ou de residência como te sugeri e tudo o mais que bem sabes me ser importante. Tenho muitas saudades tuas, manda aquela ampliação que te pedi para fazer ou foto nova, recente. (Se estiveres muito magra, xingo...). Não adianta metê-la aí no correio: nenhuma carta aí posta, em Luanda, cá chega.¹⁸²”

E ainda em outra, de 25 de Dezembro de 1968, dirigida ao advogado Pires de Lima:

“de há três anos que me é sistematicamente negado o direito de receber cartas de Linda e, agora, até de telegramas, o que me coloca num silencio total quanto aos meus.¹⁸³”

As medidas tomadas pelo estabelecimento tinham o objetivo prático de limitar a fuga de informações e o fortalecimento de redes de oposição, mas revelavam-se igualmente funcionais à aniquilação e ao enfraquecimento psicológico e emocional do indivíduo. O próprio Luandino, em entrevista ao *Público* em 2009¹⁸⁴, afirmou ter passado naquela altura por uma profunda crise interior que tentou não manifestar aos outros prisioneiros, por causa da ausência total de notícias da família e pela consciência da censura contínua a cartas e telegramas, questão que aliás discutia pessoalmente com o Diretor do Campo, em encontros pedidos através de meios oficiais¹⁸⁵.

A correspondência entre José e a mulher Ermelinda Graça constitui numericamente o núcleo fundamental dos documentos que compõem o processo de que nos estamos a ocupar. Estas cartas privadas abrangem um período entre Novembro de 1965 (depois da descoberta de que a pessoa indicada por Linda como sendo “primo” do autor, com direito a trocar correspondência, era na realidade Carlos Ervedosa) e Agosto de 1969. Na base

¹⁸² ANTT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 964/SR NT 970, folhas 170-171.

¹⁸³ ANTT, PIDE DGS SC CI (2) 4236 NT 7330, folha 90.

¹⁸⁴ «“Os anos da cadeia foram muito bons para mim”– Primeira entrevista a Luandino Vieira sobre o Tarrafal», in *Público*, 1 de Maio de 2009. Disponível em <https://www.publico.pt/politica/noticia/os-anos-de-cadeia-foram-muito-bons-para-mim-1377921>

¹⁸⁵ ANTT, PIDE/DGS, CTCB 34, NT 4, Folhas 40, 42, 61, 99, 104, 116, 130, 132.

de umas das cartas, teve lugar, em Fevereiro de 1966, uma busca na habitação de Linda, que determinou a apreensão de 70 livros não proibidos pelos Serviços de Censura e, portanto, em venda nas livrarias. Este acontecimento acabou por ser a prova irrefutável, de que não só a Direção de Chão-Bom, mas também a PIDE de Luanda, tinham acesso às transcrições literais de cartas íntimas que Linda trocava com o marido. A “inspeção” na casa em que Linda vivia juntamente com o filho - a dos seus pais - não foi acompanhada de mandato, permitindo os três inspetores presentes que, levada diretamente do lugar de trabalho, Ermelinda Graça fosse acompanhada de uma colega, em qualidade de testemunha¹⁸⁶. Consta, das cartas, o interesse dos agentes pelo “arquivo implacável”¹⁸⁷ do escritor.

Após ter apresentado uma queixa à polícia sob conselho do marido, Ermelinda Graça ouvirá, uma vez convocada presencialmente para dar esclarecimentos sobre as declarações deixadas durante o depoimento, o funcionário da esquadra citar textualmente o conteúdo da carta em que ela relatava o acontecido.

Foi nessa altura que Ermelinda Graça e Luandino Vieira, conscientes de que a sua escrita íntima tinha -se transitado para o estado de escrita política, adotaram um sistema de numeração de páginas e passaram a mencionar as folhas das extraviadas. Para além de ter uma noção da quantidade efetiva de correspondência censurada e não entregue, o casal conseguia desta forma avaliar quais assuntos, expressões ou relatos chamavam a atenção da polícia. A complexidade deste processo reside no facto de que, se por um lado os leitores adicionais das cartas se configuravam como ocultos, a sua presença e as suas avaliações implicavam atos e decisões com repercussões concretas não só na vida processual e prisional de Luandino, mas também no cotidiano de Linda e do filho.

Neste contexto, as referências diretas ao literário são um recurso utilizado pelos dois num código discursivo que implica reflexões bem mais amplas. As referências de Luandino à literatura converteram-se, mais de que numa autoanálise, numa afirmação identitária, num esforço para não renegar a integridade moral e humana do escritor

¹⁸⁶ ANTT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 964/SR NT 970, folhas 238-251.

¹⁸⁷ Luandino menciona tal arquivo numa carta à mulher, evidenciando a necessidade de o preservar e de não deixar que seja apreendido ou confiscado pela PIDE. Na base do processo secreto, esta menção parece ser uma das razões principais pelas quais foi efetuada a inspeção. Folhas 244-259.

perante ele próprio. Em carta de 10 de Dezembro de 1967, referente à visita de um inspetor da PIDE ao campo:

“Sobretudo uma coisa me espanta sempre: como, ao longo de seis anos, ainda não se aperceberam de que nunca fui nem serei um “político”. Sou demasiado tolerante e incapaz de ódio para ser homem de partido; e demasiado sincero para ser político. (Uma excepção: a brincar ou a sério, dois dias depois de ser preso, o chefe Lontrão definiu-me bem. Não sei se por acaso. E como não passo de uma pessoa sem qualquer valor ou influência – exceptuando a que tenho para ti, Xexe e meia dúzia de amigos – a não ser a que, artificialmente, se fabrica. E de ambos os lados! Mas nisso não sou tido nem havido. Enfim, meu amor, o que tu bem sabes e eu já não sei se sei se não: que há muito de responsabilizar a época e não os homens – eu incluído. Poderia ser fingido ou insincero mas por natureza e por formação, não serei nunca capaz. E o que mais prezo é exactamente, a responsabilidade dos meus actos. Muitas coisas se passaram nos poucos minutos que o senhor se dignou conceder-me, mas não adiantam, nem atrasam, o que bem sabes de mim e da vida. Cá fica o teu Zé, como o conheceste, no núcleo de si; e evidentemente diferente em mil e uma manifestações desse núcleo. O que se resumiria, talvez, para ti, em dizer-te que sou o mesmo Zé Luandino e não estou na mesma. Quem para, morre.¹⁸⁸”

Após a constatação de que os tempos e as condições mudaram, das restrições físicas e intelectuais à sua pessoa e do peso da impossibilidade de agir, Luandino refugiava-se, neste período, na literatura. O exercício literário, esse refúgio solitário em que o escritor se isolava à sombra do imbondeiro do Campo, estava acompanhado, nos relatos, pelo

¹⁸⁸ ANTT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 964/SR NT 970, folha 154. Luandino refere, muito provavelmente, da visita de José Vasco Meireles ao Tarrafal. É o próprio Meireles a enviar, em Dezembro de 1967, uma carta ao DG da Pide, contando um “facto curioso lá sucedido durante a visita”. O agente fala de ter conhecido Luandino, e de ter tido uma conversa com ele sobre o famoso debate televisivo relativo à atribuição do Prémio Novelística a *Luuanda*, pela SPE. Reportadas ao escritor as críticas de um dos participantes ao debate, afirma ter ficado surpreendido, já que o Luandino adivinhou de quem chegavam as considerações negativas: “Tinha acertado em pleno e, ao mesmo tempo, pensei à triste figura do citado crítico. Na verdade, cheguei ali à conclusão do conceito da pouca lisura mental em que é tido em meios intelectuais firmes da fidelidade nacionalista respeitante a AMANDIO CÉSAR e às suas duas faces que usa conforme lhe venha da esquerda ou da direita o sopro dos ventos.” Carta arquivada na Torre do Tombo, ANTT, PIDE DGS SC CI (2) 4236 NT 7330, folhas 138-140.

sentido de impotência perante o decurso da história e pelas inúmeras dúvidas em relação às limitações de que sofria. O escritor refletia, igualmente, sobre a possibilidade de conciliação da sua condição com o seu papel de escritor e, mais uma vez, de homem cuja preocupação principal não deixava de ser a sociedade. A responsabilidade que Luandino sentia pesar sobre si não era, de facto, limitável à de um homem ao serviço da arte: pelo contrário, e como bem testemunha o extrato da carta datada de 7 de Janeiro de 1968 a 24 de Janeiro de 1969, o pensamento que o atormentava muito tinha a ver com o que “tem de ser dito”:

“É que, Linda, cada vez desconfio mais de mim, da “facilidade” em inventar e contar estórias... Isto porque o que eu pressinto de bom e queria escrever o não posso fazer nestas condições, neste ambiente. Não sei escrever para a gaveta – sobretudo se a gaveta não tem chave. E, perante o que posso escrever, chega-me uma desilusão por saber que tudo isso ao pé das verdades do homem e da terra e da história, que têm de ser ditas, são pequenos exercícios de escolar. Têm de ser ditas – saberei dizê-las? Poderei dizê-las? É sobre isto que, por muitos meses já, medito. E me sorrio a tudo quanto do José Luandino Vieira se disse – e tremo do que se espera. Não por falta de coragem ou por receio de responsabilidade. Mas por pensar que não posso ter tempo nem oportunidade para o tentar pelo menos. As restrições de que sou alvo, são um sinal seguro de que se pretende também (ou quase só) atingir o meu espírito.¹⁸⁹”

Meio de ação por excelência, a literatura adquire um duplo sentido, em qualidade de ferramenta de resistência: o que, antes, se constituía como resistência às injustiças sociais, à ditadura e à opressão, era agora ferramenta de resistência individual. Lutando contra a falta de notícias provenientes da família, às condições de limitação da liberdade física e psíquica, a intromissão de pessoas externas à vida íntima das cartas e à tentativa de isolamento das redes de amizade, a solução que Vieira encontrou foi a da expressão literária. A definição reiterada por Luandino, tanto no período de detenção no Tarrafal como nas décadas sucessivas, de “escritor do passado” ou “escritor morto”, testemunha exatamente a consciência de que o decurso da história exigia novas soluções, novas formas de resistência social e literária. Os meios de luta antes utilizados revelavam-se quase obsoletos, exigindo soluções alternativas e renovadas visões, necessidades que pareciam entrar em choque com o esforço que Luandino fazia para ficar fiel a ele próprio,

¹⁸⁹ ANTT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 964/SR NT 970, folha 151.

no esforço de evitar o aniquilamento psíquico e a negação identitária, cultural e política que o regime preconizava para os seus opositores.

O problema das formas e da relação de continuidade com o seu “mundo de escritor” é objeto da reflexão da carta a Linda de 10 de Março de 1968. O carácter enigmático das frases finais, em particular o aceno à soberba, deixam entender que a reflexão apresentada não é pura e exclusivamente literária.

“Às vezes medito naqueles contoziños que eu escrevia, no que lá haverá ainda de aproveitável – e concluo que: nada. Mas, só um dia, com mais uns anos em cima, poderei dizer bem o que às vezes penso – que sou um escritor do passado do passado e do passado do futuro. Que tudo quanto eu queria futuridade, era já passado mesmo ao querê-lo, ao idealiza-lo, era uma “visão do futuro” que só era passado. E que ainda hoje é o sustentáculo inconsciente da minha maneira de ver o meu mundo de escritor. Desconfio! E se chegar à certeza... então tudo o que escrevi é para rasgar – e tentar afinar a visão do futuro pelo caminho objectivo do presente e do passado que eu também fui e sou. (Em resumo: se o problema se mantém o mesmo, tal não sucede às formas das soluções – outros dados, outras estruturas (?) outras conjecturas, outra realidade, exigem, necessitam de outro modo de futurar). Bom! sei que estás refilando; que me contestas; que discordas. Devia inclinar-me perante quem vive a realidade e não ser soberbo. Mas... a distância talvez me ajude a também discutirmos esse tema. Anota-o, meu amor: “Sou um escritor do passado”. É muito sério o que te escrevo hoje Linda e se algum colega de ofício quiseses falar nisto, verás como reagirá¹⁹⁰.”

A atividade intelectual e literária, utilizadas sistematicamente pela Delegação de Luanda como prova das intenções subversivas do autor, como ponto de acusação irrefutável, configuravam-se como a evidência da orientação política de Luandino e da natureza dos seus pensamentos. O fator literatura teve um papel tão decisivo, na história processual e prisional do escritor, que chegou a ser invocado por Vieira Fontes como evidência das profundas mudanças do detido com o fim de obtenção da Liberdade Condicional. O Diretor do Campo, que chegou por sua vez a ser alvo de um processo por causa dos comportamentos “suspeitos” em relação aos detidos, nutria, nas palavras da PIDE de Luanda, “grande amizade e consideração¹⁹¹” por Luandino.

¹⁹⁰ ANTT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 964/SR NT 970, folha 142. As incongruências nos tempos verbais, sobretudo nas últimas linhas, são muito provavelmente devidas à desatenção do leitor do Campo, que se encarregou também da transcrição da carta.

¹⁹¹ ANTT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 964/SR NT 970, folha 36.

A carta em que Graça recusava a publicação de três obras da sua autoria, proposta por um editor sueco para integrar uma “Antologia de poetas africanos”, constituiu uma das provas aduzidas para demonstrar que o prisioneiro estava socialmente recuperado, “integrado na ordem político-social vigente¹⁹²” e, portanto, apto ao regime de liberdade condicional.

Escrita em francês em 17 de Novembro de 1970 e dirigida ao editor Mrs. Alb. Bonniers Förlag, a carta em que o escritor afirmava ter abandonado há tempo a vida literária despertou, assim sendo, a atenção do diretor do campo, mas também das delegações PIDE (já legalmente enquadrada como DGS) da Praia e da de Luanda, que por sua vez transferiram uma cópia para o Diretor-Geral de Segurança de Lisboa.

Relativamente ao assunto, escreveu o autor a Ermelinda Graça:

“Eu bem quero livrar-me do Luandino até à última pele mas tudo cheira a “literatura” no que te escrevo. Desculpa, isto vai com o tempo. É que ainda por cima há acontecimentos que me vêm falar do “saudosos defunto”. Uma carta dum editor sueco pedindo autorização para publicar, em antologia de poetas africanos os ditos “poemas” “Canção para Luanda”, “Girassol” e “Buganvília”. São duas alcunhas que nunca me serviram: poeta e africano. Acresce que juntaram logo-logo USA 9.00 para pagamento. Tive de devolver tudo – em boa coerência comigo mesmo, com o que penso e sou.¹⁹³”.

Não obstante as declarações do autor nas cartas, que tinham claramente o objetivo de afastar as suspeitas da PIDE e dos responsáveis pela gestão do estabelecimento prisional, o início da década de 1970 representou um período de intensa atividade de escrita para o autor. A intensificação da censura, a proibição de estudar russo, italiano e quimbundo, o extravio e o controlo das cartas, pareceram, por outro lado, constituir-se como fatores adicionais que levaram o autor a intensificar a práticas e rituais de escrita literária, que se concretizou em obras como *Nós, os de Makalusu*, *João Vencio e os seus amores* e *No antigamente, na vida*. Graças a colaboração de guardas prisionais e de residentes do Tarrafal foram, para além disso, possíveis a saída dos manuscritos do campo e a sua difusão.

¹⁹² ANTT, PIDE/DGS, AC CTCB 34, NT 4, folha 62.

¹⁹³ ANTT, PIDE DGS SC CI (2) 4236 NT 7330, folha 37.

Inúmeros são, para além disso, os recortes de jornais nacionais e internacionais¹⁹⁴ que constam do processo da Delegação de Luanda a José Vieira Mateus da Graça: nesta ótica, também não é difícil perceber as motivações detrás da proibição de *Luuanda* só em 22 de Fevereiro de 1973, em pleno marcelismo, e não na altura em que teve lugar o escândalo ligado à SPE. Geraldês Cardoso, aconselhado por Moura Coutinho¹⁹⁵, ordenou assim a apreensão do livro, alegando que o mesmo constituía “um incitamento à revolta e à violência¹⁹⁶”.

Passados dez anos desde a prisão do seu autor, a obra de Luandino será oficialmente proibida só alguns meses depois da aprovação do Decreto-Lei 150/72, de 5 de Maio, que eliminou a “censura” (nas palavras, mas não de facto) do sistema legal português. Numa altura em que o autor já tinha obrigação de residência no Portugal continental, os leitores do Palácio da Foz, sete anos depois da sua primeira edição, chumbaram *Luuanda* ao “Exame Prévio”. A resolução ONU de 30 de Novembro de 1972, invocando o auxílio de todos os estados membros aos movimentos de libertação das colónias, assim como a sucessiva de 14 de Novembro pedindo o início de negociações entre Portugal e os movimentos nacionalistas¹⁹⁷, também terão jogado o seu papel: para fazer frente à crescente pressão exercida pelo exterior. Censurava-se, em suma, o que em Portugal não podia ser dito sobre Angola, mas que já era notório fora do espaço colonial.

A forma como Luandino entendia a relação entre cultura, atividade literária e história era, de resto, patente exatamente nas últimas linhas de *Luuanda*, numa recusa convicta da “arte pela arte” e a reivindicação de um vincado realismo literário:

“Já puz minha estória.

Se é bonita, se é feia, vocês é que sabem. Eu só juro que não falei mentira e que estes casos passaram nesta nossa terra de Luanda.”¹⁹⁸

¹⁹⁴ Do processo constam recortes de jornais russa, francesa, italiana e inglesa.

¹⁹⁵ Geraldês Cardoso, o Diretor Geral da Informação, nesta altura elaborava os seus despachos na base dos pareceres do leitor Ernesto Moura da Correia Coutinho.

¹⁹⁶ Despacho de Geraldês Cardoso, Diretor-geral do Serviço Nacional de Informação, contido em ANTT, Caixa 526, folhas 529-541. Disponível em <http://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=4330145>

¹⁹⁷ Ver, por exemplo, a nota da Fundação Mário Soares, <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=037087>

¹⁹⁸ Luandino Vieira, *Luuanda*, 1963, pág. 102.

2.3.2 – *Caminheiros resolutos insubmissos*: o caso dos poemas inéditos de José Ramalho nos arquivos do Centro de Documentação 25 de Abril

Pode considerar-se antitético se comparado com o caso de *Luuanda*, cujas vicissitudes são ainda hoje lembradas pelo impacto que tiveram tanto nas ex-colónias, como na metrópole, o caso do manuscrito inédito de poemas de José Ramalho, “Caminheiros resolutos insubmissos”, cujas 56 folhas se encontram no espólio Alexandre Oliveira do Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A) da Universidade de Coimbra¹⁹⁹.

Aparentando terem sido escritos na altura em que o autor se encontrava detido na cadeia PIDE do Aljube²⁰⁰, alguns dos poemas apresentam-se necessariamente numa forma não padronizada, constando de apontamentos, naquele que parece ser um esboço de uma possível – e rudimentar – edição de autor, como demonstra a tentativa de organização gráfica das três palavras que compõem o título na capa. Como teremos oportunidade de constatar, o que torna interessantes estes poemas é, para além da dualidade temática amor – violência colonial, a presença de expressões em línguas nacionais moçambicanas provenientes da zona Sul do país, provavelmente dos grupos ronga – tsonga - tswa (não nos foi possível, até à data, determinar o grupo linguístico de pertença).

Encontrar informações sobre o autor do texto não foi uma tarefa simples. Em Agosto de 2020, após a publicação de informações, nas redes sociais do blogue Antifascistas da resistência²⁰¹, de dados sobre o autor divulgados pela família, foi possível individuar o processo PIDE relativo ao autor. José Veloso Fernandes Ramalho, nascido em 6 de Setembro de 1942 na Cova da Piedade (Almada), embarcou ainda novo no vapor Moçambique, juntamente com a mãe Leopoldina e o irmão Hernâni, rumo a Lourenço Marques. Conta com um imenso cadastro na PIDE e nas suas várias delegações, tendo sido preso pela Delegação de Moçambique e expulso do país depois dos seus encontros, em Lourenço Marques, com o jornalista potiguar Francisco Calazans Fernandes²⁰². Chegado a Moçambique a bordo do navio de guerra Custódio de Mello, em 1961, o brasileiro estava sob vigilância “discreta” da PIDE, por ser “portador de mensagens para

¹⁹⁹ CD25A, Alexandre J.A. Oliveira F312 - Act. Literária / Textos de autoria diversa (1/1)

²⁰⁰ O único poema do manuscrito que tem um título, “Poema-Ozely-Poema” (folhas 27 e 28), tem depois da assinatura do autor a indicação “9/64, Aljube”.

²⁰¹ <http://antifascistasdaresistencia.blogspot.com>

²⁰² Estes episódios são relatados no processo ANTT/PT/ PIDE/SC/563/62SR NT 3183

elementos portugueses de esquerda” e por estar no país “com o propósito de colher entre a chamada oposição ao Governo, elementos que lhe permitam escrever alguns artigos sobre a Província de Moçambique, com fins derrotistas²⁰³”. Os contactos que, entre 9 e 12 de Dezembro do mesmo ano, aconteceram entre o jornalista, Ramalho, José Craveirinha e Ricardo Rangel - tanto no interior do navio como na Associação Africana - e as tentativas do jovem Ramalho de entregar “maços de papéis” a Calazans Fernandes²⁰⁴ concretizaram-se na prisão deste último a 18 de Dezembro do mesmo ano.

Identificado como sendo trabalhador do talho e correspondente do jornal “A República”, amigo do Dr. Adrião Rodrigues, o jovem foi, a partir do primeiro auto de perguntas, acusado de ter contactos com a elite intelectual citadina:

“À matéria dos autos, respondeu que: actividades políticas nunca as teve. As conversas do dia a dia que desde há dois anos vem mantendo com o doutor RUI BALTAZAR, FERNANDO CARNEIRO, JORGE PAIS, NOGAR, JOSÉ JULIO, CRAVEIRINHA, MOTA, FERREIRA, ADRIÃO RODRIGUES, FONSECA, VIRGÍLIO DE LEMOS, JORGE BARRETO, GOUVEIA, DUGOS, GILBERTO MENDES e JOÃO SEIXAS, invariavelmente eram – sobre literatura, pintura, poesia e cinema e quando por qualquer circunstância era abordado o assunto político somente se falava nas coisas banais e fora de moda, comum nos elementos “oposicionistas”. Que, todas as conversas havidas entre si e os elementos indicados se passavam ora num café ora noutro, pois frequentavam tanto o Scala como o Gil Vicente, Nicola ou Manuel Rodrigues. Que, durante o período de aproximadamente um ano ou seja, de princípios de mil novecentos e cinquenta e nove a princípios de mil novecentos e sessenta, em que foi membro directivo das bibliotecas do Cine-Clube e do núcleo de arte, não frequentou ou muito raramente frequentava as mesas do café. Quanto ao Virgílio de Lemos, se alguma vez com ele teve conversas de natureza política, não se recorda e o que é certo é que, por qualquer razão que não sabe explicar, simplesmente tolerava o LEMOS mas não o aceitava e se explicação há para o caso seria devido ao seu puro exibicionismo, bem patentes no livro que escreveu”.

Nos interrogatórios seguintes que, conforme o teor das declarações que constam dos autos devem ter sido muito duros (supomos que a tenra idade de Ramalho também não tenha jogado em seu favor) os agentes tentaram extorquir, provavelmente com o recurso à

²⁰³ Processo mencionado, folha 90.

²⁰⁴ Nos autos de perguntas de 17 Março de 1962, consta que Ramalho teria declarado que os papéis constituíam material que tinha sido utilizado para o artigo de Calazans Fernandes na revista *Fatos e fotos*, nº 49, de 6 de Janeiro do mesmo ano.

tortura²⁰⁵, informações sobre os círculos intelectuais de Lourenço Marques, os contactos de Ramalho com o PCP²⁰⁶ e a sua participação em redes subversivas. A atividade poética também consta das atividades suspeitas, tal como os contactos do “jovem de 19 anos, de profissão cortador e com pretensões a intelectual” na Cova da Piedade com Alfredo Canana, que estava na altura a trabalhar para a candidatura de Humberto Delgado: “Assim, nas horas vagas escreve poemas ou outros escritos onde deixa ficar bem patente o espírito revoltoso de que é dotado”.

Em 31 de Julho de 1962, após vários meses de detenção, o Governador-Geral Manuel Maria Sarmento Rodrigues proibia a Ramalho a residência na Província, em virtude da sua perigosidade política. Enviado para a Metrópole com obrigação de residência fixa na Cova da Piedade, despertou novamente as atenções da GNR de Moura por estar a residir, desde princípios de Março de 1963 e carecendo de autorização para tal, em Pias, sem documentos de identificação e “acompanhado de pessoas, já conhecidas desta Guarda, de porte duvidoso”. Depois de ter residido em casa duma sua tia em Moura, voltou ao concelho de Almada e foi integrado, em Outubro de 1963, na Escola de Recrutas (companhia disciplinar) de Penamacor e, a seguir, no Regimento de Infantaria nº 15 em Tomar.

Em 28 de Junho de 1964, Ramalho foi preso pela PIDE conjuntamente com Sebastião Vaz Martins, levado para a cadeia do Aljube e posto em regime de isolamento contínuo, por suspeita de atividades subversivas. Conforme o que está indicado nas notas manuscritas que acompanham os seus textos, foi nesta altura que escreveu alguns dos seus poemas. Refiram-se as suas ligações com Humberto Monteiro Abel Traça (mais frequentemente designado nos autos por Humberto Traça), saído de licença de fim-de-semana para Lisboa, sem voltar ao serviço. Ramalho, segundo indicam os relatórios da PIDE, também se teria ausentado do serviço em licença e sem passaporte, vindo a ser preso em Lisboa²⁰⁷.

²⁰⁵ Durante os meses da detenção, os interrogatórios foram repetidos com intervalos de alguns dias entre um e outro. Para além disto (e talvez possa ser este o maior indício de tortura), as declarações que Ramalho foi forçado a assinar incluem termos e frases que refletem o ponto de vista dos inspetores da polícia, utilizando para este fim também termos que dificilmente seriam utilizados por um jovem opositor e, até, contradições.

²⁰⁶ Há várias referências nos autos à possível opinião de Ramalho sobre Álvaro Cunhal, as suas leituras de jornais como o *Avante* ou *O Corticeiro*, mas também sobre Henrique Galvão, as conferências de Mário Pinto de Andrade em Rabat e a derrota política, no Brasil, de Jânio Quadros.

²⁰⁷ PIDE/DGS, SC, processo crime 1875/64 (2 volumes): NT 5700, folhas 20 a 65.

Depois de libertado do Aljube, voltou ao serviço militar, sendo mobilizado para Angola em Janeiro de 1965, com a esperança de conseguir voltar a Moçambique para juntar-se à família, sem que isso lhe fosse permitido²⁰⁸. Uma vez de volta a Portugal, conjuntamente com outros oposicionistas (Manuel Maria de Mesquita Silva Abreu e Jorge Manuel Ramos Tavares da Silva), fugiu para Paris, em 11 de Novembro de 1967, passando por Elvas (numa viatura conduzida por José Artur Rosado Lobo). Os três atravessaram o Guadiana a nado, para depois de passarem por Badajoz e Olivença, para apanharem em Madrid um comboio para Paris. Já em França, foi identificado a 24/07/1969 por “falsificação de documentos administrativos e uso dos mesmos, roubos e receptação”.

A partir da pesquisa bibliográfica efetuada pelo próprio CD25A relativamente ao autor, José Ramalho também terá sido colaborador do jornal Sul-Africano *To the point*, tendo entrevistado, em 1979 (e, portanto, em plena guerra civil moçambicana), André Matsangaissa, primeiro comandante em chefe da RENAMO²⁰⁹. Sabemos, igualmente, que o poema «Ivone», publicado na *Mensagem* da C.E.I. em 1962²¹⁰, é indicado como sendo da autoria de José Ramalho.

Relativamente à eventual colaboração com o *To the point*, estudos têm realçado como o jornal foi caracterizado pela infiltração e o financiamento secreto através de subscrições ao próprio jornal, do Department of Information do governo Sul-Africano:

“In 1968, Dr. Connie Mulder was appointed Minister of Information. Three years later, he undertook an extensive overseas tour with the Secretary for Information, Gerald Barrie, in order to examine the 'propaganda offensive' facing South Africa. Mulder later informed Deon Geldenhuys that 'The essence of their findings was that the international propaganda offensive against South Africa was well organised, highly sophisticated and generously funded ... In a report submitted to the prime minister it was recommended that South Africa ... should immediately and actively get involved in the propaganda war and employ the same methods as its opponents.' Mulder instigated the first secret projects

²⁰⁸ Esta informações constam do processo ANTT/PT/PIDE/DGS, Delegação de Angola, processo 37135, NT 1332.

²⁰⁹ As referências que o CD25A mencionam estão publicadas em: https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/10/poesia-a-matsangaice-por-ocasião-da-passagem-de-32-anos-do-seu-desaparecimento-f%C3%ADsico.html?pr=95166&lang=pt

²¹⁰ José Ramalho, «Ivone» in CEI, *Mensagem*, 1962, nº1, págs. 64-65.

upon his return from the tour. Heinz Behrens, a German public relations specialist, was hired to feed articles into the European media, and *To The Point* magazine was launched with the support of government funds through extensive subscriptions.”²¹¹

As “extensive subscriptions” atingiriam as trinta mil unidades, sendo também alguns financiamentos indiretos constituídos por anúncios publicitários nos suplementos do jornal. Ainda de acordo com James Sanders, após a fundação em 1972 pelo editor holandês Hubert Jussen, houve uma crise da versão internacional da revista (*To the Point International*) que se concretizou, com exceção de um só jornalista, em um despedimento de massa, pois os restantes não aceitaram publicar artigos de acordo com a propaganda racista sul-africana. O jornal teria continuado a existir, assim sendo, até 1980, através do financiamento do governo.

Apesar de termos ido alguns anos para além do período de nosso interesse, estas informações não deixam de ser relevantes, já que tanto a natureza do jornal, como a entrevista a Matsangaissa pouco antes da sua morte deixariam supor que, cerca de 15 anos depois da redação dos poemas e da colaboração com a *Mensagem*, o seu autor estivesse a colaborar com um jornal afeto a um regime abertamente a favor da segregação racial. José Ramalho foi, ainda, autor do artigo com o título «Alarm spreads as executions continue», em que condenava abertamente a política da FRELIMO e o conceito de justiça revolucionária, sublinhando ainda a falta de tolerância religiosa vigente no país:

Machel's views are clear: Catholics, Protestants and Muslims must learn to live under a Marxist-Leninist regime. If not outside, then inside a "re-education camp.”²¹²

2.3.2.1 – O intimismo como resistência: entre lirismo e acontecimentos históricos.

Chegando ao conteúdo do manuscrito, os poemas nele contidos são marcados, como sugere o título, por uma convicta referência à luta anticolonial e pela condenação das injustiças cometidas para com o povo moçambicano. A dedicatória, endereçada aos “camaradas e amigos que com algo contribuíram para a minha formação”, menciona José

²¹¹ James Sanders, *A struggle for representation. The international media treatment of South Africa, 1972 - 1979*, PhD thesis, SOAS, London, 1997, pág. 66.

Disponível em <https://eprints.soas.ac.uk/28509/1/10672668.pdf>

²¹² José Ramalho, «Alarm spreads as executions continue», *To the Point*, 1 de Junho de 1979, Johannesburg, pág. 35.

Craveirinha, Rui Nogar, M. João, H. Traça, T.S., R. Pereira e os “meus irmãos” Hernâni e Lúdia.

As referências aos corpos negros, aos massacres e até à política racista e segregacionista sul-africana (tanto na atual Namíbia como na África do Sul) são explícitos, chegando os poemas mais intimistas a estabelecer o já mencionado elo entre amor e resistência. Apesar de o autor ser branco filho de colonos, está presente, nos seus poemas, a identificação com o homem negro, assim como a utilização de línguas nacionais provenientes do sul de Moçambique:

“Bateram-me
e me escarraram na cara
minha
nossa grande verdade
- NEGRO

Despojado
nu caminho por entre os atalhos
proibidos
da verdade que me deram
SOU NEGRO.” (Folha 8)

O poema «Elegia à minha mãe» apresenta-nos um sujeito poético como sendo oriundo de uma família humilde, filho de colonos nascidos em Portugal e forçados a emigrar para África durante a gravidez da mãe do narrador:

“mas
forçosamente também partiste
imigrámos
para a África negra dos negros
mainatos e moleques e criados” (folha 47)

Como realçámos, mesmo a homenagem à mãe acaba por ter referências concretas ao exílio:

“recordo-te
e neste pedestal poema mãe
descerro tuas lágrimas de ontem

e de hoje
quando ao vento índico gritas

- “onde está meu filho” - eu
poeta exilado pela europa
poeta exilado na Europa” (Folha 48)

Exilado fora de Moçambique por questões políticas, o poeta estabelece nestes versos uma ligação com o que já experimentou, ainda não nascido, em Portugal na barriga da mãe:

“respirei a justiça das greves
respirei a violência da repressão
as prisões dos teus camaradas
a morte dos teus camaradas
lutando
sempre lutando

respirei
senti no cordão umbilical que ligava
senti teu desespero calmo
quando prenderam teu companheiro mãe
que era meu pai
e não vi lágrimas nos teus olhos” (Folha 46)

A questão política é patente nestes versos, assim como no «Poema-Ozely-Poema» que, como a «Elegia para a minha mãe», tem indicação da data de Setembro 1964 no Aljube. Ao longo dele, o poeta reitera a ligação entre amor, medo e prisão: a condição de encarceramento acaba por tornar impossível a escrita de um poema de amor. A palavra prisão entra a fazer parte do poema, com um conjunto de palavras que pertencem ao seu campo semântico (*parede/ porta/ grade/ entrada/ ferro*):

“porta só com entrada
está mesmo fechada, mesmo
não deixa sair meu cabeça
lembrar meu amor amado

ai Ozely
medo tem parede e porta
só com entrada e grade
de ferro prisão
para poema que não escrevi
do meu amor amado.” (Folha 28)

O núcleo destes poemas, que poderíamos definir como sendo mais líricos e intimistas relativamente aos que de uma forma mais explícita se ocupam da questão colonial, institui uma ligação com a imagem do feminino, evocada em qualidade de fonte de inspiração e, no caso da mãe, de concretização material da resistência.

Paralelamente, surgem poemas cujo foco são as injustiças do sistema colonial, as mortes, a dor – materializada esta, frequentemente, na imagem de um andar de pés descalços quase que sem fim, numa chamada à ancestralidade, mas também como forma de enfatizar as disparidades entre os dois mundos que compõem as sociedades coloniais, como neste poema que reportamos na íntegra:

“Não
Eu não vou cantar
A morte do teu e nosso irmão
E o sangue correndo
Rios na floresta
Correndo
Pedras e asfalto na cidade
Correndo
Terra batida por seculares pés descalços

não
eu não posso ser poeta
cantando
comodamente cantando tua morte

não
e não vou cantar

e grito
matchála uzúri matchála

nas aldeias carbonizadas
Por grânulos de aço chumbo morte

nas aldeias carbonizadas
por silêncios de passos me câ ni cos

Nas aldeias carbonizadas
anharas montanhas
grito matchála uzúri grito” (Folha 20)

Aqui, a impossibilidade de ser poeta, se bem que não estando direta ou explicitamente ligada à restrição da liberdade de quem escreve, tem a ver com a dor do irmão, com uma recusa da injustiça - e da morte – tão marcante que aniquila qualquer possibilidade artística, num oxímoro entre arte e vida que se converte, de resto, no oxímoro entre o que poeta diz (*eu não vou cantar/ a morte do teu e do nosso irmão*) e o que de facto faz, ou seja poesia de denúncia.

A dedicatória inicial, assim como os temas tratados nos poemas, sugerem que, antes do exílio, o autor poderia ter frequentado o ambiente do Associativismo Moçambicano, na altura ativo através, por exemplo, do Grémio Africano (que segundo Olga Iglésias teve o mérito de circular entre o ambiente intelectual e o indígena, com foco na valorização da mulher africana²¹³) e do Instituto Negrófilo, só para mencionarmos alguns.

Para além deste poema, mais três se referem diretamente a acontecimentos históricos concomitantes ao contexto em que foram escritos, acontecimentos esses que foram marcantes no quadro das lutas de libertação: o boicote aos transportes públicos por parte da população negra de Alexandra, Joanesburgo, em reação ao regime do apartheid, a sublevação e o consequente massacre da Old Location de Windhoek (na atual Namíbia)

²¹³ Olga Iglésias, «O Movimento Associativo Africano em Moçambique. Tradição e Luta (1926-1962)», in *Africanologia. Revista lusófona de Estudos Africanos*, vol. 2, 2019, págs 179- 214.

em 10 de Dezembro de 1959 e o massacre de Mueda (Moçambique) em 16 de Junho 1960. Instituído uma ligação explícita com o título, *Caminheiros resolutos insubmissos*, o da sublevação e da resistência parece ser o núcleo temático central da obra. Os três episódios mencionados configuraram-se historicamente como momentos fundacionais da narrativa nacionalista dos movimentos de libertação dos respetivos países: ANC, SWAPO e FRELIMO. Neste sentido, a narração poética apresenta-se como uma espécie de pré-história da resistência, como um antecedente da libertação.

2.3.2.2- “Verdes e vazios os machimbombos passavam”: o Alexandra bus boycott (1957)

O que me levou, antes de conhecer de forma mais aprofundada a biografia de Ramalho, a avançar a hipótese de que o autor poderia ter trabalhado, antes e depois da sua passagem por Lisboa, na África do Sul, e de que estaria suficientemente informado sobre os acontecimentos políticos dos países vizinhos, foi um dos poemas é dedicado à resistência que a população negra de Alexandra fez à subida dos preços dos transportes públicos decretada pela PUTCO (Public Utility Transport Corporation) em 1957. A cidade tinha, pelo menos a partir de 1940, uma tradição de boicote aos transportes públicos, chegando o boicote começado em Novembro de 1944 a durar seis semanas. Paralelamente, a cidade viu um movimento relevante de ocupação a acontecer em 1946-47, sob a liderança de Schreiner Baduza²¹⁴. Este não foi um movimento isolado na África do Sul, sendo que experiências similares tiveram lugar nos anos anteriores, com liderança de James Panza (a ocupação de terras levou à fundação de Soweto após mobilização de 1938) e Oriel Monongoaha (1946).

Como indicado por Lodge,

²¹⁴ Tom Lodge, *We are being punished because we are poor. The Bus Boycotts of Evaton and Alexandra, 1955-1957*, African Studies Seminar Paper, University of Witwatersrand, March 1979, página 6. Disponível em

<http://wiredspace.wits.ac.za/bitstream/handle/10539/9060/ISS-262.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

“The Alexandra bus boycott was the response of an African community to a penny rise in the single bus fare between the township and the centre of Johannesburg nine miles away. Now the failure of the African National Congress to evoke a consistently massive response during the 1950's is explained by Fatima Meer who suggests: 'revolution is not a popular cause security of a familiar system, even if limiting, is invariably preferred to the risks of change' (Meer 1971: 150). It has also been asserted that rising black expectations were being matched by the pace of economic growth; that urban Africans had too much to lose if administrative tranquility and economic productivity were interrupted or disturbed (Feit 1967:130). The bus boycotts help to demonstrate that the economic climate of the 1950's did precious little to provide for the needs of a large proportion of the members of the urban black community.²¹⁵”

Num filão de pensamento que parece ser análogo ao do excerto citado, a evocação dos negros andando trinta e dois quilómetros a pé, apesar dos “pés doridos”, evidencia a perseverança da população unida na luta, sublinhando ao mesmo tempo as injustiças da segregação racial:

“Joanesburgo mil novecentos
e cinquenta e sete
-eram negros
pés calçados por trinta e dois quilómetros diários

eram negros
caminhando nas estradas pés doridos e calçados por 32 quilómetros
diário boicote aos machimbombos

verdes e vazios
os machimbombos passavam

verdes e vazios os machimbombos
convidavam com o letreiro

“Somente para pessoas de cor” (Folhas 15 e 16)

Em contraposição à determinação dos trabalhadores que todos os dias andavam mais de trinta quilómetros para a sua casa, a brutalidade do apartheid entra no poema por

²¹⁵ Tom Lodge, *Ivi*, pág. 6.

contraste. Diferentemente da palavra negros, repetida ao longo do poema, as forças coloniais (brancas) não são nomeadas, sendo reduzidas a um genérico “eles”:

“e “eles”

batiam matavam

os negros que caminhavam na estrada

os trabalhadores negros que caminhavam na estrada (Folha 23)

O boicote, que durou cerca de um ano, teve como lema “Azikwelwa” (rendido em inglês com “We won’t ride”), favoreceu o desenvolvimento de redes de oposição e fez com que líderes locais como Josias Madzunya ficassem conhecidos por todo o território nacional. Após terem sido declarados ilegais em 1960, o mesmo ano em que aconteceu o massacre de Sharpeville, o African National Congress (ANC, de que Madzunya era militante) e o Pan Africanist Congress (PAC) começaram a realizar atividades clandestinas dentro e fora do país, documentadas como sendo ativas em Alexandra pelo menos a partir de 1962.²¹⁶

2.3.2.3- Sublevação da Old Location de Windhoek: o 10 de Dezembro de 1959

Ainda antes dos acontecimentos de Dezembro de 1959, a cidade de Windhoek (na altura no Sudoeste Africano, hoje Namíbia) foi palco de protesto e resistências que, frequentemente, foram protagonizadas por mulheres. Em 1956, e conforme indicado por Katjavivi, uma greve das lavadeiras foi registada na cidade, no contexto de uma mais ampla onda de greves que se realizaram no país entre 1952 e 1959 e que envolveram sobretudo trabalhadores da área da pesca²¹⁷.

A data de 10 de Dezembro acabou por ser, na Namíbia independente, o Human rights day e Women’s day. Naquela altura, a polícia abriu fogo sobre a população negra que se encontrava a manifestar contra o afastamento forçado que o governo estava a impor aos cidadãos, que teria de mudar-se desde a Old Location de Windhoek para a vizinha

²¹⁶ Dawne Y. Curry, *Apartheid on a Black Isle. Removal and resistance in Alexandra*, South Africa, New York, Palgrave Macmillan, 212, page. 11.

²¹⁷ Peter H. Katjavivi, *History of Resistance in Namibia*, Africa World Press, Inc, Trenton, 199, pág. 21.

localidade de Katutura²¹⁸. Doze pessoas acabaram por ser mortas pela polícia local, entre as quais Anna "Kakurukaze" Mungunda, uma mulher de ascendência herero.

Na base da origem do protesto também o facto de que as rendas em Katutura seriam cerca de catorze vezes mais altas do que na Old Location, para além do facto da zona se encontrar longe e não ter condições mínimas nem instalações suficientes. O direito de propriedade, por outro lado, não teria alguma validade no território, num ato que foi recebido pela população como um abuso de poder que assentava em critérios raciais²¹⁹. Já desde Setembro de 1959, a população estava a fazer uma convicta oposição ao programa de realojamento forçado. Brigitte Lau regista, a este propósito, o papel fundamental das mulheres da comunidade na sublevação. As trabalhadoras da fábrica de cerveja local teriam marchado naquele mês pela cidade (muitas delas acompanhadas pelos filhos), sendo alvo de repressão policial entre a Bismarck Street e a Gammams Road. Registou-se o uso de tanques, gases lacrimogéneos e armas de fogo e, conforme comunicado pouco tempo depois pela própria polícia, os residentes teriam tentado subir os tanques e atacá-los com lançamento de pedras. No dia 10, a presença de um grupo de polícias armados no bairro intimando à população - concentrada na cervejaria depois de um dia de trabalho - a dispersar originou a tensão que culminou no massacre. Entre as outras vítimas, Anna Mungunda, que depois de ter visto o seu único filho morto durante os tumultos, teria pegado fogo ao carro de um oficial da polícia ou de um administrador local, sendo ela própria morta a tiros. A resistência popular ao realojamento durou até 1968, e o acontecimento tem sido valorizado na história nacional da Namíbia e na história fundacional da SWAPO (South West Africa People's Organization).

No texto do poema, o massacre está diretamente relacionado com a sede de terra e o desejo de afirmação de poder por parte das autoridades:

“Eles vieram passos mecanicamente chegaram
e vieram violando o largo principal

²¹⁸ Henning Melber, «Namibia, land of the brave: Selective memories on war and violence within nation building», in Jon Abbink, Mirjam de Bruin, Klaas van Walraven (org), *Rethinking Resistance. Revolt and Violence in African History*, Leiden-Boston, Brill, 2003, página 318.

²¹⁹ Brigitte Lau (org), *An Investigation of the Shooting at the Old Location on 10 December*, DISCOURSE/MSORP Publications, Jan 1995, pág. 22.
Disponível em <http://namibia.leadr.msu.edu/files/original/9ecde8fb56b809e77dee52df45fe3abf.pdf>

e com o sangue de doze mortos encolheram os ombros
expectaram risos

e com os gritos de quarenta feridos
encolheram os ombros
escarraram risos

eles chegaram
e o largo principal foi violado
e o lugar de reunião dos velhos foi violado

eles chegaram
queriam nossas terras
e feriram

queriam nossas terras de cultura
e mataram
e nossas palhotas foram incendiadas

expulsaram-nos das terras de nossos pais
e a mandioca e o amendoim
e nosso milho foi queimado e destruído” (Folhas 11 e 12)

Mais uma vez, o autor contrapõe um genérico “eles” à população que se sente invadida, privada do seu espaço físico e simbólico, do lugar de reunião e de sustento da comunidade. Em epígrafe, explicita-se a ligação dos versos com os factos: “Windhoek. Dezembro de mil novecentos e cinquenta e nove”. O poema, cujas versões aparecem nas folhas 11 e 12, mas também nas 23 e 24, reflete, sobre os temas da invasão e da destruição, associadas, como não podia deixar de ser, ao da morte e da violência.

2.3.2.4. - 16 de Julho de 1960: o massacre de Mueda

O terceiro poema que incluímos nesta “área temática” apresenta inúmeras semelhanças e pontos de contactos com o que acabamos de analisar, a partir da epígrafe em que se

explicita a ligação geográfica e temporal com o acontecimento: “MUEDA – quinze de agosto mil novecentos e sessenta”.

Naquele dia, uma delegação da associação de macondes Mozambique African Association (MAAN, conhecida também por Sociedade dos Africanos de Moçambique) vinda do Tanganyika se deslocava até Mueda, para negociar *uhlulh* junto da administração local. Os representantes dos macondes queriam, como afirma Michel Cahen, “terra livre”, “liberdade para a terra”, ou seja, a possibilidade de um sistema de trabalho que não fosse forçado e da instituição de uma “administração colonial mais moderna”, parecida com a que estava em vigor no norte de Moçambique²²⁰. Sempre segundo Cahen, a administração “sentia que algo estava a nascer, e recomendou aos cipaiois que dissessem às populações para virem sem as suas facas. O governador não queria vir com soldados, bastavam as suas armas de antes da Primeira Guerra Mundial, aquelas de carregar pela boca.”²²¹

Faustino Vanomba e Chibilite Vaduvane pediram, à frente de “cerca de cinco mil pessoas e mil bicicletas”, a *uhlulh*, e foram presos à frente da multidão. Um dos macondes agrediu o Governador, perguntando se alguém tinha uma faca: isto causou a reação violenta que partiu de uns jipes enviados pelo intendente de Cabo Delgado, que abriram fogo. Registou-se a morte de algumas pessoas “esmagadas pela fuga das outras”, para além do facto de que um dos jipes militares que levou os presos acabou por virar-se em movimento. Não há consenso sobre o número de vítimas registadas durante o acontecimento, variando o seu número nos vários relatos entre as dezasseis e as seiscentas.²²²

Como no poema anterior, o largo principal joga um papel fundamental no enredo poético, já que volta a ser o cenário à volta do qual se realiza a invasão do espaço. Porque, apesar de o largo já estar ocupado pela população, o ataque configura-se, mais uma vez, como algo repentino, de forma análoga aos passos da polícia, que no poema anterior “mecanicamente chegaram e violaram o largo principal”. Os oficiais aparecem agora

²²⁰ Michel Cahen, «Massacre de Mueda, Moçambique (1960)», in Miguel Cardina, Bruno Sena Martins (org) *As voltas do passado. A guerra colonial e as lutas de libertação*, Lisboa, Tinta da China, 2018, págs. 40 – 47.

²²¹ Michel Cahen, *Ivi*, pág. 42.

²²² Pelo reportado no artigo do historiador francês, as 16 vítimas teriam sido indicadas por algumas testemunhas oculares, 150 pelo jornal da FRELIMO publicado em Argel, 600 por Chipande no livro *Lutar por Moçambique* de Eduardo Mondlane.

“entre as sombras densas do mutismo silencioso”, em contraste com as vozes dos cidadãos que se ergueram exigindo concessões:

“rasgando o ventre nodoso
do inconcreto
 silêncio
as vozes ergueram-se
juntaram-se no largo principal

ruídos informes
 sôfregos
 ritmados
surgiram de entre as sombras densas
 do mutismo silencioso

e

com mais dor
com mais sangue
impuseram de novo o inconcreto silencio

aí no largo principal
irmão negro
caíste

aí no largo principal
irmão negro
caíste”.

(Folha 17)

A repetição do “eles”, comum aos três poemas, parece tanto uma forma de desumanizar os executores da violência, como um recurso estilístico cujo objetivo é o de demarcar a linha de fronteira entre a administração e o povo, os colonos e os negros, os exploradores e os explorados, numa oposição dialética que caracterizou de forma profunda a época de que nos estamos a ocupar.

- 2.4: Uma comparação possível

Os dois casos que acabamos de apresentar poder-se-iam representar como sendo dois opostos. Diferem, de facto, em género literário, em condições de circulação do impresso, em receção por parte do público (um escândalo e uma publicação nunca realizada), em tema e em tom e propósito da narração. A própria facilidade ou dificuldade em obter informação biográfica acerca dos autores, dos seus contactos dentro e fora do estabelecimento prisional, mas também sobre os acontecimentos históricos que diretamente se relacionam com o conteúdo e contexto de elaboração das obras, leva-nos a uma reflexão sobre as assimetrias que vigoravam no território colonial português em África e na sua gestão, tanto a nível de propaganda e contrapropaganda, como a nível de repressão.

A carência de informações a respeito de José Ramalho nos arquivos portugueses e o facto de o acesso a elas ter sido possível só após divulgação por parte da família obrigam-nos, mais uma vez, a uma reflexão acerca do papel e das limitações do arquivo como fonte, e dos desequilíbrios que são originados pela própria estrutura do arquivo.

Em *Decolonizing Knowledge and the Question of the Archive*²²³, Achille Mbembe realça não só a urgência da apropriação – simbólica e não só - do arquivo por parte da diáspora africana no ocidente para uma descolonização do conhecimento, mas também o carácter de autorrefutação que caracteriza os arquivos ocidentais:

“Our capacity to make systematic forays beyond our current knowledge horizons will be severely hampered if we rely exclusively on those aspects of the Western archive that disregard other epistemic traditions.

Yet the Western archive is singularly complex. It contains within itself the resources of its own refutation. It is neither monolithic, nor the exclusive property of the West. Africa and its diaspora decisively contributed to its making and should legitimately make foundational claims on it.”

Uma das questões principais que surgem ao debater sobre complexidade de fontes e interpretações históricas é, diria Foucault, o saber fazer uma distinção entre eventos

²²³ Texto retirado de aulas proferidas por Achille Mbembe.

Disponível em <https://wiser.wits.ac.za/system/files/Achille%20Mbembe%20-%20Decolonizing%20Knowledge%20and%20the%20Question%20of%20the%20Archive.pdf>

distintos, levar a cabo uma diferenciação das redes e dos vários níveis que as caracterizam. Também não podemos deixar de considerar, por outro lado e sempre na linha de pensamento do intelectual francês, que em situações de conflito e a um nível de interpretação e descodificação do texto literário, o recurso à dialética não dá necessariamente conta das complexas e multifacetadas manifestações do poder, nem das formas de oposição que delas surgiram:

“Here I believe one's point of reference should not be to the great model of language (*langue*) and signs, but to that of war and battle. The history which bears and determines us has the form of a war rather than that of a language: relations of power, not relations of meaning. History has no 'meaning', though this is not to say that it is absurd or incoherent. On the contrary, it is intelligible and should be susceptible of analysis down to the smallest detail - but this in accordance with the intelligibility of struggles, of strategies and tactics. Neither the dialectic, as logic of contradictions, nor semiotics, as the structure of communication, can account for the intrinsic intelligibility of conflicts.”²²⁴

De acordo com Foucault, a dialética não constituiria senão uma forma de evasão da complexidade dos conflitos, reduzindo estes últimos a uma espécie de “esqueleto hegeliano”. De forma análoga, a semiótica seria um recurso para escapar ao carácter violento, sangrento e letal do conflito, reduzindo-o a uma forma platónica de linguagem e diálogo.

Talvez a relevância dos textos de Ramalho para o nosso estudo possa ser interpretada seguindo o pensamento de Foucault, pois demonstra de forma evidente, nas suas vertentes linguística, histórica, biográfica e editorial, a complexidade das relações de poder que caracterizaram o contexto sociocultural durante a guerra, bem como os antecedentes históricos que, a nível do imaginário, contribuíram para a formação e transformação de ideias no contexto da guerra colonial e das lutas de libertação.

Quanto ao mais famoso e estudado caso de *Luuanda*, e ao do seu autor, chamamos mais uma vez a atenção para o facto de que ele testemunha uma dupla manifestação do poder colonial e das modalidades em que este poder se exercia junto da comunidade intelectual: tanto no público como no privado, tanto a nível de contrapropaganda jornalística e

²²⁴ Michel Foucault, *Power/Knowledge, Selected Interviews and Other Writings, 1972-77*, Colin Gordon (ed), Pantheon Books, New York, 1977, págs 114-115.

televisiva como através de assaltos e destruições, numa lógica por vezes contraditória de limitação de danos.

Capítulo 3 - Concepções identitárias, debate sobre literaturas nacionais e conceitos de nação na imprensa periódica angolana e moçambicana: quatro jornais (1961 – 64).

3.1 – Identidade e descolonização.

Os debates à volta das literaturas nos países africanos que pertenciam ao chamado Ultramar português refletiram as preocupações culturais, sociais e artísticas de áreas que estavam a enfrentar súbitas mudanças sociopolíticas, em busca da sua autodeterminação.

Se, como afirma Gramsci, analisar a relação entre a arte e a luta por uma nova forma de conceber a civilização é tarefa extremamente complexa - porque o processo de elaboração cultural em si implica um enredo de contradições intrínsecas²²⁵ - há uma série de questões adicionais que se colocam no caso de culturas que foram caracterizadas por mudanças profundas no seio de estados ditatoriais. As tensões próprias do período da Guerra Colonial, Guerra de Libertação (ou, na expressão do regime, Guerra do Ultramar), caracterizadas por mudanças profundas e repentinas, foram acompanhadas, no âmbito sociocultural, por um debate a nível artístico-literário que, se muito tinha de político, não pode, ao mesmo tempo, ser reduzido a esse denominador comum.

O gosto pelo tribal, o rural e o realismo que, veremos em breve, caracterizaram parte da produção literária deste período, refletiam parcialmente o gosto da época, na esteira dos neorrealismos português e brasileiro e, de uma forma mais geral, das correntes artísticas do segundo pós-guerra. A literatura de carácter realista produzida em Angola, Cabo Verde, Moçambique e nos outros territórios do “Ultramar Português” acabou, como não podia deixar de ser, por entrar em choque com o pensamento oficial promovido pelo regime e que estava patente, como já tivemos oportunidade de explicitar, sobretudo na apropriação da tese do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre.

²²⁵ Antonio Gramsci, em *Letteratura e vita nazionale*, Editori Riuniti, Perugia, 1971, pp. 21 e seguintes, analisa as ligações entre o esforço de renovação da cultura e a criação de novas formas de arte, evidenciando o papel do impulso inovador e o relativo atrito face a forças culturais conservadoras e representativas do sistema de valores instituído. Evidencia, porém, como ambas as forças podem ser equitativamente representativas da época a que pertencem, reproduzindo os movimentos e as tensões que acabam por a dinamizar e que resultarão em determinadas alterações à ordem de valores sociais e culturais até então hegemónicos.

Como sublinha Gramsci, a resistência à mudança cultural, assim como à artística, também é representativa de uma época e das transformações que nela se realizam: ao tentar travar, menosprezar ou deslegitimar uma corrente ou um filão artístico em fase de desenvolvimento contribui-se, por reflexo, para a sua afirmação enquanto se lhe confere visibilidade. Mesmo aqueles poetas, contistas e novelistas que se tornarão nos intelectuais nacionais dos países em questão, após o início oficial das negociações do processo de descolonização, em Julho de 1975, encontravam-se numa espécie de “terra do meio”: mergulhados nas realidades africanas, que sentiam como suas, e criados com uma educação portuguesa, que o próprio ensino público nas colónias impunha, ou que adquiriam ao frequentarem cursos universitários na Metrópole. Assim, os círculos intelectuais e políticos que iriam constituir a base das elites de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé constituíram-se nos ambientes académicos de Lisboa e Coimbra e, até, como consequência indireta da Exposição do Mundo Português organizada pelo regime em 1940, como afirmou Armando Rosinha, um dos fundadores da CEI²²⁶, em 1944. De associação com estatuto próprio aprovado pela Mocidade Portuguesa e apoiada pelo então presidente desta, o Professor Marcelo Caetano, a CEI chegou, já em 1947, a ter no seu seio uma intensa atividade política, tendo sido frequentada por Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos, entre outros, até ao encerramento em 1965, meses após o escândalo da atribuição do prémio a *Luuanda*, pela SPE²²⁷ como antes referimos.

À luz destes factos, as considerações de Gramsci sobre o papel dos agentes culturais reacionários, ou adversos, às mudanças e reticentes em relação à aceitação de novas manifestações literárias, revelam-se imprescindíveis para melhor compreendermos a complexidade do fenómeno de desenvolvimento de literaturas nacionais, no contexto em transformação dos últimos anos do colonialismo português, também chamado de Colonialismo Português Tardio.

Lembremos como a questão formal, a do bom português, da representação de realidades sociais consideradas não adequadas ao meio literário, da moral, geraram debates de relevo

²²⁶ A CEI, acrónimo de Casa dos Estudantes do Império, foi uma associação académica fundada em Lisboa e que visava, nos seus propósitos iniciais, reunir os estudantes oriundos das colónias, que se encontravam na metrópole para desenvolver os seus estudos. Apesar do seu nascimento como órgão oficial do regime, constituindo-se como associação da Mocidade Portuguesa, a CEI acabou por ser o lugar de reunião e debate cultural privilegiado dos futuros líderes dos movimentos de libertação das ex-colónias em África.

²²⁷ Rosinha, Freudenthal (org), «Meio século da CEI», in *Mensagem, Casa dos Estudantes do Império, 1944-1994*, Lisboa, UCCLA, 2015, P.76.

ao longo das décadas de 60 e 70, e como esses debates tiveram ampla visibilidade mediática. O panorama cultural da época entrou, por assim dizer, num *loop*, um círculo vicioso entre a afirmação de determinada multi- ou interculturalidade constitutiva do povo português que, como afirmava Freyre, teve uma elevada capacidade de miscigenação, e a paradoxal negação sistemática de uma cultura alheia que se proclame como não redutível, ou em aberta contraposição, com a cultura portuguesa hegemónica e imposta pelo regime. O processo de globalização levado a cabo depois de 1945 pelo governo estadunidense, por causa de interesses económicos de carácter neocapitalista teria, na ótica de João Maria André levado a contactos e interações antes inimagináveis entre as várias culturas presentes no globo.

A maneira como estes contactos são imaginados e concretizados sempre foi objeto de amplo debate: a multiculturalidade será sinónimo de dignidade paritária atribuída a cada uma das culturas envolvidas no processo, ou sinónimo de exercício oculto do poder a partir da zona que detém maior influência política, social e económica? Nas palavras de João Maria André:

“reencontramos no âmago do diálogo intercultural o fenómeno da mestiçagem, não já como característica de tipos especiais, casos marginais ou momentos excepcionais da história das relações entre povos, etnias, culturas ou religiões, mas como tradução do que efectivamente são, no mais profundo de si, as pessoas, os povos, as culturas e, porque não dizê-lo também, as religiões. Todos somos mestiços e é no labirinto mais profundo das nossas mestiçagens que se geram as nossas opções, que se estruturam os nossos valores, que se formam e transformam as culturas e que cintilam as constelações das nossas crenças²²⁸.”

O conceito de mestiçagem não pode, afirma ainda André, ser assumido ingenuamente, como bem se testemunha no caso de Portugal e das ex-colónias:

“não é a fusão total dos fios com que se tece, nem é a sua separação total: está a meio caminho entre o ser e não ser. A condição do mestiço, seja ele a pessoa, o pensamento, a cultura ou a arte, é sempre uma condição de algo em movimento, sendo o nomadismo e a metamorfose os seus símbolos privilegiados e a desapropriação, como mediação entre a familiaridade e o estranhamento, o seu estado natural.²²⁹”

²²⁸ João Maria André, *Multiculturalidade, identidades e mestiçagem: o diálogo intercultural nas ideias, na política, nas artes e na religião*, Palimage Coimbra, 2012, p.43

²²⁹ Ivi, p.45

Qualquer forma de identidade tem, apesar disso, as suas fronteiras, margens e limitações e, como evidenciado por Stuart Hall, implica uma narrativização de determinados recursos históricos, culturais ou de linguagem, interpretados à luz do que uma comunidade pode chegar a ser, de como os indivíduos que dela fazem parte se representam ou podem ser representados por terceiros, mais do que elaborada a partir do que esta comunidade realmente é. Tal construção adota, enfim, concepções parcialmente fantásticas, construídas a partir dum trabalho com o imaginário e que não correspondem, por isso, ao núcleo essencial e invariável do indivíduo ou da comunidade em questão, admitindo que tal núcleo realmente exista²³⁰.

Sabemos que, no esforço de eliminação das fronteiras especiais entre Portugal continental e os territórios ultramarinos, o governo do Estado Novo resolveu adotar uma política fortemente assimilacionista. Instituiu-se, por reflexo, uma fronteira cultural e moral com a maioria da população autóctone, confinada a uma vida de privações materiais, nos subúrbios, nos musseques e nas zonas rurais menos acessíveis. Fronteira esta transposta por autores assimilados, mestiços ou de segunda e terceira geração, colonos, que, a partir de finais dos anos vinte, como afirma Pires Laranjeira, sentiram como imperativo a exigência de representar a sua realidade local, silenciada ou reduzida ao exotismo pela literatura colonial. O discurso sobre a suposta inferioridade intelectual dos povos indígenas, ou da sua cultura (onde por cultura entendemos o conjunto de um sistema de valores, hábitos, crenças e valores partilhados por um grupo de indivíduos e sentidos como imprescindíveis ou relevantes ao fim da sua coesão) não foi, de resto, rasgo típico unicamente do colonialismo português.

Ele foi, pelo contrário e como amplamente evidenciado por Edward Said, parte integrante das técnicas de construção cultural e de legitimação da hegemonia de um povo (com o seu conjunto de práticas sociais, culturais, políticas e económicas) sobre outro, cujo sistema de funcionamento é radicalmente distinto. Basta pensar no famoso enunciado, citado por Said, de que “les Arabes ne comprennent que la force brutale²³¹”. Na mesma linha de pensamento, Said afirmou que falar em intercâmbio cultural no âmbito da modernidade implica pensar na dominação e na apropriação violenta, já que há sempre um vencedor e um derrotado. Se este postulado dos anos ’90, poderia soar óbvio à luz do

²³⁰ Stuart Hall, «Introduction: Who Needs 'Identity'? in Hall, Du Gay (org), *Questions of cultural identity*, London, Sage Publications, 2003, p.4

²³¹ Edward Said, *Culture and Imperialism*, New York, Vintage Book, 1994, p. 182.

debate cultural e académico das últimas décadas é preciso, por outro lado, ter em devida consideração as implicações que a derrota ou a vitória podem representar a nível cultural, na esfera de radicalização de conteúdos e da sua utilização como ferramenta de afirmação de um novo poder hegemónico em detrimento de outras culturas.

Em *Orientalism*, o autor destacou a urgência de um humanismo crítico, que deixasse para trás uma conceção de identidade coletiva beligerante, contra uma profunda compreensão dos fenómenos de intercâmbio cultural²³². Em vez de privilegiarmos o conceito de “*clash of civilizations*”, para o qual somos inevitavelmente empurrados por causa da rapidez constitutiva das nossas sociedades, que sempre exigem uma interpretação da realidade baseada no mecanismo quase imediato de ação-reação, uma reflexão profunda permitiria, na ótica de Said, chegar a uma interpretação do funcionamento das culturas que não se limitasse à reprodução passiva dos padrões hegemónicos de civilizado-não civilizado. Mais uma vez, o limite entre uma interpretação ponderada e crítica das situações de conflito e um neutralismo quase estoico acaba por ser caracterizado por uma linha de demarcação subtil, sendo em função disso complexo e polémico, e representando um dos pontos focais da análise histórico-cultural da modernidade.

Pelo que respeita a produção identitária em contexto coloniais e pós-coloniais, Patrick Chabal observou que a identidade é, antes de mais, um constructo social, baseado no sentido de pertença (ou *belonging*). Havendo, nas sociedades coloniais, inúmeros grupos sociais que apresentam características distintas - e indivíduos que interpretam a pertença a um grupo de forma diferente ou os valores de coesão e identificação de forma pessoal e única na sua singularidade -, elabora-se não apenas uma identidade, mas muitas. A linha identitária que chega a afirmar-se numa determinada sociedade seria, portanto, a interpretação mais conveniente para a coesão do grupo ou para a sua afirmação de autonomia (no sentido mais amplo do termo) em relação aos outros grupos. Quanto às categorias étnicas ou tribais elas seriam, para o académico, redutoras para uma compreensão abrangente do contexto dos países em questão, já que foram utilizadas pelos governos coloniais, nas suas estruturas governamentais e administrativas, com fins propagandísticos. Elas foram, também, instrumentalizadas pelos grupos que auspiciavam a libertação colonial, através da reapropriação e renovação dos modelos propostos.

²³² Edward Said, *Orientalism*, Vintage Book, New York, 2014 edition (p. XXII).

Voltando às categorias de colonizador e colonizado e ao caso do império português, também Castelo, Ribeiro Thomaz, Nascimento e Cruz e Silva sublinharam, em «Tardo-colonialismo e produção de alteridades», que estamos perante duas categorias “construídas pelos regimes coloniais e reproduzidas pelas narrativas anticoloniais²³³”.

Por outro lado, como observado por Elena Brugioni, as considerações sobre o contexto histórico-social em que as obras “fundacionais” das literaturas africanas em língua Portuguesa vieram à luz correm o risco de subestimar questões propriamente artísticas, como a falta de adesão aos ditames do cânone literário ocidental, e a construção e afirmação de novos cânones:

“no âmbito da produção crítica pós-colonial, sobressai um conjunto de paradigmas específicos que marcam a leitura de escritas e representações que se colocam – cultural e politicamente – fora do cânone literário ocidental, destacando a articulação entre *representação* e *nação* como um dos aspetos centrais da reflexão pós-colonial, e encarando a escrita literária numa dimensão *alegórica* e *diferencial* que sugere um conjunto de problematizações relevantes no que concerne ao conteúdo cultural e histórico que as representações que se inscrevem nas chamadas *Literaturas Africanas Eurófonas* podem veicular e conter²³⁴.”

No nosso caso não podemos deixar de considerar, contudo, que a própria força repressiva do aparelho censório montado pelo regime influenciou e modificou as formas de produção artística e literária, por meio da censura ou, frequentemente, do recurso à autocensura. A perigosidade das manifestações e do património cultural de um povo consiste, nas palavras de Fernando Báez, no facto de o próprio povo ter, através delas, “capacidade para dar impulso a um sentimento de afirmação e pertença”, podendo assim “garantir ou estimular a consciência de identidade que permite resguardar acções culturais propícias à integração²³⁵”. No caso do colonialismo Português, esse mesmo impulso e as suas manifestações, com as possíveis consequências que elas implicavam, adquiriram, no segundo pós-guerra, um novo significado político. Isto aconteceu, diríamos, como reacção

²³³ Castelo, Thomaz, Nascimento, Cruz e Silva, «Tardo-colonialismo e produção de alteridades», in *Os outros da colonização, ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*, Lisboa, ICS, 2012, p.12.

²³⁴ Elena Brugioni, «Literaturas africanas comparadas e Oceano Índico. Contrapontos críticos para uma reflexão em torno do romance histórico no Índico africano», in Fabrice Schurmans e Margarida Calafate Ribeiro (org) *Ler na fronteira. As literaturas africanas de língua portuguesa em perspetiva comparada*, E- Cadernos do CES, Coimbra, 2016, p. 40.

²³⁵ Fernando Báez, *História universal da destruição dos livros*, Lisboa, Texto Editores, 2012, p. 15.

quase natural à imposição da narração luso-tropical. Apesar de o luso-tropicalismo ter exercido um notável fascínio junto de várias camadas da população, nos anos 60 o debate cultural foi forçado a confrontar-se com o facto de que tal narração correspondia mais ao que Benedict Anderson definiu como “imagined communities” do que com o estado real de Portugal e dos territórios por ele controlados. O esforço na elaboração de novos modelos interpretativos das sociedades, fossem eles motivados pela urgência de libertação da opressão dos povos colonizados ou por novas reivindicações dos descendentes de colonos que viviam nos territórios africanos não produziu, como é notório, modelos interpretativos unívocos. Como evidenciou Anderson, as gerações de jovens que, nos territórios coloniais, estiveram no centro das elaborações nacionalistas distinguiram-se das dos seus pais por terem, frequentemente, sido as primeiras a receberem uma instrução escolar de cariz europeu:

“In the colonies, then, by ‘Youth’ we mean ‘Schooled Youth,’ at least at the start. This in turn reminds us again of the unique role played by colonial school-systems in promoting colonial nationalisms.”²³⁶

Assim sendo, são fáceis de entender as razões pelas quais estas gerações de jovens africanos ou que viviam em África, conscientes da opressão exercida pelo sistema colonial, mas também afetados pela falta de adequação de um ensino centralizador, europeu e estranho às suas vivências, passaram a elaborar novas representações – fossem elas literárias, culturais ou políticas – dos seus territórios. Poderíamos assumir que este fenómeno aconteceu quase paralelamente à aposta no mito luso-tropical que, pela sua lógica utilitarista e a sua referência à colonização do Brasil foi, na aceção mais ampla do termo, *uma invented tradition* do salazarismo. Assumindo a invenção da tradição como um processo de formalização e ritualização baseado em referências ao passado, ela ganha mais força, segundo Hobsbawm, a partir de contextos de mudanças profundas que as antigas tradições (ou modelos interpretativos, no sentido mais amplo do termo) já não conseguem representar de forma satisfatória:

“There is probably no time and place with which historians are concerned which has not seen the ‘invention’ of tradition in this sense. However, they should expect it to occur more frequently when a rapid transformation of society weakens or destroys the social

²³⁶ Benedict Anderson, *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*, Verso, London - New York, 2006 p 262 (primeira edição de 1983).

patterns for which ‘old’ traditions had been designed, producing new ones to which they were not applicable, or when such old traditions and their institutional carriers and promulgators no longer prove sufficiently adaptable and flexible, or are otherwise eliminated: in short, when there are sufficiently large and rapid changes on the demand or the supply side.²³⁷”

A censura prévia, a propaganda e o impulso para a autocensura ao qual estavam expostos os agentes de produção literária iam no sentido de não dar visibilidade a realidades e ideias de comunidade lusa que saísse do eixo da representação oficial, como bem explicitado pela famosa frase de Salazar de que “politicamente, só existe o que o público sabe que existe”.

É no filão destas considerações que chegamos à análise dos periódicos e da especificidade dos conteúdos ensaísticos e literários que cedo se tornaram meios privilegiados de transmissão e difusão de valores comuns, que estariam na base da formação das futuras identidades nacionais.

No contexto de países em guerra, a tentativa de afirmar a rutura e a diferença²³⁸ em relação à norma e à cultura colonial passou pela elaboração de uma nova identidade, para a afirmação da qual a literatura contribuiu de forma decisiva. Escapando à censura mais facilmente do que a imprensa periódica, os livros permitiram a consolidação de um aparato simbólico e interpretativo baseado na vida quotidiana do povo, que conferia à palavra literária um valor e, ao mesmo tempo, um poder cultural que ia para além da simples e pura expressão artística: basta pensar na buganvília como símbolo de sofrimento e libertação, ou no algodão e no café como símbolo de opressão²³⁹.

²³⁷ Eric Hobsbawm, «Introduction: Inventing traditions», in Eric Hobsbawm, Terence Ranger (org), *The invention of tradition*, Cambridge University Press, Cambridge, 2000, p.5 (data de primeira edição: 1983).

²³⁸ Cfr Ashcroft, Griffiths, Tiffin (org), *The empire writes back, theory and practice in post-colonial literatures*, London, Routledge, 2002, p.43.

²³⁹ Estou a pensar, por exemplo, nos poemas de Alexandre Dáskalos, José Craveirinha, António Jacinto ou, se nos referirmos ao contexto mais geral do contrato, a Costa Andrade, Arnaldo Santos, etc. Quanto a Agostinho Neto, e apesar de o tema do contrato estar presente na sua poesia, a partir da publicação de *Poemas* em 1961 pela C.E.I., na sua obra encontramos uma superação deste tema, que se concretiza na representação do quotidiano dos musseques e da vida das quitandeiras para além da simples questão da opressão colonial. Nos seus poemas, a consciência das injustiças perpetradas sobre o povo angolano é integrada na vivência do quotidiano dos subúrbios.

Neste contexto cultural específico, veremos como distintas orientações foram frequentemente caracterizadas por uma convicção, se bem que por vezes implícita, recusa da arte pela arte. Esta atitude, como demonstram algum dos trechos que serão reportados, verificava-se mesmo no caso de periódicos abertamente posicionados a favor da permanência portuguesa em África.

Pela sua riqueza de posições no debate literário sobre a questão identitária, esta análise partiu do suplemento literário «Artes e Letras» do *ABC, Diário de Angola*, publicado ao longo de toda a duração do conflito. Os debates que surgiram logo após a eclosão da guerra (entre 1961 e 1962) foram os que mais chamaram a atenção, pelas argumentações e a divergência de posições quanto à ideia de literaturas nacionais num quotidiano que tinha a fama de ser “de oposição”.

Não pretendendo atingir o mesmo sentido de análise interpretativa, a parte final deste capítulo focar-se-á na análise, por contraste, de passagens e trechos de outros dois jornais impressos em Angola: o *Jornal de Benguela* e o *Intransigente*, caracterizados por posições abertamente mais conservadoras ou, até, em linha com o pensamento oficial. Alguns debates que tiveram lugar no jornal *A voz de Moçambique* serão igualmente abordados, para demonstrar como as tensões relativas a determinadas questões e à sua interpretação não eram exclusivas de uma ou outra narração nacional.

3.2 - O «Artes e Letras» do *ABC, Diário de Angola* entre 1961 e 1963.

O suplemento literário «Artes e Letras», do jornal *ABC, Diário de Angola* foi publicado em Luanda entre 10 de Junho de 1958 e 13 de Maio de 1974 e inicialmente dirigido por Manuel Monterroso Carneiro. Os materiais nele contidos são testemunho das interações entre várias correntes de pensamento e visões sobre a cultura e a sociedade do tempo. De edição semanal, o suplemento foi, entre 1961 e 1974, sujeito a censuras, alterações e cortes, na maioria dos casos em virtude dos acontecimentos da vida da colónia, de determinadas exigências políticas ou de comunicação ao grande público. A política de Portugal para com as colónias que, como lembra Cláudia Castelo, mudou de forma relevante a partir de 1960, com a progressiva intensificação do povoamento branco e o crescente esforço para a formação de “sociedades multirraciais” que tinham o objetivo de fomentar a difusão da civilização, do progresso e da modernização dos territórios sob

soberania portuguesa²⁴⁰, acompanhada pelo projeto de integração económica imperial, que se reduzia, porém, ao sacrifício do fomento autónomo das colónias em favor dos interesses metropolitanos, contribuiu - ao contrário do desejado pelo regime - para o agravar e a progressiva intensificação de contrastes sociais e culturais a vários níveis, manifestos no conteúdo das páginas do «Arte e Letras».

A partir do início do Século XX e impulsionados pelas experiências de cariz comunista ou pan-africanista, vindas dos restantes países africanos ou de outros continentes, elementos pertencentes à elite africana, “educados à moda ocidental”, utilizaram as revistas e os periódicos para a divulgação de ideais anticolonialistas e nacionalistas. De salientar que a utilização da imprensa por estas elites pressupunha, como evidenciado por B. Olatunji Oloruntimehin, a

"aceitação dos modelos de desenvolvimento político da Europa Ocidental, os quais não podiam ser apreciados por quem não tivesse tal experiência. A desigualdade dos níveis de educação era, portanto, uma variável importante para a expressão do nacionalismo e do anticolonialismo."²⁴¹

No segundo Pós-Guerra, os modelos da literatura europeia foram reelaborados e submetidos às exigências derivadas das realidades particulares dos países em que se iam desenvolvendo formas de escrita submetidas às leis da conversação, regentes das línguas autóctones africanas, já que as línguas europeias não permitiam, sem o auxílio das autóctones, a expressão plena das realidades destes países, nem podiam contribuir para a sua afirmação identitária²⁴². As literaturas europeias e parte das suas formas de expressão, dos seus recursos estilísticos, dos seus temas, foram postos ao serviço dos projetos nacionalistas. Por outro lado, as influências vindas do Brasil tiveram um papel determinante, sobretudo em Angola, país mais próximo do que as outras ex-colónias portuguesas, e com uma mais compatível situação económico-social.

Neste sentido, o «Artes e Letras» do *ABC* é um exemplo relevante das interações entre correntes literárias e de pensamento, determinadas também pela maior ou menor proximidade com o regime português. Os seus conteúdos permitem, ainda, identificar

²⁴⁰ Cláudia Castelo, «"Novos brasis" em África, desenvolvimento e colonialismo português tardio», in *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 30, nº 53, p.507-532, mai/ago 2014, p.509.

²⁴¹ Olatunji Oloruntimehin, «A política e o nacionalismo africano, 1919-1935, in Albert Adu Boahen (ed.), *História Geral da África, África sob dominação colonial 1880-1935, A política e o nacionalismo africanos, 1919-1935*, Brasília, UNESCO, 2010, P. 673.

²⁴² *Ivi*, p.670.

alguns elementos comuns ou de confluência entre orientações distintas e, pelo menos à partida, contrapostas.

A argumentação sobre a necessidade do realismo em Angola não se limitou às posições contrárias ou a favor de uma literatura “engajada”. Ela teve uma vertente mais estritamente literária. A este nível de debate, contrapunham-se idealmente obras de carácter realista às individualistas e às “de cariz psicológico”, como declarado por Garibaldino de Andrade em entrevista concedida ao suplemento literário do jornal *Independência de Águeda* e publicada na secção “Noticiário” de 14 de Março de 1962. O Neorrealismo é aqui definido como “um movimento triunfante” e que não estagnou, de alguma forma necessário para evitar o retorno ao intimismo, fechado em si próprio.

No «Artes e Letras» de 3 de Maio, transcrevia-se um excerto do artigo de José Tenreiro «Acerca da Literatura Negra»²⁴³, em que o autor destacava as tipicidades da literatura oral, do seu contexto, e os riscos derivados da homologação cultural, da assimilação discriminada e da obediência a uma lógica estereotipada. O escritor recusava aquela concepção de sociedade ou cultura primitiva em que a aceção da palavra reconduzisse aos conceitos de “mais antigo”, “mais simples”, “de inacabado ou esquemático”. Tais categorias revelavam-se, para Tenreiro, inadequadas e inaceitáveis à luz das evoluções da antropologia e da etnografia, que tinham dado a conhecer à Europa os sistemas sociais complexos das populações ditas primitivas, assim como “um mecanismo «racionalizador» rico e evoluído”. Salientava-se o facto de traços comuns estarem presentes em alguns vestígios das sociedades europeias, provando de facto que a ideia de fronteira entre o lógico e o pré-lógico, o primitivo e o não primitivo, não correspondia às dinâmicas reais, excluindo toda uma gama de variações e constituindo-se como dogmática e arbitrária.

A nível literário, é instituída uma comparação com os modernismos que, a par da literatura negra, recorriam ao sonho e o sarcasmo. Francisco José Tenreiro visava, desta forma, fazer uma apologia desta literatura entendida num sentido abrangente e completo, mas também condenar a descontextualização e uma abstração do ambiente originário - o

²⁴³ Francisco Tenreiro, «Acerca da Literatura negra», in *Boletim Geral do Ultramar*, ano 37, nº431, Maio de 1961, pp. 259-268. O artigo, disponível em <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=BGC/BGU-N431&p=261>, foi originariamente publicado no suplemento «Cultura e Arte» do jornal *O Comércio do Porto*, de 14 de Fevereiro de 1961.

das aldeias africanas -, assim como as limitações e a perda de significação e valor simbólico que a própria tradução para as línguas europeias implicava.

Como já amplamente discutido, a sistematização do ideário luso-tropical, rejeitado pelo Estado Novo nas décadas iniciais da ditadura, foi levada a cabo antes e durante a Guerra Colonial, à medida que se promovia determinada africanização da sociedade e tentava-se promover certo “antirracismo” entre os colonos, na esperança de poder reduzir de forma drástica a base de apoio aos movimentos de libertação²⁴⁴. Conforme declarado por um dos animadores da página literária, Acácio Barradas, o jornal *ABC, Diário de Angola* nasceu em 1957, “um pouco à boleia das eleições²⁴⁵”, chegando a tipografia que o imprimia a fazer os cartazes de propaganda para Humberto Delgado em Angola, e ficando o próprio jornal “ligado à oposição”.

Barradas afirmou que o convite para ele trabalhar no *ABC* como redator lhe chegou de Machado Saldanha, então diretor executivo do jornal, do qual acabou por assumir o lugar pouco depois, após um litígio entre Saldanha e o chefe da redação, José Mensurado.

O jornal era, na altura, composto de manhã, para poder entrar na máquina tipográfica por volta das três e poder sair à rua às cinco, a hora de saída dos funcionários públicos dos seus empregos e das suas repartições. Diferente é, a este propósito, a opinião de Adolfo Maria, que trabalhou na redação entre Abril de 1961 e Março de 1962, antes de partir para Argel, onde fundaria o *Centro de Estudos Angolanos*:

“Eles [os censores, *ndr*] retinham o máximo de tempo, para que o jornal saísse de tarde. Porque as pessoas vinham para os musseques, e já não compravam quando já era de noite. E para que saísse o jornal que era do partido de Salazar, o *Diário da Luanda*. Então às vezes chegava tardiamente, num esforço tremendo, o pacote, o estafeta com uma serie de linguados, e era com cada buraco... Então íamos buscar um anúncio qualquer. Quer dizer... quem beneficiava era o anunciante.”²⁴⁶

²⁴⁴ Cláudia Castelo, «A mensagem luso-tropical do colonialismo português tardio: o papel da propaganda e da censura», in *Lusofonia e interculturalidade: promessa e travessia*, Moisés de Lemos Martins (org.), Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2015, p. 454.

²⁴⁵ «Acácio Barradas, Uma perda irreparável», Entrevista com Acácio Barradas, in *JJ*, Out/Dez 2008, p.54.

²⁴⁶ Entrevista com Adolfo Maria, 11 de Fevereiro de 2019, Anexo nº 5, pág. 428.

Colaboraram com o jornal e a sua página literária, de forma constante, escritores e ensaístas como Ernesto Lara Filho, Bobela-Mota, Carlos Ervedosa, Eugénio Ferreira, Mário António, Mário Pinto de Andrade, Luandino Vieira, Orlando de Albuquerque, João Alves das Neves (sob o pseudónimo de Mário Fragoso²⁴⁷), entre outros. O *Artes e Letras* deu espaço às publicações da maioria dos nacionalistas angolanos tendo, contudo, as literaturas brasileira e portuguesa um lugar de destaque ao lado das produções elaboradas em Angola. Em relação aos conteúdos, e conforme declarado por Barradas, o funcionamento da censura nas colónias, cuja intensificação se verificou a partir da instituição da PIDE no Ultramar em 1957, seguia lógicas distintas das da Metrópole, em função das diferenças relacionadas com o contexto dos territórios e com o diverso tipo de público leitor. A política geral de publicação do jornal seria, segundo Adolfo Maria, a de tentar divulgar informações sobre os acontecimentos políticos de outros países da África:

“O que é que nós fazíamos: a princípio nós procurávamos dar notícias sobre África, e notícias sobre o que se passava na ONU, para quebrar aquele muro de silêncio, e tudo sem comentários. Havia dois jornais matutinos, *A Província* e o *Comércio*, e dois vespertinos: o *Diário de Luanda* e o *ABC*). Aquilo era primário, naquele tempo nós no *ABC* não tínhamos sequer telex. O telex também tinha acabado de chegar à província de Angola, então eu lia as notícias em francês ou inglês e depois traduzia. Depois vinham uns papéis enormes em amarelo, de avião, sobre determinados acontecimentos políticos. E isso acontecia para depois, se o acontecimento político continuasse, nós podermos enquadrar melhor. Porque nós não tínhamos nem arquivo, nem nada. Quer dizer, as nossas notícias eram magras. Mas depois, se o acontecimento continuasse, por exemplo, na Argélia, integrávamos com aquilo que vinha da ANI (que chegava dois vezes por semana nos aviões).²⁴⁸”

A propaganda e a censura, utilizadas pelo estado central na construção de uma «narrativa identitária comum ao “mundo que o português criou”, ou seja, a Portugal e às áreas de colonização portuguesa na América, na África, na Ásia²⁴⁹» preocuparam-se, a partir de 1960, em evitar a propagação e a difusão de todas aquelas notícias, artigos de opinião, ou obras que insinuassem a separação da Metrópole do Ultramar, ou que mencionassem de forma direta Angola, Moçambique, Cabo Verde, como sendo territórios de alguma forma

²⁴⁷ Ver o *Dicionário de pseudónimos e iniciais de autores portugueses*, de Adriano de Guerra Andrade, Lisboa, Edição Biblioteca Nacional, 1999, página 190.

²⁴⁸ Entrevista com Adolfo Maria, 11 de Fevereiro de 2019, Anexo nº 5, pág. 428.

²⁴⁹ Cláudia Castelo, *Ivi*, p.458.

autónomos, distintos ou separados de Portugal. Em Portugal, a censura não se limitava aos cortes ou à ocultação da informação, chegando a sugerir critérios formais de apresentação das informações, de maneira a evidenciar a miscigenação do povo português. Nas colónias, sugeriu Barradas, o funcionamento específico da censura tornou possível a publicação de informações ou notícias que nunca iriam ser publicadas, nos mesmos moldes, em Portugal e vice-versa. Seria o caso dos artigos de Alfredo Margarido sobre o racismo em Angola, publicados no jornal *Notícias*, ou das chuvas torrenciais de 1967, em Lisboa, em que morreram mais de 500 pessoas, cuja reportagem fotográfica chegou a ser publicada em Luanda, “para mostrar aos indígenas que os brancos também tinham miséria e sofrimento, não acontecia só nas sanzalas²⁵⁰”, ao mesmo tempo que as imagens da catástrofe eram ocultadas em Lisboa.

O *ABC* acolheu na sua página literária muitos dos autores que se destacaram - ou que, como no caso de Arnaldo Santos, fizeram a sua estreia literária - nos jornais *Mensagem*, *Cultura* e *Cultura II*, (ativo, este último, entre 1957 e 1960), entre os quais destacamos Luandino Vieira, Alda Lara, Ernesto Lara Filho, Mário António, Viriato da Cruz, António Cardoso, António Jacinto, Costa Andrade²⁵¹.

Ligados aos movimentos nacionalistas e, por essa razão, frequentemente silenciados pela censura, muitos destes autores frequentaram as faculdades da Metrópole ao longo dos anos '50: dada a ausência de cursos superiores nas colónias, numa tentativa de “portugalização” do ensino²⁵², a passagem por Lisboa era, na maioria dos casos, obrigatória. Chegados a Portugal, muitos deles acabaram por frequentar ativamente a Casa dos Estudantes do Império (CEI). A CEI acabou por desenvolver uma atividade própria, que marcou uma nítida rutura com a ideologia colonial, e a contemporânea afirmação de um sistema de valores alternativos, inspirados sobretudo nos ideais negritudinistas, facto que contribuiu para as pressões da PIDE no sentido do encerramento da associação, em 1965. Muitos dos frequentadores da casa tornaram-se, para além disso, militantes do MAC ou do MUD-Juvenil, que se manifestaram a favor do direito de

²⁵⁰ Entrevista a Acácio Barradas, *ivi*, p. 56.

²⁵¹ Donizeth Aparecido dos Santos, *Da ruptura à consolidação: um esboço do percurso literário angolano de 1948 a 1975*, UEPG, Letras e Artes, Ponta Grossa, jun. 2007, p.36.

²⁵² Alfredo Margarido, «Uma ilha africana na Duque d' Ávila», in *Mensagem, Casa dos Estudantes do Império, 1944-1994, Lisboa*, UCCLA, 2015, pp. 43-46.

autodeterminação das colónias, e cujas ligações com o PCP eram notórias ²⁵³. O Massacre de Batepá que teve lugar em São Tomé, em Fevereiro de 1953, e a publicação de «Les étudiants noirs parlent», na revista *Présence Africaine*²⁵⁴ marcaram, na opinião de muitos dos participantes nas atividades da Casa, uma mudança repentina de ambiente, e um agravamento das tensões com o governo, que passou a vigiar a CEI internamente e de forma assídua.

Em virtude da crescente repressão e das ligações dos seus autores e redatores com a oposição e com os movimentos anticoloniais o *ABC*, impresso na tipografia homónima, e a página literária «Artes e Letras», com cadência semanal nem sempre respeitada, chegaram a ser claramente censurados, sendo frequentemente o espaço dedicado aos artigos preenchido por anúncios publicitários²⁵⁵. A indicação explícita “Esta página sai todas as semanas”, epigrafada no fundo da página, perto do nome do suplemento, testemunhava a vontade de cativar a atenção e a fidelidade de um público atento à vida e às vicissitudes da página.

Geralmente publicados na página número 3, os conteúdos da página literária podiam estender-se a algumas colunas das páginas 6 ou 7, até atingirem o cumprimento de toda a página 6 em casos especiais ou recorrências específicas²⁵⁶. Para além de artigos de formato livre, a página, ao longo pelo menos do período entre 1961 e 1963, era composta de algumas rubricas: “Poesia”, dedicada à publicação do texto integral de poemas de autores afirmados ou emergentes, “Artes Plásticas”, “Escritores e livros”, “Em Poucas Linhas” e “Noticiário”, secção frequentemente dividida por países e com breves referências a novas publicações, prémios, exposições ou acontecimentos de cariz artístico considerados relevantes ou dignos de eco. No triénio 1961-63 observa-se, ainda, uma predominância de assuntos de carácter literário sobre as outras formas de arte, para além de uma clara tendência à publicação de textos de autores oriundos dos territórios africanos

²⁵³ Movimento Anticolonial (MAC) e da secção juvenil do Movimento de Unidade Democrática (MUD Juvenil). Pelo que nos respeita, é de particular relevância a fundação do MAC em 1958, também à luz do facto de que grande parte da oposição antissalazarista não tinha, em Portugal, uma atitude anticolonialista.

²⁵⁴ AAVV, «Les étudiants noirs parlent», in *Présence Africaine*, nº14, Paris, 1953.

²⁵⁵ Quanto à publicidade, realçamos que, na maioria dos casos, se tratava de anúncios dirigidos explicitamente a um público feminino, tais como produtos de beleza e domésticos, com imagens representando o estereótipo da mulher branca da época.

²⁵⁶ Mencionamos, a este propósito, os casos dos elogios fúnebres a Aquilino Ribeiro (*ABC* de Maio de 1963) e o debate sobre a publicação da coletânea *Contos d’África*, pelas Publicações Imbondeiro (Abril – Maio de 1961).

ou de autores cuja oposição ao Estado Novo era notória. Muitos destes textos dedicavam-se à crítica literária ou à análise do que se definia como neorrealismo africano, dos problemas derivados de tentativas de definição de uma literatura tipicamente angolana e, enfim, de questões culturais que influenciavam as evoluções da vida em África.

Por estas razões, o «Artes e Letras» permite marcar a evolução e a consolidação do debate identitário em curso nas colónias, em particular no seio daquela burguesia europeizada - ou de origem europeia - que constituía, na sua maioria, a categoria dos literatos. Em Angola assistimos, de facto, a uma progressiva fusão entre a imagem de jornalista e a de literato, chegando os dois papéis a fundir-se, e o intelectual a ganhar uma posição de crescente relevo, tendo visibilidade mediática e social para marcar posição em relação a assuntos relacionados com a vida da colónia e a sua administração. A presença visível de autores nacionalistas ou diretamente empenhados em questões sociais e culturais não impedia, contudo, a existência de orientações distintas na página literária, nem os consequentes debates internos por elas gerados. Tais debates e contrastes foram especialmente frequentes sobre assuntos apresentados como tendo carácter única e puramente literário e estilístico. Uma leitura atenta permite, porém, desvendar contrastes ideológicos ligados a formas distintas de conceber a realidade angolana: refletiam ora a tipicidade e especificidade da literatura e cultura de Angola em comparação com as outras literaturas africanas de expressão portuguesa, ora tendências que, se não se aproximavam de uma tentativa de homogeneização de cariz luso-tropicalista propunham, no mínimo, uma harmonização e nivelação dos contrastes e das contradições existentes nas várias colónias. Tal harmonização só seria possível através de um sentido de pertença territorial coletiva e eludindo, de certa forma, as questões raciais existentes nos territórios.

Notáveis são, a este propósito, os debates entre Eugénio Ferreira de um lado e os dois editores da Colecção Imbondeiro e da coletânea *Contos d'África* do outro, Leonel Cosme e Garibaldino de Andrade. A publicação da coletânea e a declaração dos «Propósitos do livro», assinada pelos editores, desencadeou uma dura crítica de Ferreira, tanto sobre o nível de qualidade literária dos textos ali publicados, como sobre aspetos específicos da declaração de intenções dos editores, questão que adiante será referida. De realçar, também, os artigos publicados na página literária entre 1961 e 1963 por Mário Fragoso, em que pululavam as referências às teorias de Freyre. Se bem que demonstrando alguma reticência em aceitar a possibilidade de aplicação efetiva do padrão luso-tropicalista à situação social a ele contemporânea, Fragoso reconhecia “considerar com simpatia a

paisagem sociocultural pintada por Gilberto Freyre. Por esse lado, são também os pequenos e os grandes incidentes quotidianos que no-la confirmam²⁵⁷”.

De realçar, ainda, que a maioria dos textos e gravuras publicados no «Artes e Letras» no triénio 1961-63 são direta ou indiretamente provenientes do ambiente da CEI, através da republicação de textos editados na Casa ou para os seus órgãos de comunicação, como a Colecção de Autores Ultramarinos, ou como críticas e excertos provenientes das Publicações Imbondeiro, dirigidas por Leonel Cosme e Garibaldino de Andrade. Numerosos são, para além disso, os linóleos de Luandino Vieira, que acompanhavam e complementavam a publicação de poemas de contemporâneos, como no caso do linóleo “Desânimo”, para o poema homónimo de António Cardoso, ambos publicados em 24 de Abril de 1961²⁵⁸, em que o poeta refletia sobre a relação entre morte, amor e esperança e, de forma implícita, sobre a opressão, invocando a morte do “mundo velho”, representado pela árvore e substituído, idealmente, pelas sementes do novo:

“Com a morte cá dentro
que poema de amor e esperança
te posso dar amor?

Árvore desenraizada
murchando à míngua d’água
que não lhe trazes amor,
que poema de amor e esperança
te posso ofertar ainda?

Que venham as crianças amanhã
encher o mundo de balões e risos
que venha o sol fecundante
semear a vida nova que não alcanço
e que a árvore morra de morte natural!”

Pelo que respeita, ainda, às ligações com a CEI e com os seus autores, bastará pensar que o Prémio Mota Veiga, ganho por Luandino em 1964, com *Luuanda*, e cuja atribuição

²⁵⁷ «Artes e Letras», in *ABC, Diário de Angola*, dir. Manuel Monterroso Carneiro, Luanda, 26/4/1961,

²⁵⁸ *Ivi*, Luanda, 26/4/1961.

constituiu o primeiro reconhecimento oficial da obra do escritor angolano, então detido no Tarrafal²⁵⁹, foi instituído por Maria José Abrantes da Mota Veiga, em colaboração com o ABC e a sua quarta edição noticiada no jornal em 11 de Julho de 1963²⁶⁰.

Relativamente ao tipo de notícias publicadas no jornal, e apesar de este ser verificado pela censura com regularidade (dadas as epígrafes presentes em caixa alta na primeira página dos exemplares, “visado pela comissão de censura”), nas suas páginas encontramos comunicados oficiais, notícias sobre a vida quotidiana em Luanda e sobre o rápido desenvolvimento económico das colónias. Ao mesmo tempo, no jornal há notícias e informações detalhadas – e, por vezes, quase entusiásticas – sobre acontecimentos respeitantes à vida dos recém-independentes países vizinhos, sobre os comentários de órgãos de imprensa internacionais à situação política destes últimos e sobre as várias moções internacionais apresentadas à ONU relativamente à situação colonial. Vibrantes, também, as notícias relativas às lutas e conquistas de Martin Luther King nos Estados Unidos, pelas vitórias na afirmação dos direitos dos negros e – talvez – pela sua proximidade com o ambiente protestante, cujas ligações com os movimentos de libertação de colónias africanas eram profundas²⁶¹.

Já a partir de Março de 1961, os temas da página literária do *ABC* demonstram estar alinhados com os tempos. Os artigos de Mário Fragoso que mencionámos recorriam à crítica literária como ferramenta de análise da questão identitária em Angola e Moçambique, a partir da “margem atlântica voltada para Angola” que, conforme afirmado pelo autor,

“proporciona outra dimensão - parece que não deformada - dos fenómenos observados nas terras onde se fala português. Chega a ter-se, no Brasil, uma informação mais depurada do que realmente acontece «in loco»”; não porque se está envolvida no mesmo problema - visto do outro lado - mas sobretudo porque a distância apura, frequentemente, os sentidos e depura, até, a informação.”²⁶²

²⁵⁹ Francisco Topa, *Luanda há 50 anos, Críticas, Prémios, Protestos e Silenciamentos*, Capes, 2014, p. 8. Disponível em web.lettras.up.pt/ftopa/Livros/16.%20Luanda%20há%2050%20anos.pdf

²⁶⁰ *ABC, Diário de Angola*, 11/6/1963.

²⁶¹ A título exemplificativo, pensemos na educação que membros do MPLA receberam nos Estados Unidos, ou na troca de correspondência entre Martin Luther King e a guerrilheira angolana Deolinda Rodrigues.

²⁶² *ABC, Diário de Angola*, 29/3/1961.

O jornalista fazia referência, no trecho citado, à publicação da obra *Poetas de Moçambique*²⁶³, organizada por Alfredo Margarido e publicada pela CEI que, sublinhava Fragoso, carecia de informações biográficas sobre os 27 autores cujas obras compunham a coletânea. Mencionando um anterior artigo de António Simões Júnior, «Quadro sinóptico da Poesia Negra e Suas Derivações», publicado no jornal *Cultura* nº11, Fragoso retomava a subdivisão entre "poesia negrista e negrófila", identificando a primeira como sendo "produzida por quem privou constantemente com a raça negra, sem aperceber-se fundamentalmente de que era doutra constituição física e outra cor da pele" e a segunda como "obra do estrangeiro, do humanista que dentro da sua idiossincrasia canta com simpatia e franco apoio um mundo que não é seu".

A falta de dados biográficos sobre os autores dos poemas constituía, para Fragoso, uma “falha incompreensível, e por alguns, inaceitável”, “tratando-se de uma antologia”. Na realidade, o livro é definido, na capa, como “colectânea”, e a própria ideia de a publicar surgiu, conforme declarado por Carlos Ervedosa, após uma viragem nas diretrizes da CEI, que visavam levar a uma “ultramarinização da Casa”²⁶⁴. A publicação de *Poetas de Moçambique*, assim como das outras coletâneas da CEI pretendia, por assim dizer, criar um antecedente, publicando autores definidos, de forma explícita, como pertencentes ao Ultramar, a Angola, Moçambique, Cabo Verde ou as outras colónias portuguesas, afirmando um certo grau de autonomia - mesmo se implícita e puramente conceptual - em relação à unidade inquestionável da nação portuguesa. A concepção animadora das coletâneas da CEI acaba por ser, portanto, inovadora em relação aos cânones editoriais da época, sendo os seus autores jovens escritores sem publicações prévias, frequentemente inspirados no neorrealismo, mas cujos produtos não refletiam o gosto linguístico da época, nem o imaginário colonial.

²⁶³ Alfredo Margarido (org), *Poetas de Moçambique, Colectânea da CEI*, CEI, Lisboa, 1960. Uma obra homónima foi editada em vinil, sempre em Lourenço Marques e com a voz de Manuela Arraiano (locutora da Rádio Clube de Moçambique), pela PoliarTE, em Agosto de 1960. Os nomes reunidos, em vez de serem vinte e sete, limitavam-se a quatro autores de renome da literatura moçambicana: Reinaldo Ferreira, Rui Nogar, José Craveirinha e Rui Knopfli.

²⁶⁴ Termo utilizado por Carlos Ervedosa, e reportado em Inocência Mata, *A Casa dos Estudantes do Império e o lugar da literatura na consciencialização política*, UCCLA, Lisboa, 2015, p. 37. Como evidenciado na página 36, “É importante lembrar que nessa altura a designação «ultramarina» já constituía uma «evolução» na visão da autonomia literária, por oposição à «literatura colonial», então incentivada através de prémios promovidos pela Agência-Geral das Colónias (depois Agência-Geral do Ultramar) e por «críticos oficiais» do regime, sendo o mais prolífero e emblemático de todos eles o Amândio César”

A publicação dos *Poetas de Moçambique* e os seus pressupostos identitários pareciam, de facto, ser assunto caro a Fragoso. Em um artigo de 5 de Julho de 1961 da sua autoria, «A literatura da outra-costa vista do Brasil – escritores de Moçambique», ele retomou a questão identitária, citando a nota de esclarecimento da lógica editorial, em que se declarava que as produções dos autores escolhidos, de distintas origens, cor da pele, vivos ou mortos, tinham sido reunidas em qualidade de obras

“dos naturais da terra que, vivendo embora fora dela, nunca deixaram de lhe reservar e ao seu povo o lugar de relevo nos seus poemas; quer dizer, destes apenas se seleccionaram os que, ainda de longe, não se cansam de pôr o seu estro poético ao serviço da terra que lhes deu o berço²⁶⁵”.

Fragoso reportava, a seguir, as declarações de Papiniano Carlos sobre o surgimento da poesia moçambicana:

"os «Poetas de Moçambique» exprimem, no conjunto, uma unidade que, iniludivelmente, confirma a existência de uma poesia que não será exagero considerar tipicamente moçambicana. Só o tempo o confirmará plenamente, embora, quanto a nós, não haja dúvidas: as provas de agora bastam para que saibamos que já tem raízes a Literatura Moçambicana de expressão portuguesa (como é o exemplo já aceite de Cabo Verde e como terá de ser entendido também o de Angola). De resto, a prova definitiva do que pretendemos, afirmando a autonomia literária dos escritores moçambicanos (negros, mestiços e brancos) poderíamos documentá-la, talvez definitivamente, se, em vez de uma simples coletânea, tivéssemos lido outros livros e outros poemas impublicados dos 27 poetas de Moçambique.»²⁶⁶"

De realçar que, entre os exemplos de literatura tipicamente moçambicana reportados pelo autor neste artigo, encontramos principalmente expoentes da literatura colonial. Entre eles, Rodrigues Júnior, cuja obra *Calanga*, é considerada representativa da vida e das dificuldades de um colono em Moçambique, entre secas, impostos e, ainda: "o «monhé», o administrador e o sacerdote, este último procurando valorizar o seu Deus, na tentativa de destruir os mitos de «Culucumba», divindade negra".

²⁶⁵ ABC, *Diário de Angola*, 5/7/1961.

²⁶⁶ ABC, *Diário de Angola*, 5/7/1961.

Em contraposição à representação literária do "quadro económico-social, religioso e até político do «habitat»" de *Calanga*, Fragoso vê representada, em *Muende* (do mesmo autor)

"a adaptação do branco na sociedade negra - Muende é uma região praticamente inacessível à chamada civilização: o negro pouco trabalha, buscando apenas o essencial para viver, pois a distância a que se encontra da cidade é tão grande que não vale a pena esforçar-se pela produção destinada à venda ou troca."

Perpetua-se, assim, o ideal luso-tropicalista da missão civilizadora do homem branco português que, com o seu comércio organizado em bases "tão justas que os próprios negros o auxiliam", é completamente integrado na vida tribal, "branco e negro, ao mesmo tempo". Os romances de Rodrigues Júnior contribuiriam, enfim, para "ilustrar a fraternidade das raças".

Na ótica de uma abordagem crítica às transformações culturais em curso ao longo do ano de 1961 e à sua relativa projeção no «Artes e Letras», realçamos a orientação dos artigos de Eugénio Ferreira, com destaque para o artigo "Contos de África, antologia de contos angolanos editadas pelas «Publicações Imbondeiro»", de 5 de Julho de 1961.

O artigo em questão acabou por desencadear uma polémica em que se abordaram questões essenciais para a compreensão dos moldes do debate literário na época: nele, Ferreira apontou ao volume a falta de representatividade e a apropriação cultural e literária da vivência dos negros angolanos. De forma indireta, o que entra num debate que se apresenta como sendo literário é a interação complexa entre elementos étnicos, sociais e económicos distintos na formação do novo padrão identitário. Como observado por Ania Loomba, o processo de formação de novas construções identitárias levanta inúmeras questões sobre a representatividade das mesmas. Tais construções e propostas são, de facto, elaboradas por um grupo específico de indivíduos representando, portanto, as suas exigências sociais, económicas e intelectuais, e não revelando necessariamente a situação contingente de uma inteira nação ou o sentido de pertença da maioria da população²⁶⁷.

A coleção dos *Contos de África*, organizada por Garibaldino De Andrade e Leonel Cosme com o selo das Publicações Imbondeiro, foi composta e impressa na tipografia do «Jornal do Fundão», em Fundão, Portugal, entre Março e Abril de 1961. Para além de

²⁶⁷ Cfr a este propósito Ania Loomba, *Colonialism/ Postcolonialism*, Routledge, London, 2015.p. 37.

dois contos assinados por cada um dos editores, o livro incluía contos – cada um acompanhado por um linóleo - de Lília da Fonseca, Luís Ataíde Bananzol, Mário António, Rebello de Andrade, Costa Andrade, Óscar Ribas, Cochat Osório e Eduardo Teófilo. Aduzindo razões de ordem económica, os editores declararam, no «Propósito do livro» a momentânea impossibilidade de incluir no livro todas as manifestações literárias consideradas características e representativas da literatura angolana augurando, ao mesmo tempo, a publicação de um segundo volume que pudesse ser complementar e colmatar tais faltas.

Considerados os preâmbulos, não admira a forte reação de Eugénio Ferreira, que tinha sido diretor do boletim *Cultura*²⁶⁸, ligado à Sociedade Cultural de Angola e publicado em 12 números entre 1957 e Novembro de 1960 (quando foi encerrado pela PIDE)²⁶⁹. Chegado a Angola já adulto, em 1943, o advogado, jornalista e crítico literário madeirense fazia parte, como observado pelo historiador Jean Michel Mabeko Tali, da “elite «esclarecida» e antifascista da sociedade colonial²⁷⁰”, tendo sido o defensor de muitos nacionalistas envolvidos no Processo dos 50 (1959). Em 1947 “foi expulso da Diamang, por ter casado com uma senhora africana”²⁷¹ e, a partir de 1949, foi presidente da Sociedade Cultural de Angola.

A polémica sobre os *Contos* parece ter sido desencadeada, pelo menos de um ponto de vista crítico, pelas declarações dos editores da Imbondeiro sobre a existência irrefutável de uma “literatura propriamente angolana”. Afirmavam ainda os editores que o debate crítico dever-se-ia limitar à “constatação do surgimento de uma nova literatura” que reunia, na sua opinião, duas correntes distintas: a caracterizada por preocupação puramente estética ou ética, que tinha como objetivo o alcance de um “resultado preconcebido” e, por outro lado, a que visava reunir e complementar o fator estético com

²⁶⁸ Em 2013, a União de Escritores Angolanos publicou uma edição fac-similada dos doze volumes da *Cultura*, editada por Irene Guerra Marques e Carlos Ferreira. Irene Guerra Marques, Carlos Ferreira, *O boletim Cultura e a Sociedade Cultural de Angola*, União dos Escritores Angolanos, Agosto de 2013.

²⁶⁹ Nele colaboraram, entre outros, intelectuais como Adolfo Maria, Agostinho Neto, Aires de Almeida Santos, Antero Abreu, António Cardoso, António Jacinto, Arnaldo Santos, Costa Andrade, Ermelinda Xavier, Garibaldino de Andrade, Hélder Neto, Henrique Abranches, Henrique Guerra, José Vieira Mateus da Graça, João Abel, Mário Guerra (Benúdia), Óscar Ribas, Samuel de Sousa e Tomás Jorge.

²⁷⁰ Jean Michel Mabeko Tali, *O MPLA perante si próprio. Guerrilhas e lutas sociais (1960 – 77)*, Mercado das Letras Editores, Lisboa, 2019, p. 418 (1ª edição de 2019).

²⁷¹ Prefácio de Irene Guerra Marques, Carlos Ferreira, *Ivi*, União dos Escritores Angolanos, Agosto de 2013.

uma mais profunda reflexão, ao fazer “da sua discordância um novo ponto de discussão”, sem por isso abdicar da qualidade literária.

Eugénio Ferreira manifestou irritação pelas declarações dos editores, e lamentava no seu artigo o facto de que, apesar de a literatura ser o “espelho de uma época”, os problemas sociopolíticos e culturais levantados pelas obras que compunham os *Contos d’África* eram há muito conhecidos. A acusação explicitamente dirigida aos autores era a de estes últimos estarem a evitar os temas mais polémicos, encobrindo os debates escaldantes sobre a sociedade angolana e querendo, forçadamente e de forma pouco honesta, reproduzir a realidade de classes sociais alheias àquelas de que eles próprios provinham. Este anacronismo em relação ao estado do debate literário (mas também político) levou Ferreira a constatar que mais do que o florescimento de algo novo, as produções que compunham a antologia podiam ser equiparadas a “flores murchas”:

“Decepcionados, notámos a sua marginalidade em relação aos grandes problemas da população angolana, a sua não-integração quase total. Limitaram-se, quase todos, a abordar alguns problemas de mera superfície. Nenhum apresentou obra de maior profundidade – com o pecado de, para darem aos seus trabalhos a chamada cor local, acharem por bem falar do que mal conhecem, esquecendo que um tal colorido pode e deve ser encontrado dentro do próprio meio, do próprio ambiente, da própria classe a que pertencem. E o contributo positivo que poderiam prestar transformou-se, afinal, em pura incipiência literária. Lemos a antologia e perguntámo-nos: onde a florescência das correntes (duas) que vicejam em Angola? Mais nos pareceram flores murchas.”²⁷²

E ainda:

“A oportunidade de empreendimento é flagrante e, daí, o peso de uma maior responsabilidade sobre os ombros dos seus autores. A literatura é, ou pelo menos costuma ser, o espelho de uma época, onde se reflectem os problemas que a agitam e onde as proporções das imagens destes, devem estar na razão directa da sua importância. Tais problemas, no nosso caso, desde há muito existem, embora só ultimamente tenham ganho uma mais extrema acuidade. Nunca, como hoje, tanto olhares clínicos se debruçaram sobre este imenso rim do continente negro. A mais diminuta segregação é analisada minuciosamente, o mais pequeno sintoma é compulsado e discutido por especialistas. Ora o artista é a carne sensível, aquela que acusa e reflecte a dor mais ténue, o mais breve

²⁷² ABC, *Diário de Angola*, 5/7/1961.

indício. Toda a segregação artística é por isso alvo da melhor atenção, na medida em que constitui indício precioso e precoce.

E acontece que o rim expeliu em Sá da Bandeira uma antologia de contos «angolanos». Onze escritores utilizaram a «vivência particular do homem de Angola» para as suas criações. Os problemas deste, momentosos desde há muito, são hoje objectos de diplomas legislativos, aparecem nos discursos proferidos nos actos de posse, provocam discussões nos areópagos mais diversos, surgem nas páginas dos jornais, diários, hebdomadários, bi-semanários, que se publicam de norte a sul de Angola. Ninguém oculta a sua magnitude, pois a ninguém interessa que sejam encobertos, mas resolvidos. Legisladores, altos funcionários, diplomatas, jornalistas, melhor ou pior, todos se aperceberam da sua existência e os abordam. E os nossos «intelectuais, brancos ou negros, filhos legítimos ou legitimados»? Os nossos escritores? Estes, certamente se teriam apercebido, desde há muito, tais problemas, tratando-os nas suas criações, vindo-nos trazer agora, embora um tanto tardiamente, a sua contribuição.”

Após a constatação de que “Leonel Cosme foi o único que resistiu à tentação de meter pretos na sua história”, chegam as amargas críticas ao conto de Eduardo Teófilo: “Porque quem, em espírito não ultrapassou a barra do Tejo, não pode arrogar-se o direito de saber através dos olhos de Baila Zau. Ora o que nos ficou da leitura de «O contrato» foi essa sensação de arrogante intrometimento”.

Até Mário António, que em 1963 chegará a participar do – muito criticado – *Iº Encontro de Escritores de Angola*, organizado pela Imbondeiro, demonstrou a sua reticência quanto à obra de Eduardo Teófilo e àquela que ele considerava como uma apropriação da vivência negra. Acolhendo o convite ao debate, o escritor angolano referia-se, no seu artigo “Problemas da ficção ultramarina”, de 2 de Agosto de 1961, às considerações de Óscar Ribas, em artigo publicado na revista *Colóquio/Letras*²⁷³:

“Como é óbvio, o lado mais significativo da humanidade africana não terá grandes probabilidades de ascender a uma alta expressão ficcionista sem que ela parta, virtualmente, da população majoritária. Impossível a um escritor meter-se na pele dos mais dos homens e, sobretudo, hoje, nos de pigmentação diferente. Em coisas como estas,

²⁷³ Óscar Ribas, «Da simpatia e do sagrado nalguns livros recentes de ficção em prosa», in *Colóquio, revista de Artes e Letras*, Fundação Gulbenkian, nº12, 1961. Disponível em <http://colouquio.gulbenkian.pt/al/sirius.exe/artigo?300>

as melhores intenções pouco mais adiantam do que em recombinar, com maior ou menor habilidade, os melhores clichés já tirados.”

A receção da editora Imbondeiro e da sua produção, que será objeto do quarto capítulo, foi problemática ao longo dos anos '60, por questões ligadas tanto ao contexto em que ela surgiu (a antiga Sá da Bandeira, hoje Lubango, cidade que na época tinha uma forte presença de colonos brancos), como às escolhas editoriais e, ainda, às posições e à extração social dos seus autores. Já na época se reconhecia, contudo, como o projeto editorial da Imbondeiro fosse ambicioso em Angola, como testemunha um artigo de Antero Abreu no volume 12 da *Cultura* e que, quase ironicamente, acabou por ser o último artigo de toda a série²⁷⁴.

A partir do debate originado pela publicação do volume evidenciamos como, já nesta altura, grande parte da elite angolana e comunidade intelectual literária recusava a ideia de que fosse possível, para um autor branco, reproduzir a realidade dos negros de uma forma que não recorresse ao exotismo e moldes da literatura colonial. O crescente temor da perda de privilégios de que, até àquela altura, as elites brancas gozavam de forma exclusiva fez com que, por outro lado, parte desta elite demonstrasse um grau mais elevado de adesão ao padrão luso-tropicalista. É nestes casos que nós deparamos com manifestações literárias que auspiciam a criação de uma sociedade multicultural, mas implicitamente liderada pelas elites brancas, enquanto detentoras de conhecimento e de ferramentas económicas e culturais. Se bem que frequentemente produzidas por membros da oposição ao regime, tais produções acabavam, assim sendo, por manifestar certo grau de aceitação da propaganda oficial, demonstrando o nível de radicação que conseguiu atingir, em pouco menos de uma década, o mito luso-tropical.

Em 1962 houve, na página literária do *ABC, Diário de Angola*, uma agudização da reflexão sobre a realidade angolana e o estatuto do intelectual, visto ora como observador atento do seu meio, ora como agente ativamente presente, moralmente encarregado não só de uma representação o mais fiel possível do ambiente, mas também portador do dever moral de refletir de forma explícita sobre a realidade que o rodeava, porta-voz dos problemas e das dificuldades do país. Reflexão, essa, que não estava ausente no *ABC* em 1961, mas que debates como o relativo ao “Caso Falcato”, que teremos oportunidade de

²⁷⁴ Antero Abreu (A.A.), «Notas de Leitura. Colecção Imbondeiro», in *Cultura*, nº 12, Luanda, Novembro de 1960, pág. 10.

apresentar a seguir, tornaram mais evidente. O problema da literatura colonial - entendida como exotização do meio realizada por agentes cujo contacto com o país era ficcional, falseado pelos privilégios da sociedade colonial ou, ainda, determinado por concepções folclorísticas da realidade africana - animou o debate.

A nível ensaístico e crítico, foi nesta perspectiva que na página literária foram abordadas a obra de Alda Lara, Mário António, José Falcato e Rodrigues Júnior, o neorrealismo de Garibaldi de Andrade, a ideia de literatura ultramarina em contraposição com a de literaturas africanas em língua portuguesa (numa abordagem que já identificava, em termos gerais, as várias literaturas nacionais). Analisaram-se, além disso, os temas do surrealismo português, da guerra e do ódio, o papel de Sá da Bandeira no panorama cultural angolano e a organização do *I Encontro de Escritores de Angola* em território angolano (que teve lugar em 19 de Janeiro de 1963 na mesma cidade) e, enfim, a ação da CEI.

3.2.1 - Mário António, um "observador interessado do fenómeno literário angolano".

Em 10 de Janeiro de 1962, noticiava-se o início das atividades da Editora Nós, coordenada pelo colaborador do *ABC* António Palha. O primeiro volume apresentado é da autoria de Mário António: *A Sociedade Angolana do Fim do Séc. XIX e Um Seu Escritor*²⁷⁵. O escritor é definido pelo autor do artigo (não assinado) como um "observador interessado do fenómeno literário angolano", que desenvolve a tarefa de, no livro, mostrar pela primeira vez "uma imagem global e integrada duma sociedade que representou um caso notável de pluralismo, étnico e cultural, resolvendo-se de modo harmonioso". Concluía o autor afirmando que nisto reside o principal interesse deste novo livro, com o qual a editora começava, muito significativamente, a sua atividade.

O jovem autor de *Amor*, obra que, com capa de Henrique Abranches, inaugurou a Colecção de Autores Ultramarinos da CEI em 1960 e que é assinalada por um marcado carácter intimista, teve já a partir de 1961 uma notável visibilidade na página literária

²⁷⁵ Mário António, *A Sociedade angolana do fim do século XIX e um seu escritor*, Luanda, Nós, 1961, 79 pp.

«Artes e Letras». O espaço que lhe era dedicado não se limitava a uma pura e simples publicação dos seus poemas, contemplando, além disso, artigos de crítica literária por ele redigidos sobre escritores seus contemporâneos. É o caso do artigo, republicado a partir do *Jornal de Angola*, em 10 de Janeiro de 1962, sobre Dáskalos: “Alexandre Dáskalos, um poeta para ficar”.

Referindo-se à publicação dos poemas de Dáskalos²⁷⁶ na Colecção de Autores Ultramarinos, Mário António sublinhava como ele pertencia aos autores daquela geração que, “nos últimos 40 anos frequentou as universidades metropolitanas, ida de Angola, e que em face da Europa ganhou consciência não só do seu tempo, mas da sua condição angolana”. Mário António afirmava que estes autores nada mais estavam a fazer do que reagir, de forma natural, “ecológica”, à condição de estudantes angolanos que se relacionavam, em Portugal, com o meio universitário Metropolitano do segundo pós-guerra. Apesar de se inserirem, por questões óbvias, nas correntes literárias europeias, “as coordenadas mentais e até formais desse poeta” eram, para António, “desconhecidos uns dos outros, mas ensaiando o mesmo canto”. O autor de *Poesia*, falecido em 1961, era definido por António como “um poeta para ficar”, “o maior poeta da sua geração”, que a Colecção de Autores Ultramarinos apresentava numa “forma não diminuída”.

Talvez o autor se referisse não só à estrutura da obra publicada pela CEI, no seu conjunto, mas também às generosas palavras que Alfredo Margarido tinha dedicado ao autor no *Prefácio*. Após a enumeração de vários autores que, não sendo naturais de Angola, tinham resolvido aderir à ideia de Angola “por razões de vária ordem”, como António Botto, Tomás Vieira da Cruz e José Augusto França, entre outros – poetas esses que, afirma Margarido, viam Angola “de fora para dentro” e que demonstravam uma “angustiosa perplexidade perante o homem de cor”, Margarido reconhecia o aspeto inovador da poesia de Dáskalos.

Afirmava então o crítico:

“O racismo visceral a que se reportam todos estes autores é o responsável pela criação de personagens negras (ou mestiças) viciadas na sua originalidade mais profunda. O homem negro desaparece, por isso mesmo, esmagado por uma capa de preconceitos que o transformaram no objecto alienado por excelência. O compromisso efectivo das noções de finitude ou infinitude da cor, o jogo dialéctico decorrente desta circunstância, eliminam

²⁷⁶ Alexandre Dáskalos, *Poesia*, in Colecção de Autores Ultramarinos, Lisboa, CEI, 1961.

cada vez mais os autores que pretendem ver o exótico onde apenas existe o humano. Fica assim enunciada a viragem mais significativa operada no trânsito dos problemas humanos de Angola, que pressupõem não apenas uma *negritude* mas, acima de tudo, uma *angolanidade*. Se em Alexandre Dáskalos vemos surgir a afirmação dum conhecimento objectivo das alienações que pesam sobre o homem negro, não deixa de reconhecer também as alienações que, paralelamente, transformam o angolano branco num homem circunscrito a um mundo viciosamente deturpado e impossibilitado, por isso mesmo, de ascender à sua própria integridade²⁷⁷»

Apresentando a esperança numa sociedade mais justa, o desespero e as iniquidades do trabalho escravo e do sofrimento dos *contratados* que iam para São Tomé, a coletânea de poemas refletia sobre as questões raciais e a condição da mulher negra, que personificava a condição do subalterno: Mulher sofredora/ Sem lágrimas de pranto/ Cadela de filhos roubados/ Afogados e açaimados²⁷⁸.

Em mais uma notícia de 11 de Abril de 1962, os editores da página reportavam um trecho de um comentário sobre Dáskalos publicado na secção «Liceum» do jornal *República* de Lisboa. Nele, dava-se destaque à obra do autor e surgiam, igualmente, algumas considerações sobre a difusão da Literatura Ultramarina na Metrópole:

«O público vive quase sempre numa ignorância absoluta das produções literárias ultramarinas. Os próprios contactos entre os intelectuais metropolitanos e os do ultramar são assaz reduzidos. Este desconhecimento, este manter na obscuridade grandes vultos das letras e das artes do continente negro, é perigoso. Além de justificado e, injusto. Gera falsas ideias preconceitos, juízos apriorísticos sobre uma pretensa superioridade. Vários são os factores que se podem apontar como origem de tal facto, alguns dos quais de importância vital. Parece-nos, porém, que se daria um grande passo no sentido de uma aproximação, se os editores portugueses dedicassem algumas das suas colecções a autores válidos ultramarinos.»

Evidenciava-se, a seguir, o trabalho levado a cabo pela CEI com a Colecção de Autores Ultramarinos apontando, contudo, que a obra não tinha ainda conseguido ter um amplo alcance.

²⁷⁷ Alfredo Margarido, «Prefácio», Alexandre Dáskalos, *Poesia*, Colecção de Autores Ultramarinos, Lisboa, CEI, 1961. edição fac-similada da UCCLA, Lisboa, 2015, pp. 10 e 11.

²⁷⁸ *Ivi*, p. 65.

Em continuidade com a linha de orientação de princípios do ano, o «Artes e Letras» de 14 de Março de 1962 abria com um artigo sobre a *Antologia Poética* elaborada por Mário António e publicada pela Imbondeiro. Sublinhava-se, mais uma vez, a diferença da antologia em relação às correntes angolanas do seu tempo:

"Nesta antologia, elaborada em moldes inteiramente diferentes das que sobre o tema se publicaram até aqui, Mário António procurou fugir às linhas de compromisso regionalista que caracterizaram a maioria das anteriores antologias poéticas de Angola".

Deduzimos, portanto, que tal afirmação se sujeitava a uma possível dupla interpretação: a de recusa de uma concepção de poesia ainda muito próxima dos cânones da poesia angolana de inspiração colonial (ligada, necessariamente, a uma visão exótica dos povos e dos costumes de Angola) e, ao mesmo tempo, de um possível distanciamento da uma poesia engajada, vista como demasiado radicada no contexto histórico-social em que o país se encontrava. Reconhecendo, de facto, que a obra ia provavelmente suscitar controvérsias, "sobretudo nos meios menos aptos a reconhecer à Poesia valor anti circunstancial e não dependente do tempo e do espaço", o autor do artigo, mais uma vez não assinado, destacava o valor inovador da antologia que preenchia, na sua opinião, lacunas deixadas em aberto por outros antologizadores.

Tal posicionamento não seria de admirar considerando o histórico dos artigos publicados no suplemento por Mário António em 1961. Relembramos a publicação do artigo "Problemas da ficção ultramarina", em 2 de Agosto, e as ligações que, em outro artigo de 8 de Agosto do mesmo ano, o autor tentou constituir com o pensamento do historiador brasileiro Nelson Werneck Sodré, e que adaptou à literatura angolana. Depois da fase da proto-histórica, a literatura do país estaria a entrar, para o autor angolano, na fase de consciencialização e de consciência da terra. Fase esta que os contemporâneos não poderiam ainda avaliar, por estar em desenvolvimento.

A tentativa de Mário António de manter uma posição moderada no âmbito das letras angolanas é manifesta também na referência, no artigo de abertura do «Artes e Letras» de 28 de Março de 1962, a um artigo publicado no jornal *O Intransigente* e relativo à *Antologia* por ele elaborada. O autor teria sido "criticado" (palavra utilizada no título) por não ter incluído na antologia nenhuma obra da sua autoria, individuando-se a origem deste "erro" não num suposto temor de pecar de vaidade, mas sim numa tentativa de se destacar do grupo por ele próprio definido, no esforço de manter uma suposta independência deste,

"para poder surgir de «mãos limpas» ante os nomes preteridos". Esta escolha, definida como "não digna, nem corajosa, nem intelectualmente válida" foi interpretada pela redação d' *O Intransigente* como sendo lesiva não só da *Antologia* como produto cultural, mas também dos seus leitores.

Ainda relativamente à controversa reputação de que o autor gozava no ambiente literário, citando uma referência feita pelo *Diário de Notícias* de Lisboa, comentava-se, em artigo de 1 de Junho de 1962, a obra *Chingufu - poemas angolanos*, destacando, sem utilização direta do termo, o regionalismo da obra de Mário António:

"Sob o título pode ler-se; *poemas angolanos*, como sob um livro de João Lúcio se escreveria *poemas algarvios* ou sob um de Florbela, *poemas alentejanos*. Os temas breve se transmitem em actos de nostalgia ou evasão, de comunicação e de conjugação universais, sem medidas terrenas, sem medidas verosímeis para estabelecer limites e contornos."

A relevância da passagem, que evoca o universal e recusa a possibilidade de circunstanciar em termos concretos a poesia do jovem poeta angolano, remete para uma tentativa de homologação da obra, tenha sido esta tentativa motivada por convicção intelectual ou pelas limitações censórias. Entende-se neste caso, por analogia, um movimento que permita o enquadramento de determinada produção literária dentro do próprio cânone, apresentando-a como uma variante dos estilos e das correntes pré-constituídas.

Pareceria portanto, numa primeira abordagem, haver elementos suficientes para deduzir que a posição da obra literária de Mário António no panorama da época, longe de ser neutral, foi influenciada pelo contexto censório, tendo-se concretizado numa autocensura que visava excluir do debate literário aspetos concretos não só a nível político, mas também a nível social, preferindo abordar os temas do Amor e da Morte, que mais facilmente poderiam, através da sua simbologia, ocultar as questões sociais e temas mais polémicos.

3.2.2- O “caso Falcato” e *As raízes de Angola* contestadas por Bobela-Motta e na *Seara Nova*.

A polémica que, provavelmente, mais impacto e repercussões teve no «Artes e Letras» em 1962, foi a que se desenvolveu entre Bobela-Motta e João Falcato, tendo a sua origem numa acusação de plágio.

Em artigo de 24 de Abril de 1962, o redator do *ABC, Diário de Angola* acusava Falcato de ter plagiado, na sua obra literária *Raízes de Angola*²⁷⁹, a obra *Etnografia Angolana*²⁸⁰ de Mário Milheiros. Ao abordar as presumidas semelhanças entre as duas obras, respetivamente de carácter literário e etnográfico, o editor sublinhava a brevidade das estadias de Falcato no país, a mais longa das quais não teria ultrapassado as duas semanas, deixando implícita a falta de conhecimento, por parte do escritor português, das dinâmicas sociais e tribais narradas na primeira pessoa. Apesar disso, afirmava o editor, "João Falcato escreve o seu livro como se tivesse observado tudo o que ele narra. Os «eu vi», «eu conheci», «eu constatei», pululam através das suas duzentas e tal páginas." Continua, com certa ironia:

" E, dadas as facilidades que aqui lhe foram concedidas, é natural que alguma coisa tenha visto, enquanto o seu automóvel se deslocava nas estradas a 70 quilómetros à hora ou enquanto o seu avião sobrevoava regiões de inegável interesse etnográfico. O certo é, porém, que pelo menos quanto à parte a que me quero, por agora, referir, a viagem de João Falcato teria sido absolutamente desnecessária, porquanto ele poderia ter escrito o seu livro, comodamente instalado na rua dos Retroseiros em Lisboa, desde o momento que tivesse à mão a obra de Mário Milheiros."

A comparação dos dois textos tornou-se, nas páginas 6 e 7 do suplemento, minuciosa, com a análise de analogias e dissemelhanças entre eles e a contextual transcrição de treze trechos das duas obras com o objetivo de realçar o plágio. Em defesa da sua tese, Bobela-Motta trazia como exemplo alguns erros de interpretação das notas que complementavam o texto de Milheiros, tal como a reprodução de erros de carácter etnográfico,

²⁷⁹ João Falcato, *As raízes de Angola*, Editorial Notícias, Lisboa, 1962.

²⁸⁰ Mário Milheiros, «Etnografia angolana. Esboço para um estudo etnográfico», in *Mensário administrativo: publicação de assuntos de interesse ultramarino* / Direcção dos Serviços de Administração, 1951.

terminológico ou linguístico, assim como de gralhas presentes na *Etnografia* de Milheiros e repetidos na obra de Falcato.

Continuando, nas páginas do «Artes e Letras», pelo menos até Novembro de 1962, a disputa acabou por envolver, para além dos interessados, também a *Seara Nova*, o *Jornal do Congo* e o *Jornal de Letras e Artes*. Ao publicar uma carta enviada por Falcato de Lisboa, datada de 4 de Maio e intitulada «Um delator sem assunto», os redatores introduziam, em nota editorial de discreta extensão e publicada dia 11 do mesmo mês, o assunto de forma polémica, com um ataque e uma ridiculização evidentes do seu autor:

“João Falcato manda de Lisboa e em carta circunstância dirigida ao director do Jornal, na qual não esqueceu de invocar a lei de Imprensa (p'ra que?! homem de Deus), uma resposta ao triste caso das suas «Raízes de Angola», que o redactor, Bobela-Motta, confrontou com um trabalho do funcionário administrativo e publicista, Mário Milheiros, pondo em evidência a «imitação servil».”

E ainda:

"Falcato passou por aqui folclòricamente, como tantos, e deu já dois livros que talvez tenham sido sucesso de livraria mas «esquecerão», pois nada trazem de novo, nada para valer e nada para perdurar. Risonha propaganda para primários, aqui e além com manchas de pitoresco."

Uma das origens do tom do artigo de apresentação residiu, provavelmente, no teor das afirmações do escritor português, e nas tentativas de intimidação. Falcato reservava a Bobela-Motta um duro tom de acusação, chegando a afirmar "não me consta que, por estes meios literários, ou quaisquer outros, o citado sr., tenha prestado qualquer serviço ao portuguesismo da Província". O escritor argumentou, em sua defesa, que a obra de Milheiros era uma obra científica, sendo uma das missões da ciência a de se pôr ao serviço de uma função de "entre-ajuda", sem tornar as suas conquistas "«jóias de família de meia dúzia de iniciados". Estas considerações, cujas implicações se tornarão controversas à medida em que se desenvolverá a diatribe, substituíram uma resposta mais concreta aos pontos levantados pelo redator do *ABC*. Falcato chegou inclusive a defender, numa das cartas ao jornal, uma suposta falta de sistematicidade e a rudimentaridade da pesquisa de Milheiros, acabando de certa forma por contradizer a sua argumentação inicial sobre o valor da pesquisa científica para a comunidade. Falcato afirmou, para além disso, estar em condições de poder citar nomes sérios e ilustres” (referindo-se, sem dúvida, a

elementos pertencentes ao governo ou às suas polícias), que poderiam confirmar quanto tempo viveu em Angola, mas que evitaria fazê-lo por não os querer misturar “ao de um delator ocioso”. Depois de ter, de facto, nomeado muitos dos seus contactos em Angola, assim como das pessoas que lhe tinham concedido hospitalidade e facilidades, o escritor acabou por definir os que o atacavam de “jornalismo bombástico e dialéctica sofista”.

Na sua “Tréplica de Bobela-Motta”, em tom irónico e provocatório, o redator reagia às intimidações, sublinhando não ter medo das delações de Falcato à PIDE:

"O senhor Falcato, para se vingar da minha denúncia ao público, aponta-me à polícia. Não é leal.

O senhor Falcato acha que Bobela lhe faz lembrar «balela», sem lhe ocorrer que Falcato lembra «falcatrua». Não é espirituoso.

Finalmente, o senhor Falcato não sabe distinguir entre tom polémico e tom insultuoso. Não é bem educado.

Depois desta impressão geral com que fiquei da longa pseudo-defesa do senhor Falcato, verifiquei que o homem pretende estabelecer uma comparação entre o seu patriotismo e o seu repenicado amor por Angola, e o meu angolanismo português."

Bobela-Motta afirmava ter "quarenta anos de angola", evidenciando mais uma vez que Falcato estava a eludir o assunto do plágio: "Falcato tergiversa. Evoca amigos. Alardeia sentimentos." Realçava, para além disso, que o caso já tinha sido posto em tribunal por Milheiros.

A polémica, que continuou nos meses seguintes, acabou por envolver, como se disse, a *Seara Nova*, que em Novembro de 1962 reproduziu nas suas páginas o artigo de Bobela-Motta que tinha originado a polémica²⁸¹. Falcato envolveu-se, desta maneira, numa polémica cruzada, que parece tê-lo isolado na defesa das suas *Raízes*. A áspera crítica dirigida à revista lisboeta, longe de demonstrar a sua boa fé, acabou por comprometer ainda mais a sua imagem aos olhos do mundo jornalístico de oposição. Após um resumo do acontecido com os outros jornais, numa carta em forma de várias perguntas, Falcato

²⁸¹ Ver nº 1404/5, de Outubro-Novembro de 1962, pp. 230-31 («O Sr. João Falcato dá o dito por não dito») e 232-34 («Um plágio e muita ignorância»). Destaca-se, também, que a polémica se estendeu ao *Jornal de Letras e Artes*, que em 17 de Maio, conforme indicado pelo próprio Falcato, reportou o plágio, e ao *Jornal do Congo*. O número da *Seara Nova*, com os textos integrais, está disponível em http://ric.slhi.pt/Seara_Nova/visualizador/?id=09913.042.016&pag=14 e http://ric.slhi.pt/Seara_Nova/visualizador/?id=09913.042.016&pag=16.

dirigia-se diretamente à redação da *Seara Nova*, criticando a posição do seu diretor sobre a liberdade de Imprensa, explicitada em Luanda no Congresso da imprensa. Na sua descrição da *Etnografia Angolana* na tentativa de demonstrar que não era culpado de plágio, Falcato realçava como esta obra não passasse de

"um livrinho de um funcionário público. Este, decerto trabalhador, mas sem qualquer preparação científica ou literária, vai anotando o que vê. Que vê... e que aprendeu doutros e que todos sabem, inclusivamente os que de África só conhecem os folhetos de propaganda turística."²⁸²

Numa secção da carta que tinha o subtítulo de “Farândola”, o escritor português acusava, ainda, a *Seara* de ter “responsabilidades incalculáveis”, por não ter respeitado a sua independência enquanto escritor e por, como a utilização do termo “farândola” sugere, ter colaborado “em ataques pessoais, por, talvez distraidamente, aceitar o que lhe vem às mãos.” No trecho que reportamos a seguir, Falcato instituía um paralelismo entre a sua atitude e a de Camões ou de Alexandre Herculano, terminando com uma frase explicativa da opinião que ele tinha dos negros de Angola:

“O «ABC» e as folhas que o repetiram, pertencem a curiosos que põem nas coisas um sentido de sensacionalismo por que nem sequer os podemos responsabilizar, dada a sua falta de categoria intelectual. A «Seara Nova», para estar num assunto destes de boa fé, tinha que começar por pôr uma doutrina de plágio. Depois enquadrar-me nela, com as minhas «Raízes de Angola» ... se, entretanto, as tivesse estudado, no que respeita à comparação com a «Etnografia» do sr. Milheiros.

Aguardo que faça isso para que eu, e todos os que não desistem de se bater por uma independência de espírito sem condicionalismos de ocasião, possamos continuar a respeitá-la.

Entretanto fico a cogitar como é que a «Seara Nova» se vai arranjar para, chamando-me plagiador, não o chamar também a Camões, Frei Luís de Sousa, Alexandre Herculano e todos aqueles que vão buscar, para os seus escritos, uma fonte de informação. Isto, quando

²⁸² O editor da *Seara Nova*, em resposta às declarações de Falcato, citará outrossim uma carta de Falcato, publicada em 23 de Maio no *Jornal de Artes e Letras*, em que apoiava uma teoria distinta, ao declarar que "A «Etnografia Angolana» é o livro dum erudito etnólogo. A sua organização é científica. Foi sedimentada ao longo dos anos. Não tem carácter literário e, muito menos, o mais ligeiro parentesco com a reportagem."

eu admitisse que as minhas fontes tenham sido ao conhecimento do sr. Milheiros e não a observação, o conhecimento directo, os folhetos da Agência Geral do Ultramar, ou a narrativa de qualquer preto que encontremos aí à esquina.²⁸³”

A técnica do escritor para com as acusações, assim como os seus argumentos, mudaram aqui radicalmente, chegando ele a negar o valor da obra de Milheiros, em Maio definida como obra de mera divulgação científica. Realçando que o intensificar e exacerbar das acusações derivou, com certeza, de um clima de tensão que se foi reforçando ao longo de 1962, também por causa de o escritor ter sido chamado em juízo por plágio, parece pertinente evidenciar que a atitude de Falcato contribuiu, em certa medida, para a formação de uma “frente” a ele adversa, quase unitária e sem dúvida compacta, em uma reação que parecia ter mais a ver com as intimidações, as atitudes autoritárias e a visão racista do escritor português, do que com a polémica em si.

Algumas considerações do escritor de *Raízes* são indicativas, enfim, da divergência de percepção relativa aos nativos e à organização e natureza das sociedades africanas. Muito diferentemente das reflexões de José Tenreiro (que se focavam, como vimos, não só no aspeto puramente literário, mas também no estatuto das culturas africanas), Falcato demonstrou, com os argumentos em apologia do seu livro, ter uma visão tendencialmente paternalista da tradição africana ou de uma, pelo menos, condescendente ternura – a do bom colonizador - para com povos percebidos como simples e atrasados. O próprio autor, descrevendo a sua obra como, “um livro de simples divulgação em que se encontram reunidas crónicas saídas em jornais, em lugares e tempos diferentes”, explicitava a sua perspetiva:

“Temas: lendas, costumes, um ou outro incidente revelador da alma profundamente poética e atormentada do preto. Pontos de vista: simpatia e humana compreensão por seres que, num esforço ingente, se estão libertando de ancestralidades pesadíssimas”

Como era de imaginar, a resposta da *Seara Nova* não tardou, sendo publicada na mesma data em que se dava a conhecer ao público a carta que a tinha originado, com o título significativo de «Um plágio e muita ignorância».

²⁸³ Artigos do do *ABC, Diário de Angola* publicado na *Seara Nova* nº 1404/5, de Outubro-Novembro de 1962, págs 230 -31 (O Sr. João Falcato dá o dito por não dito) e págs 232-34 (Um plágio e muita ignorância). Disponível em http://ric.slhi.pt/Seara_Nova/visualizador/?id=09913.042.016&pag=14 e http://ric.slhi.pt/Seara_Nova/visualizador/?id=09913.042.016&pag=16

Destacando a falta de argumentos que pudessem demonstrar a inexatidão da acusação de plágio, o autor anónimo do artigo da *Seara Nova* perguntava, retoricamente, por qual razão três publicações de "índole e orientação tão diferentes" se teriam unido numa acusação contra Falcato. A resposta deste autor, implícita, era clara: apesar de distintas orientações, as redações opunham-se ao regime, que Falcato representava e a partir do qual reforçava a sua posição, recorrendo a intimidações. Daí a referência, no artigo da *Seara Nova*, ao facto de que o plágio tinha sido "zurzido na Emissora Nacional", e a recusa da acusação de uma campanha movida contra o escritor: sublinhava-se, aliás, que o então chefe de redação do *Jornal do Congo* e o antigo redator do *ABC*, Acácio Barradas, também tinham avançado com processos nos tribunais contra Falcato.

3.2.3- As literaturas nacionais e o “destino atlântico da raça”: Orlando de Albuquerque e os conceitos de angolanidade e moçambicanidade.

Quanto ao tema da identidade entendida como “nacional”, o debate em âmbito literário viu uma progressiva distinção dos temas da angolanidade e da moçambicanidade. Orlando de Albuquerque, que já se tinha pronunciado sobre o tema, destacava a cisão entre o ambiente cultural dos dois países, um voltado para o Atlântico, outro para o Índico. Ao operar esta distinção, o médico e escritor relacionava-a com a diferença entre Europa e Oriente, entre desenvolvimento e imobilidade cultural e económica.

O autor, viúvo da escritora Alda Lara, demonstrava ter uma posição marcadamente luso-tropicalista, reproduzindo alguns tópicos clássicos do pensamento colonial europeu e, mais concretamente, da visão orientalista, em que o Ocidente é ator, enquanto o Oriente se configura com um papel passivo, de forma a legitimar o papel regulador do primeiro em relação ao segundo. Apesar de não estarmos, propriamente, perante a atitude descrita por Edward Said, em que há a tendência para etiquetar como exóticos quaisquer “produtos” (culturais, sociais, etc.) do Oriente, encontramos a pretensão, partilhada pela teoria luso-tropicalista e pelos sistemas coloniais, de dominar o mundo inteiro²⁸⁴.

²⁸⁴ A referência é, mais uma vez, à obra *Orientalism*, p.109. Entendemos, com o termo dominação, uma visão abrangente que não se refira, neste caso, só ao desejo ou auspício de uma colonização efetiva dos territórios não europeus, mas também – e sobretudo – a uma dominação cultural, em que o ocidental tem o poder de decretar o que é ou não é desenvolvimento, o que é ou não é cultura, ou o que é justo e o que

Concretamente, e retomando posições já explicitadas, em artigo de 10 de Maio de 1962, Orlando de Albuquerque auspicava a necessidade de diálogo entre Angola e Moçambique, como explicita na conclusão do artigo:

"Um diálogo que deverá ser extensivo aos nossos irmãos de além-mar, para que todos ajudem a construir o nosso destino cultural na pluralidade das nossas raças, costumes e ambientes..."

Não podemos deixar de considerar, porém, que tal diálogo não queria e, na ótica do autor, não devia nem podia ser, uma forma de comunicação em que os dois sujeitos se pudessem colocar no mesmo plano de valor ou civilizacional. O parâmetro utilizado para medir a importância da cultura “outra” é sempre o Ocidental, não havendo espaço para outros critérios válidos.

Observamos como, curiosamente, o termo mais invocado para a definição dos conceitos de Angolanidade e Moçambicanidade é o de raça:

“Angola manteve, durante muito tempo, largo contacto de valores humanos e económicos com o Brasil. Moçambique, por épocas largas, dependência dos territórios do Oriente, viu desenvolver-se às suas portas um poderoso estado económico, prolongamento duma velha Europa, que não teria acompanhado o progresso espiritual da Humanidade...

Se os laços que ligavam os dois lados do Atlântico se quebraram em certa altura, para se reiniciar a sua união nos nossos dias, laços mais espirituais que materiais, em Moçambique os laços espirituais com o Oriente e com a vizinhança são sobrepujados pelo lado económico e, mesmo este, vivendo por demasia num estancismo rático.”

Orlando de Albuquerque, natural de Lourenço Marques, tinha estudado medicina em Coimbra juntamente com a futura mulher, a poetisa angolana Alda Lara, tendo acabado os dois por se instalar, após os estudos, em Angola. Movida por uma profunda fé católica, o principal desejo da médica e poetisa era o de poder tornar-se útil em Angola, desejando realizar uma "vasta acção social em Angola" e organizando "postos de assistência gratuitos, cursos de puericultura e informação sanitária para as mulheres indígenas e quantas coisas mais", como testemunham as suas cartas publicadas nos artigos de

não é. Em termos literários e de produção cultural, esta atitude converte-se numa elaboração e representação da realidade parcial ou tendenciosamente representada, na tentativa de uma perpetuação e legitimação da hegemonia cultural de um ou mais povos sobre os outros.

Requiem para Alda Lara do «Artes e Letras» em 14 de Fevereiro de 1962. Os dois estiveram referenciados pela PIDE já a partir de 1952, pelo envolvimento na CEI (Secção de Coimbra), sendo Albuquerque definido nos relatórios de “Comunista e mausito”²⁸⁵.

No artigo em questão, o autor evidenciava que, enquanto Angola encontrava no Brasil o seu correspondente natural no Atlântico, "vivendo num paralelismo de desenvolvimento espiritual, que vem justificar e explicar um reencontro natural", o mesmo não se podia dizer em relação ao país que o tinha visto nascer, pois Moçambique "sempre manteve laços com os seus vizinhos, evoluiu e evolui no plano espiritual, como se esses contactos não existissem." O autor continuava salientando que a "influência cosmopolita duma África do Sul britânica", evidente no "«modus vivendi» laurentino" não tinha qualquer reflexo nas manifestações culturais do país.

De resto, posições parecidas eram apoiadas também, e como lembrado por Sandra Sousa, por Rodrigues Júnior que no ensaio *Literatura Ultramarina*²⁸⁶, de 1962, evidenciava como o sector cultural tinha sido, em Moçambique, posto de lado para privilegiar os sectores económico e cultural²⁸⁷. A falta de mistura (de miscigenação, teria dito Freyre), ao contrário do acontecido em Cabo Verde, levava, para Júnior, à formulação sintetizável no lema “Literatura Ultramarina, sim. Literatura Moçambicana, não”. Ao comparar Cabo Verde com o Brasil, o escritor moçambicano, tal como Albuquerque, abraçava a teoria luso-tropicalista, insistindo na ação civilizadora do português²⁸⁸.

As considerações dos dois ensaístas sobre a realidade moçambicana estavam, como é evidente, longe de corresponder à realidade. Como observado por Manuel Ferreira, o impacto da revista *Mensagem* foi marcante ao longo dos anos '50 em Angola, enquanto a *Msaho*, publicada a partir de 1952 na então Lourenço Marques, não teve um impacto cujas consequências no panorama cultural e literário fossem comparáveis²⁸⁹. Ao mesmo

²⁸⁵ ANTT/PIDE/ DGS, Del. C SR 3767 NT 4480, folha 159. Orlando de Albuquerque era, na altura, Presidente da CEI de Coimbra.

²⁸⁶ Rodrigues Júnior, *Literatura Ultramarina (o escritor, o homem, o meio)*, Lourenço Marques, África editores, 1962.

²⁸⁷ Sandra I. Sousa, *Ficções do outro. Império, raça e subjectividade no Moçambique colonial*, Lisboa, Esfera do Caos, 2015, p. 189.

²⁸⁸ Um artigo relativo ao mesmo assunto e publicado por Rodrigues Júnior no *Diário*, em 1961, causou a reação de parte da elite cultural radicada em Moçambique, como demonstra o artigo de resposta de António Cabral, de que nos ocuparemos mais adiante: «Literatura ultramarina, literatura moçambicana», publicado n' *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, segunda quinzena de Março de 1961, pág. 6.

²⁸⁹ Manuel Ferreira, *Literaturas Africanas em Língua Portuguesa II*, Biblioteca Breve, Amadora, 1977, págs 73 e seguintes.

tempo, não seria legítimo esquecer o trabalho, nos primeiros anos da década de 60, de alguns dos atualmente consagrados escritores moçambicanos: Noémia de Sousa, José Craveirinha, Marcelino dos Santos e Rui Nogar, entre outros. As reuniões no café Scala e a colaboração em revistas do calibre de *Itinerário* e *Brado Africano* marcaram irreversivelmente a cultura da época. Porquê então uma recusa, mais acentuada em Moçambique do que em Angola, de uma literatura nacional? Noémia de Sousa, ao falar da ocupação do seu pai no sistema colonial, em entrevista cedida a Michel Laban²⁹⁰, esclareceu que, até no *Brado Africano*, havia uma consciência partilhada relativa à necessidade de fazer respeitar os direitos básicos de todos os homens de Moçambique, mas que havia, porém, “mesmo entre eles graves preconceitos raciais” e que no meio havia, provavelmente, por parte de muitos mestiços, atitudes “muito racistas, tanto em relação ao negro, como em relação ao branco. Às vezes eram muito racistas nos dois sentidos.”²⁹¹.

Distintamente das obras dos autores angolanos, em 1962 não havia, ainda, muitas obras de moçambicanos que fossem publicadas singularmente, para além das que apareceram em revistas ou coletâneas. *Chigubo* de Craveirinha só foi publicado pela CEI em 1964 e os poemas de Noémia de Sousa circulavam principalmente dactilografados na Metrópole. As declarações da escritora testemunham as tensões e contradições da época e, como observado por Francisco Noa, se o colono associava facilmente a sua identidade cultural à dimensão imperial, entre os assimilados “manifestarem-se de forma aguda, quando não mesmo patológica, as grandes contradições e tensões geradas pela presença colonial europeia em África²⁹²”. Não podemos esquecer, ainda, que em 1962 Angola já se encontrava em guerra, com todas as consequências a nível não só social, militar e económico, mas também humanitário. Em Moçambique, para além de não se ter passado, ainda, a um confronto direto sistemático, as iniciativas de contrassubversão das Forças Armadas contribuíram especificamente - através da APSIC (Acção Psico-social) – para a manutenção da ordem colonial, conseguindo veicular e reforçar, de forma mais ou menos implícita, a ideia de superioridade dos brancos sobre os negros.

²⁹⁰ Michel Laban, *Moçambique, encontro com escritores*, volume I, Fundação Engenheiro António de Almeida, Porto, 1988, pp. 237-346.

²⁹¹ Noémia de Sousa in Michel Laban, *ivi*, pp. 286-87.

²⁹² Francisco Noa, «Prefácio», in José Luís Cabaço, *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*, Maputo, Marimbique, 2010, p. 13.

3.3 – O *Jornal de Benguela*, *O Intransigente* e *A Voz de Moçambique*: celebração da pátria, do “Mundo Português” e da nação pluricontinental?

Uma das principais dificuldades com que nos defrontamos ao tentar levar a cabo uma comparação, se bem que não sistemática, entre distintos periódicos angolanos, reside no facto de não existirem, até a data, estudos cronológicos sobre a História da Imprensa Angolana. Assim sendo, ao abordar a questão dos jornais, somos forçados a consultar artigos avulsos ou, em muitos casos, materiais divulgativos de divulgação que remontam à época colonial. Em 1952, Júlio de Castro Lopo publicava o volume *Para a história do jornalismo de Angola*, originado a partir de uma conferência que, a convite da ANANGOLA (Associação dos Naturais de Angola) tinha proferido “em Luanda, no salão de festas do Rádio Clube de Angola, em a noite de 1 de Setembro de 1951”²⁹³. Numa obra subsequente de 1964, o autor fazia menção à publicação do *Jornal de Benguela*, aí publicado, a partir de 3 de Julho de 1912:

“Bi-semanário. Fundou-se como semanário. Publicou-se como diário desde 2-1-1930 a 19-7-1932. Recomeço, logo a seguir, a publicação como semanário. Suspensa a publicação desde Fevereiro de 1937 a Março de 1940, *Jornal de Benguela* voltou a sair, mas foi novamente suspensa a publicação desde Março de 1944 a Dezembro de 1945. Recomeçou a publicar-se como semanário, passando mais tarde a bi-semanário. – É propriedade da Tipografia do *Jornal de Benguela*, Limitada.”²⁹⁴

Observava ainda Castro Lopo que a normalização dos “serviços administrativos e redatoriais do periódico” só aconteceu em 1946. Relativamente a *O Intransigente*, o mesmo autor observava que, após a sua primeira publicação em 1 de Maio de 1929, aquele jornal (também publicado em Benguela, passou para bissemanal a partir de 6 de Janeiro de 1942. A morte do seu diretor (Gastão Vinagre) em Outubro de 1962 comprometeu a vida da publicação sendo, pela análise de Castro Lopo, os últimos exemplares publicados em Novembro de 1962²⁹⁵.

²⁹³ Júlio de Castro Lopo, *Jornalismo de Angola. Subsídios para a sua história*, Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964, p.7

²⁹⁴ Júlio de Castro Lopo, *Ivi*, Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964, p.119.

²⁹⁵ A partir do processo ANTT/TT/ PIDE PIDE/DGS/ Del. Angola PI 100035 NT 1113 (44 folhas) sabemos, porém, que antes da morte do seu diretor, o jornal já tinha interrompido a publicação. Afirma-se no relatório do Posto da PIDE de Lobito, de 26 Junho de 1962: “No dia 16 do corrente mês, veio a lume o seu último número, em virtude de ter sido suspensa a sua publicação, por iniciativa e determinação do corpo administrativo da empresa proprietárias, ignorando-se se virá ou não a ser reeditado.” O jornal,

Em 1993, A. Borges de Melo mencionou ambas as publicações no volume *História da Imprensa de Angola*, que saiu com a *Semana Ilustrada* inserindo-as, porém, na secção dedicada à imprensa local e não na nacional²⁹⁶.

O teor dos conteúdos publicados nestes jornais no biénio 1961-62 (o único período em que nos é possível efetuar a comparação, já que a publicação d' *O Intransigente* foi interrompida em finais de 1962 para ser retomada, aparentemente em números avulsos, entre 1973 e 1974) se afastava, sem dúvida alguma, dos debates que animavam o *ABC*, *Diário de Angola* e a sua página literária. No caso do *Jornal de Benguela*, e relativamente aos exemplares a que tivemos acesso na Biblioteca do Governo Provincial de Luanda, o debate identitário é deslocado da questão literária e reduzido ao discurso nacionalista português e à ideia da pátria pluricontinental. *O Intransigente* tinha, pelo contrário, uma página literária organizada por Vítor Silva Tavares e que estava, portanto, ela própria ligada à oposição ao regime.

Os dois casos são paradigmáticos porque, apesar de serem jornais que escapavam ao contexto da imprensa luandense e tendo sido ambos publicados no Sul de Angola (em que a extensão dos latifúndios e a exploração colonial tinham reflexos na formação das elites intelectuais), testemunham duas orientações opostas. Isto permite-nos confirmar a tese de que a adesão às narrativas oficiais estava relacionada com o contexto urbano e a evolução ou estagnação das cidades angolanas, mas que contextos menos efervescentes culturalmente, como foi o caso de Benguela, não excluía a possibilidade de redes intelectuais e produções cuja orientação desafiava a censura e o regime salazarista. Teremos oportunidade de evidenciar, contudo, como nestes contextos tais redes estavam ainda muito dependentes da elite intelectual metropolitana. Os debates que, na mesma altura, foram publicados nas páginas d' *A voz de Moçambique* permitem-nos, por outro lado, pensar as formas em que tais questões assumiam contornos específicos naquele território.

que nesta primeira fase passara oficialmente a ter frequência semestral, teria optado por esta solução por causa de dificuldades económicas que estariam a comprometer a própria sobrevivência da empresa. Entre as razões aduzidas pela PIDE, está também o facto de a sua gestão estar nas mãos de Edite Soeiro, na altura Chefe de Redacção. Entre as causas, mencionava-se, de facto, a “falta de uma equipa redactorial com mérito jornalístico, visto que, a sua articulação estava apoiada, quase só, no respectivo chefe de redacção, Edite Soeiro, pois o director e principal orientador, Gastão Vinagre, encontra-se já impossibilitado, pela idade e pela doença, a trabalhar.” (folhas 7-9).

²⁹⁶ A. Borges de Melo, *História da Imprensa de Angola*, *Semana Ilustrada*, Rio de Janeiro, 1993, p. 229.

3.3.1- O *Jornal de Benguela*: a imagem de uma Angola euro-africana e as reivindicações sobre a Universidade.

Apesar de não ter, como já foi dito, uma página literária, e de ter uma orientação bem menos progressista do que o seu conterrâneo *O Intransigente*, o jornal dirigido por Manuel de Mesquita não foi alheio ao debate sobre cultura nacional, identidade e literatura que teve grande destaque no luandense *ABC*.

Como observado por Fernando Tavares Pimenta, o *Jornal de Benguela* representava *in toto* os interesses dos colonos angolanos brancos:

“uma análise atenta do *Jornal de Benguela* revela que os colonos procuraram dar de si mesmos a ideia de esforço, de bravura e de valor, no sentido em que se assumiram como os desbravadores dos infinitos sertões africanos e os civilizadores das populações indígenas. A imprensa foi pois o instrumento pelo qual os colonos construíram - para "consumo" interno e externo - uma gesta da "obra admirável da colonização", adjectivando-se a si mesmos com atributos muito pouco parcimoniosos.”²⁹⁷

Neste sentido, realça ainda Pimenta que os colonos brancos angolanos se identificavam como uma comunidade distinta da portuguesa, sobretudo após terem constituído uma sociedade radicada no território. O que talvez seja mais interessante no caso destes dois jornais é, porém, a ideia de que a angolanidade que os brancos de Angola assumiam não correspondia, necessariamente, à ideia de africanidade, mas sim a uma de euro-africanidade.

Mesmo na busca de alguma autonomia da metrópole, as elites privilegiavam o eixo Angola – Brasil, em vez de buscarem conexões com outros países africanos pondo, de qualquer forma, muito raramente em causa o eurocentrismo da sociedade angolana. No seu artigo «Velhos e novos aspetos da arte de Colonizar», de 11 de Setembro de 1961,

²⁹⁷ Fernando Tavares Pimenta, «Representações políticas da cultura colonial dos brancos de Angola», in *Estudos do Século XX*, n.º 8, Imprensa da universidade de Coimbra, 2008, págs. 293-304. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/36585>

Sérgio Príncipe²⁹⁸ afirmava que, dadas as tensões existentes, se revelava necessária uma intervenção musculada do Estado, tanto a nível de regulamentação, como no favorecimento de melhores condições para os que emigravam para Angola. Reconhecia, ao mesmo tempo, tanto a existência de “factores raciais” originados pela apropriação de terras destinadas aos colonatos:

“A competição das ideias e das paixões é interessante e digna de respeito, mas no momento actual a coesão social e a disciplina do espírito não deve ser uma figura retórica: uma teia de liberdades obcecadas pelas paixões numa controvérsia de factores raciais; quiçá, a introdução de um período de difícil adaptação a um arranjo social, político, e económicos já visível no dealbar do futuro.”

[...]

“Tudo indica que a força controladora do Estado se avive e desenferruje conforme as directrizes do senhor Presidente do Conselho e as exigências do futuro de Angola, que tendo nascido portuguesa, tal qualidade não quer perder.”

[...]

“Assim, pois, a gravidade dos atritos consequentes da usurpação da propriedade indígena, criou a intranquilidade que a psicologia do branco considerou de nula valia, avigorando-lhe a crença de que para enriquecer não era indispensável cuidar dos meios nem do respeito pelos direitos alheios, digamos consuetudinários.”²⁹⁹

Artigos deste teor são frequentes nas páginas do jornal no biénio 1961-62. Pelo que respeita à presença de conteúdos literários, realçamos os poemas, as reflexões e os elogios dedicados a Alda Lara, partindo do poema escrito pelo irmão Ernesto Lara Filho em 31 de Janeiro de 1962 (dia seguinte à morte da poetisa), em Lisboa, e que termina com a referência a Alda como defensora dos mais débeis.

²⁹⁸ Tudo indica que o autor do artigo possa ter sido Sérgio Joaquim Príncipe que, conforme indicado por Ana Vaz Milheiro - no seu artigo «Experiências em concreto armado na África Portuguesa: influências do Brasil», in *Pós*, volume 16, nº 25, São Paulo, Junho de 2009, págs. 56 -79) - fundou na zona do Lobito, conjuntamente com a mulher, Maria de Conceição Nobre, o Núcleo de Estudos Angolanos-Brasileiros, focado na arquitetura e que tinha ligações com a Universidade da Baía. Príncipe também participou, com o poema «Ao planalto da Huíla», de uma edição organizada pela própria Conceição Nobre: *Antologia de poesias angolanas*, Nova Lisboa, 1958. A obra incluía poemas de vários autores portugueses, inclusive de Fernando Pessoa.

²⁹⁹ Sérgio Príncipe, «Velhos e novos aspetos da arte de Colonizar», in *Jornal de Benguela*, 11 de Setembro de 1961, p. 11.

“Maninha tem voz sangrenta
tem voz gritando, chorando
p’ra quem só sabe andar só
tem duas rugas na face
e acácias no coração.”

[...]

“É tua a voz revoltada
desta saudade crescendo
no nascer da madrugada³⁰⁰”

Se parecia haver unanimidade na evocação da flora típica da paisagem benguelense, como as acácias e buganvílias mencionadas no poema de Lara Filho dedicado à irmã (“Nem uma acácia florida/Nem uma buganvília vermelha/Nem uns meninos de bibe para o seu rosto afagar”), o mesmo não se pode dizer quanto aos termos locais e às suas respetivas grafias. No artigo publicado em 12 de Março de 1962, “pelo Dr. Raúl Candeias da Silva” e supostamente motivado pela carta de uma leitora de Carmona que assinava por “Viúva Alegre”, o autor criticava o *ABC* pelo uso difuso que o jornal fazia de “estrangeirismos”. O artigo «Questões linguísticas. Bem prega Frei Tomás...», ³⁰¹ além de criticar de forma bastante evidente a leitora, postula uma utilização bastante rígida da língua portuguesa, que se quer livre de “estrangeirismos”. Neste caso parece-nos relevante o facto de que, na ideia do autor do artigo, o português falado em Angola não deveria diferir do português falado em Portugal. Se palavras como *bouquet*, *gare*, *coquetel*, e até *écran* não deveriam fazer parte do vocabulário, é curioso notar como grafias derivantes das línguas africanas também eram catalogadas de estrangeirismos:

“Já respondi, neste mesmo Jornal, que, em vez de o Katanga, o Guiné, o Kénia, o Libéria, o Uganda, o Ghana, o Tanganika, devemos dizer e escrever a Catanga, a Guiné, a Quénia, a Libéria, como dizemos a China, a Etiópia, a França, a Guatemala, a Austrália, etc. Tão

³⁰⁰ Ernesto Lara filho, «Poema para maninha», in *Jornal de Benguela*, 15 de Fevereiro de 1962, pág. 1.

³⁰¹ Raúl Candeias da Silva, «Questões linguísticas. Bem prega Frei Tomás...», in *Jornal de Benguela*, 12 de Março de 1962, pág. 1.

estouvadas masculinizações devem-se à influência do francês, pois eles dizem: le Katanga, le Groenland, l' Éthiopie (masculino), le Kénia, etc.”

Noutros casos, como na resposta à suposta carta de um tal Sabichão de Vouga, o autor justificava a utilização de anglicismos por parte das emissões do Rádio Clube de Benguela, justificando a utilização de cada palavra (*festival, music hall, etc.*)³⁰². A hegemonia quase total da influência europeia, tanto a nível cultural como a nível linguístico, está bem mais patente nos conteúdos publicados neste jornal do que, por exemplo, nos que compõem as páginas d' *O Intransigente*. Para além de se dever a duas orientações radicalmente distintas dos jornais (o segundo contava com a colaboração ativa de Vítor Silva Tavares), a predominância absoluta da cultura europeia também está patente na Página literária do segundo, como iremos demonstrar. Parece-nos, neste sentido, que tal assimetria entre o *ABC, Diário de Angola* e estas publicações se devia também à excecionalidade do ambiente cultural de Luanda, assim como a uma tradição menos progressista que caracterizava a zona do Sul de Angola.

O *Jornal de Benguela* parecia representar, nesta altura, um dos órgãos oficiais do regime na zona Sul: o teor dos artigos, dos comunicados e a própria elaboração gráfica do título na primeira página diferiam muito das dos outros jornais de que nos ocupamos.

Mesmo considerando a altura politicamente sensível em que Angola se encontrava entre Fevereiro e Março de 1961 e a propaganda a que todos os jornais eram sem distinção sujeitos, as notícias do *Jornal de Benguela* acabam por surpreender. Surpreendem tanto pelo seu estilo retórico, que parece evocar o da década anterior, como pela concentração, pelo conteúdo dos artigos e pelas escolhas iconográficas.

Depois da resolução 1603 das Nações Unidas, que previa a constituição de um Subcomité dos Cinco para avaliar os acontecimentos angolanos (já incluídos, como as restantes colónias entre os “territórios não autónomos”), em Março de 1961, o tom dos artigos ficou mais vincadamente nacionalista. No dia 24 de Abril de 1961, afirmava-se:

“Só temos de recolher dos acontecimentos a tremenda lição e seguir em frente pelo bom caminho do Mundo Português traçado e em permanente evolução há cinco séculos,

³⁰² Raúl Candeias da Silva, «O vírus do Sabichão», in *Jornal de Benguela*, 7 de Abril de 1962, págs. 1 e 6.

ajustando-o em todos os sectores ao nosso tempo. E aqui como em todos os rincões portugueses dispersos pelo Mundo, brademos bem alto: Viva Portugal!”³⁰³

Apelando, também, ao recurso à “Defesa Civil do Território”, a resolução era identificada como resultante de supostas “ilegalidades”. Uma banda desenhada da autoria de Cunha e Costa no início da página representava os ataques à nação. A partir de Portugal continental, erguia-se uma coluna com os nomes dos vários territórios ultramarinos e, no topo, o brasão de armas português e uma cruz. Apesar de o monumento estar a ser apedrejado pela ONU, através dos vários estados do bloco afro-asiático, a legenda rezava: ‘...por mais pedras que lhe atirem os “afro-asiáticos”, Portugal será eterno!’

Exaltando-se, em outras ocasiões, “A patriótica acção da imprensa angolana nas suas várias formas³⁰⁴”, a primeira página do jornal incluiu, também, algumas das Crónicas de João Falcato, a partir das quais fica evidente a razão que levou, no ano seguinte, à exacerbada polémica entre Falcato de um lado e o *ABC*, o *Jornal do Congo* e a *Seara Nova* do outro.

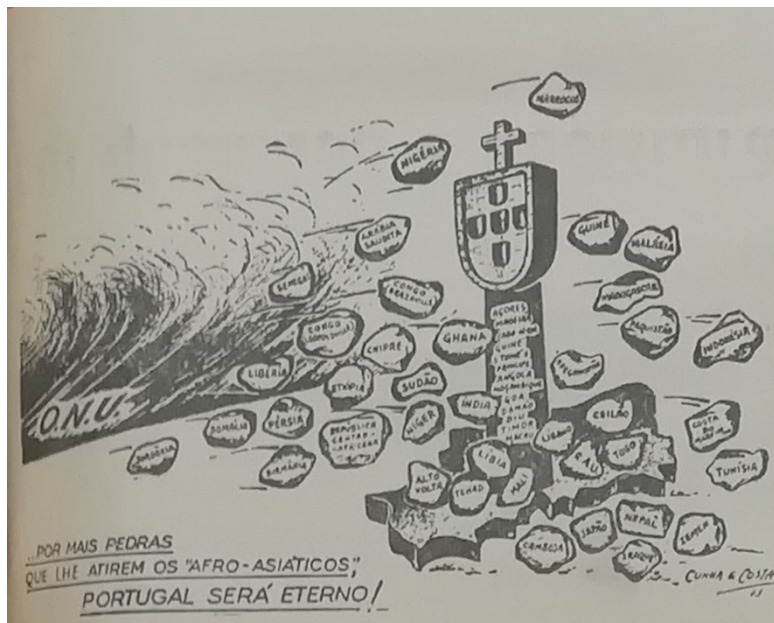


Ilustração do artigo «Agora que a O.N.U. já se pronunciou,.. brademos bem alto em Angola como em todo o Mundo Português: VIVA PORTUGAL!», in Jornal de Benguela, 24 de Abril de 1961.

³⁰³ «Agora que a O.N.U. já se pronunciou,.. brademos bem alto em Angola como em todo o Mundo Português: VIVA PORTUGAL!», in *Jornal de Benguela*, 24 de Abril de 1961, p. 1. Biblioteca do Governo Provincial de Luanda.

³⁰⁴ «A patriótica acção da imprensa angolana nas suas várias formas posta em foco pelo Ministro do Exército à sua chegada a Lisboa», in *Jornal de Benguela* de 14 de Agosto de 1961.

Em «Dum canto de Portugal a outro. Carta de Benguela. Crónica de João Falcato», comentando uma carta que lhe tinha chegado “até ao Alentejo de Benguela”, com uma demora de cerca de um mês, o português manifestava o seu entusiasmo embebido de patriotismo: “Pois se ficamos contentes quando qualquer amigo do cabo do mundo nos manda umas palavras, quanto não o ficaremos se essas vêm de alguém que é nosso e que nos fala de coisas nossas.” Depois da reprodução parafraseada do famoso lema “Angola é nossa”, o autor passava para a reprodução da imagem do país único e intercontinental:

“Santo Deus! Dum canto de Portugal, duma província portuguesa, notícias levam - ou podem levar - a chegar a outro bocadinho de Portugal esses dias todos.

Quando uma coisa leva muito tempo a chegar a algum lado, esses lugares estão longe. Então, estamos longe de Angola. Portugal fica longe de Angola, que é uma sua província, como Roma ficava longe das suas províncias, daquelas por que tinha lutado...”³⁰⁵

Para além das crónicas, não faltaram pontuais publicações poéticas, como a de *A Casa do tempo* de Orlando de Albuquerque e dedicada a Alda Lara, “Menina de Benguela/ Menina de Angola”³⁰⁶, informações sobre a publicação de obras de poetisas “angolanas”, como no caso de *A voz do coração* de Ana Rolão Preto Martins Abano (29 de Março de 1962), ou notícias sobre o aparecimento de revistas como *A revista de Angola*, que ostentava na capa a imagem de uma mulher loira e de cabelo liso.

A nível de temas extraliterários, o *Jornal de Benguela* deu, ao longo do ano de 1962, grande destaque à campanha para a instituição da Universidade em Angola e ao General Venâncio Deslandes, que teve um papel de fundamental importância nas reivindicações e que acabou por ser demitido do papel de Governador-Geral de Angola por Adriano Moreira, então na pasta do Ultramar. Em 21 Abril de 1962, Deslandes publicou no Boletim Oficial um Diploma que instituía Centros de Estudos em várias cidades angolanas. A partir das declarações de Adriano Moreira e de personalidades envolvidas

³⁰⁵ «Dum canto de Portugal a outro. Carta de Benguela. Crónica de João Falcato», in *Jornal de Benguela* de 16 de Março de 1961. Biblioteca do Governo Provincial de Luanda.

³⁰⁶ Orlando de Albuquerque, «A casa do tempo» in *Jornal de Benguela*, 22 de Março de 1962, pág. 5. (BNP, *Jornal de Benguela*, F.P.298, Bobine nº 52).

na administração da colónia³⁰⁷ e entrevistadas no documentário *A guerra* realizado por Joaquim Furtado para a RTP³⁰⁸, uma vez assumido o cargo de Governador Geral de Angola (e o controle das Forças Armadas daquela província), o general Deslandes acabou por entrar em rota de colisão com o Governo Central. O próprio Moreira, sendo muito mais novo do que Deslandes, teria sentido que as hierarquias do Estado não estavam a ser respeitadas. A concentração de poder, mas sobretudo a decisão de taxar a Diamang, com inclusão de impostos retroativos, comprometeu a permanência do General no cargo. Declarou, a este propósito, Moreira:

“A Companhia dos Diamantes, com os seus accionistas (porque tem mais significado falar nos accionistas do que dizer puramente Companhia dos Diamantes), dirigiram-se directamente ao Presidente do Conselho protestando contra isto. Porque era uma situação, na altura, de facto com importância para o governo, porque tratava-se da Praça de Londres, era preciso ter alguma cautela.”

Parece-me, assim, que a proliferação de artigos sobre a instituição da Universidade em Angola³⁰⁹ e o entusiasmo para com a figura do Governador-Geral iam para além da simples reverência e dos comunicados oficiais. Elas refletiam, de facto, um generalizado entusiasmo da elite branca, comercial e intelectual angolana e, particularmente, da zona Sul do país, que se sentia ameaçada pela perpetuação da centralização do poder económico e administrativo na província e reconhecia, ao mesmo tempo, a urgência de modificar o modelo governativo e o as dinâmicas relacionais com a população negra. Não podemos esquecer, para além disso, que a zona sul reivindicava o seu papel de contrapeso em relação à capital, sendo as cidades de Sá da Bandeira e Luanda as sedes dos únicos liceus com ciclo completo do país: o Diogo Cão e o Salvador Correia (hoje Mutu-Ya-Kevela).

³⁰⁷ Refiro-me às declarações de Amadeu Castilho Soares, Secretário Provincial entre 1961 e '62, e Luís Fernandes Thomaz, Secretário de Deslandes no mesmo biênio.

³⁰⁸ Joaquim Furtado, *A Guerra*, episódio 37, Portugal, RTP, 2007.

³⁰⁹ Cito, a título de exemplo: João da Chela, «Crónicas da Huíla. Universidade... Universal!», in *Jornal de Benguela*, 2 de Abril de 1962, pág. 1. ; «Na sua primeira visita na qualidade de Gov. Geral de Angola estará entre nós nos dias 14 e 15 o sr. Gen. Venâncio Deslandes», in *Jornal de Benguela*, 7 de Abril de 1962, pág. 1. ; «Os centros de estudos universitários a funcionar no próximo ano satisfazem os anseios da Província», in *Jornal de Benguela*, 9 de Abril de 1962, págs. 1 e 5.

Tudo isto não deixa de ter reflexo no campo literário e da imprensa periódica: a pegada cultural eurocêntrica, assim como a falta de representatividade, caracterizavam não só as publicações menos progressistas como o *Jornal de Benguela*, mas também de ambientes culturais menos ligados à elite comercial benguelense, e mais à oposição republicana, como no caso do bissemanário *O Intransigente*.

3.3.2 –O *Intransigente*, a sua «Página literária»: a contribuição de Vítor Silva Tavares.

A «Pagina Literária» do jornal *O Intransigente* (“Bissemanário Defensor do Nacionalismo em Angola. Pela Pátria, pela República”) distinguia-se por conteúdos e orientação do «Artes e Letras» do *ABC, Diário de Angola*. A razão disto devia-se, como não podia deixar de ser, a escolhas editoriais, mas também ao facto de que, no caso d’ *O Intransigente*, a tarefa de organização estava concentrada nas mãos de poucas pessoas cuja intervenção era visível ao longo de todo o jornal. Com sede na Praça da República de propriedade da Gráfica de Benguela LDA, o bissemanal saía, por regra, às Quartas-Feiras e aos Sábados³¹⁰. Considerando, de uma forma geral, as publicações literárias das três secções do jornal mencionadas, é evidente a relativa ausência de autores africanos. Foram privilegiados, em vez disso, autores europeus, principalmente socialistas, marxistas ou libertários. Quanto aos temas, em várias ocasiões o jornal abordou as questões da liberdade, da guerra e do racismo tentando apresentar, pelo menos de um ponto de vista explícito, estes temas como se eles resultassem do contexto angolano. Poucas foram as publicações de obras literárias de autores angolanos e moçambicanos, excluindo aquelas produções que, apesar de demonstrarem certo nível de empatia para com os negros, eram marcadamente coloniais.

Para além do espectro, sempre presente, da censura (aqui, como no *ABC*, é bem frequente a inserção de anúncios publicitários para preencher os espaços deixados vazios pelos cortes), a personalidade intelectual do redator pode ser reveladora de determinadas escolhas.

³¹⁰ Em alguns casos, houve exceções, com a publicação a acontecer à Sexta-Feira.

Lisboeta da Madragoa, Vítor Silva Tavares chegou a Angola em 1959, ficando na província até 1962, ano em que voltou a embarcar para Lisboa. Começou a sua carreira jornalística nas páginas d' *O Intransigente*, a convite do seu diretor, Gastão Vinagre. Anos depois, já de volta a Portugal, publicaria o seu primeiro livro *Hot & etc*, no número 60 da “Colecção Imbondeiro”³¹¹. Quanto ao jornal, dirigiu a sua página literária, a página de cinema e, pelo que parece pelos seus conteúdos literários, também a página «Fim-de-semana». Alguns dos seus artigos de opinião sobre a situação política angolana foram publicados, para além disso, diretamente nas primeiras páginas do jornal.

Foi na redação d' *O Intransigente* que Silva Tavares conheceu Edite Castro Soeiro (nascida em Benguela, única mulher jornalista) e que entrou em contacto com Aníbal Fernandes. Este último fazia parte, para além do *Jornal do Congo*, da redação do *ABC*, *Diário de Angola*, conjuntamente com Machado Saldanha, Adolfo Maria e Acácio Barradas. O jovem português ficou conhecido, na zona de Benguela, sobretudo pelas atividades cinematográficas, em particular em ações nos *musseques* e nas aldeias, que lhe valeram a alcunha de “Fidel do Sul”³¹². A sua participação no Rádio Clube de Benguela proporcionou-lhe, além disso, contactos com o Rádio Clube de Luanda e, por conseguinte, com os membros da Sociedade Cultural de Angola e da C.E.I. (ambas ligadas ao jornal *Cultura* e das quais nos ocuparemos no próximo capítulo). Supomos que, da mesma forma, foram relevantes os contactos com o Rádio Clube da Huíla e, por reflexo, com Leonel Cosme e a Imbondeiro.

No contexto de Benguela, com a eclosão da Guerra, a recusa de Tavares em transmitir comunicados oficiais da A.N.I (Agência Nacional de Informação), ações provocatórias de “rebeldia toponomástica” e o conteúdo dos artigos n' *O Intransigente* levaram o jovem cineasta e jornalista a ser perseguido pela P.I.D.E. e, posteriormente, à sua decisão de voltar a Portugal.

“Um dia a cidade acorda e toda a gente, quando vai para o trabalho, verifica que toda a toponímia da cidade estava alterada. Onde dizia Praça 28 de Maio estava Praça Humberto Delgado, onde dizia Largo Dr. Oliveira Salazar, estava lá Largo da Liberdade... as

³¹¹ Vítor Silva Tavares, *Hot&etc*, in “Colecção Imbondeiro”, nº 60, Sá da Bandeira, 1964.

³¹² Emanuel Chaves Pimenta Cabral Cameira, *A & Etc de Vitor Silva Tavares*, Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2018, p.78. Disponível em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34078/1/ulsd731700_td_Emanuel_Cameira.pdf

peessoas nos carros, grande festa e alegria... e estas coisas passaram na rádio, não em Angola, mas na Rádio Dakar, grande camarim com estas coisas.³¹³”

Estas considerações sobre as atividades de Tavares em Angola são relevantes porque, para além de testemunhar o papel dos Rádio Clubes na época e o seu papel mobilizador da oposição, esclarecem as ligações e a circulação dos membros das elites culturais na época, especialmente entre Luanda, Lisboa, Benguela e Sá da Bandeira e também no exílio (pensemos, por exemplo, na França ou na Argélia).

Relativamente à Comissão Administrativa que então dirigia o Rádio Clube de Benguela, comentava Tavares, em carta de 14 de Setembro de 1961 intercetada pela PIDE e dirigida ao *Jornal do Congo*:

“A cidade tinha o seu Rádio-Clube que laborava em moldes progressivos, construtivos e patrióticos. Mas moveram-se as forças da reacção, os esternos barriguistas. E o resultado está à vista: contentaram-se os poucos e prejudicou-se a larga maioria.

[...]

Pergunta-se: que ganhou Benguela? Que ganhou o Lobito? Que ganhou Angola? Que ganhou o povo?

[...]

Não teria havido um excesso de poder lutar prejudicial aos mais altos interesses do Governo e da Nação? E só me resta uma palavra de inteira justiça ao vosso desassombro e à vossa intransigente lealdade para com os legítimos direitos e interesses do povo a que todos pertencemos, que é o mesmo é dizer de Portugal.”³¹⁴

A frustração sentida por Silva Tavares relativamente à situação esteve, ainda, manifesta na carta enviada para Luanda e dirigida a Aníbal Fernandes:

³¹³ Declarações de Vítor Silva Tavares em 2012, in Cameira, *Ivi*, Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2018, págs. 83-84.

³¹⁴ Carta de Vítor Silva Tavares à redacção do *Jornal do Congo*, in ANTT/TT/PIDE/DGS/ Del Angola/ PI 100035, NT 1113, fls 40 e 41.

“Ando como um candidato medíocre no reino das letras: tudo quando escrevo vai para o cesto dos papéis! Porquê? A resposta é só: por ser escrito por V.S.T., o mau, o bera, o contra, o inimigo público, o Fidel, o revolucionário, o comunista, o ateu, o existencialista, o sanguinário.

Será todo este remate contra mim um sintoma da minha própria força? Perhaps. Ai que bom! Como eles me temem! Mas falando a sério: se v. Soubesse como eu tenho andando! Só lhe digo: com a morte na alma. A questão do Rádio-Clube doeu-me que eu sei lá. A injustiça mais estúpida e mais ferina... E reduziram a imprensa local ao silêncio: o Mimoso Moreira viu uma local sua sobre as comissões administrativas cortada sem mais aquela. Porquê? A FORÇA!”

Voltando ao aspeto e os conteúdos d’ *O Intransigente*, eles estavam, para além disso, completamente marcados pela personalidade de Tavares. A «Página literária» era a face do seu organizador, um jovem opositor do regime e cujo fascínio pelo internacionalismo era evidente.

Os ensaios e artigos de opinião publicados pelo jornalista eram irreverentes, provavelmente graças ao facto de que, como declarado pelo próprio numa entrevista de 2007, ao eclodir da guerra “a Censura fica sem saber o que fazer, sem instruções de Lisboa³¹⁵”. Nestes textos acabava por estar presente, mais do que propriamente uma preocupação com a identidade angolana, a reivindicação da liberdade e a recusa do racismo.

Em 19 de Março de 1961, apresentando na «Página» “Água Forte”, conto inédito de um escritor que se apresentava com o pseudónimo de Marques Portugal, constatava-se o nascimento da literatura angolana:

“Há-de criar-se uma autêntica, genuína, possante e adulta literatura angolana; abundam já os indícios, surgem obras e nomes que são já mais do que promessas titubeantes; plasmam-se as primeiras tintas-bases, tenta-se o que será um estilo; mas falta a epopeia.

³¹⁵ Vítor Silva Tavares, «Resistência é a Palavra», entrevista por Alexandra Lucas Coelho, in *Público*, 16 de Julho de 2007. Disponível em <https://www.publico.pt/2007/07/16/culturaipsilon/noticia/resistencia-e-a-palavra-1299603>

Não há um Castro Alves, um Catulo da Paixão Cearense (e notem como estes já não correspondem a toda uma modernidade temática e formal no Brasil onde os irmãos Campos implantam o concretismo poético - isto para se utilizar uma comparação entre o Brasil e Angola, já que abundam os pontos de contacto): mas surge um Tomás Vieira da Cruz, um Ayres de Almeida Santos; não existe ainda um Jorge Amado - mas existe um Castro Soromenho.

A literatura angolana já nasceu: mas falta-lhe crescer. É um bebé cheio de força. Venham, pois, os escritos sobre a terra angolana, as suas gentes, os seus casos, os seus tipos, o seu trabalho, as suas privações, as suas dores, a sua epopeia. Esta «Água forte» é uma visão (plástica? social? ou ambas as coisas?) de um caso típico. Uma contribuição. Uma pequena pedra. Angola vai precisar de uma enormíssima Água forte.

Pense nisto, Marques Portugal. Você é um escritor angolano.³¹⁶”

A página literária do jornal tinha, pouco tempo antes, aberto uma chamada para aqueles autores angolanos que, ainda no anonimato, quisessem lançar as suas obras no jornal. Nas poucas publicações de “novos autores” constata-se, porém, que as publicações realizadas parecem ser todas de autoria de brancos, partindo do relato do próprio Marques Portugal, que descrevia a tristeza sentida por um negro assimilado na sua vida cotidiana de empregado doméstico.

Outro poema, publicado em Abril de 1961 e indicado como sendo da autoria de uma jovem de quinze anos, “Bety de Luanda”, descrevia com algum exotismo uma mulher negra a dançar ao som do batuque, que dava o título ao poema:

“Eh! Morendendguê!
Eh! Morendendguê!

Entre a multidão
Eufórica
Os pés descalços
Da negra dançarina
Pisam e repisam o chão

³¹⁶ Vítor Silva Tavares, in *O Intransigente*, 19 de Março de 1961.

No compasso febril
Da melopeia indígena
Frenética
Subtil
Alucinante...³¹⁷”

A nível geral, notamos que as obras publicadas no suplemento entre a eclosão da guerra e 1962 foram, com notáveis exceções, na maioria, de autoria de escritores da Europa central, brasileiros ou russos, sobretudo pertencentes aos ambientes comunistas e de esquerda. Aparecem, na «Página», textos de Jacques Prévert, Paul Éluard, Wladimir Majakowsky, Federico García Lorca, Hemingway, Juan Ramón Jiménez, Manzoni, Fernando Pessoa, Cesariny, Paul Claudel, Miguel Torga, Franz Kafka, Albert Camus, Lev Tolstoj, Jean Paul Sarte, Vinicius de Moraes, Almada Negreiros, Aquilino Ribeiro, Ferreira de Castro, Alexandre O’Neill, António Ramos Rosa, Mário de Sá Carneiro, Jorge de Sena, Manuel Bandeira e Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade, James Joyce, Bertrand Russel, Bertolt Brecht e Arthur Rimbaud, entre outros. Também contou com várias críticas literárias de João Gaspar Simões e David Mourão Ferreira. Em 11 de Fevereiro (uma semana depois dos acontecimentos de 4 de Fevereiro, é bom lembrá-lo), na secção «Fim de semana», chegava-se a publicar “A neve”, poema de Mao Tse Tung, traduzida para português por Ivo Barroso, com o seguinte preâmbulo:

“A neve, como é conhecido o poema que ireis ler, é uma espécie de relatório da situação da China, começando por uma evocação da paisagem chinesa, que se transforma em seguida numa bela e jovem camponesa, por quem os imperadores do passado e do presente sustentaram uma guerra sem termo.”³¹⁸

Quanto às literaturas africanas, em Fevereiro de 1961 a página via, ao lado de frases do «Pensamento de Padre António Vieira», o «Poema de Mangondo», de José Craveirinha, originariamente publicado na revista *Objectiva 60* de Lourenço Marques e que transcrevemos na íntegra:

³¹⁷ in *O Intransigente*, Abril de 1961.

³¹⁸ Vítor Silva Tavares *O Intransigente*, 11 de Fevereiro de 1961.

“Escuro e frio
fizeram furas nos corpos da serapilheira
e na manhã dos caminhos de cacimbo
Mangondo abriu os olhos enormes de histórias segregadas
com o mágico sinal das palmas das mãos tatuadas de calos
e das vozes do cais.

E quando alma de Mangondo endureceu
de medo e de frio
Mangondo saiu de sua casa de caniço
e finalmente desceu
à cidade incandescente das lâmpadas de Néon
e assaltou as cabinas dos cinemas.

E a cidade cúmplice
no egoísmo inteligente da sua civilização
viu Mangondo levar nos braços de umbral
os belos tanques floridos de canhões
e a última experiência dos átomos libertados
para o transido coração dos subúrbios.

Nas palhotas de caniço
Mangondo acendeu um fósforo
viu o lume de celuloide crescer, crescer
e chamou toda a gente.

E toda a gente fugiu
do escuro e do frio
das noites intensas de África
e à luz quente dos documentários de guerra da Paramount,
os homens e as mulheres
os velhos e os meninos
tiraram as serapilheiras negras do pesadelo
abriram as capulanas floridas de rosas desconhecidas
largaram as *xiganda bangolo* às riscas sem nexos
juntaram-se

e foram”³¹⁹

Não podemos deixar de observar que o poema de Craveirinha escolhido para a publicação tinha muito a ver com o redator: retomando o tema do cinema e da sua relação com os bairros periféricos, o poema trata das injustiças da sociedade colonial, contrapondo as luzes elétricas e a diversão egoísta da cidade com a vida de duro trabalho do povo moçambicano. No poema, as serapilheiras e os panos às riscas utilizados para os burros (os *xiganda bangolo*) representam a opressão do povo negro, enquanto a esperança e a união da comunidade são representadas pelas capulanas. A ligação com a guerra, de que os povos periféricos e rurais eram frequentemente espectadores passivos, é representada pelo filme a arder, assim como a referência aos tanques e aos canhões.

Pelo que respeita a presença de outros autores africanos, podemos afirmar que ela foi tendencialmente reduzida, contrariamente ao que acontecia, por exemplo, com os autores europeus ou da URSS.

Destacamos, para além disso, a publicação, em 11 de Agosto de 1961 do poema “Mulher Negra” de Léopold Senghor, cuja tradução aparece na página 5, assinada com as iniciais A.M.

A nível de crítica, destacamos alguns artigos, entre os quais um da autoria de Vítor Silva Tavares sobre *Picada de Marimondo* de Ernesto Lara Filho, publicado em 8 de Novembro de 1961 e uma crítica de Álvaro Salema a *Terra Morta*, de Castro Soromenho, e a *Duas histórias de pequenos burgueses* de Luandino Vieira.

No ano seguinte, pode-se observar uma relativa intensificação de publicações de ensaios, artigos e poemas da autoria de autores angolanos, moçambicanos e cabo-verdianos. Em 24 de Janeiro de 1962, publicava-se uma notícia sobre *A Dívida* de Leonel Cosme (definido como Silva Tavares como “escritor de Angola”) na “Colecção Imbondeiro”, assim como a do aparecimento do primeiro número da “Colecção Bailundo”, dirigida por Ernesto Lara filho e Rebello de Andrade: *Hora Grande*, do cabo-verdiano Onésimo Silveira, abriria a série, que contaria também com uma secção dedicada às artes plásticas.

³¹⁹ José Craveirinha, «Poema de Mangondo», in *O Intransigente*, 5 de Março de 1961, pág. 5.

O poema «Quitandeira», de Agostinho Neto, indicado como republicação a partir da *Mensagem* da C.E.I., constitui talvez o texto publicado no suplemento cujas evocações são mais cruas e explícitas:

“E aí vão as minhas esperanças
como foi o sangue dos meus filhos
amassado no pó das estradas,
enterrado nas roças
e o meu suor
embebido nos fios de algodão
que me cobrem;
como o esforço foi oferecido
à segurança das máquinas,
à beleza das ruas asfaltadas,
de prédios de vários andares
e à comodidade de senhores ricos.

[...]

Leva-me para as quitandas da Vida.

O meu preço é único:

- sangue.

- Laranja, minha senhora

laranja boa!

Talvez vendendo-me

eu me possua.

- Compra laranjas!³²⁰”

A reflexão poética sobre o quotidiano africano e as dinâmicas coloniais, cujas iniquidades se refletiam no contraste entre o pó dos musseques e os andares dos prédios dos “senhores rico”, construídos à custa do sangue das quitandeiras, tem um paralelo na reflexão crítica. O artigo «A propósito de um reparo. Não é necessário um contacto mais íntimo com a Europa para que um indivíduo seja culto», transcrito, na mesma página em que se publicava o poema de Neto, da *Voz de Moçambique*, aborda ele próprio a questão da radicação europeia em África. As disparidades originadas pela tentativa de exportar

³²⁰ Agostinho Neto, «Quitandeira», in *O Intransigente*, 4 de Abril de 1962, pág. 5. BNP, FP 292, Bob 39.

modelos europeus para o continente, por causa da sua suposta superioridade. O autor do artigo, que na versão publicada no jornal não é assinado, afirma a urgência de reconhecer dignidade cultural às expressões culturais africanas, à arte e à música produzidas pelo povo do continente, lamentando a alta taxa de analfabetismo e o grande atraso com que os livros publicados na Metrópole chegavam a Moçambique. Destacando o papel fundamental do Núcleo de Arte, da Associação dos Naturais e do Cine Clube de Lourenço Marques, que tinha tido o mérito de ter transmitidos “o melhor filme do mundo, «O Couraçado Potemkine»³²¹” (de Sergei Eisenstein), o autor do artigo lamentava ainda o facto de que não fosse possível, para as casas comerciais, exhibir “com uma regularidade razoável filmes que se possam considerar agentes de cultura”.

“A cultura não pode ser um privilégio de classe; enquanto o for não é cultura. Não é indo buscar à Metrópole as fontes de cultura que se resolve o problema - repito. A cultura está aqui junto de nós, no Povo. A cultura é universalista, é um produto dos povos, mas dentro de universalismo há, em segundo plano, uma individualidade. E por aí devemos começar. Vimos que no actual sistema não é possível o conhecimento sistemático e racional das formas de cultura latentes. Procuremos então uma outra via que, segundo penso, deve começar pela extinção total do analfabetismo. Enquanto houver uma maioria que não pode ler não pensemos em Cultura - manifestação popular.”

O autor do artigo, não se limitando a sugerir uma cultura moçambicana (apesar de o termo não ser explicitamente mencionado no texto), invocava uma independência cultural face à Metrópole, assim como um universalismo e uma conceção de cultura popular de molde claramente marxistas, com referência a um clássico do cinema proveniente da União Soviética.

A publicação deste artigo leva-nos a dar crédito às declarações de Silva Tavares, segundo as quais a Censura, naquele biénio, nem sempre atuava com uma linha de intervenção repressiva bem definida. É importante evidenciar como, contudo, as posições do redator e cineasta português quanto ao futuro de Angola aderiam, seguramente por causa da influência de um mais generalizado sonho internacionalista, ao ideal luso-

³²¹ Sergei Eisenstein, *Bronenósets Potyomkin*, Moscovo, 1925, 74 minutos. Em Portugal, o filme só foi exibido depois do 25 de Abril de 1974.

tropical, que o autor chega a identificar como “a única forma de permanência e consolidação dos valores europeus na África: esta fusão cultural, social e rática, o único caminho a seguir.”³²²

A suposta falta de orientações para a atuação da censura nas colónias, assim como o facto de que ela se tivesse de confrontar com uma realidade marcada por iniquidades profundas e violências raciais, embora menos isolada culturalmente do que Portugal, parece ter determinado atitudes censórias específicas. Voltemos, por exemplo, às dinâmicas de vida do *ABC, Diário de Angola*, o qual também gozou de determinada margem de publicação entre 1961 e 1963. A partir do momento em que as forças do regime se concentravam sobretudo na repressão militar e na gestão das notícias que ocupavam as primeiras páginas dos jornais, suceder-se-á uma mais generalizada repressão cultural, que abrangerá de forma ainda mais intensa o ambiente intelectual e literário.

Com a eclosão da guerra, o regime demonstrou, inicialmente, alguma flexibilidade quanto à censura literária em África, provavelmente na esperança de que, através da ação das elites brancas ou assimiladas, o padrão luso-tropical se pudesse afirmar nos territórios africanos.

Nesta primeira fase, e no que respeitou à gestão da imprensa angolana, as medidas repressivas teriam passado principalmente pela vigilância por parte da PIDE, intimidações, interrogatórios aos membros do corpo redatorial, e cortes. Relativamente, por exemplo, ao caso d’ *O Intransigente*, e apesar do desconforto que os conteúdos das suas publicações causavam no seio da administração colonial, como manifesto nos relatórios da Delegação PIDE do Lobito, o jornal não foi encerrado por ação direta do Estado, recebendo regularmente os 50.000\$00 de subvenção que também eram atribuídos “a outros jornais do Distrito”:

³²² Vítor Silva Tavares, «Nós e os “nacionalistas” de Angola», in *O Intransigente*, 12 de Julho de 1961, páginas 1 e 2. Não se justificando aqui um ulterior desenvolvimento do tema, assinala-se que estas posições do redator não parecem ter sido motivadas por autocensura, nem publicadas para que as provas do jornal pudessem passar na censura. São vários, ao longo deste biénio, os artigos de opinião de Silva Tavares em que, apesar de marcar posições claramente progressistas, oposicionistas e de esquerda (que seguramente poderiam trazer problemas com a censura e a PIDE), defendeu um ideal de convivência inter-racial nos trópicos. Assinala-se, ainda, a publicação, na página literária, de um extenso texto indicado como sendo da autoria de Gilberto Freyre, invocando a irmandade entre Angola e o Brasil: Gilberto Freyre, «Hoje em dia, da Vera-cruz um terno abraço Angola-Brasil. Luso-tropicalismo», in *O Intransigente*, 3 de Maio de 1961.

“A posição política deste periódico, foi sempre tendenciosa oposição às instituições vigentes, sendo dos jornais da Província que maiores embaraços e preocupações causava ao censor oficial. Os seus artigos refletiam as tendências políticas do próprio director, homem radicado aos princípios da democracia.”³²³

Depois desta fase passou-se, no biénio 1964-1965, para um processo de aniquilação dos projetos intelectuais e literários que pusessem em causa a integridade nacional.

O *iter* e história editorial de projetos literários ou coleções, como a Colecção de Autores Ultramarinos, produzida em Portugal pela Casa dos Estudantes do Império, ou a Colecção Imbondeiro, do Lubango, (na altura Sá da Bandeira) são testemunhos da exacerbação do processo repressivo. Representando duas correntes bem distintas, dois contextos culturais, visões do conflito e da realidade africana divergentes, estes dois projetos contaram, ainda assim, com a circulação comum de alguns autores. Ambos foram, como veremos, encerrados por ação direta da PIDE.

Confirmar-se-á a validade desta tese a partir de casos relativos a projetos literários. Entretanto, lembramos que a mesma orientação, concretizada em medidas repressivas ou através da infiltração da PIDE nas redações (como no já citado caso da *Tribuna dos Musseques*) parece ter sido utilizada no caso de publicações periódicas. Provam-no comunicações como a informação da Delegação de Luanda relativa ao *ABC*, de 24 de Junho de 1965, onde se observava:

“Depois do Prémio Mota Veiga”, cujo processo está em curso e em que o representante do jornal teve participação activa, tanto no júri como na propaganda da distinção concedida a LUANDINO VIEIRA, pelo seu livro de conteúdo nitidamente desnacionalizante, publicou o mesmo jornal as páginas “ARTES E LETRAS” e “INICIAÇÃO”, que são autênticas tribunas de divulgação de literaturas da negritude, com as consequentes coordenadas que regem de libertação e do denominando “nacionalismo

³²³ ANTT/PT/PIDE/DGS/ Del. Angola PI 100035 NT 1113, folha 7.

africano”: Corre seus termos nesta Polícia um processo por esta divulgação literária, encontrando-se preso um dos responsáveis.”

Mesmo gravuras relativamente simples que representavam homens negros, como *Atitude* de Luandino Vieira (publicado no Artes e Letras de 5 de Maio de 1965) ou *O tocador de mbulumbumba* de Henrique Abranches (publicado no suplemento em 12 de Maio do mesmo ano) despertavam a atenção dos agentes PIDE, ao que parece por causa das relações com a Metrópole:

“Em 5/5/1965 publicou uma gravura de Luandino Vieira, apesar de toda a campanha que se tem levantando em volta da literatura desnacionalizante deste traidor à Pátria, e em 12/5/965 publicou outra gravura de outro traidor, de nome HENRIQUE ABRANCHES, a qual teve graves repercussões na Metrópole, cuja Imprensa e Emissora Nacional reagiram, condenando tal publicação” ³²⁴.

À medida que as causas nacionais dos “Territórios Ultramarinos” se iam internacionalizando, que se intensificavam as ligações entre as reivindicações de independência e o movimento negritudista e, também, com o crescente apoio político e militar que os movimentos de libertação tinham por parte de outros estados africanos (Argélia, Gana, Congo Kinshasa), o regime português passava a privilegiar o aniquilamento direto de projetos culturais em desfavor da pura propaganda colonial.

³²⁴ Processo ANTT/PT/ PIDE/SC/ CI (2) 4236, NT 7330, folhas 720 e 721. Nas mesmas folhas, fazia-se ainda referência à publicação, em 18 de Junho de 1965, de uma entrevista com o poeta António Augusto Menano (na realidade, António Augusto Sales), identificado como sendo “um dos elementos metropolitanos ligados ao grupo de negritude atrás referido, na qual se faz o elogio de todos os intelectuais que militam nas forças antinacionais, além de criticar, de forma demolidora, a atitude do Governo em face dos escritores portugueses, referindo mesmo o “IMBONDEIRO” e os seus responsáveis, António Ramos Rosa e Alfredo Margarido como os únicos chefes de fila capazes de “encontrar uma nova dimensão literária para reencontrar o homem”. Gravuras no Anexo nº 1. Figuras 2 e 3.

3.4 - Literatura ultramarina ou literatura moçambicana? Os debates no «Arte e Letras» d' *A Voz de Moçambique*.

A partir das considerações que Orlando de Albuquerque publicou nos artigos que mencionámos no *ABC, Diário de Angola*, parecia que o debate cultural à volta da questão identitária não tinha, em Moçambique, a mesma força que tinha em Angola.

Para contrariar essa hipótese, vamos recorrer ao exemplo do jornal *A Voz de Moçambique*. Órgão da Associação dos Naturais de Moçambique, composto e impresso na Sociedade Notícias, LDA e com sede e redação na Avenida 24 de Julho, 118-E, flat 5, o periódico tinha cadência quinzenal. Em 1961, o seu diretor era o engenheiro mecânico Homero da Costa Branco, sendo o preço do número avulso de 2\$50 e o da assinatura anual (24 números) de 60\$00 ou de 72\$00 no caso em que o envio fosse “para a Costa (avião)”. Não sendo eles tão frequentes como no *ABC, Diário de Angola*, este jornal não era isento de debates literários, que eram publicados sobretudo na página literária «Artes e Letras», mas também de posicionamentos bastante claros sobre as políticas do regime.

Em Setembro de 1961, um artigo publicado na primeira página do jornal reivindicava o direito à liberdade de imprensa:

“A Censura chegava a “cortar simples transcrições que fazíamos dos jornais de Lourenço Marques e Beira ou mesmo de Lisboa. Não queremos a liberdade de Imprensa para enveredar pelo caminho de ataques pessoais; não queremos a liberdade de Imprensa para atacar a Constituição vigente, que respeitamos. Queremos a liberdade de Imprensa para de cabeça bem erguida criticarmos os actos de Administração que não estejam de acordo com a nossa consciência.

Com a nossa crítica sã e aberta e franca não queremos nada destruir; queremos, isso sim, construir um Moçambique nobre e digno das nossas tradições.

Queremos debater, sem peias e entraves, os problemas que nos assoberbam trazendo ao conhecimento dos governantes e de governados o que está mal e o que caminha errado.

Esta foi a linha de rumo que traçámos no primeiro número deste jornal e dela não nos desviámos nem nos desviaremos.³²⁵”

Ainda antes das suas considerações sobre liberdade de imprensa, António Cabral contestava, em Março do mesmo ano, as posições de Rodrigues Júnior sobre a inexistência de uma literatura propriamente moçambicana. Cabral, reconhecendo não haver ainda em Moçambique romancistas, contistas e novelistas “de carácter moçambicano” lembrava a existência de “um grupo que cresce e aumenta de poetas autenticamente moçambicanos”. Quanto aos géneros literários precedentemente citados, afirmava:

“Os romancistas hão de aparecer: não desesperamos e lembrem-nos que em Portugal europeu os escritores de raça não fervilham aos montes. O autor do artigo, quer-nos parecer. Inclina-se por a literatura ultramarina porque ainda se sente, talvez, arreigadamente metropolitano e claro que ainda ninguém o considera como um escritor genuinamente moçambicano.³²⁶”

Concluindo, provocatoriamente, “Literatura ultramarina, não. Literatura moçambicana, sim”, o escritor acusava Rodrigues Júnior de falta de sinceridade, chegando a citar uma passagem do ensaio que este último publicara “no *Diário*”. Contrariamente ao que acontecia com a literatura cabo-verdiana, afirmara Júnior, em Moçambique não havia manifestações literárias em que se denunciavam a exploração levada a cabo pelos coronéis, pelos roceiros e a utilização da força bruta ao serviço da ganância. Cabral defende que Júnior teria, ainda, optado pela definição de literatura ultramarina por não se

³²⁵ António Cabral, «O problema da censura», in *A voz de Moçambique*, Setembro de 1961, página 1. Na mesma página, abordava-se também a questão da instituição dos Estudos Gerais e às reivindicações que, a este propósito, tinham sido levadas a cabo em Angola e Moçambique, dando especial realce ao papel que a Associação dos Naturais de Moçambique tinha tido. Mais uma vez, temos de reparar no facto de que a contestação de atos administrativos estava entre as principais razões evocadas, no debate público, em favor da liberdade de imprensa e de uma redução da pressão censória.

³²⁶ António Cabral, «Literatura ultramarina, literatura moçambicana», *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, segunda quinzena de Março de 1961, pág. 6.

sentir, ele próprio, moçambicano: “O autor do artigo, quer-nos parecer, inclina-se por a literatura ultramarina porque ainda se sente, talvez, arreigadamente metropolitano e claro que ainda ninguém o considera como um escritor genuinamente moçambicano.”

Lembremos que, nas páginas do «Artes e Letras» do *ABC, Diário de Angola*, Mário Fragoso tinha identificado *Calanga* como sendo uma produção que magistralmente representava as dificuldades dos brancos que se integravam na sociedade moçambicana. Opostas eram as ideias do autor do artigo «Um novo livro de Rodrigues Júnior», da segunda quinzena de Abril de 1961 e relativo a *Terra nossa na Costa do Malabar*³²⁷, fruto de “uma viagem que fez recentemente à Índia portuguesa.”

“Rodrigues Júnior não se aventura a desvendar e a interpretar os perigosos alçapões da medrosa problemática ultramarina portuguesa, mormente em Moçambique. Peca geralmente por demasiado optimismo, por um conformismo que de maneira nenhuma poderá corresponder ao estado latente de ebulição que paira sobre todo o continente Africano. Ocultar a transformação inevitável que se esta gerando nos povos de raça negra é negar hereticamente o princípio de evolução natural das coisas, é contribuir para uma posição hermenêutica e insustentável, que porventura ponha em grave risco a nossa própria sobrevivência em África.³²⁸”

Diferentemente do que Fragoso ia afirmando, a elite cultural radicada em Moçambique não parecia receber com bons olhos as obras de Rodrigues. Em Setembro de 1963, Rui Knopfli entrou em conflito tanto com ele como com Alfredo Margarido, manifestando o seu desagrado para com ambos no artigo «Uma nova teoria racista da poesia (poetas em escala júnior)»³²⁹. Sentindo-se ofendido em várias frentes e, provavelmente, desconsiderado como poeta, tanto pelos intelectuais mais militantes como pelos reacionários, Rui Knopfli acusava Margarido e Júnior de serem ambos racistas, na convicção de que “os extremos tocam-se”. Enquanto as críticas dirigidas a Margarido

³²⁷ Rodrigues Júnior, *Terra nossa na Costa do Malabar*, África edições, Lourenço Marques, 1961.

³²⁸ «Um novo livro de Rodrigues Júnior», in *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, segunda quinzena de Abril de 1961, pág. 7.

³²⁹ Rui Knopfli, «Uma nova teoria racista da poesia (poetas em escala júnior).» in *A voz de Moçambique*, 14 de Setembro de 1963.

pareceriam ter origem no orgulho poético ferido, as que Knopfli dirige a Júnior parecem ter a ver com uma questão de princípios:

“O pobre Rui de Noronha que eu sempre acreditei poeta português na linha do Nobre e do Antero - opinião que não é original, nem exclusiva e que quando reformulada punha R.J. gesticulaste e fora de si - é agora aproximado - - enfim! - dos líricos de timbre europeu, *apesar de mestiço*. Isto é, Rui de Noronha ascende a uma determinada dignidade *apesar do handicap*! Aqueles versos do Craveirinha que começam *ah, mulato, nascer é bom*, e que exprimem pungentemente uma condição e uma situação, foram abusivamente classificados de racistas por quem, da poesia, é incapaz de tirar outras ilações que não sejam de carácter racial.³³⁰”

Em virtude destas considerações parece forçado (e, talvez, instrumental) o que o escritor diz, ao referir-se às críticas de Alfredo Margarido à sua poesia, pela ideia de arte pela arte. Até porque o tipo de discurso em que ele conscientemente se insere com o seu ensaio está explícita e profundamente radicado nas questões sociais, políticas e raciais do seu tempo. Quanto a nós, e como largamente explicitado por György Luckács, não podemos deixar de observar como a arte se apresenta seja na sua essência imanente, radicada na sociedade e no seu tempo, em virtude do seu carácter humano e terreno³³¹.

No Prefácio dos *Poetas de Moçambique*, Alfredo Margarido declarava que, no caso de Knopfli, o facto de ter nascido em Moçambique não se concretizava numa imersão na cultura local. O crítico português evidenciava, ainda, um desfasamento, na poesia de Knopfli, entre a imersão no ambiente africano e a vivência ainda ligada ao contexto europeu, cujas consequências eram evidentes a nível linguístico, estilístico e temático³³².

³³⁰ Os itálicos seriam citações do artigo de Rodrigues Júnior no *Diário*. Os versos citados fazem parte de José Craveirinha, «Velha Cantiga», in *Poetas de Moçambique*, Lisboa, CEI, 1963, PÁG. 210.

³³¹ György Luckács, *Estética*, Volume I, Piccola Biblioteca Einaudi, Torino, 1976, p. 140.

³³² Rui Knopfli publicou, a este propósito, um extenso artigo: «Considerações sobre a crítica dos Poetas de Moçambique», publicado nos números de 15, 22 e 29 de Junho de 1963 (respetivamente páginas 6, 6 e 7, 7). Outros artigos relativos a esta polémica e publicados na página d' *A voz* foram: Rui Knopfli, «Os inquisidores e a minha autocrítica», de 20 de Abril de 1963, página 6; Alfredo Margarido, «Outra vez o poeta Rui Knopfli», de 3 agosto de 1963; Eugénio Lisboa, «A literatura moçambicana à vol d'oiseau», de 10 de Agosto de 1962, páginas 6 e 7(entre outros). A polémica sobre moçambicanidade literária acabou por arrastar-se bem depois da independência, como observado por Michel Laban in «Reflexões sobre a elaboração de um inventário das particularidades do português de Moçambique através da literatura», in *Veredas, Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, nº 3, p. 655-664, 1 dez.

À medida que este debate sobre o que legitimamente se podia definir “literatura moçambicana”, o suplemento ia publicando poemas de autores (esses sim, negros) moçambicanos, assim como notícias sobre artistas plásticos como Malagatana Valente Ngwenya³³³. Começavam, nas páginas do suplemento, a aparecer poemas como *Quenguelequeze!*, de Rui de Noronha (já falecido em 1943), “um belo Poeta africano”. O poema, comentava-se, reproduzia um rito de passagem bá-ronga, a cerimónia iniciática da *yandla*³³⁴.

“Depois bebera a água quente e suja
Onde o mulói pousou o seu cachimbo outrora,
Ouvira, caminhando, o canto da coruja
E quase ao pé do mar lhe surpreendera a aurora.

Quenguelequêze!... Quenguelequêze!...
Quenguelequêêzeeee

Pisara muito tempo uma vermelha areia,
E àquela dura hora à qual o sol apruma
Uma mulher lhe deu numa pequena aldeia
Um pouco de água e “fuma”.

2000: “Para Alexandre Lobato, no princípio dos anos 50, era absurdo falar em literatura moçambicana, pois só havia autores metropolitanos escrevendo “em” Moçambique. Rodrigues Júnior defendeu a tese contrária e redigiu uma longa série de artigos polémicos para sublinhar as múltiplas facetas da criatividade moçambicana, mas no quadro de uma literatura regional portuguesa. Virgílio de Lemos, fundador (em 1952) de *Msafo*, uma «folha de poesia» que infelizmente só teve um número de existência, exprimiu um ponto de vista que recordava o de Alexandre Lobato, pois declarava que não se podia reconhecer «raízes vincadamente moçambicanas» nos poetas que figuravam na revista. No entanto, não excluía a hipótese do surgimento de «uma força resultante do contacto com os elementos nativos que hoje ainda formam uma massa disforme, dependente e incolor.» A polémica desenvolveu-se nos anos 60, com Rui Knopfli e Eugénio Lisboa dum lado, e Alfredo Margarido do outro, e prosseguiu nos anos 80, na “Gazeta de Artes e Letras” da revista *Tempo*, dirigida na altura pelo poeta Luís Carlos Patraquim.”

³³³ Afirmava-se sobre a sua exposição de cinquenta e sete pinturas da sua autoria nos Organismos de Coordenação Económica de Abril de 1961: “Com esta sua exposição, este pintor indígena é uma revelação surpreendente no campo das artes plásticas de Moçambique, no presente ano. Entre os jovens pintores moçambicanos, a sua vocação só pode encontrar paralelo na de um Sérgio Guerra, que se tem afirmado outro artista de raras possibilidades. («Artes e Letras» de *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, segunda quinzena de Abril de 1961, pág. 6).

³³⁴ No ensaio «Littérature et nationalité», in *Politique Africaine* n°29. *Mozambique: guerre et nationalisme*, 29/95/2013, pág. 63, Alfredo Margarido identifica este ritual como sendo aquele que cobre a altura entre a nascença e a queda do cordão umbilical. Disponível em <https://polaf.hypotheses.org/4728>

guelequêêêzeee!...³³⁵”

Neste poema, Rui de Noronha mostrara, para o autor anónimo das linhas de apresentação, “verdadeiramente a sua alma africana, pletórica de recordações ancestrais que corriam no seu próprio sangue.”

José Craveirinha está igualmente presente no suplemento com a publicação de poemas (alguns dos quais inéditos, como «Frustração», publicado em 8 de Dezembro de 1963) e com um ensaio, no âmbito de uma polémica levantada por Sacadura Falcão. No artigo, com o título «Sacadura Falcão e as teorias de Darwin e Ellender», republicado a partir de *A Tribuna*, de 6 de Maio de 1963, Craveirinha denunciava as posições racistas de Falcão (que recorria às teorias de Darwin e Ellender para justificar a suposta inferioridade racial dos negros) afirmando que a questão racial era para ele um dos mais importantes problemas da atualidade. O poeta moçambicano destacava ainda a importância de se ter um amplo conhecimento dos valores humanos, constatando que “será sempre mágoa e dolorosa certeza verificar quanto esse conhecimento se faz imperioso, urgentíssimo e importantíssimo para todos”. Como aprendemos pelo artigo, Sacadura Falcão teria levado a cabo uma classificação dos indivíduos na base da sua cor:

“No que respeita à classificação que o sr. Falcão atribui a um indivíduo de progenitores etnicamente distintos (branco e negro) a ignorância seria ridiculamente constrangedora não fosse a gravidade da pública afirmação científica. O sr. Falcão divide o homem em duas metades: uma superior (pai branco) e outra inferior (mãe negra ou não branca).”

Passava, sucessivamente, a considerações sobre poesia, respondendo à acusação de que se estaria a “fazer de negro”:

“Sr. Sacadura:

³³⁵ Rui de Noronha in *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, segunda quinzena de Abril de 1961, pág. 7.

Na minha poesia não me «faço» de negro. Sinto-me. Como também posso «sentir-me» judeu, alentejano e mendigo, no mesmo fenómeno que leva o sr S.F. a sentir-se nazi, Gestapo, Bobinaeau, Goebeles. Talvez isto responda à acusação do sr. S.F. de me «fazer» negro quando sou, segundo aquele senhor, duas metades (oh, genética! oh, lei de Mendel! oh, fenómeno ovular) uma superior (de branco) outra inferior (de negro)³³⁶.”

A passagem de Craveirinha é importante porque nela são manifestas tanto a fraqueza e ambivalência intrínseca da propaganda luso-tropicalista (pela qual a convivência racial assentava em um desequilíbrio constitutivo), como a perversão conceptual pela qual os debates sobre literatura moçambicana rodavam quase exclusivamente à volta do tema racial no caso em que os escritores em causa fossem negros ou mestiços. Pensemos não só neste caso, mas também nas já mencionadas afirmações de Rodrigues Júnior sobre Rui de Noronha. Enquanto autores brancos, membros das elites que produziam literatura influenciada pelo ambiente moçambicano, eram acusados de certo exotismo ou de falta de contacto com o povo moçambicano e a sua real vivência, como no caso da polémica entre Margarido e Knopfli. Os autores negros ou mestiços acabavam por ser deslegitimados enquanto produtores de uma cultura alheia inferior ou até, como neste caso, em virtude da sua pertença racial. Tal disparidade racial, assim como as perversões do pensamento oficial, foram veementemente denunciadas no artigo que Craveirinha escreveu em resposta a Falcão. Referindo-se de forma bastante explícita ao caso específico, o poeta ampliava o leque do debate:

“As inevitáveis associações de ideias que a posição darwinística, elenderista e gobinista do sr S.F. geram levam a terríveis conclusões, dentre as quais ferozmente aparece a justificação do «apartheid». Isto apresentado por um cidadão de nacionalidade portuguesa é tao delicadamente melindrosa quanto não só infringe uma faceta tradicional do povo português: a não aversão racial, como rejeita na generalidade o conceito jurídico de igualdade de direitos para todos por atribuir qualidade menos inteligente a grupos de caracteres fisiológicos diferenciados dos do homem europeu. Autêntico nazismo.”

³³⁶ José Craveirinha, «Sacadura Falcão e as teorias de Darwin e Ellender», in *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, 11 de Maio de 1963, págs 10 e 12. Retirado de *A Tribuna*, Lourenço Marques, 5 de Maio de 1963.

Mais ainda, Craveirinha acusava Falcão de, “na sua daltónica e esbérnica interpretação de civilização”, não atender à questão cultural. Citando Ruth Benedict e os seus *Patterns of Culture*³³⁷, Craveirinha criticava ainda a afirmação, em determinados ambientes, do *darwinismo* social e a difusão de teorias que fomentassem o ódio ao estrangeiro ou não contemplassem os contextos de mistura racial.

Orlando Mendes foi outro poeta e colaborador de *A Tribuna* que, entrevistado por Eugénio Lisboa (ele próprio, lembremos, envolvido na polémica contra Margarido, ao lado de Knopfli), preferiu não entrar na questão crítica. Depois de Lisboa lhe ter perguntado se achava que existia “algo” que merecesse “o nome de Literatura Moçambicana” ou se, pelo contrário, só existissem “livros publicados em Moçambique”, Mendes afirmava compreender que a questão pudesse interessar à Crítica e a quem, “sendo escritor, aprecie ver-se classificado e cronologicamente situado”, afirmando ao mesmo tempo atribuir à questão “importância terciária”. Realçava, encerrando o assunto:

“Ponderando, porém, vários factores que condicionem a existência de uma literatura moçambicana embrionária, dir-lhe-ei simplesmente que me parece que o processo segue um desenvolvimento normal³³⁸”.

A pergunta pareceria, por outro lado, quase retórica, tenho sido apresentado como “não desconhecido nas letras moçambicanas”. Isto na altura em que, nas páginas d’ *A voz* de 28 de Setembro de 1962, se noticiava a publicação de *Depois do Sétimo dia*, identificado como sendo o segundo volume da coleção Cancioneiro de Moçambique, pelas Publicações Tribunas. Entre os poetas cuja obra foi publicada no suplemento para além de Craveirinha, Mendes, Knopfli e Rui de Noronha, contamos ainda com a publicação de obras da autoria de Manuel da Fonseca, Maria Rosa Colaço, Mário Dionísio, João de Fonseca Amaral, Rui Cartaxana, o número de 30 de Março de 1962 dedicado a Aquilino Ribeiro. São frequentes, ainda, traduções de textos estrangeiros como os de Máximo Gorki, ou as menções à teoria literária gramsciana ou lukácsiana.

³³⁷ Ruth Benedict, *Patterns of Culture*, Houghton Mifflin Company, Boston, 1934.

³³⁸ «Conversa com Orlando Mendes», in *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, 8 de Dezembro de 1963, pág. 6.

Pelo que respeita à questão da imprensa, ela é tratada em um artigo anónimo de 28 de Fevereiro de 1963, com o título «Imprensa Africana», seguido por uma entrevista «Entrevista com João Ayres», sempre sobre o tema mais geral da arte moçambicana inserida no contexto africano.

Falando no contexto da imprensa da África subsaariana, o autor do artigo observava como os jornais que ainda estavam nas mãos dos particulares eram poucos, insistindo na necessidade do treino de jornalistas como chave para “uma Imprensa africana livre e consciente”. Observavam-se, ainda, os contrastes existentes na “Imprensa Africana”, pois na “África ex-francesa” não havia “jornais nas línguas nativas, nem deverá haver algum num futuro próximo”. Depois de observar que em Lagos a imprensa comercial era forte e competitiva, mas que o mesmo não acontecia no Gana, onde o estado tinha acabado com os jornais independentes, realçava-se:

“Na África do Sul e na Federação não há jornais pertencentes a africanos e na África Oriental a maior parte são de colonos ou de estrangeiros. Em toda a África ocidental não há praticamente jornais independentes publicados em nenhuma das línguas locais, mas na costa oriental alguns dos de maior circulação são em Swahili que é praticamente a língua franca nesta área. Há também jornais em Luganda, no Uganda, e em Guzerati, para os indianos. Qual é então a posição dos jornalistas africanos e quais as possibilidades para um desenvolvimento de um jornalismo especificamente africano?³³⁹”

Entre os outros problemas com que esta evolução se deparava, na opinião do autor, no seu desenvolvimento no continente, eram evidentes os da censura, da imposição do pensamento único e da dependência (sobretudo pelo que respeitava os países da chamada África francesa) de um predomínio cultural das produções jornalísticas vindas da metrópole, como *Le Monde*, ou da tendência que os intelectuais locais tinham em escrever para jornais europeus em detrimento dos locais. O trabalho do grupo Aga Khan – East African Newspapers, ativo desde 1960. era ainda citado como exemplo de relevo pelo emprego da população nativa e a utilização da “mais moderna maquinaria”, não sendo estas medidas suficientes, contudo, para ultrapassar a questão das línguas e da instrução,

³³⁹ «Imprensa Africana», in *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, 28 de Fevereiro de 1963, pág. 8.

numa conclusão que realçava aquela que o autor interpretava como falta de “instrução e cultura” dos jornalistas africanos:

“Poucos jornalistas africanos têm suficiente instrução e cultura para se equiparem para exercer a profissão como seria de desejar e em jornais ingleses ou franceses ou portugueses eles estão a trabalhar no que lhes é praticamente uma língua estrangeira”.

A entrevista a João Ayres também parecia ir no sentido de sondar as concepções de África, mas sempre em relação ao mundo português. Questionado pelo entrevistador sobre a possibilidade de a cidade de Lourenço Marques poder, no futuro, “marcar posição positiva na cultura luso-brasileira”, o artista respondia que a cidade enfrentava demasiados problemas económicos e sociais para que se pudesse dar “a atenção devida aos problemas culturais”. Acrescentava que, quanto a uma cultura africana de feição luso-brasileira não conseguia ver a sua realização no futuro: “Deveria ter sido pensada, sistematizada e fomentada, para e com sorte, ser tornada realidade”.

Afirmava, ainda, esperar ver o surgimento, em Moçambique, um movimento artístico “sem distinções de raças, mas caraterizadamente africano”.

Tentando explicar quais as ligações e as influências das produções artísticas do Senegal, da Nigéria ou do Congo, realçava:

“Creio que o artista em Moçambique só pode ser influenciado pela herança artística Africana, quando ela lhe corre no sangue: o resto é curiosidade de investigador, snobeira racista, encontro intencional a servir intenções políticas e sociais ou ainda mistificação deliberada. Para o europeu a qui radicado a influencia artística africana pode ser da mesma ordem, da que deu origem ao chamado «Período negro» de Picasso.³⁴⁰”

Na página número 9, ao lado desta entrevista, publicava-se o poema «América» de Manuel dos Santos Lima, incluindo *Kissange*³⁴¹, editado na *Colecção de Autores*

³⁴⁰ «Entrevista com João Ayres», in *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, 28 de Fevereiro de 1963, pág. 8.

³⁴¹ Manuel dos Santos Lima, *Kissange*, Colecção de Autores Ultramarinos, C.E.I., Lisboa, 1961, pág. 9.

Ultramarinos da C.E.I. (1961). O poema dialoga com a entrevista e o ensaio publicados na página anterior. Antes de mais porque o seu o autor, denunciando “Que alta é a «Liberdade» dos brancos, / que espessas cadeias me põem no Sul!” lembrava o veneno do racismo do Klu Klux Klan, mas também Louis Armstrong, o blues e o jazz de New Orleans. É a vivência e a experiência negra que dialoga com o Sul, mas também com o elemento diaspórico e com a resistência ao regime. Santos Lima, que em 1961 tinha desertado do Exército português em Damasco a caminho de Goa, encontrava-se na altura em Léopoldville, no Congo-Kinshasa, a exercer funções como comandante-chefe do Exército Popular de Angola (MPLA)³⁴².

Mais ainda, dos Santos Lima e Picasso, mencionado por Ayres, tinham um importante antecedente em comum: a participação no *Premier Congrès des écrivains et artistes noirs* que teve lugar na Sorbonne entre 19 e 22 de Setembro de 1956, com organização de Alouine Diop através da *Présence Africaine*. Enquanto Picasso foi autor do cartaz, Dos Santos Lima integrou a representação angolana, juntamente com Mário e Joaquim Pinto de Andrade. Marcelino dos Santos esteve presente por Moçambique. Para além de ter representado um marco imprescindível na cultura da época, também no âmbito da fortificação das redes entre as elites intelectuais africanas, o Congresso é, no nosso caso, um importante ponto de partida para ulteriores considerações.

Ele permite, de facto, traçar alguns rasgos comuns nas lutas culturais dos países africanos da época, mas também confirmar a facciosidade da tese colonial segundo a qual a permanência de iniquidades raciais, estruturais na organização das sociedades coloniais, tinham a sua motivação na falta de preparação por parte de negros africanos. Não entendo, com isto, negar as profundas disparidades, a nível de educação formal, literacia e acesso à cultura impressa, mas realçar, pelo contrário, que a perpetuação destas iniquidades fazia parte da lógica colonial portuguesa. Os debates que tiveram lugar no *Premier Congrès*, as ligações dos nacionalistas com Paris e as redes internacionais que se criaram tanto entre os nacionalistas africanos na diáspora, como entre os vários países africanos e no exílio são de teor decididamente diferente em relação aos que se realizavam na imprensa periódica angolana e moçambicana.

³⁴² Ver, a este propósito Francisco Topa, Irena Vishan (org), *Manuel dos Santos Lima, escritor angolano tricontinental*, Porto, Afrontamento, 2016.

As razões desta dissonância eram as mais variadas. Uma delas está relacionada com a discrepância intrínseca entre a atividade de crítico e a de escritor. A posição social dos críticos previa, naquela altura, que eles gozassem de estatuto social, tivessem a devida instrução e estivessem bem inseridos no aparelho colonial ou administrativo. Muitos daqueles com que nos deparamos eram, consequentemente, homens brancos de meia idade. A sua ligação com a Metrópole era ainda relevante, pois Portugal e, em particular Lisboa, acabavam por ser instâncias legitimadoras de cultura e, consequentemente, da autoridade do próprio crítico. É fora do círculo da crítica, entre os produtores das obras (poetas, escritores, artistas plásticos e, por vezes, jornalistas) e não entre os críticos ou editores, que encontramos, com mais frequência, negros ou mestiços. A propaganda luso-tropicalista contribuía, em segundo lugar e como já amplamente demonstrado, para a perpetuação de privilégios e para a ideia de uma inferioridade africana.

Estes fatores, que interagiam com os diretamente ligados às características da máquina censória e com as diferenças entre a maneira como ela atuava sobre a imprensa periódica e não periódica, fizeram com que os intelectuais cuja vivência estava mais fortemente ligada ao ambiente da militância anticolonial ou às ideias negritudinistas fizessem parte desta segunda categoria.

Neste contexto, insere-se, por exemplo, a produção literária da Casa dos Estudantes do Império, que nos reenvia para a quarta razão desta distribuição ímpar (após as diferenças de estatuto entre críticos e escritores, os efeitos da propaganda luso-tropicalista e o funcionamento da censura) na base da profunda discrepância entre os discursos produzidos na imprensa periódica e na não periódica entre 1961 e 1974, pelo que respeita às ex-colónias portuguesas em África.

As publicações da Casa inserem-se, na sua larga maioria, no contexto de uma tradição militante, caracterizada por dinâmicas próprias com respeito à cultura hegemónica e à cultura de oposição “clássica” ao regime. Frequentemente marcados por experiências não só de perseguição política, mas também de encarceramento, clandestinidade e exílio e entre os autores que compõem a *Colecção de Autores Ultramarinos* que encontramos, na sua maioria, militantes dos movimentos de libertação. A circulação internacional dos autores corresponde, assim, à circulação internacional das suas obras, as redes políticas contribuem para a formação de redes intelectuais e vice-versa.

O último aspeto é também interessante na sua complexidade, porque à medida que as obras literárias se difundiam cresciam também, no contexto da luta armada e no seio de alguns movimentos como o MPLA, correntes anti-intelectuais. Acreditamos, como observado por Jean Michel Mabeko-Tali, que estes contrastes eram a inevitável consequência de tensões diretamente derivadas das disparidades coloniais³⁴³ e, também, da origem burguesa dos movimentos. Eles reproduziam, por outro lado, preocupações políticas e éticas legítimas em vista de uma independência do país baseada em princípios de ordem comunista, assim como um receio generalizado relativo à perpetuação de práticas coloniais na nação pós-colonial.

³⁴³ Jean Michel Mabeko-Tali, *Guerrilhas e lutas sociais. A história do MPLA perante si próprio (1960-77)*, Mercado das Letras, Lisboa, 2018 (capítulo IV, ««O MPLA e os intelectuais e a luta anticolonial»»), págs. 324 – 369.

Capítulo 4 – A produção literária da Casa dos Estudantes do Império e a tradição Pan-Africanista: *Mensagem* e a Coleção de Autores Ultramarinos

4.1 Pan-Africanismo, New Negro, Négritude: teorias e luta pela emancipação dos negros na primeira metade do Século XX

Se bem que constituindo uma marca no mundo intelectual da época, O *Premier Congrès des écrivains et artistes noirs* não foi um acontecimento isolado. Ele inseriu-se em uma linha de continuidade com as correntes pan-africanistas e negritudinistas que, a partir de finais do Século XIX, reforçaram a sua presença nos países africanos, no espaço dos países da diáspora africana e nas metrópoles dos impérios coloniais europeus. Tais movimentos nunca foram homogêneos, apesar de estarem baseados na preocupação comum pela valorização e dignificação dos povos negros, assim como na ideia de luta comum contra o racismo e as políticas assimilacionistas impostas nas colónias africanas. A partir das suas origens, comumente identificadas nos trabalhos sociológicos de W.E.B. Du Bois de meados do século XIX, o movimento Pan-Africanista teve várias correntes e divergências internas, tal como aconteceu com o movimento negritudista, cujos fundadores são geralmente identificados em Léopold Senghor e Aimé Césaire e cujo termo apareceu pela primeira vez no jornal *L'Étudiant noir*, impresso em Paris em 1935.

Com o seu antecedente maior no *Congress on Africa* (Chicago, Agosto de 1893)³⁴⁴ e a partir de *The Study of the Negro Problems*, conferência proferida em Atlanta em 1898 no encontro da American Academy of Political and Social Science, Du Bois identificou os problemas sociais que afetavam as comunidades afro-americanas como sendo consequências diretas do sistema escravagista e da sua forma de organização. Du Bois argumentou que a economia americana, que a partir do fim do século XVII assentava na utilização do trabalho escravo índio e negro, tinha produzido uma legislação discriminatória para enquadrar a mão de obra escrava. Nem o abolicionismo, nem o advento da economia industrial teriam tido sucesso, segundo o sociólogo, na inversão

³⁴⁴ Ver a este propósito: Hakim Adi, *Pan-Africanism, a history*, Bloomsbury Academic, New York-London, 2018, p. 19.

deste processo, com a consequência de que oito milhões de Americanos “do not wholly share the national life of the people, are not an integral part of the social body³⁴⁵”. As dificuldades em atingir um nível cultural adequado à integração completa no tecido social e a ideia racista de que “people of Negro blood should not be admitted into the group life of the nation no matter what their condition might be³⁴⁶” favoreciam a perpetuação dessas dinâmicas.

Depois da *First Pan African Conference*, que teve lugar em Londres em 1900, o jamaicano Marcus Garvey fundou em 1914, sempre nos Estados Unidos, a Universal Negro Improvement Association and African Communities League (UNIA). Contrariamente a Du Bois, Garvey não era académico: o seu percurso como jornalista, activista e sindicalista fazia com que ele apelasse a uma forma de comunicação mais direta e radical, tanto na promoção do orgulho e do amor negro, como na ideia de luta activa contra as injustiças raciais. O que se propunha não era uma análise sociológica ou histórica, mas a mobilização concreta das massas afro-americanas – e de uma forma mais geral africanas e afro-diaspóricas - no que é geralmente definido de *Garveyism*³⁴⁷ e que foi, segundo Hakim Adi, o maior movimento político de Africanos durante o Século XX³⁴⁸.

Vários jornais fizeram-se porta-vozes das distintas correntes e reivindicações. Depois *The Crisis – A record of the darker races* (1910), fundado por Du Bois³⁴⁹, Marcus Garvey fundou o *Negro Word* em 1918 e, dez anos mais tarde, surgiu *Negro Worker* de George Padmore. Desde o ponto de vista das repercussões que o movimento pela emancipação negra teve na criação literária, o Harlem Renaissance, cujo ponto de irradiação principal foi New York e cujos maiores representantes foram W. E. B. Du Bois, Nella Larsen, Zora Neale Hurston, Claude McKay, e Langston Hughes³⁵⁰, constituiu um verdadeiro ponto de

³⁴⁵ W.E.B Du Bois, «The Study of the Negro Problems», in Philip Foner (ed.), *W.E.B. Dubois speaks. Speeches and addresses (1890-1919)*, New York, Pathfinder press, 1970, pág. 108.

³⁴⁶ W.E.B Du Bois, *Ivi*.

³⁴⁷ George Padmore, na sua obra *Panaficanism or Communism. The coming struggles for Africa*, New York, Roy Publishers, 1956, identificou Garvey com sendo o fundador do “Black Zionism”. Garvey foi, de facto, um dos grandes impulsionadores do movimento Back-to-Africa, apesar de o movimento ter origens anteriores, que remontam pelo menos ao século XIX.

³⁴⁸ Hakim Adi, *Ivi, a history*, 2018.

³⁴⁹ O jornal era o órgão oficial da National Association for the Advancement of Colored People (NAACP).

³⁵⁰ Ver George Hutchinson (org), *The Cambridge Companion to the Harlem Renaissance*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007.

viragem. A heterogeneidade a nível de orientações, extração social e cultural, idade, era ultrapassada em virtude do facto de que, como afirma Addison Gale Jr:

“Yet, they had one thing in common — the determination, according to Langston Hughes, “to express our individual dark-skinned selves without fear or shame.” Such a determination may seem archaic in the 1960's when Blacks have made expressing their dark-skinned selves into a religion. However, as late as 1925, to do so was not only unusual but revolutionary. To express one's dark-skinned self meant to seriously evaluate the myths and stereotypes foisted off on the race by Blacks and Whites alike.³⁵¹”

Esse renascimento cultural, cuja origem assentava na valorização do negro fora dos cânones culturais da *whiteness* americana, teve múltiplas vertentes, abrangendo várias formas de arte, desde a poesia até ao ensaio, desde a música jazz até à dança. Ficou conhecido, entre outros, o ensaio publicado no jornal *The Messenger*, em reação a um debate lançado pelos editores do jornal *The New York Age*, representante do conservadorismo negro, sobre o significado do termo “New Negro”³⁵². Em «The New Negro: what is he?», de Agosto de 1920, Philip Randolph e Chandler Own reenviaram para questões da ordem do económico, do político e do social para explicar quais conceitos estavam na base do jornal. Muito explícitos na contraposição entre o New Negro e o Old Negro, Randolph e Own identificavam o projeto como estando intimamente ligado à classe trabalhadora, recusando filiações partidárias com os Democratas e os Republicanos. Ao declarar “First, the methods by which the New Negro expects to realize his political aims are radical”, insistiam na ideia de resistência tanto a nível educacional, como a nível físico, considerando a legítima defesa como uma “legitimate weapon”.

Um marco fundamental na vertente literária da Harlem Renaissance foram a publicação de *The Book of American Negro Poetry*, com organização e prefácio de James Weldon Johnson. O escritor esclarecia como a antologia tinha o objetivo de demonstrar a grandeza da produção negra nos Estados Unidos, partindo do pressuposto de que a literatura e as artes constituíam o meio de validação cultural *par excellence*:

³⁵¹ Addison Gale Junior, «The Harlem Renaissance: towards a black aesthetic», in *American Studies*, 11(2), págs. 78-87.

³⁵² Jeffrey B. Ferguson, *The Harlem Renaissance, a brief history with documents*, The Bedford series in History and Culture, Bedford, Boston - New York, 2008.

“Moreover, the matter of Negro poets and the production of literature by the colored people in this country involves more than supplying information that is lacking. It is a matter which has a direct bearing on the most vital of American problems.

A people may become great through many means, but there is only one measure by which its greatness is recognized and acknowledged. The final measure of the greatness of all peoples is the amount and standard of the literature and art they have produced. The world does not know that a people is great until that people produces great literature and art. No people that has produced great literature and art has ever been looked upon by the world as distinctly inferior.

The status of the Negro in the United States is more a question of national mental attitude toward the race than of actual conditions. And nothing will do more to change that mental attitude and raise his status than a demonstration of intellectual parity by the Negro through the production of literature and art³⁵³.

Três anos depois, a publicação de *The New Negro- voices of the Harlem Renaissance*, organizado por Alain Locke consagrou, nas suas várias vertentes (poesia, prosa, *spirituals*, jazz) o movimento. A publicação contava com vários ensaios de Locke, Albert C. Barnes e William Stanley Braithwaite (entre outros) sobre a produção artística elaborada nos Estados Unidos no seio da comunidade negra. Comentava Alain Locke, no seu ensaio de abertura «The New Negro» que nele atuavam tanto a consciência de ser uma vanguarda no contacto dos africanos com a civilização do século XX, como a da missão da resgatar a “raça” do estado em que tinha sido projetada pela escravidão:

“Harlem, as we shall see, is the center of both these movements; she is the home of the Negro’s “Zionism.” The pulse of the Negro world has begun to beat in Harlem. A Negro newspaper carrying news material in English, French and Spanish, gathered from all quarters of America, the West Indies and Africa has maintained itself in Harlem for over five years. Two important magazines, both edited from New York, maintain their news and circulation consistently on a cosmopolitan scale.³⁵⁴”

Nessa mesma altura, a França dos anos Vinte assistiu ao florescer do movimento Pan-Africanista, graças também à ação de Du Bois que trabalhou para a realização do *First*

³⁵³ James Weldon Johnson (org), *The Book of American Negro Poetry: Chosen and Edited, with an Essay on the Negro's Creative Genius*, Harcourt, Brace, New York, 1922, pág XVI.

³⁵⁴ Alain Locke, *The New Negro*, Simon & Shuster, London, 1999, p. 79 (primeira edição de 1925).

Pan African Congress, que teve lugar em Paris em 1919. Com representantes provenientes da França, dos países africanos, das Caraíbas e dos Estados Unidos, foi neste congresso que se determinaram alguns princípios e linhas de ação comuns, como a ideia de que os Aliados e a Liga das Nações deveriam elaborar um código para a proteção dos africanos e das suas terras, contra a exploração das colónias e do capital, e identificando como direitos fundamentais a educação e a saúde³⁵⁵. Apesar da cobertura mediática que o Congresso e as reivindicações que dele saíram tiveram, não houve reação consistente por parte dos governos. Surgiram, ao mesmo tempo, críticas pelo facto de, no congresso, haver uma forte componente europeia. Na realidade, Du Bois esperava que se instaurasse uma base do Pan-Africanismo na Europa, que se concretizaria igualmente na elaboração de uma revista internacional, chamada *Black Review*, a ser publicada em Inglês, Francês, e possivelmente Espanhol e Português³⁵⁶.

Apesar de serem menos conhecidos internacionalmente, e mesmo dentro do território nacional, na mesma altura Portugal viu nascer vários jornais cuja origem pode ser reconduzida ao movimento negro entendido como forma de organização política, social e cultural. Como afirmam Pedro Varela e José Augusto Pereira:

“Entre 1911 e 1933 surgiram em Lisboa onze títulos de imprensa negra: *O Negro* (1911); *A Voz D’Africa* (1912-1913 e 1927-1930); *Tribuna D’Africa* (1913 e 1931- 1932); *O Eco D’Africa* (1914-1915); *Portugal Novo* (1915); *A Nova Pátria* (1916-1918); *O Protesto Indígena* (1921); *Correio De Africa* (1921-1923 e 1924); *A Mocidade Africana* (1930-1932); *Africa Magazine* (1932); e *Africa* (1931 e 1932-1933)

Parte desta imprensa era porta-voz das várias organizações associativas, políticas ou culturais, que emergiram neste período: Associação dos Estudantes Negros (1911); Junta de Defesa dos Direitos de África (1912); Liga Africana (1920); Partido Nacional Africano

³⁵⁵ Afirma, a este propósito, Pap Ndiaye: “En février 1919 se tint à Paris, au Grand Hôtel du boulevard des Capucines, un «Congrès panafricain», qui réunissait 57 délégués des Antilles, d’Afrique, des États-Unis, sous la présidence de Blaise Diagne, député du Sénégal depuis 1914. Le sociologue et militant W. E. B. Du Bois était venu à Paris au nom de la National Association for the Advancement of Colored People (NAACP) pour obtenir du Congrès de Versailles une proclamation sur «l’autodétermination des peuples de couleur», mais, devant le refus des congressistes, il s’était tourné vers Diagne et Gratien Candace, député de la Guadeloupe, et ce congrès panafricain avait été mis sur pied.” Pap Ndiaye, “Présence africaine avant «Présence Africaine». La subjectivation politique noire en France dans l’entre-deux-guerres”, in *Revue d’ Anthropologie et d’ histoire des arts*, p. 64-79, <https://doi.org/10.4000/gradhiva.1517>

³⁵⁶ Du Bois, in *Negro at Paris*, citado in T. Denean Sharpley-Whiting, *Negritude Women*, University of Minnesota Press, Minneapolis 2002.

(1921); Cooperativa da Liga Africana (1921); Liga das Mulheres Africanas (1929); Grémio “Ké-Aflikana” dos Africanos (1929); Movimento Nacionalista Africano (1931).³⁵⁷”

Naqueles anos, tiveram lugar vários congressos que foram decisivos na afirmação do movimento, a partir do *National Congress of British West Africa* (Acra, 1920), passando pelo *Segundo* e *Terceiro* congressos pan-africanos, que tiveram respetivamente lugar entre Londres³⁵⁸, Paris e Bruxelas em 1921 e entre Londres e Lisboa em 1923. A realização do Congresso em Lisboa deveu-se à ação de José de Magalhães, representante da Liga Africana, envolvendo representantes de Angola, de Cabo Verde, da Guiné Bissau, de Moçambique e de São Tomé e Príncipe, assim com o Ministro das Colónias³⁵⁹. Tal como aconteceu com os representantes do movimento pan-africanista nos outros países africanos ou da diáspora, não havia, nos movimentos negros em Portugal, consenso sobre as práticas ou as orientações de luta. Havia, por exemplo, contrastes evidentes entre o Partido Nacional Africano (PNA), representado por João de Castro e influenciado pelas posições de Marcus Garvey, e a Liga Nacional Africana, cujos expoentes principais eram José de Magalhães e Nicolau dos Santos Pinto, marcada por uma política mais moderada e que previa a participação de brancos na organização. Em 1931, já durante a Ditadura Militar, surgiu ainda o Movimento Nacionalista Africano, mas contrastes internos, assim como a instauração do Estado Novo e as atividades da Comissão de Censura fizeram com que, a partir de 1933, as publicações ligadas ao movimento negro deixassem de existir.

A nível internacional, em finais dos Anos Vinte e como observa Denean Sharpley-Whiting, a influência do Pan-Africanismo a nível de elaboração cultural fez-se sentir na

³⁵⁷ Pedro Varela e José Augusto Pereira, «As origens do movimento negro em Portugal (1911-1933): uma geração pan-africanista e antirracista», in *rev. hist.* (São Paulo), n.179, a04119, 2020, pág. 7. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.159242>

³⁵⁸ Da sessão de Londres do Segundo Congresso saiu o chamado *London Manifesto*, que condenava de forma explícita a atuação dos Estados Unidos no Haiti e o encorajamento internacional para com uma intervenção italiana na Abissínia. O documento era encerrado com seis exigências: “racial equality, limited self- government, the right to education and freedom of conscience, common ownership of land and global cooperation ‘on the basis of Justice, Freedom and Peace’” (citado in Hakim Adi, *Ivi*). Ndyae, no artigo citado na nota anterior., esclarece ainda que o teor assimilacionista do manifesto não preocupou as autoridades francesas, pois o que Diagne e Candance reivindicavam era uma igualdade de direitos dentro do próprio sistema colonial.

³⁵⁹ Como sublinham Varela e Pereira no artigo supra citado, José Magalhães afirmou no *Correio de Africa*, órgão de imprensa da Liga Africana, “não ter sido possível realizar essa sessão e que teria apenas acontecido uma conferência com Du Bois, devido à impossibilidade de realizar viagens a partir das colónias de outros membros”.

publicação de revistas como *Les Continents* e *La Dépêche Africaine*, apelando esta última a uma colaboração entre os estudantes argelinos, tunisinos, indochineses, antilhanos e senegaleses na denúncia das iniquidades às quais, a nível educacional, os seus respetivos países estavam sujeitos³⁶⁰. Neste jornal, e contrariamente às reconstruções clássicas da história literária e cultural do surgimento do movimento negritudinistas, Jane Nardal e Paulette Nardal tiveram um papel fundamental.

Tal como acontecerá com escritoras dos países africanos de língua portuguesa, e como teremos oportunidade de aprofundar no Capítulo 6, estas duas autoras serão, sucessivamente, identificadas como representantes de uma espécie de “proto-negritude”, como precursoras das teorias de Aimé Césaire e Léopold Sédar Senghor. Estamos perante o que Tanella Boni definiu de “*généalogie au masculin*” pois apesar de, em Paulette Nardal, já estar presente uma consciência de raça, a sua produção acabou por ser marginalizada em favor da de, por exemplo, Aimé Césaire, que utilizou pela primeira vez o termo *négritude* no número 3 do jornal *L'étudiant noir*, em 1935.

“Si Paulette Nardal (1896-1985) née en Martinique, aînée de sept sœurs dont quelques-unes (Jane et Andrée Nardal) avaient pris une part active aux débats autour de la Négritude avant les années trente, notamment dans *La Dépêche africaine*, il semble que le « droit d’aïnesse » ait joué en sa faveur tandis que ses efforts intellectuels étaient amoindris par la disparition de *La Revue du monde noir* qu’elle avait cofondée en 1931. Et, trois ans plus tard, l’invention du concept de Négritude par Aimé Césaire semble avoir orienté les regards vers ceux qui avaient de nouvelles manières de soulever les questions et de poser les problèmes. La configuration de la Négritude indique à quel point d’autres variables, subtiles et souterraines, qui ne sont liées ni à la «race», ni au genre, ni à la classe – peut-être à cette domination acceptée et consentie qu’est l’autorité – entrent en jeu.”³⁶¹

³⁶⁰ Denean Sharpley-Whiting, *Ivi*, University of Minnesota Press, Minneapolis 2002, p. 34.

³⁶¹ Tanella Boni, «Femmes en Négritude: Paulette Nardal et Suzanne Césaire», in *Rue Descartes*, vol. 83, no. 4, 2014, págs. 62-76, doi <https://doi.org/10.3917/rdes.083.0062> . Estas autoras não constam, por exemplo, das seguintes publicações: entrada da *Stanford Encyclopedia of Philosophy* disponível em <https://plato.stanford.edu/entries/negritude/> ; Paulette Nardal consta de algumas notas de rodapé e de uma menção no texto de Lilyan Kesteloot, *Black writers in French, A literary History of Negritude*, Philadelphia, Temple University Press, 1977. No bem mais recente livro de Donna Jones, *The Racial discourses of Life philosophy, Negritude, Vitalism, and Modernity*, Columbia University Press, 2012, estas autoras também não são mencionadas, com a exceção de uma rápida menção a Suzanne Césaire. Mesmo a descrição presente no site oficial da Assemblée Nationale (www.assemblee-nationale.fr/histoire/aimé-césaire/negritude.asp) não faz nenhuma menção ao papel de Paulette Nardal, Jane Nardal ou Suzanne Césaire. Na obra Martine Reid (org), *Femmes et littérature. Une histoire culturelle*, Volume II, Paris, Gallimard, 2020, Alison Rice evidencia, também a ausência dessas mulheres na foto

A questão da autoridade como categoria legitimadora (ou, se considerarmos a outra face da moeda, discriminatória) em complemento do género, da classe e da raça³⁶² permite-nos voltar, de alguma forma, ao facto de que, no âmbito da crítica literária produzida em Angola dos anos '60, houvesse uma predominância de determinado tipo de orientações. As relações de poder que determinavam o acesso e a visibilidade de alguns críticos, jornalistas ou autores em detrimento de outros, isto é, derivava da interação entre estas três variáveis. A autoridade, porém, apesar de ser uma consequência direta das três variáveis anteriores, acabava por constituir-se como mais uma categoria abstrata que exercia, e ainda exerce de forma ativa, o seu papel na inclusão ou exclusão de determinados agentes e aspetos de uma ou outra narrativa. Neste sentido, podemos afirmar que ela atua de forma concreta no processo de definição, redefinição e ajuste das relações de poder em determinado círculo intelectual ou cultural e, consequentemente, nos processos de elaboração identitária e nas formas e conteúdos que determinados grupos reconheceram como mais adequados para a sua própria representação.

Voltando aos contactos entre o Pan-Africanismo norte-americano e os negritudinistas franceses, será exatamente Jean Nardal (na altura estudante na Sorbonne) que entrará em contacto com Alain Locke para a proposta de tradução de *The New Negro*, a ser realizada pela irmã Paulette. Apesar de a tradução do livro não se ter concretizado, “les sœurs Nardal étaient partie prenante d’un mouvement d’échanges transatlantiques noirs, qu’elles contribuaient à organiser grâce à leurs écrits et à leur sociabilité, elles qui recevaient les élites intellectuelles noires dans leur salon de Clamart”.

Para além das razões, já explicitadas, que podem ter levado à exclusão de Jean e Paulette Nardal da narração sobre a negritude, temos de considerar que, quanto à situação francesa, o período entre as duas guerras foi caracterizado pela convivência e tensão entre a corrente assimilacionista e uma corrente mais militante, especialmente ligada ao movimento obreiro negro (liderado por Lamine Senghor até à sua morte em 1927). Nesta altura, jornais como *La voix des nègres* e *La race nègre* circulavam em França, sendo este último levado clandestinamente para as colónias africanas, via Marselha. Depois da Segunda Guerra Mundial o discurso levou, contudo, a uma viragem no movimento

oficial do Premier Congrès de Paris (1959), constando da foto solo Marie-Rose Clara Perez, mulher de Jean Price-Mars. (págs. 488-489)

³⁶² A autora refere-se, de forma implícita, a Angela Davis, *Women, race and class*, New York, Random House, 1981. Não deixa de ser intrigante, a um nível puramente teórico, o papel da variável “autoridade” nesta mesma referência.

negritudinista, já que – pelo que respeita ao colonialismo francês – passara-se a, para além de exigir melhorias de vida para a população negra, pôr em causa a perpetuação dos sistemas coloniais europeus em África.

Um ano antes da eclosão da Guerra, não podemos esquecer, o historiador trindadense C.R.L. James publicava *The Black Jacobins*³⁶³, um dos textos fundacionais do que Cedric Robinson definiria, quarenta e cinco anos mais tarde, de “black marxism”³⁶⁴ e que foi, de uma forma mais geral, um dos textos base do pensamento de inspiração marxista que foram produzidos no século passado. Abordando a história da Revolução Haitiana (na altura São Domingos) e sublinhando como esta tinha sido “the only successful slave revolt in history”, James destacava como o movimento insurrecionário liderado por Toussaint Louverture e que começou em Novembro de 1791 tinha profundas ligações com os acontecimentos franceses de 1789. Analisando os paradoxos que tinham animado a revolução originada na revolta escrava, sublinhava-se como a população negra de São Domingos teria dado vida à Revolução Haitiana reagindo à violência derivada dos contrastes entre brancos e mulatos pela propriedade privada.

O trabalho historiográfico de CLR James converteu-se, desde logo, em um dos textos fundamentais para os pensadores radicais negros não só pelo seu trabalho de dignificação do homem negro, mas também porque evidenciava o seu papel de relevo nas configurações globais que seguiram a Revolução Haitiana:

“The leaders of a revolution are usually those who have been able to profit by the cultural advantages of the system they are attacking, and the San Domingo revolution was no exception to this rule.

[...]

Men make their own history, and the black Jacobins of San Domingo were to make history which would alter the fate of millions of men and shift the economic currents of three continents. But if they could seize opportunity they could not create it. The slave-trade and slavery were woven tight into the economics of the eighteenth century.”³⁶⁵

³⁶³ C.L.R. James, *The Black Jacobins: Toussaint Louverture and the San Domingo Revolution*, London, Secker and Warburg, 1938.

³⁶⁴ Cedric Robinson, *Black marxism: the making of the Black radical tradition*, Zed Press, London, 1983.

³⁶⁵ C.L.R. James, *Ivi*. Edição citada: New York, Vintage Books, 1989, págs. 25 -26

Declarar que os “jacobinos negros” fizeram a sua própria história, e fazê-lo ao valorizar tanto o papel da ação revolucionária como o do paradoxal efeito que o trabalho escravo e o sistema de assimilação forçada tinham tido na formação ideológica dos próprios escravos, definia a revolução haitiana como sendo herdeira, histórica e culturalmente, do fim do Iluminismo, representando a falência do seu projeto.

O trabalho de James tinha, ainda, o objetivo de funcionar como exemplo para os revolucionários africanos que lutavam contra o colonialismo europeu. A invasão italiana da Etiópia (começada em 2 de Outubro de 1935) tinha, de forma específica, contribuído para com a fortificação das redes Pan-Africanistas, tanto pelo facto de o ataque militar e colonial se ter realizado numa altura em que já se estavam a concretizar as independências dos primeiros estados africanos (Libéria, Egito, África do Sul), como pelo facto de a invasão ter sido realizada pelo governo fascista de Mussolini. Ainda, e como o próprio historiador lembrou em 1939:

“Ethiopia was the last piece of Africa left free. Mussolini decided that he wanted it. The League of Nations had sworn to defend it. Every Negro with a spark of pride knows what happened, and remembers it with justified bitterness.”³⁶⁶

Relativamente à questão da invasão da Etiópia, a sua trajetória e os propósitos que a reenviam, de forma inevitável, para a tese de *racial capitalism* de Cedric Robinson devem considerar-se. Ao identificar os limites da crítica marxista ao capitalismo, o historiador americano colocava a origem da exploração racial na Idade Média (e, portanto, ainda na época feudal e antes das rotas transatlânticas). Neste caso, apesar de os sujeitos racializados não serem negros, eles desenvolviam as mesmas funções que seriam atribuídas, com o advento do sistema capitalista, aos escravos negros, desde o trabalho doméstico até ao trabalho nos campos e nas minas³⁶⁷. Ao evidenciar como a questão racial

³⁶⁶ James in Hogsbjerg, CJ, «C.L.R. James and Italy's Conquest of Abyssinia», in *Socialist History*, nº 28, 2006, págs. 17-36. Conforme indicado por Hogsbjerg, o excerto teria sido publicado sob o pseudónimo de J.R. Johnson sob o título ‘Why Negroes should oppose the war’, entre Setembro e Outubro de 1939 na revista *Socialist Appeal*. Disponível em [http://eprints.whiterose.ac.uk/89997/3/Conquest2%20\(1\).pdf](http://eprints.whiterose.ac.uk/89997/3/Conquest2%20(1).pdf)

³⁶⁷ Afirma a este propósito Robinson que os sujeitos escravizados eram principalmente “Tartar, Greek, Armenian, Russian, Bulgarian, Turkish, Circassian, Slavonic, Cretan, Arab, African (Mori), and occasionally Chinese (Cathay)” (p.16) e que cerca de dois terços deles eram constituídos por mulheres que se ocupavam de trabalho doméstico, em família abastadas ou modestas Catalãs e Italianas. As crises originadas pela Guerra dos Cem Anos e a praga pandémica da Peste Negra teriam contribuído para a intensificação do trabalho nos campos. Os países do centro e do norte da Europa teriam recrutado mão de obra barata e racializada do Sul e do Leste do continente, com destaque para Itália, Espanha e Polónia.

tinha estado na base das configurações e reconfigurações territoriais e identitárias, realçou o papel do racismo na formação da própria ideia de Europa³⁶⁸. Voltando à Etiópia e às reações do ambiente Pan-Africanista, é pertinente também lembrar o papel do Etiopianismo³⁶⁹ e o que o imperador Haile Selassie I e o território tiveram no do Rastafarianismo jamaicano: o seu exílio após a invasão fascista originaram reações convictas e explícitas por James, Garvey, Padmore, mas também por parte de Du Bois. A nível do que Neelam Srivastava identifica como “literary Pan-Africanism”, as repercussões também se fizeram sentir:

“The war was an event, as we have seen, that was represented in different genres authored by black writers, including the historical novel (*Amiable with Big Teeth*), the popular detective and adventure story (Schuyler’s *Ethiopian Stories*), the historical text (James’s *The Black Jacobins*), the play (James’s *Toussaint Louverture: The Story of the Only*

Da mesma forma, Silvia Federici identificou, in *Caliban and the Witches*, especificidades que, ao longo da Idade Média, têm levado à sistematização da opressão feminina. Estamos, claramente, perante teorizações de inspiração marxista, que se focam na relevância da passagem ao feudalismo para o sistema capitalista.

³⁶⁸ Pelo que respeita a invasão italiana da Etiópia em Outubro de 1935, ela era de facto uma “segunda tentativa”, depois da enorme derrota da batalha de Adwa, em 1896, em que o exército italiano tinha sido enfrentado pelas tropas de Menelik II. Para além da entrada das tropas do general De Bono pela fronteira com a Eritreia, e de outras tropas vindas da Somália Italiana, o regime resolveu mobilizar a aviação e bombardear a cidade de Adwa, sem que houvesse declaração de guerra. É também interessante analisar como o mesmo binómio racialização/ conquista estivera presente apenas trinta e cinco anos antes (a partir do Regno del Piemonte e através de ações militares), na base ideológica do processo da unificação do país em 1861 e, portanto, na construção identitária e na representação que os “italianos” teriam eventualmente de si enquanto grupo. O próprio Gramsci, in *La questione meridionale* (originariamente «Il mezzogiorno e la guerra» in *Il grido del popolo*, 1/04/1916) tinha evidenciado as permanências da herança feudal no sul da Itália, assim como o desequilíbrio trabalho/riqueza entre o Norte e o Sul e os contrastes que este originava a nível social. Em um contexto em que a Itália fascista estava entre as poucas potências europeias que não tinham um Império Colonial (o poder efetivo sobre a Líbia era quase inexistente), a vocação imperial constituiu-se (como explicitado em capítulos anteriores e evidenciado por Labanca e Del Boca) como elemento unificador da propaganda identitária interna, sob a dúplice égide italiana/ europeia.

³⁶⁹ De acordo com J.F. Ade Ajayi (ed.), *História Geral da África VI, África do Século XIX à década de 1880*, Brasília, Unesco, 2010, p. 62 (primeira edição em inglês 1989): “Tomando como exemplo a independência manifestada, no início do século, por ex-escravos da Nova-Escócia instalados em Serra Leoa, esse movimento visava a instituição de igrejas cristãs dirigidas pelos próprios africanos e mantendo as tradições e culturas africanas. Nascido na África do Sul, provavelmente no início da década de 1860, ele se desenvolveu plenamente na década de 1880: as primeiras igrejas separatistas independentes etíopes ou africanas foram fundadas na África do Sul em 1884, pelo ministro wesleyano tembu Nehemiah Tile; e, em 1888, na África Ocidental por um grupo de personalidades da igreja nigeriana da Southern Baptist Mission (americana).” Na mesma entrada, identificam-se James Africanus Horton (1835- 1883) e Edward Wilmot Blyden (1832- 1912) como pioneiros deste movimento na África Ocidental, tendo o primeiro publicado obras como: *Political economy of British Western Africa with the requirements of the several colonies and settlements: An African view of the Negro place in Nature* (1865), *Western African countries and peoples: a vindication of the African race* (1868) e *Letters on the political conditions of the Gold Coast* (1870).

Successful Slave Revolt in History) and, of course, journalism, including that of Padmore and Schuyler. *Amiable* attempted to present an Afrocentric narrative of the war, which by implication also meant a rethinking of the relationship between communism and black political movements.³⁷⁰”

Alguns movimentos juvenis organizaram manifestações de repúdio à invasão italiana, como no caso do *Nigerian Youth Movement*, que organizou em Setembro de 1935, com o escalar das tensões entre a Etiópia e a Itália uma das primeiras manifestações anticoloniais que tiveram eco nacional no país, reunindo em Lagos cerca de dois mil manifestantes. Na mesma cidade houve igualmente reacções da *Prominent Lagos Women Society*, que se manifestou respondendo ao apelo da princesa Tsahai Haile Selassie³⁷¹.

Para além das divergências ideológicas, nos movimentos literários, artísticos e intelectuais africanos consolidou-se a ideia de que as independências políticas eram imprescindíveis para a libertação económica e social dos vários povos do continente. As artes e a literatura assumiram, frequentemente, um papel militante ao reinventarem, reelaborarem e subverterem as heranças culturais coloniais. Submetendo géneros, aspetos formais e linguísticos à(s) causa(s) africana(s), intelectuais, escritores e militantes políticos entendiam colaborar de forma ativa para o desmoronamento dos sistemas coloniais, reconhecendo, ao mesmo tempo, como alguns dos códigos, formas de pensamento e circulações culturais tinham deixado marcas profundas nas sociedades africanas. É nesta ótica, então, que C.L.R. James afirmou ter escrito *The Black Jacobins*, ao pensá-lo como uma ferramenta para as lutas de emancipação dos povos africanos, em um movimento intelectual e epistemológico que já ia, na prática, na direção de contrariar o processo pelo qual toda a História e todas as histórias eram uma variação da História de Europa. Produzem-se, então, histórias (no seu sentido mais amplo) que já não estão passivamente submetidas ao peso da autoridade ocidental, que contrariam a hegemonia que Chakrabarty denunciaria, em 2000, no seu *Provincializing Europe*:

“It is that insofar as the academic discourse of history—that is, “history” as a discourse produced at the institutional site of the university—is concerned, “Europe” remains the sovereign, theoretical subject of all histories, including the ones we call “Indian,”

³⁷⁰ Neelam Srivastava, *Italian Colonialism and Resistances to Empire, 1930–1970*, Cambridge Imperial and Post-Colonial Studies Series, Palgrave Macmillan, New Castle, 2018, p.102.

³⁷¹ Hakim Adi, *Ivi*, pág.114.

“Chinese,” “Kenyan,” and so on. There is a peculiar way in which all these other histories tend to become variations on a master narrative that could be called “the history of Europe.”³⁷²

Da mesma forma, os intelectuais e escritores que animaram os círculos da *Présence Africaine* (Paris), da *Mensagem* ou da *Cultura II* (Angola), da *Mensagem* (Lisboa) ou do *Black Orpheus* (Nigéria) contribuíram para um movimento que atuou, simultaneamente, para a desprovincialização das narrativas europeias e para a realocização, reconstrução e reconfiguração das narrativas africanas. Essas movimentações culturais ajudam-nos, ainda, a perceber a maneira como estas ideias e as lutas pela definição de determinados conceitos se movimentaram como sublinha Frederick Cooper, a nível transatlântico³⁷³. São um contributo precioso, ao mesmo tempo, para uma reflexão sobre algumas contradições internas que caracterizaram estas circulações e que fizeram com que, nesta altura, a Europa e a África se moldassem reciprocamente, produzindo distintas formas de entender e interpretar os seus territórios, os seus povos e as suas culturas³⁷⁴. Destacar-se-á, enfim, como estas elaborações culturais estiveram mais focadas na construção de comunidades transnacionais do que na ideia de nação, mais na libertação e na valorização dos povos do que na promoção de indivíduos e de como, enfim, todas elas estiveram sujeitas a contradições internas.

4.2 – Depois da Segunda Guerra Mundial: da *Présence Africaine* à *Mensagem*.

Em Outubro de 1946 o Congresso de Bamako (Sudan Francês, hoje Mali) viu a participação de centenas de militantes vindos de toda a África e marcou o nascimento do Rassemblement démocratique africain (RDA), representando um marco na política africana do Segundo Pós-Guerra³⁷⁵. A nível de projetos editoriais e culturais, a grande viragem aconteceu, sem dúvida, com o surgimento da *Présence Africaine*, com o seu

³⁷² Dipesh Chakrabarty, *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*, Princeton University Press, Woodstock, 2000, p.27.

³⁷³ Frederick Cooper, *Histórias de África. Capitalismo, Modernidade e globalização*, Edições 70, Lisboa, 2016, págs 188-191.

³⁷⁴ Não entendo afirmar, com isto, que se estivesse perante uma movimentação pacífica, pois os mecanismos de poder entre Norte e Sul acabaram, de forma inegável, por ter o seu papel nesta interação.

³⁷⁵ Tshitenge Lubabu M.K., «Naissance du Rassemblement démocratique africain», in *Jeune Afrique*, 15/10/2007. O RDA nasceu sob a direção de Houphouët-Boigny.

primeiro número sendo distribuído em Paris e Dakar em Novembro/ Dezembro de 1947 e com sede de redação na 16, Rue Henri-Barbusse (Paris). Como disse Mudimbe, o principal objetivo do projeto não era o de questionar a cultura francesa *per se*, mas sim as ambições imperialistas da cultura ocidental³⁷⁶.

Não obstante os pontos de contactos que tinha com revistas africanas como *La voix du Congolais* (Léopoldville, 1945 – 1959, com Antoine-Roger Bolamba na direção e Paul Lomami Tshibamba³⁷⁷ na redação) ou o *Bulletin de l'Enseignement en AOF* (1913 – 1959), a *Présence* acabou por ter um cariz específico que a distinguiu deste tipo de publicações com as quais partilhou, contudo, colaboradores. Ligada à tradição pan-africanista, a partir dos seus primórdios a revista fundada por Alioune Diop tinha três secções principais: uma dedicada às literaturas africanas (prosa e poesia), uma ao trabalho de africanistas, a terceira a recensões³⁷⁸. Constavam do “Comité de Patronage” do primeiro número, em uma edição que se queria mensal, personalidades como André Gide, Senghor, Richard Wright, Jean Paul Sartre, Camus, Aimé Césaire, a testemunha do facto que o projeto inicialmente não explicitou a sua marca anticolonial e antirracista (se bem que ambas estivessem patentes na própria orientação e nos conteúdos dos textos publicados).

Os anos '50 foram, igualmente, os que viram a intensificação do projeto de Unidade Africana, levado a cabo sobretudo por iniciativa de Kwame Nkrumah. Perante as dificuldades com que se deparava na gestão do projeto de unidade nacional, o futuro presidente do Gana entendia a unidade pan-africana como a única solução perante as armadilhas do neocolonialismo, que começava a substituir a hegemonia e o controlo económico à hegemonia administrativa do aparato colonial. Depois do apelo à “Positive Action” que levou a cabo no território da Gold Coast (território hoje parte do Gana, mas na altura colónia britânica), Nkrumah foi preso em Londres em 1950. Em forma de

³⁷⁶ V.Y. Mudimbe (org), *The Surreptitious Speech Presence Africaine and the Politics of Otherness 1947-1987*, The University of Chicago Press, Chicago – London, 1992.

³⁷⁷ Para além da sua atividade jornalística, Antoine-Roger Bolamba publicou livros de poemas, entre os quais destacamos *Esanzo, chants pour mon pays*, Paris, Présence Africaine, 1955, com prefácio de Léopold Sédar Senghor.

³⁷⁸ Bernard Mouralis, «Présence Africaine: Geography of an “Ideology”», in V.Y. Mudimbe (org), *Ivi*.

protesto, George Padmore convocou uma manifestação em Trafalgar Square, reunindo estivadores, trabalhadores das obras, estudantes e militantes pan-africanistas.³⁷⁹

Ao mesmo tempo, o *Discours sur le colonialisme* de Aimé Césaire, publicado pela primeira vez em 1950 pela Réclame e com reedição pela Présence em 1955, marcou várias gerações de intelectuais anticoloniais. Afirmando “«L’ Europe» est moralement, spirituellement indéfensible”³⁸⁰, o estudioso da Martinica sublinhava a decadência da civilização ocidental na sua incapacidade de resolver os dois problemas fundamentais que a caracterizavam: o do proletariado e o colonial, denunciando como a ideia de missão civilizadora era na realidade um pretexto para a exploração económica dos territórios coloniais. Césaire sublinhava, ainda, como a colonização tinha ao longo dos séculos trabalhado “à *déciviliser* le colonisateur”, pois a ascensão do nazismo teria sido, ela própria, o produto da normalização das violências perpetradas fora da Europa e em contextos coloniais.

Poucos anos mais tarde, Frantz Fanon levará o discurso sobre a violência para outro nível, afirmando convictamente, em *Les Damnés de la terre* (1961), que uma das causas de problemas psiquiátricos junto da população das colónias estava intimamente ligada com o próprio processo de colonização, com a assimilação forçada e a homogeneização cultural que este acarretava³⁸¹. No caso da colonização francesa em África, afirmava Fanon, as dinâmicas sociais e culturais não podiam ser reduzidas ao conceito de dominação, pois os argelinos tinham para os franceses a função de uma espécie de “papel de parede”, eram parte de uma natureza hostil que, tal como a natureza inóspita do deserto e das feras, precisava de ser normalizada. As doenças psiquiátricas eram assim entendidas, por Fanon, como sendo o resultado do processo de dominação, normalização, assimilação e opressão, intensificadas pela guerra de libertação que, quando o livro foi escrito, já estava a decorrer há sete anos³⁸².

³⁷⁹ Ver, a este propósito: Amzat Boukari-Yabara, *Africa Unite! Une histoire du panafricanisme*, Paris, Éditions La Découverte, 2014. Nos anos seguintes, a ação de Nkrumah fez com que o Gana, com destaque para Acra, se convertesse numa das principais bases pan-africanistas do continente, financiando e estabelecendo no país estruturas de acolhimento para os movimentos nacionalistas e anticoloniais.

³⁸⁰ Aimé Césaire, *Discours sur le colonialisme*, Paris, Présence Africaine, 1955, p.8.

³⁸¹ Frantz Fanon, *Les damnés de la terre*, Paris, Maspero, 1961.

³⁸² A este propósito, é bom lembrar que a guerra de libertação da Argélia começou em 1954, liderada pelo FLN (Front de Libération Nationale), mas protagonizada também pelo Mouvement National Algérien (MNA, rival do FLN, que acabou por perder a sua influência) e pelo Parti Communiste Algérien (PCA). Antes da eclosão da guerra houve, porém, vários acontecimentos particularmente violentos – nomeadamente massacres – que confirmaram e tornaram mais uma vez evidente a brutalidade do regime

Um ano depois do surgimento da *Présence Africaine* (com a qual, lembramos, colaborou Mário Pinto de Andrade) começava a ser publicada em Lisboa a *Mensagem – Boletim da Casa dos Estudantes do Império*, ligada à associação criada, por iniciativa governativa, em 1944 e cujo objetivo inicial era o de criar uma consciência comum entre os estudantes oriundos das colónias. Nos seus treze anos de existência, a C.E.I. esteve no centro dos debates políticos e identitários, tendo alguns dos seus animadores um papel de relevo na circulação de publicações dentro e fora do espaço colonial português e na fortificação de redes internacionais. Foi alvo de uma feroz repressão governativa, tendo sido sujeita a várias Comissões Administrativas, a infiltrações, ataques, vandalismo e encerramento por parte da PIDE.

Os debates culturais que animaram a vida cultural da CEI demonstram mais uma vez que, apesar da tendência natural em pensarmos a resistência intelectual ao colonialismo português como um todo, ela não foi uma entidade monolítica. Poderíamos, talvez, definir o ambiente da C.E.I como uma entidade orgânica, mas heterogénea. Influenciados pela negritude, pelos neorrealismos português e brasileiro e, em alguns casos, pelo surrealismo aplicado às realidades da África Austral – a interpretação e reelaboração destas correntes e conceitos não foi consensual. Os contactos e os laços que muitos intelectuais e escritores que por ali passaram estabeleceram com o panorama intelectual português (com destaque para Lisboa e Coimbra, em virtude também da inexistência de instituições de ensino superior nas Colónias até determinada altura³⁸³) contribuiu, igualmente, para com as distintas visões que se foram desenvolvendo ao longo dos cerca de vinte anos em que a C.E.I existiu.

colonial. (Cfr Mohamed Harbi, «La guerre coloniale a commencé à Sétif» in *Le Monde Diplomatique*, Outubro de 2005, p. 21, sobre os massacres de 8 de Maio de 1945 em Sétif e Guelma). Fanon apresentava, assim, vários casos de doentes argelinos e franceses, sem pretensão de traçar um quadro clínico exaustivo, mas com o objetivo de demonstrar como a causa comum às várias manifestações psiquiátricas (distúrbios pós-traumáticos de stress, modificações afetivo-intelectuais, problemas psicossomáticos) podia ser reconduzida à brutalidade e ao carácter desumanizante da colonização e das práticas a ela associadas, como a tortura, causando frequentemente casos de “psychose réactionnelle”.

³⁸³ A primeira instituição de ensino superior, inaugurada em 1962 no âmbito de uma tentativa governamental de controlar e agradar à nova classe social moçambicana, em uma das colónias portuguesas foi a Universidade de Lourenço Marques, hoje Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo. Ver a este propósito Amélia Neves de Souto, «A Universidade de Lourenço Marques: a Associação Académica de Moçambique», in *Os Outros da Colonização. Ensaio sobre o colonialismo tardio em Moçambique*, Cláudia Castelo (org), Lisboa, ICS, 2012, págs. 135- 154.

Para citarmos um caso concreto, pensemos por exemplo na receção das teses de Senghor. Mesmo tendo-se tornado uma referência imprescindível entre os independentistas, na C.E.I nunca houve um consenso generalizado sobre a aplicação da teoria ao caso do colonialismo português. A partir da conferência de Senghor na CEI, em 1957³⁸⁴, houve quem, como David Bernardino e Ivo Lóio, manifestasse dúvidas sobre as confluências do discurso do intelectual senegalês com a orientação salazarista, virada (como já vimos amplamente) para a mitificação do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, e a implícita justificação e valorização do assimilacionismo cultural³⁸⁵. A publicação na *Présence* do texto coletivo «Les étudiants noirs parlent» (1953) e do *Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa*³⁸⁶ com a organização de Francisco José Tenreiro e Mário Pinto de Andrade em Abril do mesmo ano levou a um aceso debate dentro e fora de Portugal, estabelecendo as bases para a definitiva internacionalização dos movimentos anticoloniais. A revista *Mensagem* recolherá obras e reflexões, neste sentido, imprescindíveis. A Colecção de Autores Ultramarinos constitui, enfim, um contraponto simbólico em relação à Colecção Imbondeiro. Demonstrar-se-á como, apesar do facto de estes dois projetos partilharem autores comuns e serem contemporâneas, tantos os seus objetivos como os seus produtos editoriais e a sua materialidade, respondiam de facto a exigências radicalmente distintas.

³⁸⁴ AA.VV., *Mensagem. Casa dos Estudantes do Império, 1944-1994*, Lisboa, UCCLA, 2015.

³⁸⁵ Parece que o discurso de Senghor, que teve lugar em Abril de 1957, na sede da CEI, às 7H30 da manhã, marcado por algum neutralismo, pouco agradou aos cerca de 50 estudantes que se reuniram para o ouvir. O intelectual senegalês era na altura Secretário de Estado do Governo Francês, facto que, conjuntamente com os receios relativamente à ação da PIDE, poderá ter influenciado as suas atitudes e declarações. Ver Helder Martins, *Casa dos Estudantes do Império. Subsídios para a História do seu período mais decisivo (1953 a 1961)*, Lisboa, Caminho, 2017, págs. 117 e 18. No seu texto «Les impasses épistémologiques autour de l' object Afrique», in Achille Mbembe, Felwine Sarr (org), *Écrire l' Afrique-Monde*, Paris, Philippe Rey - Dakar, Jimsaan, 2017, págs 119 - 133, Maurice Soudieck Dione evidencia como o “socialisme senghorien” estava expurgado da luta de classes e do ateísmo, passando por uma valorização das atividades espirituais através da religião e da criação artística. Sublinha, ainda, o carácter desenvolvimentista das suas políticas, o que também poderia ter estado entre os motivos da sua receção pouco entusiástica no seio dos ambientes mais politizados da CEI. Tem sido destacado, ainda, o facto de Senghor ter sido um defensor da *francophonie* mesmo depois da independência, até porque ao longo dos anos '60 as despesas da Universidade de Dakar foram cobertas a 70% pelo estado francês. Isto impulsionou, entre outras coisas, a promoção que o intelectual fez tanto da cultura Francesa, como da Senegalesa (Hakim Adi, *Ivi*, p. 17).

³⁸⁶ Francisco José Tenreiro e Mário Pinto de Andrade (org), *Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, Lisboa, Editora Gráfica Portuguesa, Abril de 1953.

4.2.1 – A Casa dos Estudantes do Império (CEI), de associação da Mocidade Portuguesa ao encerramento pela PIDE (1944 – 65).

A Casa dos Estudantes do Império (CEI), apesar de ter ficado conhecida pelas suas atividades antifascistas e anticoloniais, nasceu como sendo uma associação no seguimento de uma visita de Francisco Vieira Machado, que na altura era Ministro das Colónias, à sede da Casa dos Estudantes de Angola (CEA), criada em Lisboa no ano letivo 1943-44, por iniciativa de estudantes angolanos. A reunião oficial em que se decretou o início das atividades da associação³⁸⁷ aconteceu em 3 de Julho de 1944 na presença, para além de Marcelo Caetano, na altura Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, de representantes das várias Casas. A criação da CEI tinha como objetivo principal a fusão da CEA com as outras “Casas” que se tinham vindo a criar, tal como a de Moçambique, a da Índia, a de Macau e a de Cabo Verde³⁸⁸, com o intuito de evitar possíveis separatismos que iam contra a propaganda de nação única e pluricontinental. Nos seus primórdios, tanto a Casa dos Estudantes de Angola como a Casa dos Estudantes do Império não parecem ter tido pretensões anticoloniais. Pelo contrário, e também em virtude da extração socioeconómica dos seus componentes em meados dos anos ’40, não era raro encontrar, entre os sócios, pessoas afetas ao regime ou até, membros da União Nacional, o que justificaria a escolha de Marcelo Caetano como Presidente Honorário e a de Francisco Maria Martins como Presidente, primeiro da CEA, e depois da CEI. Mesmo nas décadas seguintes, as opiniões políticas, as visões da cultura, as ideias e conceções sobre as formas de entender a literatura e a sociedade, foram diversas e por vezes até marcadamente dissonantes da propaganda oficial. Como já afirmado por Mata, é urgente “desmistificar – ou, talvez, relativizar – a ideia de uma dinâmica

³⁸⁷ Esta terá, presumivelmente, acontecido depois da criação da CEI e do início do seu funcionamento efetivo que, segundo Hélder Martins, teria tido lugar depois do Ato constitutivo de 1 de Dezembro de 1943. Martins sublinha ainda a relevância do facto de que, nas fotos oficiais do encontro, não aparecem alguns dos sócios fundadores que eram notoriamente opositores do regime, como os irmãos Sócrates e Alexandre Dáskalos, Arménio Santos Ferreira, Julieta Graça Pinto do Espírito Santo e Armando Rosinha. In Hélder Martins, *Ivi*, págs. 35 – 43.

³⁸⁸ Cláudia Castelo, «Casa dos Estudantes do Império (1944-1965): uma síntese histórica», in *Mensagem, Casa dos Estudantes do Império, 1944-1994*, número especial, Lisboa, UCCLA, 1994, págs. 25-29.

monoliticamente subversiva da CEI”³⁸⁹, questão da qual nos ocuparemos ao longo deste capítulo.

A Casa chegou a contar, em determinada altura, com três sedes: para além de Lisboa, havia uma em Coimbra e outra no Porto. Na Avenida Duque D’Ávila nº 23 havia dormitórios, uma cantina que em princípio dos anos ’60 servia cerca de 200 refeições diárias e, para além das atividades editoriais e culturais (chegou a haver uma secção de Teatro) havia, entre outras, uma Secção dedicada ao Desporto, uma dedicada ao xadrez, e, em Coimbra, uma ao hóquei em patins³⁹⁰. Para a divulgação das atividades junto da comunidade de “ultramarinos” que não frequentavam a casa³⁹¹, realizavam-se bailes e iniciativas como a da eleição “Miss Carnaval CEI”.

A circulação, dentro do espaço da Casa, de várias pessoas que se opunham, de forma notória, ao regime vigente, fez com que ele estivesse sob vigilância da PIDE pelo menos desde 1946. Passou por duas Comissões Administrativas: a primeira de 1952 a 1957 (intervalo de tempo em que não houve eleições, a *Mensagem* não foi publicada e houve um boicote generalizado por parte dos estudantes), a Segunda Comissão foi decretada pela portaria de 30 de Dezembro de 1960³⁹², depois do aparecimento da “*Mensagem ao povo português*”³⁹³. Sabemos que, já a partir a vigência da primeira Comissão Administrativa, a PIDE se concentrava nas circulações de personalidades e publicações entre a CEI e o Clube Marítimo Africano (CMA). Em 1954 foi realizada uma busca na residência de Humberto Castro Alves Machado (entre os sócios da CEI que transitaram

³⁸⁹ Inocência Mata, «O singular enfrentamento à ideologia colonial da “Colecção de Autores Ultramarinos” da Casa dos Estudantes do Império,» in *Abril, Revista do NEPA/UFF*, Niterói, v.10, n.20, p. 15-23, jan.-jun. 2018.

³⁹⁰ É ainda Hélder Martins que sublinha que o hóquei em patins acabou por ficar mais conhecido entre os estudantes africanos em Portugal depois da passagem pelo país da equipa do Sindicato Nacional dos Empregados de Comércio e Indústria (SNECI), em Abril e Maio de 1955. Algumas das fotos mais conhecidas de reuniões e jantares da CEI são referentes ao convívio de alguns membros da equipa com os sócios, em 1957 (ano em que ganharam o campeonato mundial, com troféu entregue por Amália Rodrigues) e 1959.

³⁹¹ Da mesma forma em que havia sócios da CEI que não eram estudantes, ou pessoas que frequentavam a Casa mesmo não o sendo, havia muitos trabalhadores africanos a residir em Portugal.

³⁹² O tema é amplamente tratado em Castelo, Martins, Rosas, entre outros. Em comunicação publicada em *Mensagem*, Ano I, nº2, 1958, p.3 a Direção declarava que, durante a Comissão, os sócios estiveram reduzidos a 100 elementos, tendo voltado em Janeiro de 1958 a ser cerca de 500.

³⁹³ O texto integral da *Mensagem ao povo português* foi transcrito no processo ANTT/PT/PIDE/ DGS Del C SR 3767 NT 4480 – folhas 53 e seguintes. O que os “estudantes universitários naturais das colónias africanas de Portugal” denunciavam era, entre outras coisas, a existência do trabalho forçado e a exportação de trabalhadores indígenas. Os estudantes afirmam identificar-se com as reivindicações do MPLA.

pelo CMA, tal como Agostinho Neto e Noémia de Sousa, entre outros), que resultou na apreensão de vários textos literários dactilografados ou manuscritos, originando um interrogatório na Rua António Maria Cardoso³⁹⁴. Em 1957, a PIDE continuava a vigiar as reuniões dos responsáveis do Clube que tinham lugar no Clube desportivo da Graça, na Rua Senhora da Glória 62 (Lisboa), na altura em que Lúcio Lara filho era Presidente do Conselho fiscal (Janeiro de 1958), e os agentes infiltrados relatavam conversas, assuntos tratados, assim como a origem dos participantes: «dos 37 indivíduos reunidos, só havia “2 homens e 5 senhoras de raça branca”». Em 1962, em ocasião da Crise Académica, a CEI juntou-se aos protestos para a proibição, imposta pelo governo, de celebrações do Dia do Estudante. Em Junho de 1963, o comunicado «Atentado contra a CEI» denunciava que o Ministério do Ultramar não entregasse, desde Janeiro, os subsídios destinados à Casa e incluídos nos orçamentos das Províncias Ultramarinas, impondo também a presença de um professor com direito de veto³⁹⁵.

O pretexto para o encerramento veio porém, como já vimos, depois da atribuição do Grande Prémio de Novelística, da Sociedade Portuguesa de Escritores, a *Luuanda* de Luandino Vieira, em 1965. Naquele mesmo ano, e aproveitando a pausa nas atividades académicas, a PIDE vandalizou e encerrou definitivamente a CEI.

Os sócios chegaram a atingir um total de 3270 membros registados e dos quais ainda existem as respetivas fichas³⁹⁶: 2048 da Sede, 1071 Coimbra (Delegação que foi encerrada pela Direção em Abril de 1960) e 184 Porto (Delegação criada em Março de

³⁹⁴ Temos acesso a estas informações e a parte do texto a partir do processo ANTT/PT/PIDE/ D-A/003/266854-1. As folhas 658-680 contêm cópias escritas a máquina ou manuscritas de poemas em várias línguas, entre os quais poemas de Neruda, Guillén, Agostinho Neto. Tradução manuscrita de *If*, de Ruyard Kipling. Noémia de Sousa, *Canção Fraterna*, dactilografado. *Poema para um futuro amor*, Noémia de Sousa, *Deixa passar o meu povo*, Noémia de Sousa, *Súplica*, *Passe*, *Patrão*, *Cais*, Noémia de Sousa (provavelmente publicado com outro título); Manuscrito de *Entre Autres Massacres*, de Aimé Césaire, e de *Santo e senha*, de Miguel Torga. Texto impresso de *Eu passo e vós não*, de Manuel Pinto, e *Na encruzilhada*, de Viriato da Cruz; *Hermano Negro*, de Regino Pedroso (Cuba), *Sabás* de Nicolás Guillén; *El testamento del negro*, Capítulos XXVI e XXVIII de Neruda, *Las andanzas del lobo* (Ediciones Oceano, México, 1950) Informações sobre regiões, costumes, política de várias regiões: Ciclo congolês do Norte, A região dos Lagos, Ciclo da Costa Oriental.

³⁹⁵ «Atentado contra a CEI» in *Mensagem*, nº 2, ano XV, Lisboa, Junho de 1963, págs.4 e 5. Durante a sua existência, a casa também beneficiou de subsídios atribuídos pela Fundação Gulbenkian que atribuiu, durante a guerra, bolsas para artistas das colónias, como no caso de Malangatana.

³⁹⁶ Margarida Lima de Faria e Sara Boavida, «Os associados da Casa dos Estudantes do Império: breve análise sociográfica», in Cláudia Castelo, Miguel Bandeira Jerónimo (org), *Casa dos Estudantes do Império. Dinâmicas coloniais, conexões transnacionais*, Edições 70, Lisboa, 2017, págs. 35 – 88. As autoras traçaram também as dinâmicas de distribuição dos associados por ano, com um pico geral entre os anos 1957-60. Lembremos que esta data corresponde ao intervalo ente a Segunda Comissão Administrativa e a eclosão da Guerra Colonial / Fuga dos “100 estudantes”.

1959 e encerrada pela PIDE - Delegação do Porto em Janeiro de 1961). Os angolanos estavam em maioria ultrapassando os 950 elementos, seguidos pelos portugueses “metropolitanos” que eram cerca de 800 e pelos moçambicanos que ultrapassavam os 450. Entre os membros das outras proveniências, nos ficheiros da UCCLA, são ainda identificados membros vindos de países que não faziam parte do espaço colonial português: Brasil (7), Congo “Belga” (5), Congo Francês (1), Estados Unidos (5), “América do Norte” (1), Índia (2), República Democrática do Congo (1), Uganda (1), Congo (4), Tanzânia (1), Zimbabué (1), Guiné Equatorial (1), França (3), China (9), Malawi (1), Holanda (1), Quênia (1) e Marrocos (1)³⁹⁷.

Esta informação é importante na medida em que ela contribui para demonstrar como as distintas correntes intelectuais e políticas da época, que tinham reflexo na geração de estudantes que circulou neste espaço, foram influenciadas por elaborações culturais provenientes de áreas geográficas distintas. O seu contacto realizava-se graças a dinâmicas de circulação de impressos e de ideias diretamente relacionados com vários tipos de “redes”: institucionais e académicas, informais, clandestinas ou de deserção (como no caso dos militantes anticoloniais e antifascistas) e de solidariedade (frequentemente influenciadas pelas clandestinas/ de deserção), que eram transnacionais e que refletiam, porém, disparidades e diferenças territoriais. Todas estas redes foram, em medidas e com dinâmicas diferentes, influenciadas pela atuação do regime e pela mentalidade dominante.

Partindo do pressuposto de que, como afirmam Walter Mignolo e Catherine Walsh, a perpetuação de hierarquizações culturais é, ela própria, uma forma de atuação do colonialismo na modernidade, proponho uma reflexão sobre a forma como os espaços coloniais (todos eles) e as suas narrativas foram moldados pelas representações e pelo imaginário que a narrativa dominante deles produziu. Sublinha Mignolo:

³⁹⁷ Ficheiros incluídos no livro *Casa dos Estudantes do Império. Homenagem aos associados*, UCCLA, 2015. A edição foi o resultado de uma investigação nos arquivos das fichas dos associados da CEI, apreendidos pela PIDE aquando da extinção e sucessivamente integrados no ANTT. Os números que constam do arquivo são: Angola (953), Portugal (821), Moçambique (452), Cabo Verde (285), Índia “Portuguesa” (68), Guiné Bissau (66), São Tomé e Príncipe (49), Macau (44) e “Outras Proveniências” (51). Considerando que Lima e Boavida identificaram cerca de 300 duplicados, estes números poderiam estar sujeitos a ligeiras variações.

“Cultural classifications and ranking is a strategy of the rhetoric of modernity enacting coloniality by disguising *colonial differences* (that we do not see) into cultural difference (that we are taught to see). Colonial differences established and still establish hierarchy and a power differential— from the Moors and the Jews in Europe to the Blacks and the Indians in the New World; from witches in medieval Europe to the invisibility of non-European women. But not only people were classified; regions were classified as well.”³⁹⁸

Tendo em vista a desconstrução das hierarquias culturais e das suas consequências, uma análise das contradições e ambivalências das produções literárias da CEI e das suas circulações, tal como em relação à coleção e editora Imbondeiro, ajudar-nos-á a ver como algumas dinâmicas eram transversais a vários espaços, agentes e tradições culturais e literárias e, enfim, a posicionamentos ideológicos. Para usar as palavras de Manuela Ribeiro Sanches, isto não implica, por outro lado, uma rejeição da tradição europeia, mas sim um passo na recusa da ideia de identidades puras e encerradas em fronteiras nacionais, um esforço no reconhecimento de dinâmicas de interação mútuas que, apesar de baseadas em mecanismos de poder e dominação, atuaram e continuam a atuar nos imaginários e nas práticas político-culturais do mundo em que vivemos³⁹⁹.

Tanto no boletim *Mensagem* como na Coleção de Autores Ultramarinos estava obviamente presente, para além destas questões, a elaboração de uma “identidade africana” e de um sentido de pertença (facto esse consensual e sobre o qual existem amplos estudos realizados por Castelo, Leite, Margarido, Martinho, Mata, Ribeiro Sanches, Rosas entre outros).

4.2.2 – *Mensagem* – Boletim da Casa dos Estudantes do Império: ensaios, influências internacionais e lutas anticoloniais.

A vida e o percurso do boletim da CEI acompanharam os acontecimentos políticos da época. Abordarmos, se bem que de uma forma não sistemática, o conteúdo dos textos que nela foram publicados implica uma reflexão sobre vários aspetos que caracterizaram as

³⁹⁸ Walter Mignolo e Catherine Walsh, *On Decoloniality. Concepts, Analytics, Praxis*, Durham and London, Duke University Press, 2018, p. 179.

³⁹⁹ Manuela Ribeiro Sanches, «Viagens de texto. Descolonização da Europa», in Cláudia Castelo, Miguel Bandeira Jerónimo (org.), *Ivi*, págs. 207 – 215.

modalidades de produção do boletim. Antes de mais, é oportuno especificar que, sendo material produzido por uma associação, os seus conteúdos não estavam sujeitos aos mecanismos da Censura Prévia à qual estavam sujeitas as outras publicações periódicas. Isto não implica que os autores fossem totalmente estranhos a mecanismos de autocensura, mas significa, contudo, que quem escrevia os textos não tinha a preocupação de que eles passassem na censura. Não havia, portanto, este tipo de mecanismo, apesar de poder haver outras preocupações relativas, por exemplo, às perseguições, infiltrações e vigilância por parte da polícia política que, como vimos, controlou as atividades da Casa praticamente desde a sua fundação. Assim, não é de admirar que determinados assuntos (arte negra, negritude, publicação de obras de poetas da Harlem Renaissance, de artigos de reflexão sobre identidade literária etc.) fossem tratados de forma distinta, frequentemente mais direta, se comparada com a de publicações periódicas como os já mencionados *ABC*, *Diário de Angola* e *O Intransigente* que se posicionavam, de qualquer forma, na oposição. Por outro lado, tanto a *Mensagem* como – e veremos isso mais à frente – os volumes da Coleção de Autores Ultramarinos tiveram, na altura, uma circulação bastante limitada ao ambiente da CEI. Estes impressos circulavam principalmente entre alguns associados e os elementos mais ativos e comprometidos com as causas antifascistas e anticoloniais não chegando, por regra, ao grande público e fugindo às lógicas das publicações comerciais. O ambiente de Lisboa, com as suas dinâmicas, os contactos com os países vizinhos e as redes clandestinas já consolidadas pela oposição ao regime favoreciam, ainda, uma rede de apoios e dinâmicas dificilmente concretizáveis nas colónias africanas, em que o controlo da PIDE conseguia com relativa facilidade atingir as elites, cujo número era exíguo.

Como explicitado em «Como se faz um boletim», de Fevereiro de 1958, quem fazia a maquete era, naquela altura, “o director de acordo com um ou dois colaboradores”. Depois de o primeiro dar a sua opinião sobre o número de páginas e a seleção dos artigos, e da divisão das tarefas, estabelecia-se um prazo para entrega dos artigos, que eram normalmente dactilografados de 1 a 20 de cada mês. Conforme esses entravam na redação, iam ser selecionados, segundo o plano anterior, na maquete, sendo feita a paginação e elaborado o stencil. O stencil ocupava o espaço de duas páginas e, na fase de impressão, dobragem, colocação e distribuição eram precisos mais colaboradores, em uma tarefa voluntária e comunitária:

“O Boletim nasceu, transmitiu a Mensagem da CEI. Quem depois disso poderá dizer que Ele tem erros de português, impróprios em estudantes universitários, não respeita a ortografia luso-brasileira, não saiu a tempo, não tem interesse?...

O Boletim não é por vezes uma Lição de Camaradagem, não é sempre uma Mensagem?”⁴⁰⁰

A questão da língua era, já naquela altura, assunto de disputa: a *Mensagem* posicionava-se, portanto, de forma explícita nesse debate e fazia-o depois de um período de longa inatividade e de cerca de cinco anos de administração estatal da Casa. Não se tratava, aqui, de uma questão meramente estética, nem de uma simples tomada de posição ideológica, mas sim de uma mensagem política, pois já desde os anos '50 a questão linguística tinha sido utilizada com fins políticos para a instauração de Estados imaginados para além das fronteiras impostas pela divisão territorial colonial decorrente da Conferência de Berlim. Pensemos, por exemplo, no Alliance of Bakongo (ABAKO), associação cultural que, ao lema de “Associação dos Bakongos para a unificação, expansão e defesa da língua Kikongo”, visava a criação de um Estado do Congo central, em que eram incluídos todos os povos de língua kikongo⁴⁰¹.

Foi a partir desta fase, que viu a promulgação dos novos estatutos, que o boletim passou a ser uma publicação de cariz quase exclusivamente artístico-literário, com espaço para a publicação de poemas, narrativas breves, críticas e ensaios. Este aspeto acabou por consolidar-se durante a direção de Tomás Medeiros, a partir de Janeiro de 1959 e, posteriormente, durante a de Carlos Ervedosa.

Circulações, influências e contactos já eram evidentes a partir de 1959, quando o brasileiro Fernando Mourão publicou uma crítica à antologia⁴⁰² da *Poesia Negra de Expressão Portuguesa*. A importância da antologia, publicada em 53, residia não só na divulgação dos poemas de Alda do Espírito Santo, Agostinho Neto, António Jacinto,

⁴⁰⁰ «Como se faz um boletim», in *Mensagem*, ano I, nº 3, Fevereiro de 1958, Lisboa, CEI, págs. 11-12.

⁴⁰¹ Onésimo Silveira, *África ao Sul do Sahara: Sistemas de Partidos e Ideologias de Socialismo*, Associação Académica África Debate, Viseu, 2004, p. 39. A integração de grupos linguísticos diferentes dentro dos estados africanos pós-coloniais continua, enquanto herança do próprio sistema colonial, sendo assunto de debate. Silveira lembra (p. 79) como, na ótica de Cabral, as divisões tribais eram fatores exógenos aos futuros estados, tendo o tribalismo a sua origem em Oxford, em Cambridge ou na Sorbonne, onde as pessoas eram educadas para se tornarem “chefes tribais modernos”.

⁴⁰² Fernando Mourão, «Antologia da Poesia Negra de Expressão Portuguesa, por Mário de Andrade», in *Mensagem*, ano III, número 1, Janeiro de 1960, Págs. 9 e 10.

Francisco José Tenreiro, Noémia de Sousa e Viriato da Cruz, com a abertura do volume através do poema *Son número 6* de Nicolás Guillén (ao qual o número era dedicado, enquanto “voz mais alta da negritude de expressão hispano-americana”). O prefácio de Mário Pinto de Andrade posicionava-se de forma bem explícita contra a “alienação colonial”, ligando a poesia africana às artes performativas e à música e fazendo, ao mesmo tempo, questão de inserir a antologia na tradição negritudinista iniciada por Senghor e Césaire, citados no ensaio de abertura. Curiosamente, facto que acabará sendo uma questão muito polémica a seguir (pensemos, por exemplo, nas posições de Mário António sobre sociedades crioulas e o luso-tropicalismo⁴⁰³), Pinto de Andrade citava explicitamente Senghor, falando na ideia das interações entre culturas europeias africanas, nas “civilizações mestiças”. O livro só foi proibido de circular no país por despacho de 20 de Junho de 1962 não conseguindo a PIDE impedir a sua circulação⁴⁰⁴.

O que acontece na *Mensagem* a partir de 1961 será a consolidação de correntes já estabelecidas no boletim ao largo dos anos anteriores. São presentes reflexões sobre o papel do associativismo, sobre a arte negra, sobre as iniquidades que caracterizavam a relação Metrópole/ Territórios Ultramarinos, a elevada taxa de analfabetismo nas colónias, o Movimento Pró-Universidade de Angola. Relativamente a este último, estamos perante um dos casos em que se explicita a relação entre a revista angolana *Cultura*, impressa em Luanda a partir de Novembro de 1957, e a *Mensagem*, em que nas páginas dos dois impressos se declara, de forma explícita, que esses têm uma ligação⁴⁰⁵.

⁴⁰³ Ver, por exemplo, Mário António de Oliveira, «Uma vasta zona de mestiçagem cultural», in *Mensagem*, sem número, CEI, Lisboa, 1962, págs. 41-42.

⁴⁰⁴ O processo ANTT/TT/PT/PIDE/ SR 442/50, pasta 1, NT 2666-2668 documenta que houve tentativas de apreensão em Angra do Heroísmo e Coimbra, que não tiveram sucesso porque não foram localizados exemplares nas livrarias das duas localidades (folhas 146 - 151). A proibição aconteceu na sequência da participação de Mário Pinto de Andrade e da delegação angolana na *Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas* (CONCP) em Casablanca, que chegou a ser noticiada não só em órgãos de propaganda anticolonial, mas também no *Le Monde* de 5/07/1962. Os encontros entre Mário de Andrade e Ben Bella, em vista a fortalecer as ligações entre o MPLA e o FNL, e os artigos que a este respeito foram publicados nas revistas *La fration Africaine* de 4/08/1962 e na revista *Bohemia* de 17/08/1962 (artigo «¡Fuera el colonialismo de Africa!») também fazem parte do processo, tal como duas cópias do volume de Mário de Andrade *Liberté pour l' Angola*, Maspero, Paris, 1962. Neste, são recolhidos os discursos por proferidos pelo primeiro presidente do MPLA nas conferências de Casablanca, Léopoldville (30/10/1961), a conferência de imprensa de Rabat (11/12/1961) e na entrevista com *France Nouvelle*, em Julho de 1962.

⁴⁰⁵ O artigo, «O problema do ensino universitário em África (apontamentos)», in *Cultura*, nº8, ano 2, SCA, Luanda, 1960 págs. 7 e 23, contempla uma reflexão sobre a relevância do ensino universitário em África e sobre a existência de universidades no continente, em outros espaços coloniais: Makerere College no Uganda, a Universidade da Rodésia e Niassalândia, a Universidade de Ibadan na Nigéria, o Fourah Bay College na Serra Leoa, Universidade de Dakar, Universidade de Lovanium em Léopoldville, a

Esta relação, porém, não se reduzia a iniciativas conjuntas, concretizando-se em uma circulação direta de colaboradores e textos levados, estes últimos, a Lisboa por Carlos Ervedosa. Antecipando os debates sobre poesia que terão lugar, por exemplo, nas páginas de jornais portugueses e do *ABC, Diário de Angola*, António Cardoso lamentava a falta de valorização da cultura angolana. “A verdadeira poesia angolana”, afirmava, “anda perdida (ainda a não foram buscar), espalhada na tradição oral de quatro milhões de negros desta imensa e rica terra.” não se devendo reduzir, em virtude do que ele interpretava como um esforço de enraizamento da cultura portuguesa, a ideia de que o continente africano florescesse “aculturado por homens de outro continente”. A questão de conceção da poesia angolana, afirmava Cardoso, não se reduzia a uma questão geracional, mas sim a um comum posicionamento ideológico:

“No entanto assiste-se nos novos - por vezes mais em pensamento do que em idade, visto que várias gerações se misturam e se identificam na mesma procura, cada um, digamos, à sua maneira - a uma tendência para acabar com a estafada poesia exótica, exterior, pintada, ornamentada de lugares comuns, falsa, para turismo, dos poetas em Angola por acidente, ressaltando-se as possíveis exceções.”⁴⁰⁶

Na mesma ótica de valorização da cultura local e de fortalecimento da sociedade angolana, Adolfo Maria insistia no papel do cinema para alfabetização da população⁴⁰⁷, enquanto Henrique Abranches sublinhava a riqueza linguística das línguas angolanas⁴⁰⁸, definindo os seus traços fonéticos. Tais posições eram, de resto, muito próximas das de Agostinho Neto em 1960, explicitadas na «Introdução a um colóquio sobre POESIA ANGOLANA», em que o autor e futuro presidente de Angola se queixava, citando Césaire, da “coisificação” da cultura africana:

Universidade de Elisabethville, a de Astrid no Ruanda. Sublinhava-se, a este propósito, a necessidade de instituir em África um ensino que não fosse “essencialmente europeu”. A *Cultura* noticiará, igualmente, o Colóquio sobre poesia angolana, que teve lugar na CEI em Agosto de 1959.

⁴⁰⁶ António Cardoso, «Poesia Angolana ou poesia em Angola», in *Cultura*, ano 1, nº 2-3, 1957, pág. 7.

⁴⁰⁷ Adolfo Maria publicou também, na *Cultura*, vários ensaios sobre a arte negra e a sua valorização,

⁴⁰⁸ Henrique Abranches, «Panorama das línguas», in *Cultura*, ano 1, nº 4, Junho 1957.

“Quando as nossas línguas, aquelas que serviram e servem de veículo à cultura angolana, não são faladas nas escolas, não são usadas nos jornais, na rádio, etc.; quando a nossa música, a nossa escultura, apenas encontram guarida em sorridentes e paternais caçadores do exótico; quando as nossas formas literárias não podem socorrer-se dos modernos processos de veiculação, é evidente que a nossa cultura não se pode desenvolver. Estaciona; degrada-se, mas felizmente, não morre.

É o que acontece com a poesia angolana tradicional. “Coisificada” em alguns espíritos, incapaz de se desenvolver num ambiente onde não encontra os meios para isso, acha-se unicamente estacionária na alma do povo. Aí têm ido e irão os poetas buscá-la para a desenvolver. Mas ainda não da maneira desejável.”⁴⁰⁹

Apesar de reconhecer que, no futuro, a poesia angolana se poderia aproximar das formas e da estética da poesia europeia, Neto evidenciava como uma grande parte de «nós, os chamados “assimilados”»⁴¹⁰ não soubesse falar as suas próprias línguas de origem, impedindo isso uma aproximação real com o povo. Dada também a alta taxa de analfabetismo, o poeta não se dirigia ao povo incorrendo, portanto, no risco de reproduzir como universal uma narrativa que não era representativa da maioria da gente angolana, pois os angolanos não se reviam nela a nível de sentimentos, costumes, tradições. No mesmo número da *Mensagem* em que se publicava este ensaio, também apareciam vários poemas de autores da Harlem Renaissance em tradução espanhola: *Es porque soy negro?* e *Y tu que dirás?* de Joseph Seamon Cotter Junior, *Naves que pasan en la noche* de Paul Laurence Dunbar, *A una muchacha negra* e *Nocturno* de Gwendolyn B. Bennet, *Canto espiritual negro* de Claude Mac Kay. Noticiava-se, ainda, a participação do grupo N’gola Kizomba⁴¹¹ nas celebrações do Dia do Estudante e uma palestra sobre Jornalismo em Angola, por Lília da Fonseca.

⁴⁰⁹ Agostinho Neto, «Introdução a um colóquio sobre POESIA ANGOLANA», in *Cultura*, Ano III, nº 5/6, Lisboa, 1960, págs 45 -51.

⁴¹⁰ Apesar de serem utilizadas de forma provocatória, ao longo do texto, as categorias de assimilado e indígena, a posição de Neto era claramente crítica dessas mesmas categorias.

⁴¹¹ Definido no boletim como “conjunto folclórico”, faziam parte dos N’Gola Kizomba: “Rui Mingas (solista e viola), Augusto Lopes Teixeira (viola), Tomás Medeiros (tamborim), Carlos Pestana Heineken (maracas), Jorge de Andrade Hurst (dicanza) e Augusto Pestana Heineken”. *Mensagem*, Ano III, nº 5/6, pág. 32.

Ao mesmo tempo, para voltar às circulações culturais, importa observar como a *Cultura* teria chegado a ter uma Página de Sá da Bandeira, “organizada pela delegação da Huíla da S.C.A.”, em que foram incluídas uma «Entrevista com o escritor Garibaldino de Andrade» por Acácio Barradas, o poema «Peregrinação» por Julieta Fatal, o ensaio «Importa dar Devida Importância à juventude e a Sociedade Cultural de Angola pode e deve tentá-la» de Leonel Cosme e «Poema» de Henrique Abranches⁴¹². Isto é relevante na medida em que prova que havia uma circulação literária entre ambientes que, como veremos mais em detalhe e considerando também a produção da editora Imbondeiro, tinham orientações por vezes contrapostas entrando, não raramente, em polémica.

Todas as questões acima mencionadas tinham o seu eco tanto na produção poética e em prosa, como em ensaios e na maioria dos comunicados publicados no boletim. Em 13 de Novembro de 1962, um júri composto por Lília da Fonseca, Noémia de Sousa, Orlando da Costa, Urbano Tavares Rodrigues e Carlos Ervedosa (na altura Presidente da Direção da CEI) atribuía, no âmbito do Concurso Literário organizado pela Casa, o prémio João Dias para a recolha de contos *Vidas Novas*, de Luandino Vieira, assinado com o pseudónimo de Mukua-Luanda. O prémio Alexandre Dáskalos, dedicado à poesia, ia para *Manifesto* de José Craveirinha, assinado com o pseudónimo de Mangachane. Na proclamação, Orlando da Costa afirmava que o prémio se atribuía a:

“pouco conhecidos escritores de África pela criação de uma literatura nova e autêntica, uma literatura desprendida de compromissos rotineiros com uma tradição literária propriamente portuguesa, - tanto no plano da inventiva, dos ambientes e da realidade humana que abordam, como no plano da própria laboração e expressão linguística.”⁴¹³

Poucos meses antes da sua morte em 1963, Francisco José Tenreiro refletia, na sua «Nota Final» da *Poesia Negra de Expressão Portuguesa* e in «Processo Poesia»⁴¹⁴, na “Poesia Ultramarina” e na sua relação com a negritude, no papel da poesia das “ilhas crioulas” e

⁴¹² *Cultura*, nº 5, ano 1, SCA, Luanda, Setembro de 1957, págs. 16 e 17.

⁴¹³ «Palavras do escritor Orlando da Costa na proclamação dos vencedores do Concurso Literário da CEI», in *Mensagem*, Ano XIV, nº 4, Lisboa, Novembro de 1962, págs 60 -62.

⁴¹⁴ Francisco José Tenreiro, «Processo Poesia», in *Mensagem*, ano XV, número 1, Lisboa, CEI, Abril de 1963, págs. 5 - 11.

na sua originalidade. Se, em 1953, Tenreiro sublinhava o facto de que na poesia negra - expressa em francês, inglês, espanhol ou português - os seus autores se sentiam e se concebiam como um conjunto⁴¹⁵, ele focava-se, passados dez anos, nas inquietações que uniam esses poetas da negritude com os poetas “crioulos” de Cabo Verde, apesar de esses últimos terem sido excluídos da antologia de 1953 por se considerar que eles não traduziam o sentimento da negritude. Em 1963, Tenreiro optava por focar-se na poesia ultramarina e nas suas particularidades e convergências com a poesia de luta que, naquela época, habitava o imaginário de várias gerações. Sublinhando como este carácter da poesia não era captável pelos rótulos literários:

“Dêem o rótulo que quiserem ao poeta. Chamem-lhe neo-romântico ou neo-realista, simbolista ou surrealista, digam-no egocentrista, desviado das realidades primeiras da vida, ele está sempre na vida porque reflecte os próprios aspectos da vida. Se canta alegria, canta dores; se ambiciona também se resigna, se é arrogante é tímido ainda. E isto porque o poeta é o homem que para riqueza da vida, canta: à sobra do tempo das pirâmides Mayas como Neruda, espalhando às mãos cheias de sonho como Éluard, gritando a plenos pulmões os pés fincados na terra como Maiakovsky, cantando a amargura dos dias como Manuel da Fonseca, apelando para a dignidade humana como Noémia de Sousa.”

Intimamente caracterizada por ambivalências, e não obstante a sua intrínseca impossibilidade de definição enquanto criação artística fruto das contradições do humano e da criação, a poesia era, para Tenreiro, claramente social:

“Antes do sociólogo, antes do político, ou do economista, o poeta está vendo e está denunciando todo um processo de transformação social. Daí, o poeta ser incómodo e isso transformar-se em incomodidade para o próprio poeta. Não é por mera coincidência que os poetas povoam ao lado dos políticos, por essa Europa fora, as prisões. Porque o poeta é um político? Sem dúvida: o poeta é Homem.”⁴¹⁶

⁴¹⁵ Contribuía para este sentido de união, para além da consciência de se ser negro, a própria violência colonial, porque “o negro foi obrigado a aprender línguas que estão longe de ser as veiculares do seu pensamento gregário, da sua «sagesse»”. Francisco José Tenreiro, «Nota Final», in *Ivi*, pág. 18.

⁴¹⁶ Francisco José Tenreiro, «Processo Poesia», in *Ivi*, pág. 6.

Este ser político inseria, então, os “poetas do Ultramar” tanto na história da Europa como na história de África. Referindo-se à publicação dos *Poetas de Moçambique* pela CEI, convidando “os que adormecidos à beira dos escaparates dos livheiros do Chiado se esqueceram do Ultramar” a arrepender-se, por terem “olhos que não enxergavam mais além do Cabo da Roca e ouvidos encerrados que não ouviam senão o pipilar igual dos passarinhos do Largo do Camões”, o poeta são-tomense sublinhava a urgência da situação política e social. “Que se penitenciem sim, que o tempo do Ultramar é este e é grave.”

A urgência, a gravidade da situação parecia tornar mais árdua a tarefa de definir o que era uma poesia ultramarina, causando perplexidade. Deviam considerar-se poetas ultramarinos as publicações que vinham do Ultramar, as impressas fora daquele espaço, mas escritas por poetas que nele tinham vivido, ou “todos os poetas e poesias publicados em áreas tropicais”? Complicava a questão, ainda, o facto de que o Ultramar tivesse representado um lugar de imaginação, de utopia, o “baú sonhado dos piratas que uma vez aberto nos deslumbra com o faiscar das suas pedras”. A tradição oral, a arte local, as línguas autóctones ficavam perdidos, pois neste caso “a África canta a sua voz negra melódica aos nossos ouvidos, é certo mas, tão difícil de compreender para quem os afinou em notação cultural europeia.”

Apesar da evolução das elaborações poéticas em si, das contradições mencionadas por Tenreiro e das diferenças entre as gerações de poetas, parece bastante evidente que esta renovada união, a ideia de que “ao fim e ao cabo, os poetas, pretos, brancos ou mestiços, viviam na mesma área as ansiedades que os ventos acumularam no coração dos homens” estava relacionada com a fase ativa da luta armada e das resistências anticoloniais. A ideia de fraternidade, de consciência comum estava, portanto, relacionada com a colaboração entre os vários movimentos de libertação, o que contribuiu para a formação de um sentido de pertença comum na luta contra a opressão colonialista. Neste sentido, para além das iniciativas do CONCP (cujo percurso foi atrás mencionado), lembremos por exemplo as comemorações dos dois anos da eclosão da guerra de libertação que tiveram lugar no Brasil em 4 de Fevereiro de 1963. Promovida pela representação do Movimento Popular de Libertação de Angola em São Paulo, teve lugar na sede do Sindicato dos Gráficos. O *Portugal Democrático*, nº 69, de Fevereiro - Março de 1963, chegou a noticiar o evento, em que participaram Paulo Matoso Neto e Fernando Costa Andrade (respetivamente na

qualidade de presidente e vice-presidente da Representação do Movimento), “o presidente do Sindicato, deputado Rocha Mendes Filho), tal como os representantes do PAIGC, do Congresso de Cultura Negra, da Associação Cultural do Negro, do Movimento Afro-Brasileiro pro-Libertação de Angola, das juventudes das Repúblicas de Gana e dos Camarões e dos portugueses de Moçambique.”⁴¹⁷

As comemorações são só um exemplo das redes internacionais e de clandestinidade que, se não tiveram origem ou não estiveram diretamente ligadas com a Casa, acabaram por envolver os seus membros e representantes, contribuindo para a repressão da PIDE. Estamos a falar de redes que envolviam os territórios coloniais, mas também vários países da Europa, a América Latina e a Ásia. Se Fernando Mourão foi, no testemunho de Tomás Medeiros, o primeiro a ter contactos em Paris e a pessoa que fez com que a *Présence* chegasse a Lisboa pela primeira vez⁴¹⁸, sucessivamente à chamada “fuga dos cem” Mário de Andrade converteu-se no contacto em Paris, Lúcio Lara e Viriato da Cruz nos na Alemanha e, enfim, o próprio Tomás Medeiros garantia ligação com a Rússia. Em 1962, houve ainda, em Argel, a criação do CEA, liderado por Adolfo Maria e em que participaram, entre outros, Artur Pestana (Pepetela) e Henrique Abranches, com Hugo Azancot de Menezes em Acra. Na sua Resolução sobre a Oposição Portuguesa, a CONCP reconhecia, ainda, que “o povo português se encontra sob a opressão de um Governo fascista” e “que tal situação não é de natureza a permitir a livre informação sobre os problemas das colónias portuguesas”. Na ótica internacionalista que a caracterizava, esclarecia a sua posição:

“GARANTE ao povo português o seu apoio total na luta que leva a cabo para se libertar do regime fascista e instaurar o regime democrático em Portugal;

ENCORAJA o movimento democrático português a reforçar a sua unidade com vista à vitória rápida da causa da democracia;

⁴¹⁷ Recorte do artigo, com foto, in ANTT/TT/PT/PIDE/ SR 442/50, pasta 1, NT 2666-2668, folha 566. Fernando Costa Andrade, para além da publicação fragmentária da sua obra na *Mensagem* e de *Terra das Acácias Rubras* na Colecção de Autores Ultramarinos, também desenvolveu alguns papéis de relevo na CEI: Diretor da Biblioteca, da Secção Cultural e da Cantina. Ver Michel Laban, «Encontro com Fernando Costa Andrade» in *Angola, Encontro com escritores*, I vol, Fundação Engenheiro António de Almeida, Porto, 1991, pág. 465-492.

⁴¹⁸ Michel Laban, «Entrevista com Tomás Medeiros» in *Encontro com escritores. São Tomé e Príncipe*, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 1991, págs 155-219.

DECLARA que a luta dos povos ainda sob domínio português não é dirigida contra o povo português mas tem por objectivo a liquidação total do sistema colonial.”⁴¹⁹

Os movimentos anticoloniais também marcaram presença nas organizações femininas africanas, como demonstra a mensagem de Deolinda Rodrigues⁴²⁰ à *Conferência Afro-Asiática da Mulher*, que teve lugar no Cairo em 1961. Esta participação inseria-se claramente numa mais ampla corrente, e teve um importante paralelo na *Conference of the Women of Africa and African Descent* (CWAAD), organizada em Julho de 1960 em Acra. Nela participaram, entre outras intelectuais da época, Maya Angelou, Marise Condé⁴²¹, Ana Livia Cordero e Vicki Ama Garvin. Os contactos de Nkrumah com os representantes dos movimentos negros americanos, como Martin Luther King e Du Bois, garantiam essas outras circulações. Já em Dezembro de 1958, de resto, a *All Africa People's Conference* (Acra) tentava contrariar a partir do seu nome, para passar ao plano ideológico, a ideia de independências das elites. Jornais como *The Spark*, que teve eco no jornal do MPLA *A Faúlha*, visavam assim apresentar os problemas dos países africanos com foco na questão do povo e dos problemas que o oprimiam.

Voltando à conferência do Cairo ela tinha, obviamente, uma relação direta com a Conferência Afro-Asiática de Bandung (Abril de 1955), definida pelo presidente Sukarno, na sua sessão de abertura, como a “first intercontinental conference of coloured people in the history of mankind”. Na sequência de Bandung, em 1958 realizava-se em Tashkent (Uzbekistan, na altura URSS) a *I Afro-Asian Writers' Conference*, da qual participaram Du Bois, Nazim Hikmet, o poeta paquistanês Faiz Ahmad Faiz, o romancista chinês Mao Dun, Mulk Raj Anand, o romancista bengali Tara Shankar Banerji, o cineasta senegalês Ousmane Sembène, o escritor indonésio Pramoedya Toer, e, ainda, Mário Pinto de Andrade e Marcelino dos Santos⁴²². Todas estas iniciativas não escapavam às lógicas

⁴¹⁹ «Resolução sobre oposição portuguesa», policopiada em francês in *Um amplo movimento Itinerário do MPLA através dos documentos de Lúcio Lara*, Vol. II (1961-62), Luanda, 2006, p. 72.

⁴²⁰ Deolinda Rodrigues encontrava-se, na altura, nos Estados Unidos. A mensagem, em forma de carta, está sempre incluída em *Um amplo movimento*, Vol II, pag. 229.

⁴²¹ Maryse Condé relatou, entre outros eventos da época, a sua passagem por Acra em *La Vie sans fards*, Paris, Éditions Jean Claude Lattes, 2012.

⁴²² Como evidenciado in Constantin Katsakioris, «L'union soviétique et les intellectuels africains. Internationalisme, panafricanisme et négritude pendant les années de la décolonisation, 1954-1964», in *Cahiers du Monde Russe*, n° 47, 1/2, 2006, págs 15 – 32, o congresso viu, igualmente, a participação da

da Guerra Fria: na ótica soviética, Tashkent representava uma espécie de Bandung literária, ocasião para reforçar os laços do internacionalismo de que a URSS se queria porta-voz e para, ao mesmo tempo, reforçar a sua zona de influência. A ingerência dos Estados Unidos fazia-se sentir, por outro lado, tanto nas infiltrações da CIA em encontros e conferências, como na ingerência em revistas de propaganda⁴²³. Foi neste contexto, atingindo tanto essas correntes como a forma em que os movimentos literários e culturais da época iam interagindo com as dinâmicas da Guerra Fria, que os escritores que passaram pela CEI elaboraram e publicaram as suas produções, muitas das quais publicadas na *Mensagem* ou na Colecção de Autores Ultramarinos.

4.2.3 – A Colecção de Autores Ultramarinos: o povo, a terra, a liberdade. Que representações?

Editada pela Casa dos Estudantes do Império, a Colecção de Autores Ultramarinos constitui-se, ainda hoje, como uma referência incontornável da literatura anticolonial da época. As publicações foram todas de autoria de africanos, com exclusão dos volumes ensaísticos entre os quais se contam, para além da publicação de *Consciencialização na literatura cabo-verdiana* de Onésimo Silveira (1963), dois ensaios de críticos portugueses que fizeram parte do ambiente intelectual da Casa: *A literatura angolana (resenha histórica)* por Carlos Ervedosa (1963) e *Negritude e Humanismo* por Alfredo Margarido (1964). Também em 1964, publicava-se também um volume híbrido: *Canções populares de Nova Lisboa*, cuja indicação de capa era: “Com um ensaio interpretativo de Alfredo Margarido”. Esse último volume ia na sequência, até a nível gráfico (com a sua capa

Société Africaine de Culture (SAC), representada pelo núcleo da *Présence* (Diop, Senghor, Césaire) e Richard Wright. Foi neste contexto que, segundo o investigador, começou a cisão entre o movimento negritudinista (entendido neste contexto como uma deriva burguesa), e o do internacionalismo ligado ao contexto soviético, visto pelo núcleo dos negritudinistas como uma ingerência na política africana. A Associação de Escritores Afro-Asiáticos, que nasceu naquela ocasião, “publicava, desde 1968, uma revista literária trimestral trilingue *The Call* (O Apelo). Até ao fim da década de 70, a edição em árabe era impressa no Cairo. (Cfr. Luís Kandjimbo, «Agostinho Neto, escritor e intelectual orgânico», in *Cultura*, Jornal de Angola, 27 de Setembro de 2020). Depois da cisão em dois secretariados da Associação, a revista passou a chamar-se *Lotus: Afro-Asian Writing*, sendo muito conhecida internacionalmente. A partir de 1969, premiou autores africanos nas três categorias de prosa, poesia e teatro.

⁴²³ Não sendo o tema um dos principais focos de investigação, essas atividades e ingerências estão amplamente documentadas, como demonstram vários documentos que foram abertos ao público, entre os quais, por exemplo, o sobre a All Africa People’s Conference, convocada em 1961 em Acra: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP78-00915R001300320009-3.pdf>

amarela e o título impresso a vermelho), do *Cancioneiro Popular Angolano (subsídios)*, editado em 1962 por Gonzaga Lambo.

Com o total de 22 volumes, a Coleção contou, portanto, com 5 volumes de ensaios, 4 de contos e os restantes 11 volumes de poesia, 20 títulos num eixo temporal de publicação que ocupou principalmente os anos entre 1960 e 1965. Fora deste intervalo, as únicas exceções foram *Linha do Horizonte* de Aguinaldo Fonseca e *Godido* de João Dias⁴²⁴, cujas datas de publicação remontam respetivamente a 1951 e 1952.

O facto destas duas obras terem sido publicadas a uma distância de quase dez anos não implica uma divergência radical de temas. A personagem Godido, protagonista da recolha de contos homónima, já questionava claramente o paradigma luso-tropicalista:

“Um pedaço de carvão ardendo em uma mentalidade ávida de justiça. Ódio a civilizações tidas por superiores por nelas se esconder qualquer coisa de nefasto. Eis a imagem de uma raça: Godido.

Porque estaria ele ali, amarrado à imundície de um quarto que é um curral, se uma esteira onde deitar o corpo com o chicote do carcereiro a cortar-lhe os gritos e a garanta?

[...]

Godido não passa de um negro insurrecto, cem mil vezes insurrecto. Mas afinal... Godido será gente? Talvez... talvez tivesse nascido cão, talvez; e talvez seja homem.”⁴²⁵

Sobressaem, deste e de outros trechos dos contos de João Dias, a recusa e a revolta contra um padrão civilizacional que desrespeita a vida, as relações e as tradições sociais de todo um povo. Mais ainda, contesta-se uma ideia e conceção civilizacional que sempre se concretizará no fracasso do homem negro perante a sociedade em que, forçadamente, ele se insere. O fracasso, mostra-nos o caso de Godido, nada tem a ver com as qualidades, o

⁴²⁴ Nascido em Maputo em Maputo em 1926, João Bernardo Dias foi estudante de Direito em Coimbra e morreu três anos antes da publicação do seu livro, em Lisboa, tuberculoso. Segundo a biografia incluída na edição de *Godido*, ele colaborou com os jornais *Itinerário*, *Lourenço Marques Guardian*, *O Brado Africano*, *Agora*, *A Ilha*, *Vértice*, *Gazeta de Coimbra*, *Via Latina* e *Meridiano*. *Godido* foi publicado com o selo “África Nova”, sendo identificada como uma “Edição da Secção de Moçambique da CEI”. A edição foi organizada por Alda Lara e Orlando de Albuquerque, a cargo do qual estava a introdução do volume.

⁴²⁵ João Dias, *Godido*, Lisboa, CEI, 1952, pág. 23.

esforço, o nível de adaptação do negro aos costumes, à língua, às práticas culturais que lhe são estranhas: ele depende diretamente das perversidades de uma lógica de assimilação destinada à perpetuação da sua exploração e à manutenção de privilégios alheios. Representará, juntamente com Honwana, a “*émérgence sous le stigmatisme coloniale*”⁴²⁶ :

“O negro olha os cajueiros. Pisa indiferentemente a batata doce. Esta é o símbolo da vida no mato. O cajueiro, qualquer coisa que Godido sente muito acima de si e para a qual volve os olhos cobiçosos: civilização.

Nos fragmentos de uma noite que a luz eléctrica dispersou, Godido sente a primeira embriaguez do progresso. Automóveis sem pretos a puxar, casa-monstros de cimento e pedra, sem caniços nem barro! «Preto fica como vinho; não sabi olhá não sabi como há-de fazeri. Vai nos casa de branco, dipôs fica no rua a andá, andá...»

Mais tarde Godido quis aprender a ler, e deram-lhe panelas para lavar. Mirou a rua, ambicionou pisar o alcatrão da calçada e correr os olhos furtivos pelos edifícios em redor. A juntar a tudo isto veio-lhe o imposto de capitação, uma população hostil e o desejo de estar só onde não estava. Suspirou pela sua vida primitiva e quis fugir. Apanhado, ficou a apodrecer numa cadeia. Quando gritou que era livre e rei nas costas da mãe, o mundo cuspiu garagalhadas de ódio no negro que queria ser mais que escravo.”⁴²⁷

O tema da assimilação forçada e da violência que ela carrega funde-se, aqui, com a ligação entre exploração e a prisão: o que, décadas a seguir, Foucault entenderia como forma de punição pelo desafio ou desajuste às regras impostas pela sociedade, e Angela Davis⁴²⁸ como forma de controlo, repressão e manutenção da injustiça racial. Quero realçar, com isso, a ideia de que em algumas produções literárias africanas de finais dos anos ‘40 já eram patentes temas e orientações que serão *leitmotivs* de determinado filão de pensamento ocidental dos anos ‘70 (cujos ecos chegam até nós), e não só do que comumente é chamado de “pensamento negro”. Isto foi possível porque a contestação

⁴²⁶ Cfr Daniel Bomba, «Les chemins de la fiction narrative», in *Littérature du Mozambique, Revue du livre: Afrique, Caraïbes, Océan Indien*, n° 113, Notre Librairie, Paris, Abril-Junho de 1993, págs. 58-61.

⁴²⁷ João Dias, *Ivi*, pág. 27.

⁴²⁸ Estou a pensar, de uma forma geral, nas obras: Jean Michel Foucault, *Surveiller et punir*, Paris, Gallimard, 1975 e Angela Davis, *Are Prisons obsolete*, Seven Stories Press, New York, 2003.

das sociedades coloniais implicava, necessariamente, a denúncia e a superação de dinâmicas de exercício do poder que envolveram questões de classe, género e raça, mas também o questionamento de uma autoridade cultural através de dinâmicas conflituais sob vários planos: teórico, económico, militar. Tais questões, intrínsecas e necessárias para o funcionamento e a manutenção de dinâmicas capitalistas, não se esgotam no colonial. As passagens de *Godido* que apresentámos levam-nos às reflexões de Marx sobre forças produtivas sociais e relações de produção, mas representam ao mesmo tempo um passo ulterior, ao inserirem-se na tradição de C.R.L. James com temas como a revolta à escravidão e a sua ligação (determinada pela violência da assimilação) aos ideais da revolução francesa⁴²⁹. João Dias traz esta síntese para os contos:

“O negro queria emancipar-se; não era outra coisa. Coitado! Ele a pedir a liberdade! Ele que só fora livre nas costas da mãe, e para quem a liberdade se limitava a morder com guloseima as mamas da negra, prenhes de leite. Ele que nascera e vivera na escravatura, pedia a graça de «dominus» e chamavam-no de revoltado, inflamado de ideias enciclopedistas. Não sabia ler nem conhecia de vista a metafísica, mas era um partidário de Diderot. Não havia dúvidas; os civilizados já o tinham dito. Era qualquer coisa que ele, Godido, desconhecia. Mas era-o”

Reparemos, também, como a questão da língua já era manifesta, apresentada como intimamente ligada à violência e ao estranhamento que dela derivava. Quando Godido, refletindo sobre a vida na cidade, diz que o negro “não sabi olhá não sabi como há-de fazeri”, a sua fala não reproduz só a influência linguística que a(s) língua(s) nativa(s)

⁴²⁹ Não obstante o facto de o tema da escravidão ser abordado em diferentes passagens do *Capital*, o funcionamento do sistema escravagista e das suas consequências para os escravos (e não para os colonos enquanto agentes que vão usar a força-trabalho para produzir riqueza a partir da terra, na ausência de estruturas capitalistas pré-existentes) é subordinado à demonstração de que a auto-expropriação da força trabalho é o pressuposto do funcionamento do próprio sistema capitalista. No capítulo do *Capital* em que Marx contesta a ideia de *systematic colonization* de Wakefield, por exemplo, o foco claramente no colono e não no escravo (ver Karl Marx, «La moderna teoria della colonizzazione», in *Il capitale*, a cura di Aurelio Macchioro e Bruno Maffi, Utet, Torino, 1974, págs 789 – 798 ou ainda, por exemplo e pelo que respeita o papel da vigilância sobre o trabalho/ trabalho escravo, as páginas 1941 e seguintes). Em *The Black Jacobins*, CRL James atribuiu, como já vimos, um papel fundamental ao escravo, pela síntese que ele representa entre exploração e reelaboração dos valores da sociedade em que forçadamente foi inserido. Isto abriu portas para a descentralização ideológica da questão da violência colonial e para a reflexão sobre a interação (sempre conflitual e contraditória) da tradição ocidental com a não ocidental.

exerce(m) sobre o português, mas também esse estranhamento da fala e do olhar, esta sensação de desajuste à vida imposta que é linguístico, cultural e social.

Tal utilização da língua, que será um dos marcos desta geração de escritores (sendo o aspeto linguístico utilizado para deslegitimar e desclassificar as próprias obras⁴³⁰) é um passo no sentido de uma desconstrução da língua como entidade estática e do próprio conceito de centro representado, neste caso, pela cultura imposta. O irromper dessa linguagem, de uma forma de conceber e representar o mundo em que cultura e natureza não são antitéticas, nem necessariamente distintas, leva o discurso literário para o campo do universal. Pedindo emprestadas as palavras de Jacques Derrida:

“Dès lors on a dû sans doute commencer à penser qu'il n'y avait pas de centre, que le centre ne pouvait être pensé dans la forme d'un étant-présent, que le centre n'avait pas de lieu naturel, qu'il n'était pas un lieu fixe mais une fonction, une sorte de non- lieu dans lequel se jouaient à l'infini des substitutions de signes. C'est alors le moment où le langage envahit le champ problématique universel; c'est alors le moment où, en l'absence de centre ou d'origine, tout devient discours — à condition de s'entendre sur ce mot — c'est-à-dire système dans lequel le signifié central, originaire ou transcendantal, n'est jamais absolument présent hors d'un système de différences. L'absence de signifié transcendantal étend à l'infini le champ et le jeu de la signification.”⁴³¹

A dissolução da ideia de centro no campo do discurso implica, a um nível abstrato, também a dissolução do próprio centro, da autoridade que ele carrega, fazendo com que ele se converta só em um dos “centros” possíveis no universo de inúmeras possibilidades de centro. Essa questão está intimamente ligada tanto com a ideia de assimilação, como com a questão do colonialismo, pois ambos os sistemas implicam uma centralização e hierarquização das relações e das formas de as conceber, gerir, interpretar, representar. Assim, quando Mário Pinto de Andrade publicará o artigo «Luandino Vieira: un nouveau langage au gré de l'inspiration du peuple» (1971), referir-se-á ao cariz militante da obra do jovem escritor, mas também à “intéropénétration entre les sentiments des militants et

⁴³⁰ Como já argumentado nos capítulos anteriores, houve tanto escândalos específicos (o relativo a *Luaanda*) como discursos oficiais que envolveram a questão linguística.

⁴³¹ Jacques Derrida, *L'écriture et la différence*, Paris, Éditions du Seuil, 1967. p. 418.

l'émervellement de la nature" que caracteriza e ilumina a escrita de Vieira. Não é por acaso que Pinto de Andrade fala, portanto, em osmose linguística ou conflito entre o português e o kimbundu, numa lógica de subversão em que "des mots portugais sont soumis à un nouveau traitement phonétique"⁴³².

Nos contos produzidos posteriormente a *Godido*, como *Quinaxixe* de Arnaldo Santos (incluído na mesma coleção) e até em contos da Coleção Imbondeiro, de que nos ocuparemos mais à frente, a assimilação é igualmente representada nas suas frustrações. O contexto, contudo, é já marcadamente urbano, em que o estranhamento deriva de preconceitos e não propriamente do sentimento de estar completamente à margem desta mesma sociedade. Gigi, que se prepara para realizar o exame da 1ª classe, é afastado dos colegas dos musseques, que "estragavam" a pronúncia do garoto: "era pena, porque ele já se podia considerar como um branco, embora D. Angelina fosse mulata, mas enfim... era senhora de princípios". O rapaz é, assim, afastado dos "companheiros de vadiação do Quinaxixe" e levado a brincar com as meninas da baixa de Luanda (que são brancas, mas que também pertencem a outra classe social). Elas riem-se dele, porque ele fala em muxixeiros, plantas que não têm espaço numa Baixa povoada por acácias. O desfasamento continua na escola, em que Gigi é forçado a mascarar continuamente as suas origens, e onde o encontro com os meninos parecidos com ele, os que ele melhor consegue entender, com quem se identifica, é doloroso:

"Quando o Matoso lia submisso a sua redacção, onde pintassilgos gorgeavam e debicavam cerejas amarelas (o Matoso explicara-lhe num recreio que as cerejas eram gajajas do putto), intimamente o Gigi perguntava-se onde é que ele tinha descoberto tudo aquilo."⁴³³

Encontra-se forçado a fugir do seu amigo, com medo de ser discriminado. A distância imposta é, na realidade, uma distância que ele é forçado a impor a ele próprio:

⁴³² Mário Pinto de Andrade, «Luandino Vieira: un nouveau langage au gré de l'inspiration du peuple» in *Africásia*, nº 38, de 12 a 15 de Abril de 1971, in ANTT/PIDE/ SR 442/50, pasta 1, NT 2666-2668, folhas 31-32.

⁴³³ Arnaldo Santos, *Quinaxixe*, CEI, Lisboa, 1965, pág. 49.

“Tenho que andar pouco com ele, pensava preocupado o Gigi. A professora pode virar-se contra mim. E fugia, afastava-se também da sua companhia, deixando-o abatido, solitário, dentro das suas ruínas. Tinha medo de enfrentá-la. Precisava de esconder o segredo ilegítimo do seu passado igual. Precisava de o dissimular para que não fosse destruído. «Mulatona... nem cabrita é...» - insultava-a furioso à tardinha quando regressava a casa. E até à noite, descalço, gritava pelo bairro junto dos seus camaradas do Quinaxixe e a sua juventude ameaçada, correndo, bassulando, assaltando as quitandeiras de quitetas.⁴³⁴”

A dialética adulto-criança, reproduzindo a ideia tradicional de que os mais-velhos seriam portadores da tradição, nem sempre se traduz, contudo, nas reflexões sobre as dores da assimilação. Há casos em que, como acontece com os contos de *A cidade e a infância* de Luandino Vieira, a vivência da cidade, das classes subalternas, a convivência entre as classes mais pobres é encarada, ela própria, como uma forma de quebrar padrões coloniais, em uma narração que muito deve a Jorge Amado:

“Depois uma casa de pau-a-pique com telhado de zinco onde morava a Talamanca, aquela mulata maluca que fazia as brincadeiras da miudagem com pedradas e asneiras, quando eles lhe saíam à frente puxando pelas saias e gritando

Talamanca talamancaéééééééé

E às vezes passava também aquele negro velhinho, o Velho Congo. E os pequenos negros, mulatos e brancos, calções rotos e sujos, corriam-no à pedrada e depois fugiam para casa, gritando

Velo congo uáricooooongooo

Morava também o senhor Abano, velho marinheiro de barcos de cabotagem com a família e branca Albertina que dava farra todas as noites. O vinho corria e depois na quentura luarenta da noite ficavam amando-se, ressonando em esteiras escondidas no quintal à sombra de frescas mandioqueiras.”⁴³⁵

⁴³⁴ Arnaldo Santos, *Ivi*, pág. 49.

⁴³⁵ Luandino Vieira, *A cidade e a infância. Contos*, CEI, Lisboa, 1960, págs. 26 - 27.

Nos tempos passados, antes e durante a Segunda Guerra Mundial⁴³⁶, a cidade de Luanda é apresentada como um lugar de vida vivida, de poeira, rixas, bebedeiras e ladrões de goiaba, de batuques e areia vermelha, de leilões à sombra da mulemba e de sangue a correr nas noites do Makulussu. É vida vista ao nível do chão, sem o filtro da limpeza moral, onde a terra e o sangue se confundem com a vida e a morte. É uma representação, essa, completamente antitética à que povoava a literatura colonial da época e que se distanciava, ao mesmo tempo, da literatura de inspiração negritudinista. Luandino Vieira faz, aqui, um esforço para falar do que ele entende como sendo o povo angolano: o que passa pelas ruas do musseque Braga (onde ele nasceu), que estraga os postes telefônicos, que vive em casas de zinco e pau a pique, que acaba sendo preso pela polícia e indo para o Forte de São Miguel. Essa é a Luanda que se contrapõe a outra cidade, a das ruas limpas e ordenadas, do asfalto preto. É a cidade dos roubos e do sol, onde estes elementos se combinam e originam um equilíbrio. A “fronteira do asfalto” era o que acabava por dividir, simbólica e materialmente, os negros dos brancos: os bairros de um lado da fronteira, as casas de zinco e as mulembas do outro. A tentativa de ultrapassar essa fronteira (que não é só a da cidade, mas também a da colonização e da segregação) converte-se em tentativas frustradas. Voltamos, simbolicamente, a *Godido*: o Ricardo do conto «A fronteira do asfalto», ansioso por ultrapassar as incompreensões entre ele e Marina, de olhos azuis, atravessa essa fronteira, com sapatos de borracha a “ranger no asfalto”. Apanhado pela polícia no bairro, o jovem é trazido metaforicamente de volta ao lugar que lhe é imposto na sociedade colonial. Depois de ter fugido, assustado pelo grito do polícia “Pára, pára seu negro!”, Ricardo depara-se violentamente com a realidade:

“Ricardo não parou. Saltou o muro. Bateu no passeio com violência abafada pelos sapatos de borracha. Mas os pés escorregaram quando fazia o salto para atravessar a rua. Caiu e a cabeça bateu pesadamente de encontro à aresta do passeio.

⁴³⁶ A referência à Segunda Guerra Mundial é explícita na seguinte passagem da página 27: “Lembra-se do dia em que o pai o ensinou a ler a primeira palavra. Na «Província de Angola» escrita a letras grandes: GUERRA”.

Luzes encenderam-se em todas as janelas. Na noite ficou o grito loiro da menina de tranças.

Estava um luar azul de aço. A lua cruel mostrava-se bem. De pé, o polícia caqui desnudava com a luz da lanterna o corpo caído. Ricardo, estendido do lado de cá da fronteira, sobre as flores violeta das árvores do passeio. Ao fundo, cajueiros curvados sobre casas de pau-a-pique, estende a sombra retorcida na sua direcção.”⁴³⁷

É uma Luanda muito diferente da que é descrita nos contos juvenis do mesmo autor, como por exemplo as *Duas histórias de pequenos burgueses* publicadas pela Imbondeiro em 1960. A cidade acaba por ser uma presença constante também na elaboração poética publicada pela CEI, em que o tema urbano domina a escrita, ao lado de pouca tradição oral transcrita e traduzida, como é o caso do já mencionado *Cancioneiro* de Gonzaga Lambo.

Os aglomerados urbanos da poesia da Coleção de Autores Ultramarinos são reais, raramente ultrarromantizados. Mesmo nos casos em que a reprodução de estereótipos sobre o “mundo africano” acontece, eles são frequentemente contrabalançados pela emergência da crua realidade social. Noutros casos, a força da utopia funciona como contrapeso contra a crueldade do sistema colonial. É o que acontece com um dos poemas sem título publicado em *Fuga* de Arnaldo Santos, em que a “Estática claridade” que “Tem no ar simulações de cores” dos primeiros dos versos se contrapõe ao sofrimento do povo:

“Porém na linha dura deste dedo
Há cemitérios cobertos
Nódoas de pastosas manchas borbulhando mágoas...

Densas manchas de silêncios
Sentimentos
Todos convulsos de soluços...

Estática claridade
Tem no ar simulações de cores

⁴³⁷ Luandino Vieira, «A fronteira do asfalto», in *Ivi*, pág. 44. Conto escrito, conforme indicado no volume, em 7 de Julho de 1955.

No fundo constante sempre negro.”⁴³⁸

O povo não é só pano de fundo da poesia. As crianças representam frequentemente, como em «Alienação» de António Cardoso, a esperança de superação da alienação e do ódio (“no fundo seco dos meus olhos/ ainda moram crianças loiras e negras/cantando uma qualquer canção de roda infantil!”), assim como a infância evoca a lembrança de uma vida simples, da conexão com a natureza e de barulho da chuva nos tetos de zinco (que muito lembra a poesia de Noémia de Sousa), como em «Poema»:

“Lembras-te, irmão,
daquele vento feito chuva miúda
que cheirava a barro molhado
e capim verde?
Depois éramos quase nus a correr
Pelas pôças e a fazer barcos de papel”⁴³⁹

Uma solução poética diferente, relativamente à de António Cardoso, ao tema da alienação é a apresentada por António Jacinto, que no «Poema da alienação» oferece uma perspetiva que ultrapassa e transcende a ideia de harmonia racial, baseando-se na ideia da convivência, mas reconhecendo as dores, as injustiças, as aflições, o passado que esta convivência implica e carrega em si. O poema da alienação é o que “anda por aí vadio”, “calcorreia ruas”, “vem do Musseque”, “está na aflição”, “é quitata”⁴⁴⁰, “anda na praça trabalha na cozinha”, mas que ao mesmo tempo “não é fatalista”:

“o meu poema é um poema que já quer
e já sabe
o meu poema sou eu-branco
montado em mim-preto

⁴³⁸ Arnaldo Santos, *Fuga*, CEI, Lisboa, pág 7. (Poema identificado como tendo sido escrito em Fevereiro de 1958).

⁴³⁹ António Cardoso, «Poema», in *Poemas de circunstância*, CEI, Lisboa, 1961, pág. 15.

⁴⁴⁰ No português de Angola, calão para prostituta.

a cavalgar pela vida”⁴⁴¹

Em «Criar» Agostinho Neto também propõe uma superação afastando-se, porém, da síntese conciliadora da concepção de paz:

“Criar criar
estrelas sobre o camartelo guerreiro
paz sobre o choro das crianças
paz sobre o suor sobre a lágrima do contrato
paz sobre o ódio
criar
criar paz com os olhos secos”⁴⁴²

No ano em que a guerra eclodia, a poesia de Neto denunciava a situação de conflito: “Não me peças sorrisos/ que ainda transpiro/ os ais/ dos feridos nas batalhas. /Não me exijas glórias/ que eu sou o soldado desconhecido/ da Humanidade”. A visão revolucionária e utópica da poesia de Neto, baseada na esperança de libertação dos contratados⁴⁴³, acompanha a tristeza causada pelas injustiças. Se bem que consciente do árduo caminho a ser encontrando e percorrido, emerge neste poema a certeza de que a vitória chegará:

“Então
num novo catálogo
mostrar-te-ei
o meu rosto
cercado de ramos de palmeira

e terei para ti
os sorrisos que me pedes.”⁴⁴⁴

Em todas estas produções, podemos observar uma sistematização literária do programa de mudança que as elites angolanas da época elaboraram. Tal proposta, como sublinha

⁴⁴¹ António Jacinto, «Poema da alienação», in *Poemas*, CEI, Lisboa, 1961, págs. 34-38.

⁴⁴² Agostinho Neto, «Criar», in *Poemas*, CEI, Lisboa, 1961, págs 30-31.

⁴⁴³ António Quino, «Agostinho Neto: construindo a pátria angolana», in *Maka, Revista de Literatura e Artes*, Ano II, Volume II, nº 2, União dos Escritores Angolanos, Luanda, Janeiro- Dezembro de 2011, págs. 147 – 164.

⁴⁴⁴ Agostinho Neto, «Certeza», in *Poemas*, CEI, Lisboa, 1961, págs 35-37.

Ana Maria Martinho, “sacrificou a representação das culturas angolanas na sua diversidade para as conduzir a um projecto com estabilidade e homogeneidade ontológica”, com as assimetrias, exclusões e representações tendencialmente orientalistas que esta escolha implicava, mesmo no seu projeto utópico de pacificação da sociedade através de uma organização social inclusiva das diferenças⁴⁴⁵.

Considerado o facto de que esses poemas se inseriam em um projeto de construção da nação realizado pelas elites anticoloniais da época, é fácil concluir que o teor dos conteúdos desses poemas não é, por si, suficiente para percebermos o impacto e significado que a sua publicação tinha. Os seus autores tinham estado entre os animadores da revista angolana *Mensagem*, cujo primeiro número foi editado em 1951 através do Departamento Cultural da Associação dos Naturais de Angola, em nome do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (MNIA)⁴⁴⁶. Já em 1948, o movimento “Vamos Descobrir Angola!” tinha reunido os militantes de associações culturais angolanas, com publicações de Alda Lara, Cordeiro da Matta, Geraldo Bessa Vitor e Tomaz Vieira da Cruz. Entre os animadores da *Mensagem* (na qual, clara e explicitamente, se inspirou a *Mensagem* editada em Lisboa⁴⁴⁷), realçam-se Ermelinda Xavier, Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Lília da Fonseca, Alda Lara, António de Abreu, António Jacinto, António Cardoso, Mário Pinto de Andrade e Mário António. Confluindo sucessivamente na *Cultura II*, conjuntamente com outros autores e intelectuais acima mencionados, muitos destes autores foram envolvidos no Processo dos '50, que já mencionámos. No início dos anos '60, Agostinho Neto já contava com várias prisões por motivos políticos, tendo sido preso em Portugal e em Angola, em 1952, 1955, 1959 e 1960⁴⁴⁸. A última destas detenções tinha, particularmente, originado uma revolta no Ícolo e Bengo (zona natal do intelectual angolano) e uma revolta contra o seu encarceramento foi reprimida pelas autoridades coloniais no sangue, com cerca de trinta mortos e duzentos

⁴⁴⁵ Ana Maria Martinho, «Literatura e Confluências culturais», in *Portugal Intercultural: Razão e Projecto*, CEP-CEP, 2009, págs. 225-251.

⁴⁴⁶ Pires Laranjeira, «Introdução à poesia pré-angolana (1948- 1974)», in *Antologia da poesia pré-angolana*, Porto, Afrontamento, 1976, págs. 11- 25.

⁴⁴⁷ Pensemos, também, que um dos sócios fundadores da CEI foi Alexandre Dáskalos, membro do “Vamos descobrir Angola!”, envolvido no Processo dos '50.

⁴⁴⁸ Ver Daniel Lacerda, «Agostinho Neto nas Malhas da PIDE. Uma resistência triunfante», in *Latitudes. Cahiers Lusophone.*, *Agostinho Neto poète et homme politique angolais*, n° 41-42, Janeiro 2012, págs. 88 – 95.

feridos⁴⁴⁹. Em Coimbra, Neto e Lúcio Lara tinham militado no MUD Juvenil, mantendo contactos com o CEA e o Movimento Anti-Colonialista⁴⁵⁰ (MAC). Os contactos de Agostinho Neto com o MUD Juvenil permitiram a sua aproximação com os neorrealistas do *Novo Cancioneiro*, assim como com os jornais *Meridiano* e *Momento*.

A maioria dos escritores e intelectuais que faziam parte dos movimentos angolanos já eram bem conhecidos pela PIDE, bem como as suas ligações com os intelectuais das restantes colónias, com os pan-africanistas, negritudinistas, e com os movimentos de libertação das colónias africanas de outras potências europeias, muitos dos quais explicitamente ligados à URSS. A Revolução Cubana era também fonte de grande preocupação, bem antes da realização da Primeira Conferência de Solidariedade dos Povos da África, da Ásia e da América Latina (comummente conhecida como a Tricontinental) em La Havana, de 3 a 14 de Janeiro de 1966. Desta forma, e à medida que a literatura escrita em África ou por africanos assumia claramente o seu compromisso com as causas comunistas, anticoloniais e anticapitalistas, os seus criadores afirmavam-se no âmbito de um panorama cultural que já não se restringia ao do império português (embora saibamos que, na altura, o regime já falava em uma “só nação”), dentro do qual contudo reclamava a independência, mas se abria para um leque de reivindicações que envolviam, de forma mais geral, o continente africano como um todo.

Já em 1952, Amílcar Cabral tinha afirmado, ao falar de poesia cabo-verdiana e do facto de o seu futuro estar necessariamente radicado no da vida do povo, que era deste último – para com o qual tinha obrigações - que a produção poética devia trazer inspiração, na necessidade iminente numa mudança:

⁴⁴⁹ Deu-se notícia, em Portugal, do acontecido através do artigo «Corre o sangue do povo de angola! O governo salazarista ordena o massacre das populações indefesas! Castigo aos responsáveis! Que os criminosos colonialistas portugueses tirem as mãos de África», in *Avante!*, Ano 29, Série VI, nº 292, Agosto de 1960. Disponível <http://www.ges.pcp.pt/bibliopac/imgs/AVT6292.pdf>

⁴⁵⁰ O Manifesto do MAC foi redigido em 1957 durante uma reunião em Paris, em que estiveram presentes Amílcar Cabral, Guilherme Espírito Santo, Marcelino dos Santos, Viriato da Cruz e Mário Pinto de Andrade. Ele foi modificado entre aquela data e 1959 e circulou, de forma clandestina, entre os nacionalistas africanos, tendo sido publicadas várias edições durante a Guerra, uma das quais pelo Departamento de Informação Propaganda e Cultura do CC do PAIGC (1965). Versão disponível in <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04357.001.001>. Sobre a criação do MAC no quarto de Marcelino dos Santos na Place da Sorbonne, 3bis, veja-se ainda Tomás Medeiros, *A verdadeira morte de Amílcar Cabral*, Althum, Lisboa, 2012, págs. 57 e seguintes.

“As mensagens da *Claridade* e da *Certeza* têm de ser transcendidas. O sonho da evasão, o desejo de querer partir, não pode eternizar-se. O sonho tem de ser outro, e aos Poetas - os que continuam de mãos dadas com o Povo, de pés fincados na terra e participando no drama comum - compete cantá-lo. O cabo-verdiano, de olhos bem abertos, compreenderá o seu próprio sonho, descobrirá a sua própria voz, na mensagem dos poetas.”⁴⁵¹

As reflexões de Cabral, se bem que especificamente ligadas ao contexto cabo-verdiano, cuja evolução e condição era distinta da, por exemplo, de Angola ou Moçambique, é-nos útil porque ela não testemunha só a reivindicação da cultura própria como forma de libertação do povo. Ela desconstrói a narração da superioridade da cultura eurocêntrica, indicando as questões do povo – e do povo de Cabo Verde, no seu caso - como centrais em qualquer elaboração artística que se queira “nacional”. Será nesta perspetiva que Cabral argumentará, catorze anos mais tarde, a urgência e o valor de uma teoria africana pelo e para o povo, consciente dos seus problemas, das suas forças e especificidades, conectada com as causas internacionais, mas radicada – ideológica e materialmente – no território⁴⁵². Emerge, assim, toda a problemática de uma cultura “de libertação”, ou contracultura, produzida pelas elites anticoloniais. Se ela representa o desejo de mudança, uma tentativa de rotura convicta com o padrão colonial (rotura essa que só pode resultar parcialmente, pois é levada a cabo por indivíduos que beneficiam, de formas mais ou menos intensas, do próprio sistema que visam combater), ela acaba por falhar, a nível conceptual, em autenticidade. Esta tomada de consciência não implica uma invalidação dessa literatura, já que ela foi funcional a vários objetivos: o de chamar a atenção para uma situação de opressão; o de dar voz – se bem que de forma indireta, incompleta, estereotipada – a um povo cuja voz era silenciada; o de combater de forma simbólica o regime, complementando as lutas que aconteciam no plano político; o de impor uma mudança no sistema literário; o de legitimar determinados usos da língua e do quotidiano (trabalho realizado em conjunto com os neorrealistas portugueses, brasileiros, mas

⁴⁵¹ Amílcar Cabral, «Apostamentos sobre poesia caboverdiana», *Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação*, ano III, nº 28, Praia, Imprensa Nacional, 1 de Janeiro de 1952, págs. 5-8. Disponível <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04342.001.004#!6>

⁴⁵² Essas ideias estão na base do pensamento de Amílcar Cabral como um todo, mas estou a pensar, neste caso, especificamente em «A arma da teoria», discurso proferido em La Havana em ocasião da Tricontinental (1966) e recolhido, recentemente, no volume: Amílcar Cabral, *Documentário*, Lisboa, Cotovia, 2008, págs. 167- 202. Já nos anos 70, A *Seara Nova* também editou, em meados de anos '70, o texto no volume homónimo (edições de 1976 e seguintes).

também italianos, franceses e russos, como testemunham as publicações literárias nos jornais angolanos e moçambicanos que analisámos).

O próprio Cabral reconheceria essa como uma fase da luta, à qual necessariamente seguiriam outras, nomeadamente a contrária ao neocolonialismo. É neste sentido que compreendemos os debates da época, caracterizados por contrastes decorrentes de distintas posições políticas, pela pressão da censura e a repressão do regime e marcados, ao mesmo tempo, por uma problematização teórica das ideias de representação e de representatividade. Tal problematização acabava por ser, ainda, marcada por diferentes níveis de contacto com, de imersão nas, e de conhecimento das várias realidades africanas, em que as distinções entre países, zonas, regiões, tecido urbano e tecido rural, camadas pobres e camadas abastadas da população entrecruzavam-se. O subalterno continua privado da palavra, não possui os meios para manifestar-se literariamente na primeira pessoa. Segundo Gramsci, os grupos subalternos estão sempre sujeitos à iniciativa dos grupos dominantes mesmo quando contra eles se insurgem, e é em razão disso que Gayatri Chakravorty Spivak se questionou (e perguntou, de forma provocatória, a todos nós) se o subalterno pode realmente falar. O que os textos não podem dizer é, na ótica de Spivak, um dos pontos focais a partir da qual a reflexão histórica deve partir, associado à suspensão da consciência de quem lê:

“When we come to the concomitant question of the consciousness of the subaltern, the notion of what the work *cannot* say becomes important. In the semioses of the social text, elaborations of insurgency stand in the place of ‘the utterance.’ The sender - ‘the peasant’ - is marked only as a pointer to an irretrievable consciousness. As for the receiver, we must ask who is ‘the real receiver’ of an ‘insurgency?’ The historian, transforming ‘insurgency’ into ‘text for knowledge,’ is only one ‘receiver’ of any collectively intended social act. With no possibility of nostalgia for that lost origin, the historian must suspend (as far as possible) the clamor of his or her own consciousness (or consciousness-effect, as operated by disciplinary training), so that the elaboration of the insurgency, packaged with an insurgent-consciousness, does not freeze into an ‘object of investigation,’ or, worse yet, a model for imitation. ‘The subject’ implied by the texts of insurgency can

only serve as a counterpossibility for the narrative sanctions granted to the colonial subject in the dominant groups.”⁴⁵³

As contradições internas aos textos, tal como as internas aos movimentos seriam, desta forma, o espelho das contradições coloniais e, ao mesmo tempo, do facto que o subalterno esteja ao mesmo tempo presente e ausente nos textos, objeto de investigação e, simultaneamente, o grande ausente dessas mesmas investigações.

Foi por conta destas e de outras tensões que foi possível, por exemplo, que obras como *Quinaxixe*, que expressavam uma das formas de nacionalismo possíveis, acabassem por ser bem recebidas por críticos literários próximos do regime como Amândio César, que se apropriou do discurso de Arnaldo Santos tentando forçar a sua inserção na literatura colonial⁴⁵⁴. Basta pensar que, voltando à forma como vários aspetos das sociedades africanas coloniais interagiam na criação literária, quando Craveirinha representava literariamente a vida de Jambul, que “cantou os últimos hinos de guerra do seu povo”, acabando por ser derrotado e por ver que “começou legalmente o tráfico”, o que ele realizava era uma transposição textual de uma realidade urgente para ele e o para o seu povo falando, ao mesmo tempo, pelos sujeitos subalternos privados dessa mesma voz:

“Na cidade
Jambul varre o lixo, limpa dejectos de fossas
e roja-se nos campos de algodão
pisado até ao fundo da sua alma
e diz baiete!!!
e o tráfico de Jambul o segundo homem
continua.”⁴⁵⁵

⁴⁵³ Gayatri Chakravorty Spivak, «Can the Subaltern Speak?» in Cary Nelson and Lawrence Grossberg (eds) *Marxism and the Interpretation of Culture*, London, Macmillan, 1988. Disponível <https://jan.ucc.nau.edu/~sj6/Spivak%20CanTheSubalternSpeak.pdf>

⁴⁵⁴ Alberto Oliveira Pinto tratou especificamente a questão no ensaio «*Quinaxixe* de Arnaldo Santos: a formação do nacionalismo angolano na memória colonial de Luanda», in Ana Mafalda Leite, Hilary Owen, Rita Chaves, Livia Apa (org), *Nação e Narrativa Pós-colonial I. Angola e Moçambique*, Lisboa, 2012, págs. 19-35. O historiador sublinha como, nesta coletânea de contos autobiográficos, já estava presente a subversão de vários padrões coloniais, nomeadamente no que respeita a objetificação sexual e a sensualidade das mulheres mulatas e a denúncia do racismo.

⁴⁵⁵ José Craveirinha, «Jambul», in *Chigubo*, Lisboa, CEI, 1964, pág. 26.

Da mesma forma, quando canta “Eu sou carvão!/ E tu arrancas-me brutalmente do chão e fazes-me tua mina, patrão.”⁴⁵⁶, o poeta moçambicano concretiza um esforço de integração do real na poesia. Como afirmado por Gilberto Matusse, a “tendência narrativizante” da sua poesia “institui uma polaridade entre o sujeito enunciador e o mundo objetivo, fundamenta-se no olhar virado para o exterior, para o que é presença concreta, valorizando necessariamente todo o real, tornando-o suscetível de integrar a poesia⁴⁵⁷”. O real, porém, não pode ser entendido aqui unicamente como uma situação objetiva, externa, pois a sua representação implica o envolvimento, a ação, a vivência de pessoas reais. O que esses autores operam é, poderíamos dizer, uma tentativa de suspensão da sua própria consciência, não estando isentos – tal como não estão isentos disso os que sobre esses assuntos refletem e se debruçam – da interferência da sua posição, das suas vivências, dos seus privilégios e das formas de opressão às quais estão sujeitos. O questionamento deste sistema de interações e contradições, tal como a reivindicação de um lugar, de um espaço de reflexão e discurso e, sobretudo, a denúncia da ausência desse espaço serão um marco fundamental da literatura produzida, na época, por membros dos movimentos de libertação que circulavam pela África e fora dela ou por escritores, críticos e intelectuais que se moviam em ambientes a eles próximos.

A utilização (teórica e prática) desses textos foi, ainda mais do que o seu conteúdo, instrumental para a mobilização de consciências e catalisadora de movimentações da opinião pública. As vicissitudes da editora Imbondeiro, que serão abordadas no próximo capítulo, servirão, neste sentido, de contraponto em relação a esse contexto CEI.

Elas serão utilizadas, ao mesmo tempo, de pretexto para ulteriores reflexões sobre o clima intelectual da época e sobre as circulações de textos. A abundância de informações sobre a Imbondeiro, que se concretiza em um desequilíbrio notável em relação às disponíveis sobre a *Mensagem* e a Coleção de Autores Ultramarinos, deve-se ao cariz da publicação, aos seus destinatários e, ainda, ao distinto nível de condicionamento na sua circulação dentro e fora do espaço angolano.

⁴⁵⁶ José Craveirinha, «Grito Negro», in *Chigubo*, Lisboa, CEI, 1964, pág. 27.

⁴⁵⁷ Gilberto Matusse, «A Narrativa da Nação em Craveirinha», in Ana Mafalda Leite, Hilary Owen, Rita Chaves, Livia Apa (org), *Ivi*, págs. 71 – 89.

Capítulo 5 - Percurso, fortuna editorial e contradições internas da Imbondeiro.

Nascido no contexto sociocultural de Sá da Bandeira, o projeto editorial da Imbondeiro contou com cinco anos de existência, nascendo em 1960 e acabando por ser encerrado pela PIDE em 1964. Ao longo deste relativamente curto intervalo de tempo, Leonel Cosme e Garibaldino de Andrade, cujas funções se desdobravam entre as de editores e as de autores de vários dos volumes que formavam as coletâneas incluídas no projeto, conseguiram ter um impacto considerável na cultura literária em língua portuguesa da época. Editando coletâneas de contos, de poemas e cadernos didáticos, para além da edição de contos ou romances em formato individual, o impacto do encerramento da Imbondeiro foi comparado por Gerald Moser ao do escândalo da atribuição do «Grande Prémio de Novelística», da SPE, a *Luuanda* de Luandino Vieira e à consequente extinção dessa sociedade⁴⁵⁸.

Na opinião de Moser, que comentava com um olhar críticos eventos do ambiente literário da época, os acontecimentos mencionados não tinham ligação alguma entre si. Poderíamos, hoje, pelo contrário, avançar a tese de que o elo entre a o encerramento da Imbondeiro e a extinção da SPE não só existiu, como obedecia a uma mais ampla política de gestão, por parte do regime salazarista, do dissenso e das potenciais consequências políticas decorrentes da representação de realidades sociais em âmbito literário. Podemos ver essa conexão em dois sentidos: o da perspetiva do poder que procura limitar expressões de desacordo e de perigo, e o da vontade de expressão forte de vozes alternativas, diversas entre si, que representam justamente uma inquietação, uma necessidade de romper e afirmar caminhos próprios. No caso da obra de Luandino Vieira, o valor simbólico de que ela estava carregada tanto para os seus simpatizantes, como para o governo e a censura, representou a faísca que levou a uma ação direta da PIDE.

Quanto à existência da Imbondeiro, apesar das declarações de Cosme, a editora teve ainda uma parêntesis de vida entre Janeiro e Março de 1967 com a publicação da série “Círculo”. Nesta fase, que levou à publicação de dois fascículos, Cosme já não fazia

⁴⁵⁸ Gerald Moser, «Portuguese Literature in Recent Years (1962 - 1965) », in *The Modern Language Journal*, Vol. 50, Nº7, Nov. 1966, pp. 483-492. Consultado em www.jstor.org/stable/322793 em 16/05/2018

formalmente parte da direção, sendo Garibaldino de Andrade acompanhado nesta função pelo médico e escritor Orlando de Albuquerque.

Torna-se assim necessário esclarecer quais as características e os propósitos do projeto Imbondeiro. Enquadrada, na base da legislação então vigente, como livraria-distribuidora, a Imbondeiro ocupou-se, para além da edição de livros soltos (os “Livros de bolso Imbondeiro”), da planificação e distribuição de coletâneas de obras escritas em língua portuguesa, registando-se em vários casos a presença de termos provenientes das línguas autóctones angolanas ou do crioulo de Cabo Verde acompanhados de glossários ou de tradução. Chegou a ter um total de uma dezena de coleções: Coleção Imbondeiro (68 números no total), Livros de bolso Imbondeiro, Contos d’África, Novos Contos d’África, Mákuá (coletânea de poesia em língua portuguesa ou traduzida para português), Dendela (coletânea de contos para crianças), Coleção Primavera⁴⁵⁹ (cadernos didáticos), Cadernos de Divulgação Didáctica, Imbondeiro Gigante e Círculo (contos).

5.1 - A Coleção Imbondeiro

Surgida no seio das elites brancas da atual Lubango, a direção do projeto contava inicialmente com Garibaldino de Andrade, Leonel Cosme, Maurício Soares e Carlos Sanches.

Soares e Sanches foram, de acordo com o que é dito por Lopes Furtado na sua tese de mestrado, escolhidos por Cosme para participar na organização, sendo o primeiro o “correspondente local de *A província de Angola* e *O Comércio de Luanda*” e o segundo “um homem da rádio escolhido pela sua qualidade de divulgador” e por ter conhecidos no *Rádio Clube* e na Delegação da *Sociedade Cultural de Angola*⁴⁶⁰.

⁴⁵⁹ Relativamente à *Coleção Primavera*, Leonel Cosme afirmou que ela “apenas estava ligada editorialmente à Imbondeiro, pois era autónoma, na sua elaboração, pelos professores, residentes em Sá da Bandeira, Garibaldino e Carneiro, ambos defensores da Escola Moderna, que ainda não se praticava em Portugal, mas já, por alguns professores, em Angola. Se não me engano, a distribuidora destes cadernos em Portugal era a Porto Editora, com a qual o professor Henriques Carneiro (depois Inspector no Ultramar) teve relações próximas, pois vivia no Porto”. Ver *Entrevista a Leonel Cosme*, Anexo nº 4, pág. 417. António Henriques Carneiro também foi o autor de alguns volumes que integraram os Cadernos de Divulgação Didáctica.

⁴⁶⁰ João Carlos Mourato Lopes Furtado, *Angolanidade e autonomia na cultura do Sudoeste de Angola. Memória de Imbondeiro*, Dissertação de Mestrado, orientação Pires Laranjeira, Coimbra 2005, p. 27.

Não obstante o seu enquadramento legal de livraria-distribuidora com um capital inicial de 20000 escudos⁴⁶¹, a Imbondeiro funcionou desde logo como editora, inaugurando a sua produção com a Colecção Imbondeiro, série maior da editora e da sua imagem. A Colecção tinha o propósito de reunir autores de língua portuguesa disponibilizando aos leitores uma amostra dos “valores ultramarinos” numa ótica polifónica, já que os desejava divulgar, como explicitado por Garibaldino de Andrade, “conjuntamente à luz duma consciência nacional que não pode deixar de reconhecer, nos caprichosos tons da grande aguarela lusitana, um curioso tema de interesses recíprocos, solicitados por anseios de espírito ou por afinidades de cultura tradicional”⁴⁶². Os 68 fascículos que acabaram por fazer parte da Colecção foram concebidos na Gráfica da Huíla, na então Sá da Bandeira (Lubango) mas sendo (muitos deles), impressos na sede do Jornal do Fundão⁴⁶³, não nos admira que o preço da assinatura fosse mais exíguo em Portugal do que nas ex-colónias. Como indicado na capa posterior de muitos números de 1963 e 64, o preço da assinatura anual, para a série de 12 números, era de: “Metrópole e Ilhas, 42\$00; Ultramar, 60\$00; Estrangeiro, 66\$00; Estudantes, 30\$00. Cobranças, 6\$50⁴⁶⁴.” A tiragem chegou depressa aos 1500 exemplares, gozando de muita notoriedade no Brasil, graças também à publicidade positiva que o jornalista João Alves das Neves fez à Imbondeiro na *Folha de São Paulo*⁴⁶⁵. Como afirmado por Leonel Cosme, depois da saída de Soares e Sanches, houve uma divisão de papéis bastante clara entre ele e Garibaldino de Andrade:

⁴⁶¹ Capital declarado por Cosme, no capítulo IV do seu livro *Cultura e revolução em Angola*, Porto, Afrontamento, 1979. Na entrevista realizada em 2019, Leonel Cosme referiu, igualmente, que Soares e Sanches contribuíram com 1080 escudos. (ver *Entrevista a Leonel Cosme*, Anexo nº 4, pág. 414).

⁴⁶² O trecho foi inicialmente incluído no volume de abertura da série, *O tesouro* de Garibaldino de Andrade. Sendo o número 1 da *Colecção Imbondeiro*, foram definidos os propósitos do projeto editorial.

⁴⁶³ Relativamente ao papel do Jornal do Fundão na impressão de volumes, afirmou Cosme em 2019: “A tipografia do Jornal do Fundão imprimiu apenas os livros custeados pelos autores, e pagos em Portugal. A Imbondeiro só dava o nome de editor, que legalmente não era, pois apenas tinha licença de livraria-distribuidora... Eu fui interrogado duas vezes pela PIDE sobre a legalidade da mesma. Inicialmente, só o meu nome constava, porque o Garibaldino, sendo professor primário, não podia praticar actos de comércio.” In *Entrevista a Leonel Cosme*, Anexo nº 4, pág 417. Isto não explica, contudo, por qual razão coletânea como a *Contos d’ África* eram impressas na mesma sede.

⁴⁶⁴ Como testemunham alguns folhetos de cobrança das Notícias de Imbondeiro, também era possível adquirir uma assinatura semestral por metade de valor previsto para cada zona geográfica.

⁴⁶⁵ João Alves das Neves publicou por vários anos no suplemento «Artes e Letras» do *ABC, Diário de Angola*, sob o pseudónimo de Mário Fragoso. Os temas principais dos seus artigos, todos de assunto literário, tinham a ver com o surgimento das novas letras africanas em língua portuguesa, com o lusotropicalismo, e com as relações editoriais entre Brasil e Portugal, assim como a difusão dos livros brasileiros na Metrópole.

“O Garibaldino tratava da correspondência, nas suas horas vagas de professor, e eu do resto: assinaturas, distribuição, expedição, pagamentos, etc., tendo um auxiliar (negro) a funcionar num gabinete ao lado do meu, no Rádio Clube. Por mais fácil acesso, as relações públicas eram exercidas por mim. Porque era livre a toda a hora, no meu trabalho no Rádio Clube, e o Garibaldino fugia a contactos por ser muito surdo e dar aulas numa escola dos arredores da cidade, todos os contactos (até policiais!) começavam por mim...”⁴⁶⁶,

Voltando aos objetivos editoriais, seria oportuno não nos esquecermos de que, apesar das intenções declaradas, e como o contexto de proveniência principal dos editores impunha, a realidade angolana acabou por ser o ponto de partida, e de chegada, que mais interessou Cosme e Garibaldino. Poder-se-ia chegar à conclusão de que os «Propósitos» foram inevitavelmente influenciados pelo clima da época, na medida em que tentavam ocultar a presença de um projeto predominantemente angolano, inserindo-o no mais amplo contexto da “grande aguarela lusitana” e de uma suposta afinidade, quase inata, entre os diferentes povos e culturas que partilhavam a utilização da língua portuguesa como meio de comunicação e expressão.

Porém, o limiar entre a polifonia e a tendência de cariz luso-tropicalista, relativamente à Imbondeiro, não é facilmente demarcável, já que a opção editorial apostou, por questões de sobrevivência no contexto do regime e por defesa dos interesses de classes e etnias distintas, no atravessamento desta ténue fronteira. O que é certo é que, para além da ampla representatividade em termos estilísticos e de proveniência geográfica, social e política, a Imbondeiro e as suas coleções evocam e contextualizam a conjuntura africana e, especificamente, o caso angolano. Como evidenciado por Cosme, esta árvore mítica, presente em todo o território angolano, goza de notoriedade, sendo símbolo de longevidade e tendo as mais variadas aplicações, alimentares e medicinais⁴⁶⁷, assim como o seu fruto, a *mákua*⁴⁶⁸, e a sua flor, a *dendela*. Todos termos de que as diversas coleções se apropriaram, tendo a grande árvore como seu suporte.

O projeto editorial acabou por estar vinculado à proposta de regeneração do território angolano, configurando-se a cultura e a literatura como alimento e cura dos problemas

⁴⁶⁶ Declarações de Leonel Cosme em finais de 2019. Ver *Entrevista a Leonel Cosme*, Anexo nº 4, pág 414.

⁴⁶⁷ Cosme, *Ivi*, 2014.

⁴⁶⁸ O termo utilizado é proveniente da língua umbundu, a mais usada na zona de Sá da Bandeira, atual Lubango. Este fruto é genericamente conhecido, em Portugal, pelo termo kimbundu, *múkua*.

derivados das diferenças étnicas, sociais e culturais dos grupos de indivíduos que nele viviam. Como nos lembra a citação de Garibaldino em epígrafe, presente na contracapa dos volumes da *Colecção*: “*O imbondeiro: árvore grotesca, atormentada, que assenta no chão uma patorra disforme e estende para o ar braços desvairados de divindade hindu.*”, ou ainda a de António Videira: “*Angola: o imbondeiro e o homem: nada mais. Resumo: Job!*”.

Os processos através dos quais se tentou levar a cabo esta regeneração não foram lineares nem unívocos, querendo a Imbondeiro constituir-se como uma alternativa ao pensamento ativista que tinha eco nas obras publicadas, por exemplo, pela CEI. Como teremos oportunidade de ver, e de acordo com as declarações *a posteriori* do próprio Cosme, apostava-se, neste caso, num realismo literário que pudesse constituir um ato de revolta apostando, contudo, na integração de pontos de vista distintos, incluindo os de certa população colonial consciente da opressão e das injustiças perpetuadas para com as populações nativas⁴⁶⁹.

Tais reflexões, que pareceriam lembrar à primeira vista as de Amílcar Cabral sobre o papel da cultura no âmbito da libertação nacional tiveram, no plano mais estritamente factual, implicações que bem refletem as dificuldades que a política editorial desta experiência literária angolana teve. Esta tentativa de mediação, que permitiu à Imbondeiro ter visibilidade nas ex-colónias portuguesas em África, em Portugal e no Brasil, acabou por, em determinados ambientes, ser percebida ora como uma forma de oportunismo editorial, ora como uma tentativa mascarada de difundir obras subversivas sob a égide de uma editora bem inserida no contexto cultural de Sá da Bandeira, que gozava do apoio (se não económico, formal) da autarquia local e cujos eventos eram amplamente difundidos na imprensa nacional. Talvez estas duas acusações correspondessem, em parte, à realidade. As escolhas editoriais, bem sintetizadas na “estratégia da aranha”, como a definiu Lopes Furtado⁴⁷⁰, obedeciam por um lado às leis da oferta e da procura, tentando também camuflar-se aos olhos da censura, dos poderes locais e da PIDE, ao mesmo tempo que tentavam, por outro, difundir textos de áspera crítica, ou aberta oposição ao regime, aproveitando a consideração geral que o projeto

⁴⁶⁹ Cosme, *Ivi*, 2014, p. 79.

⁴⁷⁰ Furtado, *Ivi*, p. 47.

tinha a nível local e internacional. Tal estratégia implicou, ao longo da existência da Imbondeiro, choques com a PIDE e desencontros momentâneos com a CEI.

A livraria, constituída legalmente para mascarar as atividades da Imbondeiro editora, surgiu numa casa particular e chegou a ter um espaço amplo, com duas grandes montras, na Rua Pinheiro Chagas, uma das principais da cidade. As edições Imbondeiro começaram, paralelamente, por funcionar numa pequena sala cedida pelo Rádio Clube e chegou a ter uma rede de distribuição no Brasil e em Portugal. A partir dos talões inseridos em vários volumes da Colecção, é possível identificar a morada de uma das distribuidoras: a “Divulgação”, no Porto, na Rua de Ceuta 88⁴⁷¹.

Após a publicação, em 1960, dos primeiros dois volumes, constituídos respetivamente por contos da autoria de Garibaldino de Andrade e Leonel Cosme (*O tesouro e Graciano*⁴⁷²) surgiram as primeiras divergências entre os editores.

No número três, publicou-se o conto *Filha de Branco*, de Lília da Fonseca⁴⁷³. Para além das óbvias questões que o conto levantava, como o sentimento de comunhão e irmandade que Marcelino Ferreira, fazendeiro da Fazenda Beija-Flor chega a sentir para com Domingos, trabalhador negro da fazenda com um passado de escravidão, numa altura em que a vida dos dois é posta em risco por uma cheia, a inclusão da autora na Colecção constituía já em si uma tomada de posição. Natural de Benguela, Maria Lília Valente da Fonseca Severino viveu entre Angola e a metrópole, foi a primeira mulher inscrita numa lista da oposição ao regime em Portugal candidatando-se pela lista de Lisboa, em 1957, lista que acabou por ser recusada⁴⁷⁴. No seu livro, *Zamira*, a neta mestiça de Domingos, é “filha de branco”, assim como aos olhos do fazendeiro acaba por ser, após a morte

⁴⁷¹ Sobre a evolução desta livraria, depois transformada na Livraria Leitura, ver Pedro Pereira Leite, *Pela estrada larga. O livreiro Fernando Fernandes e as memórias de uma geração*, Lisboa, Marca d'Água, 2003.

⁴⁷² Apesar da sua ausência no título do volume, neste estava também incluído o conto *A última vontade*, também da autoria de Cosme.

⁴⁷³ Uma versão do conto já tinha sido publicada, em Outubro de 1958, na *Mensagem Angolana*, uma “edição da Casa dos Estudantes do Império”, Secção de Angola, em ocasião do “ano do tricentenário da restauração de Angola”, págs. 19-30. No mesmo número, apareciam também um comunicado de Banha Da Silva, poemas de Alda Lara e Alexandre Dáskalos, um ensaio de Geraldo Bessa-Victor sobre arte africana, entre outros.

⁴⁷⁴ Ver a este propósito Mário Matos e Lemos, *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973). Um Dicionário*, Divisão de Edições da Assembleia da República e Texto Editores, Lda, Lisboa, 2009.

violenta de Domingos na cheia, a própria Angola, fruto do trabalho de brancos e de negros:

“Andava perplexo. Zamira existia realmente ou era um símbolo? Porque fixara os trabalhadores da Fazenda num escalão humano abaixo do seu próprio escalão, se os não conhecia? Antes de escrever a monografia havia de falar com eles. O que os separava, afinal, era um atraso de séculos de civilização e não qualquer condicionalismo de natureza!”⁴⁷⁵

A monografia referida por Marcelino Ferreira, que na narração é indicada como sendo comissionada ao fazendeiro pelo Governador Pinto, deveria celebrar o cinquentenário de atividade da Beija-Flor. Ela acabava por ser um espelho da renovada visão do fazendeiro que, depois de salva a sua vida por Domingos, questiona o funcionamento da fazenda, do sistema colonial em que se insere, das representações racializadas dos negros. Evoca, assim, a necessidade de exaltação do valor dos negros, bem como a de evitar as práticas desumanizantes e objetificantes que os reduzam a serem considerados como se fossem mais uma atração das celebrações, bêbedos de cachaça a dançar ao ritmo do batuque, com os panos novos entregue-lhes propositadamente para a ocasião. A reflexão que Marcelino Ferreira lê no conto às escondidas, guardando-as nos seus rascunhos, acaba por ser desvalorizada e repudiada, considerada como uma consequência do choque por ele experienciado durante a cheia. Angola não é “mestiça”⁴⁷⁶, e o fazendeiro recebe uma dispensa (forçada) do trabalho e a sugestão de realizar uma viagem a Portugal. O questionamento da sociedade colonial é, assim, associado pelo Governador a uma situação de trauma, de confusão, pelo que se torna necessário um contacto com a Metrópole para reestabelecer equilíbrios quebrados.

O conto, como referido, tinha tido a sua primeira publicação em 1948 na *Mensagem*. Conhecida por ser uma escritora antifascista, a inclusão de Lília da Fonseca na Coleção,

⁴⁷⁵Lília da Fonseca, *Filha de branco*, in Coleção Imbondeiro, nº3, Sá da Bandeira, 1960.

⁴⁷⁶ Mais do que propriamente na ideia de mestiçagem, que não me parece ser o foco principal do conto, é interessar realçar que o conto de Lília da Fonseca está narrado, como Ana Maria Martinho observa acontecer com outras narrações da sua autoria, a partir da duplicidade da representação da experiência colonial entendida como processo de “affection and disaffection” sentida em relação a Angola, à África, pela população colonial. Ver Ana Maria Martinho, *The Protean Web. Literature and Ethnography in Lusophone Africa*. Lisboa: Colibri, 2011, págs 43-44.

assim como a de, no número 4, Carlos Sanches (com *As calças*), Orlando Mendes, (com *Carta do capataz da estrada* 95) e Henrique Abranches, (com *Cigarros Sujos*) levou ao afastamento da editora de Maurício Soares. A decisão foi alegadamente tomada porque, conforme as vozes que se espalharam pela cidade e apesar de isso não ter sido comunicado aos restantes membros da editora, as obras publicadas pela Imbondeiro tinham conotação subversiva⁴⁷⁷. Também Carlos Sanches acabou por afastar-se da direção, alegando dificuldades em conciliar a carga de trabalho na editora com os compromissos que tinha na emissora local. Representando as injustiças cometidas para com os negros, as iniquidades do sistema colonial e o facto de que a possibilidade de resgate social pouco dependia da vontade, das ações ou do nível de assimilação, e mais do mecanismo exploratório, os primeiros contos publicados pela Imbondeiro queriam representar a sensação de falhanço e de revolta dos negros contratados, bem como o questionamento do funcionamento do aparato colonial. Carregado de um forte valor simbólico, *Cigarros sujos* é provavelmente o conto que, entre os primeiros quatro volumes, melhor representa esses questionamentos e as reticências que poderiam ter levado Soares ao afastamento.

O conto relata uma tarde em que dois trabalhadores negros, atraídos pelo cheiro dos cigarros que os dois capatazes estão a fumar - e depois de longas divagações - encontram coragem para pedir um cigarro aos brancos. Depois do pedido, os trabalhadores são obrigados a meter as duas mãos em concha, como se fosse para receberem água, num gesto simbólico que sublinha a sua submissão aos brancos. Um deles, o Manuel, contudo, recusa-se e estende só uma mão, num gesto de equidade:

“Manuel baixa devagar o braço e, com a mesma lentidão, volta costas, dizendo:

- Não. Assim não quer. Eu não é *mupika*⁴⁷⁸. Inclina-se para o chão e recolhe a sua carga, dando o assunto por terminado. Kativa para no meio a fumaça que puxava e fita os dois homens, com o coração suspenso.”⁴⁷⁹

⁴⁷⁷ Cfr Furtado.

⁴⁷⁸ Empréstimo do kimbundu, que pode significar escravo, dependente ou hierarquicamente inferior. Ver a este propósito o *Glossário de Literatura Africana* disponível em <https://pt.scribd.com/doc/311275095/Glossario-de-Lit-Africana>

⁴⁷⁹ Henrique Abranches, *Cigarros Sujos*, in Coleção Imbondeiro, nº 4, Sá da Bandeira, Imbondeiro, 1960, pág. 37.

Apesar do sorriso cúmplice de um dos brancos, o Lopes, “o gordo e calvo chefe rompe numa trovoada de insultos contra aquele negro que não se quer humilhar”. Após os insultos do Dionísio, Manuel recebe, num gesto de solidariedade, o resto do cigarro do seu companheiro, mas recusa-se a fumar, aduzindo que o cigarro já não presta, “está sujo”, porque o seu companheiro o apanhou com as duas mãos como se fosse um escravo. Afirma que só fumará quando receber o seu dinheiro e puder comprar cigarros, apesar da muita vontade que tem de o fazer. O conto conclui-se com a gargalhada de Lopes, que domina a natureza, e o canto das cigarras.

A recusa de ser tratado como um *mupika*, mas sobretudo o orgulho e a defesa da dignidade pessoal que Manuel manifesta perante os brancos, numa afirmação que acaba por se tornar uma subversão aos padrões sociais e relacionais vigentes na altura, constitui uma das novidades que, como vimos anteriormente, irromperam no panorama literário da época. Nesse caso específico, poderíamos talvez afirmar que a novidade não residia nos temas abordados, mas no seu tom incisivo, no retrato límpido e simples de um homem decidido que ganhou consciência da sua condição, estando determinado a não abdicar da sua dignidade. Manuel dirige-se ao capataz com firmeza e, uma vez confrontado com a recusa deste último em passar o cigarro, sem que para isso ele devesse pôr as mãos em concha (em uma clara alusão à eucaristia e à ideia de missão e vocação civilizadora do português, que o conto questiona), vira-lhe simplesmente as costas e dá o assunto por encerrado. Não estamos, portanto, perante uma representação caridosa e condescendente do negro. E: ele é descrito como homem exatamente como o capataz, do qual se distingue, porém, por dialogar sem insultar, pela coerência em relação às decisões tomadas. Paradoxalmente, quem deveria “civilizar” revela-se inapto ao diálogo, incapaz de comunicar de igual para igual com outro homem, insistindo em dinâmicas de disparidades de classe e de raça.

O imaginário católico é evocado também na ilustração que acompanha o conto, da autoria do próprio Abranches, representando uma mão branca a ceder um cigarro a uma mão negra, em uma alusão à assimetria que lembra, desde o ponto de vista de imaginário gráfico, as mãos pintadas por Michelangelo na Capela Sistina. No conto evocam-se, assim, não só a violência racista exercida em um esforço de manutenção do *status* social que a perpetuação da dominação colonial garantia aos colonos brancos, mas também as formas de submissão e interiorização das lógicas discriminatórias que a população negra ia interiorizando. É exatamente por isso que os cigarros de Kativa são sujos: eles são

marcados pela violência colonial que se inscreve nos objetos que por meio dela são obtidos.

A dureza da assimilação é incarnada, nesse quarto volume da Coleção, também pela personagem do Moleque Joaquim, protagonista do conto *As calças*, de Carlos Sanches. Joaquim é um jovem de quinze anos que se aproxima da vida da cidade, trabalhando como criado de uns colonos pobres no Lubango. Atraído pelo estilo de vida fora da sanzala, é avisado pelos *sêculos*, os mais-velhos, sobre os riscos em que ele incorre ao tentar abraçar a vida na cidade, caracterizada pelo consumo e pelas inevitáveis diferenças culturais e sociais:

«“Preto é preto, num é branco” – sintetizavam os *sêculos*. “OuvIU, Joaquim? Preto é preto! Num é branco! Num pensa nesses coisa. Vuncê é preto. OuvIU, Joaquim? Num pensa nesses coisa!” »⁴⁸⁰

O afastamento da família, aliás, não compensaria o dinheiro ganho e gasto, num círculo vicioso sem fim, que se concretizaria em uma espiral de frustração. A crítica do capitalismo e da assimilação associa-se, neste conto, à ideia de sabedoria dos mais-velhos e à sua função social:

« - No sanzara não ganha, tá bem, mas num precisa gastar muinto. Por isso vortou no minha sanzara...Vai morrer mêmO aqui, no pé do minha família.»⁴⁸¹

No conto de Sanches encontramos, mais uma vez, tanto a denúncia social (o Moleque Joaquim é constantemente enganado pelos seus patrões, que lhe vendem umas calças velhas pelo valor de dois terços do salário) como a quebra do padrão linguístico do português, em uma desmistificação da colonização que evidencia as falhas do projeto assimilacionista. A problematização da utilização da língua, patente no conto, é funcional

⁴⁸⁰ Carlos Sanches, *As calças*, in Coleção Imbondeiro, nº 4, Sá da Bandeira, Imbondeiro, 1960, pág. 9.

⁴⁸¹ Carlos Sanches, *Ivi*, pág. 10.

para a exacerbação e intensificação da sensação de distanciamento, de desajuste das personagens para com a sociedade colonial.

Reagindo ao clamor suscitado pelos números 3 e 4 da Coleção, clamor esse que, como sabemos, levou ao afastamento de Maurício Soares, Leonel Cosme e Garibaldino de Andrade optaram por tomar a decisão de publicar *Amor por correspondência ou o prestígio das letras pátrias* de Joaquim Paço D’Arcos, um dos autores mais divulgados durante o regime salazarista⁴⁸². Quase na tentativa de reestabelecer um equilíbrio perturbado, voltando a valorizar o papel das letras portuguesas, da cultura humanística, assim como perpetuando a mitificação do sonho dos angolanos brancos de uma vida na Metrópole, a publicação deste conto serviu talvez de subterfúgio para afastar as acusações de radicalismo ou de falta de afeição ao regime.

O retrato completo da coleção mostra o modo como oscilou, como fez convergir autores com cumplicidades diversas e partes diversas do universo da escrita em língua portuguesa. Possivelmente, a inclusão de autores mais conservadores como Amândio César era vista como trunfo, enquanto os vários volumes dedicados a autores e temas alentejanos, embora com autores mais marcados como Manuel da Fonseca, Antunes da Silva e Urbano Tavares Rodrigues, cumpria a função de reunir as várias partes do território.⁴⁸³ Já a inclusão de autores parece mais ousada. Alexandre Cabral, aquando da publicação de *A fula* (1963) passara já pela prisão. Agostinho Neto foi incluído na *Antologia Poética Angolana* (1963) no momento em que estava exilado, após vários anos de prisão, a primeira das quais em 1952. Um ano antes de sair a Antologia, em 30 de Junho de 1962, Neto fugia clandestinamente de Lisboa numa viagem aventureira de barco que o levou a Marrocos, de onde seguiu para Kinshasa, primeiro, e depois Brazzaville⁴⁸⁴. Outro exemplo é o de Luandino Vieira, preso pela segunda vez em Luanda e condenado a 14 anos de prisão, no momento em que sai o nº 23 da coleção (Outubro 1961), com dois

⁴⁸² Luís Reis Torgal, *Estados novos, estado novo: ensaios de história política e cultura*, vol. II, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, pág. 137.

⁴⁸³ Amândio César, segundo Miguel Urbano Rodrigues que com ele trabalhou no *Diário Ilustrado* em 1956 e 1957, era uma “voz de uma direita saudosista, de recorte medieval, insatisfeita com o pragmatismo fascista (...) um ultramontano tenaz”, in Rodrigues, *O tempo e o espaço em que vivi, 1. Procurando um caminho*, Porto, Campo das Letras, 2002, pp.117-118.

⁴⁸⁴ Sobre a viagem clandestina de barco, o relato, feito por quem organizou e nela participou, encontra-se em Jaime Serra, *Eles têm o direito de saber. Páginas da luta clandestina*, Lisboa, Avante, 1997, pp.133-142.

contos seus, datados de 1954 e 1955, *Duas histórias de pequenos burgueses*, ilustrados também por linóleos de sua autoria.

Em 1960, os editores já se encontravam sob vigilância da PIDE. A carta de 6 de Outubro de 1960, enviada por Garibaldino De Andrade ao tio João Pedro de Andrade e incluída nos fascículos da polícia política sobre a editora, confirma que Andrade se opunha ao regime salazarista e às suas políticas em Angola. Através dela, pretendia-se fazer chegar a Portugal informações sobre as prisões realizadas em Luanda, sobre a mobilização militar no território angolano e sobre as vicissitudes políticas (como o Processo dos 50):

“Meu querido Tio

Angola está realmente em paz. Na zona do Congo há muitas tropas, para o que der e vier. Ainda não houve incidentes. Mas as prisões de Luanda estão cheias. O dr. Palma Carlos foi proibido de vir defender um numeroso grupo de intelectuais, que apanhou grossa talhada. Não é separatismo: é cansaço do regime. Mas está já a confundir-se uma coisa com outra e quem sabe onde isto irá parar? Bem, é tudo, por hoje. Os cumprimentos da praxe. Um abraço do sobrinho amigo.”⁴⁸⁵

Ainda mais esclarecedora, pelo que respeita a orientação geral do editor, escritor e professor primário, relativamente à situação em que Angola vivia em finais de 1961, é a resposta de Garibaldino à carta do Coronel Velez Caroço⁴⁸⁶, de Portalegre. Em Novembro, já muitos meses após os primeiros episódios violentos em Angola de Fevereiro e Março e a eclosão da Guerra, Garibaldino afirmava ser contra a independência do país, mas a favor de uma maior autonomia. Respondendo à carta do Coronel de Infantaria, afirma o editor:

“A Oposição devia estudar a fundo o fenómeno ultramarino, mas “in loco”, com demora, por modo a fazer um juízo completo do que se passa e dos anseios da nossa gente. Está a

⁴⁸⁵ ANTT/ PIDE/ DGS SC CI(2) PROC. 4134 NT 7323, Folha 151.

⁴⁸⁶ Segundo consta no Arquivo Histórico Militar de Lisboa, o Coronel de Infantaria Jorge Frederico Velez Caroço foi objeto de um processo político da PIDE em 1961, arquivado com a Cota PT/AHM/FO/033/1/408/95.

cavar-se, entre a oposição de aqui e a daí, um fosso intransponível. Ninguém, responsável, pensa em Angola na independência. E a quem pretendem os homens da Oposição, uma vez ao Poder, entregar isto? Aos pretos? Estão a quilómetros de distância de poderem, por agora, governar. Não há um escol. Vivem num atraso confrangedor. Se é certo que o actual estado das coisas tem de ser revisto profundamente, também é certo que, pelo menos até ao fim de século, não se vê como poderá o indígena de Angola evoluir no sentido de se poder considerar responsável. Angola precisa de uma larga autonomia, sim. Independência? Nem sonhar com isso! Os próprios brancos aqui nascidos – a maioria – acha a ideia extemporânea. Já alguém estudou o que as Províncias Ultramarinas representam para a Metrópole? Representam tudo – até a vida, até a independência. Perca Portugal as suas principais Províncias Ultramarinas – e Franco conseguirá, com um telefonema, o que Filipe não conseguiu senão precariamente e à força de exércitos. A evolução dos acontecimentos do Norte diz-nos que o temporal vai passando. A campanha psicológica tem dado óptimos resultados e milhares de indígenas estão a apresentar-se às Autoridades, com o seu armamento. Dentro em breve seguem-se as tarefas de paz e aí precisaremos de uma revisão profunda de conceitos e de gastar milhões de contos em curto prazo, além de trazer para aqui as levas maciças⁴⁸⁷ de metropolitanos e talvez caboverdianos.”⁴⁸⁸

Mesmo admitindo que Garibaldino de Andrade pudesse estar a exercer algum nível de autocensura na escrita da sua carta, tendo a suspeita (ou a plena consciência) de ser intercetado pela PIDE, há várias passagens da carta que são problemáticas. Não me refiro necessariamente à distinção entre independência e autonomia, posição comum – como vimos, por exemplo, no caso d’ *O Intransigente* – entre algumas camadas das elites coloniais, mas aos juízos sobre a população negra. Mesmo partindo do pressuposto de que o analfabetismo e a pobreza extrema eram factos evidentes na sociedade angolana, as considerações sobre a suposta impossibilidade da independência assentam na ideia (completamente colonial) de irresponsabilidade dos negros, na incapacidade de conceber para o território outra forma de organização socioeconómica que não a europeia ou portuguesa. Sabemos que, naquela altura, as representações e as opiniões sobre colonização diferiam da conceção que, hoje em dia, temos: mas isso não é suficiente para afirmarmos que um pensamento desse género era fruto da época. Já vimos como, por

⁴⁸⁷ Respeitou-se aqui a grafia da transcrição do relatório PIDE, mesmo admitindo que se trata de uma grafia errada, sendo a palavra correta “maciças”.

⁴⁸⁸ ANTT/ PIDE/ DGS SC CI(2) PROC. 4134 NT 7323, Folhas 144 -147.

exemplo no ambiente da *Cultura*, já houvesse intelectuais angolanos (de ascendência portuguesa ou não) que predicavam a valorização da cultura negra e dos seus produtos. O ambiente de Sá da Bandeira poderia, talvez, ter influenciado a posição do escritor, mas não esqueçamos, ao mesmo tempo, que autores como Abranches e Costa Andrade que frequentaram os liceus de Sá da Bandeira tiveram percursos distintos se comparados ao do editor da Imbondeiro. Teremos de admitir, talvez, que se tratava simples e puramente de gerações, orientações, concepções e formações culturais e ideológicas diferentes: não esqueçamos que Andrade, para além de ter nascido e vivido grande parte da sua vida em Portugal, tinha nascido em 1914.

Talvez por isso a carta assente em uma perspetiva marcadamente eurocêntrica: apesar de reconhecer a necessidade de um conhecimento aprofundado da realidade angolana, nela invocam-se argumentos sobre a manutenção das colónias como funcional à autonomia de Portugal em relação a Espanha (aludindo ao risco representado por Franco e certamente numa ótica antifascista) e subordinando, de certa forma, as prioridades do território africano ao europeu. Nesse aspeto, a posição do autor e editor português, certamente ligado à oposição e ao movimento neorrealista, acabava por estar em linha com a visão imposta pelo regime, replicando afinal perspetivas antigas da oposição republicana. Seguindo o seu papel de pedagogo e professor primário, Garibaldino de Andrade sugeria, portanto, uma progressiva educação do povo angolano na base dos valores civilizacionais europeus e propondo a mobilidade para Angola de “levas masissas de metropolitanos e talvez caboverdianos”. Parece-me, neste caso, que o aspeto racial não possa ser subestimado, mesmo considerando os múltiplos fatores (autocensura, geração, origem e contexto territorial) que podiam condicionar o autor da carta.

Somos desta forma levados a pensar que a orientação de Garibaldino de Andrade entrasse irremediavelmente em contraste com a de uma larga franja não só dos independentistas e anticolonialistas angolanos, do modo como a expressão anticolonial da parte dos africanos se multiplicara nos anos 50, mas também da oposição metropolitana (lembremos a este propósito as declarações, no congresso do PCP de 1957, relativas às independências das colónias).

Talvez essa posição possa vir a ser mais facilmente compreendida no âmbito, como sugerimos, do ambiente cultural de Sá da Bandeira. Nesse contexto, determinada elite estava muito empenhada na defesa dos privilégios que a população branca tinha

adquirido. Estamos, de facto, perante uma situação complexa, pois a lógica colonial da economia angolana, baseada na exportação de mercadoria para Portugal, tinha-se empenhado no reforço dos quadros coloniais brancos mantendo, como amplamente discutimos, a população negra em um estado de exploração e, não raramente, de analfabetismo (situação que replicava, de forma mais intensa, a alta taxa de analfabetismo de Portugal). A ideia do papel civilizacional do branco, parte integrante da propaganda do regime que vinha já do ideário republicano desde finais do século XIX, continuava fortemente presente, ou até o pilar principal, da tese “oposicionista” do editor e escritor, para o qual era a população branca que podia escolher, até, o “prazo de validade” das colónias: Angola só teria sido preparada para a independência em finais do Século XX.

A difusão de tais orientações e visões também se confirma a partir de vários depoimentos de autores e militantes angolanos, entre os quais citamos o próprio Henrique Abranches. Referindo-se ao seu processo de consciencialização política, o escritor declarou a Michel Laban (1991) que a maturação da ideia de “fazer uma «revolução negra» surgiu, quanto a ele, no Lubango durante o serviço militar. Afirmo Abranches sobre esse tempo:

“Aí [*no Lubango, ndr*] tive makas, grandes. Nesse momento apareceram outros indivíduos brancos, igualmente revolucionários, com passados brilhantes, às vezes – eu não quero citar nomes – mas foram pessoas que me ensinaram muita coisa... Havia um, em particular, que já tinha sido preso pela Pide, que se tinha comportado de maneira exemplar na prisão – era um moçambicano -, mas que, de repente, apareceu com uma tese que me deixou perplexo: é preciso fazer os brancos cumprir um programa revolucionário para conduzir os negros à revolta. E eu achei muito estranho. Eu não me iria ocupar de branco nenhum para conduzir essa tal revolução.”⁴⁸⁹

Relata-se, ainda, a fundação da Frente Unitária Angolana (FUA, de que, lembremos, Cosme fazia parte), assim como o que na opinião do escritor seriam os seus propósitos e a sua orientação política:

⁴⁸⁹ «Encontro com Henrique Abranches», in Michel Laban, *Angola – Encontro com escritores*, Volume I, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1991, pág. 303.

“Então, o meu amigo e outros fizeram uma organização chamada F.U.A., uma organização «multirracial» (num país unirracial – porque Angola é um país unirracial: tinha vagamente uns brancos, vagamente uns mestiços)... Para já, era uma organização com a preocupação de salvar essas minorias étnicas, politicamente, de forma que, no futuro a F.U.A. tivesse lugar no Governo, no Poder. Teria de haver uns ministros brancos, teria de haver ministros mestiços – uma coisa completamente disparatada, em Angola...”⁴⁹⁰

Aqueles que poderiam ser os elementos fundacionais dessa visão parecem-me estar presentes no texto, redigido por Garibaldino de Andrade, dos «Propósitos» da Coleção Imbondeiro, que abrem a série introduzindo o primeiro volume.

De um ponto de vista semântico, os termos utilizados na descrição inicial do projeto e das suas intenções lembram e reproduzem o léxico colonial e propagandístico do regime. Afirma-se, assim, o desejo de difundir os valores ultramarinos, como atrás referimos, evocando a chamada “grande aguarela lusitana”.⁴⁹¹

Invoca-se, por outro lado, um renascimento da cultura literária angolana que tivesse potencial para permitir que a “já longa escuridão – à sombra dos braços clamorosos dum velhíssimo imbondeiro” lograsse cessar. A utilização do termo escuridão podia ser uma alusão à opressão do regime e, tal como evidenciado por Inocência Mata noutro contexto, naquela época a utilização da palavra “ultramarino”, hoje em dia carregada de uma conotação negativa “pelo ranço colonialista que dela emana”, era já em si uma inovação. Referindo-se ao contexto da CEI, Mata evidenciou que o termo “constituía uma «evolução» na visão da autonomia literária, então incentivada através de prémios promovidos pela Agência-Geral das Colónias (depois Agência-Geral do Ultramar) e por «críticos oficiais do regime, sendo o mais prolífico e emblemático de todos eles Amândio César”.⁴⁹²

Relativamente às finalidades do projeto, Cosme afirmou, já depois da independência de Angola:

⁴⁹⁰ «Encontro com Henrique Abranches», in *Ivi*, págs. 303- 304.

⁴⁹¹ Garibaldino de Andrade, «Propósitos», in *O tesouro*, Coleção Imbondeiro, nº1, Fundão, 1960. Sublinhado meu.

⁴⁹² Inocência Mata, *A Casa dos Estudantes do Império e o lugar da literatura na consciencialização política*, Lisboa, UCCLA, 2015, pág.36.

“Quais eram, concretamente, os objectivos de "Imbondeiro", que só a pouco a pouco iam sendo expressos? Numa fórmula simples - contribuir para a edificação de uma comunidade cultural de língua portuguesa alargada (escrevera-se deliberadamente "lusíada"), no concerto da cultura internacional e na base das mais amplas liberdades democráticas, a partir das quais cada povo, em cada território, pudesse exprimir as suas raízes culturais e o seu destino histórico.”⁴⁹³

Poderíamos falar, talvez, num posicionamento geral que demonstra ser em alguma medida progressista se a compararmos com a lógica do regime, mas que se alimentava, ao mesmo tempo e pelo menos de um ponto de vista formal, de uma visão tendencialmente colonial e culturalmente imperialista. Isto porque, definindo a nascente literatura africana em língua portuguesa como uma “forma primária de Literatura”, que não possuía, na opinião do autor, o “arcaboço adulto com recursos igualáveis aos de uma terra de antiga existência literária” acabavam-se por omitir, e até ignorar deliberadamente, as literaturas orais tradicionais que constituíam, e ainda constituem claramente, grande parte do património literário angolano. Numa altura em que *Missosso*, de Óscar Ribas, já estava em fase de elaboração (sairá, na sua primeira edição, em 1961), o peso de tal omissão não é insignificante, sobretudo para quem afirmava ter como ponto de partida as raízes culturais do país.

Em 1962, Gonzaga Lambo também publicará, como vimos, o seu *Cancioneiro Popular Angolano* na Série Etnografia da CEI. Na introdução, denunciando o “subjectivismo negativo eurocentrista” vigente, o autor definia como *corpus* da sua antologia a produção cultural umbundu “do negro analfabeto”. Relativamente à amostra de canções seleccionadas, evidenciava-se como a criação era “impregnada de lirismo, representativa das suas concepções filosóficas sobre o mundo e sobre o homem perante a existência”.

Se a posição de base da Colecção Imbondeiro, explicitada nos propósitos, revelava a sua inserção num molde que poderíamos definir de colonial, o mesmo não se pode afirmar relativamente à totalidade do *corpus* de textos que acabaram por ser nela incluídos. Estamos perante a primeira grande contradição que envolve este projeto editorial que, como dissemos, não sendo de fácil interpretação, é representativo das grandes questões que animaram o período histórico em que se insere. Em uma seleção que resultou em 68

⁴⁹³ COSME, Leonel. *Cultura e revolução em Angola*, Porto, Afrontamento, 1979, pág. 41.

volumes publicados, e com a publicação do número 69, *Luuanda* de Luandino Vieira, impedida pela PIDE, de acordo com as declarações posteriores de Leonel Cosme⁴⁹⁴, estão presentes autores oriundos das várias colónias portuguesas, de Portugal e do Brasil. Para além dos escritores nacionalistas cuja obra foi publicada na Imbondeiro, e que já foram mencionados como tendo circulado na CEI e ali publicado, (António Cardoso, António Jacinto, Arnaldo Santos, Henrique Abranches, Lília da Fonseca e Luandino Vieira, Mário António e Onésimo Silveira), estão presentes, nos outros volumes e coletâneas publicados pela editora que não a Colecção Imbondeiro, contos e poemas de autores do calibre de Costa Andrade, Óscar Ribas, Cochat Osório, Alfredo Margarido, Pepetela (ainda sob o nome de Artur Carlos Pestana), Henrique Guerra, Tomaz Vieira da Cruz, Alda Lara, Gabriel Mariano, Agostinho Neto e Alexandre Dáskalos.

Como explicar a confluência de muitos destes autores em duas publicações cujos objetivos e linhas de orientação eram tão distintas? A realidade é que a Imbondeiro tencionava ser, por um lado, uma espécie de porto a que pudessem confluir as mais variadas manifestações da literatura angolana e, por outro, um tipo de publicação que pudesse ganhar alguma continuidade e resistência ao tempo e às contingências políticas, constituindo-se como um testemunho do carácter polifónico da nova literatura angolana, sempre em vista da manutenção da presença da população branca em Angola. Querendo ser uma publicação moderna, continuação natural da *Mensagem*⁴⁹⁵ angolana, a Imbondeiro comunicava, necessariamente, com a CEI e com o seu boletim. A sua mensagem de abertura, sem dúvida nenhuma mais internacionalista do que a que abriu, nove anos mais tarde, a Colecção Imbondeiro, apelava à mocidade de Angola, “sedenta de Verdade, de Justiça e de Paz”:

"São os jovens que não conhecem a descrença; que não acreditam no impossível e amam a Verdade; que lutam pela Justiça e crêem ainda na Solidariedade Humana e na Fraternidade Universal, - são esses jovens de Angola, iguais a todos os jovens do Mundo -, são esses que Mensagem traz até vós."

⁴⁹⁴ Ver a este propósito Leonel Cosme, «"Recordar é viver": Memórias de Imbondeiro e Luuanda, in *Cultura, Jornal Angolano de Artes e Letras*, 19 de Janeiro de 2015. Disponível in <http://jornalcultura.sapo.ao/letras/recordar-e-viver-memorias-de-imbondreiro-e-luuanda/fotos>

⁴⁹⁵ A revista *Mensagem- A voz dos naturais de Angola*, chegou a ter dois números publicados em 1951, sendo posteriormente alvo de repressão policial.

Sem esquecer os efeitos da repressão do regime e as consequências do espectro da censura, surge naturalmente a pergunta sobre a ligação efetiva entre os dois movimentos. Os *Propósitos* da Coleção Imbondeiro reduzem, pelo menos de um ponto de vista formal, o âmbito de ação do global ao contexto ultramarino, relegando a consciência literária angolana a uma posição de declarada subalternidade em relação à literatura e à cultura portuguesas. Podendo não parecer muito relevante, os termos utilizados acabam por demarcar as diferenças entre as produções da CEI e as da Imbondeiro, se considerarmos ambas no seu conjunto, a nível de projeto literário e editorial. Mais interventiva e politizada a da primeira, mais moderada, conciliadora e defensiva a da segunda. Não é de estranhar, portanto, que a determinada altura as diferenças tenham eclodido num contraste aberto.

5.2 - «Notícias de Imbondeiro», folheto publicitário e boletim.

Com uma extensão média entre as 4 e as 10 páginas, o boletim «Notícias de Imbondeiro» teve, pelo menos entre os números 36 e 40, uma tiragem de 2600 exemplares. Estes pequenos panfletos eram inseridos, dobrados, nos exemplares da Coleção Imbondeiro. A numeração das «Notícias», acompanhava, consequentemente, a dos seus volumes. Em rodapé encontramos alguns motes, que se alternam nos vários números e que são por vezes escritos em maiúsculas, talvez para chamarem a atenção do leitor: “«IMBONDEIRO» É TEU. AJUDA-O!” ou “«IMBONDEIRO» não é um negócio: é uma cruzada”.

Estes boletins da série numerada «Notícias de Imbondeiro» não são, hoje em dia, de fácil consulta. Eles estão dispersos e de difícil localização (não há, pelo que até hoje sabemos, nenhum acervo sistemático em bibliotecas públicas).

Tiveram, provavelmente, múltiplos propósitos. Pelo que respeita a alusão à ideia de cruzada no lema do boletim à qual nos referimos mais acima, observemos como ela reenviava, por um lado, ao campo semântico da militância atingindo o imaginário católico e reconduzia, igualmente ao imaginário da reconquista cristã. A presença da imagem do Imbondeiro, no título e no lema, mas também na imagem que preenchia o fundo do

frontispício, acabava por definir o seu contexto, reforçando a ideia de que, mesmo atingindo ao imaginário europeu e, em certa medida, promovendo a renovação de alguns valores do luso-tropicalismo, a publicação propunha-se o objetivo fundamental de representar uma síntese do panorama literário angolano. Os editores ter-se-iam empenhado na maior divulgação possível, com os meios à sua disposição, de todas as manifestações literárias do seu território, para que, em um futuro próximo, fosse possível determinar as suas correntes e, sobretudo, considerar-se realmente a literatura angolana como uma literatura que tinha características próprias.

Para além de terem evidentes propósitos publicitários das publicações próprias, era espaço de angariação de publicidade para apoio da editora, de que se destaca o patrocínio das máquinas Olivetti da livraria Lello e da Gráfica da Huila.

Estes pequenos folhetos inseriam informação turística, talões de cobrança e boletins de assinaturas. Tinham secções em que os leitores e assinantes recebiam informações relativamente aos preços dos volumes e às modalidades de subscrição de assinaturas, aos seus delegados nas várias províncias ou cidades, mas também dos projetos e livros que a Imbondeiro tinha “no prelo” e das circunstâncias de publicação, incluindo eventuais dificuldades ou complicações pelas quais a editora poderia estar a passar. Eram incluídas, ainda, recensões de livros e breves notícias sobre publicações recentes de outras editoras. Mais interessante ainda, na nossa ótica, era a publicação de breves contos e poemas que não encontravam espaço próprio nas publicações em livro, por questões de extensão ou, como teremos oportunidade de ver, de conteúdo.

Todos os acontecimentos relevantes da vida da editora passaram, desta forma, pelas «Notícias». Encontramos, ainda, breves folhetos frente e verso, de quatro páginas totais e com o título “Aspectos da Huíla”, cujo primeiro número foi inserido no «Notícias de Imbondeiro» nº 35/35, de Agosto de 1962 e que dá conta dos patrocínios que suportavam o projeto editorial e a associação deste à vida económica e social local. A lista de assinantes dividida por números fornece, para além disso, interessantes informações sobre algumas personalidades que subscreveram a assinatura e indícios sobre o andamento das assinaturas ao longo do tempo.

De sublinhar ainda o papel deste boletim na organização do I Encontro de escritores de Angola, em Janeiro de 1963, de que adiante se falará. São-lhe dedicadas várias páginas, tanto antes do evento (o artigo «Escritores pedem conclave», relativo à organização do I

Encontro de escritores, é publicado no número 39 de Novembro de 1962), como após a sua conclusão. A edição nº43, Fevereiro de 1963, publica a lista de palestras, comissões e conclusões, os seus participantes e temas debatidos, salientando-se, na comissão de literatura, a questão sobre a legitimidade e natureza de uma literatura angolana e a sua relação com a sociedade.

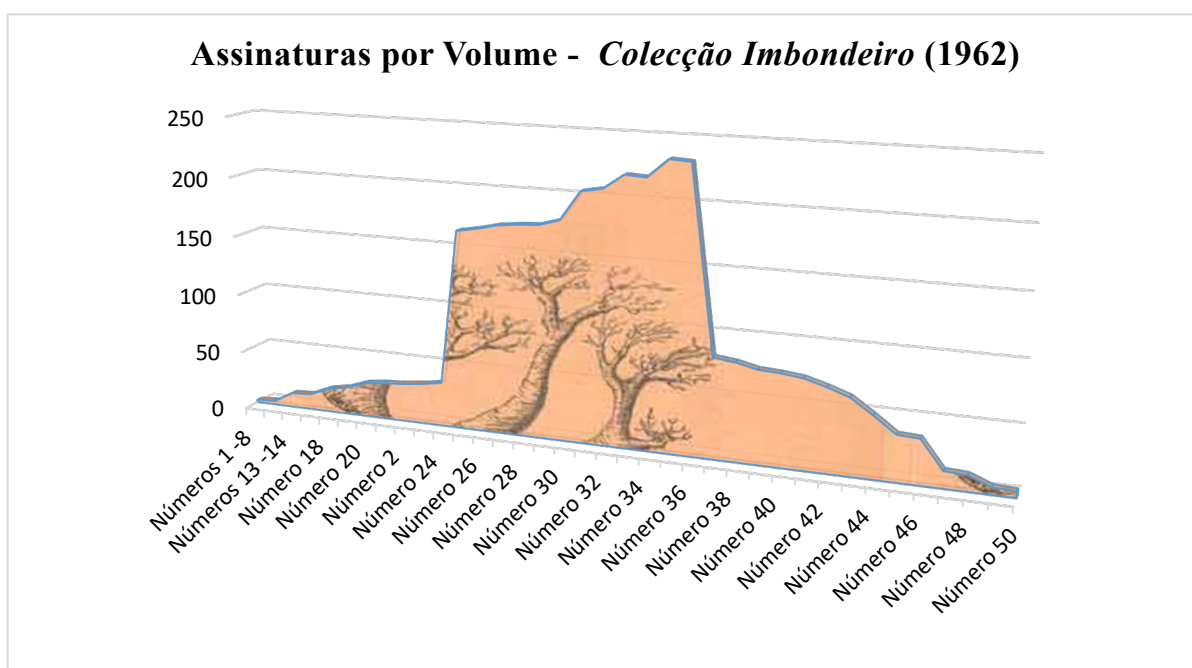
Houve também casos de divulgação de iniciativas a serem realizadas em parceria com colaboradores da editora, algumas das quais nunca se chegaram a realizar. Foi o caso, por exemplo, da informação divulgada na segunda página das Notícias nº 29, de Fevereiro de 1962, em que é anunciado o próximo lançamento de “uma colecção de lendas, contos e provérbios de São Tomé”, a ser efetuado por Fernando Reis em colaboração com Gabriel Mariano. Mantinham-se leitores e assinantes informados sobre outros projetos editoriais, nomeadamente no que respeitava ao estado de preparação de colecções como os *Contos d’África*.

5.3 – Assinantes da Colecção Imbondeiro: alguns dados.

Os fascículos das «Notícias» a que tivemos acesso abarcam um período de um ano, de Fevereiro de 1962 a Fevereiro do ano seguinte, entre os números 29 e 43, 14 números em 13 meses, sendo que o número 35/36 foi um número duplo, como aconteceu com outras publicações destinadas a leituras de verão e, ocasionalmente, também no período de Natal.

Não podendo ser considerados como representantes do número total efetivo, os dados relativos a assinantes da *Colecção* fornecem indicações interessantes quanto à difusão que a mesma chegou a ter. É de lembrar, também, que a quantidade dos números avulsos vendidos poderia ser elevado e tornar, portanto, estes valores mais consistentes.

Delegado da Imbondeiro em Portugal, o jornalista e escritor Manuel de Amaral (na altura já funcionário dos Correios) recolheu 71 assinaturas, de que não temos os volumes de referência. Temos, porém, informação de mais de quatro centenas de assinantes ao longo destes anos, com um pico de 234 assinantes identificados para o nº 36.



Assinaturas por Volume da Colecção Imbondeiro na base dos dados das «Notícias», com sugestão de picos parciais.

Este valor não é, obviamente, absoluto, não só por haver 71 assinantes aos quais não é atribuído um número e por ser um valor parcial relativo só a um ano, mas também porque o número reflete, necessariamente, a altura em que as assinaturas foram subscritas. Interessante é realçar que os volumes gozaram de uma ampla difusão, sendo as subscrições para as quais é indicada a proveniência maioritariamente de Angola, seguida por Portugal (63 assinantes), São Tomé (15) e Cabo Verde. Ausentes, pelo contrário, subscrições identificadas de forma explícitas como provenientes de Moçambique. Isto poder-se-ia explicar com o facto de que não existiam, pelo menos em 1962, delegados da Imbondeiro do lado do Índico. As «Notícias» indicavam, para além de Manuel de Amaral, na Amadora, vários delegados distritais em Portugal: Jorge José Pelica Moita (Moura, Beja), António de Oliveira Cordeiro Melo (Merceana, Lisboa), Prof. António Cardoso (Amarante, Porto), José Victorino Teixeira (Fornecedora Fontinha, Ponta Delgada, Açores). Para o Brasil indicava-se, em São Paulo, João Alves das Neves. Arnaldo França era delegado na Praia (Santiago, Cabo Verde) e Fernando Reis em São Tomé. A Imbondeiro tinha assim instituído, em 1962, um verdadeiro aparelho de distribuição e, ao mesmo tempo, uma rede de contactos que permitia a circulação de obras e ideias dentro do espaço em que a língua portuguesa era falada.

5.4 – “Aspectos da Huíla”: folhetos turísticos e dualidades do espaço colonial.

Em 1962, os pequenos panfletos dos “Aspectos da Huíla” foram, com toda a probabilidade, distribuídos mensalmente no interior das «Notícias», a partir do número 35/ 36, de Agosto de 1962. Neles, uma vasta campanha de informação turística sobre o Lubango, a Huíla, e as potencialidades turísticas de Sá da Bandeira, acompanhada por uma, nem sequer muito velada, crítica à suposta falta de empenho do governo central na promoção do turismo da região e no desenvolvimento de infraestruturas – nomeadamente conexões áreas – que pudessem valorizar o território.

É possível que tais folhetos constituíssem uma publicidade paga por entidades locais, que são por vezes mencionadas ao longo do texto: a Comissão Municipal de Turismo do Lubango, a Câmara Municipal de Sá da Bandeira e a Imprensa e Rádio da Huíla, todas entidades nas quais Leonel Cosme tinha, como já mencionado, contactos. Os textos não são assinados, tendo só um deles, o número 5, a indicação das iniciais A.F.

A nível de conteúdo, para além da exaltação do território e das queixas para com a administração central, é interessante notar como todos os textos estavam permeados por certa dualidade quanto à definição do espaço. No número 1, depois de uma descrição quase idílica da região da Huíla, que “eufórica de beleza, tem tudo quando o Criador plasmou no mundo para despertar as sensações grandiosas do homem”, sugeria-se o melhoramento do aeródromo, auspicando-se também um esforço na canalização, por parte do Governo Central, de “multidões de turistas do Portugal Europeu”. Poder-se-ia, desta forma e na opinião do autor do texto, favorecer “um mais largo conhecimento das terras portuguesas e o estreitamento de laços de amizade e união, que convém fomentar por todos os meios”.

Após a desilusão das expectativas para com a possível atitude recetiva do governo afirma-se, porém, no número 5:

“A nós ficou-nos uma lição. A nós, os lubanguenses. Temos de insistir na publicidade turística. Temos de lançar mão dos nossos próprios meios. Temos de editar postais e prospectos turísticos. Temos de mostrar a nossa terra como ela é.”⁴⁹⁶

Demonstra-se, mais uma vez, que a ideia de território periférico, essa deslocação do centro (que pode ser representado tanto por Lisboa, como por Luanda) e de falta de valorização das especificidades do território angolano, neste caso da Huíla, fossem elas turísticas, económicas ou culturais, era um tema quase omnipresente no seio das elites angolanas da época. O tema da falta de tutela dos interesses angolanos por parte do governo também foi abordado, em Outubro de 1962, na primeira página das «Notícias» na reprodução de um artigo com o título “Cultura e Selo”, inicialmente publicado no *ABC, Diário de Angola*. Protestando contra a instituição, pelo D.L. nº 3230, de 21 de Março de 1962, do Selo de Povoamento pelo valor de 1\$00, o autor mencionava os casos do Cineclube de Luanda (que se via forçado a deixar de enviar informação sobre os filmes e a efetuar a distribuição à porta do cinema) e da Imbondeiro. Realçava-se, a este propósito:

“A editora huilana é presentemente, em Angola, o único movimento editorial digno desse nome. A sua acção vem-se alargando e interessa já a todo o Mundo da Cultura Portuguesa, por onde conta – desde o Brasil a S. Tomé, e dos Açores a Moçambique -. Os seus colaboradores, assinantes e amigos. Empreendimento particular, que não tem beneficiado de qualquer ajuda de quem tem a obrigação de incentivar a cultura em Angola – e, em nome disso, quanta ajuda dada a outras obras que só desservem a Cultura Portuguesa! - a sua própria sobrevivência e progresso são a demonstração mais cabal de uma utilidade social.”

Denunciava-se ainda, como o imposto de 1\$00 impedia a manutenção de preços populares por parte da editora, prejudicando a difusão da cultura produzida em Angola fora do país. Fazia-se votos para que fossem “ditadas normas que permitam a coexistência pacífica, e não de guerra, entre a «Cultura» e o «Selo»”. O *incipit* afirmava que “«Cultura e Povoamento» seria também título ajustado ao presente escrito”. A associação guerra-

⁴⁹⁶ *Aspectos da Huila*, número 5 in «Notícias de Imbondeiro», número 40, Imbondeiro, Sá da Bandeira, 1962, p. 4.

povoamento-cultura não deixa de ser interessante, pois a ideia de guerra é aqui evocada (nas suas mais variadas aceções) em associação à de cultura. Se podemos, por um lado, ver nessa aproximação dos termos uma condenação do conflito, não deixa de ser curioso que esse seja um dos únicos casos em que os editores utilizam o termo de forma explícita e em associação a esses dois conceitos.

5.5 – Poemas e contos soltos nas «Notícias de Imbondeiro».

Publicados na última página de cada número das «Notícias de Imbondeiro», os poemas do boletim assemelham-se entre si, quanto a conteúdos e, por vezes, a condições ou características comuns partilhadas pelos seus autores.

No número 35/35 foi publicado o poema *Paisagem de pedra*, de Helle Alves. Nele, o nascer do dia no morro é representado de forma cinematográfica. O espaço que rodeia o homem é atravessado pelo vento que corre rápido, descendo o leito do rio e acordando o gado:

“Corre a brisa repetindo: é hora.
Desce o rio do seu leito,
a relva dobra o seu lençol
e a fronte penteia ao vento
a cabeleira verde.
Abre o gado olhos de encanto
ao dia sempre único,
cantam pássaros,
valsam as hastes a dança
dos sete-verde-véus.”⁴⁹⁷

Em contraposição com o acordar da natureza e com o despertar da vida, “Só o homem dorme/ na noite artificial de muros confinados.” O espaço periférico da cidade, é “paisagem de pedra” que o separa do resto da natureza e que lhes impede de acordar:

⁴⁹⁷ Helle Alves, «Paisagem de pedra», in *Notícias de Imbondeiro*, nº 35/35, Sá da Bandeira, pág. 8.

“Lá fora se esgarça
a festa da aurora.

Mas o homem dorme”

A desolação invocada, o isolamento em que os seres humanos se encontram parecem não se esgotar numa dimensão puramente física, invocando de forma implícita outro tipo de fronteira, de muro que condiciona a vida no morro, as dificuldades experienciadas pelos seus habitantes que se refletem no seu estado de espírito. Helle Alves, na altura com trinta e seis anos de idade, era originária de Santos (estado de São Paulo), foi jornalista para além de escritora e ficou célebre por ser a única repórter brasileira que presenciou e relatou o assassinato de Che Guevara na Bolívia em Outubro de 1967. O seu artigo “Eu vi Guevara morto” furou a censura da Ditadura Militar brasileira e foi publicado em 28 de Outubro de 1967 no *Estado de São Paulo*, em que o relato da jornalista esteve acompanhado de uma famosa reportagem fotográfica por António Benedito Moura⁴⁹⁸.

Outro caso de publicação de poema de um opositor do regime fascista, neste caso já conhecido, é o de *Acomodamento* e do excerto de *Ainda é Ontem*, do português António Borga, no nº 39 das «Notícias». Preso em Caxias pela PIDE, em 1941, Borga publicava em Lisboa, em 1962, o livro *Ainda é Ontem*⁴⁹⁹, em que descrevia poeticamente as atrocidades cometidas pelos torturadores e o cenário das prisões portuguesas. Tendo vivido muitos anos em Torres Novas, o escritor também teve um papel ativo na organização de colóquios na sua cidade natal⁵⁰⁰. Mais uma vez, a publicação reenviava para a ideia de imobilidade, de falta de ação, desta vez com a consciência do atraso da humanidade e com uma esperança para o futuro:

“Ainda é ontem.
O hoje, tarde.
O amanhã virá

⁴⁹⁸ O artigo está disponível na Biblioteca Digital do Brasil, em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=164837>, enquanto a reportagem fotográfica está disponibilizada pelo Instituto Moreira Salles, no link <https://ims.com.br/por-dentro-acervos/ele-fotografou-guevara-morto/>

⁴⁹⁹ António Borga, *Ainda é Ontem*, Lisboa, Edição do autor, 1962.

⁵⁰⁰ Ver, a este propósito, o artigo <http://www.mediotejo.net/torres-novas-antonio-borga-retoma-tradicao-de-coloquios-criada-pelo-pai/>

-caldeado nas certezas
de todas as esperas.”

Em *Acomodamento*, a sensação predominante parece ser, mais uma vez, a de imobilidade: “Matei em mim o eu, sou vegetal/ nem oiço o pensamento.”, diz o poeta revendo a sua condição de inatividade e morte na paisagem, pois como acontece para as “Minhas irmãs as árvores paradas/ e mudas no torpor/das existências frias, alheadas/ do ódio e do amor”, o poeta não sente sangue nas veias, mas soro, que contribui para com a sua imobilidade.

Antecipa-se igualmente, no número 39, um extrato do livro *Caminhos longos de espera*, de Lília da Fonseca, com o poema “Meninos de dedos magrinhos”, em que o halo do novo dia é o único a beijar “os meninos esquecidos da vida”, numa invocação explícita de “Lutas há tanto tempo tentadas”. Curiosa, para além disso, a presença do cabo-verdiano Teobaldo Virgínio, irmão de Luís Romano, ele também escritor.

A publicação dos poemas destes escritores no boletim pode ser interpretada como uma confirmação da sua relevância para o projeto editorial (é o caso, por exemplo, de Lília da Fonseca) ou como uma apresentação ao público: Helle Alves colaborará com *Mákua* nº2, de 1963 e Teobaldo Virgínio publicará *Beira do Cais* na Colecção Imbondeiro, sempre em 1963, mesmo ano em que *Distância* será publicado na *Colecção Unidade* da Agência-Geral do Ultramar.

Na última página das «Notícias» nº 43, publicar-se-á, ainda e em ocasião do aniversário da morte de Alda Lara, o poema *Prelúdio*, em que os contrastes entre as buganvílias vermelhas, os “vestidinhos de folhos” e as lágrimas que sulcam a face da mãe negra e as suas mãos cansadas a descerem a rua depois de um dia de duro trabalho reproduzem a opressão a que as mulheres africanas estavam sujeitas. À espera de filhos idos para longe, a tempestade e a força da natureza que essas mulheres trazem consigo ao descer, silenciosas e sofridas, a estrada, só tem eco no vento: “Mãe-Negra tem voz de vento/ voz de silêncio batendo/ nas folhas do cajueiro.../ tem voz de noite descendo/ de mansinho pela estrada.”

5.6 - As imprecisas fronteiras da literatura ou a polémica entre a CEI e a Imbondeiro.

Se, como afirmou Claude Prévost, “as fronteiras da literatura são imprecisas⁵⁰¹”, a força desta afirmação ganha ainda mais vigor se a relacionarmos com os percursos da literatura angolana dos anos ’60. Nesta época, o vínculo com a ideologia acabou por ser quase omnipresente no debate literário, não lhe conseguindo escapar, sequer, os que declaravam fazer de tudo para dele se afastarem, no esforço de manutenção de uma utópica neutralidade que não refletia, como é óbvio, as suas posições. Por muito que se tentassem abstrair do debate político, delegando só e exclusivamente a algumas das obras publicadas o papel de quebrar as fronteiras da ficção (já que, afirmavam, as suas narrações se sobrepunham aos acontecimentos reais pela verosimilhança), os editores de Sá da Bandeira acabaram por estar envolvidos em um debate que pouco ou nada tinha de literário.

A polémica, que se desenvolveu em 1962, nasceu sob o pretexto de uma entrevista a Carlos Ervedosa, publicada no número 3/4 da *Mensagem* da CEI, de Março-Abril de 1960 e cujo objeto eram os movimentos literários angolanos contemporâneos dignos de nota. Destacando, como é compreensível, a *Mensagem* angolana e a *Cultura*, precursoras da *Mensagem* metropolitana e com as quais como vimos a publicação demonstrava um alto nível de continuidade, Ervedosa não mencionou as atividades da Imbondeiro. Comentando o nascimento das coletâneas da CEI, referida em «Conversando com Carlos Ervedosa» como uma consequência natural da “ultramarinização da Casa” o representante da Secção Editorial da Casa evidenciava como muitos dos movimentos surgidos em Angola – realidade com a qual sublinhava ter mais familiaridade e, portanto, mais propriedade para sobre ela se pronunciar – incluíam, “por falta duma crítica esclarecida”, “uma série de literatos e artistas «angolanos» que, na maioria dos casos, nem ao menos de lá são naturais”⁵⁰². A uma primeira leitura, o comentário de Ervedosa, natural de Luanda mas com pais portugueses, parecia excluir do critério de angolanidade os nascidos em território português. Ao esclarecer os critérios orientadores das duas coletâneas da CEI (as de *Poesia* e *Contos* angolanos) o crítico afirmava, porém,

⁵⁰¹ Claude Prévost, *Literatura, política, ideologia*, Moraes editores, Lisboa, 1976, pág. 173.

⁵⁰² «Conversando com Carlos Ervedosa» in *Mensagem*, nº3/4, Março Abril de 1960, Lisboa, CEI.

ter feito um esforço de honestidade na tarefa de compilação dos volumes, tentando ser “honesto” e selecionando as obras “sem preconceitos de raça, cor, religião ou de qualquer outra natureza”. Assim, consideravam-se intelectuais angolanos:

“todos os brancos, negros ou mestiços, naturais ou não de Angola, que numa simbiose natural das duas culturas em contacto, a europeia e a africana, se irmanam nos mesmos problemas e aspirações, no mesmo amor à terra e às suas gentes, na mesma autenticidade e no mesmo anseio de construção duma sociedade cada vez mais perfeita.”

Entrando mais especificamente na questão da “simbiose natural”, Ervedosa demarcava uma distinção, se bem que implícita, entre a concepção de englobamento cultural luso-tropicalista e o que considerava como sendo uma sociedade realmente multirracial. A Negritude e à *Présence Africaine* acabaram, como não podia deixar de ser, por constituir-se como instâncias legitimadoras das ideias no contexto pós-colonial. Assim, na sua reconstrução *a posteriori* de 1979:

«Onde está o parêntese fechado e os "presencistas africanos" escreveram "africana, "Imbondeiro" teria escrito "angolana", pensando em termos possíveis de uma originalidade euro-africana. Isto é, admitindo que Angola poderia vir a constituir uma comunidade "sui generis", não seguindo a visão segregativa e paternalista que o Estado colonial-fascista recolhera do luso-tropicalismo e Gilberto Freyre, nem com as barreiras originais que o próprio Diop⁵⁰³ julgava existirem na real impossibilidade de o autêntico "mundo africano" assimilar o ser assimilado pelo "mundo europeu"»⁵⁰⁴

Tanto a posição de Ervedosa em 1962, como a de Cosme em 1978 evocam, implícita ou explicitamente, a ideia de formação de um homem novo, de renovação cultural, mas as perspetivas e as modalidades de realização do projeto identitário partem de dois

⁵⁰³ Alouine Diop, escritor e editor senegalês, foi o fundador, em Paris (1947), da revista *Présence Africaine*, a primeira que deu voz, em larga escala, a África e aos seus intelectuais, tornando-se o meio privilegiado de difusão das teorias negritudinistas. Entre os autores que publicou incluem-se Richard Wright, Léopold Sédar Senghor, contando a revista também com a participação ativa de Mário Pinto de Andrade na direção, e tendo-se publicado, em 1953, o famoso artigo «Les étudiants noirs parlent».

⁵⁰⁴ Leonel Cosme, *Cultura e revolução em Angola*, Porto, Afrontamento, 1979, pág. 43.

pressupostos à primeira vista dificilmente conciliáveis: o africano/ afro-europeu e o euro-africano. Parecem emergir também, no próprio âmbito da entrevista publicada na *Mensagem*, pequenas discrepâncias de posição entre Tomás Medeiros, que veste os panos do entrevistador, e Carlos Ervedosa, entrevistado.

Manifestando as suas dúvidas relativamente à possibilidade de que um homem branco se pudesse identificar com um homem negro para além de um sentimento de possível fraternidade, a opinião do intelectual são-tomense acaba, nesta entrevista, por se sobrepor à de Ervedosa. Pareceria estar patente – não sabemos se de forma voluntária – a instilação de uma dúvida relativamente à validade da tese de Ervedosa, reportada logo a seguir, segundo a qual os brancos podem interpretar com exatidão os problemas dos negros “desde que se identifiquem com ele”. Os melhores exemplos desta possibilidade seriam, nesta perspetiva, Castro Soromenho e António Jacinto. Ao citar, sucessivamente, os vários movimentos que tinham contribuído para a renovação das letras angolanas, Ervedosa omitia a Imbondeiro, provavelmente por não entrar no Cânone de literatura negra ou engajada no combate ao colonialismo português. Relativamente às outras colónias, destacavam-se a *Claridade* para Cabo Verde e as revistas *Itinerário*, *Notícias* e o *Brado Africano* para Moçambique (juntamente com os irmãos Albasini, seus editores, Noémia de Sousa, Rui de Noronha e José Craveirinha).

Assim, e à luz das considerações sobre o contexto de Sá da Bandeira nos anos '60 e as orientações da FUA, não espanta que o trabalho de Cosme e Garibaldino tivesse sido excluído das menções do responsável do Departamento Cultural da CEI. A Imbondeiro não cumpria os padrões de angolanidade da CEI, nem os da negritude. Nem nos podemos esquecer de que, tendo sido a entrevista publicada no número de Março/Abril, os números da Colecção Imbondeiro que já se encontravam à venda coincidiam com um conto de Garibaldino de Andrade (*O tesouro*), um de Leonel Cosme (*Graciano*) e, possivelmente, no conto *Filha de Branco* de Lília da Fonseca, os três portugueses. Todas as referências de Ervedosa a movimentos que tivessem promovido o “aparecimento de novos valores” reenviavam, necessariamente, para épocas anteriores.

Dois anos mais tarde, Cosme retomará o assunto, num artigo originariamente publicado no número 1 do *Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira* e republicado nas *Notícias de Imbondeiro*, nº 30, de Março de 1962. É claro, a partir desse debate, que se estava perante duas formas distintas de conceber a nascente identidade e a relação da

literatura com o mundo. A CEI tentava fugir aos constrangimentos que a ligação com o regime português implicava, à repressão e à vigilância policial, mantendo redes clandestinas intercontinentais, enquanto a Imbondeiro aproveitava os laços estreitos com a administração local, recorria a redes intelectuais e de distribuição legais ou semilegais e promulgava desenvolvimento cultural da província, à procura de uma projeção na Metrópole. Apresentando a sua defesa de Imbondeiro como movimento literário angolano, Cosme evidenciava os pontos de força do programa editorial: pela primeira vez, os autores angolanos eram objeto de uma publicação em larga escala, com ampla difusão em Angola e na Metrópole, tendo o projeto uma sistematicidade que só podia trazer benefícios às letras angolanas⁵⁰⁵. A Imbondeiro tencionava, ainda nas palavras de Cosme, ocupar-se de divulgação cultural, sem nenhum constrangimento relacionado com vínculos ideológicos e sem se interrogar sobre a raça ou a cor dos seus autores e, ainda, “com a intenção de divulgar valores sem lhes perguntar a identidade”. Estes enunciados parecem, portanto, reforçar a ideia de que a Imbondeiro tentava fugir, a nível explícito, a qualquer compromisso ideológico ou político, não se eximindo, porém, de divulgar obras que representassem “valores”, com a consciência de que não era possível, naquela época, fugir aos temas focais da vida angolana: a presença dos portugueses em Angola, a autonomia ou independência, as condições dos “indígenas”⁵⁰⁶, as políticas de assimilação e as diferenças culturais. A menção à falta de questionamento ou de interrogação sobre a “identidade” (*lato sensu*) reflete, para além disso, uma tentativa de distanciamento não só dos movimentos negritudinistas, mas também de movimentos que fizessem do ativismo político uma bandeira.

A resposta da CEI, não tardando a aparecer, apresentou-se sob o título «Imbondeiro, Mensagem, Cultura e a Coleção de Autores Ultramarinos», artigo não assinado que definia e esclarecia a sua oposição relativamente à Imbondeiro, no plano da orientação geral, de práticas e de objetivos. Defendendo-se da acusação de “saudosismo” em relação aos movimentos *Mensagem* (angolana) e *Cultura*, avançada por Cosme, o autor definia o movimento como o primeiro “consciente que surgiu em Angola nos últimos cinquenta anos”, que se propunha descobrir Angola indo para além dos valores culturais estranhos que nada tinham a ver com “uma humanidade angolana”. Após a apologia dos projetos

⁵⁰⁵ Furtado, *Ivi*, 2015 também se ocupou do assunto.

⁵⁰⁶ O termo é aqui utilizado para representar as categorias de divisão da população colonial, frequentemente utilizadas na *Coleção*.

passados, sublinhavam-se, em tom áspero e de acusação, as divergências entre a CEI e a Imbondeiro. Lamentava-se no artigo que a editora de Sá da Bandeira baseasse a sua posição “numa série de lugares comuns falhos da realidade” ao acusar a *Mensagem*, a *Cultura* e a Coleção de Autores Ultramarinos de se focarem numa conceção manifestamente sociológica, tornando explícitas algumas conclusões sobre a realidade que constituíam as “simples premissas com vista a um trabalho humanístico da literatura”.

Passando pela condenação da escolha de incluir nas produções editoriais autores que nada tinham a ver com Angola, como Paço D’ Arcos, Cândido da Velha e Eduardo Teófilo, chegava-se no artigo à conclusão de que, apesar de as duas publicações terem “o mesmo intuito”, havia divergências quanto aos meios de alcance dos objetivos comuns. Enquanto a CEI recusava firmemente o “meramente literário” (diríamos nós, a arte pela arte), a Imbondeiro declarava ter como principal aspiração a de ser um grande contentor de ideias, uma cooperativa de escritores antes que um coletivo, tentando afastar-se de filiações políticas e evitando a identificação unívoca com a oposição ao regime (que já pesava na editora por causa da fama do próprio Cosme na província). Delegavam-se as responsabilidades morais, sociais e políticas dos conteúdos das obras aos seus autores:

“Não, senhores, IMBONDEIRO não está divorciado das realidades angolanas, do homem angolano. Mas IMBONDEIRO é apenas um movimento editorial angolano - e é angolano porque atendeu a manifestações de cultura angolana (cultura que se processa em Angola, mas podendo ser semelhante à que se processa em Paris), seja ela meramente parnasiana, seja activista. IMBONDEIRO só deseja ser uma cooperativa de escritores e nunca - mais modestamente do que a C.E.I. - uma consciência. Não discute, portanto, o que convém ao homem angolano. Os seus autores sim; a máquina editorial, não.”

A posição de Cosme na altura, que não corresponde completamente à narração *a posteriori* e à reconstrução dos factos feita por ele próprio em artigos e livros, acabou por excluir por longo tempo a Imbondeiro do cânone literário angolano. As razões aduzidas, explícitas ou implícitas, insistiam na recusa de associar ao projeto editorial um projeto ideológico-político que assentasse as suas bases na reconstrução de uma nação angolana que recusava o fascismo, mas que reenviava sobretudo para a ideia de nação livre da colonização portuguesa. A Imbondeiro não teve, neste sentido, um engajamento ativo e

intervencionista. Outra crítica – fundada – que foi na altura avançada ao projeto Imbondeiro, sendo reproduzida, sucessivamente em antologias e obras críticas dos anos '70 e '80 (a de Carlos Ervedosa e José Carlos Venâncio, entre outras) teve continuidade com a tese inicial, a da inclusão de autores não angolanos no seu *corpus*. Relativamente aos movimentos angolanos dignos de destaque na década de '60, definida por Venâncio como “um período quase silenciado”, Imbondeiro é a única iniciativa mencionada para além da *Mensagem* da CEI. Afirmo, contudo, o estudioso angolano:

“Angola conheceu nos anos 60 a actividade editorial das Publicações Imbondeiro com sede no Lubango, então conhecida por Sá da Bandeira, dirigidas por Garibaldino de Andrade e Leonel Cosme. Embora não seja de menosprezar o contributo que estas actividades editoriais deram à causa da angolanidade, deve-se, contudo, acentuar que, para além da inexistência duma linha ideológica precisa no que se refere à situação política vigente então em Angola, não foram editados só autores angolanos⁵⁰⁷”

A questão que se abre, considerando esta e outras afirmações relativas à Imbondeiro, tem a ver com o espaço crítico que se abriu (ou não) para um questionamento real dos propósitos, das contradições metodológicas e teóricas deste projeto, que de facto publicou e difundiu a obra de muitos dos hoje em dia consagrados autores angolanos, autores estes que sim tinham sido – embora nem todos – já publicados pela CEI, mas que ainda assim gozaram da promoção e da difusão de mais um projeto editorial. É legítimo debater sobre a linearidade desta iniciativa editorial e o seu possível mimetismo político, assim como sobre escolhas editoriais dúbias ou, até, não conformes aos objetivos declarados nos seus *Propósitos*, mas esta discussão é necessária para não termos uma visão incompleta do movimento cultural e literário angolano da década de '60 e para melhor compreendermos as contradições, as indecisões e os temores que animavam parte da sociedade da época.

Para procedermos a esta análise será necessária, para além da óbvia consciência de que a formação de qualquer cânone está sujeita a relações de poder e que delas é diretamente dependente, a referência a um evento que modificou não só a vida da Imbondeiro, mas

⁵⁰⁷ José Carlos, *Uma perspectiva etnológica da literatura angolana*, Ulmeiro, Lisboa, 1987, pág. 101.

que constituiu um ponto de viragem na vida cultural angolana dos anos '60: o *I Encontro de escritores de Angola* de 1963.

5.7- Imbondeiro, o ABC, *Diário de Angola* e a organização do I Encontro de escritores de Angola.

Tivemos oportunidade de sublinhar o papel ativo que o «Artes e Letras», do ABC, *Diário de Angola* teve tanto na oposição ao regime, como na divulgação ativa de escritores angolanos, portugueses e, mais geralmente, africanos – tendência, essa, que se manteve pelo menos até 1965 ano que coincidiu também com o do encerramento da CEI pela PIDE. Ela contou com a colaboração assídua de Marco António e o jornal e a Livraria ABC tiveram um papel de relevo na organização do *I Encontro de Escritores de Angola*, realizado em Sá da Bandeira entre 19 e 27 de Janeiro de 1963, originando uma longa polémica. O Encontro surgiu, na intenção dos organizadores, como uma iniciativa que pudesse dar destaque e consolidar a trajetória das letras angolanas. Sabemos quão intensa era a vigilância da PIDE em Angola (sobretudo em Luanda), e como ela condicionasse fortemente a vida intelectual e a própria constituição do Encontro. Muitos intelectuais angolanos não tiveram, por razões óbvias, a oportunidade de participar nele: os maiores expoentes da época encontravam-se no Tarrafal ou no exílio, ambos contextos e lugares a partir dos quais continuavam a sua produção literária que, graças a redes de colaboração e difusão locais e internacionais, chegava até ao exterior. Vimos como a CEI já estava na mira da PIDE, que tentava circunscrever os efeitos das suas posições políticas através de um sistema de vigilância e de infiltrações que causavam cautelas e desconfianças entre os seus membros. A organização do evento através do ABC foi provavelmente fruto da colaboração de Mário António com os editores da Imbondeiro. Não se limitando à publicação das suas obras no contexto das coleções da Imbondeiro, o autor angolano elaborou, com o consenso dos editores⁵⁰⁸, o volume «Antologia Poética Angolana I», publicado em Julho de 1963 como sendo o número 49 da *Colecção*. Os poemas selecionados, que pareceriam ter seguido um critério alfabético (o que se justifica com o facto de o volume ser apresentado como o primeiro de uma subsérie da *Colecção*) constituíram igualmente o *corpus* poético da *Mákua*, nº3, também publicada em Julho de

⁵⁰⁸ Leonel Cosme, *Ivi*, 1979, pág. 43.

1963. Mário António, que tinha na altura 29 anos, transitou por vários movimentos culturais da época: a sua participação na formação do Partido Comunista Angolano, com a prisão de 1959, fizeram com que ele se afastasse da atividade política tendo sido, ao longo dos anos, acusado de luso-tropicalismo⁵⁰⁹. Refugiando-se frequentemente em um lirismo de cariz intimista, e apesar das contradições que atravessaram a sua obra, Mário António foi um grande estudioso da literatura angolana e tentou promover ativamente a produção da *Mensagem* em Angola. Ele moveu-se entre os dois movimentos, promulgando uma síntese - ou complementaridade, entre os vários projetos.

Voltando ao Encontro, ele foi anunciado em 1962 através do artigo «Os escritores pedem conclave», em que se declarava que a ideia tinha surgido “no contacto entre vários escritores ocasionalmente reunidos na Livraria ABC, onde funciona a delegação deste jornal”. O aparecimento de novas edições literárias à venda era encarado no artigo como testemunha da vitalidade do panorama literário em Angola, demonstrando que havia, portanto, bases para se poder proceder a um encontro novo em Angola, seguindo o molde de movimentos parecidos já desenvolvidos no resto do mundo. No «Artes e Letras» de 26 de Novembro de 1962 anunciava-se: "Ideia em marcha. O 1º Encontro de Escritores portugueses, em Angola projetado para o dia 19 de Janeiro". Surgia, aqui, mais uma questão: neste primeiro anúncio o Encontro é apresentado como sendo de escritores “portugueses”, traindo as expectativas de quem, a partir do anúncio inicial, podia ter esperado num “conclave” de escritores oriundos do território angolano, ou nela permanentemente residentes. Tentando ter o maior eco possível, os editores da Imbondeiro procuraram o suporte da Câmara Municipal do Lubango e do Município de Sá da Bandeira, cujos serviços culturais, conforme indicado no artigo de sponsorização do evento, contactaram o Centro de Informação e Turismo, a Associação dos Naturais de Angola, o Instituto de Angola e a Sociedade Cultural de Angola, entre outros. O *Jornal do Congo* é apresentado, entre os vários sectores culturais que aderiram ao projeto, como o único que demonstrou dúvidas relativamente à localização do encontro. Dando realce ao apoio conferido pelo escritor Eduardo Teófilo, esclarecia-se:

“Eduardo Teófilo segue hoje para a Metrópole. E leva, já, o encargo que lhe foi cometido pelos escritores Leonel Cosme e Garibaldino de Andrade, de se pôr em contacto com a

⁵⁰⁹ Mário António publicou, em 1968 e em Lisboa, a obra *Luanda, Ilha Crioula*, pela Agência-Geral do Ultramar.

Sociedade Portuguesa de Escritores, alvitando, desde já, a deslocação a Angola de dois nomes ilustres das nossas Letras: Ferreira de Castro e Alves Redol. Por seu lado, o grupo do «Imbondeiro» procurará outras ligações que permitam a vinda de escritores do Brasil, de Moçambique, de Cabo Verde e da Guiné.”

E ainda:

"E o 1º Encontro de Escritores Portugueses, que, a materializar-se a presença de literatos brasileiros, será o 1º Encontro de Língua Portuguesa, será dentro de dois meses, um acontecimento a registar e para o qual nos orgulhamos de ter contribuído".

O *Encontro* acabou por ter efetivamente lugar nas datas estabelecidas, mas houve quem tivesse resolvido não participar e quem o criticasse duramente nos meses a seguir. Reuniram-se, em Sá da Bandeira, 37 escritores (entre os quais seis mulheres)⁵¹⁰, chegando a ser publicado pela Imbondeiro em colaboração com os Serviços Culturais do Município de Sá da Bandeira, um volume do encontro. As críticas avançadas e publicadas nas páginas do «Artes e Letras» do *ABC* assentam em três pontos principais: o da suposta ausência total de qualidade literária dos participantes, o da falta de representatividade dos participantes quanto às reais correntes e movimentos literários angolanos e, finalmente, o da escolha dos organizadores de convidarem observadores. Pelo que respeita a este último ponto, o índice do volume do encontro testemunha que, para além dos Departamentos Culturais de Angola, foram convidados vários observadores, “da metrópole, de S. Tomé, Moçambique, Cabo Verde, Guiné, Índia portuguesa, Brasil e Madeira”. A 21 de Janeiro de 1963 o *Jornal da Huila* publicava umas “Notas sobre o Iº Encontro de Escritores”

⁵¹⁰ Conforme as indicações presentes no volume do *Encontro*, participaram nele os seguintes escritores: Maria Perpétua C. da Silva, Julieta Peres Fatal Gomes Pereira, Maria Haydée de Freitas dos Santos Vall, Carlos Alberto Oliveira Garcia, Óscar Bento Ribas, Mário Simões Milheiros, Onésimo Silveira, Mário António Fernandes de Oliveira, Eduardo Teófilo Braga, José Redinha, Heitor Pinto Gomes-Teixeira, Manuel Joaquim Reis Ventura, Fernando Alfredo Lagrifa Fernandes, José de Almeida Santos Júnior, Alfredo Diogo Júnior, Augusto Cerveira Baptista, António Horácio Alves Nogueira, Henrique Lopes Guerra, José Joaquim Galvão Balsa, Amélia Maria Ramos Veiga da Silva, Carlos Augusto Leão Lopes Cardoso, Padre António Brásio, Garibaldino Oliveira da Conceição Andrade, Armando Leonel Augusto de Matos Cosme, Maurício Ramos Soares, Albino Fernandes de Sá, Padre Carlos Estermann, Manuel Mendes Duarte De Resende, Manuel de Jesus Pinto (João da Chela), Hernâni António Cidade, Maria Fernanda Botelho de Faria e Castro, Judith Vitória Gomes da Silva (Judith Navarro), José Maria Caldas de Matos Amorim (Amorim de Carvalho), Amândio César, Fernando Reis, Alexandre Marques Lobato).

(depois republicado no «Artes e Letras» de 8 de Fevereiro do mesmo ano). Os observadores, teriam, na ótica do crítico do *Jornal da Huíla*, limitado a expressão e o convívio dos escritores angolanos, todos jovens e que, por isso, não se teriam sentido à vontade para se expressar livremente na sua presença, reduzindo-se assim o potencial de troca e intercâmbio cultural não condicionado entre os participantes⁵¹¹.

Houve também detratores do encontro que não se mantiveram no anonimato, tal como o escritor João Castro Lopo que, incomodado por não ter constado da lista dos convidados, redigiu uma carta endereçada a Bobela-Motta e publicada no «Artes e Letras» de 1 de Fevereiro 1963. Com tons marcadamente derogatórios, Castro Lopo afirmava que a maioria dos indivíduos que tinha participado no encontro não se podiam sequer definir escritores, e que tinham provavelmente aproveitado a viagem e a comida de graça para encher o “jazigo de família”. A resposta do editor foi publicada em artigo na mesma página, ao lado de uma entrevista a Judith Navarro, escritora que tinha participado no Encontro em qualidade de convidada da Metrópole e de representante da Sociedade Portuguesa de Escritores. Tinham destaque, no quadro que ocupava o lado esquerdo da página, algumas declarações da escritora portuguesa:

“Tenho fé, sempre e tive, na fraternidade dos povos. Considero a violência uma forma errada da recuperação.

Cabe aos escritores provar este modo de ver e procurar, por todos os meios, servir a verdade, que nem sempre é bem aceite. Mas que constitui o primeiro passo para o entendimento mútuo e ponto de partida para uma unidade perfeita.”⁵¹²

Ao longo da entrevista, e relativamente ao panorama angolano, Navarro declarava que já conhecia muitos dos escritores presentes no Encontro, particularmente os poetas, pois a sua transmissão rádio na Emissora Nacional tinha vindo a ocupar-se cada vez mais de literatura ultramarina. Afirmava ter a certeza de que estava “a criar raízes, em Angola,

⁵¹¹ Os relatos, em detalhe, dos conteúdos de algumas exposições durante o Encontro presentes no processo da PIDE a cargo da Imbondeiro (ANTT/ PIDE/ DGS SC CI (2) PROC. 4134 NT 7323) deixam claro que houve infiltrados entre os participantes e/ ou observadores.

⁵¹² *ABC, Diário de Angola*, 1/02/1963.

uma cultura, que, sendo essencialmente lusitana, tem características angolanas, de projeção universal e de grande vigor documental e humano”.

Em alturas posteriores, os juízos sobre o Encontro não foram, em termos gerais, positivos: retomando a opinião expressa por Margarido sob o pseudónimo de P. Franco, no número 3 da *Mensagem* de 1963, em que se apontava à Imbondeiro a culpa de ter sido, através deste encontro, responsável pela “coisificação dos valores tradicionais angolanos dando largo espaço às influências da cultura europeia”, Carlos Venâncio realçou, como vimos, a presença de vários portugueses ou não angolanos entre os editados. Na linha destas críticas, o artigo aparecido no *Jornal da Huíla* apontava a falta de realismo das obras dos participantes. Não podemos não comentar, relativamente a estas afirmações, que o *Encontro* – o qual teve com certeza o mérito de ser o único encontro de escritores organizado em Angola naquela década – acabou por distanciar-se, de certa forma, das orientações de literatura angolana anticolonial da época. Para estabelecermos um termo de comparação lembremos que, poucos antes da realização do Encontro em Sá da Bandeira, a CEI tinha atribuído (com júri composto por Lília da Fonseca, Noémia de Sousa, Orlando da Costa e Urbano Tavares Rodrigues) os prémios João Dias e Alexandre Dáskalos de poesia a Luandino Vieira e José Craveirinha. A questão do realismo parece, portanto, não se inserir só no contexto da difusão em Angola de correntes diretamente inspiradas no neorrealismo português e brasileiro, mas também em um mais amplo movimento de solidariedade para com aqueles escritores que, por causa do seu intervencionismo político-literário (pensamos neste caso particularmente no caso de Luandino Vieira) e do seu apoio à causa anticolonial, pan-africanista ou negritudinista tinham sido condenados a penas exemplares por parte do regime português. Para os intelectuais africanos da época, ou os portugueses solidários e empenhados tanto na luta anticolonial, como na antifascista, a recusa do realismo significaria uma forma de silenciamento dos africanos e de rendição simbólica perante as forças repressivas do regime.

A tentativa de Leonel Cosme e Garibaldino de Andrade, com o apoio de Mário António, era provavelmente a de constituir um antecedente, estabelecendo relações institucionais e podendo contar com a participação de autores de várias orientações, em um leque de variedade que ia de Amândio César até Onésimo Silveira. As cautelas dos editores e

organizadores não conseguiram, contudo, evitar as atenções e a vigilância da PIDE. Foi este acontecimento que originou, em 8 de Junho de 1963, mas que remete para relatório redigido em janeiro, uma informação de Reis Teixeira, chefe da Delegação de Angola, para a PIDE Lisboa, em que se sublinhava a inconveniência da realização do *Encontro*:

“Teve lugar, de 17 a 27 do mês em curso, em Sá da Bandeira, o I Encontro dos Escritores de Angola, organizado pela Câmara Municipal da referida cidade, no qual, participaram escritores da Metrópole, de S. Tomé, de Moçambique e desta Província. Se bem que haja um o outro que defenda o valor e interesse deste encontro, a verdade é que a maioria parte da população está em perfeito desacordo com ele, achando descabida e até inconveniente a sua realização no momento actual e isso prova-o até o manifesto desinteresse pelas palestras, cuja assistência se circunscreveu aos escritores presentes, suas famílias e amigos e a meia dúzia de curiosos, de tendências oposicionistas e separatistas, sobejamente conhecidos.”

O que mais parecia preocupar a Delegação de Luanda eram as notórias tendências oposicionistas de Garibaldi de Andrade, então Presidente da *Secção da Huila* da Anangola, assim como o facto de o colaborador correspondente das Publicações Imbondeiro em Cabo Verde ser, com toda a probabilidade, o escritor Gabriel Mariano, “elemento que também, reputamos hostil a Portugal”.

Mais uma vez, o caso angolano demonstrava que as fronteiras das literaturas eram imprecisas e qual a dificuldade em âmbito de conflito – e mais ainda de conflito colonial – em estabelecer os limites entre literatura e história, realismo literário e engajamento político.

5.8 - *Mákua*: o projeto que levou ao encerramento da Imbondeiro pela PIDE.

A *Mákua* teve a sua primeira publicação em 1962 e chegou a ter seis números impressos, sendo o último deles o volume duplo 5/6, de 1964. A assinatura a quatro números tinha o valor global de 60\$00.

Nos «Tópicos de compreensão para a presente antologia» (publicados em abertura do *Mákua* nº3), os editores afirmavam que a intenção era a de apresentar uma seleção de poemas de vários autores, “aparecidos em Angola no período decorrido de 1951 a 1962”. O ano de início, 1951, é o do aparecimento da *Mensagem*, que representava, para os editores, “um instrumento de aferição crítica para a poesia”. Afirma-se, também, que a aparente ausência de critério estava intimamente relacionada com a dificuldade em estabelecer um “critério seguro de angolanidade para a produção poética”. Todos os autores, apresentados em breves notas bibliográficas com o objetivo declarado de reunir as informações consideradas relevantes para o “leitor comum de Angola”, foram definidos como jovens, tendo em média entre os 25 e os 40 e poucos anos de idade. Única exceção a de Tomaz Vieira da Cruz, que tinha “presença simbólica”, tendo sido *Cazumbi*, o último dos seus livros, publicado em 1950. *África*, livro inédito, é encarado como sendo um testamento aos poetas e leitores da antologia, motivação pela qual os editores afirmam tê-lo incluído na publicação. O facto de as notas biográficas serem muito sintéticas foi evidente no número 3, enquanto as que acompanharam os números anteriores eram mais completas e exaustivas: isto pode ter derivado do facto de que, como já assinalado, o texto introdutório tinha sido, originariamente, escrito para o número 49 da Colecção Imbondeiro.

No Boletim de Assinatura enviado aos subscritores juntamente com as *Notícias* 35/36, de Agosto de 1962, e nas quais se preanunciava a saída de *Mákua*, a descrição do projeto era abrangente:

“MÁKUA pretende ser uma antologia de poesia moderna luso-brasileira. Aceita colaborações de todos os poetas, sem imposições de qualquer espécie. MÁKUA ou MÚKUA é o nome por que, no sul, os indígenas designam o fruto do imbondeiro.”

Os primeiros três números contaram com a publicação de poemas de 20 autores nascidos em Portugal, 15 nascidos em Angola, 3 em Cabo Verde e 3 no Brasil. Reuniram a obra de autores como Alda Lara, Tomaz Vieira da Cruz, Lília da Fonseca, Manuel de Amaral, Gabriel Mariano, Mário António, Ovídio Martins, Reinaldo de Castro, Alexandre Dáskalos, Alfredo Margarido, António Cardoso, António Jacinto e Arnaldo Santos.

Segundo consta dos ficheiros da PIDE, a Comissão de Censura instaurou dois processos paralelos contra o *ABC* e a *Imbondeiro*, sendo as ligações entre o jornal e a editora objeto de atenção e vigilância. Em 1965, falando da situação geral e da necessidade de censura, o Subdiretor da Delegação PIDE de Luanda afirmava, em carta enviada ao Diretor da PIDE de Lisboa:

“Vem, de há muito, esta Delegação procurando evitar que os jornais desta cidade publiquem notícias que, de algum modo, possam levar o público a erradas interpretações de determinados problemas políticos relacionados com a situação da Província ou que encerrem em si subtil propaganda de carácter anti-nacional ou separatista.

A Comissão de Censura local, de que é presidente o próprio Chefe da Repartição do Gabinete do Governo-Geral recentemente empossado, e só por essa razão, dado que se trata de pessoa idónea sob todos os aspectos, não vem agindo com aquela segurança e firmeza que as circunstâncias impõem.”

Sem ter obtido comunicações oficiais relativamente ao caso da *Imbondeiro*, já submetido a Lisboa, o Subdiretor da Delegação resolveu, portanto, apreender “todos os escritos” referentes à publicação do número 7 de *Mákua*. Consta também dos processos uma cópia de *Mákua* nº 4, já impressa e destinada à distribuição (hoje em dia não localizável nem na Biblioteca Nacional de Angola, nem na Biblioteca Nacional de Portugal)⁵¹³. Conjuntamente com os exemplares da revista que a PIDE conseguiu localizar, foram apreendidos todos “os caixotes de chumbo para a impressão”, como era prática comum e

⁵¹³ A partir da cópia impressa deste número, incluída no Processo à *Imbondeiro* guardado na Torre de Tombo, é possível identificar os 11 autores que nela foram publicados: Armando de Figueiredo, Basílio Lopes, Camilo Rebelo Gomes, Costa Mendes, Eduardo Brasão, J. Rosário, Jorge Manuel Miranda Alfama, Lindolf Bell, M. Cerveira Pinto, Rui Ferreira Coelho, Walmir Ayala.

de forma a interromper materialmente o normal decurso da atividade editorial, e pôr em crise económica a editora.

Após as críticas avançadas pela CEI, por alguns sectores da imprensa angolana e pelo agudizar-se da situação política em Angola, a Imbondeiro parece ter vindo, com o passar dos anos, a intensificar a sua rede e desenvolver o seu projeto editorial, focando-se cada vez mais nas obras dos emergentes escritores angolanos engajados na luta contra o colonialismo, e aceitando o compromisso da publicação de autores portugueses não afetos ao regime fascista. A personalidade de Cosme e o seu notório oposicionismo parecem ter sido, a partir do processo PIDE a cargo da editora, os elementos que mais alertaram a polícia relativamente ao carácter subversivo das obras. Temos de considerar, também, que o meio poético permitia, em detrimento do conto, recorrer mais facilmente a hipérboles, metáforas e simbolismos cujos significados e implicações eram evidentes, mas não facilmente comprováveis. Assim, a linguagem poética era o subterfúgio privilegiado de comunicação dos valores banidos, fugindo mais facilmente à etiqueta de “realismo socialista” aplicada a contos e romances. Os elementos decisivos para o encerramento pareceriam ter sido os contactos reiterados com os escritores detidos no Tarrafal (Cardoso, Jacinto e Luandino) e a expansão da rede de contactos, colaboradores, delegados e leitores dentro e fora do espaço da leitura “em língua portuguesa”. A correspondência entre Garibaldino e Anastácio Filinto Correia e Silva⁵¹⁴ foi interceptada pela PIDE, assim como a que se verificou entre o editor e António Cardoso. Em 22 de Dezembro de 1964, em carta de resposta ao escritor, Garibaldino comunicava ao seu correspondente a censura de alguns poemas, supostamente destinados a serem publicados exatamente no número 7 de *Mákua*. Informando o escritor sobre os projetos em curso e as dúvidas sobre o futuro da editora, o editor fornece inadvertidamente informações sobre os laços que tem com os três escritores angolanos, sobre a rede de contactos fora da cidade de Sá da Bandeira e sobre os reais objetivos editoriais:

⁵¹⁴ Estamos provavelmente a falar do homem que, juntamente com Alcides Barros e conforme sublinhado por Claire Andrade-Watkins in «The origins and development of liberation cinema: 1969-1978», criou nos anos '50, sob o impulso da Negritude e dos movimentos de jovens intelectuais das colónias radicados em Lisboa, o cineclube da cidade da Praia, Cabo Verde. Realizou-se assim, em 1960, o primeiro encontro do cineclube, aberto ao público, focado na poesia cabo-verdiana, e cuja ideia animadora era a de servir de plataforma de atividades culturais, que teriam incluído o cinema, a música e a poesia. Em 1961, contudo, os dois animadores do cineclube foram presos pela PIDE e deportados para o Tarrafal, em Santiago de Cabo Verde.

“Recebi ontem o seu postal, a que me apresso a responder. Decididamente, você é filho de pouca sorte. Não é oportuno o momento para a publicação dos seus poemas. Por outro lado, a sua colaboração para “Makua” – 7⁵¹⁵ ficou encalhada, na Censura, em Luanda, juntamente com o original deste número, claro. Há longos meses que trabalho para descongelar este assunto e em dado momento desloquei-me propositadamente a Luanda para tratar dele e de outros que me prendiam como “Imbondeiro”. Foi o único caso que não tive sorte. Deste modo ao menos por agora, “Makua” vai hibernar... Em Janeiro publicaremos um jornal com 50 páginas. Espero incluir nele um dos seus poemas, exatamente um dos que eu escolhera para aquele número de “Makua”. Também me lembrarei do Jacinto e procurarei publicar um trecho do Luandino. Estou a distribuir o livro deste – “Luuanda” – vagarosamente, não só porque estamos comedinho de trabalho como porque não quero enviá-lo a assinantes que normalmente costumam pagar. Subi o livro para 25\$00, sendo a margem de cinco escudos para cobrir os possíveis prejuízos. Vou mandar alguns exemplares para os jornais que o critiquem. Por aqui, quase nada de novo. Muito trabalho, muitas esperanças, muita aventura. Metemo-nos em cavalgarias altas e, sem dinheiro, como é nosso costume, arriscamo-nos a abrir uma livraria em Moçamedes – a Livraria Mirabilis⁵¹⁶. Arranjamos dois sócios: um rapaz dali e o Doutor Orlando de Albuquerque⁵¹⁷, também “teso”, afinal. O primeiro, com o a quota a realizar, o segundo está a pagar-nos a sua entrada à velocidade de “5” nós por mês. Nós

⁵¹⁵ O poema de António Cardoso escolhido para *Mákua* n.º 7 foi «Empregado Bancário». No mesmo número, iam igualmente ser publicados também textos de Amândio César.

⁵¹⁶ Sobre a livraria Mirabilis, Leonel Cosme afirmou, em entrevista por mim conduzida que ela “foi constituída como sociedade por quotas entre a Livraria Imbondeiro, de Sá da Bandeira (Lubango) e o moçamedense Emílio Van der Kellen, que era o seu gerente, Orlando de Albuquerque, conhecido do Garibaldino de Andrade e que era médico no Lobito, substituiu-me como sócio da Livraria Imbondeiro quando eu desisti de continuar depois do assalto da PIDE à tipografia Gráfica da Huila e às instalações da Livraria Imbondeiro, onde apreendeu tudo quanto era correspondência no escritório e alguns exemplares da MÁKUA 4/5 (pois a maior parte já tinha sido despachada)...”. Ver anexo n.º 4, pág. 416.

⁵¹⁷ Ver <http://literaturacolonialportuguesa.blogs.sapo.pt/orlando-de-albuquerque-alda-lara-a-25022> :

“Orlando de Albuquerque (n. 1925), *Alda Lara: A Mulher e a Poetisa* (1966). Volume de homenagem a Alda Lara (1930-1962), apresenta uma biografia da escritora, uma breve introdução à sua poesia e uma pequena antologia, intitulada *Os Poemas Preferidos de Alda*, onde se transcrevem treze dos seus poemas. Organizada pelo também médico, moçambicano radicado em Angola e seu marido, Orlando de Albuquerque (<http://literaturacolonialportuguesa.blogs.sapo.pt/4664.html>), este opúsculo apresenta ainda, em extratexto, seis fotografias de Alda Lara, seus quatro filhos e sua família, sendo a última uma imagem da poetisa e seu marido, e da restante equipa cirúrgica, em pleno labor numa sala de operações em Cambambe. No final deste volume refere-se ainda o seguinte – “O produto integral da venda deste livro, edição e propriedade do autor, destina-se à Fundação Alda Lara de Albuquerque, instituição em organização”. Embora esta obra ostente na sua abertura a data de 1966, o seu colofon regista os seguintes dados – “Composto e impresso na / Gráfica da Huila, Lda. / Sá da Bandeira – 1967”.

contribuímos com a mercadoria, arrancada daqui, cobrindo as falhas nas estantes com os livros da “casa”, que muitos são. No próximo dia dois de Janeiro lá estarei, pois, com o Leonel, para a inauguração. A nova Livraria começa modestamente, como todas as nossas coisas. Já ando a pensar noutra, esta em novos moldes, com a cooperação dos assinantes mais fiéis. E trabalhando e sonhando, vou consumindo os rastos desta carcaça. O “Imbondeiro” vai ser o meu túmulo. Cumprimentos aos amigos Jacinto e Luandino. Por estes dias lerei o livro deste e então botarei carta. Em Agosto de 1965 sairá “Imbondeiro” Gigante – 3.0 n.º 2 sai em Janeiro. Querem vocês aguçar as penas e mandar-me três histórias publicáveis para ele? Receberia os originais até fins de Fevereiro. Pagamos meio quióculo, damos 2 exemplares, e tornamos os vossos nomes lembrados. E é tudo o que, com as nossas miseráveis forças, podemos fazer por vós. Votos de boas festas e um abraço do amigo ao dispor: Jaribardino.” (sic)

Em colaboração com Orlando de Albuquerque, cujos artigos eram frequentemente publicados no «Artes e Letras» do *ABC*, os editores da Imbondeiro tentavam, em finais de 1964, ampliar a sua rede em Angola, através da abertura de mais uma livraria em Moçâmedes. Estavam, ao mesmo tempo, empenhados na difusão e venda de *Luuanda*, livro que estivera na origem, poucos meses mais tarde, das vicissitudes, já amplamente mencionadas, à volta da SPE.

Após anos de existência, de viragens editoriais e de tentativas de colaboração com os órgãos institucionais e da cultura local, tornava-se claro, para a PIDE, que o projeto editorial da Imbondeiro tinha o potencial necessário para promover a difusão de literatura adversa ao regime e para atirar ainda mais atenções internacionais sobre o caso da gestão das colónias portuguesas. Em comunicado de 27 de Maio de 1965, afirmava-se:

“Estes indivíduos, de tendências separatistas, irredutíveis adversários do regime político vigente, têm utilizado nas publicações que editam, nomeadamente no livro de poesias “MAKUA”, textos de autores quase todos de tendências esquerdistas.”

A utilização da palavra “quase”, explicava-se, só tinha a ver com o facto de que era impossível provar que todos os autores desenvolviam atividades políticas concretas, mas que estes eram certamente suspeitos de serem, pelo menos, contra a política ultramarina

do governo. Indicavam-se, assim, os nomes de alguns deles: António Agostinho Neto, Alfredo Augusto Margarido, Aires da Silva Almeida Santos, António Dias Cardoso, António Jacinto de Amaral Martins. Os autores e editores, assim, responsáveis de darem vida a uma atividade que se tornava “cada vez mais nefasta” em Angola, nas colónias e fora do espaço colonial, para onde os livros eram enviados, “com as consequências que daí advêm para a campanha internacional que contra Portugal é movida”. Luís La Cava, correspondente no Brasil, também contribuíra ativamente para a difusão das obras que editava junto das Embaixadas de países do bloco comunista, a Roménia, a Checoslováquia, a União Soviética e a Hungria, ao mesmo tempo que obtinha obras literárias provenientes destes países.

Curiosamente, e em contraposição com a narração da Imbondeiro que tem sido feita pelos críticos e pelo próprio Leonel Cosme (a morte de Garibaldino de Andrade em 1970 não permitiu a este último participar na reconstrução histórica do movimento que protagonizou), a PIDE achou que as obras literárias que eram editadas refletiam as orientações políticas dos seus animadores. Comentando a escolha de Garibaldino de difundir as obras de Luandino, o funcionário escrevia:

“Como não podia deixar de suceder, as produções desta Editora, mercê de tal orientação, vêm reflectindo as ideias políticas de quem as dirige e, de vez em quando, algumas dessas produções são objecto de apreensões ordenadas pela Censura, devido à mórbida tendência que tem de “lançar” novos autores, escolhidos entre os elementos jovens, de características céptico-derrotistas, em cujas obras imperam as expressões e tiradas “bélicas” de cariz esquerdo-extremista, ateias ou sensuais.”⁵¹⁸

Chegou-se, assim, a propor o encerramento imediato da editora como única solução válida que pudesse pôr fim à “acção anti-nacional” das Publicações Imbondeiro e aconselhou-se vivamente a expulsão de ambos os editores de Angola, facto esse que não se veio a concretizar. Poucos dias antes desse comunicado, em 30 de Abril de 1965, sem o apresentar para avaliação na Censura, os dois editores publicavam um «Comunicado

⁵¹⁸ ANTT/ PIDE/ DGS SC CI(2) PROC. 4134 NT 7323, folha 22.

muito importante», que acabou por constituir o testamento editorial dum projeto que durava há cinco anos.

Tratando o leitor por tu, chamando-o de “prezado amigo”, Cosme e Garibaldino comunicavam que, por razões alheias à sua vontade, a atividade editorial ia ser interrompida, deixando de existir, “por um período indeterminado”, as coleções que tinham tido o mérito de congregar, nos anos de atividade, todos “num ideal fraterno de puro convívio literário e cultural”. Declarando-se chocados e entristecidos pelas circunstâncias que, julgavam eles, também interrompiam a continuação “do primeiro movimento literário do género, que em cinco trabalhosos anos produziu um valioso contacto cultural entre o Ultramar e a Mãe-Pátria e, agora, começava a alongar os braços do forte amplexo até ao Brasil”, os escritores tranquilizavam os credores quanto a questões económicas. As iniciativas das livrarias, se apoiadas, iam permitir o pagamento de todas as dívidas com os assinantes. O *Comunicado* terminava com um tom em que se fazia um derradeiro apelo à uma união entre os países de língua portuguesa:

“Mas tal contacto fará História. História que será escrita por muitos, mais cedo ou mais tarde, se não o puder ser por nós próprios. Sem raivas de vão orgulho, acreditamos nessa certeza como no único prémio de uma obra interrompida sobre muitas ansiedades vividas, desejos frustrados, trabalho insano.

Se a nós for dado escrever essa história – quererá dizer que IMBONDEIRO continua nesse mesmo instante, se não como actividade imediata, pelo menos como ideal sobrevivente e, por isso mesmo, necessário. E, como a necessidade é condição do progresso, IMBONDEIRO, ou o que ele significa, continuará em nós ou nos outros.⁵¹⁹”

Ao final de cinco longos anos de atividades, publicações, encontros, polémicas e debates, o Imbondeiro tinha-se transformado, escreviam os editores, de árvore mítica em “«árvore maldita» que tinha produzido “calor e sombra”. “Coisa singular”, afirmavam em jeito de conclusão os editores, “esta árvore, o imbondeiro: pobre e rica como JOB!...”. O tom

⁵¹⁹ «Comunicado muito importante», in ANTT/ PIDE/ DGS SC CI (2) PROC. 4134 NT 7323, folhas 13 - 18. O comunicado foi impresso, como destacado pelo informador da PIDE, “em folha solta, impressa a duas côres, datada em Sá da Bandeira, a 30 de Abril de 1965”. As duas cores eram branco e vermelho.

messiânico com que os editores resolveram encerrar as atividades da Imbondeiro não surpreende. Não se fez nada mais, nesse último contacto com os leitores, do que reforçar a concepção messiânica da literatura, da cultura e do papel que o homem branco tinha, para Cosme e Andrade, na edificação e reconstrução de uma comunidade que, ficava aqui cada vez mais explícito, não se encaixava no percurso nacionalista angolano (projeto em que, tal como concebido pelos movimentos de libertação, nenhum dos dois pareceu, pelo menos na fase inicial da editora, acreditar).

Grandes ausentes desse tipo de narração e imaginário eram as mulheres africanas. As que protagonizavam os contos publicados na Imbondeiro, para além de estarem claramente em minoria em relação às personagens de homens brancos, negros ou mestiços, obedeciam aos padrões de representação colonial: mulheres brancas da elite com o sonho da Metrópole ou, quanto muito, crianças mestiças. As mulheres negras, especialmente as subalternas, não fazem parte do imaginário da Imbondeiro, mas nessa época a atividade de intelectuais, escritoras, tradutoras e até guerrilheiras africanas, fossem negras, brancas ou mestiças, já se constituíam como uma referência cultural dentro e fora da realidade africana, dentro e fora da realidade europeia. Foram elas que se encarregaram de representar o mundo feminino em âmbito literário, com destaque para a poesia, que sobre ele refletiram e que realizaram um esforço para se conectarem às mulheres que mais sofriam as consequências da colonização.

Capítulo 6 - Múltiplas subalternidades, múltiplas resistências: mulheres africanas, escrita, colonialismo.

Mulheres como Paulette Nardal, Suzanne Césaire, Alda Espírito Santo, Alda Lara, Noémia de Sousa e Deolinda Rodrigues tiveram, como vimos à medida que abordámos questões como censura, criação de redes anticoloniais, difusão de obras impressas, participação em jornais, um papel fundamental no ambiente literário, político e cultural da época. Essas mulheres comprometeram-se, de formas e com perspectivas distintas, com as causas políticas do seu tempo e das suas comunidades, com a criação de novas formas de escrever, de interpretar-se, de conceber-se o mundo, mas também no associativismo e em redes clandestinas ou semiclandestinas. A contribuição dessas mulheres para com os futuros estados independentes, mas também no âmbito da história literária dos seus países e, de uma forma mais geral, das literaturas em língua portuguesa ou francesa e do imaginário a elas associado é, portanto, inegável. Pelo que respeita a sua consciência política, as lutas pela dignificação do feminino e pelo direito das mulheres a terem uma voz e um papel ativo na sociedade, bastar-nos-á lembrar as reflexões de Paulette Nardal em Outubro de 1946:

“Se peut-il que des femmes martiniquaises restent indifférentes à cette passionnante gestation? Est-il vrai que des femmes instruites n’écoutent pas les nouvelles de la radio, ne lisent pas les journaux ? Se peut-il qu’elles ne comprennent pas que leur devoir de citoyennes est de suivre la réalité politique et sociale et de l’expliquer à leurs sœurs moins éclairées mais qui ne manquent pas pour autant de bons sens? Est-il vrai que des dizaines de milliers de femmes se refusent à aller déposer un bulletin dans l’urne les jours d’élection, se refusent à «refaire le monde», à fabriquer l’Histoire? Elles n’ont donc pas conscience de leur éminente dignité de personnes humaines, de la possibilité qui leur est donnée de changer la face du monde?

Si telle était la vérité, je désespérerais des femmes de mon pays.⁵²⁰”

⁵²⁰ Paulette Nardal, *Beyond Negritude. Essays from Woman in the City*, translated with and introduction and notes by T. Denean Sharpley - Whiting, New York, Suny Press, 2009, págs 67 - 70.

Por qual razão, então, elas foram - e ainda são frequentemente - marginalizadas na narrativa histórica? Não obstante em textos como os de Nardal estivesse presente, já em finais dos anos '40, a combinação de questões políticas com questões de género, as reivindicações das mulheres em contexto colonial e de descolonização política têm sido frequentemente reduzidas, mesmo em construções discursivas e políticas oposicionistas, radicais, marxistas ou anticoloniais, ao rótulo de assuntos femininos, “coisas de mulheres”, tendo sido geralmente privilegiada a ideia de unificação das lutas. Isto é evidente tanto nas representações identitárias discursivas baseadas na masculinidade (vimos, por exemplo, que a maioria dos protagonistas das narrativas anticoloniais de que nos ocupamos eram de sexo masculino), como na estética da guerrilha e do conflito armado.

Para entendermos estes mecanismos é necessário fazer algumas considerações prévias tanto sobre a propaganda feminina durante o Estado Novo, como sobre a forma em que essa propaganda era aplicada às realidades coloniais e, de forma específica, às mulheres “indígenas”. Como veremos ao longo deste capítulo, a visão estereotipada da mulher veiculada pelo regime salazarista atribuía-lhe papéis e funções bem definidas na perpetuação da vida da pátria, com destaque para o trabalho doméstico e a educação dos “filhos da nação”. Esta forma de opressão combinava-se, em territórios coloniais, com a ideia de missão civilizadora: em Angola, foram por exemplo instituídas escolas residenciais para mulheres negras, no intuito de transformá-las em mulheres mais civilizadas, mais bem-comportadas, elevando o seu nível moral ⁵²¹ e fazendo com que elas contribuíssem para a modernização da sociedade e a afirmação e consolidação da família, tal como entendida pelo regime, em África. Essas questões estavam relacionadas com a própria perceção colonial do corpo negro e com a dicotomização, no imaginário ocidental, da mulher africana como símbolo do *Eros* e do *Thanatos*: ao mesmo tempo vital (na associação às ideias de sexualidade e fecundidade) e mortífera e antiga (ideias de agressividade e aniquilamento)⁵²².

⁵²¹ Andres Stuki, *Violence and Gender in Africa's Iberian Colonies Feminizing the Portuguese and Spanish Empire, 1950s–1970s*, Cambridge, Palgrave Mac Millan, 2019, págs. 21 e seguintes.

⁵²² Yann Le Bihan, «Catégoriser les femmes africaines en régime colonial. Eros et Thanatos désunis» in Gilles Boetsch, Nicolas Bancel, (org) *Sexualités, identités & corps colonisés. XVe siècle - XXIe siècle*, CNRS Éditions, págs 337 - 361.

Voltando à ideia de unificação das lutas que tem permeado as narrações pós-coloniais, ela é problemática sob vários aspetos. Antes de mais, partimos da ideia de que reduzir a subalternidade das mulheres a uma questão de classe, ou a uma mais generalizada forma de opressão gerada pela existência de um regime ditatorial - ou pela vigência de um sistema colonial - é uma forma de negação da sua subalternidade em relação aos homens. Da mesma forma, reduzir a subalternidade das mulheres não brancas à questão feminina (sem tomar em conta a forma em que a construção social da raça exerce pressão sobre essas últimas) é uma negação da sua subalternidade em relação as mulheres socialmente percebidas como brancas. Sendo, como já tivemos a oportunidade de ver no início desta tese, a branquitude e a negritude sobretudo uma construção social e identitária, é claro que a percepção do branco e do negro variará dependendo dos contextos em que a discussão se insere, tal como os termos da discussão sobre género não serão uniformes em distintas partes do mundo.

Longe de ter o intuito de ser divisivo, o reconhecimento das múltiplas subalternidades em que têm insistido as teóricas do feminismo interseccional e as do feminismo decolonial apresenta-se como uma ferramenta útil para reconhecer as várias camadas de permeabilidade das narrativas coloniais, capitalistas e patriarcais. A luta contra a invisibilização das mulheres não brancas, negras, ou do Sul global é assim, para teóricas como Grada Kilomba, Djamila Ribeiro ou Françoise Vergés, como já o foi para Bell Hooks e Angela Davis, a representação da luta total. Isto porque a combinação de questões de raça, género e classe é a que mais contribui para desmascarar a narração discursiva e a opressão geradas pelas permanências coloniais (ou pela colonialidade) e pela lógica capitalista numa escala de opressões e subalternidades múltiplas que tem o seu ápice na violência experienciada pelas mulheres negras. Em resposta aos argumentos que veriam nessa visão uma fonte possível de divisão, Françoise Vergés responde:

“Certes, des hommes profitent aussi de la division Nord/Sud et d'autres hommes sont mis dans la situation de les entretenir, mais si j'insiste sur le rôle des femmes du Sud global

dans cette organisation du monde, c'est pour souligner d'autant plus son caractère révolutionnaire dans la critique du capitalisme racial et de l'hétéropatriarcat.”⁵²³

Sem entrarmos em questões teóricas sobre vários tipos de feminismos e as distintas ondas do feminismo parece-me escusado afirmar que, apesar das divergências e de uma recusa comum, por parte dessas autoras, do feminismo neoliberal ou burguês, um tipo de feminismo não invalida outro. Isto, até, porque determinado tipo de feminismo anticapitalista como o de Silvia Federici tem insistido, pelo menos na última década, exatamente nas consequências da demonização da mulher colonizada levada a cabo pelo patriarcado.

É nesta ótica de múltiplas invisibilizações, de várias camadas de violências exercidas pelo sistema patriarcal, colonial e do capitalismo racial que se abordará a escrita de Alda Espírito Santo, Manuela Margarido, Noémia de Sousa e Deolinda Rodrigues. Tendo tido, essas mulheres e intelectuais, percursos muito diferentes entre elas (apesar de acomunadas pela recusa do sistema de dominação colonial), todas abordaram questões de género. A sua escrita ajuda-nos, assim, a repensar questões do presente, contrariar invisibilidades, imaginar soluções possíveis.

6.1 - Papel e representação da mulher na propaganda colonial: disparidades raciais e de género.

Com a afirmação de que as sociedades coloniais reproduziram as políticas femininas do Estado Novo, entendo evidenciar a ação direta da propaganda colonial e a irremediável continuidade que houve entre hábitos, estilos de vida, representações e *formas mentis* que tinham sido frequentemente interiorizadas pelos homens e pelos próprios sujeitos femininos, e que acabavam por ser reproduzidas, de forma e em medidas variáveis, na

⁵²³ Françoise Vergès, *Un féminisme décolonial*. Paris: La fabrique éditions, 2019, pág. 9. As posições da intelectual francesa são igualmente explicitadas na recente publicação «Face au féminisme carcéral. Entretien avec Françoise Vergès» in *Trou Noir. Voyage dans la dissidence sexuelle*, 28/10/2020. Disponível <http://trounoir.org/?Face-au-feminisme-carceral-Entretien-avec-Francoise-Verges>

organização social e cultural. A partir de meados dos anos '30, e como afirma Rosas, o regime, ao tentar incorporar e gerir para sua vantagem organizações da direita radical “vindas de baixo”, promoveu um sistema de valores que tinham como objetivo o de:

“cuidar do «carácter», do «gosto», da «cultura», do ideário, dos portugueses num duplo sentido. Por um lado, criando ou reeducando as elites, mas tomando esta tarefa num sentido alargado que ultrapassava largamente a simples reprodução do «escol» tradicional da oligarquia. Tratava-se de formar as elites sindicais, as elites das organizações corporativas rurais, os educadores primários, os novos agentes culturais e artísticos, isto é, os quadros de enquadramento e orientação das organizações de massa e do gosto e dos lazes das massas.⁵²⁴”

Neste âmbito de propaganda acerca do “homem novo” (ainda segundo Rosas), o salazarismo distinguia-se, portanto, das restantes ditaduras de direita do resto da Europa, promovendo um ultraconservadorismo, um integralismo tradicionalista (concretizado através da valorização da cultura popular), uma valorização da religião católica que tornaram o caso português peculiar. Entidades associativas como a OMEN (Organização das Mães pela Educação Nacional, fundada em 1936) ou a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF, dependente da OMEN) reproduziam a conceção da mulher como reprodutora, guardiã do lar, educadora dos filhos e nacionalista exemplar. Essencialmente, à medida que se reconhecia um papel fundamental à mulher na edificação e na manutenção da Nação, ela acabava por ser relegada a um papel de retaguarda que, se comparado ao dos homens, era meramente figurativo. Em várias ocasiões, a figura feminina acabou por ser utilizada pelo Estado Novo como instância legitimadora das políticas governativas e veículo da propaganda nacional ou imperial, como foi o caso do Movimento Nacional Feminino na Guerra colonial (1961-74). Irene Pimentel tem realçado que, os dois campos públicos reservados às mulheres que não se limitavam a ser “mães, esposas e irmãs”, a assistência e a educação⁵²⁵.

⁵²⁴ Fernando Rosas, «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo», in *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, 1031-1054, pág. 1032.

⁵²⁵ Irene Flunser Pimentel, *História das organizações femininas no Estado Novo, Lisboa, Círculo dos Leitores*, 2000, p.25.

Constituindo, ainda em 1940, cerca de 0,34% da população a viver nas colónias, e de acordo com a intensificação do povoamento efetivo dos territórios a partir dos anos '50, as mulheres portuguesas foram mobilizadas na defesa ideológica do Império, seguindo a tradição estabelecida na primeira metade do século, em que “utilizaram o sistema de ensino, a imprensa ou as organizações femininas, canais propagandísticos a que tinham acesso direito, para divulgar as suas convicções e ‘acordar’ a consciência colonial das portuguesas⁵²⁶”. Sempre relativamente à primeira metade do século XX, Sílvia Espírito Santo tem evidenciado que no *Concurso de Literatura Colonial*, a participação feminina não foi expressiva desde o ponto de vista numérico sendo que, entre 1926 e 1951, só foram apresentadas a concurso onze obras de autoria feminina de um total de 243⁵²⁷.

No que respeita ao cinema, já no âmbito do colonialismo português tardio, assistimos, no cinema “de regime”, a uma representação da mulher negra que não se afasta muito daquela que já tinha sido a veiculada por revistas como *Portugal Colonial*, editada entre 1931 e 1937⁵²⁸: desumanizada, racializada e objectificada. A representação cinematográfica de regime das mulheres negras africanas como seminuas fazia com que elas, como afirma Maria do Carmo Piçarra, fossem retiradas da “esfera moral do regime, em que a exposição da nudez não era aceite”, e convertidas em objecto de desejo⁵²⁹. À objectificação corresponde, sem saída possível, o silenciamento, sobre o qual tem recentemente refletido – desta vez do ponto de vista da psicologia coletiva- Grada Kilomba, tomando como ponto de partida a máscara forçadamente aplicada para tapar a boca dos escravos:

⁵²⁶ Sílvia Espírito Santo, «Representações femininas do Império na Primeira Metade do Século XX», in *Faces de Eva. Estudos sobre a mulher*, nº 34, Lisboa, 2015, p. 92.

⁵²⁷ Sílvia Espírito Santo, *Ivi*, p. 99.

⁵²⁸ Pelo que respeita a representação da mulher na revista, ver Aldina Marques, Isabel Margarida Duarte, Alexandra Guedes Pinto, Catarina Pinho, «A construção da identidade da mulher em revistas do Estado Novo», in *Ex æquo*, nº 39, 2019, pp. 71-88. As autoras evidenciam, a este propósito, não só a disparidade de género existente na revista (para além de questões literárias, às mulheres só se endereçava publicidade de produtos de higiene, beleza, ou para crianças), mas também racial. As mulheres negras eram, de facto, representadas rigorosamente seminuas, num esforço de diferenciação em relação às mulheres brancas.

⁵²⁹ Maria do Carmo Piçarra, «Pele negra ou pele branca: máscara(s) da mulher imaginada pelo cinema colonial», in *Observatório*, Volume 9, nº 2, Lisboa, 2015, p. 178.

“A máscara suscita, pois, muitas perguntas: porque é que é preciso fechar a boca do *sujeito negro*? Porque tem ela/ele de ser silenciada/o? O que poderia o *sujeito negro* dizer se a sua boca não fosse selada? E o que teria de escutar o *sujeito branco*? Há um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, o colonizador terá de ouvir. Seria forçada/o a um confronto incómodo com verdades “Outras”. Verdades negadas, reprimidas, guardadas como segredos.⁵³⁰”

Os mecanismos de silenciamento histórico frequentemente implicam, como observa a autora, a perpetuação inconsciente de mecanismos de reprodução da subalternidade (neste caso, estamos a pensar na racial). Como antecipámos, alguns estudos feministas, especialmente os levados a cabo por teóricas feministas negras, têm destacado como algum feminismo ocidental, focando-se na subalternidade da mulher em relação ao homem, tenha posto de parte as questões de raça e classe: se já mencionámos Françoise Vergès, podemos fazer agora referência a Angela Davis e Bell Hooks⁵³¹. As feministas brancas de classe média, afirmam em suma as autoras, têm a tendência de subestimar – ou ignorar deliberadamente – aspetos que se revelam cruciais na compreensão das disparidades que caracterizam as sociedades modernas. Relativamente à opressão de que as mulheres negras sofrem nas sociedades modernas, apontando ao “feminismo branco” a culpa de se ter focado nas consequências negativas do patriarcado a nível económico, sem realçar devidamente a transversalidade (social, racial e económica) da opressão, bell hooks declara:

“Black leaders, male and female, have been unwilling to acknowledge black male sexist oppression of black women because they do not want to acknowledge that racism is not the only oppressive force in our lives. Nor do they wish to complicate efforts to resist racism by acknowledging that black men can be victimized by racism but at the same time act as sexist oppressors of black women.⁵³²”

Não podendo esquecer que as palavras de hooks se inserem num contexto e numa época bem distintos relativamente aquele de que nos ocupamos, a dupla opressão e dupla

⁵³⁰ Grada Kilomba, *Memórias da Plantação. Episódios de racismo quotidiano*, Lisboa, Orfeu Negro, 2019, pág. 41.

⁵³¹ Estou a pensar, concretamente nas observações de Angela Davis em *Women, race and class* e de bell hooks em *Ain't I a woman*.

⁵³² bell hooks, *Ain't I a Woman*, South End Press, Boston, 1981, pág. 168.

subalternidade que elas denunciavam é relevante para a compreensão não só dos poemas e das reflexões de mulheres que viveram o jogo colonial, mas também, lembramos mais uma vez, para enquadrar o peso das estruturas coloniais na vida das mulheres brancas e negras, assim como o nível de interiorização destas mesmas estruturas no pensamento e nas obras elaboradas por estas mulheres. As obras de que nos ocuparemos constituem também uma preciosa fonte de informação sobre a vida cotidiana de mulheres do povo e as suas condições de vida. As escritoras de que nos ocuparemos, é bom lembrar, faziam frequentemente parte das elites, gozando de facto de privilégios que não eram comuns à maioria da população dos territórios coloniais em África, tendo contribuído na luta intelectual para sociedades mais justas e para a representação dos oprimidos nas suas sociedades.

6.2 – Escritoras africanas: uma história de invisibilidade.

As considerações, levadas a cabo nos capítulos anteriores e relativas ao funcionamento e à legislação do sistema colonial português nos anos '50, revelam-se fundamentais para podermos dar uma resposta à nossa pergunta inicial: por qual razão, então, elas foram - e ainda são frequentemente - marginalizadas na narrativa histórica? Esforçar-nos-emos, ainda, em tentar perceber o que é que significava ser mulher e escritora africana nos anos '50 e '60 do século passado procurando utilizar, para isso, os textos produzidos pelas próprias autoras. De uma forma geral, vimos como a literatura produzida nestas duas décadas em países como Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe foi uma literatura engajada, profundamente preocupada com a evolução das sociedades em que se inseria, com o contexto da guerrilha, com as estruturas coloniais e com o possível desenvolvimento dos conflitos que, cada vez mais, se iam espalhando pelo continente africano. Era uma literatura tendencialmente de denúncia, não faltando, porém, experiências literárias e editoriais em que se optava (como no caso da Imbondeiro) por apostar na minimização dos aspetos marcadamente políticos, tentando privilegiar conceitos como o de “arte pela arte” ou apelando a um universalismo e a uma suposta isenção dos editores quanto a questões sociais. O aparato censório do regime salazarista, assim como a repressão da PIDE e as prisões políticas, contribuíam, sem dúvida alguma, para um clima de medo generalizado, que se traduzia frequentemente em formas de

autocensura, na circulação de obras de forma clandestina, e até na não publicação de obras.

Nas reproduções posteriores às independências africanas, e em função das construções das narrativas nacionais que caracterizaram os estados independentes, houve uma compreensível tendência para a hipervalorização da literatura marcadamente militante, de combate e de revolta. Assim, obras de autoras cuja contribuição foi fundamental para a consciencialização dos próprios intelectuais que se consagraram como autores nacionais moçambicanos, angolanos ou cabo-verdianos, por exemplo, passou para um plano secundário, se comparado com o que foi atribuído aos colegas e camaradas homens que as sucederam ou que foram seus contemporâneos. Isto aconteceu tanto dentro do espaço nacional de que as escritoras eram oriundas, como fora dele, e até fora do espaço de língua portuguesa. Basta pensar, em relação à divulgação a nível internacional, na *African Writers Series*, publicada a partir de 1962, com o objetivo de divulgar obras literárias de autores africanos ao grande público. As literaturas africanas em língua portuguesa foram claramente sub-representadas (não podemos esquecer que o público alvo era fundamentalmente de língua inglesa) tendo-se realizado, contudo, a publicação de quatro grandes clássicos da escrita africana daqueles anos: Luís Bernardo Honwana com *Nós matámos o cão tinhoso*, Amílcar Cabral com *Unidade e Luta*, Luandino Vieira com *Luuanda* e Pepetela com *Mayombe*. Porque é que não há nenhuma mulher nesta série? Será que as escritoras africanas não produziram literatura naquela altura?

Como evidenciado por Rodrigues e Sheldon, muitas das mulheres que escreveram em revistas, jornais e volumes nas ex-colónias estavam diretamente envolvidas na luta anticolonial, fazendo parte das elites e reproduzindo visões que ainda se ressentiam da influência colonial, ocupando o corpo feminino um papel de relevo:

“In both Cape Verde and Mozambique, women’s writings have denounced colonial oppression and embraced a newly gained national freedom. Similarly, in both countries (and elsewhere in Lusophone Africa) it is evident that women were engaged with the

revolutionary cause either through straightforward party politics or discursively, as female bodies became metaphors for the newly independent nations.⁵³³”

Muitas das mulheres escritoras que serão aqui mencionadas frequentaram e foram, como vimos, membros ativos da CEI: como sublinhado por Inocência Mata, “essas poetisas participaram da utopia da nação⁵³⁴”. Se a CEI e as suas ligações tanto com a *Présence Africaine*, como outros movimentos literários africanos foi fundamental, vimos que a “Casa da tia Andreza”, na Rua Actor Vale nº 37, em Lisboa, também foi um lugar de agregação fundamental. Foi o endereço da sede do Centro de Estudos Africanos cujo secretariado era assegurado por Noémia de Sousa⁵³⁵: a tia Andreza era a tia de Alda Espírito Santo, poetisa são-tomense.

Ocupámo-nos, anteriormente, de *Mensagem* e da Colecção de Autores Ultramarinos. Quanto à presença de mulheres nestas publicações, e de forma análoga ao que aconteceu nas publicações coloniais das décadas anteriores, a obra publicada destas mulheres revela-se numericamente minoritária se comparada com a dos homens: dos 152 poemas, contos e ensaios que Ana Maria Martinho listou como pertencentes aos fascículos da C.E.I., publicados entre 1948 e 1964, só 10 textos, na maioria poemas, foram escritos por mulheres: Alda Lara, Alda Espírito Santo, Manuela Margarido e Noémia de Sousa⁵³⁶. Em *Novos pactos, outras ficções: ensaios sobre literaturas afro-luso-brasileiras* Laura Cavalcante Padilha evidenciou que, numa obra de referência como foi *No Reino de Caliban* de Manuel Ferreira, “a poesia angolana feminina começar a surgir na década de 50, fato este confirmado também com respeito a Cabo Verde onde, em 36 poetisas, só há uma mulher. No caso de Angola, há 6, para 53, enquanto em São Tomé e Príncipe, para

⁵³³ Isabel Fêo P. B. Rodrigues and Kathleen Sheldon, «Cape Verdean and Mozambican Women's Literature: Liberating the National and Seizing the intimate», in *African Studies Review*, Vol. 53, No. 3, December 2010, p. 81.

⁵³⁴ Inocência Mata, «Mulheres de África no espaço da escrita: a inscrição da mulher na sua diferença» in Inocência Mata, Laura Cavalcante Padilha (org), *A mulher em África. Vozes de uma margem sempre presente*, Edições Colibri, Lisboa, 2007, p.424.

⁵³⁵ Ver Inocência Mata, *A Casa dos Estudantes do Império e o lugar da literatura na consciencialização política*, Lisboa, UCCLA, 2015, p. 33.

⁵³⁶ Ana Maria Martinho, “Reflexões em torno dos contributos literários na *Mensagem* da Casa dos Estudantes do Império”, in *Mensagem, 1944 - 1994*, Lisboa, UCCLA.

sete há duas e nenhuma na Guiné-Bissau, onde, aliás, só se regista o nome de um poeta.⁵³⁷”

Na análise que segue apresentar-se-ão, portanto, as contribuições de algumas destas escritoras, tentando contextualizar o trabalho de consciencialização que elas fizeram junto dos seus povos e do povo português e, ao mesmo tempo, as reflexões por elas levadas a cabo sobre a condição feminina.

6.3. - Alda Espírito Santo e Manuela Margarido: o trabalho nas roças, a raiva e o amor.

Escritora são-tomense nascida em 1926, Alda Espírito Santo foi uma das grandes vozes da negritude em língua portuguesa. Como observado por Crippa e Laranjeiras, e “apesar de ter sido presa pela PIDE, em 1965 (em Caxias, perto de Lisboa), e de constantemente censurada pelo sistema colonial⁵³⁸”, Alda Espírito Santo denunciou, a partir dos anos ’50, os abusos coloniais, a miséria, o trabalho nas roças e os problemas sociais e culturais que derivavam da exploração colonial, para além de se ter ocupado, nos seus poemas, “da exploração da mão de obra feminina e da subalternidade imposta às mulheres nativas.”

No prefácio da sua obra *É nosso o solo sagrado da terra*, publicada só em 1978, depois das independências, a autora situa a sua escrita no amplo contexto da resistência ao regime português instituindo, para além disso, uma clara ligação com as lutas anticapitalistas que animavam o mundo naquela época:

«O canto angustiado do ossobó» é desesperança e incerteza, mas prenúncio de uma longa senda de combate dos povos africanos que conheceram o sistema de exploração escrava, amontoados nos porões dos navios que das terras de Angola e Moçambique enriqueciam

⁵³⁷ Laura Cavalcante Padilha, *Novos pactos, outras ficções: ensaios sobre literaturas afro-luso-brasileiras*, Edipucrs, 2002, p. 165.

⁵³⁸ Crippa, Pires Laranjeira, *Alda Espírito Santo: negritudinista, pró-feminina e descolonizada*.

o cacau colono nas terras de São Tomé e Príncipe. Era a tortura dos homens negros acorrentados uns aos outros que capinavam as cidades na dor e na passividade aparente. O longo canto de punhos cerrados era a promessa da juventude ao povo identificado que daria uma resposta exacta aos tubarões dos mares, os donos do capital, toda uma corrente de dominação, aniquilando homens, mulheres e crianças que desenraizados das suas terras de origem eram fixados no chão de uma roça, «Estado dentro de outro estado», torturados durante longos e penosos anos, não tendo direito de procurar outro domicílio.⁵³⁹»

O título, cuja origem foi esclarecida numa entrevista que a autora concedeu a Michel Laban, relaciona-se tanto com a independência do seu país, como com o processo de nacionalização das terras:

“O dia 30 de Setembro de 1975 é a data da nacionalização das terras. A independência de São Tomé e Príncipe não teria razão de ser se a terra não fosse nacionalizada. Imagine que havia pedaços de terra presos por correntes onde o negro não tinha entrada! Foi dentro desse contexto, do sofrimento, das lutas que nós todos juntos tivemos de travar para que este país pudesse progredir – não sendo ainda aquilo que nós desejaríamos que ele fosse⁵⁴⁰.”

No que respeita à representação da condição feminina, a escritora são-tomense focava-se sim na dupla subalternidade da mulher africana, invocando, ao mesmo tempo, uma irmandade entre os povos e todas as mulheres do mundo⁵⁴¹:

“Situando-nos todos do mesmo lado da canoa, a mulher do mundo, a mulher africana, minha irmã, parte integrante dum todo que é ser social, uma longa marcha, mais longa ainda pelas instituições que remontam às narrações bíblicas, tem de brandir a espada pela

⁵³⁹ Alda Espírito Santo, «Prefácio» in *É nosso o solo sagrado da terra*, Lisboa, Ulmeiro, 1978, Pág. 16.

⁵⁴⁰ Alda Espírito Santo, «Entrevista», in Michel Laban, *São Tomé e Príncipe. Encontro com escritores*, Fundação Engenheiro António de Almeida, 2002, p.65.

⁵⁴¹ A reflexão de Alda Espírito Santo é útil também para compreendermos as críticas que Grada Kilomba avança ao conceito de sororidade não problematizado e não contextualizado, como estratégia do feminismo branco e ocidental para evitar a difícil discussão sobre racismo e múltiplas opressões.

emancipação dos povos, e, portanto, pela sua afirmação na luta pelo progresso, pelo grande passo que romperá as barreiras de todas as colonizações. A mulher africana duplamente colonizada, escrava doméstica, serva da colonização, tem uma missão secular a desempenhar na etapa da libertação.⁵⁴²”

Nos poemas escritos na década de '50, representava-se assim a condição do trabalho doméstico, aliado ao silenciamento das mulheres negras, como em «Avó Mariana»:

“Avó Mariana chegou
e sentou-se à porta da sanzala
e pitou seu jessu
lavando, lavando
numa barreira de silêncio.⁵⁴³”

Lavadeira, levada para a sanzala, passará a sua vida trabalhando, até constatar a impossibilidade de, já velha, rever a sua terra, quase sem sabendo de onde veio: “Onde é terra di gente? /Velha vem, não volta mais...”. À resignação da avó Mariana, contrapõe-se à invocação à irmandade vinda da voz da poetisa, que em «Às mulheres da minha terra» constata o sofrimento de mulheres forçadas a viverem na pobreza, na fome do acompanhamento a ser comido sem peixe:

“O dinheiro não chega
Para vencer a nossa fome
Dos nossos filhos
Sem trabalho
Engolindo a banana sem peixe
De muitos dias de penúria”

⁵⁴² Alda Espírito Santo, *Ivi*, pág. 16.

⁵⁴³ Alda Espírito Santo, *Ivi*, pág. 51.

A força das mulheres negras, vítimas de opressão, vem da comunidade, constituindo o horizonte de libertação tão desejado:

“Amigas, as nossas mãos juntas,
As nossas mãos negras
Prendendo os nossos sonhos estéreis
Varrendo com fúria
Com a fúria das nossas «palayés»
Das nossas feiras,
As coisas más da nossa vida.”

As palayés são-tomenses, como as quitandeiras angolanas ou outras vendedoras ambulantes africanas, acabam por representar a própria luta: a sua subalternidade é racial, de classe e de género. Nas suas lembranças, a escritora afirma que as vendedoras de rua eram discriminadas por falarem na sua língua materna com as senhoras portuguesas, que responderiam: “Não me fales nessa língua de cão!”, representando a ideia de assimilação, por muitos interiorizadas, de que “o falar português é que permitia o acesso à cultura e à civilização⁵⁴⁴”.

Também focada, na sua obra, na representação poética da vida nas roças (*topos* da literatura são-tomense), Maria Manuela Margarido é mais uma escritora são-tomense que foi presa durante a ditadura (em 1962, sempre em Caxias), tendo lançado em 1957 o livro de poemas *Alto como o silêncio*, e tendo também colaborado com a C.E.I.⁵⁴⁵

“A manhã sangra ainda: salsas a bananeira
com um machim de prata; capinas o mato
com um machim de raiva; abres o coco
com um machim de esperança; cortas o cacho de andim
com um machim de certeza.
E à tarde regressas à sanzala;

⁵⁴⁴ Alda Espírito Santo, *Ivi*, pág. 75.

⁵⁴⁵ Amarino Oliveira de Queiroz, «Cantares de São Tomé e Príncipe: a militante poesia de Maria Manuela Margarido e Alda Espírito Santo», in *Contexto*, Vitória, n. 25, 2014/1, pág. 12.

a noite esculpe os seus lábios frios na tua pele.

E sonhas na distância uma vida mais livre, que o teu gesto há-de realizar.”⁵⁴⁶

Num *continuum* temático com Alda Espírito Santo, o trabalho forçado nas roças – assim como o trabalho das mulheres negras – é representado pelas ideias de raiva e o amor, a irmandade, são o único conforto que permite fugir da consciência de que os sonhos não se poderão realizar. Relativamente ao complexo da obra de Manuela Margarido, Inocência Mata evidenciou como, apesar de o *corpus* da poetisa corresponder sem dúvida a uma vocação nacionalizante, também presente no complexo da poesia de Margarido, um aspeto marcadamente universalizante que é evidente sobretudo em *Alto como o silêncio*⁵⁴⁷, publicado em Lisboa no âmbito da coleção neorrealista Cancioneiro Geral e muito marcado pelo lirismo, “pela intimidade e afectividade cultural”⁵⁴⁸. A poesia de Margarido é, como evidenciado por Mata, representativa das confluências e divergências que caracterizaram a literatura africana dos anos ’50: influenciada pelo neorrealismo, mas também pelo existencialismo, ela toda é marcada pela tensão entre o sujeito e o coletivo, frequentemente numa ambivalência identitária cujas consequências se manifestarão *in toto* na produção e nas polémicas literárias dos primeiros anos ’60.

6.3.1: Negra, escritora, feminista, ativista: Alda Espírito Santo como intelectual completa.

Alda Espírito Santo e outras mulheres e intelectuais conseguiram rapidamente, graças também à colaboração de Amílcar Cabral, constituir uma rede que se concretizava em encontros presenciais, troca de correspondência e viagens: entre elas Maria Helena Vilhena Rodrigues (primeira mulher de Cabral), Noémia de Sousa e Rute Neto. Sempre através do líder do PAIGC, concretizaram-se os contactos com Deolinda Rodrigues, que passaram da forma epistolar a encontros pessoais em Angola, em 1956 e 1958. As viagens

⁵⁴⁶ Manuela Margarido, “Roça”, in *Poetas de São Tomé e Príncipe*, CEI, 1963.

⁵⁴⁷ Manuela Margarido, *Alto como o silêncio*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1957.

⁵⁴⁸ Inocência Mata, «Manuela Margarido: ima poetisa lírica entre o cânone e a margem», in *Polifonias Insulares. Cultura e Literatura de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Colibri, 2010, p.177.

a Paris, realizadas pouco depois do Processo dos '50 com o objetivo de levar comunicados e informações sobre a situação colonial em Angola permitiram, para além disso, que Espírito Santo desenvolvesse uma amizade com a realizadora Sarah Maldoror, mulher de Mário Pinto de Andrade e conhecida pelos seus filmes anticoloniais, entre os quais *Monangambé* (1969) e *Sambizanga* (1972)⁵⁴⁹.

Alda Espírito Santo foi uma intelectual e poetisa paradigmática do seu tempo: o seu género não impediu a sua afirmação enquanto personalidade fulcral no ambiente literário, cultural e político dos movimentos de libertação. O facto de ela também ser professora primária (elemento, este, realçado em várias ocasiões nos processos PIDE em seu nome), o seu empenho ativo no esforço de mudança da sociedade, contribuiu para que ela se tornasse num exemplo para as mulheres africanas, portuguesas e portuguesas afrodescendentes⁵⁵⁰: negra, bem sucedida, culta, inserida com sucesso no panorama da militância anticolonialista e antifascista e na luta feminista e antirracista, Alda Espírito Santo representava a subversão de padrões culturais e políticos profundamente radicados na sociedade colonial. O pólo que a casa da Tia Andreza constituiu, para além de ser alvo de escutas telefónicas e de investigações e rusgas da PIDE, parece ter representado, para o regime português, uma espécie de arquétipo das redes internacionais de oposição ao jogo colonial. O que talvez nos interesse mais ainda, porém, é que ele serviu também de protótipo para certo modelo de coesão cultural que, aos poucos, se ia consolidando nos intelectuais africanos de passagem por Portugal, ou no exílio.

Para além das mais óbvias questões de militância e luta, ou de difusão da causa anticolonial junto de organizações terceiro-mundistas sediadas na Europa e dos seus órgãos de comunicação e imprensa, o material que circulava na Casa e que foi apreendido pela PIDE diz-nos que a escrita literária, nomeadamente a poética, funcionava neste contexto tanto como ferramenta de difusão de certas ideias como era, ela própria, o produto e um testemunho concreto de que novas narrativas iam sendo criadas e já

⁵⁴⁹ Para além de ter fundado em Paris a companhia teatral Les Griots (1956), Sarah Maldoror foi assistente de realização no célebre filme *A batalha de Argel* de Gillio Pontecorvo, produção italofrancesa de 1965.

⁵⁵⁰ Destacamos, como representativo da influência de Alda Espírito Santo e de outras escritoras negras da época: Cristina Roldão, «Feminismo negro em Portugal: falta contar-nos», in *Público*, 18 de Janeiro de 2019. Disponível <https://www.publico.pt/2019/01/18/culturaipsilon/noticia/feminismo-negro-portugal-falta-contarnos-1857501>

estavam, em certa medida, afirmadas pois eram reproduzidas fora do contexto da luta anticolonial em sentido estrito: exemplo disto foi a difusão de que gozaram no âmbito de redes de solidariedade de cariz católico ou internacionalista. Estou a pensar, por exemplo, no caso do jornal francês *Croissance des jeunes nations*, editado por Georges Hourdin a partir de 1961, em que foram publicadas, ao lado de extensos artigos sobre a situação das colónias portuguesas, também poemas traduzidos de Alda Espírito Santo de que nos ocuparemos a seguir.

Isto implica, e a questão não é de todo secundária, que os textos literários não eram só o resultado ou, se assim quisermos, o produto cultural de uma corrente de pensamento que se ia consolidando no seu tempo, ou ainda – como foi observado em várias ocasiões relativamente às literaturas sobre as quais nos estamos a focar –veículo de determinados ideais e valores. Os textos configuram-se, eles próprios, como agentes históricos: não só circulam, são lidos e interpretados, como também ocupam um espaço, rompem com o silêncio ou com a censura (cultural e não necessariamente política) instituída sobre determinados aspetos da vida humana e das relações hierárquicas entre povos, dos equilíbrios de poder entre norte e sul do mundo. Esta ocupação do espaço, que é física – na página do jornal ou da revista – e simbólica – quanto ao irromper no discurso cultural de um imaginário alheio, exógeno – depende do contexto histórico-político mundial dos anos '60. Podendo estas reflexões parecer óbvias, quero, contudo, evidenciar o facto de que estes textos literários tiveram um papel ativo na consolidação e na evolução de um contexto político.

Deste ponto de vista, ainda que não tendo a carga retórica dos clássicos “ensaio” elaborados por representantes dos movimentos de libertação ou por líderes pan-africanistas, estes textos têm um papel a eles paralelo e complementar, que não pode e não deve ser subalternizado. Diferindo nos objetivos e nos métodos comunicativos, mas não na mensagem por eles veiculados, a utilização de tipos diferentes de textos permitia que grupos, movimentos e indivíduos com interesses, hábitos comunicativos e contextos culturais distintos acedessem à mensagem e à propaganda anticolonial, potenciando uma mais ampla difusão dos valores e dos conceitos fundadores da luta. Distintos graus de sensibilidade, escolaridade, diferentes géneros e contextos de extração social, económica e racial eram expostos, assim sendo, à mesma mensagem. Não é por acaso que a abrangência potencial de textos literários, que eram por vezes simples na sua forma e com recurso a línguas africanas, preocupava a polícia política.

A nível metodológico não podemos deixar de considerar, a este propósito, que a escrita feminina é a concretização da ocupação de um lugar predestinado ao masculino na narração cultural do Estado Novo. Lembremos que, como sublinha Vanda Gorjão em *Mulheres em tempos sombrios – oposição feminina ao Estado Novo*, a Escola salazarista previa uma “educação especificadamente feminina⁵⁵¹”, tendo a percentagem de alunas universitárias aumentado na década de '60. Este incremento não implicava uma efetiva paridade de oportunidades, pois carregava o peso de ser uma educação seletiva e focada na criação de mães de família e defensoras da pátria, mas também de uma estrutura patriarcal reproduzida pelos homens dos meios oposicionistas. As críticas, avançadas em alguns artigos de opinião da imprensa oposicionista, à formação que as jovens mulheres recebiam no ensino oficial acabavam, em alguns casos, por expressar juízos de valor sobre estas jovens mulheres. Fosse por responsabilidade própria ou alheia, consideravam-se frequentemente como inaptas à atividade política ou intelectual que exigisse esforços de abstração.

Percebemos, assim, quão relevante foi a personalidade de Alda Espírito Santo e o que ela representou: a possibilidade de desmoronamento de um sistema de opressão patriarcal milenar, reproduzido em métodos educativos, na representação masculina das capacidades (ou da inépcia) intelectuais das jovens mulheres e, ainda, na superação de limitações materiais na gestão e no desenvolvimento da carga doméstica que pesava às mulheres. Reconhecemos, apesar disto que, ao abordarmos a questão de género no contexto colonial estamos, simultaneamente, a pôr em xeque a narração da noção de homogeneidade do que Allman, Nakanyke e Musisi definiram de «homogeneous “African women’s experience.”⁵⁵²». A constatação da dupla opressão que as mulheres africanas enfrentavam não deve levar-nos a cair na armadilha da reprodução (se bem que para os mais nobres propósitos) dos próprios estereótipos coloniais. Teremos de ter em consideração, por exemplo, que a representação – literária ou histórica - que se fez, a nível do imaginário resistente, das mulheres africanas em contextos coloniais relacionou-se, como não podia deixar de ser, com as violências sobre elas exercidas e com a luta armada

⁵⁵¹ Vanda Gorjão em *Mulheres em tempos sombrios – oposição feminina ao Estado Novo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002, pág. 83.

⁵⁵² Jean Allman, Susan Geiger, Nakanyke Musisi (org), *Women in African colonial histories*, Indiana University Press, Bloomington, 2002, p. 4.

e a guerrilha. As necessidades (emocionais, práticas, sociais ou culturais) que estas mesmas mulheres visavam satisfazer na altura em que eram produtoras ativas de cultura e de literatura no sentido mais amplo do termo não deixaram, contudo, de ter um papel na formação das consciências nacionais. É quase supérfluo esclarecer, assim, que a condição das guerrilheiras rurais pouco ou nada tinha a ver com a de outras guerrilheiras pertencentes às elites coloniais, ou a escritoras que se encontravam em Lisboa a frequentar cursos superiores. A exaltação da estética da guerrilha⁵⁵³, a mobilização das mulheres e as considerações sobre a libertação feminina de líderes anticoloniais como, por exemplo, Amílcar Cabral ou Samora Machel geraram expectativas sobre a possibilidade de libertação efetiva das mulheres nas sociedades pós-coloniais⁵⁵⁴. Não há dúvida, de facto, de que as causas anticoloniais estivessem comprometidas, a nível ideológico, com a causa da libertação da mulher. Tal preocupação foi manifesta, evidentemente, nos discursos militantes antes, e oficiais depois, de vários líderes no continente. Talvez associações mais comuns, neste sentido, possam ser as posições de Thomas Sankara sobre a libertação da mulher nos anos '80 (também no sentido das de Cabral e Machel), em que o primeiro presidente do Burkina Faso, dando continuidade à tradição pan-africanista, afirmava que nenhuma libertação social concreta era possível sem a libertação da mulher⁵⁵⁵. Como evidenciado por Tanya Lyons, contudo, essa ideia de libertação da mulher era frequentemente associada à ideia de inserção da mulher nos processos de produção, na própria guerrilha ou, de uma forma mais geral, na sua alfabetização. Em muitos casos, assistimos à criação de organizações e associações

⁵⁵³ Pelo que respeita a representação visual da guerrilha, retratos de mulheres guerrilheiras e de mulheres nas campanhas de alfabetização em Angola estão contidos em Augusta Conchiglia, *Agostinho Neto, da guerrilha aos primeiros anos da independência*. Luanda: Fundação Agostinho Neto, 2019.

⁵⁵⁴ Cito, a este propósito, o texto de Tanya Lyons: “Guinea-Bissau’s revolutionary leader, Amílcar Cabral, argued that a revolution would not be complete without a transformation in the social roles of both men and women, and that women had to fight for and earn equality with men. Samora Machel, the late president of Mozambique, argued that “[t]he liberation of women is a fundamental necessity for the revolution, the guarantee of its continuity and the precondition for its victory.” Influenced by the socialist revolutionary successes in Mozambique and Guinea-Bissau, Robert Mugabe, the president of the Zimbabwe African National Union (ZANU), explained that his organization had “learned through the liberation struggle that success and power are possible when men and women are united as equals.” Tanya Lyons, «Guerrilla Girls and Women in the Zimbabwean National Liberation Struggle», in Susan Geiger, Nakanyike Musisi (org), *Ivi*, págs. 305 - 326.

⁵⁵⁵ Sobre o assunto ver Thomas Sankara, *L’émancipation des femmes et la lutte de libération de l’Afrique*. New York: Pathfinder, 2001. A publicação da primeira tradução de textos de Sankara em Portugal foi extremamente recente: Thomas Sankara, *Venceremos! Discursos escolhidos*, Lisboa: Falas Afrikanas, Outubro de 2020.

femininas e de revistas femininas, como foi o caso da *AWA - La revue de la femme noire*, fundada no Senegal (antiga AOF) em 1954⁵⁵⁶.

Se é inegável que estas concepções rompiam com a representação e as lógicas fascistas e coloniais, libertando a mulher da prisão doméstica e resgatando-a da ideia de inação, também temos de reconhecer que os papéis atribuídos às mulheres na guerrilha não eram, porém, os mesmos que eram atribuídos aos homens (como demonstra o caso de Deolinda Rodrigues, da qual nos ocuparemos a seguir).

O tipo de representação literária que se afirmou, portanto, nos anos '50 a '70 do século passado pela mão de escritoras e intelectuais africanas deve ser certamente analisada à luz destas considerações. Uma das grandes questões que se coloca na nossa análise é, portanto, a relação entre história e memória, relação essa que – como explicitado logo no início desta tese, não é isenta de mecanismos de poder e de permanências coloniais.

Pelo que respeita especificamente ao discurso literário poderíamos, talvez, recorrer à distinção entre memória social e reconstrução histórica invocada por Paul Connerton. Se entendermos a literatura como um rasto da atividade humana (a par de ruínas de uma fortificação romana, um conjunto de pedras ou uma palavra numa inscrição da Grécia antiga) será mais fácil pôr em causa, numa reconstrução da história literária, a função que a própria literatura teve para a sociedade em que se inseriu, do que impulsionar uma mudança no que ela representa a nível memorial para a comunidade⁵⁵⁷. É preciso, dito por outras palavras e tentando conceber *lato sensus* a ideia de *commemorative ceremony*, fugir de certa reprodução cultural baseada na repetição compulsiva do seu objeto (que o antropólogo interpreta através da associação com a psicanálise freudiana) em detrimento de uma memória crítica. No nosso caso, fugir do memorialismo significará evitar tanto a reconstrução celebrativa e de exaltação política dos estados africanos independentes, como não incorrer no risco de esvaziar a produção literária e intelectual da época dum significado político, social e cultural que de facto teve para além das representações partidárias.

⁵⁵⁶ A revista, impressa em Dakar, ocupava-se de poesia, política, questões quotidianas, etc. Foi publicada sobretudo entre 1964 e 65, com um número em 1966, dois números em 1972 e dois números em 1973. Ela está disponível integralmente, em formato digital, no link <https://www.awamagazine.org/magazine-index/> e é mencionada em Martine Reid (org), *Ivi*, págs, 502 -503.

⁵⁵⁷ Paul Connerton, *How societies remember*, Cambridge University Press, 1989.

Independentemente do facto de estarmos a falar da memória dos países africanos depois da independência, da portuguesa ou de ambas, todas essas memórias interagem com a visão que o grupo político dominante (neste caso, o regime salazarista) veiculou do império. Seja na tentativa da sua reiteration e reafirmação ou na sua negação, encontramos assim traços quer do ideário luso-tropical, como da recusa total de qualquer influência cultural portuguesa. Aplicando este conceito à questão da condição da mulher africana na época encontramos, portanto, tanto a sua objetificação como indígena não civilizada (sem cultura nem raciocínio), como a sua estereotipia enquanto símbolo ancestral de resistência que carecia, contudo, de expressão concreta das variáveis ditadas pelas necessidades das mulheres acima mencionadas.

Chegamos, assim, a uma questão fulcral: Alda Espírito Santo superou as estigmatizações da mulher na sociedade do Estado Novo, ultrapassando, ao mesmo tempo, as bem mais profundas estigmatizações da sociedade colonial exercidas sobre as mulheres negras. Não deixando de dedicar-se à questão feminina, Alda Espírito Santo foi talvez a autora da época que melhor conjugou a questão de género com a resistência anticolonial, a ligação ancestral à terra com a reivindicação a algum cosmopolitismo enquanto afirmação de humanidade. Assim, no mesmo volume, publicado em França, em que se dava destaque aos discursos de Agostinho Neto e Amílcar Cabral, publicava-se em tradução francesa um poema de Alda Espírito Santo, dedicado ao massacre de Batepá: *Où sont-ils les hommes chassés par ce vent de folie?*

«Nous sommes debout
Nos yeux se tournent vers toi.
Nos vies ensevelies
dans les camps de la mort
hommes du cinq février
hommes tombes dans l' éteuve de la mort
implorant la pitié
hurlant pour la vie salve,
morts sans air et sans eau,
ils se lèvent tous

hors de la fosse commune
et, debout, em chœur de justice
crient vengeance...⁵⁵⁸»

O poema, para além do potencial de difusão que tinha fora de Portugal e do seu espaço colonial, não se limitava à denúncia do massacre e da injustiça, abrindo de facto o campo à inevitável reação à violência, como reflete o apelo à unidade do poema de três versos *Aos combatentes da liberdade*⁵⁵⁹: “Irmãos do mundo, nós somos guerrilheiros/ Das ilhas do mar sem fim/ A força da unidade é nossa metralhadora”.

Não era a primeira vez que a professora são-tomense se dedicava ao massacre: a famosa carta escrita pelo seu punho, dactilografada e sem data, consta do processo de Alda Espírito Santo no ANTT e das anotações de Lúcio Lara sobre o MPLA, recolhidas na obra documental *Um amplo movimento*⁵⁶⁰. A carta, presumivelmente enviada para Lisboa, a fim de pôr os amigos e camaradas ao corrente dos acontecimentos e da repressão criminosa dos protestos, cuja brutalidade se manifestou, segundo o testemunho da autora, a partir do quarto dia de protesto:

«A partir dessa altura redobram as violências porque morreu na “refrega” um europeu e ainda um soldado indígena. Morto o alferes começa o êxodo. Onde não encontraram homens queimaram casas. A população foge desatinadamente e eles prosseguem na caça aos macacos. A ambulância e camionetas não cessam de passar para a cidade com mortos, feridos e principalmente presos. Quarenta e sete indivíduos são metidos numa cela cuja cubagem não permite a respiração normal desses homens, tendo apenas uma janelita insuficiente para se poder respirar eficientemente. Os homens gritam, pedem água,

⁵⁵⁸ Alda Espírito Santo, «Où sont-ils les hommes chassés par ce vent de folie?», in *Croissance des Jeunes nations*, nº 103, 1970. Contido em ANTT/PT/PIDE-DGS/CI (2), Reg 4293, folha 193 e seguintes. Este número incluiu o dossier do mês “Une guerre colonial oubliée. L’Afrique contre le Portugal”, com artigos sobre a situação das várias colónias, com particular atenção para com a intensificação dos interesses económicos ocidentais e sul-africanos no espaço colonial a partir de 1960.

⁵⁵⁹ Alda Espírito Santo, «Aos combatentes da liberdade», in *É nosso o solo sagrado da terra*, Lisboa, Ulmeiro, 1978, p. 107.

⁵⁶⁰ *Um amplo movimento, Itinerário do MPLA através de documentos e anotações de Lúcio Lara*, Associação Tchiweka de Documentação (ATD), 3ª edição revista e aumentada, 2017.

imploram, mas perto de 30 indivíduos morrem asfixiados. Os sobreviventes são unânimes em se referirem ao facto e nomes deles surgem.⁵⁶¹»

Tal descrição não faz mais do que confirmar as brutais práticas repressivas que o estado português exercia nas prisões das suas colónias africanas: a situação acima descrita não deixa de lembrar as pinturas de Malangatana que retratavam a Cadeia PIDE da Machava (Moçambique), os relatos de José Craveirinha e a referência à *Cela I*⁵⁶², ou, para mencionar um caso emblemático, os episódios dos diários da prisão de Luandino Vieira.

Ainda com o propósito de realçar o impacto que a obra de Espírito Santo tinha não só a nível de resistência anticolonial e da representação da outra face do conflito, mas também em questões explicitamente de género, citamos o *Voz negra das Américas*, dedicado a Angela Davis, ou ainda o poema dedicado à amiga Deolinda Rodrigues já depois da sua morte⁵⁶³.

Não se podendo reduzir a um plano de intervencionismo literário, o da autora são-tomense teve, pelo contrário, o mérito de colaborar com a fortificação de uma rede de contactos de resistência antifascista e anticolonial, dinamizando a já mencionada Casa da Tia Andresa (que chegou a ser interrogada várias vezes pela PIDE), num centro de reunião, de circulação e discussão de textos dos movimentos. Para além de comunicados do Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe, a PIDE apreendia na casa recortes de artigos e jornais da imprensa internacional (sobretudo em língua inglesa e francesa), que tratavam a questão da violência colonial, da guerra e do ocaso do imperialismo português em África.

Outra questão relevante parece-me ser a da origem da oposição entre razão e instinto, ou entre mente e corpo, que caracterizou a teoria luso-tropical, mas que se insere, ao mesmo tempo, no mais amplo processo de afirmação do capitalismo na Europa no mundo ocidental. Retomando o tema da eterna luta entre Próspero e Calibã, Silvia Federici

⁵⁶¹ «Carta de Alda Espírito Santo sobre os massacres de São Tomé», in *Um amplo movimento, Vol I* (até Fev. 1961), págs 504- 507.

⁵⁶² José Craveirinha, *Cela I*, Edições 70, Lisboa, 1980.

⁵⁶³ Ambos os poemas estão contidos na obra já citada, *É nosso o solo sagrado da terra*, respetivamente nas páginas 111 e 113, evocando o exemplo que a luta destas duas mulheres representou para todas as mulheres africanas que ainda viviam num sistema de opressão.

observava, retomando Weber e Marx, que a batalha contra o corpo sempre caracterizou a burguesia na fase da afirmação da lógica capitalista. A necessidade de sujeitar os corpos (todos eles, nomeadamente os dos trabalhadores) às lógicas de produção e sucessivamente de acumulação, tem-se refletido, para Federici, numa progressiva destruição do conceito de corpo como depositário de poderes “mágicos”, que caracterizou a Idade Média. Isto foi necessário porque:

“Come la terra, il corpo doveva essere coltivato e anzitutto spezzato perché rilasciasse i suoi tesori nascosti. Esso infatti è condizione dell’esistenza della forza-lavoro, ma ne è anche il limite, in quanto è il primo elemento di resistenza alla sua erogazione. Non bastava quindi stabilire che il corpo in sé non aveva alcun valore: il corpo doveva morire perché potesse esistere la forza-lavoro.” ⁵⁶⁴

A necessidade de criar o corpo-máquina implicava, sem possibilidade alguma de fuga, a destruição de todo um sistema de crenças e práticas dos sujeitos pré-capitalistas, o que aconteceu até ao século XIII, tendo a teoria cartesiana contribuído para a consolidação da ideia de relação hierárquica entre corpo e mente.

Como não pensar, assim, no que evocam os versos de *Castigo pra o Comboio Malandro* (1961) de António Jacinto?

“Mas espera só
quando esse comboio malandro descarrilar
e os branco chamar os preto
p'ra empurrar
eu vou... mas não empurro

Nem com o chicote
finjo só que faço força
comboio malandro
você vai ver só o castigo
vai dormir mesmo no meio do caminho!”

⁵⁶⁴ Silvia Federici, *Calibano e la strega: Le donne, il corpo e l'accumulazione straordinaria*, Mimesis, Milano, 2015, p. 274. A versão original em inglês, *Caliban and the Witch: Women, The Body and Primitive Accumulation*, é de 2004.

A recusa do colonialismo passa, neste poema, pela necessária recusa do trabalho forçado, pela reapropriação simbólica do corpo enquanto condição *sine qua non* da existência da mão-de-obra. Nos poemas de Alda Espírito Santo, o corpóreo é sim um recurso da exploração colonial, mas também uma ferramenta de resistência:

“Amigas, as nossas mãos juntas,
As nossas mãos negras
Prendendo os nossos sonhos estéreis
Varrendo com fúria
Com a fúria das nossas «palayés»
Das nossas feiras,
As coisas más da nossa vida.⁵⁶⁵”

Os corpos das vendedoras ambulantes do poema subvertem, desta forma, a lógica segundo a qual os seus corpos seriam uma materialidade quase passiva, destinada ao desenvolvimento de uma função utilitária, originando a união física e simbólica dos corpos uma nova dimensão física que traz “fúria” e revolta.

Isto significa que, mesmo admitindo que - como afirma Boaventura Sousa Santos - a condição semiperiférica do colonialismo português tenha levado a uma sua subalternidade em relação aos colonialismos hegemónicos (como o inglês) e a consequentes problemas de autorrepresentação, determinando alguma especificidade do colonialismo português⁵⁶⁶, é urgente lembrar que tal condição não eximia, de todo, Portugal da concretização de políticas voltada para a acumulação de capital. A constatação da existência, sobretudo nas décadas de 50 a 70, de uma política assimilacionista e de uma propaganda cultural que se apresentava como – mas não era de

⁵⁶⁵ Alda Espírito Santo, «As mulheres da minha terra», *Ivi*, págs. 81-85.

⁵⁶⁶ Boaventura Sousa Santos, «Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade», in *Novos Estudos CEBRAP*, nº 66, julho de 2003, págs. 23 - 52.

facto – integracionista, não pode de forma alguma ocultar o facto de que o colonialismo português, tal como os outros colonialismos europeus, se inseriu nas lógicas gerais do *dividi et impera* que obedeciam, e ainda obedecem, ao objetivo final da acumulação desregulada de capital. Apesar de tudo, e como observa De Sousa Santos:

“Assim, enquanto o Império Britânico assentou num equilíbrio dinâmico entre colonialismo e capitalismo, o Português assentou num desequilíbrio, igualmente dinâmico, entre um excesso de colonialismo e um déficit de capitalismo.”

As questões de que Alda Espírito Santo se ocupou não se limitaram, contudo, à da condição de exploração da mulher na sua terra e à libertação do povo são-tomense. Em material manuscrito, apreendido pela PIDE em ocasião das buscas efetuadas na casa da tia, verifica-se que a escritora se preocupava com questões como a da condição dos negros portugueses (e com o diálogo com os brancos sobre o que é que significava ser negro português) e com questões como o divórcio como direito humano, assunto sobre o qual escreveu um extenso ensaio. Confirmamos também, a partir desta correspondência, que a escritora era um ponto de referência crucial na troca de correspondência, fazendo por exemplo de mediadora na troca de cartas entre Noémia de Sousa e Viriato da Cruz, recebendo convites literários para participação em antologias de Lília da Fonseca e trocando regularmente correspondência com Amílcar Cabral e Alfredo Margarido e difundindo, igualmente, cópias de *Faúlha – Órgão da revolução africana*⁵⁶⁷. O jornal, de frequência irregular, começou a ser editado pelo MPLA no exílio, em Julho de 1965, a partir de Acra. Organizado inicialmente por Hugo de Menezes, estava ligado ao Centro de Estudos Angolanos, sendo neles publicados poemas de Agostinho Neto e António Jacinto, para além de poemas anónimos relativos à opressão colonial.

O papel da escritora na circulação de publicações no espaço colonial, no estrangeiro e no exílio, levou à sua prisão pela PIDE em 7 de Janeiro de 1966. No dia seguinte, o *Jornal do Fundão*, cujos recortes constam de um dos processos a cargo da autora, a individuava

⁵⁶⁷ O número 3, de Dezembro de 1965, relata a segunda Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), que aconteceu em Dar el Salaam, de 3 a 8 de Outubro do mesmo ano, contando também com a participação da UDEMU (União Democrática das mulheres da Guiné e Cabo Verde). Maria Amália Lopes Fonseca foi a única mulher a aparecer na foto oficial, ao lado de muitos homens que tiveram um papel fundamental na libertação dos seus países, como consta do espólio de Amílcar Cabral no Arquivo da Fundação Mário Soares, ao link <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05223.000.013&fbclid=IwAR1ArsF0fzsXP48weaySvFILI-f3hMPMhsNF-Ip2PR6nZQ3aZDzDvT7jJho>

como sendo a representante do MPLA em Lisboa. O artigo com o título «Presos em Lisboa um agente do MPLA e os seus cúmplices que preparavam um movimento terroristas visando as ilhas de São Tomé e Príncipe» manifestava, claramente, as preocupações da polícia para com a consolidação das redes:

“Os mesmos círculos autorizados onde a ANI colheu estas informações – que não vieram ainda a público na Imprensa de Lisboa – afirmaram que o movimento que a jovem Alda Espírito Santo queria organizar carecia por completo de quaisquer ligações nas ilhas de São Tomé e Príncipe, pelo que nenhuma prisão foram efetuadas naquelas duas ilhas, onde nada de anormal se registou. O que se tentava era uma vez mais organizar de fora para dentro uma agitação e distrair as intenções internacionais da crescente ineficácia demonstrada pelo MPLA e pelos outros movimentos revolucionários e terroristas de Angola na sua luta contra os portugueses.⁵⁶⁸”

O comunicado do Comité pela Libertação de São Tomé e Príncipe, difundido através da *Faúlha* de Janeiro de 1966, denunciava a repressão da PIDE e as torturas às quais os presos estavam a ser sujeitos, vendo neste “acto monstruoso do governo colonial fascista de Salazar”, nas violências arbitrárias e na recusa das “revindicações de progresso e de paz numa independência real” mais uma causa da luta armada como “única alternativa possível”. Pouco de um mês depois das prisões, a *Révolution Africaine*, referia ainda da prisão da escritora:

“Le gouvernement de Salazar a fait arrêter à Lisbonne Mme Alda Espírito Santo, um des plus grands écrivains africains d’ expression portugaise. Alda Espírito Santo était institutrice à São Tomé, une des petites îles des cotés atlantiques encore soumises à une forme de colonisation médiévale portugaise. Mme Espírito Santo est accusée d’activités subversives menaçant la sécurité du pays. L’ on sait ce que cela veut dire.⁵⁶⁹”

Para além da magnitude da repercussão da prisão da autora no ambiente anticolonialista internacional, o que os arquivos nos revelam quanto à produção intelectual de Espírito Santo é que, para além do facto que a poesia e militância política não foram as suas únicas ocupações, as reflexões por ela levadas a cabo eram de vanguarda para a época e,

⁵⁶⁸ ANTT/PT/PIDE-DGS/CI (2), Reg 4293, folhas 37 e 38.

⁵⁶⁹ *Révolution Africaine*, n° 159, semaine du 11 au 19 Février 1966, pág. 24 in ANTT/PT/PIDE-DGS/CI (2), Reg 4293, folha 40.

sobretudo no caso da emancipação do povo negro e da sua representação em Portugal, ainda atuais.

No ensaio “O que urge considerar”, Espírito Santo, recorrendo ao sociólogo americano Arnold Marshall Rose, esclarece como a raça seja uma construção ideológico-social de que o imperialismo se serve ao fim de perpetuar a sua dominação, sendo os conceitos de divisões e inferioridade raciais interiorizados pelos próprios negros os quais, por reflexo da opressão e na opinião da autora, acabam por efetuar discriminações entre eles próprios na base da maior ou menor concentração de pigmentação na sua pele. Afirma a escritora:

“É necessário que todas as moças negras se consciencializem e informem umas às outras que não há raças superiores. Urge que conheçam as causas e origem do preconceito racial e se afirmem como negras. Esta é a principal campanha a exercer entre as moças negras. É uma responsabilidade a formação das mentalidades deformadas das crianças pois essas mães, mal informados vão fomentar nos filhos esses princípios de que vivem imbuídas. Eu sou de opinião que as mãos negras devidamente informadas devam organizar uma campanha contra o preconceito racial esclarecendo as massas negras para assim trabalharem pela sua própria elevação. Este pequeno estudo empreendido, tem apenas a pretensão de chamar a atenção das raparigas negras para esse problema vital. Urge que nos unamos e nos esclareçamos vencendo as barreiras do preconceito.”⁵⁷⁰

O facto de que a pigmentação e o branqueamento da pele, com as consequências éticas e raciais que isto implica, ainda estejam no centro do debate público está amplamente demonstrado pelos títulos que têm povoado a imprensa nacional e internacional nos últimos anos⁵⁷¹. O que nos interessa aqui realçar é que, para além das questões ligadas

⁵⁷⁰ ANTT/PT/PIDE-DGS/CI (2), Reg 4293, folha 173-1.

⁵⁷¹ Não pretendendo a lista ser exaustiva citamos, a título de exemplo, alguns dos artigos recentemente publicados em cotidianos ou emissoras:

Coco Kahn, «Skin-lightening creams are dangerous – yet business is booming. Can the trade be stopped?» in *The Guardian*, 23 de Abril de 2018, disponível <https://www.theguardian.com/world/2018/apr/23/skin-lightening-creams-are-dangerous-yet-business-is-booming-can-the-trade-be-stopped> ;

Rose-Marie Bouboutou, «On devrait être fiers de notre peau noire», in *BBC Afrique*, 21 de Fevereiro de 2019, disponível <https://www.bbc.com/afrique/region-47280343>;

com a criação de necessidade nos clientes próprias das lógicas de mercado, a prática de branqueamento da pele (com as repercussões que isto tem a nível de saúde e bem-estar feminino) não é mais do que uma herança colonial. Mesmo querendo abstrair da questão de género o facto de que, na época colonial, os chamados mestiços tivessem mais possibilidade de ascensão social se comparados com os negros fez com que a cor da sua pele acabasse por se tornar, como justamente afirma Alda Espírito Santo, em sinónimo implícito de superioridade⁵⁷². A questão da pigmentação da pele e da interiorização do racismo como legado do colonialismo é, de resto, ainda presente não só na Europa ou na América, mas também em vários países africanos: recentemente, o jornalista e investigador angolano Domingos da Cruz tem, por exemplo, evidenciado como a questão ainda é patente, e na sua opinião, forma de discriminação ativa, na sociedade angolana⁵⁷³.

Pelo que respeita às construções sociais de género, a escritora refere também, nestes esboços manuscritos, problemas ligados com a recusa das pulsões “fisiológicas” femininas (refere-se claramente à atividade sexual) e identifica, ainda, num ensaio de várias páginas, o divórcio como um direito humano fundamental, como a natural e lógica possibilidade de quebrar um contrato celebrado entre dois indivíduos. Pelo que respeita à questão mais propriamente colonial, é no esboço da Carta à juventude, com data de Março de 1947, que a autora aborda não só o racismo e o trabalho escravo, mas também a falácia

Maija Kappler, «Unilever Calls Out Racism, But Still Sells Skin-Lightening 'Fair & Lovely' Products» in *The Huffington Post*, 18 de Junho de 2020, disponível https://www.huffingtonpost.ca/entry/unilever-skin-lightening-racism_ca_5ee79715c5b6cf93d4c85a22;

Maria Cramer, «Johnson & Johnson Will Stop Selling Skin-Whitening Lotions», in *The New York Times*, 19 de Junho de 2020, disponível <https://www.nytimes.com/2020/06/19/business/johnson-and-johnson-skin-whitening-cream.html>;

Chiara Pussetti e Isabel Pires, «“Into the White”: o mercado do branqueamento da pele em Lisboa», in *Público*, 21 de Junho de 2020, Disponível <https://www.publico.pt/2020/06/21/impar/noticia/into-the-white-mercado-branqueamento-pele-lisboa-1920737>

⁵⁷² Realçamos como, de forma geral, a posição social do mestiço muito tinha a ver com o seu grau de “assimilação” e o seu nível de adesão aos costumes dos portugueses.

⁵⁷³ Domingos da Cruz, *Racismo: o machado afiado em Angola*, Rui Costa Pinto Edições, Cascais, 2019. O assunto tinha sido abordado, em Portugal, na reportagem do *Público* por ocasião dos quarenta anos da Independência de Angola, por Joana Gorjão Henriques, em 2015.

do Ato Colonial e as injustiças às quais eram sujeitos tanto os negros que trabalhavam nas roças como os negros que viviam na Metrópole, aos quais se negava a ascensão social de forma “sempre insidiosamente encapotada”:

“Hoje, mais do que nunca se fala na igualdade entre os homens.

Hoje, mais do que nunca se fala na capacidade dos povos de cor.

Hoje, mais do que nunca entre as nações colonizadoras latinas se arenga a unidade da metrópole e as colónias.

Hoje mais do que nunca - e isto é verdade incontroversa - a juventude reivindica o seu lugar de destaque no porvir dos povos.

[...]

O certo é que o povo negro na África luta como se estivesse não em terra estranha, mas em terra adversa. A colonização baseada na exploração ignóbil do negro braçal pela minoria dos roceiros e na exploração do negro assimilado pelo servil dum ministro que tem em mira enriquecer, não pode de modo nenhum entusiasmar os povos de cor.

A juventude negra lusiada, ingenuamente ciente - como os seus camaradas metropolitanos das igualdades outorgadas pelas legislações repara enfim, não chega à idade madura que lhes está interdito o ingresso na escola Militar, na Escola Naval, etc; que não lhe facilitam a ascensão nos quadros administrativos, que em suma negam-lhe constantemente as oportunidades de se revelarem úteis. E desta maneira sempre insidiosamente encapotada...”⁵⁷⁴

Já em finais dos anos '40 do século passado, em suma, as elites intelectuais negras (com as mulheres na sua vanguarda) chamavam a atenção para os mecanismos insidiosos do luso-tropicalismo, particularmente manifestos na Metrópole e cujas consequências atuais são refletidas no racismo institucional que ainda existe, apesar de tentativas de erradicação e do trabalho que neste sentido tem sido levado a cabo por académicos, intelectuais e ativistas, na sociedade portuguesa.

⁵⁷⁴ Alda Espírito Santo, *Carta à Juventude*, folhas manuscritas in ANTT/PT/PIDE-DGS/CI (2), Reg 4293, folhas 158-1 a 158-5. O texto é igualmente incluído em Alda Espírito Santo, *Escritos*. Lisboa: Colibri, 2012 (organização de Carlos Espírito Santo).

6.4 - Noémia de Sousa, ou ser “África da cabeça aos pés” em tempos de colonização.

Noémia Carolina Abranches de Sousa Soares, conhecida por Noémia de Sousa, nasceu no Katembe, Moçambique, em 20 de Setembro de 1926.

António Paulo Abranches de Gama e Sousa, seu pai, tinha ascendência goesa, portuguesa e africana, enquanto a sua mãe, Clara Brühheim Abranches de Sousa (descrita pela própria Noémia como a “perfeita mestiça”), era filha de uma mulher da África do Sul e de um alemão. As origens do casal, assim como a profissão de António, fizeram com que os seus filhos tivessem, desde muito cedo, contacto com as mais diversas personalidades que animavam aquele Moçambique ainda colonial. Tanto a profissão do pai, alto funcionário do Governo colonial, empregado no Banco Ultramarino, como as tradições da família da mãe tornaram a casa de estacas dos Sousa num lugar de encontro em que funcionários públicos, chefes tradicionais, pescadores goeses, intelectuais e comerciantes se encontravam e conviviam informalmente. Quando Noémia tinha seis anos de idade, a família mudou-se para Lourenço-Marques.

A morte do pai, em 1932, implicou uma repentina mudança na vida da família. A mãe, que deixou de vestir as suas capulanas para evitar discriminações, não conseguindo fazer frente a todas as despesas que a educação dos filhos implicava, também não pôde mandar os filhos mais novo para Portugal. Foi assim que aos 16 anos, enquanto trabalhava, Noémia começou a estudar no curso pós-laboral de Comércio na Escola Técnica da então Lourenço Marques⁵⁷⁵, onde pela primeira vez a jovem moçambicana tomou consciência das crescentes discriminações raciais a que os negros e mestiços eram sujeitos. Em colaboração com o irmão Nuno e com outros jovens estudantes, publicou os seus primeiros poemas no jornal da escola, assinando simplesmente N.S., as duas letras correspondendo aos nomes dela que menos eram conhecidos. «Poema ao meu irmão negro» originou assim certa confusão entre os futuros poetas Rui Guerra, Rui Knopfli e

⁵⁷⁵ Ver a este propósito Nelson Saúte, «A mãe dos poetas moçambicanos», in Noémia de Sousa, *Sangue Negro*, São Paulo, 2016. O texto de Saúte constituiu o prefácio da edição de *Sangue Negro* da AEMO, sendo posteriormente revista e actualizada para a edição brasileira.

Virgílio de Lemos, que queriam saber de quem provinham aquelas palavras contundentes de denúncia, convencidos, obviamente, de que se tratasse da caneta de um indivíduo de sexo masculino⁵⁷⁶.

Toda a sua poesia ficou dispersa em revistas moçambicanas e portuguesas como o *Brado Africano*, *Itinerário*, *Notícias do Bloqueio*, *Mensagem* (CEI) e *Mshao* até 2001, data em que a AEMO (Associação de Escritores Moçambicanos) a reuniu no livro *Sangue Negro*, reeditado em 2016 pela Kapulana, no Brasil. A autora sempre se demonstrou reticente em aceitar as etiquetas de poetisa, escritora e intelectual, para além de insistir na ideia de que a sua poesia se dirigia ao povo moçambicano, razão pela qual o formato do livro não se justificava. Antes de 2001, recusou os convites à edição de Manuel Ferreira e Michel Laban, para depois ceder à insistência do amigo Nelson Saúte.

O desejo de anonimato, assim como a vocação a uma poesia universal e humanista, levou Noémia a publicar mais vezes sob pseudónimo: Vera Micaia começou a assinar poemas na «Página da Mulher» do *Brado Africano*, jornal com o qual a autora colaborou com alguma intermitência entre finais de 1949 e o início de 1951. Estácio Dias e os irmãos Albasini (fundadores do bem conhecido jornal edito em Lourenço Marques) eram, de resto, amigos de longa data do seu já falecido pai, e não era com raridade que frequentavam a sua casa. A colaboração foi interrompida pouco antes da partida de Noémia de Sousa para a Metrópole a bordo do paquete *Angola*, em Outubro de 1951. Devido a sua obra poética e à sua militância no MUD Juvenil de Moçambique, mas também por causa de um artigo que a autora tentou publicar no *Brado* sobre Eduardo Mondlane⁵⁷⁷, a poetisa já se encontrava sob a vigilância apertada da P.I.D.E, como

⁵⁷⁶ As informações aqui reportadas foram retiradas da entrevista de Laban à autora, publicada in Michel Laban, *Moçambique, encontro com escritores*, vol. I, Fundação Engenheiro António de Almeida, Porto, 1998, págs. 237-346.

⁵⁷⁷ A escritora declarou a Michel Laban que quis relatar o protesto que houve na Universidade de Witwatersrand, em que Mondlane estudava. A tentativa de branqueamento da faculdade originou várias manifestações e protestos, uma destas para que o então jovem estudante moçambicano, a quem tinha sido negada a renovação do visto, pudesse continuar os seus estudos. Noémia conta que resolveu tentar escrever um artigo, apesar de saber que a censura não o iria deixar passar. Foi interrogada pela PIDE a seguir e descobriu, anos depois, que no mês em que Mondlane esteve preso pela PIDE em Moçambique, mesmo ele não sabendo nada do suposto artigo, foram-lhe feitas muitas perguntas sobre os seus contactos com a jovem poetisa. Ver obra citada, páginas 322-24.

testemunha o processo em seu nome, número 2756 CI (2)⁵⁷⁸. João Mendes, o amigo com quem Noémia distribuía panfletos do MUD à noite, tinha sido preso, inspirando o «Poema de João». João, assim,

“sofria com a passividade das mamas do mudende,
gemia com os negros amarrados ao cais,
sentia o sol picando como piteiras aos meios-dias dos pachiças,
arengava com os chinês nas bancas do bazar.
vendia com os monjês o verde desbotado das hortaliças,
chorava com Marian Anderson spirituals vindos de Harlém⁵⁷⁹”,

invocando uma comunhão entre os povos e lutando contra as injustiças e as formas de opressão, a figura do amigo acabava por confundir-se com a própria ideia de Moçambique:

“João e Moçambique confundiam-se
e João era jovem como nós.
João queria viver, queria conquistar a vida,
E por isso odiava as jaulas, as gaiolas, as grades,
E odiava os homens que as fizeram.
Porque João era livre,
João era uma águia e nascera para voar.⁵⁸⁰”

Após a prisão do companheiro, não ficava outra opção senão o exílio em Lisboa, que durou até 1964, proporcionando à autora contactos com a CEI, com o Centro de Estudos Africanos e a conhecida Casa da Tia Andreza (tia de Alda Espírito Santo), onde fervilham os ideais independentistas e pan-africanistas. Uma vez chegada a Portugal, a poetisa moçambicana declarou ter descoberto com muita surpresa que aí as pessoas também

⁵⁷⁸ ANTT/ PT/ /PIDE/ PROC 2756 CI (2) NT 7229, Carolina Noémia Abranches de Sousa, 76 folhas.

⁵⁷⁹ Noémia de Sousa, «Poema de João», in *Sangue Negro*, Kapulana, São Paulo, 2016, p. 106.

⁵⁸⁰ Noémia de Sousa, *Ivi*.

sofriam, viviam a pobreza, conheciam a opressão: nunca antes quisera acreditar no que o amigo Rui Guerra lhe dizia.

A criatividade poética de Noémia, porém, parecia ter ficado adormecida, uma vez que a escritora se encontrava longe da terra natal: o período de maior produção e publicação da sua obra circunscreve-se ao período entre 1949 e 1951. Já em Portugal, Noémia tornava-se num exemplo a seguir, uma referência poética e cultural incontornável: a “mãe dos poetas moçambicanos”, como bem a definiu Zeca Afonso nas celebrações do 25 de Abril.

Surge natural, chegados a este ponto, uma pergunta: o que é que fez desta jovem que provinha do outro lado da Baía da cidade que hoje se chama Maputo uma personalidade que gozava de tanta visibilidade e respeito? Para além de ter sido uma das primeiras mulheres que, se bem que ainda influenciadas pelo contexto colonial, a este se opuseram de forma clara, através da denúncia das suas injustiças e da discriminação racial, Noémia foi antes de mais uma mulher cujo olhar se fixava na vida cotidiana dos habitantes dos subúrbios, na maioria africanos. Ao ler e descrever as paisagens moçambicanas, os cacimbos, a passagem rápida dos trabalhadores, das prostitutas, das pessoas comuns pelas ruas das cidades, a poetisa esforçou-se por pôr em palavras o que o continente africano representava para ela, invocando uma irmandade entre os povos que muito devia ao imaginário feminino e a uma renovada forma de conceber a mulher e a sua ligação ao mundo.

Não nos podemos esquecer, contudo, que a obra de Noémia e a sua receção não foram isentas nem da - necessária - ideologização dos textos literários que caracterizou a sua época e as décadas seguintes, nomeadamente a de '60, nem da tentativa de fixar um possível cânone literário futuro, num contexto de descolonização e em vista da independência de Moçambique. Não queremos, com esta consideração, retirar valor à preciosa obra da autora, nem ao seu papel fundamental na consciencialização das suas gerações próximas, mas sim contextualizá-la, fazer uma delimitação ideológica e temporal do seu campo de ação. Entre o *Acto Colonial* estabelecido pelo Decreto n.º 18 570 de 8 de Julho de 1930, em que se definiam os territórios do Império Colonial Português e a revisão constitucional de 1951, em que as colónias africanas, juntamente com os outros territórios então sob soberania portuguesa sujeitos ao regime ditatorial do Estado Novo, passam a ser chamados de “Territórios Ultramarinos”, Moçambique viu a sua vida económica, social e cultural profundamente alterada. Nesta fase, os periódicos

moçambicanos começaram a ser expressão não só de, como afirmado por Fátima Mendonça relativamente ao *Brado Africano*, “veículo de contradiscurso retórico como resposta a esse parêntese jurídico⁵⁸¹”, mas também de catalisadores de um verdadeiro movimento político-cultural que visava desenvolver o sentido crítico, divulgar o conhecimento, promover, em suma, uma renovação cultural do panorama moçambicano.

Em 1948 constitui-se um novo espaço de abertura antecedente à candidatura do general Norton de Matos pela oposição. Nesta altura, Noémia começa a colaborar com o *Brado Africano*, onde acabará por publicar a maioria dos seus poemas e

“conhece Eduardo Mondlane que regressara da Universidade de Witwatersrand por não lhe ter sido renovado o visto de residência, situação que lhe motivara um artigo, que não chegou a ser publicado, por ter sido cortado pela censura. É por esta altura que surge a tentativa em que se envolve igualmente Noémia de Sousa com Dolores Lopez, de reagrupar jovens da Associação Africana e do Centro Associativo dos Negros de Moçambique como forma de recuperar os mecanismos identitários formulados anteriormente e que, com as ressonâncias das explosões nacionalistas na Ásia e em África, alargava o sentimento de resistência ao colonialismo⁵⁸²”.

Tal como o *Brado*, a revista *Msafo*, em que Noémia de Sousa colaborou com a publicação do «Poema da infância distante» e cujo único número saiu em 1952, propunha uma renovação cultural, profundamente radicada, neste caso, nas tradições moçambicanas e na referência metafórica aos costumes do povo Chope como alegoria de todo o povo moçambicano⁵⁸³. A investigadora Maria de Santa-Cruz salientou, a este propósito, que “embora a polícia política ainda não se tivesse instalado em Moçambique, bastaria o título

⁵⁸¹ Fátima Mendonça, «Dos confrontos ideológico na Imprensa em Moçambique», in *Os Outros da Colonização*, Castelo, Ribeiro Thomaz, Nascimento, Cruz e Siva (org.), ICS, Lisboa, 2012, p. 199.

⁵⁸² Fátima Mendonça, *Ivi*, p. 207.

⁵⁸³ Conforme indicado em Manuel Ferreira, *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa II*, Bertrand, Amadora, 1997, p. 74, “Nesse primeiro número (e afinal o único) há o registo de oito poetas: Alberto Lacerda, Domingos de Azevedo, Duarte Galvão, Noémia de Sousa, Ruy Guerra, Augusto dos Santos Abranches, Cordeiro de Brito, Reinaldo Ferreira. Todos eles, ou pelo menos alguns deles poetas de nível estético indiscutível. Simplesmente acontece que, por exemplo, os três últimos eram portugueses radicados e, com exceção de A. dos Santos Abranches, não estavam empenhados na construção de uma poesia de características específicas.”

para alertar as censuras *administrativas*, que então se licenciavam em Lisboa com programas de psicologia, línguas bantas e alguma informação sobre as tradições populares de menor secretismo⁵⁸⁴.

Como observou Cremildo Baulhe, é preciso realçar

“Um detalhe: Msaho, é uma festa do povo Chope, que é feita para recriar o surgimento da etnia, para comemorar a sua vitalidade e fazer acções de graças aos seus deuses pelos bons acontecimentos que aconchegaram a comunidade (e.g.: chuvas, fartura na colheita e uma vigorosa natalidade). Os Chopes (habitantes do sudoeste de Moçambique) durante a festa do Msaho, tocam (kuveta, em Xitxopi) a Timbila (plural da m'bila, nome que essa etnia dá ao Xilofone) e dançam (Kussinha, dançar em Xitxopi) para exteriorizar a sua alegria. Mas, também o Msaho é feito em momentos de crise, de pranto, de fome, de choros e dúvidas existenciais que atrapalham qualquer sociedade. Me aproximando a Toro (2002, p. 33) diria que o Msaho «é um sistema de integração humana, de renovação orgânica, de reeducação afectiva e de reaprendizagem das funções originais da vida». É nesta plataforma de oscilação – de partes boas e más – que se assenta o Msaho.”⁵⁸⁵

O «Poema da infância distante», escrito em 29 de Outubro de 1950, inseria-se assim na lógica da reapropriação das raízes e, ao mesmo tempo, da denúncia poética das iniquidades e injustiças face às quais o povo se encontrava, mais uma vez, sujeito. Misturam-se as lembranças dos “companheiros acocorados na roda maravilhada/ e boquiaberta do Karingana wa Karingana/ das histórias da cocuana⁵⁸⁶ do Maputo” com a visão do “vento uivando no telhado de zinco,/ e casuarinas⁵⁸⁷ gemendo, gemendo,/ oh inconsolavelmente gemendo,/ acordando medos estranhos, inexplicáveis/ nas nossas

⁵⁸⁴ Maria de Santa-Cruz, *Timbila de ossos e sonho: Msaho e outros cantares: a guerrilheira poesia e a chamada "poesia de combate"*, Lisboa, Apenas Livros, 2009.

⁵⁸⁵ Cremildo Bahule, «Literatura moçambicana: um mshao em sedimentação», in *Jornal Notícias*, 5 de Novembro de 2013. Disponível <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/caderno-cultural/5870-literatura-mocambicana-um-msaho-em-sedimentacao.html>

⁵⁸⁶ A *cocuana* é a avó, enquanto o *Karingana wa Karingana* o equivalente do “Era uma vez”... Há, portanto, uma explícita e voluntária referência à tradição oral moçambicana.

⁵⁸⁷ Árvore da família das *Casuarinaceae*, com aspecto parecido ao de um pinheiro, muito presente na zona costeira da Baía de Maputo.

almas cheias de xitucumulucumbas⁵⁸⁸ desdentadas/ e reis Massingas virados gibóias⁵⁸⁹...”.

A memória da comunhão é a prova de que “fraternidade não é uma mera palavra bonita escrita a negro no dicionário da estante”, pois apesar do sofrimento do povo moçambicano, da ligação íntima da poetisa com “os gritos dos negros dos botes/ chamando as mamas amolecidas de calor,/ de trouxa à cabeça e garotos ranhosos às costas/ - soavam com um ar longínquo,/ longínquo e suspenso na neblina do silêncio./ E nos degraus escaldantes,/ mendigo Mufasini dormitava, rodeado de moscas.”, a camaradagem afasta a escuridão.

Tendo sido frequentemente associada com o movimento da Negritude inaugurado por Aimé Césaire e Léopold Senghor, Noémia, apesar de falar correntemente, para além do ronga e do português, também o francês e o inglês, parece nunca ter tido acesso direto às obras do antilhano e do senegalês. As suas referências literárias e culturais teriam sido, para além da tradição oral moçambicana, Jorge Amado (incontornável para os jovens da sua geração), Nicolás Guillén e, como é evidente no «Poema a João» e em «Deixa passar o meu povo», que remonta diretamente ao “Let my people go”, os *spirituals* negros de Harlem, assim como a obra de Billie Holiday que, em 1939, com *Strange Fruit*, já tinha chamado a atenção para a condição dos afro-americanos. Explica-se, assim, a vocação universalizante da obra da escritora moçambicana, que estava certamente radicada no seu tempo e na situação sociopolítica de Moçambique, mas que não se limitava só e exclusivamente ao âmbito da respetiva libertação política. Noémia de Sousa estava animada por uma perspetiva Pan-Africanista.

Umas das características que foi apontada à produção poética de Noémia foi que, como aconteceu com muitas mulheres da sua geração e das seguintes, a representação da condição feminina e o esforço na afirmação da identidade das mulheres suas

⁵⁸⁸ De acordo com o Glossário das Literaturas Africanas em Língua Portuguesa, “ser espiritual com poderes sobrenaturais”. Disponível in http://lusofonia.x10.mx/glossario_africano.htm

⁵⁸⁹ Afirma a este propósito Eduardo Miranda, no ensaio «Do direito consuetudinário à propriedade privada - O caso da comunidade rural Matsolo - Aldeia de Djuba, distrito de Marola, Província de Maputo, Moçambique»: “Em tempos muito recuados, os portugueses que demandavam estas paragens, reino inicialmente chamado Massinga, ajudam um irmão do rei a usurpar-lhe o poder. Passa então a designar-se <Matolo> ou <Matsolo>. Este termo significa no dialecto local “indivíduo que provoca milando/timaka, levando e trazendo de joelhos, intriguista”. Por simplificação de linguagem passou a ser Matola.” Podia ser interpretada neste sentido a comparação que Noémia de Sousa estabelece entre os reis Massingas e as gibóias (serpentes).

contemporâneas dificilmente podem ser abstraídos do contexto da luta anticolonial. Neste contexto de subalternidade dentro da subalternidade, a poesia de Sousa contrasta o estereótipo pelo qual, como afirma Hilary Owen, “Women, it would seem, must be *either* feminist *or* anticolonial⁵⁹⁰.”

A relutância em propor uma representação da imagem feminina completamente aderente ao estereótipo anticolonial, tal como acabará por ser elaborado pela FRELIMO, torna o caso da nossa poetisa numa oportunidade de reflexão particularmente interessante. Várias são as ligações que podem ser tidas em consideração a este propósito: a receção do imaginário luso-tropicalista na época, o papel da mulher na construção nacional na ótica da FRELIMO e no discurso de Samora Machel e, última mas nem por isso menos relevante, a tensão entre uma imagem da mulher africana quase pré-idílica, mitologizada, e ao mesmo tempo a prepotente presença do concreto, do corpóreo. Tal como nos será possível comprovar, e como bem esclarecido por Owen, a obra da poetisa poder-se-ia enquadrar num contexto de hibridez, sendo a mestiçagem e as ameaças da assimilação cultural duas grandes preocupações que animam esta produção poética.

O ideário lusotropical, como antes referimos, na aceção da adaptação que o Estado Novo fez da obra de Gilberto Freyre visava contrastar e reduzir, pelo menos a nível de convivência cultural, os contrastes raciais - que geravam muita preocupação nas colónias portuguesas em África e que ameaçavam, sobretudo, comprometer a continuidade política económica do império.

O contexto moçambicano, naturalmente distinto do dos restantes territórios sob controle português (por estar voltado para o Índico, pela sua proximidade com a África do Sul e pela mobilidade de pessoas e pela coexistência de inúmeras culturas), deixou-se ainda assim fascinar por uma ideologia que assentava na convivência de várias culturas, apesar de esta convivência acarretar uma implícita, mas marcada, superioridade dos portugueses. A difusa mestiçagem e o desejo de mudança, mas ao mesmo tempo de manutenção de privilégios adquiridos, assim como o comprometimento de algumas franjas da população para uma progressiva inclusão dos assimilados nas elites locais favoreceu uma certa popularidade de alguns conceitos que assentavam no luso-tropicalismo.

⁵⁹⁰ Hilary Howen, *Mother Africa, Father Marx, Women's writing of Mozambique*, Bucknell University Press, Lewisburg, 2007, p. 49.

Nos anos '50, de facto, este imaginário gozava de alguma popularidade em Portugal, mesmo entre os ambientes de esquerda moderada, e acabou por ter certo papel no desenvolvimento dos ideais anticoloniais. Isto deveu-se provavelmente ao facto de que essa teoria propunha uma visão que já em si supunha uma metamorfose da prática colonial, se bem que não implicando igualdade. Naquela altura, pouco depois do fim da Segunda Guerra Mundial, a iminência da mudança era bem clara ao regime e à oposição, aos funcionários do governo e à classe média urbana (ainda mais no caso das colónias). O governo preocupava-se em travá-la, Salazar em adaptar-se à nova configuração do Mundo sem que Portugal perdesse a sua área de influência, as novas classes e grupos sociais surgidos nas colónias em reconfigurar o seu lugar na sociedade, e sem que ninguém destes intervenientes tivesse realmente claro como o fazer, num cenário caracterizado por muitas incógnitas.

Se analisada neste contexto, a poesia de Noémia é, se comparada com a mentalidade da época, inovadora. Inovadora não só por ser escrita por uma mulher, mas também porque é a mulher - especificamente a mulher negra com um forte vínculo à tradição popular e oral moçambicana, à terra e às paisagens de Moçambique - que se torna, na maioria dos poemas, protagonista.

A autora tenta não só dar espaço e visibilidade a uma parte da sua ancestralidade e da sua história familiar que ameaçava desaparecer por força da assimilação e da conjuntura histórica em que vivia⁵⁹¹, mas também reiterar a invocação à fraternidade e ao sentido de unidade do seu povo. O recurso frequente à imagem da Mãe Negra ou da Mãe-África acaba, assim, por ser tanto uma reivindicação identitária como, mais uma vez, uma forma de luta contra os paradigmas da sociedade do seu tempo.

Afirmou a autora:

“Mesmo na igreja o negro tinha que ficar lá para trás, nos bancos de trás; nos autocarros, aquele banco corrido, assim de trás, era para eles, não podiam vir à frente. Nós éramos descendentes de colonos, nós mestiços tínhamos direito a ficar em qualquer lugar, mas eu via os outros lá atrás. Eu via a mulher grávida negra que ficava de pé e se não fosse um dos negros a dar-lhe o lugar ninguém lhe dava; mas a senhora branca que entrava, tinha

⁵⁹¹ Em entrevista a Michel Laban, a poetisa afirmou, por exemplo, que pouco antes da morte do seu pai a mãe foi obrigada a abandonar as capulanas, para evitar a discriminação racial. Lembra, também, o esforço da sua mãe e das suas tias (que sempre andaram de capulana e lenço) em manter vivas as tradições africanas (pp.252 – 253)

logo, fosse quem fosse, alguém que se levantasse para lhe dar o lugar, grávida ou não grávida... E nos cinemas era tudo dividido também. Mais tarde, quando começam a aparecer os assimilados, começam a poder ir ao cinema, mas ficavam no que chamavam lá a galeria, o galinheiro, lá em cima, sem mistura com os outros; não, não podiam entrar pela mesma porta, entravam pela porta que dava para ali, não se podia misturar com os outros.⁵⁹²”

A própria vivência na cidade acabava, de facto, por ser mais uma das razões na origem do sofrimento de mulheres cujas condições de vida já eram precárias, e que pela cidade e pelo significado simbólico que ela tinha, o de lugar dinâmico e frenético, se sentiam irremediavelmente atraídas. Através da utilização do nós poético, afirma Noémia de Sousa em «Moças das docas»:

“Somos fugitivas de todos os bairros de zinco e caniço.
Fugitivas das Munhuanas e dos Xipamanines⁵⁹³,
viemos do outro lado da cidade
com nossos olhos espantados,
nossas almas trançadas,
nossos corpos submissos e escancarados.
De mãos ávidas e vazias,
de ancas bamboleantes lâmpadas vermelhas se acendendo,
de corações amarrados de repulsa,
descemos atraídas pelas luzes da cidade,
acenando convites aliciantes
como sinais luminosos na noite.

Vemos ...
Fugitivas dos telhados de zinco pingando cacimba,
do sem sabor do caril de amendoim quotidiano,
do doer espáduas todo o dia vergadas
sobre sedas que outras exibirão,
dos vestidos desbotados de chita,

⁵⁹² Noémia de Sousa in Michel Laban, *Ivi*, pp.268-69).

⁵⁹³ Bairros dos subúrbios de Maputo.

da certeza terrível do dia de amanhã
retrato fiel do que passou,
sem uma pincelada verde forte
falando de esperança.⁵⁹⁴”

O insistir da autora na condição de subalternidade das raparigas que retrata, assim como a tentativa de universalização das suas penas cotidianas não implica, porém, que as preocupações em torno do género e da condição feminina fossem necessariamente subordinadas às questões sociais e à luta contra a injustiça. A escrita de Noémia é uma escrita marcadamente feminina não pelo que denuncia, mas pela solução que oferece: o feminino – irrevogavelmente associado a África e à imagem de Mãe África é fonte de coesão (como acontece com as *cocuanas* do «Poema da infância distante»), de força e esperança, apesar de esta última acabar por ser, muitas vezes, desiludida:

“Sob o chicote da esperança,
Nossos corpos capulanas quentes
Embrulharam com carinho marítimos nómadas de outros portos,
Saciaram generosamente fomes e sedes violentas...
Nossos corpos pão e água para toda a gente.⁵⁹⁵”

Entram em jogo, neste trecho, não só uma clara alusão à colonização e à atitude das mulheres perante os homens europeus, mas também uma importante “corporeidade” e, sobretudo, uma invocação ao instinto de proteção, quase materno, que muito condiciona a condição feminina. Inspirado no poema homónimo escrito por Duarte Galvão, heterónimo de Virgílio de Lemos, o poema de Noémia é uma reação contra a representação que o poeta fez da prostituição: “uma coisa horrorosa”, afirmou a moçambicana a Laban, “ele fez daquilo uma coisa muito bonita. O Virgílio de Lemos era, naquela época, um menino muito diáfano, muito católico, muito cumpridor de tudo. E

⁵⁹⁴ Noémia de Sousa, «Moças das docas», in *Sangue Negro*, Kapulana, São Paulo, 2016, págs. 79-80.

⁵⁹⁵ Noémia de Sousa, *Idem*.

depois teve uma viragem e então escrevia outras coisas.⁵⁹⁶” A conceção de mulher que a escritora representa só pode ser compreendida na sua inovação se considerarmos a época histórica em que se insere pois a mulher, apesar de ainda estar imersa nas funções sociais que lhe são tradicionalmente atribuídas, reivindica o direito a ter outros papéis, a decidir da sua vida por ela própria, como acontece em «Poema», inspirado num confronto que a amiga Irene teve com a sua mãe.

Dando voz à amiga da poeta, o poema insurge-se contra o papel atribuído a algumas jovens mulheres na sociedade colonial:

“Mãe:

por que foi que me encerraste na alvenaria
desse quarto fechado a todo o mundo,
por que me ergueste muros protectores?
e me separaste dos meus irmãos
e me ataste fitas azuis no cabelo?⁵⁹⁷”

A raiva e a tristeza da jovem, que viu passar à porta da sua casa um “estranho grupo de olhos visionários,/ sacudindo sacas esfarrapadas,/de pés gretados cobertos de lama dos caminhos/ e bocas rasgadas entoando canções”, anseia a liberdade e espírito de coesão que sempre lhe foram negados:

“Porquê, Mãe?

Porque me defendeste no egoísmo do teu amor
e me afastaste do perigo lá fora?
Oh, Mãe, porque me arrancaste à Vida?
O teu egoísmo transformou-me em cadáver
de laços no cabelo e vestidos de seda
e paredes de alvenaria servindo de jazigo...
E eu queria, oh queria ir, nua, no grupo estranho
que me passou à porta,

⁵⁹⁶ Noémia de Sousa em entrevista a Michel Laban, *obra citada*, p. 313.

⁵⁹⁷ Noémia de Sousa, «Poema», in *Sangue Negro*, Kapulana, São Paulo, 2016, pp. 54-55.

soltando ao luar canções salgadas de esperança
e cabeças se desgrenhando ao vento...⁵⁹⁸”

Dos quarenta e seis poemas que compõem a versão de *Sangue Negro* como publicada em 2016 pela Kapulana, só três estavam incluídos numa versão mimeografada que circulou em Lourenço Marques entre 1949 e os primeiros anos '50. Muitos deles eram, na altura, inéditos. A obra, que para a sua autora sempre foi considerada uma não-obra, um conjunto incompleto de poemas não concluídos e muitas vezes escritos “de um jeito”, ou por causa de uma das suas “fúrias”, sentidas reações a representações que não lhe pareciam fazer justiça ao seu povo, tem como um dos seus fios condutores o tema feminino e o contraste entre branco e preto. Em «Nossa irmã lua» a personificação feminina do astro é meiga, protege os homens (ou irmãos) “com a quentura terna e gostosa/ do seu carinho”, enfeitando-os e proporcionando o sono e o cante amoroso à lua. Isto não elimina, contudo, a amargura sentida pelo nós poético:

“Só não compreendemos
como é que, sendo tão branca a lua nossa irmã,
nos possa ser tão completamente cristã,
se nós somos tão negros, tão negros,
como a noite mais solitária e mais desoladamente escura...⁵⁹⁹”

É a própria lua que, em «Súplica», ilumina as “noites mulatas da selva moçambicana⁶⁰⁰”, resultando mais uma vez na semi-personificação da mulher na paisagem de Moçambique. Marcada pelas injustiças, a Mãe de «Deixa passar o meu povo» é “minha Mãe de mãos rudes e rosto cansado”, e acaba por ser tanto a mãe da poetisa, como a Mãe África ou, mais simplesmente, uma e todas as mães de Moçambique. É mais um exemplo de tentativa de universalização que é, ao longo de toda a obra, levada a cabo e que é explicitada no poema «Apelo» em mais uma chamada à perpetuação da vida no seio do continente:

⁵⁹⁸ Noémia de Sousa, *Idem*, p. 55.

⁵⁹⁹ Noémia de Sousa, «Nossa irmã a lua», in *Sangue Negro*, Kapulana, São Paulo, 2016, pp. 28-29.

⁶⁰⁰ Noémia de Sousa, «Súplica», in *Sangue Negro*, Kapulana, São Paulo, 2016, pp. 30-31.

“Ó África, minha mãe-terra, diz-me tu:
Que foi feito da minha irmã do mato,
que nunca mais desceu à cidade com os seus filhos eternos
(um nas costas, outro no ventre),
com seu eterno pregão de vendedora de carvão?
Ó África, minha terra-mãe,
ao menos tu não abandones minha irmã heroica,
perpetua-a no monumento glorioso dos teus braços!”⁶⁰¹

Não podendo abstrair-se da sua condição feminina, querendo invocar aquela esperança que a perpetuação da vida e a continuidade entre gerações podia representar pelo seu país, Noémia de Sousa, já em 1949 sonhava com a independência e gritava, num dos poemas que acabou por consagrá-la no mundo poético (“Se me quiseses conhecer”) “Torturada e magnífica. / altiva e mística. / África da cabeça aos pés/ - ah, essa sou eu!”.

A poetisa, cuja obra foi incluída em muitos manuais de formação de combatentes da FRELIMO, que em 1969 era trazida para o cânone literário pela revista *Mozambique Revolution*, órgão oficial da FRELIMO, não participou na festa com que sempre sonhou. A 25 de Junho de 1975, de facto, Noémia encontrava-se na sua casa em Cascais, assistindo ao discurso de Samora Machel por televisão em companhia de Eusébio, a *pantera negra* do Benfica, e de outros amigos.

Conforme o que ela declarou posteriormente, não tinha sido convidada para a festa: já desde a sua estadia em Paris, em Moçambique circulavam vozes que a faziam “podre de rica”, uma que já não queria saber de lutas e de África. Não a vendo na festa, houve quem, como Fonseca e Costa, se dirigisse diretamente a Marcelino dos Santos pedindo explicações. Para todos os efeitos e não obstante Noémia de Sousa tenha declarado, até à data da sua morte, nunca ter recebido o convite que tanto teria desejado, ela foi convidada, recusou, e vozes circularam dizendo que ela até pediu uma indemnização⁶⁰².

⁶⁰¹ Noémia de Sousa, «Apelo», in *Sangue Negro*, Kapulana, São Paulo, 2016, pp. 83-84.

⁶⁰² Ver a este propósito a entrevista de Laban, páginas 343 e 344.

E ela, no fundo, era só uma mulher que gostava de escrever sobre a sua gente, não era uma combatente.

Só voltou a Moçambique muitos anos depois de 1975, muito emocionada e comovida. Nesta ocasião, afirmou à filha Virgínia, que a acompanhava: “Nunca pensei que alguma vez visse um negro andar na minha terra com ar de que a terra lhe pertence⁶⁰³”.

Noémia morreu em Cascais, Portugal, em 4 de Dezembro de 2002.

6.5 - Deolinda Rodrigues: entre escrita da história e escrita biográfica.

Deolinda Rodrigues (1939-1968) foi uma poetisa, intelectual e guerrilheira do MPLA na luta contra o colonialismo português em Angola, vindo a ser morta em 1968, no Congo Kinshasa. Encontrado pelo seu irmão Francisco de Almeida, aquando de uma visita a uma base do MPLA na República Popular do Congo, em 1974, o conteúdo do seu diário foi publicado pela Nzila só em 2003, sob o título de *Diário de um exílio sem regresso*. A escrita de Deolinda constitui, para além de um testemunho de escrita biográfica, um acto de escrita da história, percorrendo uma série de eventos significativos de mais de uma década de vicissitudes políticas, culturais e sociais de Angola, entre 1956 e 1968. O Diário conta, ainda, com alguns poemas, depoimentos e considerações sobre os movimentos negros nos Estados Unidos, onde a jovem estudou, e sobre o papel da OMA (Organização da Mulher Angolana). A glorificação da heroína pelo partido único após a Guerra Civil traz à luz, contudo, algumas dicotomias e contrastes internos à sociedade angolana. Ligada de forma indissolúvel ao MPLA, a intelectual não é frequentemente reconhecida pelas mulheres simpatizantes de outros partidos, ou por aquelas que não concordem com a trajetória mais recente do partido. Simbólicas, a este propósito, foram tanto a inauguração da estatua com o busto de Langindila em 2008, no Huambo, como a sua vandalização em 2017. O Dia da Mulher Angolana, 2 de Março, corresponde ainda ao da captura de Deolinda e das suas camaradas numa emboscada, em 1967. Levar-se-á a cabo, a seguir, uma problematização destas variáveis, com destaque para o papel das mulheres na luta anticolonial e a sua receção e interpretação junto da sociedade civil.

⁶⁰³ Testemunho de Virgínia Soares, filha da autora, em *Sangue Negro*, Kapulana, São Paulo, 2016, p. 149.

Nascida em Catete (Icolo-Bengo) em 10 de Fevereiro de 1939, Deolinda Rodrigues Francisco de Almeida foi, como afirma Margarida Paredes, não só uma guerrilheira do MPLA, mas também uma sua dirigente, “a única mulher no Comité Director na década de sessenta⁶⁰⁴”. Para além de ter contactos pessoais com personalidades externas ao MPLA do calibre de Amílcar Cabral e Martin Luther King, esteve encarregada das traduções (falava correntemente inglês, kimbundu e português) e de dactilografar os documentos e a correspondência do movimento. A 3 de Fevereiro de 1959, deixava Angola a bordo do paquete Rita Maria, com bilhete comprado pela Wagon-Lits e com destino a Lisboa, para depois se deslocar até São Paulo, no Brasil. Já procurada pela PIDE por “actividades subversivas contra a segurança exterior do estado” (PROC.22/ 959), a jovem de 20 anos usava, conforme declarado nos documentos daquela polícia, o pseudónimo de Suzana Milton nas reuniões de representação na ONU, em 1959.

Objeto de relatórios Secretos da PIDE, a Primeira Reunião da Comissão Económica O.N.U. para a África teve lugar em Addis Abeba entre Dezembro de 1958 e Janeiro de 1959. Relatando o desenvolvimento dos trabalhos, o Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino não hesitou, naquela ocasião, em definir a situação como perigosa, nem em declarar a iminente derrocada do colonialismo português. Após a exaltação da atitude e das capacidades da Delegação Portuguesa da reunião “instituída pelo Conselho Económico e Social da Organização das Nações Unidas em cumprimento de recomendação da respectiva Assembleia Geral”, o Subsecretário de Estado, constatando a ampla difusão de ideais Pan-Africanistas e o surgimento de novas elites nas colónias, chegava a proclamar a morte iminente do colonialismo tal como era conhecido:

⁶⁰⁴ Margarida Paredes, “Deolinda Rodrigues, da Família Metodista à Família MPLA, o Papel da Cultura na Política”, in *Caderno de Estudos Africanos*, n.º 20, Identidades, Percursos e Clivagens nos PALOP, Centro de Estudos Internacionais, 2010. A própria PIDE, alertando para a formação do que definia como “um Governo de coligação”, instalado no Congo-Léopoldville e chefiado pelo Dr. Agostinho Neto e com algumas pastas atribuídas (Mário Pinto de Andrade Vice-Presidente e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Holden Roberto na Defesa, Sócrates Dáskalos na Educação e Viriato da Cruz no Interior), identificava, já desde Janeiro de 1963, Deolinda como um dos membros da Direção do MPLA, sendo ela encarregada especificamente de “assuntos sociais”(PIDE/ TT/ AT/ PIDE-DGS/ Del A/ S Del L/ Gab/ 812/ NT 8054, Folhas 34 e 35).

“Sem contestação possível, ou sequer desejada, o colonialismo, tal como nasceu e cresceu de há dois séculos a esta parte, tem seus dias contados – e poucos mais viverá.”⁶⁰⁵

O contexto de opressão que a sociedade colonial exercia junto do povo angolano, conjuntamente com questões ligadas a injustiças raciais experimentadas desde cedo na escola, em que era denominada pelos colegas de “Miss Sambizanga”, à partida surtia nela a consciência do enorme esforço que a luta pela mudança implicava:

“Esta é a Luanda da chicotada do branco nas costas nuas do preto que cava a terra sob um sol de Março. Esta é a Angola do contratado. E é esta a Angola que deixei hoje. Mas temos de transformá-la: não sei como nem com que forças mas este mal não pode durar sempre.”⁶⁰⁶

Como destacado pelo jornalista angolano Reginaldo Silva, os escritos privados da militante reflectem, ao longo deste período de tempo, as indecisões e o sofrimento da guerrilha entre os dois Congos, assim como as tensões raciais originadas no seio do próprio movimento e as dúvidas sobre a liderança⁶⁰⁷. Essas tensões, cuja existência durante a luta anti-colonial foi amplamente documentada, tinham a ver com questões ideológicas e de orientação do partido, assim como com a própria concepção que o MPLA tinha da luta anti-colonial⁶⁰⁸ e a sua forma de relacionar-se com, como vimos, outros movimentos autonomistas existentes em Angola.

⁶⁰⁵ ANTT/PT/AOS/ NE 21/ 18 NT 350 – 484, “Reunião da Comissão económica para a África, Addis - Abeba, 1958 – 1959 (secreto) – Lisboa, Janeiro de 1959”, 430 folhas.

⁶⁰⁶ Deolinda Rodrigues, *Diário de um exílio sem regresso*, Editorial Nzila, Luanda, 2003, p. 35.

⁶⁰⁷ Reginaldo Silva, «O "racismo" de Deolinda Rodrigues», in *Rede Angola – Notícias independentes sobre Angola*, 4 de Março de 2015, disponível <http://www.redeangola.info/opiniao/o-racismo-de-deolinda-rodrigues/>

⁶⁰⁸ A questão é amplamente tratada na obra já citada de Jean Michel Mabeko-Tali sobre a história do MPLA. O professor congolês interpreta neste sentido, para além de questões que tinham a ver com a liderança, os contrastes existentes entre Agostinho Neto e Viriato da Cruz. Enquanto Agostinho Neto teria estado em favor da presença, dentro dos quadros do partido, de militantes da causa independentemente da sua origem racial, Viriato da Cruz teria, pelo contrário, defendido “a saída dos mestiços da direcção do MPLA, atendendo à realidade sociocultural e racial de Angola”. A preponderância de mestiços na direcção vinda de Conakry representaria, para este último, uma fragilidade, pois implicava o risco de que o movimento fosse identificado tanto como movimento de “filhos de colonos”, como de “organização comunista”. Neste sentido, e em virtude destas tensões ideológicas, Agostinho Neto foi, até, acusado de ser um “revolucionário luso-tropical”, enquanto o que Neto defendia na altura (1962) era a ideia da convivência dos vários grupos na criação de uma sociedade nova. Se, como observa Tali, o argumento de Viriato da Cruz foi enfraquecido em credibilidade pela sua ideia de excluir desses critérios Mário Pinto de Andrade, esses debates foram, na

Emitida pela PIDE a 11 de Abril de 1959, a ordem de captura de Deolinda Rodrigues uma vez de volta a Angola fez com que ela embarcasse no longo “exílio sem regresso” que culminou na sua captura pela UPA⁶⁰⁹, em 2 de Março de 1967, depois de uma tentativa falhada do seu batalhão para entrar em Angola pelo rio Mbridge. Já debilitadas pelas dificuldades da viagem, Deolinda e as suas camaradas Engrácia dos Santos, Irene Cohen, Lucrécia Paim e Teresa Afonso (que compunham tanto o Esquadrão Kami como a Direção da OMA), foram presas e levadas para Kamuna, no Congo-Kinshasa, sendo posteriormente mortas.

6.5.1- O percurso ideológico de Deolinda

Para além de elementos úteis à reconstrução histórica, os *Diários* permitem-nos traçar o percurso biográfico e ideológico desta heroína angolana. De educação metodista, realizou estadias no Brasil e nos Estados Unidos, em instituições de ensino ligadas a esta igreja. No Instituto metodista de São Paulo, onde estudou entre 1949 e 1950, dedicou-se ao estudo de princípios bíblicos, piano e jardinagem. Ainda antes da eclosão da luta armada, Deolinda concebia, contudo, a religião como sendo instrumental à política, assim como a educação instrumental à libertação do povo. Declarava assim, em 28 de Maio de 1960:

“A Dona Dina disse-me pra não fazer política (não sei como ela desconfiou ou descobriu as reuniões passadas) pra não arranjar encrenca aos missionários, à igreja e ao instituto. Nem lhe respondi. Onde for, vou sempre falar das condições na terra. Lixem-se lá as missões e o resto. A minha família, o meu Povo vale mais do que todo o resto.” (p.35)

ótica de Tali, a inevitável consequência e herança das próprias contradições raciais que a sociedade colonial tinha criado (págs. 150-180). Caso dúvidas houvesse lembremos que, já em 1953, Agostinho Neto ao participar enquanto membro integrante da delegação do MUD Juvenil no IV Festival Mundial da Juventude (Bucareste), recusou-se a desfilar na delegação portuguesa: “Os jovens representantes das colónias chocaram os colegas portugueses quando recusaram desfilar integrados na delegação portuguesa e exigiram mesmo que cada um representasse o seu país, exibindo a respetiva placa identificativa, o que organização aceitou. Os portugueses, democratas embora, apanhados de surpresa, não estavam preparados para tal passo em frente, pois ainda encaravam a luta dos nacionalistas nas colónias no quadro mais global da oposição portuguesa.” (Pedro de Pezarat Correia, *Da descolonização. Do proto-nacionalismo ao pós-colonialismo*. Tese de Doutoramento defendida na Universidade de Coimbra, 2017, pág. 67. Disponível <http://hdl.handle.net/10316/40871>)

⁶⁰⁹ Acrónimo de União das Populações de Angola, que em 1962 confluiu, juntamente de outras organizações angolanas, na FNLA (Frente Nacional pela Libertação de Angola). O texto do documento, redigido em francês, da “FNLA Convention” de 27 de Março de 1962 em Brazzaville está disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04308.002.009>

Neste mesmo ano, que marcou a passagem definitiva para o que Margarida Paredes definiu de “família MPLA”, a estadia nos Estados Unidos contribuirá, aliás, para a consciência de que a vida dos negros americanos perpetua o sistema de injustiças raciais:

“Thanksgiving com a Carolyn e a família em Chicago. Moram numa favela. Quanta miséria, pobreza e doença em casa. O pai é guarda-nocturno, a mãe é quase paralítica. Carolyn é boa filha. Estes pretos americanos precisam de revoltar-se contra esta «vida» só de fachada que eles levam. O Sr. Clark é muito consciente das condições deles e nossas.” (p.38)

Mesmo uma vez de volta ao Congo, Deolinda não escondia as suas perplexidades para com os norte-americanos: “Estou tremendamente embaraçada por estar metida com estes ianquis que merecem bem outra coisa. Aparecer com eles em público o menos possível” (p. 47). Acusados de “mostrar todo o seu imperialismo, racismo e exploração”, os estadunidenses acabavam de facto por reproduzir, mais uma vez, as iniquidades da luta à qual elas e os seus camaradas estavam a dedicar a sua vida. O que a jovem angolana punha em causa, e o que parecia ao mesmo tempo gerar a sua raiva e a sua indignação, era a reprodução, mesmo dentro dos movimentos de libertação, de posições distintas e tratamentos desiguais que assentavam, na opinião de Deolinda, em bases raciais. Abordada em vários pontos do *Diário*, a questão racial – tão patente no Movimento durante e depois da libertação do colonialismo português – teve uma relevância fulcral nas reflexões de 1964.

Como afirma Mbembe, citando Valéry:

“Colonialisme, fascisme et nazisme partageaient un second mythe. Pour chacune de ces formations historiques, l’ Occident était un corp naturel vivant. Il y avait une moelle et une âme. «Les autres parties du monde ont eu des civilisations admirables, proclamait Paul Valéry. Mais aucune partie du monde n’ a possédé cette singulière propriété

physique: le plus intense pouvoir *émissif* uni au plus intense pouvoir *absorbant*. Tout est venu à l' Europe e tout en est venu.⁶¹⁰”

Nos anos '60 e nos primeiros anos '70, tanto o receio de exacerbadas ingerências estrangeiras nas vicissitudes angolanas, como o da reprodução de padrões e hierarquias raciais coloniais numa Angola independente assombravam os independentistas e alguns quadros dos movimentos. Neste sentido, o ressentimento para com os “nguetas”, personificação do colonialismo e das suas iniquidades, é patente em várias passagens dos apontamentos da guerrilheira e cofundadora da O.M.A.

Em 4 de Abril de 1964, comentando o livro *Another Country* do escritor afro-americano James Baldwin (1962)⁶¹¹, Deolinda projetava para o contexto angolano as reflexões do autor sobre as relações entre raça e poder no relacionamento amoroso e sexual, instituindo uma óbvia ligação com a situação colonial e a libertação dos negros:

“Será que as nguetas casadas com os pretos e mulatos pensam assim também? Acho que não. Pra estas, os maridos são posição elevada na sociedade e evidentemente, massas. Que inferno os brancos fizeram da nossa África! Os brancos castraram a nossa personalidade humana. Apresa de tudo isso não quero vingança: quero só o nosso levantamento, o retorno da nossa dignidade. O castigo deles virá naturalmente da própria parte deles. O preto, para o ngueta, é um anjo enquanto agir como um bebé e nunca como um indivíduo adulto.” (p. 52)

Mesmo os relatórios dos informadores da PIDE de Luanda enviados para a República do Congo realçam, em 16 de Fevereiro de 1964, as dúvidas que animavam Deolinda, chegando a defini-la, sem compreender em pleno as suas reflexões e sem entender a sua animosidade para com os estado-unidenses, de “tribalista consumada”:

“Deolinda Rodrigues: é uma moça extremamente pró-americana, desde o primeiro dia em que chegou em Léopoldeville. Nunca tive qualquer troca de impressões com ela. No entanto quando ela seguiu para o Brasil e mais tarde para a América entre 1956 e 1958, já me conhecia por tradição. A impressão que me deixou esta moça extraordinária é a de

⁶¹⁰ Achille Mbembe, *Politiques de l' inimitié*, La Découverte, Paris, 2016, p. 113.

⁶¹¹ James Baldwin, *Another Country*, New York, Dial Press, 1962.

que é uma tribalista consumada, votando um ódio profundo ao branco português, ao que me diziam. Fala e traduz o inglês com a maior facilidade, quase fluentemente. É natural do Catete, mas não se dá com o Dr. NETO, o que é muito natural, dada a profunda diferença de mentalidade e princípios que os separa, além do facto que ela não tolera daquele político estar casado com uma branca e conservá-la junto de si no exílio. Pelos motivos, Deolinda Rodrigues não vê com bons olhos todos aqueles casados com brancos, como é o caso dos Drs VIDEIRA, BOAVISTA, e LÚCIO LARA, BOAL, um jornalista, cujo nome não me ocorre, e MANUEL LIMA, etc.⁶¹²”

Pelo que respeita as considerações presentes no *Diário* sobre casais mistos é ainda de realçar, para além da predominância de questões de raça e classe (que bem se justificam numa perspetiva marxista), uma preocupação de género⁶¹³, que punha em causa não só as dinâmicas coloniais, mas também práticas sociais consolidadas mesmo no interior do movimento e das dinâmicas de guerra naquela altura. Basta pensar, quanto ao papel das mulheres portuguesas durante a Guerra (1961 – 74), nos aspetos evidenciados por Margarida Calafate Ribeiro: invocando “a propaganda de guerra tradicional que liga Maternidade, nacionalismo e militarismo⁶¹⁴”, as mulheres eram mobilizadas para que acompanhassem os maridos na guerra em África, seguindo as suas deslocações até ao mato e vivendo numa condição no limiar entre a legalidade e a clandestinidade, dependendo da postura e da atitude dos superiores das Forças Armadas. Ocupando-se de questões ligadas com as tarefas domésticas, a preparação de comida, mas também de assuntos sociais ligados com convivência entre pares, enfermagem e escolarização, o papel destas mulheres foi reconhecido como fundamental na vida cotidiana e no suporte emotivo e psicológico das tropas.

⁶¹² PIDE/ TT/ AT/ PIDE-DGS/ Del A/ S Del L/ Gab/ 812/ NT8054, folhas 15 e 16, autoria de Jorge Francisco.

⁶¹³ Em *Combater duas vezes*. Lisboa: Verso da História, 2015, p. 123, Margarida Paredes identifica Deolinda como uma feminista africana “avant la lettre”, realçando o papel de vanguarda que a guerrilheira angolana no que respeita a questão de género na OMA. Retiraríamos, neste sentido a aceção de *avant la lettre*, já que ao longo desta tese demonstrámos como a preocupação de género já era amplamente presente em África e na diáspora.

⁶¹⁴ Margarida Calafate Ribeiro, «Percurso africanos femininos: as mulheres portuguesas e a Guerra Colonial», in Manuel Gama (org), *A Guerra Colonial (1961-74)*, Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho, Braga, 2006, págs 81 - 105. Citação da página 87.

Para além da subversão do padrão de género colonial, Deolinda Rodrigues recusava a pressão, no seio do MPLA, no sentido de um casamento: “Será que esta vida da Revolução vai obrigar-me a procurar marido qualquer dia? É necessário fazer isso? Não. O que preciso é de firmeza, diminuir o falatório e cortar a paciência e a confiança aos camaradas.” (p. 66). Tendo como sonho o de “servir ANGOLA LIVRE como médica” (p.70), mas aceitando os necessários compromissos que a luta exigia, a autora entrou em conflito com outras personalidades do Movimento, femininas e masculinas, batendo-se ativamente contra aquela que ela concebia como uma possível deriva elitista e burguesa dos seus quadros, o que Deolinda encarava como uma traição ao seu povo que já contava com séculos de exploração. Estas e outras dúvidas e dissidências marcaram a história interna do MPLA, como evidenciado por Jean- Michel Mabeko Tali⁶¹⁵, a partir da crise de Viriato da Cruz e 1962, passando pelas dissidências da Frente Leste, a *Revolta Activa* (Maio de 1974) e até os bem mais trágicos, controversos e polémicos acontecimentos do 27 de Maio de 1977.

6.5.2- Atualidade e receção de uma heroína angolana.

A trágica morte de Deolinda Rodrigues e das suas companheiras, assim como o seu inegável contributo para a luta de libertação levou, após a Independência de Angola, à sua elevação à qualidade de heroínas nacionais.

Inaugurada na cidade do Huambo pelo Governador da Província, em 2 de Março de 2008, a estátua de Deolinda, com o custo de 7 milhões e 800 mil kwanzas, foi identificada como sendo “de bronze, tem 278 quilogramas e está fixada no largo com o mesmo nome, localizada na parte alta da cidade do Huambo e comporta ainda duas placas que descrevem a identificação e a sua trajectória histórica política e social.”⁶¹⁶ Conjuntamente com escolas, avenidas, ruas e viadutos com o seu nome, que já se encontravam no país, este monumento foi uma medida cujo objetivo era o de reforçar o papel de Deolinda no seio não só do MPLA, mas também da própria história de Angola. Dialogando

⁶¹⁵ Jean- Michel Mabeko Tali, *Dissidências e Poder de Estado. O MPLA perante si próprio (1962-1977): Ensaio de História Política*, Luanda, Nzila, 2001.

⁶¹⁶ *Angop*, Agência Angola Press de 2 de Março de 2008, 19h41. Disponível in http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2008/2/9/Huambo-Dia-OMA-marcada-com-inauguracao-estatua-Deolinda-Rodrigues,d08e8555-f7c2-46c5-80b3-e54e9675207a.html

simbolicamente com o monumento de bronze do Largo das Heroínas (inaugurado em 1986 ao pé da Avenida Ho-Chi-Min, em Luanda e que continua sendo um emblema de libertação, como testemunhado pelo facto de que a maioria das manifestações dos últimos anos são para ali convocadas), em que Deolinda é retratada conjuntamente com as suas camaradas, o busto de Deolinda Rodrigues foi, em 2017, objeto de um ato de vandalização e removido da sua base.

A este propósito, na altura do acontecimento, o Novo Jornal realçou que “devido ao elevado preço deste metal, existe a possibilidade de a tentativa de furto desta peça patrimonial ter tido como objectivo derretê-lo para posterior venda a peso⁶¹⁷”, não deixando, contudo, de definir o ato de vandalismo. Porque terá sido o busto abandonado a poucos metros da sua base? Mesmo contemplando a verosímil possibilidade de que se tenha tratado de uma tentativa de roubo mal conseguida, o acontecimento e a sua cobertura mediática constituem um frutífero pretexto de reflexão quanto à real representatividade da toponímia angolana. Relativamente esta questão, o jovem jornalista Manuel Luamba tem questionado a falta de representatividade e a ausência de políticos que, apesar de pertencentes aos partidos da oposição, contribuíram ativamente para a luta de libertação nacional⁶¹⁸. A este propósito, o próprio Dia da Mulher Angolana no dia 2 de Março coincide com a data em que as militantes da Organização da Mulher de Angola (O.M.A) e militantes do Esquadrão Kamy foram raptadas em Kamuna.

Noutra ótica, e de forma menos ligada a questões partidárias, o também jornalista Pedro Cardoso realçou, em artigo da sua autoria publicado na *Rede Angola* e dedicado justamente ao Largo das Heroínas, que a valorização pública das guerrilheiras não tem sido acompanhada por uma concreta nivelação das injustiças para com as mulheres pertencentes ao povo:

⁶¹⁷ *Novo Jornal* de 20 de Abril de 2017.

Disponível <http://www.novojornal.co.ao/sociedade/interior/tentaram-furtar-busto-em-bronze-de-deolinda-rodrigues-no-huambo-38570.html>

⁶¹⁸ Manuel Luamba, «Para quando avenidas com nomes dos heróis nacionais de Angola?» in *DW - Die Welle*, 08/12/2016.

Disponível <https://www.dw.com/pt-002/para-quando-avenidas-com-nomes-dos-heróis-nacionais-de-angola/a-36687743>

“Mais de 40 anos depois o anonimato continua a marcar as nossas heroínas actuais cuja luta é muito maior que a guerra, é a vida. Como sempre diz um amigo, são as mulheres que “mandam este país para a frente”, a troco de muito pouco. Zungam pela cidade (agora) proibida sob a ameaça de fiscais às vezes assassinos; saem cedo para as lavras; põem o pão na mesa; estudam e trabalham e trabalham e trabalham.”⁶¹⁹”

Num sentido talvez menos abrangente e pelo que respeita a valorização da história das mulheres que combateram na luta armada, da qual se tem vindo a ocupar (e na qual teve um papel ativo), Margarida Paredes tem, ainda, evidenciado numa entrevista a crescente abertura da sociedade angolana para com a valorização das mulheres combatentes, as quais lutam para o reconhecimento do seu papel, no sentido de um empoderamento e de igualdade de género.

A relevância da publicação de *Diário de um exílio sem regresso* consiste no facto de representar, para além de uma obra literária e documental com valor histórico, um testemunho fundamental da resistência feminina em Angola e ao colonialismo em África. Longe de ser uma intelectual no sentido convencional do termo, Deolinda distinguiu-se pelas suas capacidades enquanto tradutora e pelas suas habilidades de escrita, não podendo ser, contudo, estranha às convulsões e dúvidas que animaram o conflito e o difícil contexto da guerrilha. A sua necessária valorização constitui um ato de restituição no sentido mais amplo do termo, abrindo novos espaços de diálogo quanto à posição das mulheres na luta armada e no seio da própria sociedade angolana. Tal valorização tem permitido, em Angola, a discussão, junto da imprensa e da sociedade civil, de questões de representatividade, assim como da valorização de formas de luta cotidiana, como o já mencionado caso das zungueiras cujo árduo trabalho sustenta diariamente famílias⁶²⁰.

⁶¹⁹ Pedro Cardoso, «Largo das heroínas», in *Rede Angola* de 23/03/2017.
Disponível <http://www.redeangola.info/roteiros/largo-das-heroinas/>

⁶²⁰ Relativamente à questão das zungueiras, vale a pena lembrar os recentes levantamentos realizados pelo Ondjango Feminista, cujos resultados têm sido publicados na revista *Tuba!*. Destacamos, neste sentido, Cecília Kitombe, Deonilde da Graça, Isabel Gavião, Leopldina Fekayamãle, Rosimira Kitombe (ed), «Resistência económica das mulheres. Um desafio diário». In *Tuba! Informe*. Luanda: Ondjango feminista, 4º edição, Junho de 2020.

Disponível
https://static1.squarespace.com/static/57c54852f5e231e61738ab8a/t/5efcbfaa502fee6d856ec8e0/1593622656243/TUBA-Ed4-2020-MASTER_v2+LQ.pdf

6.6 – Os *Poemas* de Alda Lara: escrita feminina entre intimismo e consciencialização social.

O que já foi escrito sobre Alda Pires Barreto de Lara e a sua produção parece frequentemente querer reverter a linearidade do tempo: 1962, o ano em que ela morreu de tuberculose em Cambambe, acaba por ser – também em virtude das circunstâncias históricas em que o país e o império viviam – uma das datas que mais amplamente ocorrem nas referências à sua obra.

Organizados pelo seu marido, o médico Orlando de Albuquerque, e publicados pela primeira vez pela Imbondeiro em 1966, os seus *Poemas* foram reeditados em Lisboa pela Vertente, em 1985, com inclusão de alguns inéditos⁶²¹. O “Colóquio Internacional Mulheres Africanas em trânsito. Homenagem a Alda Lara”, que teve lugar na FLUL entre 15 e 16 de Novembro de 2018 contribuiu para trazer à luz vários aspetos que são frequentemente pouco aprofundados da obra, e da personalidade, da poetisa angolana. A sua vocação universalizante e humanitária, tem sido observado, muito tinha a ver com a sua formação em medicina pela Universidade de Coimbra e com a sua tese sobre psiquiatria infantil, mas também com a influência do catolicismo, bem presente na sua obra.

A dificuldade em, portanto, escrever sobre uma das mulheres consideradas como uma das maiores poetisas e escritoras angolanas, reside no facto de a sua morte prematura ter contribuído, desde um ponto de vista editorial, para a publicação integral dos seus poemas, muitos dos quais escritos na primeira juventude. Os poemas de Alda Lara foram reunidos sem intervenção autoral no que respeita a seleção, organização e edição dos mesmos. A falta de um papel autoral ativo, de uma intenção autoral definida, acarreta algumas questões interpretativas, como reconhecido por Orlando De Albuquerque na «Explicação Necessária» que abre o livro:

⁶²¹ Alda Lara, *Poemas*, Porto, Vertente, 1984. Esta é a edição à qual mais facilmente temos acesso, para além de ser, por óbvias razões, a mais completa. Alguns poemas, manuscritos ou dactilografados, da poetisa estão incluídos no fundo da C.E.I. da Casa Comum: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11120.001.006#11>

“Todo o Artista e toda a Obra tem o seu desenvolvimento – a sua infância, juventude, o estado adulto e, quiçá, a sua velhice. Mostrar estas diversas faces não diminui ninguém. Apenas o Artista tem direito de seleccionar as que deseja mostrar ao público. Outros não⁶²².”

A totalidade da obra da jovem médica, chegou até nós organizada pelo viúvo na base de indicações e esboços fornecidos em 1961 pela própria autora (poemas incluídos no Livro Primeiro) ou de critérios sobretudo cronológicos (poemas do Livro Segundo) ou de publicação prévia (seção dos Inéditos). Evidências de uma eventual intenção autoral podem ser analisadas, portanto, unicamente pelo que respeita o Livro Primeiro. Partindo deste pressuposto, uma das características que me parece marcante na obra poética de Alda Lara é exatamente a de esta última refletir as ambivalências da época, encontrando uma solução que, como observa Ana T. Rocha, harmoniza vários tipos de amores: pela humanidade, cristão e pela liberdade⁶²³. A sua orientação marcadamente católica, assim como a opção por uma poesia nitidamente lírica combinadas a uma evidente influência da cultura portuguesa, fazem da obra de Alda Lara um exemplo rico na ótica de interpretarmos alguns rasgos do clima intelectual da época. Branca, pertencente à elite colonial, formada em Sá da Bandeira, esta mulher sentia-se intimamente ligada a Angola e ao seu povo, não deixando, contudo, de reproduzir estereótipos coloniais na sua produção, apesar de esta criticar de forma bastante explícita as violências perpetradas aos negros.

O poema "Momento", por exemplo, foi escrito em 1952 e apesar de não ser um dos poemas mais conhecidos, é um dos mais impactantes da sua produção:

“Nos olhos dos fuzilados,
Dos sete corpos tombados
De borco, no chão impuro
Eis!
...sete mães soluçando...
Nas faces dos fuzilados,

⁶²² Orlando de Albuquerque, «Explicação Necessária», in Alda Lara, *Ivi*, p. 7.

⁶²³ Ana Maria Teixeira da Rocha, «As presenças femininas nas poesias de Alda Lara e de Alda Espírito Santo», In *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, Volume 11, Número 2, julho a dezembro de 2018, págs 25 - 40.

Nas sete faces torcidas
De espanto ainda, e receio,
sete noivas implorando...
E do ventre de além-mundo,
Sete crianças gritando
Na boca dos fuzilados...
Sete crianças gritando
Ecos de dor e renúncia
Pela vida que não veio...
Na boca dos fuzilados
Vermelha de baba e sangue,
...sete crianças gritando!⁶²⁴”

Referindo-se à violência colonial, a preocupação principal da poetisa não deixa de ser o universo feminino: o sofrimento das mães e das noivas que assistem ao fuzilamento representa tanto a brutalidade colonial, como o absurdo da interrupção abrupta e absurda da vida. A imagem dos corpos exangues caídos ao chão e o desespero das mulheres juntam-se à ausência das crianças que nunca nascerão, ao vazio dos ventres não fecundados. Não é supérfluo lembrar que imagens poéticas tão cruas surgiram quase dez anos antes da eclosão da guerra, convivendo com certa esperança utópica de que Angola pudesse ser um país de igualdade. *O grande poema* representa exatamente a utopia cuja realização parece longínqua. Alda Lara afirma tê-lo escrito “para as crianças da minha terra!.../Para as crianças negras,/ e brancas,/ e mestiças,/ sem distinção de cor.../comungando o Amor/ que as unirá...”⁶²⁵. As esperanças da poetisa e o amor pela terra, que geram sorrisos, conjugam-se na consciência da falta de soluções e respostas para a situação factual:

“O poema que escrevi a solucionar
sobre os livros
onde não encontrei
para os sonhos resposta um dia!...”

⁶²⁴ Alda Lara, *Ivi*, pág. 27.

⁶²⁵ Alda Lara, *Ivi*, p. 155.

As reflexões políticas presentes na produção poética de Alda Lara têm sido frequentemente subestimadas em detrimento da análise da imagem de feminino que a sua obra veicula, ou do seu carácter feminista. Isto porque a mulher, seja ela entendida como mãe, noiva, irmã, é de facto uma presença constante ao longo das obras. É uma das principais preocupações da poetisa e, ao mesmo tempo, a perspectiva clara e inequívoca a partir da qual ela representa a sua experiência do mundo, mas isto não exclui de todo a afirmação de crenças ou convicções no plano mais estritamente político.

Em «Deixo-te a paz», escrito em Março de 1949, o anseio de justiça e liberdade conjugam-se à invocação ao Senhor:

“- Senhor, onde a paz,
se a minha frente secou o morro à sede?...
se na minha arca faltou o pão, e morro à fome?...
se na minha pobre lareira as achas se consumiram todas,
e morro à mingua de calor?...
onde a paz Senhor?...
- Deixo-te a MINHA paz!....
.....
Só então a mulher compreendeu...
PAZ é LUTA!
Por isso ela se libertou de si mesma, e saiu para fora...
Calou a fome e o rio dessa hora,
e foi-se de mãos nuas,
peito descoberto,
e olhar profundo,
levar a paz, aos seus irmãos de todo o mundo!⁶²⁶”

É aqui que, de forma mais evidente, sobressai o carácter utópico da poesia da Alda Lara: ao afirmar que “paz é luta”, a poetisa não só reconhece a opressão, a impossibilidade de uma aceitação passiva da paz cristã, mas também o sonho da libertação feminina que também passa pela dimensão corporal das “mãos nuas, / peito descoberto”.

⁶²⁶ Alda Lara, *Ivi*, p. 95.

Recentemente, Francisco Topa evidenciou que os primeiros textos da autora (prosa e poesia) foram publicados quando ela tinha treze anos, no *Jornal de Benguela*⁶²⁷. Nas suas considerações, Topa evidencia como em alguns casos as versões dos poemas que constam do livro não são as mais recentes, acabando algumas versões publicadas em jornais por não serem consideradas por Albuquerque. Quanto ao nacionalismo literário de Alda Lara, e à sua pessoal concepção da literatura angolana, são apresentados vários excertos em prosa que explicitam como, para a poetisa, a literatura angolana não passava de uma variante regional da literatura portuguesa. Nos seus textos, a jovem escritora reconhece de facto as especificidades das literaturas angolanas e cabo-verdianas sublinhando, porém, como a componente “lusa” destas literaturas era imprescindível para a sua própria existência⁶²⁸. A autora chegava, inclusive, a declarar que a poesia cabo-verdiana era, de facto, poesia portuguesa. Alda Lara afirma recusar, em uma entrevista concedida em 1952 e publicada no mesmo jornal, a distinção entre arte pela arte e arte social:

“A Arte é só uma. Não pode haver razões de ordem social que limitem a vastidão do universo poético, que lhe cortem as suas possibilidades. Necessário é dar-lhe todas as possibilidades criadoras. Além de que a liberdade é condição essencial de qualquer obra de arte para que ela seja viva. Portanto, o que se exige é que a arte seja autêntica.”⁶²⁹

Na realidade Lara, apesar de tentar escapar ao assunto invocando uma suposta necessidade de autenticidade da arte e, portanto, uma concepção universalizante da mesma, estava provavelmente a exercer uma forma de autocensura, pois esclarece, mais adiante na entrevista, que em Angola, tal como já acontecia em Cabo Verde e deveria vir a acontecer em Moçambique, a produção poética concentrava-se menos nos “feitos dos colonizadores”, focando-se mais nos “problemas da Terra que todos os dias cercam os poetas angolanos”. Ao mesmo tempo, a autora afirmava que esta mudança não implicava

⁶²⁷ Francisco Topa, «Alda Lara e o que falta fazer: as achegas dos periódicos», in *Abril*, Revista do NEPA/UFF, Niterói, v.12, n.24, p. 15-31, jan.-jun. 2020, págs 15 – 31.

⁶²⁸ Francisco Topa, *Ivi*, pág. 22. Referência ao artigo de Alda Lara, «Acerca de Poesia angolana» in *Jornal de Benguela*, 04/10/1950, p. 1 e 8, 07/10/1950, p. 7.

⁶²⁹ Alda Lara em entrevista a Martins in Francisco Topa, *Ivi*, 2020, pág.19.

de todo que esta poesia não fosse portuguesa: ela era “condicionada embora por um clima e por uma raça diferentes”.

São manifestos, a meu ver, vários problemas nestas considerações da poetisa. Não esquecendo que a entrevista é de 1952, a ideia de “condicionamento” da poesia angolana pelos “clima” e “raça” acaba por, se bem que de forma implícita, negar que a poesia em Angola possa vir a ser autónoma pelas suas características próprias e específicas, instituindo uma subordinação cultural da sua existência aos moldes e à estética da poesia portuguesa ou, de uma forma mais geral, de cariz europeu. Compreendemos sem dificuldade a posição de Alda Lara se considerarmos as suas origens culturais e a sua posição na sociedade colonial, assim como os seus receios – claramente presentes nas elites coloniais da época, sobretudo na sua componente branca e melhor posicionada socialmente – de que a libertação do jogo colonial pudesse ter revérberos que poderiam pôr em causa a permanência de cidadãos angolanos brancos no território. Mais ainda, a obra da poetisa demonstra como ela sentia claramente pertencer a dois mundos, não se revendo, ao mesmo tempo, numa propaganda oficial sobre África que muito se distanciava tanto da sua vivência como da visão católica pela qual Alda era fortemente influenciada.

Por um lado, encontramos nos poemas de Lara uma Angola e o seu povo negro que, isto sim, está presente na obra sem ser desumanizado como frequentemente acontecia na produção literária da época, cujo sofrimento e luta a poetisa vê e reconhece. Esta Angola, porém, acaba por ser poeticamente representada como um éden ao qual, como diz o poema *Regresso*, “Eu hei-de voltar, / tenho de voltar⁶³⁰”. As acácias rubras, as casuarinas que irão florir só para a poeta, num extenso “canto ao Creador” que a poetisa elabora com Angola no seu centro, parecem reproduzir um espaço utópico que se insere no *continuum* da tradição literária ocidental. A Angola de Alda Lara seria, nesta perspetiva, uma ilha afortunada, uma “África de oiro e de sonho⁶³¹” que é tanto lugar de partida como lugar de chegada (e de regresso).

Paralelamente a esta Angola, que é claramente a do íntimo da poetisa, encontramos outra Angola: a que ela vê, representa e descreve, aquele país do cotidiano dos *musseques* e dos

⁶³⁰ Alda Lara, *Ivi*, p. 73.

⁶³¹ Alda Lara, «Para ti», in *Ivi*, p. 97.

absurdos da propaganda colonial. É esse o país que encontramos num dos poemas mais famosos da autora, *Presença Africana*, escrito em 1953 em Benguela:

“Sim! Ainda sou a mesma
A do amor transbordando
pelos carregadores do cais
suados e confusos,
pelos bairros imundos e dormentes
(Rua 11!... Rua 11!)
pelos meninos de barriga inchada e olhos fundos...

Sem dores nem alegrias,
de tronco nu
e corpo musculoso,
a raça escreve a prumo
a força destes dias...

E eu revendo ainda, e sempre, nela,
aquela
longa história inconsequente...⁶³².”

É talvez esse o texto em que, de forma mais decidida, a poetisa denuncia o mito da raça e a “longa história inconsequente” a ela ligada, cujos ecos eram visíveis na educação e na propaganda oficial. Entre todas as escritoras mencionadas, Alda Lara é a única em que nos parece possível identificar certo humanismo católico ou, melhor dizendo, a denúncia acompanhada de uma tentativa de amenização e de conciliação dos contrastes coloniais, em razão de certa visão idílica, ou atemporal, do seu país de origem.

⁶³² Ida Lara, «Presença africana», in *Ivi*, p. 57.

6.7: As escritoras africanas como “precursoras”: velhos e novos mitos.

Antecipando o que Angela Davis teorizaria, já nos anos '90, em «Imagining the future»⁶³³, escritoras como Alda Espírito Santo e Noémia de Sousa tiveram, para além dos méritos literários e intelectuais que lhes são amplamente reconhecidos, o de ocupar um espaço que lhes era negado pelos mecanismos de funcionamento das sociedades em que viviam. Sendo certamente, elas próprias, pertencentes à elite cultural colonial, contribuíram de forma relevante para a afirmação das respectivas literaturas nacionais, para a escrita em língua portuguesa e para a visibilização das mulheres e das intelectuais negras, sendo ambas personalidades poliédricas e dedicadas a várias atividades: poesia, ensino, tradução, atividade ensaística. Casos como o de Alda Lara e Deolinda Rodrigues, ambas escritoras angolanas, demonstram as disparidades do sistema colonial pelas trajetórias divergentes que as duas escritoras tiveram. O que está em causa não são, neste caso, escolhas de vida distintas. Se Alda foi médica e Deolinda guerrilheira, reconhecemos que as opções da segunda – cujo sonho, também, era o de ser médica ao serviço de Angola, tal como o da Lara – foram influenciadas pelas brutalidades coloniais, pelo mecanismo de exclusão que fazia da mulher negra o sujeito mais oprimido do sistema colonial, e cujo poder a jovem reverteu através da escolha da luta armada. A própria morte de Deolinda Rodrigues, as dificuldades por ela enfrentadas durante a permanência nos cargos de chefia, são testemunho da intensidade e do enraizamento das lógicas segregacionistas e das iniquidades de género que o Estado Novo foi consolidando ao longo das décadas.

Quanto à imagem, tradicionalmente veiculada, destas escritoras como “precursoras” da literatura comprometida e de guerrilha dos seus países de origem, ela é problemática sob vários pontos de vista. Para além do aspeto estreitamente temporal, que tem a ver com a periodização das Literaturas Africanas em Língua Portuguesa e com o facto de muitas destas mulheres terem escrito ainda antes da eclosão das guerras de libertação dos seus países, estamos perante um problema conceptual. Desde um ponto de vista etimológico e linguístico (e, por reflexo, conceptual) ao definirmos estas mulheres de “precursoras” estamos a retirar-lhes plenitude intelectual e a realçar, mais uma vez, o papel marginal,

⁶³³ Angela Davis, «Imagining the future», in *Women, Culture and Politics*, Vintage Books, New York, 1990.

quase incompleto, que elas têm em um mundo moldado para, e liderado por, homens. Elas, parece nos sugerir o termo, preanunciam, abrem caminho para, dão indícios do que acontecerá nas décadas a seguir, do que escreverão, conceptualizarão e pensarão os indivíduos de sexo masculino que as seguirão. Contrariamente às possíveis interpretações para as quais este termo remete, estamos a falar, como amplamente demonstrado ao longo deste capítulo, em intelectuais completas. Intelectuais, estas, que abordaram de forma satisfatória (e, na medida em que lhes era permitido pela marginalidade ou subordinação que caracterizava a sociedade em que viviam, completa) temáticas políticas, literárias, estéticas e de género. A sua trajetória política, pessoal e intelectual demonstra a sua plenitude e o carácter poliédrico das suas produções que contribui para a desconstrução tanto de velhos mitos coloniais, como de mitos contemporâneos baseados em narrativas patriarcais.

CONCLUSÃO

*A world where 'bordered' and 'borderless'
would be substitutable is a socially just world.*⁶³⁴

(Gayatri Chakravorty Spivak)

Ao longo das reflexões que foram levadas a cabo nestas páginas, tivemos oportunidade de pensar as formas em que a propaganda do Estado Novo trabalhou o imaginário da opinião pública nacional e internacional interagindo, ao mesmo tempo, como forma de propaganda interna ao próprio aparelho estatal, como demonstrado, por exemplo, pela correspondência do AOS. Este conjunto de iniciativas focaram-se na manutenção do regime, na proteção do espaço nacional de ameaças externas e, consequentemente, na proteção do espaço colonial e dos interesses económicos, sociais e políticos que a ele estavam ligados. Assim, a ideia de “uma só nação” permeou o regime, se bem que de formas e com intensidade variáveis, quase até à sua queda em Abril de 1974. O paradigma luso-tropical teve, neste sentido, um papel fundamental, conseguindo penetrar nas mais variadas camadas da sociedade: desde a propaganda oficial até à Acção Psicológica, desde os fautores de uma autonomia progressiva dos espaços coloniais até aos militantes dos Movimentos de Libertação, ninguém (nem sequer Agostinho Neto) foi poupado à acusação de ser um luso-tropicalista.

Se a teoria de Gilberto Freyre, na apropriação que o regime salazarista dela fez, estava muito longe de representar as dinâmicas coloniais reais, negando a violência que as caracterizava, o seu sucesso deveu-se, em parte, ao facto de a própria teoria propor uma reflexão sobre os pontos de contacto – e, consequentemente, as fronteiras – entre culturas, comunidades e espaços. A potencial ambivalência do discurso, as suas múltiplas possibilidades de interpretação, inserem-se perfeitamente na “prosa colonial”, nas estruturas mentais, representações, formas simbólicas, que constituíram a própria infraestrutura do sistema imperial que, nas dinâmicas identificadas por Achille Mbembe. Tentou-se, assim, levar a cabo uma tarefa de desconstrução crítica dessas infraestruturas

⁶³⁴ Gayatri Chakravorty Spivak, «A Borderless World?» in BRAIDOTTI, Rosi e GILROY, Paul. *Conflicting humanities*, London, Oxford, New York, New Delhi, Sidney: Bloomsbury publishing, 2016, págs. 47 - 60.

e de fazer, neste sentido, trabalho cujos objetivos bem podem ser sintetizados pelas palavras do intelectual:

“démâsquer la puissance de falsification – en un mot la réserve de mensonge et les fonctions de fabulation sans lesquelles le colonialisme en tant que configuration historique de pouvoir aurait échoué. Elle montre que ce qui passait pour l’humanisme européen apparu, chaque fois, dans les colonies sous la figure de la duplicité, du double langage et, très souvent, du travestissement du réel. L’on sait aussi que la colonisation ne cessa de mentir à son propre sujet et au sujet d’autrui. Les procédures de racialisation du colonisé constituaient le moteur de cette économie du mensonge et de la duplicité. La race constituait en effet la région sauvage de l’humanisme européen, sa Bête. La critique postcoloniale s’efforce donc de démonter l’ossature de la Bête, de débusquer ses lieux privilégiés d’habitation. Plus radicalement, elle se pose la question: qu’est-ce que vivre sous le régime de la Bête?⁶³⁵”

Podemos afirmar então que o luso-tropicalismo partiu de toda uma série de interrogações sobre dinâmicas de poder e de género, apesar da visão simplista e das respostas insuficientes, irrealistas e distorcidas da realidade que ela veiculou. O seu poder propagandístico esteve intimamente relacionado com este aspeto, pois ele permitia pensar as relações coloniais de maneira a limpar o campo de responsabilidades éticas e sociais da mesma forma em que, para usar um eufemismo, um pano limpa a chuva de um vidro. O pano fica mais molhado, o vidro mais seco: as fronteiras dissolvem-se, tornando possível e imaginável a ideia de convivência pacífica numa só nação, na qual quem passa o pano civiliza o vidro, à espera de ser seco. Mesmo que todos concordemos quanto à banalidade da imagem e à possibilidade de a associação entre uma janela e um império ser forçada, esse foi o mais ou menos o funcionamento da propaganda colonial do Estado Novo. A labilidade da fronteira que o vidro representa poderia, ao mesmo tempo, ajudar-nos a pensar a forma em que a censura funcionou, deixando ou não deixando passar imagens, representações e narrações com uma lógica nem sempre linear. A censura agia de forma direta, através da censura prévia (como vimos ter acontecido no caso dos jornais angolanos e moçambicanos), na limitação de circulação de obras, mas também através do

⁶³⁵ Achille Mbembe, *Sortir de la grande nuit. Essai sur l’Afrique décolonisée*, Paris, La Découverte, 2013, pág.126.

aprisionamento de intelectuais (penso em Cardoso, Craveirinha, Neto, Jacinto, Vieira, entre muitos), através de intimidações pela PIDE (pensemos a Imbondeiro), na forma de autocensura ou impossibilitando autores a publicar (José Ramalho e Deolinda Rodrigues) ou, ainda, forçando ao exílio e vigiando politicamente (Alda Espírito Santo, Noémia de Sousa e muitos outros).

Os discursos sobre identidade veiculados pelas obras literárias e discutidos nos jornais e revistas foram, como vimos, conflituais. Isso não só por se inserirem num contexto de guerra: disputavam-se, neles, ideias de nação, de comunidade, questões ideológicas, políticas e de dependência ou independência económica e administrativa, assim como acabavam por ser condicionados, eles próprios, pela mentalidade colonial.

A iniciativa editorial que conseguiu um mais amplo alcance, mas que acabou por ser ignorada na história da literatura produzida, neste período, em língua portuguesa foi a da Imbondeiro. Se ela não se pode definir como anticolonial, o seu projeto pode, contudo, inseri-la no contexto da oposição ao regime: talvez uma oposição mais tímida, menos radical, mais ligada à herança colonial e à tradição republicana e, ao mesmo tempo, inserida num contexto de reivindicações autonomistas, como o do movimento Pró Universidade em Angola. O conflito entre um projeto de cariz comercial deste tipo e projetos como os da CEI foram, assim, inevitáveis, pois eles se relacionavam irremediável e profundamente com questões políticas.

Enquanto em muitos casos a ideia de nação continuava sendo o foco principal da reflexão, noutros, como no caso da narrativa anticolonial de inspiração pan-africanista ou negritudinista, que representou parte da produção literária da CEI essa ideia acabou por interagir com uma perspetiva continental, que teve, tal como os movimentos de género, uma marcada vertente internacionalista⁶³⁶. Neste sentido, o imaginário que se foi criando à volta da ideia dos *black jacobins* como agentes ativos na criação da sua própria história teve eco na geração de intelectuais africanos na diáspora como Amílcar Cabral e Frantz Fanon, enquanto a luta pela valorização dos negros esteve na origem da criação de revistas e projetos editoriais que, como vimos, se difundiram um pouco por todo o continente africano e na diáspora europeia e estadunidense, como foi o caso da *Mensagem* da CEI.

⁶³⁶ Afirma Spivak: “apart from gendering, the most international post-colonial movement was twentieth-century Pan-Africanism”, in *Ivi*, pág. 50.

Mesmo reconhecendo o facto de que estas construções tinham uma componente utópica, elas conseguiram imaginar, pensar a subversão das relações de poder que regulavam, e ainda regulam, o mundo em que vivemos: havia uma preocupação com as zonas de subalternidade, as disparidades económicas e as suas consequências, o racismo como resultado da estrutura colonial, entre outros fatores. As preocupações de género e as visões feministas veiculadas pela literatura, numa lógica de múltiplas subalternidades e múltiplas intersecções, demonstram igualmente que a subversão do padrão da literatura como campo masculino é possível: mesmo em contextos coloniais, de opressão, de guerra ou guerrilha e como demonstra o caso de Deolinda Rodrigues, em contextos de morte.

Desse contacto com a morte⁶³⁷, emerge o paradoxo de o subalterno poder escrever, mas não poder falar até alguém não lhe dar voz, não libertar a sua obra: é neste sentido que Gayatri Spivak tem posto em causa a ideia de Edward Said de que libertação nacional pudesse realmente coincidir com revolução⁶³⁸, contestando (e voltamos, aqui, às reflexões da nossa introdução) a História como narrativa linear ou, por outras palavras, a ideia da História como narração do progresso. A complexidade dos limites, da questão da fronteira entre libertação e revolução, que nos traz de volta para o paradoxo de Fanon:

“If, then, we situate border-thought into the broadest perspective, the gender-thought that is the condition and effect of all social formations, we begin to see that borders are amphibolic. In a symmetrical world, ‘bordered’ and ‘borderless’ would be substitutable. But all situations are marked by the asymmetry of interest and power. And to make individually altered word usage effective requires an impossible epistemological revolution presupposing a ‘borderless’ world – a performative contradiction; and it would

⁶³⁷ É impossível não fazer uma associação, aqui, às reflexões de Achille Mbembe sobre necropolítica, ou de V.Y. Mudimbe sobre a relação que, historicamente, foi instituída entre a ideia de África e a de morte (Mubimbe. Valentin-Yves. *A ideia de África*. Luanda: Mulemba, 2013.)

⁶³⁸ Nas passagens que citámos na nota anterior, a intelectual indiana parece reenviar às referências em que Said defende o poder disruptivo dos movimentos de libertação. Cito as palavras do autor nos *Afterwards* de *Orientalism*, escritos em Março de 1994, em que Said comenta a receção da sua obra: “I will not deny that I was aware, when writing the book, of the subjective truth insinuated by Marx in the little sentence I quoted as one of the book’s epigraphs (“They cannot represent themselves; they must be represented.”), which is that if you feel you have been denied the chance to speak your piece, you will try extremely hard to get that chance. For indeed, the subaltern *can* speak, as the history of liberation movements can eloquently attest. But I never felt that I was perpetuating the hostility between two monolytic blocks [*the East and the West*, ndr]” (p. 335).

deny the world's wealth of languages, which would say 'borders', 'frontiers', 'borderless' in ways that we cannot know.⁶³⁹”

Essas contradições também tiveram reflexo na organização e nos conteúdos desta tese, em que se refletiu sobre mulheres, mas muitas mulheres ficaram de fora. Pensaram-se as representações dos que mais sofreram com as violências do sistema colonial, mas a sua voz foi reproduzida unicamente a partir de outros que, apesar de serem subalternos à narração dominante e aos sistemas de poder imperiais, gozavam, em virtude dos mecanismos do próprio sistema colonial, de vantagens que lhes permitiam de poder falar onde outros não podiam⁶⁴⁰. É aqui que a intersecção de questões de classe, raça e género se torna imprescindível, ficando mais uma vez evidente como, no caso de Angola, e de uma forma mais geral, dos países africanos, a literatura oral nas suas múltiplas vertentes constitua uma componente imprescindível para que a subalternidade possa realmente ter voz.

Evidenciar as dinâmicas de contactos e ligações que foram, na altura da descolonização, instituídas com os movimentos anticoloniais externos ao continente africano, tal como a influência de redes internacionais de solidariedade e suporte à causa anticolonial é relevante afim de demonstrar o papel que os intelectuais, militantes e revolucionários

⁶³⁹ Gayatri Chakravorty Spivak, *Ivi*, pág. 47.

⁶⁴⁰ No sentido de dar voz aos que ficaram invisibilizados nas narrativas Associação Tchiweka de Documentação, tem feito, com o projeto Trilhos da Independência, um trabalho de recolha audiovisual de testemunhas orais. Entre os vários documentários destacamos, em colaboração com a Geração 80, o documentário Kamy Lara: *Mulheres de Armas*, (Angola, 2012, 12 min), que recolhe testemunhos dos trabalhos de cuidado que as mulheres levaram a cabo na mata durante a guerrilha, no sentido de destacar a sua relevância fundamental para o funcionamento da luta de libertação nacional. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6XZAGQi5gks>, ou ainda na recolha de testemunhos de presos políticos angolanos no Campo de São Nicolau durante o período colonial, muitos deles sem processo: Kamy Lara. *São Nicolau, Eles não esqueceram*, Associação Tchiweka de Documentação – Geração 80 (Angola, 2012, 24 minutos). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fdUUQdKs-jY>. Sempre pelo que respeita os depoimentos de mulheres que tiveram um papel ativo nas lutas de libertação, desta vez em âmbito académico, ver também Joana Katto, «Liberating Taste: Memories of War, Food and Cooking in Northern Mozambique», in *Journal of Southern African Studies*, Volume 46, 2020, issue nº 5. Disponível em <https://doi.org/10.1080/03057070.2020.1793518>

africanos tiveram na história do continente europeu. Arrisca-se, por outro lado, a incorrer na perpetuação, se bem que involuntária, da ideia mistificadora e paternalista de que as independências africanas “foram possíveis graças a” ou de que “foi imprescindível o apoio de”, em vez de reconhecer que elas simplesmente se inseriram nos mais amplos movimentos de reajustamento do poder político e económico em escalas inter e transnacional que caracterizaram o mundo depois da Segunda Guerra mundial.

A maioria das reflexões que se fizeram nestas páginas focaram-se, ainda, nas especificidades do caso angolano e, por vezes, do moçambicano. Dar continuidade a esse trabalho implicaria, para além da recolha de narrativas orais, pensar essas questões no campo das expressões literárias Cabo-Verdianas, Guineenses e São-Tomenses. Por razões ligadas com a proveniência de quem escreve foram ainda frequentes, apesar de não aprofundados, os paralelismos instituídos entre a lógica e a propaganda colonial portuguesa e a italiana. Tentou-se destacar, contudo, como a ideia de missão civilizadora, de superioridade do “europeu” face ao não europeu (“africano”, mas também “asiático”) tem caracterizado a propaganda colonial espanhola, francesa, inglesa. As próprias ideias de europeu/não europeu, branco/não branco, africano/não africano foram construídas, desconstruídas e reconstruídas cultural e socialmente, em processos que não só se refletem, mas continuam ativamente na contemporaneidade.

Trabalhar os diálogos e pontos de contacto que houve entre as distintas propagandas coloniais e, conseqüentemente, as manifestações e os efeitos dessas mesmas propagandas nas nossas sociedades, a sua influência sobre as nossas maneiras de pensar e de definirmos-nos por contraste e por exclusão, na base do que “nos” diferenciaria de um hipotético “outro” é igualmente urgente. Neste sentido, e no esforço de ultrapassar tanto estereótipos coloniais como as dinâmicas de colonialidade que atuam sob várias frentes no funcionamento do sistema mundo e no inconsciente das sociedades contemporâneas⁶⁴¹, reconhecemos mais uma vez que individuar as maneiras em que a identidade e o sentido de coletividade foram construídos social, histórica e economicamente é imprescindível para entender o presente.

⁶⁴¹ Um exemplo de trabalho muito recente neste sentido é: Nadine El-Enany, *Bordering Britain: Law, Race and Empire*, Manchester: Manchester University Press, 2020.

Poderíamos, por exemplo, tentar pensar em quais justificações identitárias assentam as políticas de fronteiras e como, na imaginação ocidental, isso está intimamente ligado com o facto de as ideias de “Europa” e de “África” terem sido construídas a partir do imaginário colonial. Neste sentido, essas ideias assentam ora na narração do Mediterrâneo como espaço de cisão, de demarcação entre Norte e Sul (em detrimento do reconhecimento do mar como espaço comum e ponto de contacto), ora da narração do Atlântico como lugar de “expansão”. Tal como aconteceu pela dialética Europa/África, a ideia de Europa ou, até, de imaginários nacionais foram construídos em contraposição com a de “Oriente”, com as consequentes racializações relacionadas com imaginários coloniais⁶⁴². A fronteira como muro, como divisão, volta com o contexto pandémico em toda a sua força: o seu reforço é invocado em nome de questões sanitárias de propagação do vírus, mas também de ameaças entendidas como sendo exteriores ao corpo da nação ou, até do continente. Se, com a pandemia, para o Ocidente ficou impossível não lidar com a morte⁶⁴³, é inegável o facto de que, ao mesmo tempo, a forma em que ele lida com as mortes que acontecem fora do seu espaço (ou para retomar a metáfora) do seu corpo, tenha sido problemática. Lembram-nos disso as precárias condições dos campos de refugiados às fronteiras do continente europeu (baste pensar no incêndio do campo de Moria em Setembro de 2020) ou as derivadas dos naufrágios no Mediterrâneo.

É à luz destas considerações e neste sentido que a reflexão sobre identidade, nação, conflito, história e representações culturais, mas também sobre colonialismo e construção social da raça, desenvolvem um papel imprescindível para compreendermos as formas como as fronteiras são mobilizadas no mundo contemporâneo. Essas reflexões críticas permitem, concluindo, que se possam pensar, conceber e estratégias coletivas no sentido de uma justiça social, para que as palavras “bordered” e “borderless” possam vir a ser concretamente intercambiáveis.

⁶⁴² Essas questões foram desenvolvidas, nos últimos anos, também em obras coletivas: Nicholas de Genova, *The borders of Europe. Autonomy of Migration, Tactics of Bordering-* Durham and London: Duke University Press, 2017; Mats Andrén, Thomas Lindkvist, Ingmar Söhrman and Katharina Vajta (org), *Cultural Borders of Europe Narratives, Concepts and Practices in the Present and the Past*, Berghahn Books, 2019; Karina Horsti, *The Politics of Public Memories of Forced Migration and Bordering in Europe*, Palgrave Macmillan, 2019. Destacamos ainda, pelo que respeita a rota balcânica: Reece Jones. *Violent Borders: Refugees and the Right to Move*. London - New York: Verso, 2016.

⁶⁴³ «L’‘homme occidental blanc’ ne peut plus faire comme si la mort ne le concernait pas. Entretien avec Achille Mbembe por Victorine De Oliveira», in *Philosophie Magazine*, 20/04/2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 - Fontes:

1.1 – Fontes: Arquivos

AHD – Arquivo Histórico - Diplomático, AHD/ MU/ GM/ GNP/ 169.

_____ AHD/ RNP / 0617/ 03969 – Informação nº 676-A sobre José Craveirinha – Gabinete dos Negócios Políticos, 6 folhas, 1963.

AMH - Arquivo Histórico Militar de Lisboa, o Coronel de Infantaria Jorge Frederico Velez Carço foi objecto de um processo político da PIDE em 1961, arquivado com a Cota PT/AHM/FO/033/1/408/95.

ANTT/ PT/AOS/CO/NE 21 Pasta 29.

_____ / CO UL-57 (Arquivo Salazar) 1961, Mar, 23, folha 306.

_____ / CO UL-57 (Arquivo Salazar) 1961, Mar, 23, pasta 2.

_____ / CO UL-57 (Arquivo Salazar) 1961, Mar, 23, pasta 3.

_____ / NE 21/ 18 NT 350 – 484, “Reunião da Comissão económica para a África, Addis -Abeba, 1958 – 1959 (secreto) – Lisboa, Janeiro de 1959”, 430 folhas.

_____ / NE 21/ 18 NT 350 – 484, “Reunião da Comissão económica para a África, Addis -Abeba, 1958 – 1959 (secreto) – Lisboa, Janeiro de 1959”, 430 folhas.

_____ / NE 21/ 18 NT 350 – 484

ANTT/PT/SNI, Caixa 526, Disponível em <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4330145>

ANTT/PT/ SNI CX 812, LIVROS A-2, NT 37.

ANTT /PT/PIDE DGS SC CI (2) 4236 NT 7330.

_____, / D-A/003/266854-1

_____, /CI (2), Reg 4293, folha 173-1.

_____, /CI (2), Reg 4293, folha 40.

_____, /CI (2), Reg 4293, folhas 37 e 38.

_____, /CI (2), Reg 4293.

_____, /SR 442/50, pasta 1, NT 2666-2668.

_____, 964/SR NT 970 451-452.

_____, CTCB 34, NT 4, Folhas 40, 42, 61, 99, 104, 116, 130, 132.

_____, Del A/ S Del L/ Gab/ 812/ NT 8054.

_____, Del Angola PI 100035 NT 1113, 44 folhas.

_____, Del C SR 3767 NT 4480

_____, Del. Angola PI 100035 NT 1113, folha 7.

_____, Del. C SR 3767 NT 4480.

_____, Delegação de Angola / Sub Delegação de Luanda/ Gab/ 812/ NT8054, folhas 15 e 16, autoria de Jorge Francisco.

_____, Delegação de Angola, Processo 5859/ NT 459, 133 folhas.

_____, Delegação de Angola, Processo 964/SR NT 521.

_____, Delegação de Angola, Processo 964/SR NT 970.

_____, PC 901/61 NT 5389, 2º volume.

_____, PROC 2756 CI (2) NT 7229, Carolina Noêmia Abranches de Sousa, 76 folhas.

_____, SC CI (2) 4236 NT7330 178-194

_____, SC CI (2) PROC. 4134 NT 7323, 151 folhas.

_____, SC CI (2) PROC. 4134 NT 7323.

_____, SC/ CI (2)4236, NT 7330, folhas 720 e 721.

_____, SC/563/62SR NT 3183

_____, SC/Processo crime 1875/64 (2 volumes): NT 5700, folhas 20 a 65.

ANTT/PT/TT/SCCIM/A/12/44, Serviços de Coordenação e Centralização de Moçambique, *Socialismo Africano*, Anexo à resenha nº 44/196, Folhas 14-27, de 1964.

_____, Serviços de Coordenação e Centralização de Moçambique, *Socialismo Africano*, Anexo à resenha nº 44/196, Folhas 14-27, de 1964.

ANTT/PT/TT/ SNI CX 812, LIVROS A-1.

_____, Arquivo COM/
PANFL. COLÓNIAS – ANGOLA 1974.

_____, Arquivo COM/
PANFL. COLÓNIAS – DIVERSOS e (s.d.) – 1961.

_____, *Comunicados e panfletos – Censura. Cinema/ Rádio Televisão, Imprensa escrita, Teatro – I/III.*

1.2 – Fontes: Jornais e revistas

«A patriótica acção da imprensa angolana nas suas várias formas posta em foco pelo Ministro do Exército à sua chegada a Lisboa», in *Jornal de Benguela* de 14 de Agosto de 1961.

«Agora que a O.N.U. já se pronunciou,.. brademos bem alto em Angola como em todo o Mundo Português: VIVA PORTUGAL!», in *Jornal de Benguela*, 24 de Abril de 1961, p. 1. Biblioteca do Governo Provincial de Luanda.

«Atentado contra a CEI» in *Mensagem*, nº 2, ano XV, Lisboa, Junho de 1963, págs.4 e 5.

«Carta de Alda Espírito Santo sobre os massacres de São Tomé», in *Um amplo movimento, Vol I* (até Fev. 1961), págs 504- 507.

«Conversa com Orlando Mendes», in *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, 8 de Dezembro de 1963, pág. 6.

«Corre o sangue do povo de angola! O governo salazarista ordena o massacre das populações indefesas! Castigo aos responsáveis! Que os criminosos colonialistas portugueses tirem as mãos de África», in *Avante!*, Ano 29, Série VI, nº 292, Agosto de 1960. Disponível em <http://www.ges.pcp.pt/bibliopac/imgs/AVT6292.pdf>

«Dum canto de Portugal a outro. Carta de Benguela. Crónica de João Falcato», in *Jornal de Benguela* de 16 de Março de 1961. Biblioteca do Governo Provincial de Luanda.

«Entrevista com João Aires», in *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, 28 de Fevereiro de 1963, pág. 8.

«Imprensa Africana», in *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, 28 de Fevereiro de 1963, pág. 8.

«Na sua primeira visita na qualidade de Gov. Geral de Angola estará entre nós nos dias 14 e 15 o sr. Gen. Venâncio Deslandes», in *Jornal de Benguela*, 7 de Abril de 1962, pág. 1.

«O problema do ensino universitário em África (apontamentos)», in *Cultura*, nº8, ano 2, SCA, Luanda, 1960 págs. 7 e 23

«Os centros de estudos universitários a funcionar no próximo ano satisfazem os anseios da Província», in *Jornal de Benguela*, 9 de Abril de 1962, págs. 1 e 5.

«Resolução sobre oposição portuguesa», policopiada em francês in *Um amplo movimento Itinerário do MPLA através dos documentos de Lúcio Lara*, Vol. II (1961-62), Luanda, Associação Tchiewka de documentação, 2006, p. 72.

A voz de Moçambique, Lourenço Marques, segunda quinzena de Março de 1961, pág. 6.

A voz de Moçambique, segunda quinzena de Abril de 1961.

ABC, Diário de Angola, 11/6/1963.

ABC, Diário de Angola, 26/4/1961.

ABC, Diário de Angola, 29/3/1961.

ABC, Diário de Angola, 5/7/1961.

ALBUQUERQUE, Orlando de. «Explicação Necessária», in Alda Lara, *Ivi*, p. 7.

_____ «A casa do tempo» in *Jornal de Benguela*, 22 de Março de 1962, pág. 5. (BNP, *Jornal de Benguela*, F.P.298, Bobine nº 52).

ANDRADE, Mário Pinto de. «Luandino Vieira: un nouveau langage au gré de l'inspiration du peuple» in *Africásia*

Aspectos da Huila, número 5 in «Notícias de Imbondeiro», número 40, Imbondeiro, Sá da Bandeira, 1962, p. 4.

Bohemia de 17/08/1962 (artigo «¡Fuera el colonialismo de Africa!»)

CABRAL, António. «O problema da censura», in *A voz de Moçambique*, Setembro de 1961, página 1.

_____, «Literatura ultramarina, literatura moçambicana», *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, segunda quinzena de Março de 1961, pág. 6.

CHELA, João da. «Crónicas da Huíla. Universidade... Universal!», in *Jornal de Benguela*, 2 de Abril de 1962, pág. 1

Coco Kahn, «Skin-lightening creams are dangerous – yet business is booming. Can the trade be stopped? » in *The Guardian*, 23 de Abril de 2018. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2018/apr/23/skin-lightening-creams-are-dangerous-yet-business-is-booming-can-the-trade-be-stopped> ;

CRAVEIRINHA, José. «Poema de Mangondo», in *O Intransigente*, 5 de Março de 1961, pág. 5.

CRAVEIRINHA, José. «Sacadura Falcão e as teorias de Darwin e Ellender», in *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, 11 de Maio de 1963, págs 10 e 12. Retirado de *A Tribuna*, Lourenço Marques, 5 de Maio de 1963.

Cultura, Ano III, nº 5/6, pág. 32.

Cultura, nº 5, ano 1, SCA, Luanda, Setembro de 1957, págs. 16 e 17.

FILHO, Ernesto Lara. «Poema para maninha», in *Jornal de Benguela*, 15 de Fevereiro de 1962, pág. 1.

FREYRE, Gilberto Freyre, «Hoje em dia, da Vera-cruz um terno abraço Angola-Brasil. Luso-tropicalismo», in *O Intransigente*, 3 de Maio de 1961.

http://ric.slihi.pt/Seara_Nova/visualizador/?id=09913.042.016&pag=14

http://ric.slihi.pt/Seara_Nova/visualizador/?id=09913.042.016&pag=16

KNOPFLI, Rui. «Uma nova teoria racista da poesia (poetas em escala júnior).» in *A voz de Moçambique*, 14 de Setembro de 1963.

NETO, Agostinho. «Quitandeira», in *O Intransigente*, 4 de Abril de 1962.

NORONHA, Rui de. in *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, segunda quinzena de Abril de 1961, pág. 7.

Notícias de Imbondeiro, nº 39, Sá da Bandeira, Imbondeiro, Novembro de 1962.

Notícias de Imbondeiro, nº29, Sá da Bandeira, Imbondeiro, Fevereiro de 1962.

Notícias de Imbondeiro, nº35/36, Sá da Bandeira, Imbondeiro, Agosto de 1962.

O Intransigente, 11 de Fevereiro de 1961.

O Intransigente, 19 de Março de 1961.

O Intransigente, Abril de 1961.

PRÍNCIPE, Sérgio. «Velhos e novos aspetos da arte de Colonizar», in *Jornal de Benguela*, 11 de Setembro de 1961, p. 11.

Révolution Africaine, nº 159, semaine du 11 au 19 Février 1966, pág. 24 in ANTT/PT/PIDE-DGS/CI (2), Reg 4293, folha 40.

SANTO, Alda Espírito. *Carta à Juventude*, folhas manuscritas in ANTT/PT/PIDE-DGS/CI (2), Reg 4293, folhas 158-1 a 158-5.

SILVA, Capitão Baptista Da. “Cerrar Fileiras”, panfleto do *Movimento Pró Libertação de Goa, Damão e Diu*, Lourenço Marques, 1964. Disponível online no arquivo Ephemera: <https://ephemerajpp.com/2017/01/14/movimento-pro-libertacao-de-go-da-damao-e-diu/>

SILVA, Raúl Candeias da. «Questões linguísticas. Bem prega Frei Tomás...», in *Jornal de Benguela*, 12 de Março de 1962, pág. 1.

_____, «O vírus do Sabichão», in *Jornal de Benguela*, 7 de Abril de 1962, págs. 1 e 6.

TAVARES, Vítor Silva. «Nós e os “nacionalistas” de Angola», in *O Intransigente*, 12 de Julho de 1961, páginas 1 e 2.

Um novo livro de Rodrigues Júnior», in *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, segunda quinzena de Abril de 1961, pág. 7.

1.3 – Fontes: Outros arquivos, artigos e recursos textuais online

“Luandino Vieira recusa o Prémio Camões”, no do *Ípsilon*, Suplemento do *Público*, em 25/05/2006. Disponível em www.publico.pt/2006/05/25/jornal/luandino-vieira-recusa-premio-camoes-80586

«“Os anos da cadeia foram muito bons para mim” – Primeira entrevista a Luandino Vieira sobre o Tarrafal», in *Público*, 1 de Maio de 2009. Disponível em <https://www.publico.pt/politica/noticia/os-anos-de-cadeia-foram-muito-bons-para-mim-1377921>

«Acácio Barradas, Uma perda irreparável», Entrevista com Acácio Barradas, in *JJ*, Out/Dez 2008, p.54.

«O luso-tropicalismo e o colonialismo português tardio», de 5 de Março de 2013, na revista online *Buala*. Disponível em www.buala.org/pt/a-ler/o-luso-tropicalismo-e-o-colonialismo-portugues-tardio

Acácio Barradas, Uma perda irreparável», Entrevista com Acácio Barradas, in *JJ*, Out/Dez 2008.

All Africa People's Conference, convocada em 1961 em Acra: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP78-00915R001300320009-3.pdf>

Angop, Agência Angola Press de 2 de Março de 2008, 19h41. Disponível em http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2008/2/9/Huambo-Dia-OMA-marcada-com-inauguracao-estatua-Deolinda-Rodrigues,d08e8555-f7c2-46c5-80b3-e54e9675207a.html

Artigo saído no *Público*, em 22 de Novembro de 2012. Disponível em www.publico.pt/2012/11/22/sociedade/reportagem/falar-de-etnias-ainda-e-tabu-1572743

Assemblée Nationale Francaise (<http://www.assemblee-nationale.fr/histoire/aime-cesaire/negritude.asp>)

BOUBOUTOU, Rose-Marie. «On devrait être fiers de notre peau noire», in *BBC Afrique*, 21 de Fevereiro de 2019. Disponível em <https://www.bbc.com/afrique/region-47280343>;

CABRAL, Amílcar. «Alguns princípios do partido» in *Unidade e Luta*, Lisboa, Seara Nova, 1974. Texto manuscrito disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07197.166.042>

_____ «Apontamentos sobre poesia caboverdiana», *Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação*, ano III, nº 28, Praia, Imprensa Nacional, 1 de Janeiro de 1952, págs. 5-8. Disponível <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04342.001.004#!6>

_____. «National Liberation and Culture», <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04309.007.010> .

CARDOSO, Joaquim Gomes. «Os censores do 25 de Abril: o pessoal político da censura à imprensa», in *JJ*, Jan/ Jun 2014, págs. 6 -34.

CARDOSO, Pedro. «Largo das heroínas», in *Rede Angola* de 23/03/2017. Disponível em <http://www.redeangola.info/roteiros/largo-das-heroinas/>

CASTANHEIRA, José Pedro. «Desapareceram os “dossiers” de Spínola e Costa Gomes», Lisboa, *Expresso*, 20 de Abril de 1996.

CRAMER, Maria. «Johnson & Johnson Will Stop Selling Skin-Whitening Lotions», in *The New York Times*, 19 de Junho de 2020. Disponível em <https://www.nytimes.com/2020/06/19/business/johnson-and-johnson-skin-whitening-cream.html>

D.L. 22/469, de 11 de Abril de 1933, publicado no Diário do Governo número 83.

D.L. 39.666, Art. 3ª, comma 2. Publicado em *Diário do Governo*, nº 110, de 20 de Maio de 1954. Disponível <https://dre.pt/application/conteudo/514819>

Disponível <http://www.novojornal.co.ao/sociedade/interior/tentaram-furtar-busto-em-bronze-de-deolinda-rodrigues-no-huambo-38570.html>

Glossário de Literatura Africana. Disponível em <https://pt.scribd.com/doc/311275095/Glossario-de-Lit-Africana>

<http://antifascistasdaresistencia.blogspot.com>

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=164837> ,
<https://ims.com.br/por-dentro-acervos/ele-fotografou-guevara-morto/>
<http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=037087>
<http://www.mediotejo.net/torres-novas-antonio-borga-retoma-tradicao-de-coloquios-criada-pelo-pai/>
https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/10/poesia-a-matsangaice-por-ocasião-da-passagem-de-32-anos-do-seu-desaparecimento-f%C3%ADsico.html?pr=95166&lang=pt

KAPPLER, Maija, «Unilever Calls Out Racism, But Still Sells Skin-Lightening 'Fair & Lovely' Products» in *The Huffington Post*, 18 de Junho de 2020, disponível https://www.huffingtonpost.ca/entry/unilever-skin-lightening-racism_ca_5ee79715c5b6cf93d4c85a22 ;

KITOMBE, Cecília. GRAÇA, Deonilde da, GAVIÃO, Isabel, FEKAYMÃLE, Leopoldina, KITOMBE Rosimira (ed), «Resistência económica das mulheres. Um desafio diário», in *Tuba! Informe*. Luanda: Ondjango feminista, 4º edição, Junho de 2020.

LUAMBA, Manuel. «Para quando avenidas com nomes dos heróis nacionais de Angola?» in *DW - Die Welle*, 08/12/2016. Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/para-quando-avenidas-com-nomes-dos-heróis-nacionais-de-angola/a-36687743>

Manifesto do MAC, Edição do Departamento de Informação Propaganda e Cultura do CC do PAIGC (1965). Disponível in <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04357.001.001>

PUSSETTI, Chiara Pussetti, PIRES, Isabel. «“Into the White”: o mercado do branqueamento da pele em Lisboa», in *Público*, 21 de Junho de 2020, Disponível em <https://www.publico.pt/2020/06/21/impar/noticia/into-the-white-mercado-branqueamento-pele-lisboa-1920737>

ROLDÃO, Cristina. «Feminismo negro em Portugal: falta contar-nos», in *Público*, 18 de Janeiro de 2019. Disponível

<https://www.publico.pt/2019/01/18/culturaipsilon/noticia/feminismo-negro-portugal-falta-contarnos-1857501>

SILVA, Reginaldo. «O "racismo" de Deolinda Rodrigues», in *Rede Angola – Notícias independentes sobre Angola*, 4 de Março de 2015, disponível <http://www.redeangola.info/opiniao/o-racismo-de-deolinda-rodrigues/>

Stanford Encyclopedia of Philosophy <https://plato.stanford.edu/entries/negritude/>

TAVARES, Vítor Silva. «Resistência é a Palavra», entrevista por Alexandra Lucas Coelho, in *Público*, 16 de Julho de 2007. Disponível em <https://www.publico.pt/2007/07/16/culturaipsilon/noticia/resistencia-e-a-palavra-1299603>

«Face au féminisme carcéral. Entretien avec Françoise Vergès» in *Trou Noir. Voyage dans la dissidence sexuelle*, 28/10/2020. Disponível <http://trounoir.org/?Face-au-feminisme-carceral-Entretien-avec-Francoise-Verges>

1.4 – Fontes: Material Audiovisual.

AZOULAY, Ariella Aïsha. *Un-Documented, Unlearning Imperial Plunder*, 2019.

CAETANO, Marcello. *Conversa em família*, RTP, 25:28 minutos. Disponível <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/conversa-em-familia-9/>

EISENSTEIN, Sergei. *Bronenósets Potyomkin*, Moscovo, 1925, 74 minutos.

FURTADO, Joaquim. *A Guerra*, episódio 37, Portugal, RTP, 2007.

PONTECORVO, GILLIO. *A batalha de Argel*, França-Itália, 1965.

LARA, Kamy *Mulheres de Armas*. Projecto Trilhos da Independência, Associação Tchiweka de Documentação. Angola: 2012, 12 min. Disponível <https://www.youtube.com/watch?v=6XZAGQi5gks>

_____. *São Nicolau, Eles não esqueceram*, Associação Tchiweka de Documentação (Angola, 2012, 24 minutos). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fdUUQdKs-jY>

1.5 – Fontes: Obras e publicações literárias

«Como se faz um boletim», in *Mensagem*, ano I, nº 3. Lisboa: CEI, Fevereiro de 1958, págs. 11 – 12.

«Conversando com Carlos Ervedosa» in *Mensagem*, nº3/4. Lisboa: CEI, Março Abril de 1960.

«Palavras do escritor Orlando da Costa na proclamação dos vencedores do Concurso Literário da CEI», in *Mensagem*, Ano XIV, nº 4, Lisboa, Novembro de 1962, págs 60 - 62.

AA.VV., *Mensagem. Casa dos Estudantes do Império, 1944 -1994*. Lisboa: UCCLA, 1994.

_____, *Mensagem. Casa dos Estudantes do Império, 1944 -1994*. Lisboa: UCCLA, 2015.

_____, *Mensagem. Casa dos Estudantes do Império, 1944 -1994*. Lisboa: UCCLA, 2015.

_____, «Les étudiants noirs parlent», in *Présence Africaine*, nº14, Paris : Éditions Présence. Africaine, 1953.

_____, 1961. *Memória de um ano decisivo*. Luanda: Associação Tchiweka de Documentação, 2015.

_____, *1º Encontro de Escritores de Angola*. Sá da Bandeira: Imbondeiro e Serviços Culturais da Câmara de Sá da Bandeira, 1963.

_____, *Angolanos no Tarrafal - Alguns casos de Habeas Corpus*. Porto: Afrontamento, 1974.

_____, *Arte e combate. Cartazes e postais do acervo do ATD*. Luanda: Associação Tchiweka de Documentação, 2017.

_____, *Exílios. Testemunhos de exilados e desertores portugueses na Europa (1961 – 74)*. Carcavelos: Associação de exilados políticos portugueses, 2016.

_____, *Mensagem*, nº3/4. Lisboa: CEI, Março Abril de 1960.

ABRANCHES, Henrique. «Panorama das línguas», in *Cultura*, ano 1, nº 4, Junho 1957.

ABREU, Antero. «Notas de Leitura. Coleção Imbondeiro», in *Cultura*, nº 12, Luanda, Novembro de 1960, pág. 10.

ABREU, Fernando. *Chile, Socialismo impossível*. Lisboa: Edição do autor, 1973.

ALBUQUERQUE, Orlando de. *Alda Lara: A Mulher e a Poetisa*, 1966.

ANDRADE, Garibaldino de. «Propósitos», in *O tesouro*, Coleção Imbondeiro, nº1. Sá da Bandeira: Imbondeiro, 1960.

_____. *O tesouro*, Coleção Imbondeiro, nº 1. Sá da Bandeira: Imbondeiro, 1960.

ANDRADE, Mário Pinto De. *Liberté pour l' Angola*. Paris: Maspero, 1962.

BALDWIN, James. *Another Country*. New York: Dial Press, 1962.

BASTOS, Baptista. *Cão velho entre flores*. Porto: Futura, 1974.

BLUM, Françoise. *Révolutions africaines. Congo, Sénégal, Madagascar années 1960-1970*. Rennes: Presse Universitaire de Rennes, 2014.

CABRAL, Amílcar. *Documentário*. Lisboa: Cotovia, 2008.

CAETANO, Marcello. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Record, 1974.

CARDOSO, António. «Empregado Bancário», in *Mákua* nº7, Imbondeiro (não publicado).

_____. «Poema», in *Poemas de circunstância*. Lisboa: CEI, 1961, pág. 15.

_____. «Poesia Angolana ou poesia em Angola», in *Cultura*, ano 1, nº 2-3, pág. 7.

CÉSAIRE, Aimé. *Discours sur le colonialisme*. Paris: Présence Africaine, 1955.

CONCHIGLIA, Augusta. *Agostinho Neto da guerrilha aos primeiros anos da independência*. Luanda: Fundação António Agostinho Neto, 2019.

COSME, Leonel. *Cultura e revolução em Angola*. Porto: Afrontamento, 1979.

CRAVEIRINHA, José. «Velha Cantiga», in *Poetas de Moçambique*. Lisboa: CEI, 1963, pág. 210.

_____. *Cela I*. Lisboa: Edições 70, 1980.

_____. «Grito Negro», in *Chigubo*. Lisboa: CEI, 1964, pág. 27.

_____. «Jambul», in *Chigubo*. Lisboa: CEI, 1964, pág. 26.

DÁSKALOS, Alexandre. *Poesia*, in Colecção de Autores Ultramarinos. Lisboa: CEI, 1961.

DIAS, João. *Godido*. Lisboa: CEI, 1952, pág. 23.

ENGELS, Frederic. *Anti-Düring*. Lisboa: Afrodite, 1971.

FALCATO, João. *As raízes de Angola*. Lisboa: Editorial Notícias, 1962.

FANON, Frantz. *Les damnés de la terre*. Paris: Maspero, 1961.

FELE, Buanga. “Qu’est-ce que le «luso-tropicalismo?»” in *Présence Africaine*., nº4, Paris: Éditions Présence Africaine, out/nov de 1955, pp. 25- 26. Disponível <http://casacomum.net/cc/visualizador?pasta=04330.008.006#!1>

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regimen de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt L.tda, 1933.

GALVÃO, Henrique. *O assalto ao Santa Maria*. Lisboa: Delfos, 1974.

HODIA, Enver, DEVERGER, Maurice e TEODORI, Maria Adele. *Albânia - O país das Águias*. Cadernos Dom Quixote nº 50. Lisboa: Dom Quixote, 1972.

HONWANA, Luís Bernardo. *Nós Matámos o cão tinhoso*. Porto: Afrontamento, 1972.

JACINTO, António. «Poema da alienação», in *Poemas*. Lisboa: CEI, 1961, págs. 34-38.

JOXE, Pierre. *Atlas du socialisme*. Paris : Tema Éditions, 1973.

JÚNIOR, Rodrigues. *Literatura Ultramarina (o escritor, o homem, o meio)*. Lourenço Marques: África editores, 1962.

JÚNIOR, Rodrigues. *Terra nossa na Costa do Malabar*. Lourenço Marques: África Edições, 1961.

LAMBO, Gonzaga, *Cancioneiro popular angolano (subsídios)*. Lisboa: CEI, 1962.

LARA, Alda. *Poemas*. Porto: Vertente, 1984.

LEDUC, Violette. *A bastarda*. Lisboa: Contemporânea/ Portugália, 1964 (1ª edição).

LENIN. *A catástrofe iminente e os meios de a conjurar*. Lisboa: Carlos Guerra. 1972.

LIMA, Manuel dos Santos. *Kissange*, Colecção de Autores Ultramarinos. Lisboa: CEI, 1961, pág. 9.

MARGARIDO, Alfredo (org). *Poetas de Moçambique, Colectânea da CEI*. Lisboa: CEI, 1960.

_____. «Prefácio», Alexandre Dáskalos, *Poesia*, Colecção de Autores Ultramarinos. Lisboa: CEI, 1961 (edição fac-similada). Lisboa: UCCLA, 2015, pp. 10 e 11.

MARGARIDO, Manuela. “Roça”, in *Poetas de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: CEI, 1963.

_____. *Alto como o silêncio*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1957.

MARX, Karl. *O capital*. Coimbra:Centelha, 1974.

_____. *O Capital*. Lisboa: Delfos, 1973.

MILHEIROS, Mário. «Etnografia angolana. Esboço para um estudo etnográfico», in *Mensário administrativo: publicação de assuntos de interesse ultramarino / direcção dos Serviços de Administração*, 1951.

NETO, Agostinho. «Certeza», in *Poemas*. Lisboa: CEI, 1961, págs 35-37.

- _____. «Criar», in *Poemas*. Lisboa: CEI, 1961, págs 30-31.
- _____. «Introdução a um colóquio sobre POESIA ANGOLANA», in *Cultura*, Ano III, nº 5/6, Lisboa, 1960, págs 45 -51.
- NOBRE, Maria de Conceição. *Antologia de poesias angolanas*. Nova Lisboa, 1958.
- OLIVEIRA, Mário António de. *Chicote no Templo*. Porto: Afrontamento, 1972.
- _____. «Uma vasta zona de mestiçagem cultural», in *Mensagem*. Lisboa: CEI, 1962, págs. 41-42.
- _____. *A Sociedade angolana do fim do século XIX e um seu escritor*. Luanda: Nós, 1961.
- PINTO, Arnaldo. *Cela sem número*. Porto: Edição do autor, 1973.
- RAMALHO, José. «Alarm spreads as executions continue», in *To the Point*. Johannesburg: 1 de Junho de 1979.
- _____. «Ivone» in *Mensagem*, nº1. Lisboa: CEI, 1962, págs. 64-65.
- RIBAS, Óscar. «Da simpatia e do sagrado nalguns livros recentes de ficção em prosa», in *Colóquio, revista de Artes e Letras*. Lisboa: Fundação Gulbenkian, nº12, 1961.
- _____. «Da simpatia e do sagrado nalguns livros recentes de ficção em prosa», in *Colóquio, revista de Artes e Letras*, nº12. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1961.
Disponível in <http://coloquio.gulbenkian.pt/al/sirius.exe/artigo?300>
- _____. *Missosso: literatura tradicional angolana*. Luanda: 1961.
- RODRIGUES, Deolinda. *Diário de um exílio sem regresso*. Luanda: Editorial Nzila, 2003.
- SANTO, Alda Espírito. «Aos combatentes da liberdade», in *É nosso o solo sagrado da terra*. Lisboa: Ulmeiro, 1978, p. 107.
- _____. «Entrevista», in Michel Laban, *São Tomé e Príncipe. Encontro com escritores*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 2002, p.65.
- _____. «Où sont-ils les hommes chassés par ce vent de folie?», in *Croissance des Jeunes nations*, nº 103, 1970. In ANTT/PT/PIDE-DGS/CI (2), Reg 4293, folha 193 e seguintes

_____. «Oú sont-ils les hommes chassés par ce vent de folie?», in *Croissance des Jeunes nations*, nº 103, 1970. Contido em ANTT/PT/PIDE-DGS/CI (2), Reg 4293, folha 193 e seguintes.

_____. «Prefácio» in *É nosso o solo sagrado da terra*. Lisboa: Ulmeiro, 1978.

SANTOS, Arnaldo. *Fuga*. Lisboa: CEI, 196, pág 7

_____. *Quinaxixe*. Lisboa: CEI, 1965.

SOUSA, Noémia de. «Poema de João», in *Sangue Negro*. São Paulo: Kapulana, 2016, p. 106.

_____. «Apelo», in *Sangue Negro*. São Paulo: Kapulana, 2016, pp. 83-84.

_____. «Moças das docas», in *Sangue Negro*. São Paulo: Kapulana, 2016, págs. 79-80.

_____. «Nossa irmã a lua», in *Sangue Negro*. São Paulo: Kapulana, 2016, pp. 28-29.

_____. «Poema», in *Sangue Negro*. São Paulo: Kapulana, 2016, pp. 54-55.

_____. «Súplica», in *Sangue Negro*. São Paulo, Kapulana, 2016.

TAVARES, Vítor Silva. *Hot&etc*, in Coleção Imbondeiro, nº 60. Sá da Bandeira: Imbondeiro, 1964.

TENREIRO, Francisco José e ANDRADE, Mário Pinto de (org). *Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Editora Gráfica Portuguesa, Abril de 1953.

_____. «Processo Poesia», in *Mensagem*, ano XV, número 1. Lisboa: CEI, Abril de 1963, págs. 5 - 11.

VIEIRA, Luandino. «A fronteira do asfalto», in *A cidade e a infância. Contos*. Lisboa: CEI, 1960.

_____. *A cidade e a infância. Contos*. Lisboa: CEI, 1960.

_____. *Luuanda*. Lisboa: Edições 70, 1974.

_____. *Luuanda*. Lisboa. Edições 70, 1965.

2 – Estudos.

AAVV. *Return to the Source, Selected Speeches by Amílcar Cabral*. New York and London: Africa Information Service, Monthly Review Press, 1973.

_____. *Um amplo movimento, Itinerário do MPLA através de documentos e anotações de Lúcio Lara*. Terceira edição revista e aumentada. Luanda: Associação Tchiweka de Documentação (ATD), 2017.

ABBINK, Jon, BRUIN, Mirjam de, WALRAVEN, Klaas van (org). *Rethinking Resistance. Revolt and Violence in African History*-Leiden-Boston: Brill, 2003.

ADI, Hakim. *Pan-Africanism, a history*. New York- London: Bloomsbury Academic, 2018.

AJAYI, J.F. Ade (org). *História Geral da África VI, África do Século XIX à década de 1880*. Brasília: Unesco, 2010.

ALLMAN, Jean, GIGER, Susan, MUSISI, Nakanyke (org), *Women in African colonial histories*. Bloomington: Indiana University Press, 2002.

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London – New York: 2006 (First edition: 1983).

ANDRADE-WATKINS, «The origins and development of liberation cinema: 1969-1978» in HARROW, Kenneth W.(org). *African Cinema: Postcolonial and Feminist Readings*. Trenderon: Africa World Press, 1999.

ANDRADE, Adriano de Guerra. *Dicionário de pseudônimos e iniciais de autores portugueses*. Lisboa: Edição Biblioteca Nacional, 1999.

ANDRÉ, João Maria. *Multiculturalidade, identidades e mestiçagem: o diálogo intercultural nas ideias, na política, nas artes e na religião*. Coimbra: Palimage, 2012.

ANDRÉN, Mats, LINDKVIST, Thomas, SÖRMAN, Ingmar, VAJTA, Katharina (org). *Cultural Borders of Europe Narratives, Concepts and Practices in the Present and the Past*, Berghahn Books, 2019;

ASHCROFT, GRIFFITHS, TIFFIN (org). *The empire writes back, theory and practice in post-colonial literatures*. London: Routledge, 2002.

AZAR, Michel. «In the name of Algeria, Frantz Fanon and the Algerian Revolution», in ALESSANDRINI, Anthony C.(org), *Frantz Fanon, Critical perspectives*. London: Routledge, 1999.

AZEVEDO, Cândido de. *Mutiladas e proibidas, Para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*. Lisboa: Caminho, 1997, págs. 47-52.

AZOULAY, Ariella Aïsha. *Potential History. Unlearning imperialism*. London-New York: Verso, 2019.

BÁEZ, Fernando. *História universal da destruição dos livros*. Lisboa, Texto Editores, 2009.

BAHULE, Cremildo. «Literatura moçambicana: um mshao em sedimentação», in *Jornal Notícias*, 5 de Novembro de 2013. Disponível <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/caderno-cultural/5870-literatura-mocambicana-um-msaho-em-sedimentacao.html>

BENEDICT, Ruth. *Patterns of Culture*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1934.

BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas. Trajectórias da Contestação Angolana*. Lisboa: UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Vega Editora, 1999.

BOCA, Angelo del, *Italiani, brava gente*. Vicenza: Neri Pozza, Vicenza, 2005.

BOIS, W.E.B Du. «The Study of the Negro Problems», in Philip Foner (ed.), *W.E.B. Dubois speaks. Speeches and addresses (1890-1919)*. New York: Pathfinder press, 1970.

BOMBA, Daniel. «Les chemins de la fiction narrative», in *Littérature du Mozambique, Revue du livre: Afrique, Caraïbes, Océan Indien*, nº 113. Paris: Notre Libraire, Abril-Junho de 1993, págs. 58-61.

BONI, Tanella. «Femmes en Négritude: Paulette Nardal et Suzanne Césaire», in *Rue Descartes*, vol. 83, no. 4, 2014, págs. 62-76, doi <https://doi.org/10.3917/rdes.083.0062> .

BOUKARI-YABARA, Amzat. *Africa Unite! Une histoire du panafricanisme*. Paris: Éditions La Découverte, 2014.

BRAIDOTTI, Rosi e GILROY, Paul. *Conflicting humanities*, London, Oxford, New York, New Delhi, Sidney: Bloomsbury publishing, 2016.

BRUGIONI, Elena. «Literaturas africanas comparadas e Oceano Índico. Contrapontos críticos para uma reflexão em torno do romance histórico no Índico africano», in SCHURMANS, Fabrice e RIBEIRO, Margarida Calafate (org) *Ler na fronteira. As literaturas africanas de língua portuguesa em perspetiva comparada*. Coimbra: E-Cadernos do CES, 2016, p. 40.

CABRAL, Amílcar. «Alguns princípios do partido» in *Unidade e Luta*. Lisboa: Seara Nova, 1974.

_____. «National Liberation and Culture», *Return to the Source, Selected Speeches by Amílcar Cabral*. New York and London: Africa Information Service Monthly Review Press, 1973.

CAHEN, Michel Cahen. «Massacre de Mueda, Moçambique (1960)», in *As voltas do passado. A guerra colonial e as lutas de libertação*. Lisboa: Tinta da China, 2018, págs. 40 – 47.

CAMEIRA, Emanuel Chaves Pimenta Cabral. *A & Etc de Vitor Silva Tavares*, Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2018, p.78. Disponível em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34078/1/ulsd731700_td_Emanuel_Cameira.pdf

CARDINA, Miguel, MARTINS, Bruno Sena (org.), *As voltas do passado. A guerra colonial e as lutas de libertação*. Lisboa: Tinta da China, 2018.

CASTELO, Cláudia. «"Novos brasis" em África, desenvolvimento e colonialismo português tardio», in *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 30, nº 53, p.507-532, mai/ago 2014.

_____. «A mensagem luso-tropical do colonialismo português tardio: o papel da propaganda e da censura», in MARTINS, Moisés de Lemos (org.), *Lusofonia e*

interculturalidade: promessa e travessia. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2015.

_____, JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org), *Casa dos Estudantes do Império. Dinâmicas coloniais, conexões transnacionais*. Lisboa: Edições 70, 2017.

_____. “«O branco do mato de Lisboa»: a colonização agrícola dirigida e os seus fantasmas», in Castelo, Thomaz, Nascimento, Cruz e Silva, (org), *Os Outros da Colonização, Ensaio sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: ICS, 2012.

_____. “«O branco do mato de Lisboa»: a colonização agrícola dirigida e os seus fantasmas, in Cláudia Castelo, Omar Ribeiro Thomaz, Sebastião Nascimento, Teresa Cruz e Silva (org), *Os outros da Colonização. Ensaio sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: ICS, 2012.

_____. «"Novos brasis" em África, desenvolvimento e colonialismo português tardio», in *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 30, nº 53, p.507-532, mai/ago 2014, p.509.

_____. «A mensagem luso-tropical do colonialismo português tardio: o papel da propaganda e da censura», in *Lusofonia e interculturalidade: promessa e travessia*, Moisés de Lemos Martins (org.), Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2015, p. 454.

_____. «Casa dos Estudantes do Império (1944-1965): uma síntese histórica», in *Mensagem, Casa dos Estudantes do Império, 1944-1994*, número especial. Lisboa: UCCLA, 1994, págs. 25 - 29.

_____. THOMAZ, NASCIMENTO, CRUZ E SILVA. «Tardo-colonialismo e produção de alteridades», in *Os outros da colonização, ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa, ICS, 2012.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago e GROSGOUEL, Ramón (org). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CERQUEIRA, Fernando. *Portugal na Guerra Colonial. Treze anos de isolamento?*, Lisboa: Mercado das Letras, 2015.

CESARI, Chiara de, KAYA, Ayhan (org). *European memory in populism. Representations of Self and Other*. London – New York: Routledge, 2019.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Woodstock: Princeton University Press, 2000.

CHAVES, Rita. «Luuanda: a traição bem-vinda», in *Diacrítica*, 2014, vol.28, n.3, 2014, págs.51-64.

CHERK, Alice. Préface à l'édition de 2002, in Frantz Fanon, FANON, Frantz. *Les damnés de la terre*. Paris: La découverte, 2002.

CILL, Nicholas J., CULBERT, David, WELCH, David (org). *Propaganda and mass persuasion, a historical encyclopedia, 1500 to present*. Santa Barbara: ABC Clio, 2003.

COELHO, Rui Gomes. «An archaeology of decolonization: Imperial intimacies in contemporary Lisbon» in *Journal of Social Archaeology*, 2019, Vol. 19(2) 181–205. Sage, pp. 181 – 205.

COELHO, Tomás Lima. *Autores e escritores de Angola (1642 – 2018)*. Luanda – Lisboa: Autores Club, 2019.

CONDÉ, Maryse, *La Vie sans fards*. Paris: Éditions Jean Claude Lattes, 2012.

CONNERTON, Paul. *How societies remember*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

COOPER, Frederick. *Histórias de África. Capitalismo, Modernidade e globalização*. Lisboa. Edições 70, 2016.

CORREIA, Pedro de Pezarat *Da descolonização. Do proto-nacionalismo ao pós-colonialismo*. Tese de Doutoramento defendida na Universidade de Coimbra, 2017, pág. 67. Disponível <http://hdl.handle.net/10316/40871>)

COSME, Leonel. «"Recordar é viver": Memórias de Imbondeiro e Luuanda, in *Cultura, Jornal Angolano de Artes e Letras*, 19 de Janeiro de 2015. Disponível in <http://jornalcultura.sapo.ao/letras/recordar-e-viver-memorias-de-imbondeiro-e-luuanda/fotos>

_____. «"Recordar é viver": Memórias de Imbondeiro e Luuanda, in *Cultura, Jornal Angolano de Artes e Letras*, 19 de Janeiro de 2015. Disponível in <http://jornalcultura.sapo.ao/letras/recordar-e-viver-memorias-de-imbondeiro-e-luuanda/fotos>

_____. «A Imbondeiro no Brasil», in *Revista Ecos*, Vol. 17, Ano XI, nº 02, 2014, pp. 109 – 117.

_____. *Cultura e revolução em Angola*. Porto: Afrontamento, 1979.

CRIPPA, LARANJEIRA, Pires. *Alda Espírito Santo: negritudinista, pró-feminina e descolonizada*.

ROLDÃO, Cristina, BA, Mamadou, ARAÚJO, Marta. «Recolha de dados étnico-raciais nos Censos 2021: um passo à frente no combate ao racismo», in *Público* de 16 de abril de 2019.

CRUZ, Domingos da. *Racismo: o machado afiado em Angola*. Cascais: Rui Costa Pinto Edições, 2019.

CURRY, Dawne Y. *Apartheid on a Black Isle. Removal and resistance in Alexandra, South Africa*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

CURTO, Diogo, CRUZ, Bernardo Pinto da, FURTADO, Teresa (org), *Políticas coloniais em tempo de revolta – Angola circa 1961*. Porto: Afrontamento, 2016.

DAVIDSON, Basil. «Os valores coloniais portugueses», in FERREIRA, Eduardo de Sousa. *O fim de uma Era. O Colonialismo Português em África*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1974, págs. 6-25.

DAVIS, Angela. *Are Prisons obsolete?*. New York: Seven Stories Press, 2003.

_____. *Women, Culture and Politics*. New York: Vintage Books, 1990.

_____. *Women, race and class*. New York: Random House, 1981.

DELUNAY, Morgane. *Le processus d'intégration des retornados au Portugal (1975-2018): analyse comparée avec le cas français des pieds-noirs d'Algérie*, Tese de Doutoramento <http://hdl.handle.net/10071/19909>

DERRIDA, Jacques. *L'écriture et la différence*. Paris: Éditions du Seuil, 1967.

DI ANGELO, Robin, *White Fragility. Why it's so hard for white people to talk about racism*, Boston: Beacon Press, 2018.

DIONE, Maurice Soudieck. «Les impasses épistémologiques autour de l' object Afrique», in Achille Mbembe, Felwine Sarr (org), *Écrire l' Afrique-Monde*, Paris, Philippe Rey - Dakar, Jimsaan, 2017, págs 119 – 133.

DOS SANTOS, Donizeth Aparecido. «Da ruptura à consolidação: um esboço do percurso literário angolano de 1948 a 1975», *UEPG, Letras e Artes*. Ponta Grossa, jun. 2007.

EBENGA, Jacques e N'LANDU, Thierry. «The Congolese National Army: In search of an identity» in *Evolutions & Revolutions, Democratic Republic of the Congo*. Disponível <https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/EVOLUTCHAP3.PDF>

EDDO-LODGE, Reni, *Why I'm no longer talking to white people about race*, London, Oxford, New Delhi, Sydney: Bloomsbury, 2017

EL-ENANY, Nadine. *Bordering Britain: Law, Race and Empire*. Manchester: Manchester University Press, 2020.

EMERSON, R. «Self Determination», in *American Journal of International Law*, Vol. 65, 1971, págs. 459 -475. Disponível em www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/E1B317190AE2F5FF70E810289C63E905/S0002930000147244a.pdf/selfdetermination.pdf

ERVEDOSA, Carlos. «A década de 50. O movimento dos novos intelectuais de Angola. Mensagem e Cultura», in *Roteiro da Literatura Angolana*. Luanda: UAE, 1985.

_____. *Roteiro da Literatura Angolana*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1979.

EVANS, Martin (org). *Empire and Culture The French Experience, 1830–1940*. Basingstoke - New York: Palgrave Macmillan, 2004.

FANON, Frantz. «Descolonização e Independência», in *Em defesa da Revolução Africana*. Luanda: INALD (Instituto Nacional do Livro e do Disco), 1980.

_____. *Alienação e Liberdade - Escritos Psiquiátricos*, São Paulo: Ubu Editora, 2020.

_____. *Decolonizzare la follia, Scritti sulla psichiatria coloniale* (Saggio introduttivo e cura di Roberto Beneduce). Verona: Ombre Corte, 2020.

_____. *Les damnés de la terre*, Paris: La découverte, 2002.

_____. *Les damnés de la terre*. Paris: Éditions François Maspero, 1961.

_____. *Les damnés de la terre*. Paris: La découverte, 2002.

FARIA, Margarida Lima de e BOAVIDA, Sara. «Os associados da Casa dos Estudantes do Império: breve análise sociográfica», in CASTELO, Cláudia Castelo, JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org). *Casa dos Estudantes do Império. Dinâmicas coloniais, conexões transnacionais*. Lisboa: Edições 70, 2017, págs. 35 – 88.

FEDERICI, Silvia. *Caliban and the Witch: Women, The Body and Primitive Accumulation*. New York: Autonomedia, 2004.

_____. *Calibano e la strega: Le donne, il corpo e l'accumulazione straordinaria*. Milano: Mimesis, 2015.

FERGUSON, Jeffrey B. *The Harlem Renaissance, a brief history with documents*, The Bedford series in History and Culture. New York: Bedford, 2008.

FERREIRA, Eduardo de Sousa. *O fim de uma Era. O Colonialismo Português em África*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1974.

FERREIRA, Manuel. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa II*. Amadora: Bertrand, Biblioteca Breve, 1997.

FILIPPI, Francesco. *Ma perché siamo ancora fascisti? Un conto rimasto aperto*. Torino: Bollati Boringhieri, 2020.

FOUCAULT, Jean Michel. *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard, 1975.

_____. *Power/Knowledge, Selected Interviews and Other Writings, 1972-77*, Colin Gordon (ed), New York: Pantheon Books, 1977, págs 114-115.

_____. *Discipline and Punish, The birth of the prison*. New York: Vintage Books, 1995.

FREUDENTHAL, Rosinha. «Meio século da CEI», in *Mensagem, Casa dos Estudantes do Império, 1944-1994*. Lisboa: UCCLA, 2015.

FURTADO, João Carlos Mourato Lopes. *Angolanidade a autonomia na cultura do Sudoeste de Angola. Memória de Imbondeiro*, Dissertação de Mestrado, orient. Pires Laranjeira, Coimbra: 2005.

GENOVA, Nicholas de. *The borders of Europe. Autonomy of Migration, Tactics of Bordering-* Durham and London: Duke University Press, 2017

GILROY, Paul. *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. Massachusetts: Harvard University Press, 1993.

GIULIANI, Gaia e LOMBARDI-DIOP, Cristina. *Bianco e nero. Storia dell'identità razziale degli italiani*. Firenze e Milano: Le Monnier/Mondadori Education, 2013.

_____. *Race, Nation and Gender in modern Italy. International representations in visual Culture*, London, Palgrave Mac Millian, 2019.

GORJÃO, Vanda. *Mulheres em tempos sombrios – oposição feminina ao Estado Novo*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Letteratura e vita nazionale*, Perugia: Editori Riuniti, 1971.

GUMPTA, Pamila. «Gandhi and the Goa Question», in *Public Culture*. Duke University Press, volume 23, nº 2, 2011, págs. 321-330. Disp. <https://read.dukeupress.edu/public-culture/article-abstract/23/2/321/98554/Gandhi-and-the-Goa-Question?redirectedFrom=PDF>

_____. *Portuguese Decolonization in the Indian Ocean World: History and Ethnography*. New York: Bloomsbury Academic, 2018.

HALL, Stuart. «Introduction: Who Needs 'Identity'? in HALL, Stuart, GAY, Du (org). *Questions of cultural identity*. London: Sage Publications, 2003.

HAMILTON, Lawrence. *Freedom is Power. Liberty Through Political Representation*, Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

HARDT, Hardt, NEGRI, Antonio. *Empire*. Cambridge, London: Harvard University Press, 2000, págs. 43 -44.

HARTMAN, Saidiya. *Wayward lives, beautiful experiments. Intimate histories of social upheaval*. New York, London: W.W. Norton and company, 2019.

HASIAN, Marouf Jr. *Restorative Justice, Humanitarian Rhetorics, and Public Memories of Colonial Camp Cultures*. New York: Palgrave Mac Millan, 2014.

HENRIQUES, Isabel Castro. *Território e Identidade na construção da Angola colonial*. Lisboa: Centro de História da UL, 2005.

HENRIQUES, Joana Gorjão. *Racismo no país de brancos costumes*. Lisboa: Tinha da China, 2018.

HOBBSBAWM, Eric. «Introduction: Inventing traditions», in Eric Hobsbawm, Terence Ranger (org), *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, Cambridge, 2000 (1st edition: 1983).

HOGSBJERG, C.J. «C.L.R. James and Italy's Conquest of Abyssinia», in *Socialist History*, nº 28, 2006

HOOKS, bell. *Ain't I a Woman*. Boston: South End Press, 1981.

HORSTI, Karina. *The Politics of Public Memories of Forced Migration and Bordering in Europe*. Palgrave Macmillan, 2019.

http://bd.fondazionegramsci.org/bookreader/libri/questione_meridionale_124749.html

HUTCHINSON, George (rg). *The Cambridge Companion to the Harlem Renaissance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

IGLÉSIAS, Olga. «O Movimento Associativo Africano em Moçambique. Tradição e Luta (1926-1962)», in *Africanologia. Revista lusófona de Estudos Africanos*, vol. 2, 2019, págs 179- 214.

JAMES, C.L.R. *The Black Jacobins: Toussaint Louverture and the San Domingo Revolution*. London: Secker and Warburg, 1938.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira. *Livros brancos, almas negras. A «missão civilizadora» do colonialismo português, c. 1870-1930*. Lisboa: ICS, 2010.

JHONSON, James Weldon (org). *The Book of American Negro Poetry: Chosen and Edited, with an Essay on the Negro's Creative Genius*. New York: Harcourt, Brace, 1922, pág XVI.

JOHNSON, J.R. (alias JAMES, C.L.R.) 'Why Negroes should oppose the war', *Socialist Appeal*, Setembro- Outubro 1939.

JONES, Donna. *The Racial discourses od Life philisophy, Negritude, Vitalism, and Modernity*. New York: Columbia University Press, 2012.

JONES, Reece. *Violent Borders: Refugees and the Right to Move*. London - New York: Verso, 2016.

JUNIOR, Addison Gale. «The Harlem Renaissance: towards a black aesthetic», in *American Studies*, 11(2), págs. 78-87. Disponível <https://journals.ku.edu/amsj/article/view/2449>

KANDJIMBO, Luís. «Agostinho Neto, escritor e intelectual orgânico», in *Cultura*, Jornal de Angola, Luanda, 27 de Setembro de 2020.

KANNEH, Kadiatu. *African identities. Race, nation and culture in ethnography, pan-africanism and black literatures*. London and New York: Routledge, 2002.

KATJAVIVI, Peter H. *History of Resistance in Namibia*, Africa World Press, Inc, Trenton, 199, pág. 21.

KATSAKIORIS, Constantin. «L'union soviétique et les intellectuels africains. Internationalisme, panafricanisme et négritude pendant les années de la décolonisation, 1954-1964», in *Cahiers du Monde Russe*, n° 47, 1/2, 2006, págs 15 – 32.

KATTO, Joana «Liberating Taste: Memories of War, Food and Cooking in Northern Mozambique», in *Journal of Southern African Studies*, Volume 46, 2020, issue n° 5. Disponível <https://doi.org/10.1080/03057070.2020.1793518>

KESTELOOT, Lilyan. *Black writers in French, A literary History of Negritude*. Philadelphia: Temple University Press, 1977.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação. Episódios de racismo quotidiano*. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

LABAN, Michel. «Encontro com Fernando Costa Andrade» in *Angola, Encontro com escritores*, I vol, Fundação Engenheiro António de Almeida, Porto, 1991, pág. 465-492
_____. *Moçambique, encontro com escritores*, volume I. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1988, pp. 237-346.

LABANCA, Nicola. *Oltremare. Storia dell' Espansione coloniale italiana*. Bologna: Il Mulino, 2007.

LACERDA, Daniel. «Agostinho Neto nas Malhas da PIDE. Uma resistência triunfante», in *Latitudes. Cahiers Lusophone.*, *Agostinho Neto poète et homme politique angolais*, nº 41-42, Janeiro 2012, págs. 88 – 95.

LARANJEIRA, Pires. «Introdução à poesia pré-angolana (1948- 1974)», in *Antologia da poesia pré-angolana*. Porto: Afrontamento, 1976, págs. 11- 25.

LAU, Brigitte (org). *An Investigation of the Shooting at the Old Location on 10 December*, DISCOURSE/MSORP Publications, Jan 1995, pág. 22. Disponível <http://namibia.leadr.msu.edu/files/original/9ecde8fb56b809e77dee52df45fe3abf.pdf>

LAZARUS, Neil. «Disawoing Decolonization. Fanon, nationalism, and question of representation in postcolonial theory», in ALESSANDRINI, Anthony C. (org). *Frantz Fanon, Critical perspectives*. London: Routledge, 1999, págs. 385- 386.

LEITE, Ana Mafalda, OWEN, Hilary, CHAVES, Rita, APA Livia. (org), *Nação e Narrativa Pós-colonial I. Angola e Moçambique*, Lisboa: Colibri, 2012.

_____. *Literaturas Africanas e Formulações Pós-Coloniais*. Lisboa: Colibri, 2003.

LINDEN, Marcel Van der. «O conceito marxiano de proletariado: uma crítica», in *Sociologia e Antropologia*, vol. 6, nº.1, Rio de Janeiro, jan./abr. 2016.

LISBOA, João Luís. “Hayden White, Ricoeur e os desafios morais da História.” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, nº 6 (2018): 97-104.

_____. *Então, o quê? A história que (se) conta é problemática*. Lisboa: Humus, 2018.

LOCKE, Alain. *The New Negro*. London: Simon & Shuster, 1999.

LODGE, Tom. *We are being punished because we are poor. The Bus Boycotts of Evaton and Alexandra, 1955-1957*. Witwatersrand: African Studies Seminar Paper, University of Witwatersrand, March 1979.

LOOMBA, Ania. *Colonialism/ Postcolonialism*. London: Routledge, 2015.

LOPO, Júlio de Castro. *Jornalismo de Angola. Subsídios para a sua história*, Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964.

LU, Denise, SESHAGIRI, Ashwin Seshagiri, PARK, Haeyoun, GRIGGS, Troy. «Faces of Power: 80% Are White, Even as U.S. Becomes More Diverse», *New York Times*, 9 de Setembro de 2020.

LUBABU, Tshitenge M.K. «Naissance du Rassemblement démocratique africain», in *Jeune Afrique*, 15/10/2007

LUCKÁCS, György. *Estetica*, Volume I. Torino: Piccola Biblioteca Einaudi, 1976.

MABEKO-TALI, Jean Michel. *Guerrilhas e lutas sociais. A história do MPLA perante si próprio (1960-77)*. Lisboa: Mercado das Letras, 2018.

MARGARIDO, Alfredo. Littérature et nationalité», in *Politique Africaine* n°29. *Mozambique: guerre et nationalisme*, 29/95/2013, pág. 63. Disponível in <https://polaf.hypotheses.org/4728>

MARQUES, Aldina, DUARTE, Isabel Margarida, PINTO Alexandra Guedes, PINHO, Catarina. «A construção da identidade da mulher em revistas do Estado Novo», in *Ex æquo*, n° 39, 2019, págs. 71-88.

MARQUES, Irene Guerra, FERREIRA, Carlos. *O boletim Cultura e a Sociedade Cultural de Angola*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, Agosto de 2013.

MARTINHO, Ana Maria. “Reflexões em torno dos contributos literários na *Mensagem* da Casa dos Estudantes do Império”, in *Mensagem, 1944 – 1994*. Lisboa: UCCLA, 1994.

_____. «Literatura e Confluências culturais», in *Portugal Intercultural: Razão e Projecto*. CEP-CEP, 2009, págs. 225-251.

_____. *The Protean Web. Literature and Ethnography in Lusophone Africa*. Lisboa: Colibri, 2011.

MARTINS, Hélder. *Casa dos Estudantes do Império. Subsídios para a História do seu período mais decisivo (1953 a 1961)*. Lisboa: Caminho, 2017.

MARX, Karl. «La moderna teoria della colonizzazione», in *Il capitale*, a cura di Aurelio Macchioro e Bruno Maffi. Torino: Utet, 1974, págs 789 – 798.

MATA, Inocência. «Manuela Margarido: uma poetisa lírica entre o cânone e a margem», in *Polifonias Insulares. Cultura e Literatura de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Colibri, 2010.

_____. «Mulheres de África no espaço da escrita: a inscrição da mulher na sua diferença» in Inocência Mata, Laura Cavalcante Padilha (org), *A mulher em África. Vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

_____. «O singular enfrentamento à ideologia colonial da “Coleção de Autores Ultramarinos” da Casa dos Estudantes do Império,» in *Abril, Revista do NEPA/UFF*, Niterói, v.10, n.20, p. 15-23, jan.-jun. 2018.

_____. *A Casa dos Estudantes do Império e o lugar da literatura na consciencialização política*. Lisboa: UCCLA, 2015.

MATEUS, Dalila Cabrita, MATEUS, Álvaro. *Angola 61. Guerra Colonial: causas e consequências. O 4 de Fevereiro e o 15 de Março*. Alfragide: Texto, 2011.

MATOS E LEMOS, Mário, *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973). Um Dicionário*. Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República e Texto Editores, Lda, 2009.

MATUSSE, Gilberto. «A Narrativa da Nação em Craveirinha», in LEITE, Ana Mafalda Leite, OWEN, Hilary, CHAVES, Rita, APA, Livia (org). *Nação e Narrativa Pós-colonial I. Angola e Moçambique*. Lisboa: Colibri. 2012, págs. 71 – 89.

MBEMBE, Achille, SARR, Felwine (org). *Écrire l' Afrique-Monde*. Paris: Philippe Rey, Dakar: Jimsaan, 2017.

_____. *Decolonizing Knowledge and the Question of the Archive*, speech. Disponível <https://wiser.wits.ac.za/system/files/Achille%20Mbembe%20-%20Decolonizing%20Knowledge%20and%20the%20Question%20of%20the%20Archive.pdf>

_____. *Politiques de l' inimitié*. Paris: La Découverte, 2016.

MEDEIROS. Tomás. *A verdadeira morte de Amílcar Cabral*. Lisboa: Althum, 2012.

MEDINA, João. «Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colónias portuguesas como alibi colonial do salazarismo», in *REVISTA USP*, São Paulo, n.45, p. 48-61, março/maio 2000.

MELBER, Henning. «Namibia, land of the brave: Selective memories on war and violence within nation building», in Jon Abbink, Mirjam de Bruin, Klaas van Walraven (org), *Rethinking Resistance. Revolt and Violence in African History*. Leiden-Boston: Brill, 2003, página 318.

MELO, A. Borges De. *História da Imprensa de Angola*. Rio de Janeiro: Semana Ilustrada, 1993.

MELO, Daniel. «A censura salazarista e as colónias: um exemplo de abrangência», in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 16. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, págs. 475 - 496.

MENDONÇA, Fátima. «Dos confrontos ideológico na Imprensa em Moçambique», in CASTELO, Cláudia, THOMAZ, Ribeiro, CRUZ e SILVA, Nascimento (org.). *Os Outros da Colonização*. Lisboa: ICS, 2012.

MENDONÇA, José Luís. «Luanda - 1964/2014: Catana literária contra o colonialismo» in *Cultura, Jornal Angolano de Artes e Letras*, 23/11/2014.

MENEZES, Maria Paula. O “indígena” africano e o colono “europeu”: a construção da diferença por processos legais, in *E-Cadernos CES* nº 07/2010. Coimbra: CES, 2010. Disponível www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/693_04%2520%2520Paula%2520Menezes%252023_06.pdf

MIGNOLO, Walter e WALSH, Catherine. *On Decoloniality. Concepts, Analytics, Praxis*. Durham and London: Duke University Press, 2018.

_____. *Local Histories/ Global Designs. Coloniality. Subaltern Knowledges and Border Thinking*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

MILHEIRO, Ana Vaz. «Experiências em concreto armado na África Portuguesa: influências do Brasil», in *Pós*, volume 16, nº 25, São Paulo, Junho de 2009, págs 56 -79.

MIRANDA, Eduardo. «Do direito consuetudinário à propriedade privada - O caso da comunidade rural Matsolo - Aldeia de Djuba, distrito de Marola, Província de Maputo, Moçambique».

MONTEIRO, Delma, ANDRÉ, Nlando Mia Veta. *Estudo sobre a situação da mulher zungueira*. Luanda: Ondjango feminista, 2012.

MOSER, Gerald, «Portuguese Literature in Recent Years (1962 - 1965) », in *The Modern Language Journal*, Vol. 50, Nº7, Nov. 1966, pp. 483-492. Consultado em <http://www.jstor.org/stable/322793> em 16/05/2018

MOURALIS, Bernard. «Présence Africaine: Geography of an “Ideology”», in

MUDIMBE, V.Y. (org), *The Surreptitious Speech Presence Africaine and the Politics of Otherness 1947-1987*. Chicago – London: The University of Chicago Press, 1992.

_____. *A ideia de África*. Luanda: Mulemba, 2013.

NARDAL, Paulette. *Beyond Negritude. Essays from Woman in the City*, translated with and introduction and notes by T. Denean Sharpley – Whiting. New York: Suny Press, 2009.

NDIAYE, Pap. “Présence africaine avant «Présence Africaine». La subjectivation politique noire en France dans l’entre-deux-guerres”, in *Revue d’ Anthropologie et d’ histoire des arts*, p. 64-79, doi <https://doi.org/10.4000/gradhiva.1517>

NDLOVU-GATSHENI, Sabelo J. *Coloniality of Power in Postcolonial Africa. Myths of Decolonization*. Dakar: Codesiria, 2013.

NETO, Maria da Conceição. «Ideologia, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX», in *Lusotopie*, 1997, pp. 327-359.

NJUH, Ludovic Boris Pountounigni. «Moscou, Belgrade et l’anticolonialisme: dynamiques historiques d’une aide extérieure à l’émancipation de l’Afrique (dé)colonisée (1920-1990)» in *Diacronie. Studi di Storia Contemporanea*, n° 37, 1/2019.

NOA, Francisco. «Prefácio», in José Luis Cabaço, *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. Maputo: Marimbique, 2010.

OLIVEIRA, Mário António De. *Luanda, Ilha Crioula*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1968.

OLORUNTIMEHIN, Olatunji. «A política e o nacionalismo africano, 1919-1935, in BOAHEN, Albert Adu (ed.). *História Geral da África, África sob dominação colonial 1880-1935, A política e o nacionalismo africanos, 1919-1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

OWEN, Hilary. *Mother Africa, Father Marx, Women’s writing of Mozambique*. Lewisburg: Bucknell University Press, 2007.

PADILHA, Laura Cavalcante. *Novos pactos, outras ficções: ensaios sobre literaturas afro-luso-brasileiras*, Edipucrs, 2002, p. 165.

PADMORE, George. *Pan africanism or Communism. The coming struggles for Africa*, New York: Roy Publishers, 1956.

PAREDES, Margarida. “Deolinda Rodrigues, da Família Metodista à Família MPLA, o Papel da Cultura na Política”, in *Caderno de Estudos Africanos*, n.º 20, Identidades, Percursos e Clivagens nos PALOP, Centro de Estudos Internacionais, 2010.

_____. *Morrer duas vezes. Mulheres na luta armada em Angola*. Lisboa: Verso, da História 2015.

PERALTA, Elsa, *O testemunho do “retorno”: deslocamento, história ilegítima, desidentificação*. Lisboa: Húmus, 2017.

PIÇARRA, Maria do Carmo. «Pele negra ou pele branca: máscara(s) da mulher imaginada pelo cinema colonial», in *Observatório*, Volume 9, n.º 2, Lisboa, 2015, p. 178.

PIMENTA, Fernando Tavares. «Representações políticas da cultura colonial dos brancos de Angola», in *Estudos do Século XX*, n.º 8. Coimbra: Imprensa da universidade de Coimbra, 2008, págs, 293-304. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/36585>

PIMENTEL, Irene Flunser. *História das organizações femininas no Estado novo*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2000.

PINTO, Alberto Oliveira. «*Quinaxixe* de Arnaldo Santos: a formação do nacionalismo angolano na memória colonial de Luanda», in LEITE, Ana Mafalda Leite, OWEN, Hilary, CHAVES, Rita, APA, Livia (org). *Nação e Narrativa Pós-colonial I. Angola e Moçambique* Lisboa: Colibri. 2012, págs. 19 – 35.

PINTO, João Alberto da Costa. «Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951 – 1974)», in *HISTÓRIA*, São Paulo, 28 (1): 2009, pp. 445- 482.

PRÉVOST, Claude. *Literatura, política, ideologia*. Lisboa: Moraes editores, 1976.

PROGLIO, Gabriele. *The Horn of Africa. Diasporas in Italy. An oral history*. London: Palgrave MacMillan, 2020.

QUEIROZ, Amarino Oliveira de Queiroz, «Cantares de São Tomé e Príncipe: a militante poesia de Maria Manuela Margarido e Alda Espírito Santo», in *Contexto*, Vitória, n. 25, 2014/1, pág. 12.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad y Modernidad/Racionalidad”, in BONILLA, H (Org.) *Los Conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas*. Quito: FLACSO / Ediciones Libri Mundi, 1991, págs. 437-449.

QUINO, António. «Agostinho Neto: construindo a pátria angolana», in *Maka, Revista de Literatura e Artes*, Ano II, Volume II, nº 2. Luanda: União dos Escritores Angolanos, Janeiro- Dezembro de 2011, págs. 147 – 164.

RABAKA, Reiland. «Frantz Fanon: Revolutionizing the Wretched of the Earth, Radicalizing the Discourse on Decolonization», in *Africana Critical Theory, Reconstructing the Black Radical Tradition, from W. E. B. Du Bois and C. L. R. James to Frantz Fanon and Amílcar Cabral*. Lanham: Lexington Books, 2009.

RANGEL, Ricardo. “Initiation of the Collapse of Portuguese Colonial Empire”, 1961, Maputo: Centro de Documentação e Formação Fotográfica, Maputo, Moçambique. Catembe series, 1970-73.

REID, Martine Reid (org). *Femmes et littérature. Une histoire culturelle*, Volume II. Paris: Gallimard, 2020.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Margarida Calafate. «Percursos africanos femininos: as mulheres portuguesas e a Guerra Colonial», in Manuel Gama (org), *A Guerra Colonial (1961-74)*. Braga: Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho,, 2006. Págs 81 - 105.

. «Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo», in *Oficina do CES*, nº108. Coimbra: CES, 2003. Disponível in www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/188.pdf

_____. *Uma história de regressos. Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*. Porto: Afrontamento, 2004.

ROBINSON, Cedric. *Black marxism: the making of the Black radical tradition*. London: Zed Press, 1983.

ROCHA, Ana Maria Teixeira Da. «As presenças femininas nas poesias de Alda Lara e de Alda Espírito Santo», In *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, Volume 11, Número 2, julho a dezembro de 2018, págs 25 - 40.

RODRIGUES, Isabel Fêo P. B. e SHELDON, Kathleen. «Cape Verdean and Mozambican Women's Literature: Liberating the National and Seizing the intimate», in *African Studies Review*, Vol. 53, No. 3, December 2010.

RODRIGUES. Deolinda, *Diário de um exílio sem regresso*. Luanda: Nzila, 2003.

ROSAS, Fernando (org.). *Tribunais políticos, Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários Durante a ditadura e o Estado Novo*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2009.

_____. «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo», in *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, 1031-1054, pág. 1032.

_____. *O Estado Novo (1926 – 74)*. Vol. 7 in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SAID, Edward. *Orientalism*. New York: Vintage Book, 2014.

SANCHES, Manuela Ribeiro. «Viagens de texto. Descolonização da Europa», in CASTELO, Cláudia, JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org), *Casa dos Estudantes do Império. Dinâmicas coloniais, conexões transnacionais*. Lisboa: Edições 70, 2017, págs. 207 – 215.

SANDERS, James. *A struggle for representation. The international media treatment of South Africa, 1972 - 1979*, PhD thesis, London: SOAS, 1997, pág. 66. Disponível <https://eprints.soas.ac.uk/28509/1/10672668.pdf>

SANKARA, Thomas. *L'émancipation des femmes et la lutte de libération de l'Afrique*. New York: Pathfinder, 2001.

SANTA-CRUZ, Maria de. *Timbila de ossos e sonho: Msaho e outros cantares: a guerrilheira poesia e a chamada "poesia de combate"*. Lisboa: Apenas Livros, 2009.

SANTO, Sílvia Espírito. «Representações femininas do Império na Primeira Metade do Século XX», in *Faces de Eva. Estudos sobre a mulher*, nº 34, Lisboa, 2015, p. 92.

SANTOS, Boaventura Sousa e MENESES, Maria Paula (org). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

_____. «Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade», in *Novos Estudos CEBRAP*, nº 66, julho de 2003, págs. 23 - 52.

_____. *The end of the cognitive empire. The coming of the age of the epistemologies of the South*, Durham and London: Duke University Press, 2018.

SARR, Felwine. *Afrotopia*, Paris: Philippe Rey, 2015.

SAÚTE, Nelson. «A mãe dos poetas moçambicanos», in Noémia de Sousa, *Sangue Negro*, São Paulo: Kapulana, 2016.

SHARPLEY-WHITING, Denean. *Ivi*, Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002, p. 34.

_____. *Negritude Women*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

SILVA, António E. Duarte. «Sarmiento Rodrigues, a Guiné e o luso-tropicalismo» in *Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias*, Vol. 25 | 2008, Varia, Lisboa, pp. 31-55

SILVEIRA, Onésimo. *África ao Sul do Sahara: Sistemas de Partidos e Ideologias de Socialismo*. Viseu: Associação Académica África Debate, 2004.

SOUSA, Julião Soares. *Amílcar Cabral. Vida e morte de um revolucionário africano (1924 – 1973)*. Lisboa: Vega Editora, IIª edição, 2012, p. 296.

SOUSA, Sandra I. *Ficções do outro. Império, raça e subjectividade no Moçambique colonial*, Lisboa: Esfera do Caos, 2015.

SOUTO, Amélia Neves De. «A Universidade de Lourenço Marques: a Associação Académica de Moçambique», in *Os Outros da Colonização. Ensaio sobre o colonialismo tardio em Moçambique*, Cláudia Castelo (org), Lisboa: ICS, 2012, págs. 135- 154.

_____. *Caetano e o ocaso do «Império». Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*. Porto: Afrontamento, 2007, p.36.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. «A Borderless World?» in BRAIDOTTI, Rosi e GILROY, Paul. *Conflicting humanities*, London, Oxford, New York, New Delhi, Sidney: Bloomsbury publishing, 2016, págs. 47 - 60.

_____. «Can the Subaltern Speak?» in Cary Nelson and Lawrence Grossberg (eds) *Marxism and the Interpretation of Culture*. London: Macmillan, 1988.

SRIVASTAVA, Neelam. *Italian Colonialism and Resistances to Empire, 1930–1970*, Cambridge Imperial and Post-Colonial Studies Series, New Castle: Palgrave Macmillan, 2018.

STUKI, Andres. *Violence and Gender in Africa's Iberian Colonies Feminizing the Portuguese and Spanish Empire, 1950s–1970s*. Cambridge: Palgrave Mac Millan, 2019.

TALI, Jean Michel Mabeko. *O MPLA perante si próprio. Guerrilhas e lutas sociais (1960 – 77)*. Lisboa: Mercado das Letras Editores, 2019.

_____. *Dissidências e Poder de Estado. O MPLA perante si próprio (1962-1977): Ensaio de História Política*. Luanda: Nzila, 2001.

TENREIRO, Francisco José. «Acerca da Literatura negra», in *Boletim Geral do Ultramar*, ano 37, nº431, Maio de 1961, pp. 259-268. O artigo, disponível em <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BGC/BGU-N431&p=261>

THIONG' O, Ngũgĩ wa. *Decolonising the mind: the Politics of Language in African Literature*. Oxford, Nairobi, Portsmouth: James Currey, EAEP, Heinemann Educational, 1986.

TOPA, Francisco, VISHAN, Irena (org). *Manuel dos Santos Lima, escritor angolano tricontinental*. Porto: Afrontamento, 2016.

_____. *Luuanda há 50 anos, Criticas, Prémios, Protestos e Silenciamentos*, Capes, 2014.

TORGAL, Luís Reis. *Estados novos, estado novo: ensaios de história política e cultura*, vol. II, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

TRÜPER, Henning, CHAKRABARTY, Dipesh, SUBRAHMANYAM, Sanjay (org). *Historical Teleology in the Modern World*. London, New Delhi, New York, Sidney: Bloomsbury, 2015.

VARELA, Pedro e PEREIRA, José Augusto. «As origens do movimento negro em Portugal (1911-1933): uma geração pan-africanista e antirracista», in *Revista História*. (São Paulo), n.179, a04119, 2020, pág. 7. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.159242>

VENÂNCIO, José Carlos, *Uma perspectiva etnológica da literatura angolana*. Lisboa: Ulmeiro, 1987.

VIEIRA, Luandino. *Papéis da Prisão. Apontamentos, diário, correspondência (1962 – 1971)*, RIBEIRO, Margarida Calafate, SILVA, Mónica, VECCHI, Roberto (org.). Lisboa: Caminho, 2015.

WHEELER, Douglas, PÉLISSIER, René. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2011.

WHITE, Hayden. *Metahistory, The historical imagination in Nineteenth - Century Europe, Baltimore and London*. The Johns Hopkins University Press, 1973.

ZAU, Filipe. *Marítimos*. Luanda - Lisboa: Autores Club, Janeiro de 2020.

ÍNDICE DOS ANEXOS

ANEXO [1] - Exemplos de pareceres sobre livros emitidos pelo SNI entre 1972 e 1974 – Caixa 812 (Correspondência recebida e expedida)	379
ANEXO [2] - Assinantes da Coleção Imbondeiro a partir dos dados das «Notícias de Imbondeiro»	383
ANEXO [3] - Listagem das coletâneas publicadas pela Imbondeiro: autores, títulos, números e algumas notas biográficas	389
ANEXO [4] - Entrevista a Leonel Cosme (realizada por e-mail, entre 17 e 19 de dezembro de 2019. Revista pelo autor em novembro de 2020)	413
ANEXO [5] - Entrevista a Adolfo Maria, BNP, 10 de Fevereiro de 2020. (revista e ratificada pelo próprio)	421
ANEXO [6] - Imagens	432
Figura 1 - «Luaanda – Children of Rape», in The New African, Volume 4, nº 9, November 1965	432
Figura 2 - Linóleo de Luandino Vieira: Atitude, in «Artes e Letras» do ABC, Diário de Angola, 5 de maio de 1965, página 1	433
Figura 3 - Linóleo de Henrique Abranches: Mbulumbumba, in «Artes e Letras» do ABC, Diário de Angola, 12 de Maio de 1965, página 1	434
Figura 4 - Notícias de Imbondeiro nº 39, 1962, pág. 1	435
Figura 5 - Anexo às Notícias de Imbondeiro - Nota de Cobrança e assinantes	436
Figura 6 -Capa da Antologia Poética Angolana, nº I, Imbondeiro, Sá da Bandeira, julho de 1963. Número 49 da Coleção Imbondeiro	437
Figura 7 - Alda Espírito Santo «Oú sont-ils les hommes chassés par ce vent de folie?», in Croissance des Jeunes nations, nº 103, 1970. In ANTT/PT/PIDE-DGS/CI (2), Reg 4293, folha 193 e seguintes	438

ANEXO [1]

Exemplos de pareceres sobre livros emitidos pelo SNI entre 1972 e 1974 – Caixa 812 (Correspondência recebida e expedida)

As informações relativas às edições obras em questão, tal como os pareceres e as eventuais datas de proibição ou autorização são as reportadas nos pareceres da Caixa 812. Não foram corrigidas omissões. A grafia e a gramática também foram mantidas sem intervenções.

1- Arnaldo Pinto, *Cela sem número*, Edição do Autor, 1972:

"Este livro é o "diário" que o autor escreveu durante o período de cerca de mês e meio em que esteve detido pela D.G.S., por haver facilitado emigração clandestina, estando implicado no mesmo caso que motivou a expulsão do Vice-Consul no Porto dos E.U.A. 2) Não há nada de especial a assinalar neste livro em que o autor afirma ter sido tratado sempre com a maior das correções por parte de todos os funcionários. Apenas as histórias das págs. 99 e seguintes e 259 e seguintes podem ser consideradas um pouco chocantes, mas não para a D.G.S.. 3) Em tudo o mais, do livro apenas constam relatos de viagem, reflexões sobre o direito de emigrar e sobre a necessidade de acabar com a prisão preventiva, e uma certa crítica ao apego a problemas burocráticos."

2 - Henrique Galvão, *O assalto ao Santa Maria*, Delfos, 1973:

"Na base do Decreto-Lei no. 150/72, se determine a apreensão provisória do livro em referência, e se solicite à Direcção-Geral de Segurança a instauração do procedimento criminal adequado. Proibido e pedido procedimento criminal"

"Incitamento à violência. Apreensão provisória e urgente."

"Sou do parecer que se informe a D.G.S. de que é proibida a publicação em Portugal do livro em referência, se solicite à instauração de um procedimento criminal adequado, bem como a informação da identidade do responsável pela importação."

"Sim, pretende dar uma ideia de desenvolvimento do socialismo em todo o mundo, com uma visão triunfalista, e afirmando que a luta pela sua implantação é também a luta pela paz. Refere ainda que os territórios ultramarinos portugueses são qualificados como colónias em que se desenrola uma luta nacionalista; o território europeu é apelidado de

subdesenvolvido e regime político de fascista.” (Parecer de segundo nível, por Geraldês Cardoso).

3 - Fernando Abranches Ferrão, Francisco Salgado Zenha, Levy Baptista, Manuel João da Palma Carlos, *Angolanos no Tarrafal - alguns casos de habeas corpus*, Afrontamento, 1974.

A circulação do livro não foi proibida mas foram, contudo, pedidas as cópias integrais dos processos de "habeas corpus" requeridos para alguns angolanos que estiveram internados no Campo do Tarrafal.

"Tratam-se de peças processuais que, no entanto contêm muito de político. Contudo, julga-se que as críticas feitas, além de se manterem dentro de uma certa serenidade, são elementos que podem contribuir para o aperfeiçoamento do sistema jurídico português. Não parece existir fundamento legal para uma intervenção, apesar de ser um livro desagradável".

4 - Joan Baez, *Amanhecer*, Moraes editora, 1973

“Sou do parecer que se determine a apreensão provisória do livro em referência, se à Direcção-Geral de Segurança solicitando- Instauração do procedimento criminal adequado - proibido, pedido processo judicial.”

5 - Basil Davidson, *L'Afrique ancienne*, Maspero, 1973

“Sou do parecer que não se interfira na circulação do livro em referência.”

6- Claude Wauthier, *L'Afrique des africains*, 1973 (Janeiro):

“Sou do parecer que não se interfira na circulação do livro em referência”

7 - Jean Paul Sartre, *Acuso*, Brasília Editora 1972.

Autorizado a circular, apesar de a DGS sublinhar que o livro "Está proibido pela Comissão de Censura de Angola". É interessante observar como, diferentemente do que acontece com outros

pareceres aqui apareça, de forma explícita e manifesta, a ideia do Portugal continental como “país”: “Sou do parecer que não se interfira na circulação no País do livro em referência”

8 - Dean Travish, *O Amor na África Negra*, Plátano, 1974.

"Contêm partes talvez chocantes, por inabituais (pgs. 21 e 22, 25, 27 e outras). Mas não existe qualquer especulação, e tem interesse etnológico."

9 - *America, Nixon, etc.*, Novos Cadernos Dom Quixote 1 1972.

“1 - Este livro analisa os movimentos revolucionários hodiernos, justificando a violência que estes utilizam como sendo uma resposta para com a violência representada pela existência de situações socialmente injustas. E, assim, uma justificação religiosa e teológica para a violência revolucionária. 2 - Apesar de se tratar de uma obra com carácter essencialmente técnico, não se pode deixar de considerar um incitamento ao uso de violência nas relações políticas e sociais". Opostos os comentários da I.S. 349: "1) Este livro é um estudo sobre as situações em que a própria religião cristã é invocada para legitimar as violências revolucionárias. O autor, embora defendendo que a via pacífica é a melhor, cristãmente

10 - Edgar Lenenroth, *Anarquismo - Roteiro de libertação social*, Mundo Novo, Brasil, 1973.

“Além de os textos serem principalmente dirigidos ao Brasil, julga-se que as ideias expendidas neste livro terão pouca adesão no País. E, nesse caso, até servirão de habituação, ou vacina, contra textos do mesmo género.”

11 - J. Duclos, F. Engels, M. Moissonnier, *Anarquistas de ayer e de hoy*, Ediciones Roca, 1974.

"É claro que, em certa medida, descreve as ideias dos anarquistas, e contribuirá para a sua divulgação. Mas esta, aliás, é muito restrita, e a obra tem um carácter histórico e documental." (...) “Este livro não tem hoje qualquer efeito político”

12 – Henrique Galvão, *O assalto ao Santa Maria*, Delfos, 1973.

“Sou do parecer que, encontrando-se reunidos os requisitos previstos no artº.121º, nº2, do Decreto-Lei no. 150/72, se determine a apreensão provisória do livro em referência, e se

solicite à Direcção-Geral de Segurança a instauração do procedimento criminal adequado.”

Libro proibido, pedido procedimento criminal: “Incitamento à violência. Apreensão provisória e urgente”.

ANEXO [2]

Assinantes da Coleção Imbondeiro a partir dos dados das «Notícias de Imbondeiro»

Os nomes dos 341 assinantes que seguem foram retirados das listas publicadas nas «Notícias de Imbondeiro»: os exemplares a que tivemos acesso abarcam um período de um ano, de fevereiro de 1962 a Fevereiro do ano seguinte, incluídos entre os números 29 e 43, sendo que o número 35/36 foi um número duplo.

Rui Rodrigues Costa	Maximino Borges
Baltazar D. Pereira	Orlando Mendonça
P. Carlos Estermann	Verânio Jorge
Donald Leslie Lutes	Dr. Victorino Canelhas
Eduardo Ferrer Almeida	Maria Regina Loureiro
Mário Fernando Almeida	Maria Leonette Carmo
Associação C. da Huila	
Dr. Abrantes de Melo	
João da Chela	
Venâncio G. Sobrinho	
João Guedes da Silva	
Avelino Gomes Delgado	
Arq. Samuel B. Varandas	Dr. Cochat Osório
Dr. Vasco Coutinho	P. António Castro Fontes
Eng. Guerra Junqueiro	Henrique Guerra
Óscar Ribas	Joaquim da Encarnação
Eduarda Castelbranco	Raúl Fernandes Luís
Eduardo Castelbranco	Beatriz Ramos Russo
Alexandre Cosme Ferreira	José Alberto das Neves Rodrigues Seco
Manuel Ferreira Barbosa	Joaquim Cordeiro de Castro
Irene Maria Santos	Pe. António Jorge Martins
Fernando Duarte Oliveira	Maria Leonor Prestes Freire
Eugénio Jorge Neves	Dr. Fernando Olavo Gouveia da Veiga
Eva Victória Pereira	

António Ferreira Costa
Filipe César de Góis
Fernando Casimiro Pereira da Silva
Pe. Adriano Simões Santos
José Rolão Candeias
Maria Aldonça Rosado
Dr. Augusto Dias Coimbra
Francisco Fiuza da Rocha
Dr. José Marmelo e Silva
Luís António Cid Dorotea
Dr. Guilherme Branco
Dr. José Barroso Gomes
António Sampaio de Carvalho Pe. Dr.
Urbano Duarte
Dr. Montezuma de Carvalho
Dr. Mário Braga Temudo
Carlos Alberto de Victória Pereira Dr.
Jorge Biscaia
Madalena Nogueira Eduardo Padrão
Dr. Armando Bacelar Dr. Lino Lima
Dr. Eduardo Campos Costa Afonso
Fernando
Dr. Vasco Gama Fernandes Vitorino
Andrade
Dr. Domingos de Figueiredo João
Sarabando
Dr. Vasco Branco
Isabel Maria Gata
Dias Joaquim José Salústio
Fernando Martins Varanda
Matilde Rosa Araújo
Luís Cajão
Eurico Carvalho Costa Isidro

Augusto de Matos Sequeira
Dr. Amílcar Moreira da Silva
Dr. Salgado Lobo
F. Matos da Silva
Eng. A. Pinto da Silva
Eduardo Pereira dos Santos
Dr. Raúl Castro
Dr. Armando Cotta
Dr. Bento de Mello
Dr. Armando de Castro
José Esteves Alves
Dr. Luís Monteverde
Manuel Balonas
António de Oliveira Cordeiro Melo
António Corrêa de Sá
Henrique Forjaz Trigueiros
Januário Barbeitos
Dr. Augusto Góis
Francisco José Azedo Carreiras
Dra Clélia Andrade Amorim
Alves Redol
Mário Eugénia Madeira
Eng. Armando Semedo
Prof. Dr. Paulo Cunha
Dr. Jacinto Coelho Nobre
Dr. Manuel Joaquim Antunes
Raul de Carvalho
Sebastião da Costa Patrício
Dr. Luís Pires de Moura
Carlos Henrique Sequeira Pascoal Pires
dos Santos
Olívio Teny
José Amílcar d'Alva
Óscar do Sacramento e Sousa

D. Maria do Carmo Bragança
Jaime da Cunha Lisboa Trovoada
Quinteiro do Amaral Aguiar
José Rodrigues Pedronho
Óscar Queiroz dos Santos
Arménio Vieira e Silva e Virgínio
Nobre de Melo
Dr^a D. Elvira Correia Teles
António Avelino Sanches
António Bernardino
José Germano Rodrigues
Maria de Fátima Fontes
Manuel Cruz Gaspar
José Mário Almeida
Augusto Riobom Santos
Margelino A. Costa
Adolfo Zêzere
Alexandre Galveias Mendes
Cândido P. Lopes
Eduardo M. Figueira
Dr. João Bucho
Helder B. Oliveira
Eng. Francisco du Bocage
Eurico Izidro
Dr.a Virgínia Fernandes
José M. Oliveira
Dr. José M. Fernandes
José M. Goes
José C. Bucho
José Neves Seco
Joaquim M. Rodrigues
António F. Lopes
António O. de Andrade
José H. Lisboa Silva

José Eduardo Monteiro
Maria Gabriela Moreira
Hélder C. Soares
Mário Cid Torres
Dr. Rui Coelho
Grupo de Dragões de Angola
Dr. M. Brehm
Eng. Carlos M. Vieira
Hernâni Espinha
Maria Alice Teixeira
Manuel J. Bandeira
Dr. Homem de Melo
Sociedade C. Angola
Machado Saldanha
Carlos Contreiras Martins
Eng. Alberto S. Oliveira
Joaquim Loução
Maria Juventina Freitas
Dr. Angelo Granada
Fernando Marques da Silva
Colégio Nun' Alvares
Armindo Soares
Germano J. Gomes
Maria da Conceição Fundões
Leopoldina Medeiros
Alfredo A. Campos
Fernando S. Peixe
Dr. Godinho de Mira
Alberto Costa
Fabrício Maia Carvalho
D. Daniel Junqueira
Eng. Fernando Marcelino
Dr. José Gago Júnior

Zacaria Marques
Cacilda V. Perfeito
Associação Comercial de Luanda
Dr. Raposo Beirão
Vitalino Palhais
Emílio S. Abreu
Vasco C. Silva
Aureliano Vasconcelos
João Sousa Machado
Fernando Estrela
Amadeu Fonseca
Joaquim Silva Tavares
Fernando Godinho
Luís Carvalho Morais
Eduardo P. Carvalho
Estêvão Espinha
Pedro Gomes
Maria Miranda Cruz
Fernando Seabra
Dr. Simões Nunes
Fernando Nunes de Almeida
Rafael Loureiro
Cap. Mário Cid Torres
Humberto N. Melo
Alcindo Morais e Castro
Adolfo Casais Monteiro
Manuel Nogueira Silva
António F. Cunha
Eng. António Gusmão
Mário B. Ribas
Joaquim de Carvalho
João F. Rosário
Eng. Vasilemim Macedo Dr. Mariano
Pereira MoraisSarmiento

Dr. Antero Abreu
Dr. Jaime Delgado
Manuel Machado
Dr.a Elvira Teles
Milton Távira
Cor. Augusto Machado
Dr. Raul Fernandes
Carlos Medeiros
Maria Clara Couto
José C. Melo
Dias de Melo
Maria Aureolinda Dias
Lázaro Gonçalves
Dr. Heitor G. Teixeira
A. Gundersen
Abel Ferreira Teixeira
António Bernardino
Serafim Dolbet e Costa
Acácio Reis
Reis Ventura
Arlete R. Almeida
Tito Lívio Oliveira
César A. Sampaio
Rui Brandão Figueira
João Blasques Oliveira
David Alves Correia
Alfredo Monteiro Ferreira
António Ribas
Fernando M. Queirós
Maria Aldonça Rosado
Dr.a Matilde R. Araújo
João A. Cruz
Delfina Teixeira
Serafim G. Teixeira

Alexandre Portugal
Plácido Campos
Eng.o Mário C. Magalhães
Fernando Cristão
Eng.o António Carvalheira
Hélder Cardona Gomes
Mário Caixeiro
Manuel Rosa Mendes
Leonida Carvalho
Hernâni Novais
Epifânio Lopes
Fernando Neves Cabral
José Sá Seixas
Antunes da Silva
Colégio Adamastor
Rui Vera Cruz
Dr. Amadeu Silva Costa
Maj. César Mendes
Dr. Soares Pinto
Dorvil Flores
Maria Lucília Louro
Ten. Domingos Pinto
Henrique Barata
José M. Gueifão
Maria Lourdes Coutinho
Adm. Baixo Cubango
Artur Fernandes
Dr. Artur F. Louro
Mário Dantas Reis
José M. Rocha
Dr. José F. França
João Rego Teixeira
Daniel Conceição
Armando C. Albuquerque

José Monteiro Pinto
Ernesto S. Cabral
Alberto Ferronha
João A. Amaral
Ten. Saint Claire Gandra
Prof. Dr. Delfim Santos
António Corrêa de Sá
João J Chalupa
Prof. Dr. Jacinto Nunes
Maria Lourdes Pires
Couto André
Adm. do Libolo
Luís F. Rodrigues
Rafael Gomes
Firmino S. Júnior
Aarão Pinto
Tito Ferreira Sousa
Victor Seabra
Dr Vasco Homem G. Sousa
Maurício A. Cruz
Eugénio Miranda
Dr. Viriato Barros
Martinho Amorim
Manuel I. Fangueiro
Luís Pires Moura
Dr. Gabriel Mariano
D. António Portuga
António C. Mendonça
Eng. Antunes da Cunha
Rosa Jara
José Carneiro
Arménio M. Magalhães
Raúl Duarte
Olímpio Sousa

Eugénio J. Neves
Honorato Freitas
António H. Carneiro
Adelaide Félix
Francisco D. Casimiro
Euclides Vaz
Dr. Medeiros Gouveia
Ilse Iosa
Romeu Correia
Carlos Selvagem
Câmara de Loulé
Fernando Neves Cabral
Dr. Seixas Ramos
Dr. Basílio Lopes

José M. Gueifão
Luís P. Varela
Adalberto S. Carvalho
Sebastião A. Miranda
Alberto M. Avelino
Jorge Ferreira da Silva
Teófilo Braga
António Castilho Semedo
Hermínio Escórcio
António Borga
António G. Moranda
Méciados Reis
Dr. Filomeno Dias

ANEXO [3]

Listagem das coletâneas publicadas pela Imbondeiro: autores, títulos, números e algumas notas biográficas.

1. Colecção Imbondeiro (68 volumes)

1 – Garibaldino de Andrade, *O tesouro*. (1960). Com glossário.

2 – Leonel Cosme, *Graciano*. Linóleos de Fernando Marques. (1960) O volume inclui também outro conto, não indicado na capa. Leonel Cosme, *A última vontade*.

3 – Lília da Fonseca, *Filha de branco*. Linóleo de Alexandre de Resende. (1960)

Relativamente ao conto, encontramos em epígrafe: “Foi este conto publicado em 15 de Agosto de 1947 na revista «Mensagem Angolana», da Casa dos Estudantes do Império, no seu número único, com o título em epígrafe. Refundido pela autora, é com prazer que o incluímos, agora, nesta Colecção. Recentemente, «a província de Angola» terminou a publicação do romance de Reis Ventura com o mesmo título. Trata-se de pura coincidência, que, no entanto, assinalamos, para evitar interpretações menos exactas que ela possa suscitar”.

4 – Carlos Sanches, *As calças*; (1960)

“Carlos Alberto Pedroso Sanches nasceu no Porto, em 18 de Abril de 1934, iniciando aqui o curso dos liceus. Mais tarde, continuou os estudos em Luanda, para onde veio a família em 1947. Vive há cinco anos em Sá da Bandeira, exercendo a sua profissão de radialista na emissão local. Aparece, pela primeira vez, como contista, nesta colecção, possuindo diversos trabalhos de publicista e poeta inspirado na corrente humanística da época. No Concurso Literário da Câmara Municipal de Sá da Bandeira de 1959 obteve o «Prémio D. João da Câmara», de produção radiofónica.”

Orlando Mendes, *Carta do capataz da estrada 95*; (1960)

“Orlando Mendes nasceu na ilha de Moçambique. Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade de Coimbra, onde foi assistente. Micologista dos Serviços de Agricultura de Moçambique. Escreveu *Trajectórias* (1940) e *Clima*, recentemente publicado, de onde extraímos o poema que damos à estampa. Vai publicar, em «Textos Vértice», Portagem, romance africano. Foi galardoado com o prémio «Fialho de

Almeida» dos Jogos Florais Universitários de Coimbra (1946) e 1º prémio de Poesia dos Concursos Literários da Câmara Municipal de Lourenço Marques (1953).”

Henrique Abranches, *Cigarros Sujos*; (1960) Com glossário.

“Henrique Moutinho Abranches nasceu em Lisboa, em 1932, donde veio, muito novo, para Angola, acompanhando a família. Há longos anos que fixou residência em Sá da Bandeira, aqui exercendo a profissão de agrimensor.

Pintor de largos méritos, votado a aspectos existenciais do homem negro, já foi distinguido várias vezes em certames artísticos, tendo sido recentemente premiado no Concurso de Artes Plásticas da Sociedade Cultural de Angola. Iniciou-se no conto, há cerca de um ano, e tentou a poesia, trabalhos publicados na revista CULTURA, da S. C. A.. A sua actividade encontra-se repartida por vários capítulos da vida intelectual, directamente ligada a estudos de valores etnográficos locais. Neste momento, propõe-se reunir num livro todo o cancioneiro popular de Angola.”

5 – Joaquim Paço d’ Arcos, *Amor por correspondência ou o prestígio das letras pátrias*; Linóleo de Fernando Marques. (1960)

“Joaquim Paço D’ Arcos de seu nome completo Joaquim Belford Corrêa da Silva (Paço d’ Arcos), nasceu em Lisboa, em 1908. Viveu na infância em Angola e na mocidade em Macau. Foi funcionário ultramarino em Moçambique, comerciante e jornalista no Brasil. É funcionário superior do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Romancista, novelista, dramaturgo, ensaísta e poeta, tem vinte e cinco obras publicadas de traduções de livros seus em França, Inglaterra, Itália, Espanha Finlândia, Argentina e Chile, além de diversas edições brasileiras. Laureado com os Prémios Eça de Queiroz, Fialho de Almeida e Gil Vicente, respectivamente para romance, novela e teatro, foi-lhe também atribuído, em 1938, o Prémio Ricardo Malheiros, da Academia das Ciências de Lisboa, prémio que recusou. É presidente substituto da Sociedade Portuguesa de Escritores.”

6 - Eduardo Teófilo, *Tempestade*. Linóleo de Fernando Marques. (1960)

7 – Mário António, *Poemas e canto miúdo*. Linóleo de Fernando Marques. (1960)

Encontramos uma epígrafe antes do conto: “Juntando à minha mais recente poesia («Canto miúdo»), os «Poemas», com que iniciei a minha actividade literária, pretendo, mais do que revalidá-los, sugerir uma unidade que me parece ser-lhes essencial. Entre uns e outro se situa o que já publiquei («Poesias») ou tenho por publicar («Amor»). O facto de alguns poemas recentes estarem incluídos naquela primeira parte mais vinca,

creio, a unidade que pretendo sugerir numa altura em que á se referem (Veja-se a introdução a «Poetas Angolanos», de Carlos Eduardo) compartimentações na minha poesia.”

8 – Luís Ataíde Banazol, *Opróbrio*; Linóleo de Fernando Marques. (1960)

Cândido da Velha, *Quero-te intangível, África!* Linóleo de Fernando Marques. (1960)

“Cândido Manuel de Oliveira *da Velha* nasceu em Ílhavo (Beira Alta) a 18 de Julho de 1833. Colaborou, desde muito novo, na imprensa regional da Metrópole. Em Angola, onde está desde 1957, nos jornais: «A província de Angola», «A.B.C.», «Jornal de Angola», etc. No Brasil, em «Brasília do Sul». É responsável pelo aparecimento dos cadernos «Altitude», de Lisboa, e tem dois livros inéditos de poesia e em preparação, um de contos.

9 – Onésimo Silveira, «*Toda a gente fala: Sim, Senhor*». Linóleo de Fernando Marques. (1960). O volume inclui ainda, para além do conto mencionado no título, vários poemas do autor, entre as páginas 31 e a 35: *Têtiê* e *Tlindádji*, poema dividido em duas partes (Resurreição e Redenção), cuja tradução do crioulo para o português ocupa as páginas 34 e 35.

“Onésimo Silveira nasceu a 16 de Fevereiro de 1935, em S. Vicente (Cabo Verde), donde emigrou para S. Tomé. Em 1959, fixou residência em Angola, residindo, actualmente, em Sá da Bandeira, onde é funcionário público. Colaborou na conhecida revista cabo-verdiana «Claridade», que marca uma posição literária e intelectual na cultura de Cabo Verde. Tem contos e poemas publicados em jornais e revistas da Metrópole e do Ultramar e subscreveu programas de defesa da cultura caboverdiana na rádio de S. Tomé. Um dos seus poemas, «Saga», foi objecto de tese para a defesa do aproveitamento do crioulo como língua literária, no livro «Colóquios Caboverdianos», da Junta de Investigações Científicas do Ultramar. Tem para publicação: «Hora Grande» (poemas) e «Maré Cheia» (contos).

10 – Ruy-Guilherme de Moraes, *As terras da santa*. (1960)

“Ruy-Guilherme de Moraes nasceu em Ponta Delgada (Ilha de São Miguel – Açores) a 5 de Setembro de 1931, onde frequentou o Liceu e vive, exercendo a profissão de empregado de escritório. Colabora esporadicamente na imprensa dos Açores e é na Colecção Imbondeiro que se revela como contista dedicado ao problema fundamental do Homem e da sua Ilha – a terra, a sua crescente valorização e a sua cada vez mais aflitiva exiguidade.”

11 – Rebelo de Andrade, *Um grito da noite*. Ilustrações de Raquel Ávila (1960). O volume inclui também outro conto do mesmo autor, *O capataz Abel*.

“Inácio José Esteves *Rebello de Andrade* nasceu a 25 de Setembro de 1935 em Nova Lisboa (Angola), onde vive, exercendo a profissão de regente agrícola. Colabora em diversos jornais da Metrópole e de Angola, particularmente em «O Planalto», mas é agora que se revela como contista para o grande público. Tem para sair brevemente um livro de contos, **Apontamentos da Rua**, e prepara **Catinga** (contos) e **Cacimbo** (romance), estes últimos de tema local.”

12 – Lygia Fagundes Telles, *As pérolas*. Linóleo de Fernando Marques; Lygia Fagundes Telles, *As cerejas*.

Na capa, aparece só o título do primeiro conto, assim como a escrita ANGOLA-BRASIL. Percebemos, a partir da primeira página, que indica o nome de uma nova série, cujos propósitos são logo explicitados:

“Fiel ao seu programa, IMBONDEIRO tem hoje o orgulho de apresentar o primeiro número da prometida série ANGOLA-BRASIL.

O largo fosso do Atlântico separa-nos do país irmão. Tão íntimas que foram, durante séculos, as relações entre Angola e o Brasil, elas estão hoje, praticamente, reduzidas a zero. Angola povoou o Brasil com a sua gente, do Brasil veio o libertador de Angola. Depois, silêncio.

É certo que, de quando em vez, um homem de letras de lá nos visita de fugida, profere umas afirmações simpáticas - e desaparece. De Angola, quem vai ao Brasil? – Oh, isso é tão longe, quase outro mundo...Vão lá os metropolitanos. Homens de negócios, jornalistas, escritores, políticos, volta e meia dão uma saltada ao Rio, atiram umas frases de seguro efeito – e somem-se.

É tempo, parece-nos, de conhecer o Brasil e de ele nos conhecer. É tempo de pôr de parte o palavreado vazio e de entrar no domínio das coisas concretas: correntes de negócios, intercâmbio de estudantes, visitas de técnicos, de catedráticos, de escritores. Livros divulgados cá e lá. Experiências fecundas expostas lá e aqui. Provar, em suma, por todas as formas, que de facto somos irmãos.

IMBONDEIRO vai contribuir, dentro da modéstia dos seus recursos, para que desapareça o fosso, revelando alguns valores literários mais válidos do Brasil de hoje.”

Sobre a autora:

“Lygia Fagundes Telles nasceu em S. Paulo, a 19 de Abril de 1923. É bacharel em Direito. Publicou o seu primeiro livro de contos - «Porão e Sobrado» - aos 16 anos de idade. Seguiram-se-lhe «Praia Viva» e «O Cacto Vermelho», este distinguido pela Academia Brasileira de Letras. Colabora em vários jornais e revistas. Em 1951 estreou-se no romance com «Ciranda de Pedra», calorosamente saudado pela crítica. Seu último livro de contos - «Histórias do Desencontro» - tem algumas das páginas mais vivas e intencionais do moderno conto brasileiro. É desse livro notável o conto «As Pérolas». É inédito o outro conto que inserimos - «As cerejas».”

13 – Manuel Ferreira, *Morabeza*. (1961)

O número contém também, apesar de não haver indicação na capa, o conto de Manuel Ferreira *Os mandongues de Pudjinho Sena*.

“*Manuel Ferreira* nasceu em Gândara dos Olivais, Leiria, em 1917. Tirou o curso comercial e o do Liceu e diplomou-se em Farmácia, em Goa, onde permaneceu de 1949 a 1953, como militar, que é, trabalhando na Emissora de Goa e em *O Herald*. Colaboração em *Vértice*, *Página de Cultura e do Comércio do Porto*, *Diário de Notícias*, *Certeza*, *Estudos Ultramarinos* e outros jornais e revistas. Co-organizador do Colóquios Cabo-verdianos sob a égide do Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigação do Ultramar, em que participou também. Viveu em Cabo Verde de 1941 a 1947, influenciando e participando no aparecimento de *Certeza*, revista enquadrada no âmbito do neo-realismo português. Publicou: *Grei* – contos – 1944; *Morna* – contos de Cabo Verde – 1948; *A Casa dos Motas* – romance – 1954; *Morabeza* – contos de Cabo Verde - 1958, distinguido com o Prémio Fernão Mendes Pinto da Agência Geral do Ultramar. É autor de diversos ensaios e tem para publicação um romance de ambiente cabo-verdiano ainda sem título.”

14 – Benúdia, *Dumba e Bangala*; Arnaldo Santos, *Uíge*; António Cardoso, *São Paulo*; Luandino Vieira, *1ª Canção do mar*. (1961)

15 – Fernando Reis, *O baú de folha*. (1961) O volume inclui também outro conto do autor, *Amy Só*.

16 – Ruy-Guilherme de Moraes, *Passaporte de emigrante*. (1961) O volume inclui também o conto *A viagem*, do mesmo autor.

17 – Cândido da Velha, *Equador*. (1961) O volume inclui também os contos, do mesmo autor, com os títulos: *Quando chove na terra*, *O homem e a paisagem*.

- 18 – Eduardo Teófilo, *O regresso do emigrante*. (1961)
- 19 – Mário António, *Gente para romance: Álvaro, Lígia, António*. (1961)
- 20 – Maria Perpétua Candeias da Silva, *O homem enfeitado*. (1961). Com glossário.
- 21/22 - Tomás Jorge, *Areal*. (1961). O volume não tem o número na capa. Tem um índice de poemas, no final.
- 23 – Luandino Vieira, *Duas histórias de pequenos burgueses*. Linóleos de Luandino Vieira. (1961)
- 24 – Manuel Amaral, *Uma borboleta na 5ª sala*. Linóleo de Fernando Marques. (1961)
- 25/26 – Leonel Cosme, *A dívida*. (1961)
- 27/28 – Horácio Nogueira, *Natal em São Tomé*. (1962)
- 29 – Reinaldo Castro, *O unicórnio; O jardim; O homem tri-dimensional*. Série Angola-Brasil.
- 30 – Ovídio Martins, *Tutchinha*. O volume inclui, ainda, poemas do autor: *Flagelados do Vento-Leste* e *Pergunta ao mar*, páginas 25-27.
- 31 – Henrique Lopes Guerra, *A cubata solitária*.
- 32 – Henrique Forjaz, *Os inatingíveis*. Primeiro número da série DIÁLOGO. Não há nenhuma introdução sobre a série. (1962)
- “Henrique Forjaz Trigueiros nasceu em Lisboa em 9 de Dezembro de 1926, onde também estudou. É funcionário da Emissora Nacional. Tem, para breve publicação, um livro de contos intitulado «Vidas sem História» e em preparação um romance.”
- 33 – Cochat Osório, *O homem do chapéu*.
- 34 – Antunes da Silva, *A visita*.
- 35/36 – António Aurélio Gonçalves, *Pródiga*.
- 37 – Heitor Gomes Teixeira, *Os homens dividem-se em dois grupos*.
- 38 – António D’Élia, *O velho e o cão, O Major*. Série ANGOLA-BRASIL
- 39 – Manuel Amaral, *Defesa da Ilha*. Série DIÁLOGO.

- 40 – Carlos Palmeirim, *Desencontro*.
- 41/42 – Américo Paiva, Antunes da Silva, Eduardo Teófilo, Garibaldino de Andrade, Manuel da Fonseca e Urbano Tavares Rodrigues, *Seis contistas alentejanos*.
- 43 – Jorge Medauar, *O dinheiro do Caju, O cigano*.
- 44 – Teobaldo Virgínio, *Beira do Cais*.
- 45/46 – Guedes de Amorim, *Escada para descer e para subir*.
- 47 – Cristiano Valcorba, Vicente, Madi, *O livro da primeira classe; Missangas de cor*.
- 48 - Francisco Ventura, *Hora de Todos. Peça em 1 acto*.
- 49 – AAVV, *Antologia Poética Angolana I*; (Julho de 1963) .Os poemas, tais como a introdução, («Tópicos para a compreensão da presente antologia») são os mesmos que serão, sucessivamente, reunidos em *Mákua*, nº3.
- 50 - João Pedro Andrade, *A hora secreta*.
- 51 - Alexandre Cabral, *A fula*.
- 52 – António José Moita Galvão, Fernanda Dias, Manuel Piedade Correia e Matos Pereira, *4 jovens contistas alentejanos*.
- 53/54 - Manuel Amaral, *Sol na janela*.
- 55 - Garbriel Mariano, *O rapaz doente*.
- 56 - João Pedro de Andrade, *Cegos. Peça em 1 acto*.
- 57 - Lygia Fagundes Telles, *A confissão de Leontina*.
- 58 - Angerino de Sousa, *O laço vermelho. Farsa em 1 acto*.
- 59 - António Augusto Sales, *A primeira Manhã*.
- 60 - Vitor Silva Tavares, *Hot e etc*.
- 61 - Manuel de Seabra, *Os sobreviventes*.
- 62 - Sílvia Maria Vieira, *3 histórias de amor*.
- 63 - Jorge Ferreira da Silva, *A fadiga*.
- 64 - Nuno Bermudes, *Uma gota de chuva*.

65 - Maria Lígia Guetterres, *A roda*.

66 - Romeu Correia, *Laurinda. Peça em 1 acto*.

67 - Agnelo de Oliveira, *A gaivota*.

68 - Amândio César, *Natal - poemas*; Guedes de Amorim, *Os cegos do Rubiões, Contos*.

2. Contos d'África, Sá da Bandeira, Imbondeiro, 1961.

Total de 11 contos acompanhados por linóleos ou ilustrações

- Leonel Cosme, *O grito*. Linóleo de Fernando Marques.

“Armando *Leonel* Augusto dos Matos *Cosme* nasceu em Guimarães, em 1934, donde, com sua família, emigrou para Angola, em 1950, tendo fixado residência em Sá da Bandeira. Desde aí, colaborou activamente em diversos jornais e revistas da Metrópole e de Angola. Laureado sucessivamente com vários prémios literários, em Jogos Florais e Concursos Literários, é autor de diversos géneros de produções, que vão do artigo ao teatro, e publicou em volume: «Um Homem na Rua» (romance) e «Quando a Tormenta Passar» (contos), ambos editados em 1959. Tem para publicação o romance «Evadidos». Dirige, com Garibaldino de Andrade, a «Colecção Imbondeiro».

- Lília da Fonseca, *Romance da ama negra*. Linóleo de Alexandre de Resende.

“Maria Lígia Valente da Fonseca Severino (Lília da Fonseca) nasceu em Benguela e vive actualmente em Lisboa, onde exerce o jornalismo, mantendo colaboração assídua em vários jornais e revistas de Angola e da Metrópole. Iniciou-se no jornalismo em «A Província de Angola», de Luanda, de que é redactora em Lisboa. Fundou em 1950 a revista «Jornal-Magazine da Mulher», que dirigiu até ser interrompida em 1956. Como ficcionista e poetisa publicou, em volume, além da literatura infantil e conferências, «Panguila» (romance), «A Mulher que Amou uma Sombra» (novelas), «Poemas da Hora Presente» (poesia), «A Outra Face da Verdade» e «Mercado Negro» (teatro). Tem para publicar: «O Relógio Parado» (romance) e «Semana sem Domingo» (contos).

- Luís Ataíde Banazol, «Meia- Cinco». Linóleo de Luís Alberto Banazol.

“Luís Ataíde da Silva Banazol nasceu em Elvas, em 1919. Oficial do Exército, esteve nos Açores, em Moçambique, em Macau e reside actualmente em Sá da Bandeira. Como contista, colaborou com vários jornais metropolitanos e ultramarinos. Tem para publicação «Nehepo» (novela) e «A velha do charco» (romance).”

- Mário António, *Um rapaz de pouca sorte*. Linóleo de Luandino Vieira.

“Mário António Fernandes de Oliveira nasceu a 5 de Abril de 1934 em Maquela do Zombo e muito novo foi para Luanda, onde tirou o curso liceal. É observador meteorológico. Laureado com vários prémios no concurso literário de 1951 da Associação dos Naturais de Angola, foi proclamado o melhor poeta do biénio por um júri de que faziam parte João de Barros, Augusto Casimiro, Julião Quintinha e Lília da Fonseca. Daqui resultou a sua colaboração em MENSAGEM, revista daquele departamento que definiu uma geração e uma consciência literária. Tem versos, contos e críticas publicados em jornais e revistas da Metrópole, do Ultramar e do Brasil. Figura na «Antologia da poesia negra de expressão portuguesa» (Ed. Pierre Jean Cewald, *Paris*), «Poetas Angolanos» (Casa dos Estudantes do Império, *Lisboa*) e na «Amostra de poesia ultramarina», incluída no nº3 de «Estudos Ultramarinos», *Lisboa*. Em 1956 publicou «Poesias» e em 1960 «Poemas & Canto Miúdo» (Colecção Imbondeiro) e «Amor» (Casa dos Estudantes do Império, *Lisboa*).

- António Narino e Silva, *Hiluku*. Linóleo de Rogério de Castro.

“António Narino e Silva nasceu na Beira Baixa, concelho de Fundão, em 1921. Foi operário dos 14 aos 18 anos de idade. Frequentou a Universidade de Coimbra, onde se licenciou em Filologia Clássica em 1948. Estreou-se como contista colaborando na antologia «Mosaico», organizada por Domingos Monteiro e editada pela «Sociedade de Expansão Cultural». Publicou em revistas vários trabalhos de temática predominantemente religiosa. Tem exercido a sua actividade de professor em Aveiro, Tomar, Lisboa, Ponta Delgada, Vila Real, Viseu e Figueira da Foz. É actualmente professor da Escola de Regentes Agrícolas de Angola, no Tchivinguiro.”

- Rebello de Andrade, «*Encosta a cabecinha e chora...*». Ilustração de Raquel de Ávila.

“Inácio José Esteves Rebello de Andrade nasceu a 25 de Setembro de 1935 em Nova Lisboa, onde vive, exercendo a profissão de regente agrícola. Colabora em diversos jornais da Metrópole e de Angola, particularmente em «O Planalto», que se publica em Nova Lisboa. Publicou, já este ano, «Apontamentos de Rua» (contos) e prepara «Catinga» (contos) e «Cacimbo» (romance), ambos de tema local”.

- Costa Andrade, *A Estrada*. Linóleo do autor.

“Fernando da Costa Andrade nasceu no Lépi a 12 de Abril de 1936. Reside em Lisboa. É estudante. Tem para publicação um livro de contos e outro de poemas.”

- Óscar Ribas, *A medalha*. Ilustração de Fernando Rodrigues.

“*Oscar Bento Ribas*, natural de Luanda, nasceu a 17 de Agosto de 1909. É filho de pai europeu e mãe angolana. Apesar de invisual, dedicou-se às letras, cultivando especialmente a etnografia. Publicou: «Flores e Espinhos» (lirismo, comentários e contos), «Uanga» (romance folclórico angolano), «Ilundo» (ritos e divindades angolanas). Tem para publicação «Missosso», trilogia sobre a literatura tradicional angolana. O seu conto «A praga», inserto em «Ecos da Minha Terra», obteve o prémio «Margaret Wrong», atribuído pela «International Committee on Christian Literature for Africa», com sede em Londres. Está traduzido em alemão. O seu romance «Uanga», também vertido para esta língua, aguarda publicação. É membro de diversas sociedades culturais brasileiras e argentinas e sócio honorário da Sociedade Cultural de Angola e do Instituto de Angola”.

- Cochat Osório, *Aiué*. Linóleo de João Manuel Mangerição.

“Ernesto Cochat Osório nasceu em Luanda, onde vive actualmente, no exercício da sua profissão de médico. Possui colaboração dispersa por toda a imprensa angolana, tendo publicado em 1956 «Calema» (poemas), em 1957 «Campim Verde» (contos) e em 1960 «Cidade» (poemas).

O seu conto «Aiué», incluído nesta antologia, foi extraído do seu livro «Capim Verde», sendo o único, portanto, que não é inédito.”

- Eduardo Teófilo, *O contrato*. Linóleo de Guedes da Silva.

“*Eduardo Teófilo* Braga nasceu em Évora a 6 de Dezembro de 1923. Aí cursou o Liceu e iniciou a sua colaboração em jornais. Aos dezesseis anos parte para Lisboa, onde frequentou a Faculdade de Ciências do Instituto Industrial, onde se formou. Publicou: «*Alentejo não tem sombra*», com ilustrações e capa de Manuel Ribeiro de Pavia (1954); «*Vida ou pecado*» (poemas), 1956; «*Estrelas na noite escura*» (contos), 1958. Em Angola desde 1954, tem trabalhado nas brigadas de estudo de aproveitamento hidroagrícola e hidroeléctrico dos rios Cuanza e Bengo.

- Garibaldino de Andrade, *Ao pôr do sol*. Ilustração de Raquel de Ávila.

“*Garibaldino* de Oliveira da Conceição *Andrade* nasceu em Ponte do Sor, Alentejo, em 8 de Novembro de 1914. Estudou em Portalegre e Coimbra, onde tirou respectivamente o curso geral do liceu e o curso do magistério primário. Exerceu o professorado em diversas escolas do Alto e do Baixo Alentejo, províncias que ficou a conhecer profundamente e onde situa a acção dos seus contos, novelas e romances. De 1938 a 1942 dirigiu o quinzenário de acção literária e cultural «A Mocidade» que foi, na época, um dos melhores jornais da pequena imprensa metropolitana, chegando a atingir uma tiragem

elevada para o meio. Em 1953 tomou o rumo de Angola, tendo exercido 4 anos na Palanca e posteriormente em Sá da Bandeira, para onde pediu a transferência e onde vive. Publicou: «Vila Branca» (contos) -Editorial Inquérito – 1944; «O sol e a nuvem» (contos) – Portugália Editora – 1946; «Sete Espigas Vazias» (romance) – Orion – 1957; «O Homem e o Sardão» (romance) -Editora Arcádia – 1960. Prepara «Estradas da Galileia» (romance) e «Ufuco, a Noite» (contos africanos): Dirige, com Leonel Cosme, a «Colecção Imbondeiro».

3. *Novos Contos d'África – Antologia de contos angolanos, Sá da Bandeira, Publicações Imbondeiro, 1962.*

À data de publicação do volume, havia 38 volumes da *Colecção Imbondeiro* publicados, como declarado na contracapa. Afirma-se também que sairá em dezembro *Mákua, antologia poética*, em quatro números anuais. O volume tem num total de 240 páginas, 13 contos:

- Alfredo Margarido, *A osga*;

“Alfredo Margarido nasceu em Trás-os-Montes, em 1928. Teve várias profissões, sendo actualmente jornalista. Residiu em S.Tomé e Príncipe e Angola. Publicou: «Poemas com Rosas» e «Poema para uma bailarina negra» (poesia); «No fundo deste canal» e «A Centopeia» (ficção); «Dois jovens poetas portugueses» e «Teixeira de Pascoaes» (ensaio); seleccionou, traduziu e prefaciou as «Páginas íntimas», de Franz Kafka; escreveu os prefácios-ensaios de «Retrato do artista quando jovem», de James Joyce, «Tempo de Guerra», de Vasco Pratolini, «Poetas de Moçambique», antologia da Casa dos Estudantes do Império e «Poesias de Alexandre Dáskalos». Recebeu, em 1960, o prémio de poesia da «Sociedade Cultural de Angola» e em 1961 o prémio de ensaio.”

- Artur Carlos Pestana, *As cinco vidas de Teresa*;

“Artur Carlos Pestana nasceu em Benguela a 29 de Outubro de 1941. É estudante da Faculdade de Letras de Lisboa. Tem colaboração em «Mensagem», boletim da Casa dos Estudantes do Império.”

- Djamba Dalla, *Terei eu perdão?*

“Dulce Ferreira Alves Mendes de Vasconcelos (**Djamba Dalla**), nasceu em Bragança em 1927. Veio para Angola em 1952 e exerce o professorado primário. Publicou: «Calema»

(romance) – 1960 – União Gráfica. Tem para publicação «Luzes na Baía» (romance) e «O miúdo Bailundo» (contos).

- Henrique Abranches, *Sangue como chuva seca*;

“HENRIQUE Moutinho ABRANCHES nasceu em Lisboa, em 1932, e veio para Angola muito novo, acompanhando a família. Reside actualmente na sua terra natal. Exerce a profissão de topógrafo. Domina com perfeição alguns dialectos do sul de Angola. Etnógrafo, poeta, contista e artista plástico, tem colaboração literária e artística dispersa por várias publicações e nomeadamente em «Cultura» e «Jornal de Angola». Figura em «Contistas Angolanos», edição da Casa dos Estudantes do Império. Colaborou no nº. 4 da «Colecção Imbondeiro».

- Henrique Guerra, *Virgínia voltou*;

“**Henrique Lopes Guerra** (Andiki) nasceu em Luanda, a 26 de Julho de 1937. Aí frequentou o Liceu até ao sétimo ano. É actualmente alferes miliciano. Tem colaboração dispersa em «Cultura», «Mensagem», «Jornal de Angola» e «ABC, Diário de Angola». Em Luanda tomou parte em algumas exposições de pintura.

- Horácio Nogueira, *Chilombo*;

“António Horácio Alves Nogueira nasceu em Góis, distrito de Coimbra, em 25 de Julho de 1925. Tirou o curso eclesiástico nos seminários de Alcains, Olivais, Évora e Gavião. Por duas vezes professor no Seminário de Alcains (1946-1952 e 1954-1958) e pároco na freguesia de Comenda, no Alto Alentejo, encontra-se desde 1958 em Angola, desempenhando as funções de secretário do Bispo de Malanje e professor do Seminário-Colégio da mesma cidade. Publicou: «Estrela da Planície» - poemas, 1955; «Há vida na charneca» (narrativas alentejanas) – 1956 e segunda edição 1957; «Cabo Verde» (poemas) – 1960; «Natal em S. Tomé» (novela) – 1962; «A vida recomeça hoje» (novelas) – 1962. Acaba de publicar, «Nova Rota» (poemas), distinguido com o Prémio «Fernando Pessoa» no Concurso Literário da Câmara Municipal de Sá da Bandeira, em 1959. Prepara «Mundo que não mente» (narrativas infantis).

- Ingo Santos, *Joana de Cabo Verde*;

“**Ingo Santos** é pseudónimo do poeta Arnaldo Santos. Nasceu em Luanda em 1936. Tem contos e poemas em «Cultura», «Jornal de Angola» e Boletim da CEI. Figura em «Poetas Angolanos» e «Contistas Angolanos», edições da Casa dos Estudantes do Império. Colaborou no nº. 14 da «Colecção Imbondeiro». Publicou «Fuga», poemas (1960), «Colecção Autores Ultramarinos».”

- Julieta Fatal, *Uma velha que tinha um gato*;

“**Julieta Fatal** nasceu em Coimbra e reside em Angola (actualmente em Cabinda) há alguns anos. Poetisa, tem colaboração espalhada pela maioria dos jornais de Angola. Tem um romance em preparação, ainda sem título.”

- Luandino Vieira, *Os miúdos do Capitão Bento Abano*;

“Luandino Vieira é pseudónimo de José Graça. Nasceu em Luanda em 4 de Maio de 1935 e é empregado comercial. Colabora em várias publicações angolanas. Representado nas colectâneas «Contistas Angolanos» e «Poetas Angolanos». Publicou «A cidade e a infância», contos, 1960. Colaborou nos n.ºs 14 e 23 da «Colecção Imbondeiro»”.

- Maria Perpétua Candeias da Silva, *Escrava*. O conto tem glossário.

“Maria Perpétua Candeias da Silva nasceu na região de Cadonda e vive em Vila Mariano Machado (Ganda). Tem-se dedicado, com intermitências, ao ensino particular (línguas). Escreveu: «Nihova», distinguido, em 1949, no concurso literário organizado pela Câmara Municipal de Nova Lisboa; «A Mulher de duas cores e Falsos trilhos» que reuniu em volume, premiado, em 1960, no concurso literário da Câmara Municipal de Sá da Bandeira. Tem, para publicação, «Navionga, filha de branco». Colaborou no número 20 da «Colecção Imbondeiro» com o conto «O homem enfeitado».”

- Orlando Távora, *Vôvô Bartolomeu*;

“Orlando Távora é pseudónimo do poeta António Jacinto. Nasceu em Luanda em 1924. Colabora em diversas publicações angolanas e moçambicanas e no Boletim da CEI. Figura no Caderno (1953) e na Antologia (1958) de Poesia Negra de Expressão Portuguesa, de Mário de Andrade. Figura ainda em «Poetas Angolanos» e «Contistas Angolanos», edições da Casa dos Estudantes do Império. Publicou o livro «Poemas» (1961), na Colecção Autores Ultramarinos.”

- Pedro Sobrinho, *Terra do sol*;

“Pedro Sobrinho nasceu em Luanda em 1936. Tem colaborado no Boletim da CEI. É estudante de Agronomia, em Lisboa. Figura em «Contistas Angolanos», edição da Casa dos Estudantes do Império.”

- Reis Ventura, *O drama do velho cafaia*.

“Manuel Joaquim *Reis Ventura* nasceu em Seara-Velha, concelho de Chaves, em 23 de março de 1910. Tem estudos superiores feitos em Espanha e Portugal. Vive

em Angola há 24 anos, exercendo presentemente a sua actividade na Petrangol. Entre os seus livros até agora publicados, contam-se os seguintes: «A Romaria» (Prémio Antero de Quental, 1934), « Após-Guerra em Angola», «Palavras ao Vento» e «A Nova Angola» (ensaio), e os romances «Cafuso», « Quatro Contos por Mês», «Cidade Alta», «Caminhos» e «Filha de Branco». É colaborador assíduo do jornal «A Província de Angola». Acaba de publicar «Sangue no Capim».

4. *Mákua*.

Nos «Tópicos de compreensão para a presente antologia» (Mákua nº3), os editores afirmam que a intenção é a de apresentar uma selecção de poemas de vários autores, “aparecidos em Angola no período decorrido de 1951 a 1962”. O ano de início, 1951, é o do aparecimento da *Mensagem*, que representa, para os editores, “um instrumento de aferição crítica para a poesia”. Afirmam, também, que a aparente ausência de critério está intimamente relacionada com a dificuldade em estabelecer um “critério seguro de angolanidade para a produção poética”. Todos os autores, apresentados em breves notas bibliográfica, cujo objectivo é o de reunir as informações consideradas relevantes para o “leitor comum de Angola”, são definidos como jovens, tendo em média entre os 25 e os 40 e poucos anos de idade. Única excepção é a de Tomaz Vieira da Cruz, que “tem presença simbólica”, tendo sido *Cazumbi*, o último dos seus livros, publicado em 1950. *África*, livro deixado inédito, representaria um testamento aos poetas e leitores da antologia. A ideia de síntese das notas biográfica reflete-se, sobretudo, nas do número 3, sendo as dos números anteriores mais completas e exaustivas.

4.1 – *Mákua, antologia poética, nº1, Sá da Bandeira, 1962.*

- Tomaz Vieira da Cruz, *Drama em Kaungula* (in Kazumbi);

“TOMAZ VIEIRA DA CRUZ nasceu em Constância, em 22 de Abril de 1900, tendo vivido em Angola desde 1924, onde exerceu funções públicas. Em 1938 foi-lhe concedido pela Emissora Nacional o título de «Príncipe dos Poetas Portugueses». Já anteriormente, em 1936, havia concorrido aos Jogos Florais da mesma Emissora, tendo obtido o Primeiro Prémio do Soneto. Viveu largos anos em Novo Redondo, onde fundou, em 1929, com a colaboração de Luís Malta e Fernando Leiro, o jornal literário «Mocidade». Publicou os seguintes livros de poesia: «Quissange Saudade Negra» - 1932, «Tatuagem» - 1941 e «Cazumbi» - 1950, todos esgotados, deixando inédito «Alegro-Triste», também de Poesia. Em 1950 deslocou-se ao Brasil, tendo sido recebido com muito carinho pela Academia Brasileira de Letras. Faleceu em Lisboa a 7 de Junho de 1960, tendo o seu corpo sido trasladado para Luanda a pedido unânime da população.”

- Albino Fernandes de Sá: *Meu pai, Carta do Brasil, Fantasia, Aquelas Mãos, Par de Asas*;

“ALBINO FERNANDES DE SÁ – Nascido em 1921 – freguesia de Antas – concelho de Esposende – distrito de Braga. Tem o curso geral de Filosofia e Teologia dos Seminários. Colaborou em «Letras e Artes» - suplemento literário de «Novidades» e em vários periódicos regionais. Veio para Angola em 1947, tendo-se dedicado ao ensino secundário. É professor do Quadro Ultramarino do Ensino Técnico. Tem colaboração dispersa na imprensa diária e periódica de Angola, usando às vezes o pseudónimo de Cristiano Dantas e Jorge Viana. Publicou o livro de versos - «Encontro» - 1954. Tem para publicação três livros de poemas. É o Director dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Sá da Bandeira.”

- Amélia Veiga, *No ventre da terra é que sou nascida..., Angola, A negra Angélia, O novo homem*;

“AMÉLIA VEIGA – De seu nome Amélia Maria Ramos Veiga da Silva, nasceu em Silves, Algarve, em 1931, tendo em 1951 vindo para Angola. Reside em Sá da Bandeira, exercendo na Escola Industrial e Comercial «Artur de Paiva». Publicou «Destinos», poesia, lançado por «Imbondeiro» em 1962. O seu livro inédito «Poemas» foi distinguido no mesmo ano com o Prémio Fernando Pessoa no Concurso Literário organizado pela Câmara Municipal de Sá da Bandeira.”

- Antunes da Silva, *Notícia, Poesia, O receio não é bem a sentença lavrada*;

“ARMANDO ANTUNES DA SILVA nasceu em Évora em 1921. Ali tirou o curso comercial, tendo vindo para Lisboa, onde vive, em 1948. É empregado de escritório. Colabora em diversas revistas e jornais. Publicou: «Gaimirra» (1946), «Vila adormecida» (1948), «Sam Jacinto» (1950), « O aprendiz de ladrão» (1954) e «O amigo das tempestades» - todos de contos. Também poeta, publicou: «Esta terra que é nossa» e «Canções do Vento». O seu mais recente livro é romance «Suão», com duas edições, e distinguido com o «Prémio do leitor», do Diário de Lisboa. Colaborou na «Colecção Imbondeiro», com «A Visita» (nº34).”

- Arménio Vieira e Silva, *Poema, Evocação da minha infância, Vai e diz*;

“ARMÉNIO DA VIEIRA E SILVA é natural de Cabo Verde, cidade da Praia, onde sempre tem vivido. É estudante e conta 21 anos de idade. Tem colaboração no boletim «Cabo Verde» e «Notícias de Imbondeiro». Prepara o seu primeiro livro de poesia.”

- Eduardo Teófilo, *Credo, Mundo Possível, Espera*;

“EDUARDO TEÓFILO BRAGA nasceu em Évora a 6 de Dezembro de 1923. Aí cursou o Liceu e iniciou a sua colaboração em jornais. Aos dezesseis anos parte para Lisboa, onde frequentou a Faculdade de Ciências do Instituto Industrial, onde se formou. Publicou: «*Alentejo não tem sombra*», com ilustrações e capa de Manuel Ribeiro de Pavia (1954); «*Vida ou pecado*» (poemas), 1956; «*Estrelas na noite escura*» (contos), 1958. Radicado em Angola desde 1954, tem trabalhado em diversas brigadas de estudos, sendo actualmente funcionário da Junta Autónoma das Estradas. Colaborou na «Colecção Imbondeiro» com os contos «Tempestade» (nº6) e «O Regresso do Emigrante» (nº18). Incluído em «Contos d’África», da mesma editorial, onde publicou «O Contrato». Acaba de lançar o livro de contos «Quando o Dia Chegar», também publicado por «Imbondeiro». Trabalha num livro de poesia.”

- Eugénio dos Santos Lemos, *Ruas sem sol*;

“EUGÉNIO AUSTROGÉSILO CARDOSO PINTO DOS SANTOS LEMOS nasceu em Tabuaço (Alto Douro) em Maio de 1927. Tem apenas o exame de segundo grau. Em Angola desde 1946, reside actualmente em Luanda, onde é funcionário público. Tem colaboração em prosa e verso dispersa por vários jornais da Metrópole e de Angola, como «O Planalto», «a província de Angola», a revista «Cultura» e outros. O seu trabalho «Norton de Matos e o Huambo» foi distinguido com menção honrosa num dos concursos literários organizados pela Câmara Municipal de Nova Lisboa.”

- Gabriello de Altamira, *A rima, Tântalo, A inspiração*;

“GABRIELLO DE ALTAMIRA, pseudónimo de Augusto Cerveira Baptista nasceu na Mealhada, distrito de Aveiro, em 28 de Abril de 1905. Tirou o curso liceal no Porto e o 1º. Ano de Direito na Universidade de Coimbra. Ainda estudante, de parceria com o poeta Luís Guedes de Oliveira, fundou o jornal literário «Arion», de efémera duração. Aos 21 anos veio para Angola, onde se radicou. É Director de Fazenda em Malanje, aí presidindo ao Círculo Cultural. Os seus versos estão espalhados por quase todos os jornais de Angola, tendo colaboração assídua em «a província de Angola» e, mais tarde, no Suplemento deste jornal. Usou diversos pseudónimos: Ruy Gonçalves, Maria Ausenda, Gastão da Nóbrega, Fernando Rúbio, Alberto Costa e Gabriello de Altamira. Publicou: «Mais Alto e Mais Além» e «O Céu Ainda é Azul», esgotado. Tem para publicar: «Réstia da Luz», a lançar por Imbondeiro, «Poemas Perdidos», «Canções» e «Lapidárias».

- Heitor Gomes – Teixeira, *Romance do amor antigo, «Ali... mais adiante... ainda há...», Estas luzes de destino, Esboço de canção*.

“*FERNANDO HEITOR PINTO GOMES-TEIXEIRA* nasceu a 1 de Janeiro de 1935 e é advogado e professor. Foi presidente do Círculo do Iniciação Teatral da Academia de Coimbra e director do «Teatro Português de Hoje», também de Coimbra. Publicou ensaios, apontamentos críticos e peças em «O Estudante», «a província de Angola», «Via Latina» e «Primeiro Acto», na «Colecção Imbondeiro» pertence-lhe o nº. 37 – a farsa em acto «Os Homens Dividem-se em Dois Grupos». Tem, para publicação, «As Coisas que a Ilha conta» (teatro) e um volume de poesia. Trabalhou como amador de teatro com Luís de Sousa Rebello, Armando de Lacerda, Claro da Fonseca, Vasco de Lima Couto, Baptista Fernandes, António Pedro e António Almor. Presentemente organiza, para a Comissão Municipal de Turismo de Luanda, um Centro de Estudos de Teatro Experimental.”

- José dos Santos Marques, *Nova mensagem de amor para todos os continentes, Poema para a hora de libertação.*

“*JOSÉ DOS SANTOS MARQUES* nasceu em Lisboa em 192. Filho de pessoas modestas, das quais se orgulha descender, cedo conheceu a necessidade de lutar pela vida. Tem colaborado em numerosos jornais e revistas de Portugal e do estrangeiro. Dirige as colecções «Depoimento» (Cadernos de Cultura Viva) e «Panorâmica Poética Luso-hispânica». Publicou: «Os Homens Morrem de Pé» (poesias).”

- Lília da Fonseca, *Sobressalto, Mãos tombadas.*

“*LÍLIA DA FONSECA*, de seu nome Maria Lígia Valente da Fonseca Severino, nasceu em Benguela e vive em Lisboa, dedicando-se ao jornalismo, colaborando assiduamente em «a Província de Angola» e sendo secretária de redacção da revista «Távola Redonda».

Iniciou-se nas letras com o livro «Panguila» (romance), publicando depois «A Mulher que Amou uma Sombra» (novelas), «Poemas da Hora Presente» (poesia), «A Outra Face da Verdade» e «Mercado Negro» (teatro), «O Relógio Parado» (romance). Prepara «Semana sem Domingo» (contos) e um livro de poesia. Grande entusiasta do teatro e da literatura infantil, tem levado à cena diversas peças de teatro de fantoches com a «Companhia Branca Flor», que organizou e dirige. Lançou a colecção «Carrocel» (literatura infantil). Colaborou na «Colecção Imbondeiro» com «Filha de Branco» (conto), e está incluída na colectânea «Contos d’ África» com o conto «Romance da ama negra».”

- Madi, *Intrusos, Alma que chora.*

“MADI nasceu em Elvas em 24 de Março de 1940. Há treze anos que se radicou em Luanda, onde é funcionária. Tem colaboração dispersa por vários jornais, designadamente em «a Província de Angola», interessando-se, em especial, por literatura infantil.”

- Manuel Amaral, *Canção das palavras, Canção dos Arcos, Canção adverbial*.

“MANUEL AMARAL, nascido em Amarante, começou, desde muito novo, a colaborar na imprensa regionalista, tendo publicado em volume: «Poemas Imperfeitos», em 1942, e «Terra Lavrada», contos, em 1953. Colaborou na «Colecção Imbondeiro», pertencendo-lhes os n.^{os} 24 («Uma borboleta na 5ª sala») e 39 («A defesa da ilha»). Tem, inéditos, muitos trabalhos de teatro, conto, poesia e romance. É o Delegado Geral de «Imbondeiro» na Metrópole.”

- Paulo Cid, *Do amanhã no mar, Herança, Sabe-me a boca a sangue e a vida*.

“PAULO CID nasceu no Rio de Janeiro, Brasil, aos 30 de Abril de 1929. Em Portugal desde 1946, estudou Direito em Lisboa e Coimbra, não tendo concluído o curso. Publicou: «Emigrante» (1956), com prefácio de João de Barros, e «Grito Contra a Muralha» (1957), ambos de poesia. Colaborou nalguns jornais e, episódicamente, na revista «Vértice». Tem, para publicação, um original que será incluído na «Panorâmico Poética Luso-Hispânica» e prepara outro, ainda sem título.”

- Tomás Jorge, *Aos irmãos, Bipoema, Terceiro poema colorido*.

“TOMÁS JORGE VIEIRA DA CRUZ nasceu em Luanda em 1929. É filho do poeta Tomaz Vieira da Cruz e exerce funções públicas. Tem colaboração dispersa em jornais e revistas, nomeadamente nos de Angola. Figura na colectânea de «Poetas Angolanos», editada pela Casa dos Estudantes do Império, em 1959. Deu à estampa «Areal», poemas, lançado por «Imbondeiro», em 1961, n.^{os} 21/22 da «Colecção Imbondeiro». Tem no prelo um volume de poesia.”

4.2 -Mákua, antologia poética, n°2, Sá da Bandeira, 1963.

- Alda Lara, Rumo, *Testamento*.

“ALDA FERREIRA PIRES DE LARA nasceu em Benguela em 1930 e faleceu há pouco mais de uma ano em Cambambe. Era formada em Medicina e casada com o médico e poeta Orlando de Albuquerque. A sua poesia é vibrante, apaixonada, por vezes

combativa, mas sempre extraordinariamente harmoniosa. Dando à estampa duas das suas poesias mais divulgadas, MÁKUA presta-lhe comovida homenagem.”

- António de Matos Pereira, *Bilhete de viagem: poesia, Subiu um corpo, Repetição*.

“ANTÓNIO DE MATOS PERREIRA nasceu em Serpa, em 1943, e aos seis anos foi para Moura, onde reside. Frequenta o curso nocturno de Formação de Serralheiros. Tem publicado poesia e conto em vários suplementos literários. É redactor de «A Planície». Escreve ainda teatro e representa e declama. Obteve o 1º prémio ex-aequo de poesia, nos Jogos Florais – 1961, patrocinados pelo «Juvenil – Diário de Lisboa». De colaboração com Tói Galvão publicou, em 1962, um caderno de poesia.”

- Armando Ventura Ferreira, *Quatro poemas de «A astronave»*;

- Aurora Santos, *Desalento, Gólgota, O cravo vermelho, Na solidão*;

- Fernando Melro, *Éramos longe, E os dias fúteis, Tempo, Nuvens, Soneto Décimo, Soneto Décimo Quinto, Soneto vigésimo oitavo*. Relativamente aos três sonetos, encontramos a indicação de que são para a futura publicação do livro de poemas «Viagem a Bordo dos Dias».

- Gabriel Mariano, *Uma bela companheira, Família, Toada da contrabandista; A vizinha fraca dela*;

- Helle Alves, *Poema total, Idade do sol, Bouleverséjando, Caminhos do homem*;

- Jorge Macedo, *1, 2, 3, 4*;

- Mário António, *Poema, Casa mortuária, Um mundo, Manhã*.

- Ovídio Martins, *Caboverdianamente, Medo, Reis da Baía, Adiado o tempo para amar, Noite longa*;

- Reinaldo de Castro, *À hora do sol pôr, Visita, De não sorrir*;

- Teobaldo Virgínio, *Seara, Menino, Rota longa, Crisálida rasgada*;

- Toi Galvão, *Homem-Deus, Minha liberdade dos outros, Cântico sem lei*;

- Tolstoi Lusitano Moita, *Cenário para dois (tundavala)*.

4.3 – Mákuá, antologia poética, nº3, Sá da Bandeira, 1963.

- A Neves e Sousa, *Carnaval triste* (in Batuque), *Viagem ao sul* (in Batuque), *Luanda* (in Batuque).

“A. NEVES E SOUSA, vivendo em Angola desde a mais tenra idade, é sobretudo conhecido como Pintos que mais exclusivamente vem revelando a paisagem física e humana da terra em que cresceu e abriu os olhos para a Arte. Autor de três livros de poesia de motivação africana: «Motivos Angolano», «Mahamba» e «Batuque».”

- Agostinho Neto, *Quitandeira* (in Cultura, 5), *Confiança* (in Farlim), *Mussunda Amigo* (in Poetas Angolanos), *Sim em qualquer poema* (in Cultura).

“AGOSTINHO NETO, natural de Icolo e Bengo, médico pela Universidade de Lisboa, colaborou em várias publicações de Angola na década preenchida por esta Antologia, sendo seu único livro «Poemas», da «Colecção de Autores Ultramarinos».”

- Aires de Almeida Santos, *Juro, Meu amor da rua onze* (in Jornal de Benguela), *Quem tem o canhé, A mulemba secou* (in A província de Angola).

“AIRES ALMEIDA SANTOS, nascido no Bié e tendo estudado em Sá da Bandeira, viveu em Benguela, terra que é o motivo dos seus melhores poemas. Sem livro publicado.”

- Alda Lara, *Presença* (in Jornal de Benguela), *Anúncio* (Mensagem), *Testamento* (ABC, Diário de Angola), *Momento* (ABC, Diário de Angola).

“ALDA LARA, recentemente falecida, poucos meses depois do seu regresso a Angola, onde nasceu, foi presença notável nos movimentos que precederam o período desta Antologia, não tendo, porém, deixado livro.”

- Alexandre Dáskalos, *A sombra das galeras* (Poemas de Alexandre Dáskalos, Colecção Bailundo), *Poema* (ABC, Diário de Angola), *Poema, Carta*.

“ALEXANDRE DÁSKALOS, que morreu em 1961, nasceu no Huambo onde exerceu investigação veterinária – especialidade em que se formou em Lisboa. Foi publicada uma recolha póstuma de poemas seus na «Colecção Bailundo» e outra na «Colecção Autores Ultramarinos», sob o título «Poesia».

- Alfredo Margarido, *Ao Costa Andrade* (in 20 poemas com Estribilho Cabinda), *Sem título* (in 20 poemas com Estribilho Cabinda), *Sem título* (in 20 poemas com Estribilho Cabinda), *Sem título* (in 20 poemas com Estribilho Cabinda).

“ALFREDO MARGARIDO, minhoto, com livros de poesia, romances e ensaios críticos muito assíduos na imprensa metropolitana, levou, da sua passagem por Angola, onde residiu, o material de vivências que transparece em «Poemas para uma Bailarina Negra» e «20 Poemas com Estribilho Cabinda» (inédito), além de uma «Gramática Africana» que, com o pseudónimo de Paulo Saraiva, parcialmente publicou sob o pseudónimo de Paulo Saraiva, na página «Artes e Letras» do «ABC, Diário de Angola».

- Álvaro Reis, *Poema* (in ABC, Diário de Angola), *Poema* (in ABC, Diário de Angola), *Poema* (in ABC, Diário de Angola), *Poema* (in ABC, Diário de Angola), *Muquixe* (in ABC, Diário de Angola).

“ÁLVARO REIS é o pseudónimo sob o qual se oculta o jornalista Acácio Barradas, metropolitano radicado em Angola, que raros poemas tem publicado, mas que, apesar de alguma transparente e confessada influência, é, quanto a nós, das mais belas repercussões poéticas vindas à luz em Angola nos últimos dez anos.”

- Amélia Veiga, «*Complexo-Psico-Fobia*», *Lassidão*, *A teus pés*, *Tenho saudades de mim*, *Estou cansada de ser gente*, *Perdão*, *Vento de Liberdade* (do livro *Poemas*).

“AMÉLIA VEIGA nasceu em Silves, Algarve, em 1931, tendo em 1951 vindo para Angola. Reside em Sá da Bandeira, exercendo na Escola Industrial e Comercial Artur de Paiva. Publicou «Destinos», poesia, lançado por «Imbondeiro» em 1962. O seu livro inédito «Poemas» foi distinguido no mesmo ano com o Prémio Fernando Pessoa no Concurso Literário organizado pela Câmara Municipal de Sá da Bandeira. Acaba de ser lançado por «Imbondeiro», encontrando-se em distribuição.”

- Antero de Abreu, *Aspiração* (in Mensagem,1), *Libertação* (in Mensagem 2, 4), *Poema*, *A alienação das horas*, *Aos novos gladiadores*.

“ANTERO DE ABREU, advogado e ocasionalmente ainda capaz de oferecer a sua colaboração de cóstico-de-todas-as-Artes à Imprensa, apesar de ser, dos jovens estudantes angolanos que nos anos 40 entravam para a Universidade metropolitanas, dos que maior talento revelaram, permanece poeta sem livro publicado.”

- António Cardoso, *Poema* (in Poemas de Circunstância), *Sarita* (in Poemas de Circunstância), *Instante*, *Castigo pro comboio malandro* (in Poemas);

“ANTÓNIO CARDOSO, natural de Luanda, cujo liceu frequentou, viu alguns dos seus poemas publicados na «Colecção de Autores Ultramarinos», da Casa dos Estudantes do Império, de Lisboa, no pequeno volume «Poemas de Circunstância».”

- António Jacinto, *Era uma vez...* (conto de ninar) (in Poemas), *Canto interior de uma noite fantástica* (in Jornal de Angola);

“ANTÓNIO JACINTO, natural de Luanda, onde fez o curso liceal, viu alguns dos seus poemas publicados numa colectânea de «Poemas» que é o N.º 9 da «Colecção de Autores Ultramarinos».”

- António Neto, *Arte Poética* (in Momento, 2), *Os mortos perguntam* (in Poetas Angolanos);

“ANTÓNIO NETO, licenciado em Matemáticas e exercendo professorado em Lisboa, nasceu na Huíla e escreveu, quando estudante, poemas que o incluem entre os melhores poetas da sua geração. Sem livro publicado.”

- Arnaldo Santos, *Tu* (in Cultura, 8), *Lavadeira* (in Fuga), *Regresso* (in Fuga), *Poema* (in Fuga).

“ARNALDO SANTOS, de quem «Fuga» foi uma excelente revelação, é natural de Luanda, cujo liceu frequentou. Posteriormente apareceu com «Uíge», poemas publicados na «Colecção Imbondeiro».”

4.4 - *Mákua, antologia poética*, nº4, Sá da Bandeira, 1963.

Foi apreendido pela PIDE. Ver no ANTT processo número PIDE/ DGS SC CI(2) PROC. 4134 NT 7323 – 151 folhas. A Folha 155 do processo é uma cópia de *Mákua – Antologia poética*, nº4, impresso na Gráfica da Huila, limitada, Sá da Bandeira, 1963, pelas Publicações Imbondeiro, desenho da capa de Fernando Marques.

4.5 - *Mákua, antologia poética*, nº5-6, Grandes poetas do século XX, Sá da Bandeira, 1964.

Neste volume, em contracapa, temos a indicação de que o preço para a assinatura da colecção, em “série de 4 números, é de 60\$00. (Percebemos, portanto, que se os números totais são 4, o número 4 não foi publicado). Total de 14 autores.

-Attilia Jozsef, *Balada, Ajustes de contas*;

- Bertolt Brecht, *A cruzada de crianças*;

- Elias Simopoulos, *Seis de agosto*;
- Eugen Jebeleanu, *Encontro com Hiroshima, O coro das crianças mortas, A voz dos pássaros de Hiroshima*;
- Fernando Pessoa, *Ode triunfal*;
- Gaston-Henry Aufrère, *Noites de Guerra, Carta não expedida, Versos a uma criança, Canto do escravo, Canto do celular, Sangue*.
- Giuseppe Ungaretti, *A mãe, Quietude, Estátua, Vermelho e Azul, O capitão, Grito, À tarde, Sombra, Fonte*.
- Guillaume Apollinaire, *Sombra do meu amor*;
- Jiri Wolker, *As coisas, Seara, Balada dos olhos de um fogueiro, Mendigos, Um homem, O mundo num leito do hospital*;
- Langston Huges, *Canção para uma jovem negra, Eu também sou da América*.
- Pablo Neruda, *Ângela Adónica, Poema 3, Poema 20*.
- Rafael Alberti, *Balada dos ociosos do campo, Balada do silêncio temeroso, Balada da sinceridade ao toque das almas, Canção 8, Púrpura nevada*;
- Thomas Stearns Eliot, *Os homens vazios*;
- Vladimir Maiakovski, *Estrela, Guerra e paz, O poeta-operário*.

5. Imbondeiro Gigante, nº1, Publicações Imbondeiro, Sá da Bandeira, 1963.

6.

Preço de capa: 35\$00. Total de autores: 17. O volume contido na BNP inclui também as *Notícias de Imbondeiro nº27/28, de Janeiro de 1962*.

- Alexandre Cabral, *Negritude*.

“ALEXANDRE CABRAL nasceu em Lisboa a 17 de Outubro de 1917. Percorreu numerosos países da Europa e na companhia do poeta Sidónio Muralha emigrou para o então Congo Belga, tendo permanecido em África cerca de três anos, tendo visitado regiões do Congo Belga, Congo Francês e Angola. Faz parte da Comissão Organizadora

da Sociedade Portuguesa de Escritores, desempenhando o lugar de secretário na primeira direcção. Foi ou é colaborador da Democracia do Sul, República, Pensamento, Vértice, Seara Nova, etc. É autor das seguintes obras: Cinzas da Nossa Alma, 1937; Parque Mayer em chamas, 1937, Contos Sombrios, 1938; Ferreira de Castro – o seu drama e a sua obra, ensaio, 1940;”

- Antunes da Silva, *Uma Poça de Água*.
- Eduardo Teófilo, *Maiá*
- Fernando Reis, *O Pescador*
- Garibaldino de Andrade, *O Curinga*
- Guido Wilmar Sassi, *As Tigelas*
- Jorge Medauar, *Uma anedota de Gaiatos*
- José Régio, *Amor de Pão*
- Lygia Fagundes Telles, *A Medalha*
- Luís Cajão, *Nocturno para Violoncelo*
- Manuel Amaral, *Maçãs no Madureiro*
- Mário António, *Samba*
- Óscar Ribas, *A Quianda*
- Ricardo Ramos, *As Redes*
- Urbano Tavares Rodrigues, *Rossio 63*
- Vasco Branco, *Nu e Descarnado*

7. Dendela, Colectânea de contos para crianças.

8. Colecção Primavera, cadernos didácticos, 7 números publicados em 1964

9. Colecção Divulgação, didáctica.

ANEXO [4]

Entrevista a Leonel Cosme (realizada por e-mail, entre 17 e 19 de dezembro de 2019. Revista pelo autor em novembro de 2020.)

1 – *O projeto literário da Imbondeiro surgiu em Sá da Bandeira (atual Lubango) em 1960, continuando ativo até 1964, ano em que a repressão da PIDE impediu a sua continuação. Antes da Imbondeiro, o senhor Cosme e Garibaldino de Andrade publicaram obras em nome individual que foram impressas na Gráfica da Huila, o lugar físico em que também foram impressos os volumes da editora, de facto legalmente registada como livraria-distribuidora. Estou a pensar, por exemplo, na obra da sua autoria: Quando a tormenta passar – contos angolanos, de 1959. Como nasceu o projeto editorial?*

Leonel Cosme: Antes da Imbondeiro eu publiquei na ORION de Lisboa o meu dito romance, que é apenas uma novela, Um homem na rua, em 1958/9, por empenho pessoal do Garibaldino, que conhecia o editor, e na qual também ele já tinha publicado. No mesmo ano publico por conta própria o livro de contos *Quando a tormenta passar*, impresso na Gráfica da Huila, e pago com o dinheiro dos prémios que mereceram a maior parte dos contos nele incluídos. Prémio de concursos literários em Sá da Bandeira, Moçâmedes, Nova Lisboa, Lobito, etc. Isto em 1958/59, anos em que me relacionei com o Garibaldino, no Rádio Clube, onde ingressei em 1957, terminado o serviço militar.

2 – *Numa primeira fase, o projeto contava consigo, com Garibaldino de Andrade, Maurício Soares e Carlos Sanches. Depois da publicação do número três, os últimos dois abandonaram o projeto. Soares e Sanches foram, conforme o indicado por Lopes Furtado na sua tese de mestrado, escolhidos por si para participar na organização, sendo o primeiro o “correspondente local de A província de Angola e O Comércio de Luanda” e o segundo “um homem da rádio escolhido pela sua qualidade de divulgador” e por ter*

*conhecidos no Rádio Clube e na Delegação da Sociedade Cultural de Angola*⁶⁴⁴. Sempre na opinião de Furtado, Soares ter-se-ia afastado sem dar explicações, mas por receio da conotação subversiva das obras publicadas. Também Carlos Sanches, que chegou a publicar o conto *As Calças* no número 3 da *Colecção Imbondeiro*, teria declarado não conseguir gerir o trabalho na editora e na emissora local. Confirma? Como viveram estas desistências?

Leonel Cosme: A saída de Maurício e Sanches, que contribuíram para o capital inicial da Imbondeiro (1.080 escudos!...) não causou nenhum problema. O Garibaldino tratava da correspondência, nas suas horas vagas de professor, e eu do resto: assinaturas, distribuição, expedição, pagamentos, etc., tendo um auxiliar (negro) a funcionar num gabinete ao lado do meu, no Rádio Clube. Por mais fácil acesso, as relações públicas eram exercidas por mim. Porque era livre a toda a hora, no meu trabalho no Rádio Clube, e o Garibaldino fugia a contactos por ser muito surdo e dar aulas numa escola dos arredores da cidade, todos os contactos (até policiais!) começavam por mim...

3 – Garibaldino de Andrade, professor primário, nascera vinte anos antes de si. Qual era a vossa relação em vista da diferença de idade? Quais os vossos papéis na gestão da editora? Como descreveria a personagem de Garibaldino?

Leonel Cosme: A minha relação com o Garibaldino começou quando ele, professor primário, se transferiu da escola da povoação da Palanca, nos arredores de Sá da Bandeira, para uma escola da cidade. O Rádio Clube, em cujas instalações também funcionava a delegação da Sociedade Cultural de Angola, o Cine Clube, o Círculo de Cultura Musical e outras agremiações, era um ponto de encontro de quem tinha preocupações culturais e que uma Direcção democrática (reconhecidamente não afeta ao regime vigente em Portugal) incentivava...

⁶⁴⁴ João Carlos Mourato Lopes Furtado, *Angolanidade a autonomia na cultura do Sudoeste de Angola. Memória de Imbondeiro*, Dissertação de Mestrado, orient. Pires Laranjeira, Coimbra 2005, p. 27.

4 – Os primeiros dois volumes da Coleção Imbondeiro, a série que mais difusão teve fora e dentro de Angola, são da autoria de Garibaldino de Andrade (O Tesouro) e sua (Graciano). São os autores que se convertem em editores, ou são os editores que concebem o seu projeto editorial e nele inserem a sua obra? Qual o significado, simbólico, da inclusão de obras de vossa autoria no projeto editorial?

Leonel Cosme: Os primeiros cadernos da *Coleção* foram escritos de propósito pelos fundadores para começar a empreitada...

3 – O I Encontro de Escritores de Angola, que teve lugar em Sá da Bandeira em 1963 por coorganização da Imbondeiro e do ABC, Diário de Angola, despertou desde logo a atenção da PIDE. No processo a cargo da Imbondeiro que se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, os informadores destacavam sobretudo as suas declarações e as de Mário António quanto à existência de uma literatura angolana com características próprias e distintas das da literatura portuguesa. O debate sobre angolanidade (como sobre cabo-verdianidade e moçambicanidade) era, nesta altura, já aceso. Acha que foram as possíveis repercussões nacionais e internacionais do Encontro que levaram à aniquilação do projeto?

Leonel Cosme: A ideia do *I Encontro de Escritores de Angola* foi um sucesso, menos para os "ausentes" que se excluíram, mas não foram excluídos. É só ver a "mistura" ideopolítica dos participantes, incluindo os que vieram da Metrópole. A PIDE vigiou...mas ninguém foi preso, desta vez. O Encontro de Escritores foi promovido pelos Serviços Culturais da Câmara Municipal, sendo seu Presidente o Major José Ramos Camisão e diretor daquele departamento de informação e cultura o prof. Albino Fernandes de Sá, que também era um colaborador da Imbondeiro. Esta deu a sua colaboração, mas toda a organização e despesas foram da Câmara Municipal, incluindo as "garantias" dadas à PIDE de que o Encontro não seria um balão subversivo... Eu próprio assisti a um telefonema do diretor da PIDE, em Luanda, para o Presidente da Câmara Municipal, em que este garantiu, irritado, que a sua Câmara não seria plataforma política de ninguém!

4 – Quais eram os contactos da Imbondeiro com o ABC, Diário de Angola? Em conversa telefónica, afirmou que estes eram garantidos principalmente por Acácio Barradas, que tinha um papel de relevo neste jornal. Havia outros contactos no jornal? Acha que podemos falar na existência, naquele contexto, de uma ponte cultural entre Sá da Bandeira e Luanda?

Leonel Cosme: Acácio Barradas foi um dos que sugeriu a realização desse Encontro, em artigo do ABC. Na altura estava em Sá da Bandeira. Ele viu que nesta cidade académica, que inspirou um poema a Viriato da Cruz, quando ali foi funcionário do Liceu, a Cultura e a Literatura faziam uma "ponte" com a capital - sendo algumas vezes Sá da Bandeira a mais falada. Por exemplo, foi nesta cidade que se gerou o Movimento Pró-Universidade de Angola e o pianista Sequeira Costa realizou pela primeira vez em Portugal um Festival Internacional de Música, com artistas de diversos países.

5 – Alguns dos autores publicados pela Imbondeiro não se encontravam em Angola na altura da publicação. Estou a pensar, por exemplo, em Agostinho Neto ou em Artur Pestana (Pepetela). Este último afirmou que, no seu caso, talvez Carlos Ervedosa tenha sido a pessoa que se ocupou da circulação material dos textos. Para além deste caso específico, como acontecia a circulação de textos?

(Leonel Cosme responderá conjuntamente com a pergunta seguinte)

6 – Ainda relativamente à circulação de textos, estou a pensar numa cartas trocadas entre Garibaldino de Andrade e António Cardoso em dezembro de 1964 e contidas no processo da PIDE. Na carta, tratava-se da publicação de poemas destes, de António Jacinto e de Luandino Vieira, numa altura em que os três se encontravam ainda em Chão Bom, no Tarrafal. Lembra-se de como conseguiam estes textos?

Leonel Cosme: Como era o Garibaldino que se encarregava dos contactos, certezas tenho duas: a antologia dos poetas angolanos foi organizada por Mário António, a nosso pedido; os contactos sobre Luandino Vieira (já preso) foram tomados com a então sua esposa, Linda (Deolinda) Graça, que trabalhava em Luanda, como alta funcionária bancária, e que eu conheci pessoalmente.

7 – Nas cartas de Garibaldino, menciona-se a abertura da Livraria Mirabilis, em Moçâmedes, gerida por Orlando de Albuquerque e outra pessoa cujo nome não foi mencionado.

Leonel Cosme: A livraria Mirabilis, em Moçâmedes, foi constituída como sociedade por quotas entre a Livraria Imbondeiro, de Sá da Bandeira (Lubango) e o moçamedense Emílio Van der Kellen, que era o seu gerente, Orlando de Albuquerque, conhecido do Garibaldino de Andrade e que era médico no Lobito, substituiu-me como sócio da Livraria Imbondeiro quando eu desisti de continuar depois do assalto da PIDE à tipografia Gráfica da Huila e às instalações da Livraria Imbondeiro, onde apreendeu tudo quanto era correspondência no escritório e alguns exemplares da *MÁKUA* 4/5 (pois a maior parte já tinha sido despachada)...

8 – Tive a oportunidade de consultar alguns números da Colecção Primavera, que era gerida por Garibaldino de Andrade e António Henriques Carneiro e que, apesar de não o indicar diretamente na contracapa, era publicitada como sendo uma das edições da Imbondeiro. De que forma é que este projeto didático, cujos conteúdos estavam necessariamente vinculados com a propaganda oficial, se encaixava (ou não se encaixava) no vosso projeto, marcado por reivindicações autonomistas ou independentistas?

Leonel Cosme: A *Colecção Primavera* apenas estava ligada editorialmente à Imbondeiro, pois era autónoma, na sua elaboração, pelos professores, residentes em Sá da Bandeira, Garibaldino e Carneiro, ambos defensores da Escola Moderna, que ainda não se praticava em Portugal, mas já, por alguns professores, em Angola. Se não me engano, a distribuidora destes cadernos em Portugal era a Porto Editora, com a qual o professor Henriques Carneiro (depois Inspetor no Ultramar) teve relações próximas, pois vivia no Porto.

9 – Tenho muitas dúvidas relativamente ao papel da tipografia do Jornal do Fundão. Os volumes da Colecção eram impressos na Gráfica da Huila, mas será que depois do selo de povoamento alguns passaram a ser impressos em Portugal? Reparei que o seu preço era inferior em Portugal do que em Angola...

Leonel Cosme: A tipografia do Jornal do Fundão imprimiu apenas os livros custeados pelos autores, e pagos em Portugal. A Imbondeiro só dava o nome de editor, que legalmente não era, pois apenas tinha licença de livraria-distribuidora... Eu fui interrogado duas vezes pela PIDE sobre a legalidade da mesma. Inicialmente, só o meu nome constava, porque o Garibaldino, sendo professor primário, não podia praticar atos de comércio.

10 – Qual era, na sua opinião, o clima cultural e intelectual em Angola nos anos '60? Quais as ligações dos escritores e intelectuais com os intelectuais africanos que circulavam ou estudavam em Portugal?

(Leonel Cosme responderá conjuntamente com a pergunta número 12)

11 – Muitas eram as suas atividades em Sá da Bandeira: escritor, editor, animava também o Cineclube da Huíla e a Rádio da Huíla. Teve um papel também no movimento para a instituição do ensino universitário em Angola?

Leonel Cosme: Seguramente. O Movimento pró-Universidade em Angola partiu do Rádio Clube da Huila, por meu intermédio e de Carlos Sanches, pelos nossos escritos. Em 1958, durante a campanha presidencial, a minha participação centrou-se numa sessão pública no Cineteatro, em que discurssei sobre o tema. Humberto Delgado ganhou as eleições em Sá da Bandeira...

12 – De que maneira, naqueles anos, a literatura e o contexto de resistência anticolonial que a ela estava indissoluvelmente ligado despertaram, ou reforçaram, a sua consciência de pertença racial, que me parece ser patente na sua obra? Acha que antes desta altura já era frequente as pessoas questionarem a sua identidade a partir da cor da sua pele? E em que medida os debates literários entorno da justiça social, da pertença nacional, do anticolonialismo contribuíram para a formação da sua identidade, ou de forma mais geral da identidade da sua geração?

Leonel Cosme: Para os que se contentavam com as benesses do regime colonial vigente, mesmo as aspirações de uma relativa autonomia económica e cultural não excediam os limites tolerados pela Metrópole. Para aqueles que consideravam que só a independência política das colónias conduziria a uma autodeterminação total e completa, a sua "missão" consistia em fazer oposição ao Governo de todas as maneiras possíveis num regime policiado e de censura prévia na rádio e imprensa. Era este o sentimento dos poucos que ainda conseguiam estudar nas universidades da Metrópole, designadamente através da Casa dos Estudantes do Império. É claro que ainda eram poucos os brancos e menos ainda os negros. A situação só mudou quando se instituíram as universidades nas colónias.

13 – Numa conversa telefónica que tivemos, o senhor Cosme definiu Mákuá como uma “colecção menor”, tendo como referência – suponho eu – a Colecção Imbondeiro. No processo da PIDE, contudo, os volumes de Mákuá são os únicos que constam, sendo em alguns casos as cópias físicas (ou as suas fotocópias) incluídas no ficheiro. Acha que foi por causa dos autores estrangeiros que vocês publicavam, e que provinham de países pertencentes ao bloco comunista?

Leonel Cosme: Mákuá (fruto do imbondeiro), que no norte de Angola se diz Múkuá, só foi "menor" pela tiragem, é claro. E porque não estava incluída na assinatura (preço) da Colecção Imbondeiro, só podendo ser adquirida em separado. Enquanto a *Mákuá* se comprava nas livrarias, a Colecção Imbondeiro só existia 'para os assinantes, que foram mais de dois mil...

14 – Em cerca de cinco anos, a Colecção Imbondeiro conseguiu atingir uma difusão notável: a tiragem chegou às 2600 cópias, com uma ampla rede de distribuição que contemplava muitas zonas: Luanda, Sá da Bandeira e Moçâmedes (Angola) Lisboa, Beija, Porto, Amarante (Portugal Continental), Ponta Delgada (Açores), São Tome, São Paulo e Rio de Janeiro (Brasil), Cabo Verde. Para além disso, foi sugerida a distribuição através das Embaixadas da Hungria, da Roménia, etc. Como se estabeleciam as conexões com os Delegados? Não acha que, para a altura, estes números constituíam um grande êxito?

Leonel Cosme: Os delegados da Imbondeiro foram surgindo por oferecimento de colaboração em toda a parte onde chegava! O sucesso quanto a empatia foi inexcedível. Hoje, quase ninguém fala disso... sobretudo, aqueles futuros autores que na época ainda não existiam ou não foram contactados.

15 – Ao consultar alguns fascículos das Notícias de Imbondeiro, fica evidente que este boletim, que acompanhava os volumes da Colecção, era utilizado tanto para dar informações aos assinantes, como para divulgar ulteriormente poesia. Tratava-se de poesia que, por alguma razão, não tinha espaço nos volumes comercializados? Ou como a escolhiam?

Leonel Cosme: O boletim *NOTÍCIAS DE IMBONDEIRO* foi criado para "conversar" com os leitores, publicar os trabalhos que as Coleções já não comportavam e tornar-se num verdadeiro jornal. O que não foi superiormente autorizado.

16 – Juntamente com as Notícias de Imbondeiro, eram frequentemente divulgados fascículos turísticos sobre a região da Huíla. Tratava-se de publicidade retribuída, de divulgação cultural, ou de ambas?

Leonel Cosme: Não me lembro disso. Mas não era um serviço pago, seguramente.

17 – A última página do último número da Cultura (o décimo-segundo), de dezembro de 1959, é dedicada à Imbondeiro...

Leonel Cosme: A referência da revista CULTURA à Imbondeiro, como viu, é feita por Antero de Abreu, contemporâneo de Agostinho Neto na Universidade de Coimbra, e que também, como poeta, foi incluído nas publicações da Imbondeiro.

18 – Já sem a sua colaboração, Garibaldino de Andrade publicou alguns números da Círculo. Qual o seu testemunho sobre esta última experiência, em que não esteve diretamente envolvido?

Leonel Cosme: A Colecção Círculo apareceu depois de extinta (pela PIDE) a Colecção Imbondeiro, sendo já meu substituto na Imbondeiro o Dr. Orlando de Albuquerque. O Garibaldino ainda acreditou que a Colecção Círculo, dirigida por ele o Orlando, poderia vingar... Ao sair o terceiro número (se não me engano) com o meu conto "Os mortos inúteis", a PIDE fez na tipografia do Jornal da Huila o que tinha feito na Gráfica da Huila à Imbondeiro...Muito mais tarde, no Lobito, o Orlando de Albuquerque (conterrâneo de Agostinho Neto em Coimbra) lançou, com sucesso literário, a *Colecção Capricórnio* - que durou até ele fugir de Angola, em 1975, para se radicar, como médico, em Braga (Portugal), onde morreu há alguns anos.

ANEXO [5]

Entrevista a Adolfo Maria, BNP, 10 de fevereiro de 2020.

(revista e ratificada pelo próprio)

NA: Estou a tentar reconstruir as ligações e a circulação de textos, ideias e pessoas entre a *Cultura*, a Casa dos Estudantes do Império e a Imbondeiro. Há uma entrevista em que Leonel Cosme declarou que a Imbondeiro era um pouco a continuação natural da *Cultura*, que originou um debate entre a Imbondeiro e a *Mensagem* da C.E.I sobre quem é que seria o discípulo da *Cultura*...

Adolfo Maria: *Mensagem*, claramente.

NA: *risos*

Adolfo Maria: Não, claramente, mas aí porque é uma vivência minha. Bom, se entrevistar o Luandino, ele também confirmará isso. Aliás, nas próprias obras do Ervedosa sobre literatura, também transparece isso.

Quais eram os fatos: no *Cultura II*, a partir dos anos '50 há uma nova direção com o presidente Eugénio Ferreira e outros progressistas portugueses, daqui de Portugal. Eles solicitam a colaboração de angolanos, e é aí que entramos o António Cardoso, o José Graça, que será depois o Luandino, eu próprio, depois o Guerra (o Henrique Guerra), o Benúdia. Depois aparecem mais colaboradores como Arnaldo Santos e a indicação vem através do Mário António e do António Jacinto. Nós tínhamos uma espécie de tertúlia literária (o José Graça, o Luandino, eu e o Cardoso) no café Montecarlo discutíamos com os mais-velhos, neste caso o Jacinto. O Jacinto vinha do *Mensagem*, não é? Portanto no fundo a *Cultura* é uma retomada, agora já num outro contexto, num contexto já com forte pendor político, uma retomada cultural – e também nacionalista, é evidente, agora mais intencional porque o contexto político é outro, já há fermentação política. Portanto, o *Cultura* nasce neste contexto, e seria o continuador do *Mensagem*.

Mais tarde, quer dizer, já depois do *Cultura* se ter afirmado, aparece o Imbondeiro. O Imbondeiro é heterogéneo. É um projecto sobretudo literário e cultural, mas sem as

marcas nacionalistas e sem os objectivos políticos, ao fim e ao cabo, que tinha o *Cultura*. Agora, paralelamente à atividade do *Cultura*, nós tínhamos contactos com a Casa dos Estudantes do Império: o Ervedosa ia a Angola, etcetera... e, portanto, muito do material que nós recuperámos, que estivemos a bater à máquina com várias cópias (cópia de papel químico, naquele tempo era assim)... foi na base disso que a Casa dos Estudantes do Império fez os *Cadernos*, para além daqueles que ela própria produziu, por angolanos que

1

estavam na Casa dos Estudantes do Império. A reedição de obras de Viriato ou de Jacinto aconteceu precisamente porque nós fomos buscar este espólio e tínhamos esta colaboração, que não era uma colaboração institucional, longe disso, era uma colaboração até semi-clandestina.

Repare que a Sociedade Cultural fica morta... Ela é assassinada definitivamente em '65, mas ela fica morta a partir de '61-'62, não é? A Sociedade Cultural continuou, mas o *Cultura*... a partir de aí, isso acabou. Porquê? Porque o nosso combate cultural... Vamos lá ver, você tem diante de si uma pessoa que fez o combate cultural, político e armado pela independência de Angola, bom. O Luandino fez o combate cultural e político porque não pôde fazer mais, ficou preso, bom...e por aí fora.

Portanto, digamos a luta pela independência e pela libertação teve estas três fases: cultural, política e armada. E a política teve de se transformar em armada por causa da repressão, porque já não havia saída. É aí, nessa ocasião, quando se passa para o combate armado, que a luta de libertação passa a ser dirigida do exterior. O combate cultural digamos mais institucionalizado, ou pelo menos refletido em instituições e em publicações, termina com o fim do *Cultura*. Mesmo antes disso, o primado cultural desaparece em função do político, quando nós somos todos presos em 1959. A partir daí, o primado do político impõe-se (embora ele fosse sempre subjacente no cultural), alguns indivíduos abandonámos definitivamente o combate cultural e passámos ao combate político. Em termos de combate: a Imbondeiro não participou neste combate, quer dizer, participará indiretamente, na medida em que publicará e dará voz a alguns autores. Mas o projecto *Cultura* é um projeto político-cultural.

As coisas depois começam a passar-se em simultâneo, porque há o crescendo do movimento de independência que se faz em vários sítios: no exterior do país, em polos como Lisboa, em Paris, no Congo-Kinshasa: no meio dos emigrados angolanos. Cá fora repercute o que se passa lá dentro [*em Angola, ndr*]: daí que a Casa dos Estudantes do Império (que tem um papel importante) e nas ligações com o interior, que está organizado e que produz panfletos em grupos organizados, em atividades que levam à prisão.

Aqui há um certo desfasamento temporal: enquanto as prisões começam lá [*em Angola, ndr*] em '59. Aqui, [*em Portugal, ndr*] a grande atividade da C.E.I. é de '57 em diante, e é a partir de '59 que ela começa a organizar-se politicamente. O mesmo sucede no exterior, porque o MPLA não foi fundado em 1956, como dizem. Foi fundado em 1960, isto está mais que esclarecido.

É evidente que não tento, porque já não tenho idade para isso, sobrevalorizar mais aspectos do que outros. Porque a mim o que me interessa, o que para mim é fundamental, é que a narrativa histórica seja o mais próximo do real. E nós temos sido objecto de uma mistificação extraordinária, não é? Sobretudo na parte política, na história do nacionalismo há os heróis e os bandidos, não é? Eu já fui bandido, agora volto a ser pelo menos, senão herói, ao menos bom rapaz.

NA: *Ao mesmo tempo, há uma circulação. Enquanto estava a falar, pensei na figura do Mário António, que é fundamental na Imbondeiro também: ele foi curador da Antologia Poética Angolana. Então pergunto-lhe, como é que estas vertentes distintas, estes projectos que são completamente diferentes entre eles, se integram? É claro que a Coleção de Autores Ultramarinos, por exemplo, é completamente distinta da Coleção Imbondeiro. Em que medida e como se realiza, na sua opinião, esta circulação quase fluida, de autores, de colaboradores, de personalidades?*

Adolfo Maria: Primeira questão: o Mário António foi um grande ativista nacionalista e esteve no cerne do *Mensagem* e do primeiro Partido Comunista Angolano com Jacinto, com Ilídio Machado, com Viriato da Cruz, com o Manuel dos Santos que depois é trazido para o nosso segundo partido comunista de '57. O Mário António e o Jacinto não colaboravam directamente com o *Cultura*: eles estavam numa espécie de “sabática” à espera de diretivas políticas do Viriato. Entretanto, o Mário António, o Jacinto e eu fomos presos no mesmo dia de Outubro de 1959. A polícia nos prendeu para ver qual era a

ligação entre o antigo partido comunista (de que Mário António e o Jacinto faziam parte) e o novo partido comunista (de que eu fazia parte).

Enquanto Jacinto, ao fim de uma semana, saiu, o Mário António só saiu comigo. A gente encontrou-se na cadeia. O Mário António estava muito desiludido, e a partir daí dedicou-se só à actividade cultural. E mais: ao ponto de colaborar com o jornal da União Nacional, o *Diário da Manhã*. Ele abandonou a luta política. Agora, continuou com a sua atividade cultural, e era uma pessoa muito inteligente e muito estudiosa. Ele produziu ensaios muito importantes sobre a literatura angolana e sobre a própria sociedade, que ele chama de “crioula”. Os assimilados não gostam nada do termo, mas de facto são semi-crioulos, pelo menos. Mas nesta fase, o que interessava era ser super autêntico e não ter misturas, nem biológicas culturais, embora toda aquele elite negra assim seja. Porque é uma série de negros que tem remotamente antepassados brancos, não é? No livro de Eugénia Rodrigues, *A Geração Silenciada*, está lá tudo sobre o historial das grandes famílias angolanas. Quer dizer, quando a gente vê hoje os Manguueiras, os Costas, os Van-Dúnem... eles, naquelas grandes associações africanas que se foram formando, ou no jornalismo do século XIX, estão lá. E foram cruzamentos de famílias a vários níveis. Eu por acaso, neste meu último livro *Angola, a hora da mudança*, senti-me obrigado a fazer um texto sobre: «Angola, que país?», que é precisamente para mostrar o papel dirigente e fundamental que esta elite que está no poder tem, na modernidade do país e na formatação da própria sociedade angolana.

Fechado este parentese, era para dizer que de facto o Mário António fez vários estudos, inclusive de ordem sociológica e que - não se pode extrapolar, porque no entretanto as sociedades evoluíram. Naquele tempo, em 1935, eu nasci num sítio onde não havia asfalto, não havia ruas, era areal, ao pé da lagoa do Quinaxixe.

Portanto, neste tempo, numa sociedade colonial que por essência, por definição, é violenta - mas violentíssima -, e eu assisti à parte mais violenta do colonialismo. Ele depois, face à resistência, passou a ter outro comportamento. Eu, quando era miúdo, vi o chicote e a palmatória sobre os chamados indígenas. Mas também, há uma interacção: as famílias, os fulanos que moram no mesmo bairro (às vezes com cores diferentes) e as alianças que se formam, digamos, matrimoniais e por aí fora. Com toda a alienação de uma sociedade colonial, não é? Em que o mestiço quer aparentar ser branco, e por aí fora. Bom, está a pensar em quê? Está a correlacionar com quê?

NA: *Não, estava a pensar que às vezes, pelo menos para pessoas da minha geração, acho eu, é muito complicado (mesmo apesar de falar com pessoas que viveram a altura, de ler testemunhas, relatos), muito difícil tentar imaginar como é que era a interação étnica e racial, e como a dinâmica racial interagiu com a questão de classe. Porque é óbvio que nestas sociedades, apesar da opressão e das injustiças as pessoas interagem, se relacionam, vivem...*

Adolfo Maria: Não, e há terrenos de convívio, atenção. Por exemplo, vamos ver: quando nós formos ver os movimentos de libertação, como é que há brancos na luta de libertação se eles fazem parte da comunidade privilegiada? Ora, a comunidade privilegiada também era segmentada em classes. Mas não é por isso: havia espaços de convívio. Um deles era a escola. De facto, a discriminação era em relação aos indígenas. Em relação ao sector assimilado branco, não havia. Quer dizer, nos bancos da escola estavam negros, brancos e mestiços. No Liceu também. É evidente que a maioria era branca, o que estava de acordo com a distribuição das posses e tudo isso.

Mas por exemplo, quando foi criado o ensino gratuito secundário na Escola Comercial e Industrial já a maioria passou a ser negra. E mais, no meu tempo no Liceu de Luanda predominavam os brancos. Mas quando ele foi fundado, em 1919, predominavam o Américo Boavida, o Agostinho Neto, os irmãos Bessa Vítor, portanto pelo menos metade seria negros. Isto também está relacionado com os fluxos de imigração portuguesa, que depois do boom do café, depois da Segunda Guerra Mundial, cresce vertiginosamente. Aliás, há um contraste enorme. Eu nasci em 1935, portanto eu hoje vendo uma foto de 1920, com aqueles sobradões da Baixa eu reconheço, porque aquilo se arrastou até os anos '40. Luanda começa a transformar-se com o boom da cotação do café. Então começam a crescer as vivendas, começa a crescer a população branca, aparecem as estradas asfaltadas e por aí fora.

Isto para dizer o quê? Terrenos de convívios: o Liceu, e por vezes o bairro, onde jogávamos futebol e tudo isso, e daí irmos às casas uns dos outros, nalguns casos. A própria cidade, se a periferia era maioritariamente negra (a 90 e tal por cento), tinha alguns mestiços e também alguns brancos. Quais? Comerciantes. Depois havia aquela zona intermédia, onde eu nasci: o Makulussu, entre o Sambizanga e as Ingombotas, e essa zona tinha famílias da pequena burguesia negra e mestiça e brancos remediados como o meu pai. Nas Ingombotas, na parte dita “branca”, moravam famílias africanas, basta ler o livro

do Mário Pinto de Andrade, da mesma maneira que nos Coqueiros. Portanto a própria geografia da cidade não era daquela maneira digamos maniqueísta que... eu acho que isso é o resultado da evolução da colonização, a própria colonização portuguesa, porque o aparelho administrativo português não era forte para poder impor segregações. Aliás, vai-se ver as descrições de Luanda do fim do Século XIX e do princípio do Século XX (Aida Freudenthal tem boas descrições disso). Há separação, mas também há zonas de convívio e de interação, na medida em que há casais mistos, de brancos com negras, muito mais raro negro com brancas (que isto já foi dois ou três casos: os Boavida, por exemplo).

NA: *Voltando a este tipo de dinâmicas raciais e aos jornais, temos o ABC que, disse numa entrevista, era um meio em que havia brancos e mestiços, certo?*

Adolfo Maria: O *ABC* aparece em meados dos anos '50. É um projecto, digamos, empresarial, tal como eram o *Comércio de Luanda* ou *A província de Angola*. Aí, predominam empresários nascidos em Angola ou da oposição, e o diretor (Machado Saldanha), mesmo não sendo diretamente da oposição...

Eu trabalhei com ele, o Acácio Barradas e o Adelino Torres, que era muito jovenzinho, não é. Bom, o *ABC* começa a ter colaboração de indivíduos que escreviam para o *Cultura*: desde o Bobela da Mota, o Edmundo Gonçalves, eu próprio (na altura fazia uma crítica de cinema, porque era do Cineclube), e isso passa-se entre '60-'61 e '62. De aí para diante eu não posso mais falar do *ABC*, mas sei por outras investigações jornalísticas que depois degenera e fica o porta-voz dos setores coloniais mais reaccionários. Ao passo que naquela ocasião (conheci por exemplo, Américo Aleixo, eu trabalhei na CAOP) havia uma burguesia colonial que era pró-independência, isto a nível de Luanda e Benguela.

Havia uma parte da burguesia colonial que era pró-independência: mas atenção, não era a mesma. Ela concebia uma independência das elites. Ela não era segregacionista, era elitista, pelo menos, ao passo que por exemplo o Venâncio Guimarães Sobrinho, do Lubango, era modelo África do Sul ou Rodésia.

No caso de Luanda, tudo isso conjugou para o *ABC*, a um momento dado, ser até um jornal muito lido no meio africano, porque procurava, no meio daquela censura tremenda, falar de assuntos proibidos (tenho uns escritos sobre isso). Éramos objecto de uma vigilância da censura, e da PIDE, terrível. Eu uma vez fui pedir contas ao Machado

Saldanha (era miúdo atrevido, com os meus vinte e três anos). Eu vou-lhe citar o episódio. O que é que nós fazíamos: a princípio nós procurávamos dar notícias sobre África, e notícias sobre o que se passava na ONU, para quebrar aquele muro de silêncio, e tudo sem comentários. Havia dois jornais matutinos, *A Província* e o *Comércio*, e dois vespertinos: o *Diário de Luanda* e o *ABC*).

Aquilo era primário, naquele tempo nós no *ABC* não tínhamos sequer telex. O telex também tinha acabado de chegar à *Província de Angola*, então eu lia as notícias em francês ou inglês e depois traduzia. Depois vinham uns papéis enormes em amarelo, de avião, sobre determinados acontecimentos políticos. E isso acontecia para depois, se o acontecimento político continuasse, nós podermos enquadrar melhor. Porque nós não tínhamos nem arquivo, nem nada. Quer dizer, as nossas notícias eram magras. Mas depois, se o acontecimento, por exemplo, na Argélia, com aquilo que vinha da ANI (que chegava dois vezes por semana nos aviões).

Nós funcionávamos à base da Agência Lusitânia, que mandava as notícias por telegrama, era um telegrama sinóptico. Uma vez, por exemplo, saiu na *Província de Angola*, que era um jornal matinal, um telegrama. Chega a notícia: “a votação foi assim e assim na ONU...”

Eu pego naquela notícia que tinha passado no jornal da manhã, coleí só num papel, enviei para a tipografia, e então o que é que sucede? Aquilo vem cortado pela Censura. Quer dizer, aquilo que tinha passado de manhã, no jornal, para nós já vinha cortado. Então eu vou ter com o Machado Saldanha, eu nem era chefe de redação nem nada...acho que não estava lá o Acácio Barradas.

Então eu vou lá, e digo: «Do que é que o Senhor está à espera para protestar?». Ele andava muito doente, e disse: «Oiça, você é um jovem atrevido, mas você não mede as consequências.» - e eu disse bom, agora já sei que meti o pé na argola e não sei quê. E diz-me ele: «Você não queira saber o esforço que eu faço para o ter aqui, você não tem consciência da pressão que a PIDE faz». Foi aí que eu vi que eu realmente era um bocado inconsciente. Bom, isto é um episódio para lhe dizer como é que realmente as coisas se passavam, a discriminação que havia.

Eles retinham o máximo de tempo, para que o jornal saísse tardiamente. Porque as pessoas vinham para os musseques, e já não compravam quando já era de noite. E para que saísse o jornal que era do partido de Salazar, o *Diário da Luanda*. Então às vezes chegava tardiamente, num esforço tremendo, o paquete, o estafeta com uma série de linguados, e era com cada buraco...

Então íamos buscar um anúncio qualquer (quer dizer, quem beneficiava era o anunciante). Portanto, esse foi o período digamos, chamado heróico. Eu estive lá mais ou menos um ano, de Abril '61 a Março de '62, praticamente um ano. Depois perdi o contacto e não sei o que é que se passou, durante um tempo parece que ainda se manteve, mas depois o Acácio Barradas até foi para o *Jornal do Congo*... Eu estive aqui com o Acácio Barradas, mas falámos pouco desse nosso passado. Pronto, é isso que lhe posso dizer, acho que não posso bem situar, mas a época em que o *ABC* se torna credível perante a população africana, ou qualquer outra de pendor nacionalista, seria entre '60 e '63.

NA: Sim, até porque depois tem toda aquela questão da Tribuna dos Musseques... Relativamente ao Acácio Barradas, será que era ele quem garantiu os contactos entre a Imbondeiro e o ABC?

Adolfo Maria: Eu acho que sim. Vamos lá ver, eu só entrei para o *ABC* em '61. Quer pela situação geográfica de Angola e das comunicações entre cidades, quer até porque, sei lá, por vigilância face à polícia, certos grupos ou certos indivíduos formavam grupos fechados. E portanto, para já, o que se desenvolvia no Lubango (Sá da Bandeira) ou no Huambo (Nova Lisboa) pouco tínhamos conhecimento, mesmo até em Benguela. Sim, através de uma ou outra pessoa que de vez em quando viajava porque... não sei explicar, mas de facto era isso. E depois, dentro de cada grupo, esse grupo procurava preservar-se, não é? E diga-se, de passagem, que algumas vezes actuávamos com certo preconceito. Não só, era defensivo também, pelo menos naqueles grupos mais comprometidos politicamente. Eu vou-lhe citar um caso. Quando eu estava no *ABC*, o Barradas já era um cosmopolita, era um bocado franco-atirador, não era um militante como eu. Convergíamos numa série de ideias mas eu, certas coisas, não as discutia com ele...

E por exemplo, um dia acabámos o trabalho, e ele:

- “Epá, vamos até à Baixa” (não sei se era para o Gelo).

- “Para quê?”

E ele: - “Para estar com os nossos colegas, do *Diário de Luanda*”.

Horror. - “O quê?” - Eu disse: - “Epá” – eu era muito impulsivo – “com essa escumalha vais tu, eu não ando”.

Pronto, está a ver? Mas ele, pronto, profissionalmente era...normal. E até eu digo, hoje eu faria como ele fez nesse tempo, mesmo se fosse militante, quanto mais não fosse para ver como estavam a pensar. Mas como eu ficava muito horrorizado com o que as pessoas exprimiam em relação ao que eu pensava... mas é um meio de defesa também, não é? Também essa é uma explicação não sei.

NA: Antes, quando me estava a falar do ano de '65 e da Sociedade Cultural de Angola, que morreu estava a pensar no peso que este ano teve a nível de repressão. Eu sei que na altura já estava em Argel, no exílio, mas este ano foi, de facto, mortal. Em '64 temos o escândalo de Luuanda e da SPE, em '65 há uma viragem do ABC (na Tribuna dos Musseques com as infiltrações da PIDE), no mesmo ano a Imbondeiro é encerrada, inclusive com apreensão do chumbo. Não sei se isto terá tido a ver com a intensificação da rede da PIDE no país, com a instituição de novas Subdelegações, mas estes projectos, que tinham visões diferentes (mais ou menos elitistas, pela independência, pela autonomia ou pela revolução, parcialmente segregacionistas ou não) são arrasados pela política do regime. Destruíram-se todos estes projectos, prescindindo do facto que alguns fossem mais radicais, tendo ligações mais fortes com ideais marxistas, e outros no fundo serem projectos, de alguma forma, para a preservação e continuidade de uma elite colonial no país.

Adolfo Maria: Sim, pois, ou até de uma solução, mesmo que fosse independência, não tão radical como era posta já pela luta armada. Eu creio que isso corresponde à retomada da iniciativa militar e política do regime português em Angola. Vamos lá ver: a partir de '64, a guerrilha está neutralizada. Há grupos da UPA, mas já dispersos, no Norte. Nós, MPLA, estamos remetidos à fronteira de Cabinda, e, portanto, é o tempo da ofensiva. Agora, quer dizer, não vamos deixar que algo renasça aqui. O regime sente-se com força para pôr em sentido toda e qualquer manifestação de liberalização, ou anuimento com uma veleidade de autonomia e de independência. Então castiga mesmo, fecha, e como disse a Noemi, ele atinge todos, desde os mais aos menos radicais.

Porque ele sente-se forte dentro, e sente-se forte cá fora. Nós no MPLA, acabamos de sair de uma crise, de '63, tremenda. Savimbi divorciou-se da UPA, em '64. A UPA no terreno

já só tem grupos esparsos, as fazendas foram reocupadas, voltaram a produzir. Circula-se por toda Angola, com seguranças, camiões e não sei quê. Portanto, a iniciativa militar foi retomada depois da contra-ofensiva, e agora eles passam à ofensiva política. Quer dizer, sempre estiveram, mas agora passam ao esmagamento de qualquer voz dissonante. Querem agora a voz unânime, e vão consegui-lo. Por isso que eles enganam durante muito tempo a população branca, ao ponto de ela não se dar conta de que o grande movimento de emancipação da África não ia deixar Angola de lado. Esta é a minha ideia.

NA: *Ao mesmo tempo, a nível cultural o “escândalo” é utilizado com o mesmo propósito...*

Adolfo Maria: Claro, tudo o que é voz cultural que tem voz própria é arrumado. Porque a própria *Imbondeiro*, atenção, a *Imbondeiro* de '64, embora eu estivesse fora, não é a mesma de '59. Em '59, era um projecto apenas cultura, neutro, híbrido, onde havia pensamentos diversos.

No *Cultura* não. No *Cultura* era em função de uma ideia em a continuação da *Mensagem*, que é: a valorização dos valores africanos, lutar por uma identidade e uma cultura angolana, ao passo que a *Imbondeiro* era, digamos, um fórum onde várias correntes, ou vários autores se exprimiam. Uns, como o Henrique Abranches, que depois participou na *Cultura*, coincidiam com as nossas ideias; outros, os Garibaldino de Andrades e não sei que, era aquilo que nós chamávamos, naquele tempo, a arte pela arte. Porque depois havia também o grande debate ideológico da arte pela arte, naquele tempo das grandes teorias marxistas, e então nos entretínhamos muitos sobre se arte pela arte devia existir, ou devia só ter uma função social.

Resumindo estes dois conceitos, enquanto nós entendíamos que a arte devia ter uma função social, para a *Imbondeiro*, a arte é arte, arte para a arte e a literatura para a literatura.

Também é preciso entender que naqueles tempos vivíamos num mundo muito maniqueísta, não é? Com o que se passava no mundo, com o mundo dividido em dois blocos, com o ocidente que realmente tinha um imperialismo ainda muito agressivo, com muitos povos ainda submetidos ao regime colonial... E depois com uma União Soviética que nós naquele tempo víamos como farol da liberdade e não víamos que também era uma potência disputando supremacia estratégica no mundo. Por isso era um tempo

maniqueísta, era um tempo de muita luta. As coisas estavam muito extremadas e também não havia espaço intermédio: ou é Diabo ou é Deus.

ANEXO [6]

Imagens

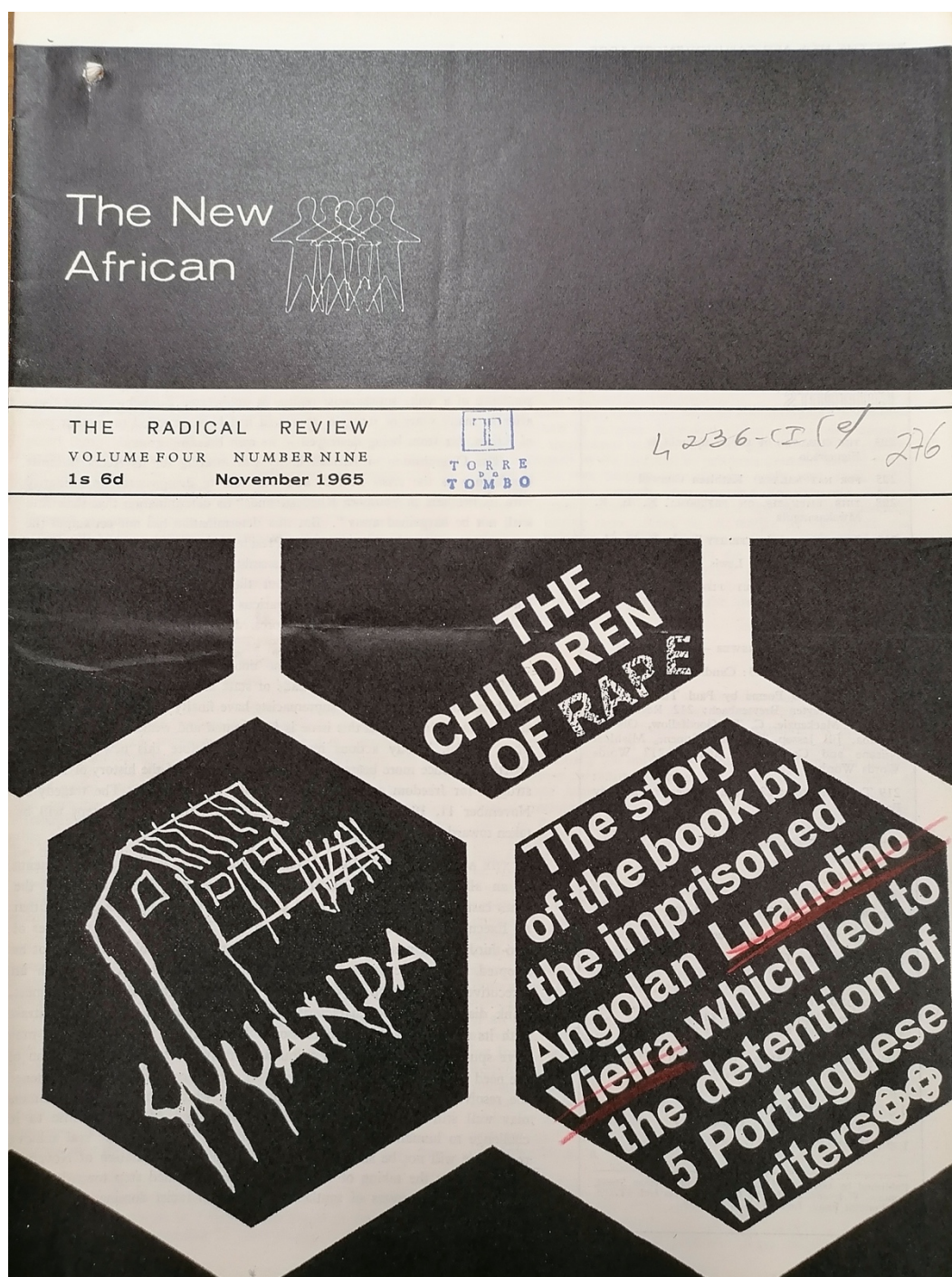
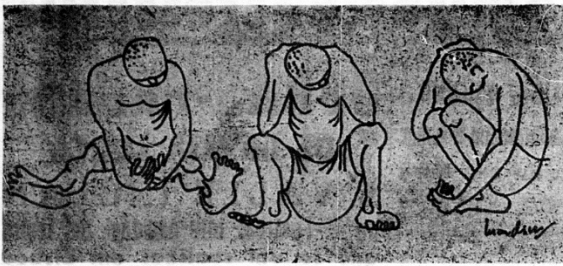


Figura 1 - «Luanda – Children of Rape», in *The New African*, Volume 4, nº 9, November 1965.



ATITUDE — um desenho de Luandino Vieira, cuja obra literária «Luanda» mereceu as mais elogiosas referências da intelectualidade portuguesa. Na entrevista que publicamos nesta página com António Augusto Sales, esse facto ficou uma vez mais em evidência

ANTÓNIO AUGUSTO SALES: «LUANDA»

— Cito o notável livro de Luandino Vieira, obra de autênticas raízes africanas apaixonante e de capital importância

— Tendo dirigido durante três anos «Suplemento» e tendo participado dos dois primeiros Encontros das páginas e suplementos culturais da Imprensa Regional, talvez possa indicar alguns dos mais importantes problemas dos orientadores dessas páginas?

— Dois problemas mantêm-se em debate e julgo que pouco ou

dores com as redacções dos jornais. No primeiro caso a solução é complexa pois depende de vários factores entre eles o nível da própria colaboração. A minha experiência diz-me que nem sempre é difícil arranjar texto inédito com que preencher os suplementos, o difícil é arranjar bom.

Mais de 80 por cento da poesia que era enviada para «Suplemen-

to» era impubliável e os trabalhos de ficção eram vulgares e inocentes. Eu suponho que os meus colegas das páginas recebem também muitos trabalhos de poesia e ficção, de um modo geral mau. A falta de elaboração faz-se sentir no ensaio e na crítica e, neste caso, como não proliferam os conhecimentos, os pedidos e as responsabilidades de escrever recadem sempre sobre os mesmos. As redacções dos jornais poderiam ajudar a resolver este problema se não fossem tão desorientadas. Calha aqui falarmos do segundo aspecto que indiquei: De um modo geral um suplemento é considerado pela redacção como um contrapeso. É evidente que isto é produto de uma mentalidade jorna-

listica de pacotilha, umas vezes mal esclarecida e outras vezes reacionária. As redacções, de um modo geral, não têm o que diz respeito à metrópole, não pensam dever as escriturinhas de cultura a consideração e a atenção que, por exemplo, é dada aos desportos. Mas eu irei mesmo mais longe afirmando que chegam ao ponto de dificultar o trabalho dessas páginas como se fossem indivíduos importunos. Não é raro o responsável de uma página cultural pagar as gravuras e até o custo da composição; ir aos Encontros e pagar todas as despesas do seu bolso. Eu direi que, nestes casos, já não se trata de desinteresse mas de exploração o que é repugnante. Se todas as páginas se conseguissem fazer representar o III Encontro teria finalmente a dimensão que merece. Estou certo que seria debatidos velhos problemas e novos problemas. A agenda ainda não está elaborada mas com portaria, de uma forma objectiva, aquilo que é fundamental e urgente.

— Qual foi a sua impressão dos dois Encontros anteriores e que opinião formou sobre a necessidade do III Encontro?

— Os Encontros são uma iniciativa das mais importantes que os Suplementos tiveram. Os dois Encontros anteriores, Figueira da Foz e Cascais, revelaram, desde logo, uma existência. E é necessário dizer que existimos, que estamos dispostos a continuar, que o nosso trabalho é produto de uma batalha constante. Os Encontros foram sessões limpas e descomprometidas onde foram debatidos muitos problemas. Se não forem resolvidos a culpa não deve ser atribuída aos organizadores, mas pelo menos passamos a saber uns dos outros, o que já não é pouco. O III Encontro será, pelo menos a regar o leva a supor, o mais importante dos três. Eu penso que os orientadores das páginas deveriam fazer um esforço no sentido de estarem presentes em Guimarães. E talvez não seja difícil já porque o nosso amigo e dinâmico dr. Santos Simões conseguiu garantir hos-

Realiza-se em Guimarães o III encontro dos suplementos E PÁGINAS CULTURAIS DA IMPRENSA REGIONAL

Em primeiro lugar, a notícia: nos dias 7 e 8 de Agosto reunem-se em Guimarães algumas dezenas de representantes das secções literárias e culturais da Imprensa Regional metropolitana. Será o terceiro destes Encontros, iniciados em 1963, mas desta vez uma secção angolana, pelo menos, vai também estar representada, dilatando a dimensão metropolitana habi-

ta. Façamos um pouco de história: nos dias 7 e 8 de Agosto reunem-se em Guimarães algumas dezenas de representantes das secções literárias e culturais da Imprensa Regional metropolitana. Será o terceiro destes Encontros, iniciados em 1963, mas desta vez uma secção angolana, pelo menos, vai também estar representada, dilatando a dimensão metropolitana habi-

ta. Façamos um pouco de história: nos dias 7 e 8 de Agosto reunem-se em Guimarães algumas dezenas de representantes das secções literárias e culturais da Imprensa Regional metropolitana. Será o terceiro destes Encontros, iniciados em 1963, mas desta vez uma secção angolana, pelo menos, vai também estar representada, dilatando a dimensão metropolitana habi-

ta. Façamos um pouco de história: nos dias 7 e 8 de Agosto reunem-se em Guimarães algumas dezenas de representantes das secções literárias e culturais da Imprensa Regional metropolitana. Será o terceiro destes Encontros, iniciados em 1963, mas desta vez uma secção angolana, pelo menos, vai também estar representada, dilatando a dimensão metropolitana habi-

ta. Façamos um pouco de história: nos dias 7 e 8 de Agosto reunem-se em Guimarães algumas dezenas de representantes das secções literárias e culturais da Imprensa Regional metropolitana. Será o terceiro destes Encontros, iniciados em 1963, mas desta vez uma secção angolana, pelo menos, vai também estar representada, dilatando a dimensão metropolitana habi-

ta. Façamos um pouco de história: nos dias 7 e 8 de Agosto reunem-se em Guimarães algumas dezenas de representantes das secções literárias e culturais da Imprensa Regional metropolitana. Será o terceiro destes Encontros, iniciados em 1963, mas desta vez uma secção angolana, pelo menos, vai também estar representada, dilatando a dimensão metropolitana habi-

ta. Façamos um pouco de história: nos dias 7 e 8 de Agosto reunem-se em Guimarães algumas dezenas de representantes das secções literárias e culturais da Imprensa Regional metropolitana. Será o terceiro destes Encontros, iniciados em 1963, mas desta vez uma secção angolana, pelo menos, vai também estar representada, dilatando a dimensão metropolitana habi-

ta. Façamos um pouco de história: nos dias 7 e 8 de Agosto reunem-se em Guimarães algumas dezenas de representantes das secções literárias e culturais da Imprensa Regional metropolitana. Será o terceiro destes Encontros, iniciados em 1963, mas desta vez uma secção angolana, pelo menos, vai também estar representada, dilatando a dimensão metropolitana habi-

ta. Façamos um pouco de história: nos dias 7 e 8 de Agosto reunem-se em Guimarães algumas dezenas de representantes das secções literárias e culturais da Imprensa Regional metropolitana. Será o terceiro destes Encontros, iniciados em 1963, mas desta vez uma secção angolana, pelo menos, vai também estar representada, dilatando a dimensão metropolitana habi-

ta. Façamos um pouco de história: nos dias 7 e 8 de Agosto reunem-se em Guimarães algumas dezenas de representantes das secções literárias e culturais da Imprensa Regional metropolitana. Será o terceiro destes Encontros, iniciados em 1963, mas desta vez uma secção angolana, pelo menos, vai também estar representada, dilatando a dimensão metropolitana habi-

ta. Façamos um pouco de história: nos dias 7 e 8 de Agosto reunem-se em Guimarães algumas dezenas de representantes das secções literárias e culturais da Imprensa Regional metropolitana. Será o terceiro destes Encontros, iniciados em 1963, mas desta vez uma secção angolana, pelo menos, vai também estar representada, dilatando a dimensão metropolitana habi-

ta. Façamos um pouco de história: nos dias 7 e 8 de Agosto reunem-se em Guimarães algumas dezenas de representantes das secções literárias e culturais da Imprensa Regional metropolitana. Será o terceiro destes Encontros, iniciados em 1963, mas desta vez uma secção angolana, pelo menos, vai também estar representada, dilatando a dimensão metropolitana habi-

ta. Façamos um pouco de história: nos dias 7 e 8 de Agosto reunem-se em Guimarães algumas dezenas de representantes das secções literárias e culturais da Imprensa Regional metropolitana. Será o terceiro destes Encontros, iniciados em 1963, mas desta vez uma secção angolana, pelo menos, vai também estar representada, dilatando a dimensão metropolitana habi-

ta. Façamos um pouco de história: nos dias 7 e 8 de Agosto reunem-se em Guimarães algumas dezenas de representantes das secções literárias e culturais da Imprensa Regional metropolitana. Será o terceiro destes Encontros, iniciados em 1963, mas desta vez uma secção angolana, pelo menos, vai também estar representada, dilatando a dimensão metropolitana habi-

ta. Façamos um pouco de história: nos dias 7 e 8 de Agosto reunem-se em Guimarães algumas dezenas de representantes das secções literárias e culturais da Imprensa Regional metropolitana. Será o terceiro destes Encontros, iniciados em 1963, mas desta vez uma secção angolana, pelo menos, vai também estar representada, dilatando a dimensão metropolitana habi-

ta. Façamos um pouco de história: nos dias 7 e 8 de Agosto reunem-se em Guimarães algumas dezenas de representantes das secções literárias e culturais da Imprensa Regional metropolitana. Será o terceiro destes Encontros, iniciados em 1963, mas desta vez uma secção angolana, pelo menos, vai também estar representada, dilatando a dimensão metropolitana habi-

ta. Façamos um pouco de história: nos dias 7 e 8 de Agosto reunem-se em Guimarães algumas dezenas de representantes das secções literárias e culturais da Imprensa Regional metropolitana. Será o terceiro destes Encontros, iniciados em 1963, mas desta vez uma secção angolana, pelo menos, vai também estar representada, dilatando a dimensão metropolitana habi-

ta. Façamos um pouco de história: nos dias 7 e 8 de Agosto reunem-se em Guimarães algumas dezenas de representantes das secções literárias e culturais da Imprensa Regional metropolitana. Será o terceiro destes Encontros, iniciados em 1963, mas desta vez uma secção angolana, pelo menos, vai também estar representada, dilatando a dimensão metropolitana habi-

ta. Façamos um pouco de história: nos dias 7 e 8 de Agosto reunem-se em Guimarães algumas dezenas de representantes das secções literárias e culturais da Imprensa Regional metropolitana. Será o terceiro destes Encontros, iniciados em 1963, mas desta vez uma secção angolana, pelo menos, vai também estar representada, dilatando a dimensão metropolitana habi-

ta. Façamos um pouco de história: nos dias 7 e 8 de Agosto reunem-se em Guimarães algumas dezenas de representantes das secções literárias e culturais da Imprensa Regional metropolitana. Será o terceiro destes Encontros, iniciados em 1963, mas desta vez uma secção angolana, pelo menos, vai também estar representada, dilatando a dimensão metropolitana habi-

ta. Façamos um pouco de história: nos dias 7 e 8 de Agosto reunem-se em Guimarães algumas dezenas de representantes das secções literárias e culturais da Imprensa Regional metropolitana. Será o terceiro destes Encontros, iniciados em 1963, mas desta vez uma secção angolana, pelo menos, vai também estar representada, dilatando a dimensão metropolitana habi-

ta. Façamos um pouco de história: nos dias 7 e 8 de Agosto reunem-se em Guimarães algumas dezenas de representantes das secções literárias e culturais da Imprensa Regional metropolitana. Será o terceiro destes Encontros, iniciados em 1963, mas desta vez uma secção angolana, pelo menos, vai também estar representada, dilatando a dimensão metropolitana habi-

António Augusto Sales nasceu em Abril de 1936, em Torres Vedras. Em 1955 toma parte activa na criação de um cineclube desta terra, facto que se vem a concretizar em Julho de 1956. Fundou e dirigiu a página de cinema «Panorâmico» e «Suplemento», este de índice cultural que abandonou a cerca de um ano. Ligado à Imprensa Regional e ao movimento cineclubista de onde foi dirigente do cineclubes das Torres Vedras, iniciou um período de colaboração na imprensa, na crítica e no ensaio cinematográfico, tendo numerosos trabalhos dispersos por jornais e revistas. Em 1961 publicou o livro «Diário de um Espectador» e em 1964 «A Primeira Manhã», contos. Em Torres Vedras fez uma tentativa como cineador teatral ao pôr em cena «O Dado e a Morte», de Raul Brandão. Participou nos dois Encontros dos Suplementos e Páginas culturais da Imprensa Regional, tendo sido co-organizador do primeiro Encontro. Presentemente mantém uma secção de cinema no «Jornal da Costa do Sol» e exerce a sua actividade no Centro do Ensino Técnico e Orientação Profissional.

nada atenuados desde o primeiro Encontro para cá: o da colaboração e o das relações dos orienta-

to» era impubliável e os trabalhos de ficção eram vulgares e inocentes. Eu suponho que os meus colegas das páginas recebem também muitos trabalhos de poesia e ficção, de um modo geral mau. A falta de elaboração faz-se sentir no ensaio e na crítica e, neste caso, como não proliferam os conhecimentos, os pedidos e as responsabilidades de escrever recadem sempre sobre os mesmos. As redacções dos jornais poderiam ajudar a resolver este problema se não fossem tão desorientadas. Calha aqui falarmos do segundo aspecto que indiquei: De um modo geral um suplemento é considerado pela redacção como um contrapeso. É evidente que isto é produto de uma mentalidade jorna-



O PENSAMENTO ESTÉTICO DE VIEIRA DE ALMEIDA (subsídios para o seu conhecimento)

No seu livro «Filosofia da Arte», publicado em Coimbra, em 1962, Vieira de Almeida foca uma série de pontos fundamentais, da estética e, ao mesmo tempo, revela muito da sua personalidade, pelo menos como pensador. Vieira de Almeida não considera a

arte separadamente da vida, da realidade (no sentido vago e lato em que se costuma usar esta palavra). Segundo ele, a arte é — e estas palavras da sua autoria — uma modalidade humana de vida, de onde parte e de onde regressa. A arte é uma vi-

vência estética da realidade. A arte é a expressão; tinha que o ser forçosamente — não se por obrigação ao senso comum, como também por obrigação à sua própria convicção de que «no começo há sempre um logos». Mas, ao contrário de Croce, Vieira de Almeida não sustenta que toda a expressão seja arte; a ciência, por exemplo, é

expressão: expressão de uma relação. Agora a expressão como tal, enquanto «símbolo expressivo», isso é arte. E expressão de quê? Já se pode calcular de quê, uma vez que se sabe que Vieira de Almeida a considera como uma vivência estética da realidade. A arte será uma expressão da realidade total. O fim da ciência é o co-

expressão: expressão de uma relação. Agora a expressão como tal, enquanto «símbolo expressivo», isso é arte. E expressão de quê? Já se pode calcular de quê, uma vez que se sabe que Vieira de Almeida a considera como uma vivência estética da realidade. A arte será uma expressão da realidade total. O fim da ciência é o co-

expressão: expressão de uma relação. Agora a expressão como tal, enquanto «símbolo expressivo», isso é arte. E expressão de quê? Já se pode calcular de quê, uma vez que se sabe que Vieira de Almeida a considera como uma vivência estética da realidade. A arte será uma expressão da realidade total. O fim da ciência é o co-

expressão: expressão de uma relação. Agora a expressão como tal, enquanto «símbolo expressivo», isso é arte. E expressão de quê? Já se pode calcular de quê, uma vez que se sabe que Vieira de Almeida a considera como uma vivência estética da realidade. A arte será uma expressão da realidade total. O fim da ciência é o co-

expressão: expressão de uma relação. Agora a expressão como tal, enquanto «símbolo expressivo», isso é arte. E expressão de quê? Já se pode calcular de quê, uma vez que se sabe que Vieira de Almeida a considera como uma vivência estética da realidade. A arte será uma expressão da realidade total. O fim da ciência é o co-

expressão: expressão de uma relação. Agora a expressão como tal, enquanto «símbolo expressivo», isso é arte. E expressão de quê? Já se pode calcular de quê, uma vez que se sabe que Vieira de Almeida a considera como uma vivência estética da realidade. A arte será uma expressão da realidade total. O fim da ciência é o co-

expressão: expressão de uma relação. Agora a expressão como tal, enquanto «símbolo expressivo», isso é arte. E expressão de quê? Já se pode calcular de quê, uma vez que se sabe que Vieira de Almeida a considera como uma vivência estética da realidade. A arte será uma expressão da realidade total. O fim da ciência é o co-

expressão: expressão de uma relação. Agora a expressão como tal, enquanto «símbolo expressivo», isso é arte. E expressão de quê? Já se pode calcular de quê, uma vez que se sabe que Vieira de Almeida a considera como uma vivência estética da realidade. A arte será uma expressão da realidade total. O fim da ciência é o co-

expressão: expressão de uma relação. Agora a expressão como tal, enquanto «símbolo expressivo», isso é arte. E expressão de quê? Já se pode calcular de quê, uma vez que se sabe que Vieira de Almeida a considera como uma vivência estética da realidade. A arte será uma expressão da realidade total. O fim da ciência é o co-

poesia

de ARNALDO SANTOS

Soturnidades suspensas palpitam no escuro
Como pulsações sombrias de ngomas.
Há ecos de falas abafadas
Longínquos sons que o vento move
Cavando distâncias na distância
Fatales como a queda livre de uma pedra.
E estafam-se vidas em murmúrios...
E há olhos postos no caminho...
E eu sinto que a marcha dos meus passos
Cala vozes nas cubatas
Acorda silêncios no negrume.



Coordenação de Hugo Paulo Rodrigues

Figura 2 - Linóleo de Luandino Vieira: Atitude, in «Artes e Letras» do ABC, Diário de Angola, 5 de Maio de 1965, página 1.

Antes e depois

Coordenação de Hugo Paulo Rodrigues

poesia

O FUGITIVO

de FERNANDO GRADE

Quando o rapaz fugiu — não se sabe se de noite se de dia — levava uma mala castanha com muitas cartas de amor

Apenas se sabe que fugiu num dia de Setembro

Estou ainda a vê-lo: o cabelo por cima do colarinho os gestos cheirando a terra — os sapatos: charcos de suor

Tinha alma de galego mas não passava de um bicho doméstico

Deixou uma carta de papel cor-de-rosa e mesmo em que escrevia coisas ternas à namorada — uma franga doidinha que se ria para todos os homens

A carta dizia apenas «Desculpem a maçada»



NOTICIÁRIO

— Na sequência do seu devotado esforço de divulgação dos valores artísticos e culturais do teatro moderno, coordenação o ensaísta Rodolfo Júnior analisou um volume da obra «O Teatro e a sua História», apresentada em moldar arranjo gráfico pela Editora Arca.

— Mar Santos, de Bragança da Fumosa, que a Portugal Editora na sua «coleção Contemporânea», lançou uma história de precursores da Nova, na qual a realidade parece impor-se por si própria, sem acrescentamentos.

— Da mesma Editora e coleção foi publicado «Assembleia de Mulheres», de Natália Nunes. É um romance experimental em que se procura entender as reacções simultâneas de um grupo de pessoas, mulheres sobretudo, que se encontram todos os dias na rotina do emprego, repetindo exemplarmente as mesmas palavras, que lhes escandem, e bem de ver, o pensamento.

— Integrada na Coleção de Teatro, da Editorial Minotauro, foi publicada

a peça «Um Auto para Jerusalém», do dramaturgo, poeta Mário Cesariny de Vasconcelos. Figura das mais originais da nossa moderna literatura. Mário Cesariny de Vasconcelos, surrealista convicto e poeta em qualquer parte, serve-se agora da arte dramática para, como sempre, fazer poesia e aborstar um problema das mais afilantes e de grande actualidade.

— Anís Esperança, «Prémio Ricardo Malheiro», autor que venceu já o partilha da língua portuguesa, pois algumas das suas obras estão traduzidas em vários países da Europa, escritor vigoroso e simultaneamente generoso.

— «Suavemente grande avança» é o livro de contos que acaba de publicar o jornalista e escritor Santos Nunes. Nele o autor não hesita em fazer uma sátira crítica social cheia de ironia, tornando possível a progressão. O título «Suavemente grande avança» parece-nos ser uma transcrição dum verso de Fernando Pessoa que se completa assim: «Chão de sol a onda do mar».

ARMANDO VIEIRA SANTOS:

— Qual é, no seu entender, o papel da Sociedade Cooperativa de Gravadores, no âmbito das artes plásticas em Portugal?

— Foi decisivo para a evolução da moderna gravura artística portuguesa, modalidade só acidentalmente praticada entre nós até à data da constituição da Cooperativa. Nada existia antes em condições de estimular aquela prática, até nas próprias escolas de Belas Artes, onde ela, por legítimo direito, devia estar incluída nos programas.

A Fundação da «Sociedade Cooperativa de Gravadores Portugueses» veio assim preencher uma lacuna inexistente numa época em que a gravura artística despertando um interesse cada vez maior em toda a parte do Mundo civilizado. Nestas condições já não me parece que seja possível traçar a história da actual evolução da gravura portuguesa sem dar a devida atenção à actividade exercida por aquela Cooperativa no decurso dos últimos seis anos. Qualquer investigador imparcial que no futuro vier a ocupar-se dessa história terá de reconhecer o alcance da iniciativa e a importância que ela teve entre nós para o alargamento da prática da gravura.

Muitos são os artistas plásticos portugueses que têm beneficiado com a existência da Cooperativa. Alguns, que já eram gravadores mais ou menos ocasionais, graças a ela passaram a dedicar-se sem solapões de continuidade ao dedicado e duro ofício de gravar, do que resultou, naturalmente, um melhor apanhamento da sua técnica e a possibilidade de ensaiarem novos processos dificilmente praticáveis sem o devido apetrechamento oficial. Essantes estão hoje em plena maturidade criadora. Outros, que nunca tinham sido gravadores, fizeram os seus primeiros ensaios nas oficinas da Cooperativa e acabaram por dar excelentes provas das suas possibilidades neste domínio. Outros, ainda, saídos há pouco das escolas de Belas Artes ou apenas estudantes, também ali se têm iniciado com resultados bastante animadores. Estamos, portanto, em face de realidades concretas que qualquer pessoa curiosa ou francamente interessada terá podido verificar nas exposições de artes plásticas realizadas em Portugal nos últimos anos e nas quais a representação da gravura se tem imposto progressivamente, quer pela evidente melhoria da qualidade das obras apresentadas, quer pelo sensível aumento do número de gravadores competentes.

Pode dizer-se que a gravura já constitui hoje um sector muito im-

— A gravura é uma forma de expressão plástica tão categorizada como a pintura e a escultura

— A cultura artística do nosso povo ainda está longe de atingir um nível satisfatório

Armando Vieira Santos nasceu em 1903, em Lisboa, Condição na Faculdade de Medicina de Lisboa o respectivo curso. Tem-se dedicado, há longos anos, aos problemas da história e crítica de arte, em particular da pintura, mas sem esquecer a gravura, o azulejo, o vitral, etc. Pouco a pouco, com persistência e probidade, sem alarde nem propaganda pessoal que constantemente regressaram à sua maneira simples, e afável de encetar a vida e os outros, tem vindo a construir uma obra que, no conjunto geral, é já digna de respeito e admiração. Tem publicado, com a publicação de numerosos artigos em variados jornais e revistas, uma infatigável actividade intelectual não apenas de divulgação. Tem publicado ultimamente, com notável poder de observação, dois livros, por vezes, de «Histórias» artigos sobre estética urbanística, especialmente sobre Lisboa.

Entre a sua vasta bibliografia, destacam-se, pela sua importância, as seguintes obras: «Tratado de Santo António» (Lisboa, 1937), «Primitivos do Museu de Setúbal» e «O Museu da Igreja do Paraíso» (Realização de Arte), «Arte e Vida» (Revista de Expansão Cultural), «Os Paiséis de F. Vicente de Faria» (Negrografia), «As Obras Primas da Pintura Estrangeira no Museu Nacional de Arte Antiga» (Realização de Arte). Colabora no «Boletim da Pintura Portuguesa» (Editado por) e no «Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga» (Realização de Arte).

É dirigente, e certamente o mais entusiasmado e dedicado desde a sua fundação, da Sociedade Cooperativa de Gravadores Portugueses, magnífica organização a que a cultura já alguma coisa deve e que está destinada a ficar assinalada na história da arte contemporânea portuguesa. Por sua qualidade, sobretudo, registamos as declarações de Armando Vieira Santos:



Armando Vieira Santos

portante da actividade de alguns pintores e escultores portugueses, podendo, em certos casos, considerá-los um complemento inseparável da sua obra, quando a apreciarmos em conjunto.

— Considera menor a arte da gravura — em comparação, por exemplo, com a pintura

pelo facto de, em grande parte, ser uma arte mecânica, reproduzida mecanicamente em muitos exemplares?

— Neste sector ainda subsistem muitos equívocos. Na realidade, a gravura é uma forma de expressão plástica tão categorizada como a pintura e a escultura. Os factores mecânicos que interferem na sua execução em nada lhe diminuem a categoria pois fazem da técnica que lhes dá respeito e são utilizados pelos gravadores como verdadeiros instrumentos de trabalho, cuja aplicação, embora condicionada pelas restrições inerentes à sua técnica, pode variar de acordo com os critérios pessoais e a pericia dos executantes, não sendo, portanto, exclusivamente mecânica. O elemento mecânico só intervirá aqui como um meio e nunca um fim. O que verdadeiramente interessa é a maneira como o artista se individualiza através do processo que escolheu e da maneira como o aproveitou para se exprimir. Alguns dos próprios meios técnicos de que se serviu para criar a sua obra servirão-lhe também para a multiplicar em vários exemplares todos iguais, possibilidade que lhe é vedada na pintura mas que já se tornou viável na escultura, sem que, por tal motivo, nesta última modalidade, a peça reproduzida deixe de ser considerada uma obra de arte.

Contudo, ainda existem certos amadores de arte plástica que consideram humilhante para a gravura artística o facto de se poderem obter provas iguais da mesma obra, repetido que, segundo os conceitos por eles estabelecidos, diminuiria o seu valor, digno de ser atribuído apenas ao exemplar único, aquele que possui o carácter de ser exclusiva e não tem outros competidores. Este critério, de resto, é mais ou menos invocado conforme se trata de gravuras antigas ou modernas, pois as mesmas pessoas que olham com desconfiança para as últimas atribuem grande importância às primeiras, até sem atenderem ao correspondente valor artístico, sobretudo quando são raras e muito velhas. Ninguém discute hoje a autenticidade das gravuras dos mestres consagrados e já integradas no património artístico da Humanidade, como, por exemplo, as de Dürer, Rembrandt e Goya, na execução das quais, afinal, interferiram os mesmos factores mecânicos que tornaram possível a sua multiplicação em várias provas iguais e são os que continuam a interferir nas tiragens das gravuras modernas. Ainda em vida dos seus autores aquelas provas foram largamente divulgadas, vendendo-se em feiras e mercados ou

(Conclui na 11.ª página)

SOBRE O RITMO NEGRO AFRICANO

Depois de Aimé Césaire e Léopold Senghor terem proposto o termo «negritude» para designar a maneira africana de estar no mundo, soube a Sartre no seu ensaio «Orphée noir» (1) ordenar os princípios contidos nas obras daqueles dois pensadores. Ao

caracterizar as manifestações das sociedades negras Sartre salientou certos elementos de maneira mais abundante, acabando por introduzir considerações, digamos, irracionais. Esta irracionalidade que se ocorre numa premissa «consciência negra» é, antes de mais, não coerente, colocando brancos e negros em posições contraditórias jamais complementares.

É o ritmo um ponto de articulação, estabelecido por Albert Franklin (2), das tezes sartrianas da negritude. Disso Alfred Marguerite no seu ensaio «Negritude e humanismo» (3):

«Também Senghor nos previne quanto à força da influência do ritmo na vida do homem negro: «quando antelo a um jogo de equipa, a um desafio de futebol, por exemplo, participa no jogo com o corpo inteiro (4). Evidentemente, Senghor exagera os particularismos do homem negro africano, pois é bem sabido que entre os espectadores brancos se dá o mesmo fenómeno. Isto é, os espectadores participam no jogo com todo o corpo, imitando nas bancadas os movimentos dos jogadores, aplicando por vezes alguns violentos remates... nas costas dos vizinhos da frente. Poderemos dizer que esta participação se verifica porque, no geral, destes jogadores de bancada, está, presentes alguns elementos negritudes? Seria, pelo menos singular servimo-nos de uma argumentação deste tipo para darmos ao homem negro africano o seu domínio integral do ritmo».

«De facto existe um ritmo caracteristicamente africano», e E. Bornemann constata que quando se entra a um negro numa música ocidental, este a submete a três fases de transposição:

1. — Batimento dos tempos fortes, 1 e 3 com o pé e das tempos fracos 2 e 4 com as mãos (Estes constituem já uma síncope rudimentar).

(Conclui na 10.ª página)



O tocador de mbulumbumba — desenho de H. Abranches

Publica-se às
quartas-feiras

ESCRITORES PEDEM CONCLAVE

A ideia surgiu no contacto entre vários escritores ocasionalmente reunidos na Livraria ABC, onde funciona a delegação deste Jornal. Falou-se na animação ultimamente verificada nos círculos literários locais — com edições novas, atestando a vitalidade cultural de Angola, nas montras das livrarias; falou-se também na ideia — de que um escritor actualmente residente em Angola foi portador — da constituição de uma delegação da Sociedade Portuguesa de Escritores. Lamentou-se e foi esta a nota dominante — o desconhecimento mútuo dos escritores angolanos, que urge quebrar.

Foi neste ponto da conversa que os pensamentos se encontraram na esquematização da ideia da organização de um I Encontro dos Escritores Angolanos.

Encontros dessa natureza — sabe-se — são hoje frequentes em toda a parte do Mundo, como elementos indispensáveis ao progresso da actividade literária. Em Angola, que seja do nosso conhecimento, não se realizou até hoje nada de semelhante. Porque não tentá-lo, numa ocasião em que, para além do mais, a Literatura desta terra se vê interrogada por quantos acompanham a sua vida?

Limitamo-nos, com a sugestão, a trazer para aqui o que, na «conversa de porta de livraria», se aventou no sentido da concretização da ideia.

Sá da Bandeira, a cidade orgulhosa das suas tradições culturais, poderia ser o local do Encontro. Pela amenidade do clima, baixo custo dos hotéis, pelo interesse turístico do seu termo. E ainda: pelo espírito realizador do Departamento Cultural do seu Município, aquele que em Angola maior estímulo tem proporcionado às Letras com os seus prémios literários.

É também Sá da Bandeira a cidade onde surgiu «Imbondeiro», a editora sob cuja sombra se tem processado um verdadeiro convívio das dimensões do «mundo que o Português criou», pois entre os seus colaboradores se contam quase todos os escritores angolanos, ao lado de metropolitanos, brasileiros, cabo-verdianos e moçambicanos.

Desses escritores se escolheria o núcleo dos participantes do Encontro, nomeando-se de entre eles relatores ou críticos para os trabalhos a apresentar com antecedência. Várias secções seria útil incluir: Poesia, Conto, Teatro, Crítica, História Literária de Angola. No fim, por cada uma se votariam pareceres. Etc., etc..

Haveria lugar, ainda, a uma série de realizações de ordem cultural e o mais que importa a um Encontro para que transcenda as já de si importantes funções de convívio e conhecimento mútuo que levam à sua realização.

«E custos?» — foi a pergunta mais incómoda que se fez à porta da livraria. Optimista do grupo respondeu, de imediato: «Desde que surja entidade suficientemente idónea a organizar o encontro, — penso no Município de Sá da Bandeira — julgo que o apoio de entidades como o CITA, a Anangola, o Instituto de Angola, a TAP, a DTA e outras — tornará viável a realização».

«IMBONDEIRO» não é um negócio: é uma cruzada.

Figura 4 - Notícias de Imbondeiro nº 39, 1962, pág. 1

Notícias de Imbondeiro

COBRANÇAS

Afim de se evitar o envio de um recibo que sobrecarregaria o valor das assinaturas, o próximo número será entregue contra a cobrança de um ano, se entretanto os nossos prezados assinantes não quiserem mandar-nos directamente as suas importâncias.

Rogamos o bom acolhimento e a compreensão de todos.

MUDANÇAS DE ENDEREÇO

Agradecemos aos nossos assinantes o favor de nos comunicarem todas as alterações de endereços a que forem forçados, para regularização do serviço de expedição.

PAGAMENTO DE ASSINATURAS

Estão já a pagamento bastando que cada Assinante nos envie as importâncias correspondentes a 6 ou 12 meses — 30\$00 60\$00 —, ou, tratando-se de estudantes: 15\$00/30\$00.

Para a Metrópole, Madeira, Açores e Cabo Verde os preços serão de 21\$00/42\$00 e 10\$50/21\$00, respectivamente.

Fizeram o favor de pagar as suas assinaturas:

12 MESES

Eduardo Fernandes, João A. Mendes, Alberto Ferronha, Abílio da Silva Vieira, Fernando B. Pereira, Jaime Dias, Cap. António Telo, Humberto da Silveira, João da Chela, Lúcio Kopke, D. Altino Ribeiro de Santana, Bispo de Sã da Bandeira, P. Orlando Santana, P. António Sousa, Acácio Tavares, João Tavares, Avelino Pichel, Arnaldo M. Costa, Fernando A. Mourão, Aristides B. Lemos, Avelino Nobrega, Célio Espinha, Dério Espinha, António de M. Botelho, Abel Lara, Alberto S. Morais, Rafael Gomes, Ariundo Borges, Carlos Duarte, Rogério Rodrigues, Carlos Pinto Mendonça, Eduardo F. Almeida, José J. Afonso, Luís F. Rodrigues, Octaviano Correia, Tolstoi L. Moita, António C. Viana, Ramiro M. Vieira, Manuel R. Antunes Jr., Manuel Q. Mendonça, Manuel Braz, Amílcar T. Lopes, Acácio Neves, e Álvaro Martins Bernardo.

6 MESES

José de F. Fernandes, Luís Pereira Venâncio, Luceno Rocha, Alexandre Portugal, Alberto A. Lopes, Dr. Manuel Rodrigues, Renato Correia, Manuel Curado, João L. Cabral, Francisco A. Primo, Augusto G. Guerreiro, Abílio A. Ribeiro, Constantino Brandão, Jorge Carneiro, Luís A. Valido, Maximino B. Silva, Carlos Salavisa, Fernando M. da Cunha, Victor Bettencourt, Álvaro R. Sousa, Helder Dias, Hermengarda de Moura, Aida Rodrigues, Ana Costa, Violinda Oliva, Maria da C. Coelho, Fernando N. Almeida, António M. Gaspar Jr., António A. Teixeira, José Bento Araújo, Hermes de Araújo, Olga Cabral, Dr. Manuel Vieira de Castro, Victor da Fonseca, Maria Olímpia Portela, Nilo P. Carvalho, Olímpio R. Grilo, António Ribeiro, Júlio B. Rodrigues, Dr. Leão Franco, António R. Camacho e Arnaldo Moreira.

OUTROS

José Maria Gueffão, Alfredo C. Abreu, Joaquim Loução, Mário A. Grilo e José Maria Manuel.

NOVAS EDIÇÕES DOS N.º 1 e 2

Aos Assinantes que não receberam qualquer destes números, pedimos o favor de preencherem e nos enviarem o talão que a seguir deixamos:

Desejo que me sejam enviados os n.º _____
e _____ da V/ colecção, já incluídos na assinatura paga ou que vou pagar oportunamente.

(localidade)

(nome legível)

Figura 5 - Anexo às Notícias de Imbondeiro - Nota de Cobrança e assinantes

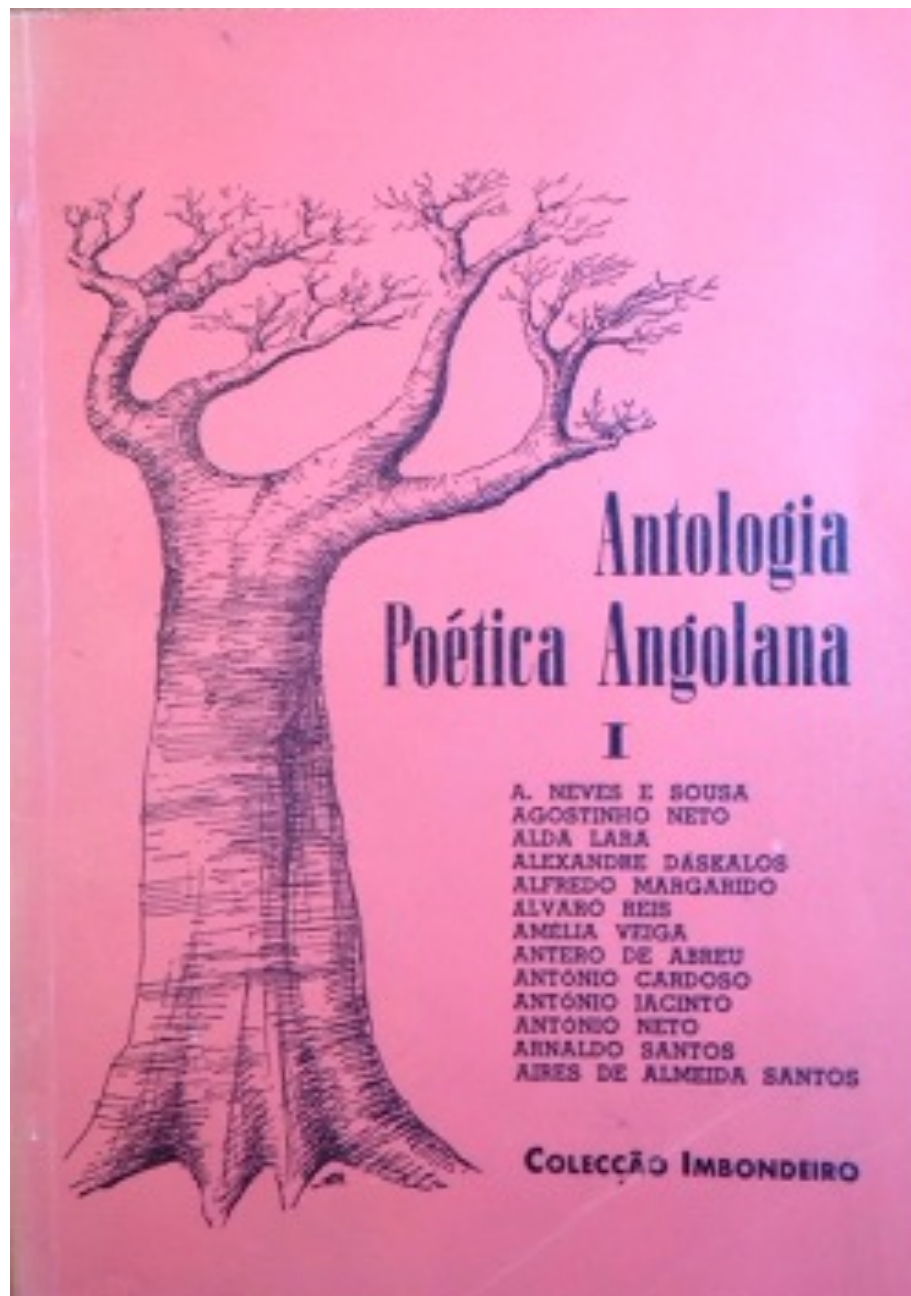


Figura 6 -Capa da Antologia Poética Angolana, nº I, Imbondeiro, Sá da Bandeira, Julho de 1963. Número 49 da Colecção Imbondeiro.

Où sont-ils les hommes chassés par ce vent de folie ?



Le sang goutte à goutte sonne sur la terre
et les hommes dans la brousse agonisant
et le sang sonne, sonne,
sur ceux qu'on a jetés à la mer.
Feraô Dias est à jamais dans les annales
de l'Île Verte, rouge du sang
des hommes abattus
sur les sables immenses du débarcadère.
Ah ! le débarcadère, ce sang, ces hommes.
Et les chaînes et le bruit des coups,
résonnent, résonnent, résonnent
et retombent dans le silence des vies abattues,
des cris, des hurlements de douleur
des hommes qui ne sont plus hommes
au poing des bourreaux innombrables.
Zé, le mulâtre, aux annales du débarcadère
exécutant les hommes
dans la chute sourde des corps.
Ah ! Zé le mulâtre Zé le mulâtre
les victimes crient vengeance.
La mer, la mer de Feraô Dias
qui a englouti ces vies humaines
la mer est rouge de sang.

Nous sommes debout
Nos yeux se tournent vers toi.
Nos vies ensevelies
dans les camps de la mort
hommes du cinq février
hommes tombés dans l'étuve de la mort
implorant la pitié
hurlant pour la vie sauve,
morts sans air et sans eau,
ils se lèvent tous
hors de la fosse commune
et, debout, en chœur de justice
crient vengeance.....
Les corps tombés dans la brousse
les toits, les toits des hommes
anéantis dans la tourmente

des flammes incendiaires
les vies calcinées
dressent un chœur insolite de justice
pour crier vengeance.
Et vous tous les bourreaux
et vous les tortionnaires
assis au banc des accusés
— Qu'avez-vous fait à mon peuple ?.....
— Qu'avez-vous à répondre ?
— Où est passé mon peuple ?.....

Et moi je réponds,
sur le silence des voix dressées
pour obtenir justice :
L'un après l'autre, tous en file.....
pour vous bourreaux
le pardon n'a pas de voix,
la justice va sonner son heure
et le sang de toutes ces vies
tombées dans la brousse de la mort
ce sang innocent
imbibant la terre
d'un frisson muet
va féconder cette terre
criant « justice ».

C'est la flamme de l'humanité
chantant son espoir
d'un monde sans chaînes
où la liberté
sera seule patrie.....

ALDA DO ESPIRITO SANTO

*Alda Do Espirito Santo, institutrice, née en 1926
dans la colonie espagnole de Sao Thome est actuelle-
ment assignée à résidence à Lisbonne.*

*Elle évoque ici les massacres perpétrés par l'ar-
mée coloniale contre la population de son île, en
février 1953.*

Figura 7 - Alda Espírito Santo «Où sont-ils les hommes chassés par ce vent de folie?», in Croissance des Jeunes nations, n° 103, 1970. In ANTT/PT/PIDE-DGS/CI (2), Reg 4293, folha 193 e seguintes.